

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Orientação de Alunos dos Ensinos Básico e Secundário: Uma Avaliação do “Kit das profissões”

Cláudia Isabel Borralho Fidalgo

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Área de especialização em Avaliação em Educação

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Orientação de Alunos dos Ensinos Básico e Secundário: Uma Avaliação do “Kit das profissões”

Cláudia Isabel Borralho Fidalgo

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Trabalho orientado por Prof. Doutor. Domingos Fernandes

Área de especialização em Avaliação em Educação

2010

Agradecimentos

O presente relatório é o resultado de um longo percurso, já não sou a mesma pessoa desde o momento em que iniciei a escrita da primeira linha, desde que concebi da primeira ideia, o primeiro esboço...

Agradeço aos meus pais José e Maria pelo apoio tanto nas alegrias, como nas tristezas e no fundo um grande agradecimento por me terem dado condições para chegar até aqui, Obrigado.

A ti, Miguel pelo apoio incondicional, nas certezas que me deste quando a minha cabeça só tinha dúvidas, obrigado pela força e coragem que me transmitis-te, que me ajudaram e muito a ultrapassar todos os obstáculos.

Agradeço à ANQ, I.P, pela porta que me abriram, pois só assim foi possível avançar com esta avaliação. Um profundo Obrigado ao DGISQ, Dr. João Barbosa, Dra. Isabel, Dra. Amélia, Dra. Paula, Dra. Lídia, e todos os outros por tudo o que me ensinaram, pela troca de ideias e experiências que me fizeram crescer como uma futura profissional da área da Educação.

Agradeço ao Professor Doutor Domingos Fernandes, que para além de orientador em muitas situações foi um amigo, obrigado pelas suas intervenções sempre pertinentes.

Resumo

Este relatório de estágio representa um projecto de avaliação centrado num instrumento de orientação de Alunos dos Ensinos Básico e Secundário, o Kit das Profissões. Aqui podemos perceber que o Kit das Profissões é composto pelo Guia de Profissões e pelo Manual de Exploração Vocacional.

Surgem evidenciadas as potencialidades do Kit das Profissões ao mesmo tempo que também são reconhecidos os seus pontos fracos.

Este relatório surge com o intuito de responder a algumas questões colocadas pela ANQ, I.P, após divulgação e implementação do Kit das Profissões. Questionaram-se quanto à abrangência no que toca à divulgação e ao uso adequado do Kit das Profissões, referindo-se à implementação.

Esta avaliação foi acompanhada de muitos medos e angústias, mas a vontade de procura de respostas foi sempre maior. Centra-se assim, na ANQ, I.P como entidade “construtora” do instrumento e na Escola, entidade que “usa” o Kit das Profissões, foi neste meio que se procuraram respostas. Mas ficam no ar sugestões de investigação que nos levam para outra dimensão, os Alunos.

Abstract

This traineeship report represents the evaluation of a project focused on a guidance tool for Primary and Secondary students, the **Professions Kit**. Here we can see that the Kit is composed by Professions Guide and by the Vocational Exploration Manual.

Here are showed the potential but also are recognized the weaknesses of the Professions Kit.

This report emerges in order to answer some questions placed by ANQ,I.P.'s, after their publication. They question themselves about the coverage in divulgation and the proper use of the Professions Kit.

This evaluation was followed with fear and anxieties, but the will for finding answers was even bigger. Therefore ANQ,I.P can be seen as the instrument “builder”, and in Schools, as the entity that “uses” the Professions Kit, it was in this environments that the answers were searched. But stays in standby investigations suggestions that brings us to a completely different dimension, the Students.

Índice

Capítulo I – Introdução.....	4
Caracterização da Instituição.....	4
Tarefas Desenvolvidas ao Longo do Estágio.....	8
Organização do Relatório de Estágio.....	9
Capítulo II – O Projecto Kit das Profissões.....	10
Enquadramento do Projecto Kit das Profissões.....	10
O Kit das Profissões como Produto.....	14
2.1 - O Guia das Profissões.....	16
2.2 - O Manual de Exploração Vocacional.....	17
O propósito e matriz de avaliação.....	18
3.1 – O Propósito da Avaliação	18
3.2 – Matriz de Avaliação	19
As Sessões de Sensibilização e o Desenvolvimento do Trabalho.....	20
Capítulo III – Enquadramento Teórico.....	27
Avaliação da Formação.....	27
Abordagens da Avaliação	32
Avaliação de Projectos	35
Capítulo IV – Enquadramento Metodológico.....	42
O questionário.....	43
Análise de Conteúdo.....	45
Posicionamento da Avaluadora	45
Procedimento Adoptado	49
Capítulo V – Descrição e Análise dos Resultados.....	50
Percepções dos Respondentes Resultantes da Análise das Fichas de Avaliação.....	50

Percepções dos Respondentes Resultantes da Análise dos Trabalhos de Grupo	55
Percepções dos Respondentes Resultantes da Análise dos Trabalhos de Grupo Relativamente ao Guia das Profissões	56
Percepções dos Respondentes Resultantes da Análise dos Trabalhos de Grupo Relativamente ao Manual de Exploração Vocacional.....	58
Sugestões Apresentadas pelos Respondentes nos Trabalhos de Grupo.....	60
Percepções dos Respondentes Resultantes da Análise dos Questionário de Avaliação.....	62
Percepções dos Respondentes Resultantes da Análise dos Questionário de Avaliação Relativamente ao Guia das Profissões e Manual de Exploração Vocacional	64
Capitulo VI – Reflexão Sobre o Contributo do Estágio.....	68
Referências Bibliográficas.....	70
Anexos.....	74
Anexo I – Decreto de Lei nº 276-C / 2007 de 31 de Julho	
Anexo II - Artigo 3º da Portaria nº959/2007, de 21 de Agosto	
Anexo III - Portaria nº 959/ 2007, de 21 de Agosto	
Anexo IV - Concurso público nº3/ ANQ/ 2009	
Anexo V - Plano de Actividades da ANQ, I.P	
Anexo VI - “Economic Policy Reforms – Going for Growth”, de 2005, editado pela OCDE	
Anexo VII – Resolução do Conselho de Ministros nº 173/ 2007, de 7 de Novembro	
Anexo VIII – Actividades do Eixo prioritário 1	
Anexo IX – Níveis de formação	
Anexo X - Portaria nº256 /2005, de 16 de Março	
Anexo XI – Programa das sessões de sensibilização	
Anexo XII – Ficha de avaliação	
Anexo XIII – Questionário de avaliação	
Anexo XIV – Tratamento das fichas de avaliação	
Anexo XV – Síntese dos trabalhos de grupo	
Anexo XVI – Quadro de sugestão de actividade de orientação vocacional	
Anexo XVII – Tratamento dos questionários	
Anexo XVIII – Questionário final	

Índice de Figuras, Quadros e Tabelas

Figuras

Figura 1 – Organigrama da Agência Nacional para a Qualificação.....	7
Figura 2 – Procedimentos utilizados para a determinação da matriz de avaliação.....	18
Figura 3 – Calendário da realização das sessões de trabalho.....	24

Quadros

Quadro 1 – Matriz de Avaliação, Objecto e Dimensões.....	19
Quadro 2 – Critérios de Referência, tipos de práticas avaliativas.....	47

Tabelas

Tabela 1 – Percepções dos respondentes relativamente aos conteúdos da apresentação do Kit das Profissões.....	51
Tabela 2 – Percepções dos respondentes relativamente à organização e metodologia utilizada na apresentação do Kit das Profissões.....	52
Tabela 3 – Percepções dos respondentes relativamente à avaliação global do Guia de Profissões.....	64
Tabela 4 – Percepção dos respondentes relativamente à avaliação global do Manual de Exploração Vocacional.....	65

Capítulo I

Introdução

“Escolhe uma formação, qualifica-te para uma profissão”, esta foi a ideia que me acompanhou ao longo do meu período de estágio e é neste desígnio que nos devemos centrar se queremos que a nossa sociedade vá caminhando num sentido de evolução positiva.

Este relatório de estágio, para além de ser um requisito para finalizar o Mestrado, surgiu com o intuito de fazer transparecer todas as competências adquiridas ao longo da realização do estágio curricular. Sendo que, os objectivos do estágio passaram por:

- Relacionar os conhecimentos que desenvolvemos no domínio da avaliação com práticas reais da avaliação;
- Desenvolver uma experiência de aproximação real ao mercado de trabalho;
- Melhorar a capacidade de resolução de uma diversidade de problemas em tempo real.

Foi tendo em conta estes pressupostos e animada de uma enorme vontade, que me propuz alcançar esta grande meta, centrada nos objectivos e na ideia de que para melhorar é necessário qualificar, que se centrou o meu trabalho na Agência Nacional para a Qualificação, Instituto Público (ANQ, I.P.).

Fixada nos seus objectivos gerais, de que falarei mais à frente, a ANQ, I.P. construiu dois Instrumentos de Desenvolvimento Vocacional: o Kit das Profissões, composto pelo Manual de Exploração Vocacional e pelo Guia de Profissões, e o Site do Mundo das Profissões. O que me foi proposto, foi realizar a avaliação do impacto que estes instrumentos tiveram a nível nacional, ou seja, avaliar o processo de divulgação e implementação do Kit das Profissões. Perceber se os instrumentos chegaram a todas escolas e o modo como chegaram e chegam aos potenciais destinatários e se existem dúvidas de utilização ou propostas de melhoramento relativamente ao conteúdo desses instrumentos.

Para se poder olhar, observar, avaliar, medir é necessário conhecer. Daí a importância de entender a instituição, local de estágio, Agência Nacional para a Qualificação, Instituto Público (ANQ, I.P.).

Caracterização da Instituição

Situada na cidade de Lisboa, a ANQ, I.P., é um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, sob a tutela dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, com autonomia administrativa, financeira e pedagógica no

prosseguimento das suas atribuições. A ANQ, I.P. tem por missão coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, os tão conhecidos RVCC, assumindo um papel dinamizador do cumprimento das metas traçadas pela Iniciativa Novas Oportunidades (in <http://www.anq.gov.pt/default.aspx>).

No quadro da estratégia de qualificação da população portuguesa, que tem por principal desígnio promover a generalização do nível secundário como patamar mínimo de qualificação, a intervenção da ANQ, I.P. é dirigida para a concretização das metas definidas e para a promoção da relevância e qualidade da educação e da formação profissional.

A Rede de Centros Novas Oportunidades e o Catálogo Nacional de Qualificações são instrumentos centrais dessa estratégia, constituindo a sua estruturação e dinamização objectivos privilegiados de intervenção da ANQ, I.P.

Consagradas no Decreto de Lei nº 276-C / 2007 de 31 de Julho (Anexo 1), as principais atribuições da ANQ, I.P. são as seguintes:

- Coordenar e dinamizar a oferta de educação e formação profissional de dupla certificação, destinada a jovens e a adultos, participando na definição de orientações para os modelos de financiamento e para a afectação de recursos relativamente às ofertas de qualificação para jovens e adultos;
- Consolidar, no quadro do combate à exclusão, ao abandono escolar e à inserção precoce na vida activa, a diversificação das ofertas de educação e formação de jovens e adultos;
- Participar na definição de mecanismos de avaliação integrada e de incentivo à qualidade, no âmbito das ofertas de educação e formação de jovens e adultos;
- Participar na definição da orientação estratégica, das opções políticas e do regime legal das ofertas de educação e formação de jovens e adultos e do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências;
- Desenvolver e gerir o Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, escolares e profissionais, assegurando a coordenação da Rede de Centros Novas Oportunidades;
- Conceber e manter actualizado o Catálogo Nacional de Qualificações com o apoio dos Conselhos Sectoriais para a Qualificação, assegurando a concepção de percursos de educação e formação de jovens e adultos, de carácter flexível, modular e capitalizável;

- Mobilizar, em cooperação com outros actores, a procura de novas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida;
- Dinamizar a inovação no domínio do currículo, das metodologias e dos recursos pedagógicos;
- Estabelecer, no quadro da sua missão, relações de cooperação ou associação com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Como instrumentos de gestão a ANQ, I.P. orienta-se através do que vem estabelecido no, Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), que visa contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade de serviço da Administração Pública, para a coerência e harmonia da acção dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências. Obviamente que o Plano de Actividades constitui uma referência fundamental para o desenvolvimento da estratégia da ANQ, I.P.

Conforme definido nos seus estatutos, a ANQ, I.P. dispõe de uma orgânica interna que compreende uma estrutura nuclear de carácter hierárquico e funcional e uma estrutura matricial integrada por equipas multidisciplinares, em função do plano estratégico plurianual. A estrutura nuclear da ANQ, I.P. é constituída pelas seguintes unidades orgânicas: o Departamento de Gestão Integrada de Sistemas de Qualificação (DGISQ); o Departamento de Referenciais de Qualificação (DRQ); o Departamento de Coordenação e Gestão da Rede de Centros Novas Oportunidades (DCNO); o Departamento Financeiro e de Organização (DFO); o Núcleo de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional (NRHDO); o Núcleo de Comunicação e Imagem (NCI); o Núcleo de Informática (NI) e o Núcleo de Assessoria (NA).

A estrutura matricial integra equipas multidisciplinares com competências em domínios específicos, associadas a projectos, e criadas para responder a objectivos, integrados na missão da ANQ, I.P. que exigem responsabilidades intermédias claramente definidas. Além disso o Conselho de Gestão e o Conselho Geral, apoiam a Direcção no desenvolvimento da sua missão.

A ANQ, I.P. foi criada num período de reestruturação da Administração Central do Estado, traduzida no desenvolvimento do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e resultou de um processo de fusão que exigiu uma profunda atenção aos processos de organização e gestão, e viu as suas listas e mapas efectivos aprovados no início do 2º semestre de 2008.

Neste contexto de reestruturação, associado a uma forte dinâmica organizativa, a um importante mandato político, a uma crescente exigência de inovação técnica e enfoque

estratégico, a ANQ, I.P. concebeu e pôs em funcionamento a estrutura que o organigrama da figura 1 esquematiza minuciosamente.

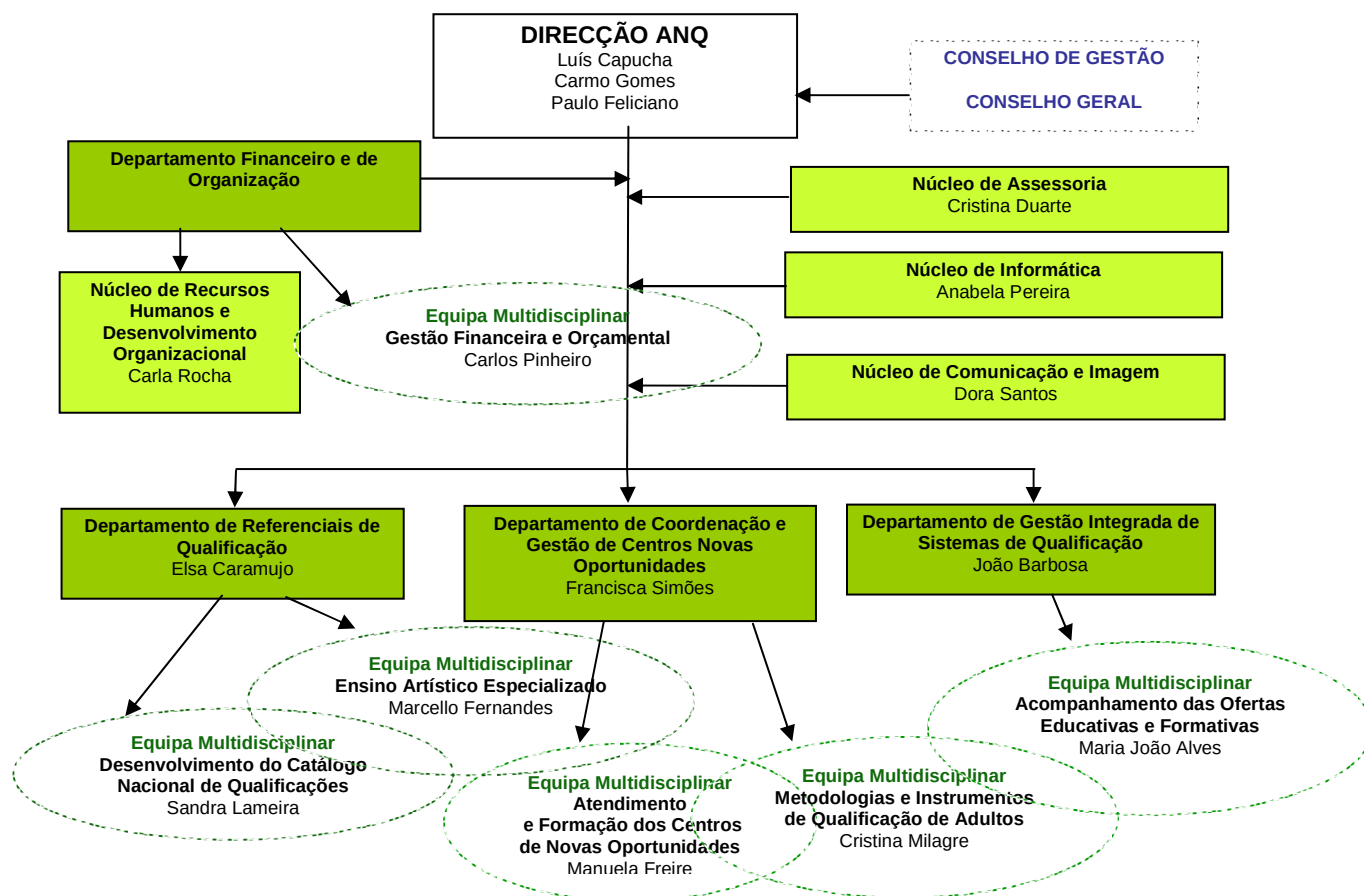


Figura 1 : Organigrama da Agência Nacional para a Qualificação.

O meu trabalho de estágio desenvolveu-se no Departamento de Gestão Integrada de Sistemas de Qualificação (DGISQ). A este Departamento compete, de acordo com o artigo 3º da Portaria nº959/2007, de 21 de Agosto (Anexo 2), promover e regular uma oferta diversificada de educação e formação profissional de dupla certificação destinada a jovens e adultos e, em especial: a) Assegurar, em articulação com as estruturas desconcentradas do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) e do Ministério da Educação (ME), o ordenamento da rede de oferta formativa de dupla certificação, definindo os critérios a considerar na sua estruturação; e b) Promover o acompanhamento das ofertas de dupla certificação, destinadas a jovens e adultos, em articulação com as estruturas desconcentradas do MTSS e do ME e em coordenação com a actividade dos outros Departamentos.

No DGISQ, para além de se trabalhar todos os dias para se garantir a qualidade dos serviços, existe espaço para a camaradagem entre colegas e, acima de tudo, para o trabalho em equipa. No tempo passado na instituição, o que pude observar é que embora o trabalho seja efectuado individualmente, existe uma troca de informação entre todos os membros do departamento, ou

seja, um trabalho cooperativo. Todo o trabalho é supervisionado pelo director de departamento, mas existe a liberdade de exprimir opiniões e fazer observações de modo a melhorar a resposta às necessidades e sugestões dos principais intervenientes, escolas, centros novas oportunidades, formandos e formadores.

Embora exista uma hierarquia, todos estão envolvidos de forma dinâmica no trabalho sem olhar a postos, e a nível funcional a acção evolui naturalmente.

Tarefas Desenvolvidas do Longo do Estágio

Para além da avaliação do projecto Kit das Profissões, ao longo do estágio foi surgindo a necessidade da realização de outras tarefas, inicialmente foi necessário compreender melhor o papel da ANQ, I.P. e mais propriamente do DGISQ na promoção e regulação da oferta diversificada de educação e formação profissional de dupla certificação destinada a jovens e adultos.

Num outro momento, o objectivo de conhecer centrou-se mais em torno de pesquisa, consulta do site e da Portaria nº 959/ 2007, de 21 de Agosto (Anexo 3) de modo a perceber o enquadramento legal da ANQ, I.P, a sua missão, atribuições e competências. Os objectivos desta tarefa centraram-se em: a) compreender a estrutura orgânica da ANQ, I.P; b) perceber qual a missão e atribuições da ANQ, I.P e c) conhecer as competências do DGISQ.

A segunda tarefa começou pela consulta do documento referente ao Concurso Público nº3/ ANQ/ 2009 (Anexo 4), para perceber como surgiu o Kit das Profissões. Quais os seus principais objectivos, o público que se pretende atingir com este projecto, os destinatários da distribuição do Kit das Profissões. Conhecido o Kit das Profissões de um modo geral, foi necessário consultar os instrumentos de desenvolvimento vocacional, o Guia das Profissões e o Manual de Exploração Vocacional. Dentro de cada instrumento identifiquei a sua finalidade, caracterização estrutura e conteúdos. Ficaram assim cumpridos os objectivos: a) saber de que modo surgiu o Kit das Profissões; b) compreender os objectivos do Kit das Profissões; c) conhecer a sua estrutura, nomeadamente os instrumentos Guia de Profissões e o Manual de Exploração Vocacional e d) identificar a estrutura, conteúdos e finalidade de cada instrumento, o Guia de Profissões e o Manual de Exploração Vocacional.

De seguida passei para a construção dos instrumentos de avaliação, com base em trocas de opiniões e reflexões efectuadas pela ANQ, I.P. anteriormente, aquando das visitas de acompanhamento às escolas. Iniciei a tarefa com o estudo de alguns questionários já existentes, de algum modo ligados ao objectivo do questionário que pretendia construir, para me familiarizar com a linguagem utilizada. Feita a pesquisa, consultei livros referentes à construção

de questionários. Procurei identificar os conteúdos da acção de formação, alvo da avaliação, de modo a direccionar e precisar as perguntas a colocar no questionário elaborado para o estágio. Cumpri assim com os objectivos: a) construir um questionário de avaliação que me permitia recolher evidências e opiniões relativamente ao Kit das Profissões; b) fornecer à ANQ, I.P um instrumento de avaliação que permita avaliar as sessões de sensibilização para a utilização do Kit das Profissões.

Após a recolha de informações e dados que me permitiram desenvolver o trabalho foi necessário envolver outras organizações. Com vista à realização das sessões de sensibilização para a utilização do Kit das Profissões a ANQ, I.P realizou um encontro de trabalho, no qual tive o privilégio de participar, em que deu a conhecer as actividades que pretende desenvolver ao longo de 2010, mas que para isso acontecer necessita da cooperação das Direcções Regionais de Educação (DRE) e do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). A ideia era dar a conhecer o Plano de Actividades da ANQ, I.P (Anexo 5) às DRE e ao IEFP e ao mesmo tempo garantir a parceria entre a ANQ, I.P, as DRE e o IEFP para o cumprimento das tarefas designadas. Neste encontro ficou estipulada uma ordem de trabalhos relativamente às sessões de sensibilização para a utilização do Kit das Profissões, de onde se foi desencadeando todo o meu trabalho de estágio.

Organização do Relatório de Estágio

Este relatório encontra-se dividido em seis grandes momentos. Sendo o primeiro a introdução, onde configurou um enquadramento relativamente ao relatório de estágio, objectivos e caracterização da instituição.

O segundo momento diz respeito à apresentação do projecto alvo de avaliação, o Kit das Profissões, como surgiu, quais os seus objectivos, público – alvo e descrição da ordem de trabalhos seguida por mim.

O terceiro momento representa o enquadramento teórico, a base conceptual que me permitiu tomar decisões e saber que passo dar a seguir.

O enquadramento metodológico, surge como o quarto momento, dar a conhecer os instrumentos utilizados na recolha de informação, quais as vantagens e desvantagens na sua utilização. Como quinto momento apresento a descrição e análise dos dados recolhidos. Por último uma reflexão sobre o contributo do estágio para o meu crescimento como pessoa e para o desenvolvimento das minhas competências.

Passando agora para o Capítulo II, é primordial conhecer o projecto alvo de avaliação, o Kit das Profissões.

Capítulo II

O Projecto Kit das Profissões

Apresentada a organização e o departamento no qual me inseri durante o estágio e descritas algumas tarefas desempenhadas, fixo a minha atenção naquilo que me foi proposto, a avaliação do Kit das Profissões. Assim, torna-se necessário descrever detalhadamente este projecto. De onde surgiu e como e quais os seus principais objectivos.

Enquadramento do Projecto Kit das Profissões

Tendo em consideração a utilização e a rentabilização dos apoios proporcionados pelos quadros comunitários de apoio, Portugal trilhou, nos últimos anos, um caminho que resulta hoje na reestruturação de um sistema integrado de educação e formação que abrange a população jovem e os adultos, numa perspectiva de educação, aprendizagem ao longo da vida. Esses apoios comunitários possibilitaram não só a definição de uma vasta rede de agentes educativos, composta por escolas públicas e privadas, centros de formação profissional e outras entidades formadoras, mas também a consolidação de uma política pública e privada de educação e formação sustentada numa diversidade de percursos educativos e formativos capazes de abranger diferentes públicos e de responder a diversos desafios.

Actualmente, o sistema educativo português disponibiliza uma vasta gama de opções, que se traduz num conjunto diversificado de alternativas escolares e profissionais. Desta forma, os cursos destinados ao prosseguimento de estudos, durante muito tempo considerados como os que correspondiam a um percurso “normal”, passaram a “conviver” com uma multiplicidade de opções de modalidades de educação e formação, algumas duplamente qualificantes com acesso a certificação escolar e profissional. Por conseguinte, pode dizer-se que hoje o sistema de educação e formação é rico em modalidades / percursos flexíveis e diversificados, tendo esta diversificação introduzido uma maior capacidade de resposta a um público muito heterogéneo. Com o aumento dessa capacidade de resposta espera-se que os alunos se identifiquem mais com o contexto escolar e permaneçam na escola até cumprirem o 12º ano de escolaridade e que se estabeleçam hábitos de formação e actualização ao longo da actividade profissional, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.

Assim, atingir o nível secundário de escolarização (12º ano de escolaridade) tem sido assumido como uma importante prioridade pelas instâncias nacionais e internacionais. O relatório “Economic Policy Reforms – Going for Growth”, de 2005, editado pela OCDE, (Anexo 6), sugere que o nosso país adopte como prioridade política o reforço da escolarização

de nível secundário de educação para incrementar a empregabilidade, a produtividade e a coesão social. Conforme refere a Resolução do Conselho de Ministros nº 173/ 2007, de 7 de Novembro, em Portugal (Anexo 7) cerca de 485.000 jovens entre os 18 e os 24 anos estão hoje a trabalhar sem terem concluído o 12ºano de escolaridade, sendo que 266.000 não chegaram a concluir o 9ºano de escolaridade. Para além do combate aos baixos níveis de qualificação como resultado do abandono escolar, os percursos qualificantes são também vistos como uma nova possibilidade de fomentar o prosseguimento de estudos. Ao terminarem um curso de dupla certificação, os jovens possuem as competências necessárias para o exercício de uma profissão e ainda os conhecimentos que possibilitam o prosseguimento de estudos através de um curso superior ou de um curso de especialização tecnológica.

De modo a cumprir com as recomendações e acordos políticos de âmbito europeu e internacional, o governo português promoveu em 2006 a Iniciativa Novas Oportunidades no sentido de, para o eixo dos jovens, aumentar para 100% a taxa de conclusão do ensino secundário e para 50% a percentagem dos jovens que frequentam o nível secundário de educação, através dos percursos profissionalmente qualificantes.

Atingir estas metas pressupõe delinear estratégias e propor instrumentos, nomeadamente no âmbito da informação e orientação vocacional, enquanto medidas de intervenção coadjuvantes do aumento do sucesso no ensino secundário e facilitadora das escolhas, por parte dos jovens, na construção do seu percurso formativo e na preparação da integração no mundo do trabalho. Entende-se que a informação e a valorização das profissões e do mundo do trabalho é essencial para apoiar os jovens nas escolhas de um percurso vocacional. O conhecimento mais aprofundado das profissões, nomeadamente no que respeita a funções, competências e saberes necessários ao exercício das mesmas e quais os percursos formativos que possibilitam o seu efectivo exercício, bem como o contacto directo com o mundo do trabalho, são estratégias que motivam os jovens para prosseguirem os estudos na vertente da educação e formação.

Considera-se que qualquer estratégia de desenvolvimento da formação profissional qualificante irá enfrentar um importante desafio: agir sobre a procura. A Portaria nº959/ 2007, de 21 de Agosto (Anexo 3), define a missão e atribuições da ANQ, I.P. das quais consta o objectivo de dinamizar e monitorizar os dispositivos de informação e orientação para a qualificação, em articulação com as estruturas desconcentradas do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Neste sentido, numa fase inicial de intervenção neste âmbito, competirá à ANQ, I.P. promover o desenvolvimento e a partilha de instrumentos técnicos de informação e orientação para os jovens, direccionados para apoiar as suas escolhas vocacionais para a procura de ofertas formativas de dupla certificação que

permitam a conclusão do ensino secundário e, em simultâneo, a obtenção de uma qualificação profissional.

É neste contexto que surge o Kit das Profissões, que foi desenvolvido, tendo como ideias base “escolhas com futuro”, na sequência de outras acções da Iniciativa Novas Oportunidades, “escolhe uma formação, qualifica-te para uma profissão”. Contendo instrumentos de informação, exploração e desenvolvimento vocacional, pretende ser um suporte à desconstrução de preconceitos relativamente a profissões e formações, podendo ser utilizados pelo universo de alunos das escolas, formandos de outras entidades formadoras ou jovens, que estando fora do sistema educativo e formativo, estejam a repensar o seu percurso vocacional. Aplica-se assim, a jovens de ambos os sexos, fora do contexto educativo ou integrados em qualquer modalidade educativa mesmo que frequentem um dado percurso ao abrigo das necessidades educativas especiais.

A concepção do Kit das Profissões foi prevista através do Concurso Público nº3 / ANQ/ 2009, que pode ser consultado no Anexo 4. Este concurso teve como objectivo principal a aquisição dos serviços relativos e necessários à execução de um Kit das Profissões para informação e sensibilização da população jovem para a procura e escolha de percursos qualificantes de acesso a saídas profissionais de Nível III, no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades.

O projecto de construção / divulgação do Kit das Profissões foi financiado pelo Fundo Social Europeu (FSE). O FSE é o principal instrumento financeiro que permite à União Europeia concretizar os objectivos estratégicos da sua política de emprego, melhorando os níveis de educação e de qualificação dos seus cidadãos.

Dentro do FSE, o Kit das Profissões enquadra-se no Programa Operacional de Assistência Técnica (POAT/ FSE), que representa um programa onde são expressas as acções com características transversais na óptica de intervenção do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e na perspectiva do FSE, independentemente da sua natureza operacional ou estratégica, apoiando diversos aspectos, nomeadamente através da monitorização da acção do FSE, nos vários planos em que esta actividade tem de ser realizada ao longo do período de programação.

Alguns aspectos referidos são incentivos na promoção da consolidação de mecanismos de apoio à reforma do sistema de formação profissional e apoio a estudos que permitem analisar a contribuição do FSE às actividades associadas à implementação de políticas públicas nacionais de educação, emprego, formação e igualdade.

No âmbito do novo período de programação para o FSE, pretende o POAT / FSE estimular e apoiar um conjunto de actividades de carácter transversal susceptíveis de promover a qualidade, a inovação e a difusão e transferência de novas abordagens relacionadas com os conteúdos, métodos e organização das acções co-financiadas pelo FSE, através da integração dos novos princípios do mesmo, alguns dos quais emergentes da prática e da experiência da intervenção EQUAL, bem como da experiência adquirida com a implementação e gestão do QCA III (Quadro Comunitário de Apoio III).

O POAT / FSE deverá pois apoiar o exercício dessas competências fundamentais, incluindo o apoio ao suporte material para a sua implementação e desenvolvimento.

As actividades a apoiar no âmbito do POAT /FSE inscrevem-se em dois eixos prioritários, consoante a sua afectação às Regiões de Objectivo Convergência ou do Objectivo Competitividade e Emprego, sendo obrigatoriamente enquadradas numa das cinco áreas que integram o tipo de acções elegíveis:

Eixo prioritário 1 – Coordenação, Gestão, Monitorização, Auditoria e Conhecer para Intervir e Qualificar nas Regiões do Objectivo Convergência.

- 1 – Funcionamento dos Sistemas e Estruturas de Coordenação, Gestão e Monitorização
- 2 – Auditoria
- 3 – Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu
- 4 – Informação e Comunicação
- 5 – Estudos e Avaliação

Eixo Prioritário 2 – Coordenação, Gestão, Monitorização, Auditoria e Conhecer para Intervir e Qualificar nas Regiões do Objectivo Competitividade Regional e Emprego.

O Kit das Profissões insere-se no Eixo Prioritário 1 na área de intervenção 5-*Estudos e Avaliação*. Nesta área de intervenção serão apoiadas diferentes tipos de actividades, que podem ser consultadas no Anexo 8.

A informação presente no Kit das Profissões, as actividades de exploração vocacional, devem ser dinâmicas e interactivas, envolvendo os jovens na realização das mesmas e comprometendo-os com as suas escolhas. A principal finalidade do Kit das Profissões é apoiar as escolhas dos jovens no seu processo de tomada de decisão sobre opções educativas e formativas, seja para prosseguimento das aprendizagens seja para a preparação da inserção na vida activa. Assim, os instrumentos e propostas de actividade que integram o Kit das Profissões têm como objectivos específicos: a) Promover o conhecimento das profissões com base nas

saídas profissionais dos cursos qualificantes de Nível 3; b) Apelar à descoberta do mundo das profissões e das qualificações, através da realização de actividades de natureza dinâmica e do contacto com casos de sucesso e com contextos profissionais e formativos diversificados, permitindo aos jovens validar as suas escolhas no prosseguimento do nível secundário de ensino ou, caso já o frequentem, fazer reorientação para um percurso mais adequado e c) Facilitar aos jovens a descoberta de si mesmos, das capacidades, preferências e aspirações, para que as suas decisões se fundamentem na conjugação de um melhor conhecimento das oportunidades formativas e profissionais e das suas características pessoais e expectativas.

Tendo em consideração que o Kit das Profissões informa acerca de percursos qualificantes de acesso a saídas profissionais de Nível III, é necessário perceber o que se entende por cursos qualificantes do mesmo nível, tendo em conta a tabela de níveis de formação anexa à decisão nº 85/ 368/ CEE, do conselho, de 16 de Julho, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº L 999, de 31 de Julho – ao Despacho Normativo nº4 – A/ 2008, de 24 de Janeiro, para perceber os níveis de formação existentes. O referido Nível III, corresponde à Formação de acesso à escolaridade obrigatória e ou formação profissional e formação técnica complementar ou formação técnica escolar ou outra de nível secundário. Esta formação implica mais conhecimentos técnicos que o nível II. Esta actividade respeita principalmente a um trabalho técnico, que pode ser executados de uma forma autónoma e ou incluir responsabilidades de enquadramento e de coordenação. Os restantes níveis podem ser consultados no Anexo 9.

O Kit das Profissões como Produto.

O Kit das Profissões, como foi atrás referido é constituído por dois instrumentos: o “Guia de Profissões” e o “Manual de Exploração Vocacional”, apresentando-se em suporte papel e digital. O Guia de Profissões pode ser disponibilizado na Internet, no site “Mundo das Profissões”, permitindo às escolas e ou entidades formadoras e serviços de informação e de orientação para jovens rentabilizarem a sua utilização de acordo com as reais condições físicas de trabalho e recursos humanos disponíveis. O Kit foi divulgado no início do 3º período escolar do ano lectivo de 2008 / 2009, junto de um público-alvo constituído por jovens entre os 14 e os 17 anos de idade, que frequentavam os 8º, 9º e 10º anos de escolaridade e que se encontravam na fase de escolha de um percurso formativo de nível secundário ou ainda que pretendiam reorientar o seu percurso educativo.

Foram distribuídos 21.000 exemplares do Kit das Profissões pelas seguintes entidades destinatárias: Escolas com 3º ciclo e ensino secundário da rede pública e privada e Escolas

Profissionais; Centros de Formação Profissional de Gestão Directa e de Gestão Participada do IEFP; Centros de Formação Profissional do IEFP; Centros de Emprego; Instituto Português da Juventude; Lojas da Juventude / Lojas Ponto Já; Câmaras Municipais; Serviços de apoio aos jovens; Serviços centrais e regionais do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Os objectivos do Kit das Profissões passam por:

- a) Promover o conhecimento das profissões e a sua valorização através de informação sobre saídas profissionais de percursos qualificantes de nível secundário, apresentada de forma acessível e atractiva para os jovens.
- b) Apelar à descoberta do mundo das profissões e qualificações através da participação activa dos jovens na realização de actividades que envolvam a comunidade educativa e privilegiem o contacto com contextos profissionais e casos de sucesso de inserção profissional após a formação.
- c) Promover escolhas informadas e reflectidas apoiando os jovens nas decisões quanto à: concretização do ensino básico; prosseguimento de estudos no ensino secundário; prosseguimento de estudos no ensino superior ou transição para o mercado de trabalho, reorientação do percurso educativo.

Dependendo do contexto em que decorrer o atendimento aos jovens para pesquisa apoiada ou desenvolvimento de actividades de exploração vocacional, os utilizadores a quem compete planificar e dinamizar estas actividades são os profissionais de orientação (Serviços de Psicologia e Orientação, Gabinetes de Inserção Profissional e Conselheiros de Orientação Profissional, entre outros) e os professores/formadores (de disciplina ou que exerçam funções de directores de turma ou directores de curso), sob a orientação dos respectivos órgãos de gestão e direcção das escolas/entidades formadoras.

O trabalho de desenvolvimento vocacional pode abranger vários intervenientes de uma mesma organização, pelo que se recomenda que seja cooperativo, integrado e articulado, gerido em equipa e planificado de acordo com saberes, competências e disponibilidades de cada interveniente. Pode ainda implicar o contacto e a participação de parceiros externos e os pais e encarregados de educação devem ser envolvidos na organização e concretização de actividades, bem como na divulgação dos produtos/trabalhos resultantes.

A fim de mobilizar as Direcções Regionais de Educação e o IEFP para a optimização da utilização do Guia de Profissões, do Manual de Exploração Vocacional e do site Mundo das

Profissões, realizaram-se quatro sessões de apresentação dos referidos instrumentos de desenvolvimento vocacional.

2.1- O Guia das Profissões

Este documento foi publicado em suporte papel, e DVD, tendo também sido disponibilizado na Internet, no portal Novas Oportunidades, e no site “ Mundo das Profissões”. O documento tem cerca de 150 páginas, abrangendo 100 profissões correspondentes a saídas profissionais de nível III. As saídas profissionais estão classificadas e agrupadas por áreas de educação e formação, num total de 40, de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação ao abrigo da Portaria nº256 /2005, de 16 de Março (Anexo 10), e constam do Catálogo Nacional de Qualificações e também dos referenciais de formação dos Cursos Profissionais.

No Guia de Profissões a explicitação dos conteúdos está redigida de forma sucinta, clara e apelativa para os jovens, surgindo a seguinte estrutura: a) índice alfabético por profissões; b) índice temático por agrupamento de profissões e outros temas abordados; c) introdução que enquadra o documento e dá pistas para a sua consulta; d) apresentação das profissões agrupadas em seis centros de interesses e actividades; e) apresentação de cada profissão com a descrição das principais actividades profissionais desenvolvidas, os perfis de desempenho, bem como as formações e percursos de acesso e ainda testemunhos de profissionais qualificados e/ou ex-alunos recentemente integrados no mercado de trabalho e f) apresentação de duas propostas de actividades para a exploração do mundo das profissões e das qualificações: “Guião de Entrevista a um Profissional” e “Histórias de Sucesso”.

Na versão digital (DVD e Internet) os conteúdos expressos são idênticos aos da versão em papel, todavia podem ser utilizadas outras funcionalidades, tais como:

- A activação de links ao portal das Novas Oportunidades para possibilitar a consulta da rede das entidades formadoras com oferta formativa de dupla certificação e ao site da ANQ para consulta das características dos vários percursos profissionalmente qualificantes (cursos profissionais, cursos de educação e formação, cursos artísticos especializados e cursos de aprendizagem);

- A partir do índice deve ser possível fazer um link direccionado a determinada profissão ou grupo de profissões ou tema /actividade. Cada profissão é animada com um vídeo ilustrativo das actividades desenvolvidas, incluindo testemunho e “dicas” de profissionais sobre o respectivo acesso, com duração aproximada de 3 minutos.

2.2- O Manual de Exploração Vocacional

O documento apresenta cerca de 30 páginas onde são sugeridas actividades para desenvolver com jovens, que permitem aceder e explorar informação sobre saídas e áreas profissionais, o mundo do trabalho, os percursos de educação e formação, bem como descobrir-se a si próprio relacionando as qualificações, competências, interesses, valores e expectativas para que melhor possam tomar decisões sobre as opções a fazer.

O Manual não representa um programa de actividades com sequencialidade obrigatória, sugerindo antes orientações de planificação das actividades e de adaptação das mesmas ao grupo de jovens a que se destinam, devendo a aplicação ser dinâmica para que alicie e estimule a sua participação. A metodologia recomendada indica a utilização de técnicas de dinâmica de grupo, debate de temas, estudos de caso, *roleplaying* (dramatização), *brainstorming* (chuva de ideias), reflexão e pesquisa para a resolução de problemas. O Manual obedece à seguinte estrutura: a) índice; b) introdução que enquadra o instrumento; recomendações para a planificação das actividades e a sua dinamização; c) apresentação das Actividades organizadas em três áreas de intervenção: “explorar as oportunidades”, “aprender a conhecer-se” e “escolher um rumo” e d) apresentação de Propostas de Actividades, cada uma com a descrição dos objectivos e dos procedimentos.

Este instrumento pode ser consultado em suporte de papel e DVD. A apresentação multimédia do sistema educativo e formativo português deve figurar como sendo um subproduto do Manual de Exploração Vocacional e ainda como um produto autónomo a aplicar no portal Novas Oportunidades – site Mundo das Profissões. No entanto, este instrumento enquadra-se também numa das actividades do Manual de Exploração Vocacional, na área de intervenção “explorar as oportunidades”.

A fim de mobilizar as entidades, onde os jovens recorrem para obter informação e orientação vocacional, para a utilização dos instrumentos que constituem o Kit e apoiar os animadores no desenvolvimento das actividades de informação e exploração vocacional junto dos jovens. Devem ser consideradas estratégias de divulgação e implementação do Kit das Profissões, as quais devem ser adequadas, por um lado, aos utilizadores das entidades formadoras (animadores, profissionais de orientação ou professores e formadores) na operacionalização dos instrumentos do Kit e na aplicação das respectivas actividades de informação e exploração vocacional. Por outro, aos técnicos de serviços de informação e apoio a jovens do Instituto Português da Juventude e das Câmaras Municipais, bem como técnicos dos serviços regionais e descentralizados do Ministério da Educação (Direcções Regionais de

Educação e respectivas equipas de coordenação de escolas) e do Instituto do Emprego e Formação Profissional -IEFP (delegações regionais) que irão disseminar a informação junto das estruturas locais (escolas, centros de formação).

O Propósito e Matriz de Avaliação.

É importante referir que utilizando as sessões de sensibilização como meio importante para avançar com a avaliação do Kit das Profissões clarificou-se que esta avaliação surgiu baseada em dois propósitos.

3.1 - O Propósito da Avaliação

O primeiro propósito tem a ver com a necessidade de prestação de contas uma vez que o Kit das Profissões foi financiado pelo FSE. Neste contexto, a avaliação é inerente ao próprio processo de financiamento. O segundo propósito é o facto de haver uma necessidade, por parte da ANQ, I.P, saber até que ponto o seu trabalho está a ser aceite pelo público-alvo, isto é, se está a ser útil, se tem aplicabilidade prática. É no fundo um exercício fundamental de auto-avaliação para melhorar o serviço prestado e também para uma tomada de decisão relativamente a expectativas iniciais que se baseavam nas opiniões que a ANQ, I.P tem vindo a receber por parte dos profissionais de educação, aquando das visitas de acompanhamento às escolas.

A matriz de avaliação, conhecido o Projecto Kit das Profissões e os propósitos, surgiu no fundo para conseguir explicar qual e porquê o caminho que segui. Foi pensada de um modo simples e objectivo, partindo do nível macro para o micro. O intuito foi seguir um procedimento de avaliação que englobasse não apenas o presente estudo, mas também o prosseguimento do mesmo, procedimento esse que se encontra esquematizado na figura 2.

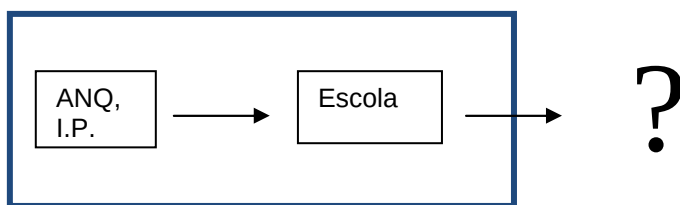


Figura 2 – Procedimento utilizado para a determinação da matriz de avaliação.

Ao observar a figura 2 podemos observar um quadro constituído por duas entidades distintas a ANQ, I.P e a Escola. Foi nestas entidades que se desenvolveu todo o trabalho apresentado neste relatório de estágio. O ponto de interrogação representa a minha ideia de continuidade de estudo que irei focar mais à frente neste relatório, a porta aberta para a investigação.

Centrando então a atenção na primeira entidade, a ANQ, I.P, que representa o sistema, ou seja é quem está no nível macro. É representativa deste nível porque foi a entidade que construiu, divulgou e implementou o Kit das Profissões. É daqui que surge toda uma panóplia de acções, com a ANQ, I.P como motor, todas com o mesmo propósito, dar a conhecer as profissões. É entre o trabalho desenvolvido pela ANQ, I.P e a Escola que se centrou este relatório de estágio. Aqui o ponto Escola representa a escola num todo, mas mais direccionado para quem utiliza o Kit das Profissões dentro da mesma. Representa assim os professores, professores directores de turma, os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), entre outros. Digamos que estes são os primeiros a ajuizar a pertinência e potencialidades do Kit das Profissões e de algum modo depende um pouco destes intervenientes fazer-lo chegar ao seu verdadeiro público-alvo, os jovens.

Uma boa coordenação e a troca de opiniões entre a ANQ, I.P e as Escolas faz com que se perceba até que ponto todo o trabalho desenvolvido pela ANQ, I.P, tenha sido eficaz e eficiente para com os seus objectivos. É na Escola que poderemos perceber todas as falhas ou vicissitudes da divulgação e implementação do Kit das Profissões.

3.2 -Matriz de Avaliação

Delimitado o meu espaço de “intervenção” foi necessário clarificar quais os objectos e dimensões da minha matriz de avaliação que podem ser identificados tendo em conta o Quadro 1 que se encontra a seguir:

Objecto	Dimensões
Divulgação	• Conhecimento do Kit das Profissões por parte das Escolas • Meios utilizados.
Implementação	• Reencaminhamento do Kit das Profissões. • O número de Kit das Profissões entregue na Escola foi suficiente.
Utilização	• Exploração das Potencialidades do Kit das Profissões. • Pontos Fortes do Kit das Profissões. • Pontos Fracos do Kit das Profissões.

Quadro 1 – Matriz de Avaliação, objecto e dimensões.

O objecto divulgação foi evidenciado porque era um dos pontos que a ANQ, I.P, queria diagnosticar, pretendia saber se a divulgação do Kit das Profissões tinha sido satisfatória. No sentido em que o público se identificou com o instrumento, através dos anúncios que passaram na televisão e também da informação passada à escola. No fundo a ideia era perceber se os participantes já conheciam o Kit das Profissões antes de este ser apresentado nas sessões de sensibilização. A implementação, como objecto, surgiu com a vontade de entender o que correu bem ou mal no processo de implementação do Kit das Profissões nas escolas. Mais à frente iremos perceber que este processo foi quem levantou mais problemas e indignação por parte dos participantes. Outra dimensão a evidenciar foi a questão do número de Kit das Profissões entregues nas escolas, pois de certo este é um factor condicionante para o processo de implementação correr bem. Por último, o objecto utilização, porque mostrou-se extremamente importante perceber se o instrumento construído pela ANQ, I.P levantou dúvidas ou questões quanto ao seu conteúdo, se existiram dificuldades na sua utilização ou até identificar as suas potencialidades para os utilizadores.

Tendo em conta a matriz de avaliação foi simples de perceber o porque de ter surgido esta avaliação do Kit das Profissões. Os objectivos vem no sentido de:

- Perceber se a divulgação efectuada pela ANQ, I.P do Kit das Profissões foi satisfatória.
- Verificar se o Kit das Profissões chegou ao maior número de escolas possível.
- Perceber se as indicações de reencaminhamento do Kit das Profissões foram adequadas.
- Identificar pontos fortes e fracos da utilização do Kit das Profissões.

As Sessões de Sensibilização e o Desenvolvimento do Trabalho

Como se pode perceber pelo capítulo anterior, com a apresentação de algumas tarefas desenvolvidas ao longo do estágio. Pode-se perceber a importância das sessões de sensibilização para a divulgação do Kit das Profissões e ao mesmo tempo para o meu trabalho de estágio. Isto porque, foi nestas sessões que recolhi opiniões, reflexões de Profissionais de Orientação, Educação e Formação (Técnicos de Orientação, Professores, Formadores) que têm vindo a intervir na divulgação e ou implementação do Kit das Profissões. As sessões foram a rampa de lançamento de todo o trabalho, pois foram essas opiniões, que me permitiram construir o instrumento de avaliação a aplicar a nível nacional. Mas antes de lá chegar foi necessário seguir uma ordem de trabalhos.

No início do mês de Junho de 2009, o *Site Mundo das Profissões* ficou *online* e o Kit das Profissões foi distribuído em todas as Escolas com 3º ciclo e ensino secundário, da rede pública e privada, e Escolas Profissionais (10 exemplares a cada), bem como aos Centros de Formação Profissional de gestão directa e participada do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), aos Centros de Emprego, às Lojas Ponto Já (IPJ) e às Câmaras Municipais.

A fim de mobilizar as entidades para a optimização da utilização do *Guia de Profissões*, do *Manual de Exploração Vocacional* e do site *Mundo das Profissões*, foram realizadas três sessões de apresentação com as DRE e uma com o IEFP, que decorreram entre 25 de Junho e 16 de Julho de 2009. Estes encontros abrangeram um total de 130 participantes, entre os quais, Dirigentes e Técnicos do IEFP e das DRE, incluindo as Equipas de Apoio às Escolas (EAE) e técnicos dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), Técnicos das Delegações Regionais do IEFP e dos Centros de Formação Profissional, incluindo Formadores, Directores de Centros Novas Oportunidades e Conselheiros de Orientação Profissional.

Nestas sessões fez-se a apresentação dos referidos instrumentos, sensibilizando-se para a necessidade dos parceiros da ANQ, I.P promoverem a sua utilização e apoiarem a aplicação dos mesmos. De modo geral, a reacção dos participantes à apresentação destes materiais foi positiva e também de reforço à ANQ, I.P para que continue a desenvolver e partilhar instrumentos de apoio às escolhas dos jovens, de promoção da conclusão do nível secundário de educação e de valorização das profissões e respectivas qualificações de acesso.

As conclusões destes encontros apontaram para a realização de sessões de natureza mais formativa e de intervenção directa com as escolas, considerando que estes instrumentos foram disponibilizados já no final do ano lectivo e que algumas das escolas não têm profissionais de orientação ou professores que estejam disponíveis para desenvolver actividades de informação e exploração vocacional.

Nestas sessões foi dado enfoque à necessidade de implicar, de alguma forma, os órgãos de gestão e direcção das escolas. Foi também unânime a indicação das equipas de apoio às escolas – EAE – como elementos mediadores e mobilizadores da acção, dado estarem mais próximas das escolas. Foi ainda referida a necessidade das EAE envolverem profissionais de orientação (SPO ou GIP, entre outros), para que as apoiassem numa abordagem mais formativa de orientação vocacional na vertente da informação e exploração vocacional. Nenhuma DRE apontou para a organização de grandes seminários. Pelo contrário, deu-se preferência à realização de reuniões ou encontros de trabalho com escolas, abrangendo as mais activas e com práticas consolidadas nesta área de intervenção e outras que habitualmente não priorizam estas actividades no seu projecto educativo ou mesmo no plano anual de actividades.

Foi também sugerido o interesse em convidar representantes dos serviços ou entidades da proximidade geográfica das escolas, facilitando a ponte e o estabelecimento de redes com representantes de autarquias, entidades empregadoras, associações profissionais e outros parceiros locais.

Tendo em vista promover uma adequada utilização dos materiais de informação e exploração vocacional e, simultaneamente, averiguar quais as expectativas que as escolas têm nesta área de intervenção, foi proposto a realização de onze Encontros de Trabalho no início do ano de 2010.

Embora se tenha considerado importante implicar os órgãos de gestão das escolas, a fim de que estes entendam a importância da integração de actividades de orientação vocacional no projecto educativo da escola, sendo estas acções de natureza formativa, não pareceu adequada a sua presença e participação nos encontros de trabalho que se realizaram. Assim, foi enviado um ofício para a direcção das escolas, explícito quanto aos objectivos do Kit das Profissões e do Site Mundo das Profissões, a convidar três elementos da escola que pudessem constituir uma equipa de trabalho para intervir no âmbito do desenvolvimento vocacional dos jovens.

Dos três elementos convidados, poderia sugerir a participação de um pai/ encarregado de educação representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação, um profissional de orientação, do SPO ou outro (caso exista na escola), bem como um professor (ou dois, no caso de faltar um dos outros elementos) que exerça funções de direcção de curso, tutoria, apoio educativo, coordenação de directores de turma ou coordenação das Novas Oportunidades.

Os objectivos previstos para estas sessões eram: a) apresentar aos participantes na acção os instrumentos de informação e exploração vocacional – Guia de Profissões e Manual de Exploração Vocacional – que constituem o Kit das Profissões, bem como o Site Mundo das Profissões; b) sensibilizar os participantes da acção para as potencialidades da utilização do Kit das Profissões e do site Mundo das Profissões como instrumento de orientação e desenvolvimento vocacional; c) promover a partilha de conhecimentos e de competências, entre os participantes da acção, necessários à utilização e aplicação em contexto escolar dos instrumentos de informação e exploração vocacional em referência; d) esclarecer dúvidas, junto dos participantes da acção, quanto à operacionalização dos instrumentos de informação e exploração vocacional em referência; e) recolher informação, junto dos participantes da acção, sobre as suas dificuldades encontradas na utilização e aplicação dos instrumentos de informação e exploração vocacional em referência; f) recolher informação, junto dos participantes da acção, sobre as suas expectativas no que se refere ao desenvolvimento de instrumentos e metodologias

de intervenção no âmbito da orientação vocacional; g) avaliar o grau de satisfação dos participantes da acção relativamente à organização, metodologia, conteúdos e comunicação, através da aplicação de uma ficha de avaliação no final de cada sessão e h) proceder a uma pré – avaliação do Guia de Profissões e do Manual de Exploração Vocacional, aplicando aos participantes da acção um questionário de avaliação no início de cada sessão.

Para a concretização das acções tiveram que se envolver alguns recursos humanos, nomeadamente, da ANQ, I.P e das DRE.

Por parte da ANQ, I.P participaram duas técnicas do DGISQ nas actividades de concepção, planificação e de dinamização dos encontros de trabalho com as escolas.

Como estagiária participei também nas actividades de concepção e planificação, participando na dinamização de um encontro que se realizou em Lisboa. A participação neste encontro de trabalho foi muito positiva, passei pela experiência de falar no início do mesmo. Explicando no que consistia o meu trabalho na ANQ, I.P e concretamente qual o meu papel nos encontros de trabalho e qual a sua ligação com a avaliação do Kit das Profissões. Para além de intervir directamente no encontro, dei apoio ao nível da logística, como por exemplo a distribuição de pastas e Kit das Profissões e dar as boas vindas aos participantes. Foi uma experiência importante no sentido em que pude observar como decorreu a sessão de sensibilização e ficar com uma ideia de como iriam decorrer as restantes, visto que não iria estar presente nas mesmas.

Para a realização dos encontros, o contributo das DRE foi importante na medida em que colaboraram nas actividades de organização e dinamização dos encontros de trabalho com as escolas, como por exemplo, a escolha das escolas onde se realizaram os encontros de trabalho, o envio de ofícios para os órgãos de gestão convidados para a participação nas acções, recepção e confirmação de inscrições e a participação nos encontros como animadores e relatores dos grupos de trabalho. Foi previsto que para além de técnicos que exercem funções na sede das DRE fossem também envolvidas as EAE.

Para que a articulação entre a ANQ, I.P e as DRE se processasse de forma eficaz, sugeriu-se que, cada DRE, indica-se um técnico que seria o elemento de contracto entre os dois organismos.

Relativamente aos recursos físicos e materiais necessários à concretização destas acções, propôs-se que a realização dos encontros se efectua-se em escolas que dispusessem de um auditório apetrechado com equipamento informático para apresentar “power point” (data show e

computador portátil) e com ligação à internet, com lotação para, aproximadamente, 60 pessoas no mínimo e 4 salas com dimensão suficiente para 16 pessoas, cada uma, onde reuniram os grupos de trabalho.

A ANQ, I.P entregou 65 exemplares do Kit das Profissões a cada uma das onze escolas onde se realizaram os encontros. Como documentação de apoio fez-se uma cópia do power point apresentado (sob a forma de folheto para tirar notas) e três ou quatro artigos de índole científica e de orientação política (da UE) sobre as vantagens do desenvolvimento de actividades de informação e orientação escolar e profissional em contexto educativo. Esta documentação foi entregue a cada participante, dentro de uma pasta da ANQ, I.P.

Os onze encontros de trabalho realizaram-se entre 1 de Fevereiro e 14 de Abril de 2010, em conformidade com o calendário abaixo apresentado (Figura 3) e, preferencialmente, nos concelhos aí mencionados. A indicação das escolas foi dada pelas DRE até dia 21 de Janeiro, na sequência da reunião que se realizou na ANQ a 13 de Janeiro, de modo a permitir o envio atempado dos Kit das Profissões e do ofício com os convites e a recepção das inscrições para o primeiro encontro que se realizou a 1 de Fevereiro.

Datas de realização dos encontros de trabalho	Horário dos encontros	Concelhos / DRE
01 – 02 – 2010 (2ºfeira)	Das 10h30 às 13h00 e das 14h00 às 17h00	Lisboa DRELVT
03 – 02 – 2010 (4º feira)		Castelo Branco DREC
08 – 02 – 2010 (2º feira)		Chaves DREN
12 – 02 – 2010 (6º feira)		Setúbal DRELVT
24 – 02 – 2010 (4º feira)		Évora DRE Alentejo
16 – 03 – 2010 (5º feira)	Braga Das 11h00 às 13h30 e das 14h30 às 17h30	Coimbra DREC
18 – 03 – 2010		Porto

(5º feira)	Faro Das 10h00 às 12h30 e das 13h30 às 16h30	DREN
19 – 03 – 2010		Braga
(6º feira)		DREN
23 – 03 – 2010		Santarém
(3º feira)		DRELVT
25 – 03 – 2010		Faro
(5º feira)		DRE Algarve
14 – 04 – 2010		Aveiro
(4ªfeira)		DREC

Figura 3: Calendário da realização das sessões de trabalho.

Este mapa de actividades foi elaborado tendo em conta os seguintes factores:

1. Total de escolas públicas e privadas: 1652

- DRE Algarve: 84 escolas (5%), 16 concelhos;
- DRE Alentejo: 116 escolas (7%), 47 concelhos, 6 EAE;
- DREC: 351 escolas (21%), 78 escolas, 9 EAE;
- DRELVT: 529 escolas (32%), 51 concelhos, 9 EAE;
- DREN: 572 escolas (35%), 86 concelhos, 15 EAE.

2. Número máximo de 11 Encontros de Trabalho, sendo atribuído a cada DRE um número proporcional de encontros face ao total de escolas de cada região, Assim:

- DRE Algarve: 1 encontro de trabalho;
- DRE Alentejo: 1 encontro de trabalho;
- DREC: 3 encontros de trabalho;
- DRELVT: 3 encontros de trabalho;
- DREN: 3 encontros de trabalho

3. Opção por concelhos com cidades de fácil acesso e com maior número de escolas.

Por estimativa, com o desenvolvimento das onze sessões de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional, ficarão abrangidas 220 escolas (20 escolas x 11 encontros) e 660 participantes (200 escolas x 3 participantes).

Cada sessão de sensibilização seguiu um programa e uma ordem de trabalhos que pode ser consultado no Anexo 11. Tendo em conta o programa estabelecido para as sessões de sensibilização e que para validar qualquer projecto e melhorar os processos/ actividades subsequentes é fundamental proceder à sua avaliação. Neste sentido, seguiu-se a seguinte ordem de trabalhos:

- a) Avaliação das acções de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional, através da aplicação de uma Ficha de Avaliação no final de cada encontro de trabalho (Anexo 12)
- b) Pré – avaliação dos instrumentos de desenvolvimento vocacional que constituem o Kit das Profissões: Guia de Profissões e Manual de Exploração Vocacional, através da aplicação de um Questionário de Avaliação que foi validado no último encontro de trabalho para depois ser aplicado a nível nacional (Anexo 13).
- c) Foi proposto o seguinte cronograma da aplicação dos questionários.

Do primeiro ao penúltimo encontro de trabalho aplica-se, no início da sessão, o questionário de avaliação e no final, aplicou-se a ficha de avaliação do encontro de trabalho.

No último encontro de trabalho aplicou-se, no início da sessão, o questionário já construído tendo em conta as reflexões efectuadas pelos grupos de trabalho no primeiro encontro e, no final, aplica-se a ficha de avaliação do encontro de trabalho.

Entre Maio e Junho de 2010, após a realização das acções de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional, dando a possibilidade dos participantes poderem utilizar este instrumento, será aplicado um questionário a nível nacional, validado no último encontro de trabalho.

Capítulo III

Enquadramento teórico

No capítulo referente ao enquadramento teórico considero que foi importante clarificar alguns conceitos, ideias relativas à avaliação, mais especificamente a avaliação da formação e a avaliação de projectos. Considerei também de extrema importância apresentar alguns exemplos de avaliações de projectos, no sentido em que de certo modo serviram como guias para o desenvolvimento desta acção, a avaliação do Kit das Profissões.

Deste modo faz todo o sentido iniciar este enquadramento teórico a fazer referência à avaliação da formação. Porque em termos práticos, as sessões de sensibilização que muitas vezes são referidas ao longo do relatório, são na verdade acções de formação com o intuito de sensibilizar para a utilização do Kit das Profissões. Início por esta temática porque na minha opinião as sessões de sensibilização foram a chave para o desenvolvimento desta avaliação.

Avaliação da Formação

Embora as práticas consideradas como avaliação dos indivíduos em formação date de há já muito tempo, o mesmo não se passa com as práticas de avaliação das Acções de Formação ou do funcionamento de dispositivos de formação, que constituem uma acção relativamente recente.

Com toda a certeza que os diversos actores implicados numa actividade (acção) formativa (sejam eles formadores, coordenadores-pedagógicos, gestores de formação, etc), não deixaram de analisar as suas práticas, de as criticar e de proceder às necessárias alterações, mas estas avaliações mantinham-se implícitas, ou seja, eram espontâneas e não eram consideradas como práticas de avaliação aplicando uma metodologia específica.

Foi somente no final da Segunda Guerra Mundial e principalmente a partir do início dos anos cinquenta que começaram a surgir as primeiras iniciativas consideradas significativas relativamente à avaliação da formação.

Segundo Barbier (1985) a maior parte dos autores, conhecedores da matéria, está de acordo que foi nos Estados Unidos e nos anos 1952-1953 que surgiram os primeiros relatórios de avaliação sistemática publicados nas revistas especializadas. Os trabalhos avaliativos foram multiplicando-se depois destas primeiras iniciativas, o verdadeiro sentido da palavra «avaliação» parece mesmo datar desta época. A história da avaliação das acções de formação é, uma história curta, mesmo muito curta, e existem relativamente poucas informações sobre ela, (Barbier, 1985).

Já segundo M. Morin (1971), por mais estranho que possa parecer este afirma que, não foi no meio das instituições de formação, mas sim no mundo industrial, que surgiram pela primeira vez práticas de avaliação das acções de formação. Os industriais americanos foram os primeiros a subsidiar investigações sobre a avaliação dos resultados da formação. Anteriormente, todo o sistema de educação nacional dispunha, de meios de apreciação do efeito pedagógico, mas foi na empresa/ indústria que apareceram os pedidos de elaboração de meios novos e específicos de fazer a estimativa dos efeitos da formação no trabalho dos adultos dentro da empresa, digamos que a avaliação funcionava como uma avaliação do desempenho, tão conhecida nos dias de hoje.

Como escreveu Barbier (1985), foram as empresas americanas as primeiras a recorrer aos serviços especializados de psicólogos ou de investigadores para a implementação de exercícios práticos de avaliação tendo em conta a avaliação dos resultados da formação.

De acordo com ambos os autores podemos perceber que as indústrias “empresas”, aparecem assim como o espaço inicial de onde surgiram as primeiras práticas de avaliação da formação e, pode mesmo dizer-se que representam o motor do seu desenvolvimento.

Foi já nos anos sessenta, que por iniciativa da Agência Europeia de Produtividade que, se desenvolveu à escala europeia, uma série de trabalhos acerca da avaliação dos resultados da formação do pessoal pertencente às empresas.

Nos dias de hoje ainda são as empresas, especialmente as consideradas grandes empresas, que desempenham um papel privilegiado e motor relativamente à avaliação da formação profissional. Nos seus departamentos e ou serviços de formação, os responsáveis insistem regularmente na «necessidade» de avaliar e exigem muitas vezes dos seus colaboradores a apresentação de novos instrumentos de avaliação que se apresentem mais acessíveis e fáceis de utilizar do que os habitualmente usados.

Segundo Barbier (1985), quer as empresas americanas nos anos 50, quer as empresas europeias nos anos 60 privilegiaram sempre a avaliação das acções de formação destinadas ao pessoal de direcção ou de enquadramento médio, em detrimento das acções destinadas à classe trabalhadora.

Por outro lado, as acções que eram objecto de um mecanismo de avaliação planeado e bem elaborado eram as acções de duração bastante reduzida e que não conduziam a uma mudança de qualificação mas somente a uma melhoria de competências. Esta realidade tem a ver com o facto de que a maior parte das formações organizadas em âmbito industrial não tinham por finalidade conferir uma qualificação, mas somente actualizar ou aperfeiçoar as

competências dos trabalhadores na sua função actual, ou seja formar para qualificar. Ligando esta situação à avaliação do Kit das Profissões, as sessões de sensibilização não serviram para qualificar, mas sim informar e sensibilizar. Conhecimento esse que de certo modo conduziria à utilização.

As práticas de avaliação das acções de formação não aparecem isoladas, mas sim ligadas directamente às práticas de análise das necessidades. Estas práticas de avaliação das necessidades, tal como as de avaliação das acções são um fenómeno que remonta aos anos sessenta em França e à Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos. Também elas surgem no quadro das formações não qualificantes e organizadas no meio industrial. Os vários autores vão afirmando que o método de avaliação das acções deve obrigatoriamente fazer parte do programa de formação desde a sua concepção, pois quanto mais as necessidades forem expressas e satisfeitas em termos precisos mais fácil será o estabelecimento de critérios de avaliação. Em termos para esta avaliação, quanto mais as necessidades forem satisfeitas através do Kit das Profissões, mais fácil será atingir os resultados desejados. Porque de certo modo o que se pretende é ajudar os agentes educativos (professores, directores de escola, directores de turma, encarregados de educação, pais, etc) a dar a conhecer aos alunos o Kit das Profissões e fazê-los encará-lo como uma resposta às suas dúvidas e necessidades.

Seguindo esta lógica, a ideia de uma boa avaliação depende da análise prévia das necessidades dos utilizadores, ou seja estabelece-se uma relação entre os fins a atingir por uma acção de formação e as diligências apontadas durante o processo de análise das necessidades, (Barbier, 1985).

Ainda segundo o mesmo autor, fica a ideia de que o plano de formação e o plano de avaliação devem surgir em conjunto. Pois, os projectos de formação, são fundamentados nas avaliações das acções que os precedem, avaliamos, diagnosticamos e no fim construímos o plano de formação. A determinação de objectivos finais de uma acção de formação, surge da análise das necessidades e acontece antes da avaliação propriamente dita, daí ser extremamente necessário explicitar as condições concretas em que se prevê ou já se previu realizar estes objectivos, tendo em conta os meios de que se dispõe e, em particular, o tempo dispendido para a avaliação. (Barbier, 1985).

Segundo Meignant (1999), a avaliação subentende a comparação de resultados com um referencial que é definido antes da formação em confronto com o que se deseja (objectivos) e ou prescreve. Não se devia partir para nenhuma acção sem que os formadores e os clientes se questionassem, relativamente à aquisição de conhecimentos, ou seja, no fim da formação onde poderiam ver reflectido no seu trabalho o fruto da acção.

Ainda segundo o mesmo autor, uma das regras consideradas básicas da avaliação é encontrar os indicadores adequados e pertinentes para avaliar, a partir dos critérios de desempenho observáveis e mensuráveis definidos pelo referencial. A pertinência e a adequação encontram-se de acordo com a sua capacidade de exprimir simples e directamente o resultado a medir.

A avaliação pode ser considerada uma operação, isto porque durante o seu processo são emitidos juízos de valor sobre a formação provenientes dos resultados alcançados, de acordo com os resultados podem-se retirar conclusões, emitir juízos de valor. Para além disso, a avaliação também pode surgir com a intenção de verificar se os objectivos pré-estabelecidos inicialmente foram ou não alcançados. Esta definição tem a vantagem de ser clara e sobretudo de recentrar bem a avaliação relativamente aos objectivos definidos à partida aquando da elaboração do projecto de formação. (Saint-Sauveur, s/d)

O conceito de avaliação depende do meio onde se insere o trabalho, refere Guy Le Boterf (2002), no caso de uma organização do trabalho Taylorista, a avaliação surge noutro sentido, ou seja é uma medição para se perceber até que ponto as instruções iniciais são cumpridas à risca ou se registaram desvios. A avaliação funciona como um controlo. Numa organização do trabalho onde se tenta desenvolver a ideia de exercer um serviço de qualidade em que o simples cumprimento dos procedimentos não é suficiente para assegurar a qualidade do serviço e alcançar as performances desejadas, a avaliação consistirá em atribuir um valor a um determinado comportamento, a estimar a pertinência de uma dada prática profissional. Os referenciais de competências, têm de ser tidos em conta não como modelos mas como apenas como pontos de referência.

O mesmo autor insiste que quanto mais o referencial de competências evidenciar o saber – fazer, mais controlo terá que existir, logo mais procedimentos avaliativos. Por outro lado, se as competências se centram mais no saber – agir, tomar iniciativas, fazer face a determinados acontecimentos e situações, mais a avaliação se baseará na execução da interpretação dos factos.

Guy Le Boterf (2001) nas conclusões que apresentou na sua conferência na Universidade da Formação Profissional d'Edf-Gaz de France em 2001 definiu três finalidades da avaliação:

A Primeira – dar confiança aos investidores, ou seja, fazer incidir a avaliação sobre os processos e não somente sobre os resultados, aceitar a transparência, proceder a avaliações periódicas, estimar os retornos económicos.

A Segunda – para servir esta segunda finalidade é necessário garantir uma melhoria contínua do profissionalismo, ligando a avaliação aos projectos de desenvolvimento profissional individualizados. Ser transparente com as regras do jogo da avaliação, tornar visíveis as evoluções profissionais possíveis, confrontar as atenções ou «articular os pontos de vista», constituem as condições necessárias para servir esta segunda finalidade.

A Terceira – constituir um instrumento para gerir homens e equipas.

Assim, segundo Joint Committe on Standards for Educational Evaluation (1981) citado por Rodrigues (1993) “A avaliação é parte inevitável de todo o empreendimento humano”. É por esta razão que a avaliação é o tema base de muitos estudos, procurando-se compreender a sua realidade, isto porque o Homem vive avaliando tudo o que o rodeia. Entende-se que a avaliação é o melhor instrumento para favorecer a aprendizagem. Contudo à sempre uma questão que fica no ar, o que é avaliar? Avaliar é elaborar um juízo de valor, qualitativo ou quantitativo, sobre uma acção.

Segundo Meignant, 1999 citado por Ferreira 2004, a avaliação subentende a comparação dos resultados com um referencial pré-defenido antes da formação.

A avaliação refere-se à determinação do mérito, ou do valor, de um dado processo ou do que dele resultou (p. ex., Scriven, 1991, p-139). Avaliar é um processo de recolha sistemática de informação, sobre um determinado assunto /objecto destinada a formular um juízo acerca do valor /mérito tendo em vista a tomada de decisões, tendo sempre em vista a melhoria. A avaliação é baseada em domínios, tais como o currículo, definição de critérios, recolha de informação e o mais importante de todos a selecção de tarefas. As tarefas devem ter “tripla função, integrar as estratégias de ensino utilizadas pelo professor; ser meio privilegiado de aprendizagem e ter associado um qualquer processo de avaliação”, Fernandes (2005, p-77-98). A avaliação é um complexo aparelho teórico-prático. É preciso desmontá-lo para se poder identificar as partes, mas é necessário também ser capaz de o montar de novo para o usar no seu todo (Bartolomeis, 1999). Existem inúmeras definições para o conceito de avaliação, estas na minha opinião são no fundo aquilo que pretendi com este projecto de avaliação, perceber o mérito e o valor de todo o processo do qual resultou o Kit das Profissões e ao mesmo tempo perceber de que modo o usam para usufruir da utilidade das partes que o constituem.

Ainda segundo Bartolomeis (1999), quando se avalia, determinam-se as características de qualquer coisa, de um produto, objecto, fenómeno ou comportamento, no que respeita a classes, índices, padrões e parâmetros escolares de grandeza. Quem avalia faz um levantamento de

presenças e ausências, de semelhanças e diferenças; controla e confronta, indica o lugar que o que é avaliado ocupa numa série ordenada segundo determinados critérios, atribui um grau de significado aquilo que considera, faz previsões.

Ainda na perspectiva de Bartolomeis (1999) o modelo científico da avaliação em termos gerais, é semelhante ao modelo de investigação científica. O grau de número de variáveis, obriga a ver para além daquilo que directamente se observa no decurso das actividades, de forma a se atingirem situações de experiência que são o terreno de formação do comportamento. Se não é arbitrariamente limitado, o objecto de avaliação demonstra uma complexa estrutura social, é então por isso que a avaliação deve ser intencionalmente explicada como sendo uma operação social.

Ainda de acordo com o mesmo autor a actividade de avaliação é uma característica intrínseca do conhecimento e das decisões práticas. Conhecer algo equivale a avaliá-lo, atribuir-lhe um valor, um significado, a explicá-lo. Avalia-se quando se tem de fazer escolhas com fins práticos, ao nível do indivíduo singular ou de intervenções sociais de largo alcance.

Abordagens da avaliação

Clarificado o conceito de avaliação e tendo em conta o objectivo deste relatório faz todo o sentido clarificar as abordagens avaliativas que serviram como base para a tomada de decisões, ao longo de todo o processo. Tendo em conta os objectivos desta avaliação, a minha posição no que se refere à avaliação vai no sentido da utilização de múltiplas abordagens. O que pretendo dizer é que não me centrei apenas numa abordagem para efectuar esta avaliação. Isto porque para se fazer uma boa avaliação não me devo posicionar apenas numa perspectiva avaliativa, mas sim adaptar as várias abordagens que existem à situação em que me encontro.

Em concordância com a avaliação desenvolvida considero importante enunciar seis abordagens de avaliação tendo em conta os pontos de vista dos autores: Scriven, Stufflebeam, Stake, Guba e Lincoln, House e Howe, e Patton.

Do meu ponto de vista o que tem mais relevância em relação às abordagens da avaliação é a natureza da mesma, as posições epistemológicas de cada autor, os modelos utilizados pelos mesmos, ou seja, as suas posições ideológicas. Também são de extrema importância as posições ontológicas e as preferências metodológicas de cada um.

Assim, Scriven (2000) apresenta quatro ideologias: separatista, positivista, gerencial e relativista. O autor critica-as e apresenta ele próprio a ideologia consumista. Esta ideologia é totalmente focada no consumidor. O ponto essencial desta perspectiva é que todas as partes afectadas pela avaliação devem ser tidas em conta. Nesta ideologia o consumidor deve ser

consciente, responsável, informado e activo no processo de avaliação, ao mesmo tempo que a avaliação deve ser auto-referente, isto é, ter a capacidade de se avaliar a ela própria.

A segunda abordagem, de Stufflebeam (2000), apresenta o modelo CIPP que reúne quatro avaliações, de contexto, de input, de processo e de produto. Este modelo está configurado para ser usado nas avaliações internas conduzidas pela organização, auto-avaliações conduzidas pelos responsáveis dos serviços e nas avaliações externas por contrato. Talvez por isso, a desvantagem deste modelo passe principalmente por ser estritamente orientado para a liderança, para aqueles que “encomendam” a avaliação. Ao empregar estes quatro tipos de avaliação consegue-se melhorar os serviços de modo a que estes melhorem eles próprios a sua eficiência e eficácia. Esta é a grande vantagem deste modelo, ter em conta a melhoria e o desenvolvimento. Este modelo está fortemente ligado aos princípios de equidade e igualdade. Assim, um conceito-chave do CIPP é precisamente os stakeholders. É importante envolver todos os stakeholders, pois estes ao sentirem-se envolvidos num processo de mudança (que no fundo são as avaliações reais) estarão provavelmente mais interessados em aceitar e actuar nos resultados do processo (por exemplo nos relatórios de avaliação). O grande lema deste modelo e naquilo em que ele se baseia é o de que o grande propósito da avaliação não é provar mas melhorar (*it's not to prove but to improve*).

Stake (2000) apresenta uma alternativa, o modelo de avaliação respondente. Esta é uma avaliação baseada no que as pessoas fazem naturalmente para avaliar algo: observar e reagir. A avaliação respondente preocupa-se mais com as comunicações informais e naturais mas isto não significa que este tipo de avaliação não exija planeamento e estrutura. É caracterizada pela subjectividade mas esta pode ser reduzida por exemplo com a operacionalização das definições dos termos mais ambíguos. Uma avaliação educacional é respondente se se orientar mais directamente para as actividades do programa do que para os objectivos do programa. O plano da avaliação respondente não se divide por fases pois a observação e o feedback devem estar presentes desde o início até ao fim do processo. Este modelo é particularmente útil durante a avaliação formativa quando se torna necessário monitorizar o programa, mas também é útil na avaliação sumativa quando se pretende perceber as actividades do programa.

Guba e Lincoln defendem o paradigma da interrogação (investigação), que difere dos outros paradigmas fundamentalmente pelo local onde é realizada a avaliação, a forma como é relatada e a natureza dos métodos que utiliza. Apresentam um sistema axiomático que distingue o paradigma racionalista com o paradigma naturalista. Diferentes axiomas têm diferentes utilidades. A sua utilidade não é determinada pela natureza, mas sim pela interacção entre axiomas e as características da área onde são aplicadas.

Os autores House e Howe apresentam uma abordagem democrática deliberativa para a avaliação. Esta posição é inclusiva (todos os interesses relevantes estão representados na avaliação e que lhes é dada devida expressão) e implica uma deliberação dialógica (stakeholders e avaliadores comprometem-se em diálogos de vários tipos durante o processo de avaliação) na avaliação. Os stakeholders, os seus pontos de vista e os seus interesses são representados. As conclusões da avaliação devem emergir da deliberação, do debate e da reflexão. Os avaliadores devem usar procedimentos que incluam os pontos de vista dos “insiders” e dos “outsiders”, devem dar voz aos excluídos e a quem é normalmente posto de parte. É de realçar que esta perspectiva é demasiado ideal para ser seguida “à risca”, deverá ser usada como um guia orientador. Os autores operacionalizam esta abordagem a partir de dez questões feitas aos avaliadores, cujas respostas darão elementos para aplicar esta perspectiva.

Finalmente, Patton (2003), apresenta uma avaliação focada na utilização, nos utilizadores. O foco fundamental desta avaliação é de trabalhar com os utilizadores pretendidos (primários) para encontrar o uso pretendido. Esta abordagem parte do princípio que as avaliações devem ser julgadas pela sua utilidade e uso actual. Os avaliadores devem preparar tudo, no processo e no design, de modo a fornecer a informação de como tudo é feito, desde o início até ao fim do processo e de que modo irá afectar o uso (ou utilidade) da avaliação. Esta abordagem está preocupada em como as pessoas (reais) no mundo real aplicam as conclusões e a experiência do processo de avaliação. Esta perspectiva é bastante pessoal e situacional, o avaliador tenta perceber quem são os utilizadores pretendidos e quais as suas necessidades. O programa de avaliação orientado para a utilização é uma avaliação feita para e com os utilizadores primários pretendidos com vista a um determinado uso (pretendido).

Julgo que um bom avaliador não se deve posicionar apenas numa perspectiva avaliativa, mas sim adaptar as várias abordagens que existem à situação em que se encontra. Deverá concentrar-se naquilo que cada abordagem tem de melhor. Assim, considero que o “modo ideal” de avaliar é em primeiro lugar avaliar o contexto, obter reconhecimento, envolver os potenciais interessados, descrever o programa e focar a avaliação. Deste modo, penso que os stakeholders (bastante focados por alguns dos autores em estudo) são a base do posicionamento adoptado pelo avaliador, isto porque, eles são o cerne da avaliação, é em torno destes que tudo se decide.

No fundo, independentemente da abordagem e da posição do avaliador, aquilo que se pretende é resolver problemas e dar valor a algo, contribuindo assim para a melhoria da realidade, as abordagens ajudam na definição do meu caminho enquanto avaliadora. Para podermos efectuar uma boa avaliação temos que nos conseguir posicionar como que estando num plano superior e daí conseguir ter uma percepção abrangente (em diversas abordagens) de

matéria a avaliar e perceber semelhanças e diferenças ou particularidades que nos permitam perceber-la no seu todo e depois sim avaliar.

Avaliação de Projectos

Esclarecidos conceitos de avaliação e apresentada a base de trabalho através das abordagens considere pertinente clarificar o conceito de projecto de avaliação, porque no fundo é mesmo sobre esta temática que este relatório se centra, avaliação do projecto Kit das Profissões. Para falar acerca da avaliação de projectos, foi bastante complicado visto esta temática ainda não ter uma representatividade e ainda não ter sido muito estudada.

Um projecto segundo Machado (1977), “ do Latim *projectu-*, que se lança sobre, proeminente, saliente, transbordante, sem medida, desenfreado; abatido, certamente pelo francês *projet*, que sofreu influência formal do citado vocábulo latino, por via culta. // Séc. XVIII. De acordo com Costa (s/d), “projecto é um plano para a realização de um acto; esboço; representação gráfica e escrita, acompanhada de um orçamento que torne viável a execução de uma obra; cometimento; empresa; desígnio; intenção...”. O conceito de projecto tal como o de avaliação é clarificado de várias maneira dependendo da posição que se toma e das realidades distintas que podemos encontrar. O que é importante referir é que um projecto tem sempre uma intenção, surge sempre com um propósito, um projecto procura sempre responder a uma interrogação, a uma simples curiosidades ou expressão de um problema implicando sempre um trabalho de certa dimensão, Freitas (s/d).

De acordo com o Gipps (2003) os projectos são actividades com objectivos específicos ligados a recursos. Os programas e os projectos de avaliação são usados para tomar decisões e fazer escolhas. Motiva as mudanças. É usado para desenvolver a compreensão. Usado para justificar investimento nos recursos. A avaliação de programas e projectos continua a estar incorporada nas condições e comportamentos humanos.

Para realizar a avaliação de projectos é necessário ter em atenção, de acordo com Freitas (s/d), cinco aspectos essenciais: o objecto da avaliação; o design da avaliação; os instrumentos a serem utilizados; critérios de apreciação; comunicação dos resultados. Aplicando esta temática ao meu projecto, o objecto da avaliação diz respeito ao Kit das Profissões e tudo aquilo que o compõe. O design da avaliação representa todo o processo que desencadeia a avaliação do projecto, as decisões tomadas e os passos seguidos. Os instrumentos são o meio escolhido para a recolha da informação necessária para a avaliação, caso dos questionários e das fichas de avaliação. Já os critérios de apreciação centram-se nas dimensões que são consideradas para avaliar o projecto. Por último e não menos importante, a comunicação dos resultados, pois é de

extrema importância dar a conhecer as conclusões a que se chegou pois isso irá abrir “portas” para a melhoria ou até para novos projectos. E é o que permite definir e identificar critérios e como tal cimentar conhecimentos adquiridos.

De acordo com Calmon (1999) a avaliação de programas e ou projectos teve origem, através da aplicação de métodos de pesquisa científica sobre os problemas sociais. Os primeiros sinais da avaliação de programas levam-nos para o período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, aquando da tentativa de avaliar os programas de alfabetização e treinamento profissionalizante, e os programas de redução da mortalidade e da morbilidade causadas por doenças infecciosas Rossi e Freeman, 1993, citados por Calmon (1999). Já na década de 30, a avaliação foi se expandido para outras áreas o que levou à descoberta de novas técnicas de pesquisa. Com o passar do tempo, já nos anos 50, a avaliação de programas ganhou um novo impulso não se restringindo apenas aos países industrializados mas também nos países em desenvolvimento. Foi a partir daqui que passaram a ser utilizadas pelos avaliadores técnicas de análise quantitativa cada vez mais complexas.

Tal como Rossi e Freeman (1993), citados por Calmon (1999, p-8) observaram a avaliação passou a ser cada vez mais procurada a seguir ao período pós – guerra, muito devido ao “desenvolvimento de métodos estatísticos e de pesquisa aplicáveis ao estudo dos problemas sociais, dos processos sociais e das relações interpessoais”. A sofisticação da avaliação de programas levou a que se torna-se necessário um crescimento também nos métodos utilizados, esse crescimento foi influenciado por dois factores: “o aperfeiçoamento da sistematização da recolha de dados, que resultou na sofisticação das técnicas de pesquisa e o desenvolvimento de computadores capazes de examinar analiticamente grande número de variáveis estatísticas”, Rossi e Freeman (1993) citados por Calmon (1999, p-8).

Foi assim já na década de 1960 que se deu o chamado boom da avaliação de programas. Tudo se deveu, segundo Calmon (1999, p-8) devido: “a) o lançamento, nos Estados Unidos, de um amplo conjunto de programas sociais, iniciados pelo presidente Lyndon Johnson; b) a criação de novas formas de ajuda aos países em desenvolvimento, mediante financiamento de projectos económicos e programas sociais.” O crescimento da avaliação de programas foi-se evidenciando ao longo da década de 70 e 80. Entrando nos anos 90, a avaliação de programas através de alguns factores foi continuando a representar um papel muito importante, Calmon (1999).

Os propósitos principais da avaliação de programas ou projectos é contribuir para que os mesmos contribuam e possuam entre outras, características tais como: a) serem simples, claros e profundos; b) integradores, orientadores; c) orientados para as Aprendizagens dos Alunos e d)

Imprescindíveis para o trabalho pedagógico da instituição, (Fernandes, 2009, pp 87-100). Um outro modo de se olhar para a avaliação de projectos é no sentido de se determinar a qualidade do mesmo. “A avaliação não permite apenas verificar resultados obtidos, constituindo-se um auxiliar precioso de prestação de contas que torna mais transparentes e comparáveis as intervenções e os respectivos méritos, como ainda potencia a capacidade negocial e de participação dos intervenientes e das populações”. Capucha (2008, pp 45).

Numa avaliação de projectos é primordial saber exactamente aquilo que se pretende avaliar, quais os objectivos da avaliação. Segundo Capucha (2008, pp-45), “é possível distinguir dois objectivos da avaliação de projectos: a) a prestação de contas às entidades que financiam as intervenções e/ou que tutelam as entidades promotoras; b) a construção de mecanismos de auto-correcção do projecto a partir daquilo que os agentes envolvidos aprendem sobre o que está acontecer”.

Percebido o meio envolvente da avaliação de programas/ projectos considerei importante fazer referência a alguns projectos de avaliação. Projectos que contribuíram positivamente para a minha abordagem no terreno, porque de todos tirei ideias e modos de actuar que tornaram as minhas decisões mais conscientes e suportadas. Todos os projectos aqui evidenciados apresentam propósitos, processos, resultados e características próprias que me permitiram conhecer várias realidades e contextos de avaliação

O primeiro projecto em que me centrei foi no da Jennifer Green citada por Fitzpatrick (1). O trabalho de Jennifer Greene citada por Fitzpatrick (2009a). Pretendia avaliar um programa de liderança, Natural Resources Leadership Program, a pedido da fundação Kellog. Realizou um estudo piloto que permitiu à equipa desenvolver um retrato de como o programa foi desenhado, implementado e experimentado ao mesmo tempo que desenvolviam uma compreensão acerca do programa de liderança o que lhes permitiu dar sentido à teoria do feedback. Foi a partir do estudo piloto que conseguiram construir os instrumentos de avaliação. A conceptualidade do trabalho de Greene citada por Fitzpatrick (2009a). Na avaliação é concentrar-se no progresso das metodologias qualitativas e mistura de metodologias para haver aproximação social e educacional aos programas de avaliação.

O propósito da avaliação é ser orientada para o mérito e o valor do programa fazendo alguns julgamentos acerca da qualidade e da eficácia da liderança no instituto. O objectivo do programa é melhorar o modo como comandam os recursos naturais e realçar o desenvolvimento da economia rural ao mesmo tempo que mantêm o progresso ambiental de qualidade. O ponto alto do trabalho é o entrelaçar entre valores e metodologias. A aproximação de Greene citada por Fitzpatrick (2009a). À avaliação é do tipo responsiva, a avaliação acomoda-se aos

utilizadores e estes estão rodeados de valores. A metodologia é incluída em diversas perspectivas reflexivas. Os principais stakeholders são as pessoas do programa (150 líderes dos sectores público e privado), primeiro tenta-se responder aos critérios dos stakeholders e perceber quais são as prioridades da fundação, os stakeholders tinham um papel activo na avaliação. A escolha da metodologia foi baseada em três critérios, maximização, inclusão e capturar a experiência e os efeitos do programa de liderança, ver qual o desempenho máximo do programa. O papel do avaliador não é intervir nas mudanças do programa, não tem autoridade para tal, procurava sim, dar feedback e promover a reflexão e a discussão. Com a avaliação o maior impacto para o instituto foi existirem maiores diferenças nas pessoas do que nas políticas, essas mudanças foram medidas através de relatórios de auto-avaliação.

Deste projecto saliento o facto da Jennifer Green citada por Fitzpatrick (2009a), ter efectuado um estudo piloto, na verdade não foi propriamente o meu procedimento, mas de certo modo a aplicação dos primeiros questionários nas sessões de sensibilização representam uma pré-avaliação daquilo que pretendia fazer e ao mesmo tempo recolher dados para a construção do instrumento final. A importância dos stakeholders do processo de avaliação é outra das evidências, pelo facto de estarem directamente ligados, na minha avaliação ao Kit das Profissões.

Já David Fetterman citado por Fitzpatrick (2009b), fala da avaliação do Programa STEP (Programa de Educação/ Formação de Professores) encomendada pelo Presidente de Stanford e cujo grande propósito era a prestação de contas, no fundo o que se pretendia era verificar se o programa STEP iria continuar ou não a existir.

A metodologia usada assenta na avaliação tradicional (nomenclatura dada pelo avaliador) que no fundo consiste em avaliação de necessidades, plano de acção, recolha de dados (através de técnicas como entrevistas, observações e questionários), análise de dados e resultados e recomendações. Este tipo de avaliação foi preferido nesta situação em vez da abordagem tão utilizada por Fetterman citado por Fitzpatrick (2009b) (“empowerment”) pois o avaliador não encontrou confiança e coesão no grupo de pessoas a avaliar, requisitos essenciais para a aplicação da abordagem do “empowerment” (foi esta a razão pessoal destacada) e também pelo facto de o propósito da avaliação ser de prestação de contas (razão racional).

Como principal característica desta avaliação destaco a total imersão no terreno do avaliador (carácter etnográfico), isto é, Fetterman citado por Fitzpatrick (2009b) como membro da Faculdade de Educação da Universidade de Stanford assumiu parcialmente o papel de avaliador interno, dizemos parcialmente pois Fetterman citado por Fitzpatrick (2009b) não era membro do Programa STEP o que lhe conferia alguma distância em relação a esse programa e que lhe

conferia, de certa forma, um papel também de avaliador externo. Como o próprio refere a sua equipa de avaliadores não eram “outsiders” mas também não eram vistos como “insiders” pelas pessoas. A equipa de avaliadores observaram todas as aulas, entrevistaram alunos e ex-alunos para perceberem como é que o programa STEP era entendido e “visto” pelos “insiders” e o que era o programa na realidade, o que de facto acontecia.

Assim a avaliação identificou algumas qualidades do programa tais como: alto calibre da faculdade e dos estudantes; supervisão crítica e de suporte; a experiência do ensino de duração de um ano e um forte apoio dos ex-alunos. Para além das qualidades também alguns problemas foram identificados: a falta de unidade dos propósitos e da forma do programa (o entendimento da missão de forma diferente por cada um) o que levava a uma ausência de uma visão clara para o programa (cursos pensados separadamente e um currículo fragmentado); uma falha notável entre a teoria e a prática e por fim a duração do programa também constituía um problema.

A consequência desta avaliação foi gratificante, mais de 90% das recomendações foram adoptadas, tais como: desenvolvimento da missão focada na prática reflexiva, encontros institucionais da faculdade, revisão de currículos e conteúdos dos cursos coordenados, redução da fragmentação do currículo, desenvolver um programa de pesquisa e investigação, avançar para parcerias entre as escolas e a Universidade e adoptar um compromisso com a excelência do ensino.

Relativamente a este projecto para mim foi importante retirar, as metodologias utilizadas por Fetterman citado por Fitzpatrick (2009b) e ao mesmo tempo o facto de que a avaliação que pretendia fazer do Kit das Profissões de certo modo seria uma prestação de contas, dar a conhecer à ANQ, I.P. alguns pontos chaves relativamente ao Kit das Profissões.

Em relação a Gary T. Henry citado por Fitzpatrick (2009c) este fala-nos do seu trabalho de desenvolvimento de um sistema de medida de desempenho para a Educação na Georgia. Gary Henry citado por Fitzpatrick (2009c) era o director do Conselho de desempenho das escolas criado pelo Governador e Assembleia Geral da Georgia. Este Conselho foi criado pois o Estado da Georgia era o único que não tinha um sistema de prestação de contas do desempenho das escolas, deste modo, tinha como principais funções: fornecer informações sobre o desempenho das escolas públicas e o sistema de escolas da Georgia e conduzir avaliações de programas educativos na Georgia.

O sistema desenvolvido por Gary Henry citado por Fitzpatrick (2009c) e a sua equipa é exemplar pois é um sistema que usa múltiplas medidas ligadas ao ensino para avaliar o desempenho das escolas, isto é, a equipa de avaliação criou indicadores (de escola e da comunidade) que permitia comparar as escolas entre si. Estes indicadores foram criados através

da análise de dados recolhidos, revisão da literatura, várias reuniões de trabalho com os vários stakeholders. Destacamos dois aspectos principais nesta avaliação, o primeiro relaciona-se com os relatórios finais (um por cada nível de ensino) que ocupavam apenas 1 folha (frente e verso) e que eram escritos e apresentados de forma a que todos os stakeholders (pais, professores, administradores escolares, jornalistas, decisores políticos entre outros) entendessem os resultados obtidos. Outro aspecto importante a destacar prende-se com a escolha de indicadores e com as comparações entre escolas. Estas comparações foram feitas entre todas as escolas do Estado da Georgia e apenas entre escolas semelhantes (no tamanho e características demográficas), para nós este facto é importante pois permite um juízo de valores mais justo por parte do público em geral, não se cai no erro de comparar escolas elitistas com escolas inseridas em bairros sociais (contexto português).

Neste caso, embora não dei-a muito ênfase a esta situação os resultados da avaliação das sessões de sensibilização foram transmitidos aos participantes de cada acção, de modo a ficarem com um registo das ideias, opiniões e recomendações dadas ao longo da sessão. E o facto do Gary T. Henry citado por Fitzpatrick (2009c) dar ênfase à divulgação dos resultados, de certo modo fez-me perceber o quanto isso seria importante para os participantes.

O caso da Hallie Preskill citada por Fitzpatrick (2009d) é um pouco diferente, a autora apresenta o desenvolvimento de um sistema de avaliação para o departamento de desenvolvimento de educação e formação nos Laboratórios Nacionais Sandia.

A missão da CEDT é criar e implementar um vasto alcance de resultados orientados para o desenvolvimento e soluções de treino que contribuem para a missão do SNL. Preskill citada por Fitzpatrick (2009d) convenceu a equipa de avaliação a introduzir a investigação apreciativa para ajudar no desenvolvimento do sistema de avaliação. Para Preskill citada por Fitzpatrick (2009d) a avaliação pode ser usada para promover a aprendizagem organizacional, desenvolvendo e mudando os pontos altos do papel do processo. Considera que a investigação apreciativa pode ser usada como base para a aproximação de actividades específicas de avaliação, só pode ser usada em contextos específicos. Foi necessário o envolvimento da administração a dois níveis, num primeiro para suportar todas as mudanças do sistema requeridas pelas infra-estruturas da organização, o segundo porque para o desenvolvimento de um novo sistema são necessários recursos e a administração organizacional tem de assegurar que isso aconteça. Os propósitos da utilização da investigação apreciativa é focar a avaliação, desenhar guiões de entrevistas, desenvolver um sistema de avaliação como o que foi desenvolvido para o departamento CEDT e construir uma capacidade avaliativa.

No fundo a construção de um questionário a aplicar a nível nacional, é como um sistema de avaliação, pois permitirá no futuro à ANQ, I.P. fazer o levantamento da situação na altura que desejar.

Posso destacar a importância do conhecimento da complexidade do contexto em que as avaliações acontecem. É necessário conhecer muito bem o contexto da avaliação pois só assim se conseguirá fazer uma avaliação completa e verdadeira. Só assim se consegue conhecer os programas a avaliar (as pessoas que fazem parte deles), ganhar reconhecimento para se conseguirem formular as questões adequadas e pertinentes de avaliação.

Destaco também a importância de referentes, nas várias avaliações aqui apresentadas posso destacar a importância da revisão da literatura no sentido de apoiar e ajudar na procura de referentes para a avaliação. A avaliação só deverá surgir depois da comparação entre o referido e o referente, para avaliarmos temos de conhecer muito bem o que vamos avaliar (referido) e compará-lo com o que a literatura (a investigação por exemplo) nos indica como ideal (referente).

Capítulo IV

Enquadramento Metodológico

A investigação é uma tentativa de atribuição de respostas às questões. Estas respostas podem ser abstractas e gerais ou podem ser altamente concretas e específicas. Este processo apresenta cinco características: a) é sistemático; b) é lógico; c) é empírico; d) é redutível e e) é replicável e transmissível.

Para se realizar uma investigação, é necessário passar por um moroso processo que implica diversas fases: a) a identificação de um problema que é considerada a fase mais difícil; b) a análise crítica da bibliografia; c) a construção de uma hipótese, o investigador conjectura ou constrói hipóteses, acerca das relações entre os conceitos identificados nos problemas e d) a identificação e definição do estatuto das variáveis, após a identificação da hipótese existe a necessidade de definir o estatuto das variáveis.

Segundo Tuckman (2005), a investigação é uma tentativa sistemática de atribuição de respostas às questões. Essas respostas podem ser de duas ordens: ou abstractas e gerais como é, muitas vezes, o caso na investigação fundamental ou concretas e específicas, como acontece na investigação aplicada.

No que diz respeito a metodologias Almeida (2003), a investigação pode ser alvo de diversas classificações, como é o exemplo, de duas perspectivas básicas, a empírico-analítica no caso das quantitativas e a humanista-interpretativa no caso das qualitativas. Esta última perspectiva implica o recurso à própria perspectiva dos sujeitos implicados nas situações. Torna-se, assim, necessário conhecer os sistemas de crenças e de valores, os sistemas de comunicação e de relação, bem como as suas representações para os indivíduos ou grupos em causa.

Segundo Bogdan e Biklen (1994) a investigação qualitativa em educação possui cinco características: a) a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal; b) é descritiva; c) os investigadores nesta área interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; d) estes investigadores tendem a analisar os seus dados de forma indutiva e e) o significado tem uma grande importância vital na abordagem qualitativa, isto é, os investigadores que utilizam este tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas.

Segundo Nisbet (citado *in* Dockrell e Hamilton, 1983) a função primária da investigação educativa consiste em sensibilizar todos os intervenientes neste campo, para que tomem consciência dos problemas existentes. Aspira para a incrementação da capacidade de resolução

dos problemas do sistema educativa mas por sua vez proporciona respostas definitivas ao interrogadores ou provas objectivas que trazem controvérsias.

Para Meksenas (2002, pp-23) “saber olhar para a escola e perceber que a sua importância não se afirma em extremos e desenvolver um senso reflexivo, capaz de localizar as verdadeiras causas dos problemas sociais, são dimensões de uma visão pedagógica nova que, em grande parte, depende da qualidade da formação do profissional em educação e das possibilidades de acesso em iniciação científica”.

De seguida é apresentada a técnica utilizada para recolha de informação desta avaliação.

O questionário

A ideia de introduzir o questionário neste trabalho surgiu por dois motivos: o primeiro por a sua aplicação ser mais fácil, num período em que os professores se encontram com bastante trabalho; o segundo motivo deriva do facto deste ser uma boa forma de recolher dados que não são possíveis recolher através de outras técnicas, a entrevista por exemplo. Para Ghiglione & Matalon (2001), o questionário é mesmo um dos instrumentos mais amplamente utilizados pelos sociólogos e psicólogos sociais.

. O questionário é uma forma de recolha de informação verbal que caracteriza a área das ciências sociais. Realizar um inquérito por questionário, é portanto, interrogar um determinado número de indivíduos, tendo em vista uma generalização, ou seja, utilizam-se procedimentos orientados por uma postura positivista que visa descobrir e descrever um mundo “objectivo” tal como ele é, através de medidas verdadeiras (Ghiglione & Matalon, 2001).

Na construção de um questionário podem-se utilizar questões abertas e fechadas. Para Hill & Hill (2000) a pergunta aberta pretende uma resposta construída e escrita pelo respondente. Nas perguntas fechadas o respondente tem que responder entre as respostas alternativas fornecidas pela pessoa que constrói o questionário. Ainda segundo, Hill & Hill (2000) nas questões de resposta fechada o respondente tem de escolher entre as respostas alternativas fornecidas pelo autor e permite-nos uma análise dos dados muito mais sofisticada que as questões abertas

Ambos os tipos de questões apresentam vantagens e desvantagens. Relativamente às vantagens de questões abertas podemos destacar o facto destas nos fornecerem mais informações, sendo esta mais “rica”, detalhada e por vezes inesperada. Já como desvantagens podem ser destacadas a “interpretação” que tem que ser feita dessas respostas, o tempo que temos que dispensar para as codificar, a utilização de pelo menos dois avaliadores para as codificar e interpretar, são respostas mais difíceis de analisar e requerem muito tempo (Foddy,

2002). No que concerne a questões fechadas as vantagens apresentadas são a fácil aplicação de análises estatísticas e a possível análise de maneira sofisticada das respostas dadas. No que se refere a desvantagens a informação fornecida por este tipo de questões é muito menos “rica” e as conclusões daí extraídas são demasiado simples, são as mais evidentes (Foddy, 2002). Na elaboração de um questionário, é necessário que o investigador tenha em conta certos aspectos:

- a) Definir com precisão o tópico relativamente ao qual pretende informação;
- b) As respostas têm maior validade se os inquiridos não conhecerem as razões e objectivos pelos quais a pergunta foi elaborada;
- c) A situação de pesquisa, por si só, não influencia as respostas fornecidas pelos inquiridos,
- d) As respostas dos diversos inquiridos, a determinada pergunta, podem ser comparadas entre si.

Terminada a caracterização dos participantes importa apresentar o instrumento de recolha utilizado, o questionário.

Segundo Pawson (citado por Foddy, 1996) “o objectivo dos questionários é o de criar significados comuns pela troca de perguntas e respostas filtradas, podendo chamar-se o enfoque do menor denominador comum. As perguntas são colocadas o mais simples possível, embora se mantenham repletas de significado decorrente das intenções conceptuais do investigador”.

Na elaboração de um questionário, é necessário que o investigador tenha em conta certos aspectos:

- a) Definir com precisão o tópico relativamente ao qual pretende informação;
- b) As respostas têm maior validade se os inquiridos não conhecerem as razões e objectivos pelos quais a pergunta foi elaborada;
- c) A situação de pesquisa, por si só, não influencia as respostas fornecidas pelos inquiridos,
- d) As respostas dos diversos inquiridos, a determinada pergunta, podem ser comparadas entre si.

Para finalizar há que referir que num inquérito, o investigador intervém apenas colocando as questões, sem a intenção explícita de modificar a situação na qual actua enquanto inquiridor (Ghiglione & Matalon, 2001).

A nível das questões, o investigador tem que ter em mente os tipos de questões que existem. Segundo Hill & Hill (2002) podemos classificar as perguntas em abertas e fechadas. A diferença entre elas baseia-se na forma como a resposta é dada. As questões abertas “requerem uma

resposta construída e escrita pelo respondente (...). Já nas questões fechadas “o respondente tem de escolher entre respostas alternativas fornecidas pelo autor” (Hill & Hill, 2002).

Estes dois tipos de questões apresentam vantagens e desvantagens. Relativamente às questões abertas, as vantagens baseiam-se no facto de poderem dar mais informação, mais rica e detalhada e de por vezes darem informação inesperada. As questões fechadas apresentam vantagens na aplicação de análises estatísticas e análises mais sofisticadas.

A nível das desvantagens, nas perguntas abertas as respostas têm de ser interpretadas, codificadas e isso torna a análise mais difícil. Nas questões fechadas, a informação das respostas é pouco rica e as conclusões tornam-se simples demais (Hill & Hill, 2002).

Análise de Conteúdo

Para terminar, vou abordar a Análise de Conteúdo que foi utilizada para analisar as respostas abertas tanto das fichas de avaliação como dos questionários.

Segundo Berelson (1954, in Estrela 1994) “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que visa a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do teor manifesto da comunicação.”

Partindo da definição feita por Berelson (1954), Albano Estela certifica que as etapas que se seguem na análise de conteúdo se determinam por algumas regras: leitura inicial dos documentos, para que seja permissível uma captura global do seu conteúdo e a elaboração das possibilidades de análise; decisão dos objectivos de análise de conteúdo de acordo com as hipóteses emitidas; e por último, ao serem determinadas as regras de codificação é possível considerar a composição como a unidade de descrição.

Mais tarde, por volta de 1979, Bardin (*in* Estrela, 1994), dá uma nova definição a “análise de conteúdo”, como sendo um conjunto de técnicas de análises das comunicações. Estas técnicas utilizam procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens e possuem um carácter qualitativo.

Posicionamento da Avaliadora

A avaliação do Kit das Profissões foi com o objectivo de recolher informações acerca do processo de divulgação/ implementação e da sua utilização por parte das escolas. Foi avaliado o produto. Os dados da avaliação tiveram dois fins: primeiro, tentar ajudar quem concebeu e quem esteve directamente ligado ao desenvolvimento do projecto; segundo, apreciar os resultados alcançados e retirar conclusões.

Assim sendo, o meu ponto de vista em relação ao Kit das Profissões foi no sentido em que tive de orientar a minha avaliação para os consumidores tal como Scriven (2000). O essencial desta perspectiva é que todas as partes afectadas pela avaliação devem ser tidas em conta, embora tenha centrado apenas a minha atenção à ANQ, I.P no que toca aos processos e às Escola relativamente à utilização. Aqui o consumidor deve ser consciente, responsável e informado acerca do processo de avaliação. Nesta avaliação tive que tomar uma posição não inclusiva, pois todos os interesses relevantes não estiveram representados na avaliação, na minha ideia falta a opinião dos verdadeiros utilizadores os alunos, mas esta é uma questão para ter em consideração mais à frente neste relatório. Como avaliadora usei procedimentos que incluíram os pontos de vista dos “insiders” e dos “outsiders”. A minha avaliação focou-se na utilização, nos utilizadores. O foco fundamental é de trabalhar com os utilizadores pretendidos para encontrar o uso pretendido. Esta avaliação deverá ser julgada pela sua utilidade e pelo seu uso actual. Tive de ter em atenção o modo como forneci a informação de todos os meus passos, desde o início do processo e de que modo isso afectou o uso (ou utilidade) da avaliação. Seguindo esta abordagem tive que mostrar uma preocupação em como os utilizadores do projecto iriam aplicar as conclusões e a experiência do processo de avaliação. Esta perspectiva apresenta um carácter pessoal e situacional, como avaliadora tive de perceber quem eram os utilizadores pretendidos e quais as suas necessidades, Patton (2003). Com esta avaliação pretendia-se melhorar o Kit das Profissões, para isso foi extremamente necessário envolver os stakeholders para que de certo modo eles ao sentirem-se envolvidos no processo de mudança estarem provavelmente mais interessados em aceitar e actuar nos resultados do processo. O que se pretende é melhorar, Stufflebeam (2000). Outro modo de olhar para este projecto é a perspectiva respondente, ou seja o que se pretende nesta situação é olhar mais para as actividades presentes no Kit das Profissões do que propriamente para os objectivos do projecto. Foi necessário ter em atenção à subjectividade da avaliação que se encontra bem presente neste modo de abordagem, por essa razão é de considerar mais do que uma realidade a observar, Stake (2000).

Podem distinguir-se várias formas de prática avaliativa, desempenhando papéis e funções distintas entre si. Sem que haja um consenso na classificação dessas práticas avaliativas, saliento aqui três tipologias que, obedecendo a critérios diferentes, se complementam. Tal como se pode observar no Quadro 2.

Grau de aproximação e participação do avaliador/equipa de avaliação no projecto.			
	Avaliação Externa	Avaliação Interna	—
“Espaço de vida” de um Projecto	Avaliação Ex-ante	Avaliação Formativa	Avaliação Ex-Post
Componentes de um Projecto	Avaliação de Desenho e Conceptualização	Avaliação de Processo	Avaliação de Eficácia e Eficiência

Quadro 2 - Critérios de referência tipos de práticas avaliativas (Aguilar, 1992)

O grau de aproximação e participação do avaliador ou equipa de avaliação em relação à acção que se pretende avaliar determina o carácter interno ou externo dessa mesma avaliação (Aguillar et Ander-Egg, 1992: 31-33; O' Cinneide, 1992:44-48). Assim, processa-se uma avaliação externa (ou heteroavaliação) quando esta é levada a cabo por avaliadores que não participam directamente na avaliação, é assim realizada por avaliadores com competência técnica e científica, reforçando a capacidade de uma visão de fora do programa e da acção. Contudo, são assumidos alguns riscos e resistências ao nível da possibilidade de conflitos de interesses entre equipas, de um carácter demasiado “teórico” da avaliação, pois o facto de ser um elemento externo ao programa a fazer a avaliação pode deparar-se com dificuldades de acesso à informação ou de uma confusão entre avaliação de um programa e avaliação dos indivíduos que nele participam. Existe sempre uma limitação pelo facto do avaliador ser externo, pode-se sempre referir que este não está inteiramente dentro do projecto ou programa para o conseguir avaliar.

Ao contrário da avaliação externa, a avaliação interna é executada por pessoas que integram as organizações ou grupos avaliados e/ou estreitamente associadas à acção que é objecto do processo avaliativo. Contudo, nesta situação coloca-se outra questão, o facto de o avaliador ser interno ao projecto, pode de certo modo influenciar os resultados por conveniência.

Independentemente do que existe entre a avaliação interna e externa, outra distinção se pode operar entre práticas avaliativas, tendo como ponto diferenciado os distintos momentos no projecto em que ocorre a avaliação. Aplicada no início de um programa de intervenção, a avaliação ex-ante (Aguillar et Ander-Egg, 1992: 27-28), também podendo ser designada de avaliação diagnóstico (Beaudoin et al., 1986: 193-198), pois informa acerca das necessidades,

dos beneficiários e dos recursos existentes. É um tipo de avaliação essencialmente descritivo, de planificação, avaliação das necessidades para depois se intervir. Pelo contrário, a avaliação ex-post (Aguillar et Ander-Egg, 1992: 29), retrospectiva (O'Kinneide, 1992: 23- 24) ou sumativa (Beaudoin et al., 1986: 202-207) é aplicada no fim de um programa ou posteriormente à sua conclusão. Tem como principal objectivo perceber se a formação produziu os resultados ou efeitos que se pretendiam alcançar, ou seja, se foram cumpridos os objectivos. “A corrente mais tradicional, baseia-se em procedimentos experimentais, quasi-experimentais e análises de base estatística, tem-se vindo a substituir uma abordagem que integre igualmente a componente qualitativa, capaz de uma maior aproximação entre o avaliador e os intervenientes”. A avaliação formativa (Beaudoin et al., 1986: 198-203), ocorre durante todo o desenvolvimento do programa, interessando-se não só pela eficácia e eficiência do mesmo, mas igualmente pela metodologia que é utilizada ao longo de todo o processo. A componente de formação de competências assume um papel relevante, procurando-se que os resultados e conclusões obtidos sejam integrados na acção e que contribuam para a melhoria da eficácia e competência dos actores envolvidos.

“Espera-se que a avaliação percorra três pontos, a organização, as estratégias que utiliza e o contexto que pretende alterar. Desenvolvem-se assim três categorias avaliativas. A avaliação de desenho e conceptualização do projecto reporta-se fundamentalmente ao modelo de organização implementado, julgando-lhe a pertinência formal e potencial em aspectos como o modelo de planificação e gestão ou a participação e sistema de auto-avaliação. A avaliação de processo acompanha o modo de funcionamento tanto no global como em aspectos pontuais. São objecto de apreciação as estratégias desencadeadas e o seu modo de operacionalização. Finalmente, a avaliação de eficácia e eficiência (igualmente designada por avaliação de impacto), reporta-se aos resultados obtidos na modificação do contexto em causa. Decompõe-se em dois níveis fundamentais: a avaliação da eficiência ou rentabilidade económica, que se centra na análise custo-benefício; e a análise da eficácia, medindo as distâncias entre os objectivos afixados e os objectivos atingidos: mudanças efectivamente ocorridas, percepção dos laços entre a intervenção e os resultados produzidos, definição dos obstáculos ao sucesso. As tendências mais recentes têm procurado um alargamento desta análise de eficácia a aspectos como a avaliação dos efeitos sobre as categorias que não são beneficiários directos de um programa” (Masson, 1989, pp-55-56).

Neste projecto o meu papel foi como avaliadora externa, pertencia à instituição responsável pelo projecto, mas era alheia à equipa de concepção e implementação do Kit das

Profissões. O meu papel foi apenas representativo na construção dos instrumentos de avaliação, o questionário e ficha de avaliação aplicados nas sessões de sensibilização para recolha de dados e o questionário final a aplicar oportunamente a nível nacional. Não tive qualquer envolvimento na concepção/ divulgação/ implementação do Kit das Profissões. Foi realizada uma avaliação ex- ante no sentido de recolher dados que suportassem a realização de uma avaliação ex-post.

Procedimento adoptado

Construídos os instrumentos a utilizar nas sessões de sensibilização, (fichas e questionários de avaliação) definidos os seus propósitos e finalidades, os mesmos foram aplicados.

A aplicação dos instrumentos decorreu ao longo de onze sessões de sensibilização entre 1 de Fevereiro e 14 de Abril em Lisboa, Coimbra, Chaves, Moita, Évora, Castelo Branco, Porto, Braga, Santarém, Faro e Aveiro. O tratamento das fichas e dos questionários de avaliação foi efectuada através de uma análise quantitativa, onde foram quantificadas as respostas dos inquiridos e através de uma análise qualitativa, resultado das perguntas de resposta aberta que permitiram aos inquiridos manifestar a sua opinião.

Assim, foram considerados três grandes grupos de respostas, as respostas às fichas de avaliação, onde os inquiridos foram questionados relativamente à sessão de sensibilização, estrutura, utilidade, clareza e rigor da mesma e os questionários de avaliação mais direccionados para o Kit das Profissões.

Embora as fichas de avaliação tivessem o propósito de avaliar as sessões de sensibilização, a verdade é que se tornaram bastante úteis nesta avaliação porque os inquiridos ao responderem manifestaram-se muito em relação ao Kit das Profissões tornado a recolha de dados mais rica. Após as sessões de sensibilização e todo o trabalho desenvolvido, apercebi-me de que as “discussões” efectuadas nos grupos de trabalho também seriam bastante úteis. Assim, os resultados que apresento provêm de três frentes, as fichas de avaliação, os questionários de avaliação e os trabalhos de grupo.

Capítulo V

Descrição e Análise dos resultados.

Seguindo os procedimentos atrás descritos e tendo em conta as fichas de avaliação aplicadas no final de cada uma das sessões de sensibilização tornou-se necessário iniciar a análise dos resultados.

Percepções dos Respondentes Resultantes da Análise das Fichas de Avaliação

Na totalidade foram inquiridas através das fichas de avaliação (o tratamento das fichas pode ser consultado no Anexo 15, aplicadas no final de cada sessão, 409 pessoas. Desta população, de acordo com a avaliação quantitativa, em relação às expectativas criadas em torno da sessão de sensibilização 379 pessoas, ou seja 93% manifestaram que sim, que a sessão correspondeu. Já 22 pessoas (5%) mostraram o seu desagrado enquanto que 8 pessoas (2%) preferiram não dar opinião.

Daqui podemos retirar a ideia de que as sessões de sensibilização foram de encontro com aquilo que os inquiridos necessitavam. O facto de a maioria ver as suas expectativas satisfeitas torna o trabalho produzido muito útil. Os inquiridos reforçaram a ideia de que as expectativas foram satisfeitas, muito devido à utilidade da apresentação do Kit das Profissões e o modo simples, claro e esclarecedor como decorreu foi bastante importante. Para outros, as sessões de sensibilização aumentaram a motivação para o uso do Kit das Profissões, para a sua exploração e implementação. As sessões de sensibilização trouxeram muitos benefícios, pois sensibilizaram para a utilização dos materiais evidenciando alguns casos práticos e fornecendo orientações de como “executar” uma orientação vocacional e como ajudar os alunos a terem mais informações e conhecimentos sobre as profissões. Para além da utilidade e dos conhecimentos e informações que as sessões disponibilizaram para alguns inquiridos o facto de o programa inicialmente proposto ter sido cumprido indo de encontro do que se esperava, cumprir com os objectivos, foi uma mais valia.

Outra questão sublinhada foi o facto das sessões de sensibilização permitirem a troca de experiências/ informações, pois a partilha de ideias e opiniões entre profissionais da mesma área serviu para uma reflexão muito positiva. A sessão plenária trouxe muitos pontos positivos, despertou o interesse para o uso do Kit das Profissões, a esfera de partilha, em que os profissionais puderam dar o seu contributo para a melhoria dos instrumentos ao seu dispor.

Para além da utilidade reflexiva, as sessões de sensibilização também e tornaram úteis no sentido de que permitiram o contacto com os instrumentos, que alguns desconheciam, permitiram a interacção de opiniões e o esclarecimento de dúvidas em relação ao Kit das

Profissões. No fundo permitiram uma divulgação das potencialidades do Kit das Profissões e conhece-lo. Ao conhecerem o Kit das Profissões puderam perceber a perspectiva sobre as inúmeras possibilidades de o explorarem.

Por último, e não menos importante alguns inquiridos manifestaram a sua satisfação em relação às sessões de sensibilização pela sua utilidade e ao mesmo tempo porque proporcionaram uma reflexão profunda para a intervenção na área da orientação vocacional.

Em relação aos conteúdos da apresentação, feita aquando das sessões de sensibilização, os inquiridos foram questionados quanto à coerência e estrutura, clareza e rigor, utilidade para uma melhor aplicação dos instrumentos e se foi esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos. Considerando a escala de que um corresponde a muito insatisfeito e quatro muito satisfeito, passando pelo dois, insatisfeito e o três satisfeito, os resultados podem ser consultados na Tabela 1.

Apresentação dos Conteúdos	1	2	3	4	Total
Coerente a estruturada	-	9 (2%)	242 (60%)	154 (38%)	405
Clara e rigorosa	-	12 (3%)	224 (57%)	160 (40%)	396
Útil	-	21 (5%)	198 (49%)	183 (46%)	402
Esclarecedora	-	15 (4%)	238 (60%)	147 (36%)	400
Total		(4%)	(57%)	(39%)	

Tabela1 – Percepções dos respondentes relativamente aos conteúdos da apresentação do Kit das Profissões

No conjunto dos parâmetros indicados na Tabela 1 quanto à apresentação dos conteúdos: coerente, estruturada, clara, rigorosa, útil e esclarecedora para a aplicação dos instrumentos, 57% dos inquiridos consideram-se satisfeitos, 39% muito satisfeitos e apenas 4% exprimem insatisfação.

De referir que é no parâmetro – útil para uma melhor aplicação dos instrumentos, que se evidencia um equilíbrio entre a percentagem de inquiridos que se manifestam satisfeitos e muito satisfeitos (respectivamente, 49% e 46%).

Quanto à organização e metodologia os parâmetros avaliados foram, se a duração da sessão foi adequada, se as estratégias utilizadas foram os adequados. Tendo em consideração a mesma escala os resultados podem ser consultados na Tabela 2.

Organização e Metodologia	1	2	3	4	Total
Adequação da Duração	2 (1%)	29 (7%)	217 (54%)	153 (38%)	401
Adequação das Estratégias	-	26 (6%)	204 (51%)	172 (43%)	401
Adequação dos Suportes	-	14 (3%)	190 (47%)	200 (50%)	404
Total	(1%)	(5%)	(51%)	(44%)	

Tabela 2 – Percepções dos respondentes relativamente à organização e metodologia utilizada na apresentação do Kit das Profissões.

No conjunto dos parâmetros indicados quanto à organização e metodologia: duração da sessão, estratégias e documentos e suportes, 51% dos inquiridos consideram-se satisfeitos, 44% muito satisfeitos, 5% insatisfeitos e 1% refere estar muito insatisfeito, situando-se esta apreciação no parâmetro– a duração da sessão foi a adequada.

De referir que quanto à organização e metodologia se evidencia um equilíbrio entre a percentagem de inquiridos que se manifestam satisfeitos (51%) e muito satisfeitos (44%).

No que diz respeito à motivação para utilizar o Kit das Profissões, caso ainda não o tenham feito, após a realização das sessões, 89% dos inquiridos referem que estão motivados para utilizarem estes instrumentos de desenvolvimento vocacional – Kit das Profissões e Site Mundo das Profissões.

A motivação dos inquiridos, depois das sessões de sensibilização, para utilizarem o Kit das Profissões deve-se ao facto das sessões evidenciarem os modos de utilização do Kit das Profissões, reforçando a importância deste instrumento para esclarecer outros pais que não

sabem o que fazer com os filhos que não têm objectivos definidos quando têm de decidir que área curricular seguir no final do 9º ano de escolaridade. As características do Kit das Profissões é uma motivação para vir a utilizá-lo, pois disponibiliza informação de forma articulada e de fácil consulta. Outra evidência de motivação são as finalidades do Kit das Profissões. Os inquiridos são da opinião de que os alunos e professores devem ter conhecimento sobre as profissões para fazerem melhores e mais informadas opções. O facto de considerarem o material interessante e útil para a divulgação das ofertas formativas, principalmente no que respeita à formação/ qualificação Nível II é outra das motivações. A ideia de que o Kit das Profissões é simples, prático e acima de tudo é exequível e proporciona trabalho em equipa e em articulação com outros agentes educativos é outro factor de motivação evidenciado pelos inquiridos. Referem também a facilidade com que o Kit das Profissões pode ser utilizado e ao mesmo tempo a utilidade para os alunos no que toca à orientação vocacional e, como consequência à tomada de decisão. É também de salientar que muitos inquiridos, sentem-se motivados para a utilização do Kit das Profissões porque este representa uma mais valia de informação enquadrada e actual. No entanto, alguns dos inquiridos manifestaram não sentir qualquer motivação para virem a utilizar o Kit das Profissões pois, de algum modo, já o tinham feito anteriormente às sessões de sensibilização.

Nas fichas de avaliação foi dada a oportunidade dos inquiridos darem a sua opinião numa tentativa de melhoria. Assim, através das ideias descritas considerei as que mais vezes foram repetidas pelos inquiridos. Como ideias relativamente às sessões de sensibilização do Kit das Profissões e do Site Mundo das Profissões. Neste campo dei conta que as opiniões se encaixavam em dois grupos, o grupo das sessões de sensibilização como acompanhamento e o grupo da divulgação do Kit das Profissões. Relativamente ao primeiro grupo, os inquiridos consideram que seria importante realizar sessões de sensibilização nas entidades onde se vai aplicar o Kit das Profissões ao mesmo tempo que se deveriam envolver as Associações de Pais, os Directores de Turma. É referido que as sessões de sensibilização deveriam enquadrar deslocações às escolas de elementos das Equipas de Apoio às Escolas (EAE) para envolver os agentes educativos em actividades de orientação vocacional, mas sempre com a finalidade de informar e capacitar para melhor apoiar os educando no processo de tomada de decisão.

Quanto ao segundo grupo, a divulgação do Kit das Profissões, as opiniões passam por divulgar junto aos Encarregados de Educação, Associações de Pais e Directores de Turma do 9ºano de escolaridade (preferencialmente). Como proposta de divulgação, os inquiridos consideravam que a utilização de prospectos, afixação de cartazes num placard na escola seria

um bom procedimento. E tornando a divulgação mais actual e mais perto do público-alvo, alguns inquiridos lançaram a ideia da utilização das redes sociais, como o Facebook. Para outros, desenvolver sessões e actividades no início e no final de cada ano lectivo para informar acerca das saídas profissionais, prosseguimento de estudos seria outro caminho a seguir na divulgação do Kit das Profissões. Como última opinião, mais evidenciada seria colocar à venda o Kit das Profissões para os que estão menos à vontade com as novas tecnologias, razão que dificulta a consulta online.

Em suma, a ideia é melhorar as estratégias de divulgação do Kit das Profissões desenvolvendo as acções previstas no início e no final de cada ano lectivo e privilegiando as seguintes actividades: a) informar todos os pais e encarregados de educação da existência deste material (envio de folhetos por correio e afixação de cartazes); b) atribuir um Kit a todos os professores Directores de Turma (realização prévia de uma sessão de sensibilização dinamizada pelo Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) ou pelas EAE); c) incluir o Guia das Profissões e o Manual de Exploração Vocacional nos sites das escolas; d) colocar no site das escolas o site Mundo das Profissões e e) sensibilizar os órgãos de gestão das escolas para a necessidade de tornar mais rigoroso e válido o processo de orientação escolar e profissional.

No que toca a propostas ligadas directamente com o Kit das Profissões, lançadas pelos inquiridos, estas centram-se na concepção e divulgação de um Kit das Profissões 2, abrangendo saídas profissionais de Nível II e a rede das entidades formadoras com capacidade para receber os alunos. Quanto ao Guia das Profissões propriamente dito, este deveria contemplar o perfil de competências e mencionar as tarefas principais de cada saída profissional dos Níveis II, III e IV. Foram ainda lançadas ideias como incluir actividades no Kit das Profissões relacionadas com a orientação vocacional, embora não se pretenda que o Kit seja um instrumento que determine qual o percurso que os alunos devem seguir, qual a sua vocação. Os inquiridos referem que se devia utilizar o Kit das Profissões na sala de aula, integrado no projecto curricular de turma, através da dinamização de actividades nas turmas do 7ºano e ir trabalhando ao longo de 3 anos, até ao final do 3º ciclo. Desenvolver nas áreas curriculares não disciplinares como a Área Projecto, a Formação Cívica e o Estudo Acompanhado. Ou ainda, através de reuniões regulares promover a articulação entre SPO, professores directores de turma e encarregados de educação, cooperando na organização e implementação das actividades do Kit das Profissões e através de sessões de Orientação Escolar e Profissional. Deveria utilizar-se o Kit no início de cada ano escolar as equipas pedagógicas de cada turma deveriam planificar actividades do Kit dinamizando-as nas suas disciplinas, de forma articulada e com aprovação do Conselho

Pedagógico. Por último, disponibilizar o Guia de Profissões e o Manual de Exploração Vocacional na plataforma da escola, em formato pdf.

Relativamente ao Manual de Exploração Vocacional em concreto os inquiridos consideram que deveriam ser introduzidas actividades: Estabelecimento de Protocolos com entidades empregadoras, com vista a que os alunos de todas as turmas do 9º ano da escola possam realizar uma “pequena experiência de trabalho”, de dois ou três dias numa empresa. E, incluir propostas de actividades que visem o auto – conhecimento e estratégias de decisão planeadas.

Já em relação ao Site Mundo das Profissões, os inquiridos manifestaram que se deveria enriquecer mas o site com jogos vocacionais interactivos, concursos e quizzes, para promover o desenvolvimento de actividades lúdicas com os alunos. E ao mesmo tempo incluir jogos e outras actividades lúdicas no site, de forma a não ficar tão pesado com informação (conteúdos), desmotivando os jovens na actividade de pesquisa.

Percepções dos Respondentes Resultantes da Análise dos Trabalhos de Grupo

Quanto às ideias discutidas nas grupos de trabalho posso referir que numa apreciação global do *site* “Mundo das profissões”, e tendo em conta os seus três objectivos fundamentais: *informar, possibilitar exploração interactiva e permitir a partilha de materiais*, este foi considerado como sendo suficientemente dinâmico, intuitivo, apelativo e interactivo. A página inicial, ainda que adequada em termos de linguagem, conteúdos e contendo *links* úteis e funcionais, considera-se que: a) a letra utilizada é de tamanho reduzido; b) os *Destaques* deveriam estar inseridos em “caixas” mais pequenas, com menos texto, e existir uniformidade do aspecto gráfico; c) várias funcionalidades não se encontram disponíveis; d) o campo *Sistema Educativo e Formativo* deveria ser mais apelativo e atractivo através do recurso a esquemas, imagens; e) no campo *Guia de Profissões* poderia existir um espaço orientado para pais, professores e técnicos; f) no campo *Jogo Roda das Profissões* considera-se que este deveria ser mais rápido, surgir centralizado no ecrã (e não no canto superior esquerdo) e permitir a ligação para outros jogos *on-line* com a mesma temática; g) no campo *Testemunhos*, a informação deveria ser mais apelativa, fazendo uso de imagens associadas aos diversos cursos apresentados.

Ainda nos grupos de trabalho foram lançadas propostas de dinamização do site Mundo das Profissões que passam por melhorar a acessibilidade e funcionalidade, pois, mesmo para o público a que preferencialmente se dirige, apresenta algumas limitações. Assim, deverá

optimizar-se no sentido de incluir mais material audiovisual; permitir o registo de utilizadores; incluir um campo destinado a *Dúvidas* e/ou *FAQ*; incluir uma maior variedade de actividades de exploração vocacional, incluindo o auto-conhecimento; sugerir que as Escolas e Agrupamentos incluam uma ligação a este *site* nos respectivos *sites* institucionais; alertar as Escolas e Agrupamentos para a importância da divulgação e dinamização deste *site* junto da comunidade educativa envolvente; publicar uma *newsletter*, na qual os jovens se inscreveriam, podendo assim receber informação actualizada; descarregar os filmes/vídeos para que os jovens os possam partilhar com os amigos; criar um modelo no *Facebook*, que permitisse colocar os vídeos, o que seria mais apelativo e possibilitaria a criação de uma rede (à semelhança do site da CPCJ: www.cnpcjr.pt). No *Sistema Educativo e Formativo* apresentar o respectivo organograma sendo que a informação sobre a oferta formativa deveria de ser também mais abrangente. É sugerido que se crie um *link* directo à rede de oferta no SIGO em “intenção de candidatura”, para que os alunos conheçam as propostas dos cursos das várias escolas da área geográfica a que se pretendem candidatar. Possibilitar a aplicação de questionários de auto-conhecimento *online* no âmbito da orientação vocacional. Reforçar a questão da orientação vocacional através do jogo *Roda das Profissões* é positivo, mas trata-se de um jogo muito rudimentar e deverá evoluir para patamares mais ambiciosos. Em relação ao espaço de partilha de materiais este deveria ser mais apelativo, do género formato *YouTube*. Relativamente ao *Fórum*, é pertinente a existência de moderadores nos vários grupos de discussão que possam vir a ser criados, não tendo, este moderador, de estar ligado à ANQ, I.P, pois, deste modo, poderá ser dada uma “visão” mais abrangente às discussões.

Percepções dos Respondentes Resultantes da Análise dos Trabalhos de Grupo Relativamente ao Guia das Profissões

Nos trabalhos de grupo (o tratamento dos dados pode ser consultado no Anexo 16), foram ainda discutidos os pontos fortes e fracos do Guia das Profissões, mais concretamente. Assim pode-se perceber que os pontos fortes do Guia das Profissões prendem-se com o facto de ter sido publicado em dois tipos de suporte: o suporte *Papel*, para quando não há ligação à Internet ou não há computadores ou ainda quando não há DVD em número suficiente; e o suporte *Online*, mais atractivo para os jovens porque recorre à imagem e ao som.

A estruturação do Guia é considerada outro ponto forte pois é intuitiva com grafismo agradável e com apresentação adequada da informação, a linguagem utilizada é acessível, simples, objectiva, organizada e sistematizada. E a organização, por índices e com indicação dos

códigos das áreas de educação e formação, facilita a consulta dos respectivos referenciais. Destaque para a organização, por índice de profissões/ordem alfabética e por índice de profissões agrupadas/áreas de interesses e actividades, é muito esclarecedora e facilitada a consulta para alunos e encarregados de educação. A utilização de diferentes cores, as setas em movimento, apelam para o dinamismo e empreendedorismo. A transversalidade das actividades sugeridas para “exploração do mundo das profissões e das qualificações”, apresentando sugestões e pistas para a elaboração e desenvolvimento das actividades. O suporte digital – em DVD – a imagem e o som associados à informação escrita aumentam o poder de atenção e, consequentemente, o nível de retenção da informação. As hiperligações – links – facilitam o acesso directo à informação. Por último, as histórias de sucesso/testemunhos são adequadas também a públicos mais velhos.

Em relação aos pontos fracos do Guia das Profissões, apresentados no trabalho de grupo os inquiridos afirmaram que a introdução é pouco apelativa e muito densa (com excesso de texto). Salientam que a integração de alguns cursos/saídas profissionais em áreas de interesses e actividades cuja relação não é facilmente perceptível para o público – alvo (eg. *Técnico de Gestão Ocular em Trabalhar em Gestão e Serviços*). Detectou-se que a referência inicial (nos índices) aos códigos das áreas de educação e formação não é acompanhada da respectiva designação, o que dificulta a procura rápida da informação pretendida. Situação que se verifica em relação à ordem alfabética pois esta organização impede a leitura funcional, incluindo, na ordenação das profissões, as preposições e artigos. Ainda em relação ao índice, percebe-se que não há correspondência entre as cores e as áreas de interesse. Na versão digital do Guia de Profissões (disponível em DVD ou online) no grupo de trabalho pode-se perceber que os *links* dão acesso às páginas iniciais (eg. ANQ: www.anq.gov.pt) e não directamente aos assuntos (eg. planos curriculares dos cursos profissionais), levando à dispersão dos alunos na pesquisa. No aspecto gráfico, a ambiguidade gerada pelas “setas” no DVD que são, simultaneamente, hiperligações e parte do ambiente gráfico, ou seja, nem todas as setas permitem avançar ou recuar, muitas delas servem apenas para melhorar o aspecto visual. Em relação aos vídeos apresentados na versão digital os profissionais apresentados nos “Testemunhos” têm idades desfasadas das dos alunos e são pouco realistas, dado não referirem as desvantagens das actividades profissionais, mas apenas as vantagens. Depois de apresentados tanto os pontos fortes como os pontos fracos, no final do trabalho de grupo foram apresentadas sugestões de melhoria. Essas sugestões passam pela elaboração de outro volume do Guia de Profissões para os níveis 2 e 4 de qualificação profissional, de modo a alargar o leque de informação. Alterar o

índice por área de interesses e actividades, através da criação de uma tabela de entrada com a indicação dos códigos das áreas de formação e a designação dos cursos correspondentes, para tornar a pesquisa de informação mais fácil. Quanto às hiperligações, colocá-las em funcionamento de modo a ter acesso directo à rede de oferta, plano de estudos e entidades de formação. Consideraram que seria muito importante incluir informação sobre taxas de empregabilidade de âmbito nacional e ao mesmo tempo incluir mais actividades de exploração vocacional. Para tornar a informação mais completa e do ponto de vista da empregabilidade foi sugerida a colocação dos endereços electrónicos de empresas que possuam os cursos profissionais para dar a conhecer por exemplo qual o leque de oferta formativa de determinado curso em determinada zona geográfica. De modo a tornar a informação mais “visível” foi proposto que cruzasse o Guia de Profissões com o seguinte site: <http://www.edusurfa.pt/edusurfa.asp> e disponibilizar na página da internet de cada escola um link direccionado para o Guia das Profissões, disponível no site “Mundo das Profissões” (www.novasoportunidades.gov.pt/mundodasprofissoes).

Percepções dos Respondentes Resultantes da Análise dos Trabalhos de Grupo Relativamente ao Manual de Exploração Vocacional

Passando para o Manual de Exploração Vocacional, o procedimento foi o mesmo, primeiro identificaram-se os pontos fortes e fracos e por fim foram dadas algumas sugestões de melhoria. O Manual de Exploração Vocacional (*MEV*) é uma boa base de trabalho no âmbito da orientação, promovendo a uniformidade de conteúdos e tarefas, dado que foi distribuído em todas as escolas. Os aspectos que se consideram positivos foram o facto de estar bem estruturado e os conteúdos estarem sistematizados. Foi evidenciada a importância de salientar os diferentes papéis dos intervenientes na orientação profissional dos jovens, podendo as actividades ser dinamizadas por professores, directores de turma, coordenadores de curso, psicólogos... O *MEV* garante a exploração das diferentes dimensões da orientação, independentemente das Escolas possuírem SPO ou não. Pois as actividades e orientações apresentadas são esclarecedoras, quer para dinamizadores, jovens ou famílias. O Manual proporciona uma diversidade de actividades suficientes para uso em contexto escolar, enriquecendo de certo modo o trabalho de orientação efectuado pelos professores. Realça-se a forte ligação com toda a comunidade envolvente que o *MEV* imprime nas propostas de actividades de orientação vocacional. Ainda em relação às actividades propostas estas implicam uma atitude pró-activa dos jovens e utilizadores na pesquisa e recolha de informação, tornado

todo o processo mais dinâmico. O facto de existirem actividades que podem ser transversais e aplicadas a algumas disciplinas (por exemplo, no Estudo Acompanhado pode adicionar-se actividades de *estruturação do tempo, hábitos e métodos de estudo*), faz com que a abrangência do Manual seja outro ponto forte. É importante referir a relevância que o grupo de trabalho atribuiu ao *Portfólio* no âmbito da orientação vocacional, dado que o início do processo de orientação pode passar pela constituição de um portefólio: conjunto de actividades que promove e desenvolve o auto-conhecimento. O enfoque nas visitas de estudo, outro ponto forte, aos locais de trabalho, podendo articular-se esta actividade com os Centros de Formação do IEFP, e assim rentabilizar tempo, recursos e custos. O leque de actividades que constituem o *MEV* podem-se incluir no Projecto Curricular de Turma, para favorecer um trabalho de articulação entre os vários docentes do mesmo conselho de turma. Foi evidenciado que o facto de não ser um programa com actividades sequenciais e de carácter obrigatório, abre portas à criatividade dos intervenientes/ utilizadores e ao mesmo tempo tornar todo o conteúdo adaptável ao público com que se está a trabalhar. O desenvolvimento de algumas das actividades, nomeadamente o portefólio, não se esgota no 9ºano, mas podem também ser aplicadas, umas ao nível do ensino secundário e outras aos 7º e 8º anos. O que perfaz a ideia de que se pode dar a conhecer aos alunos cada vez mais cedo quais os percursos curriculares a optar, tornando a escolha mais consciente e suportada.

Quando discutidos os pontos fracos, no grupo de trabalho concluiu que o *MEV* é de difícil aplicação nos processos de recrutamento/selecção do IEFP (Aprendizagem e Cursos de Educação e Formação (CEF)). Embora, seja mais fácil a sua aplicação em contexto escolar, denota algumas fragilidades, que irei identificar. A dificuldade de percepção da forma de aplicação de determinados procedimentos, quando o utilizador não tem formação especializada na área da orientação profissional é extremamente evidente. Para solucionar de certo modo essa situação deveria apresentar-se mais materiais/fichas de trabalho a utilizar na exploração das actividades. Os tempos de atribuição à dinamização de actividades (por exemplo, o portefólio) não são explícitos, o que pode provocar uma planificação inexequível. O facto de não apresentar actividades que impliquem o acesso à informação sobre a realidade socioeconómica e os índices de empregabilidade é considerado um ponto fraco do *MEV*. Em relação à segunda parte do Manual, “Escolher um Rumo” devia-se incluir mais actividades de exploração do auto-conhecimento e de apoio à tomada de decisão. Outro ponto fraco é a ideia de que o Manual propõe actividades que consideram apenas os cursos de dupla certificação. Deveria de haver uma maior abrangência de percursos de educação e formação do Sistema Educativo Português.

Num plano mais geral foi considerado que se deveria ter apostado mais na divulgação do Kit das Profissões pois é muito importante e necessário “formar/sensibilizar” os directores de turma do 3ºciclo para a utilização do *MEV* logo no início do ano lectivo. A recepção de poucos exemplares do Kit das Profissões nas escolas (mesmo as que receberam 10 exemplares) é factor condicionante para a exploração dos materiais em turmas com mais de vinte alunos e em escolas com muitas turmas do 3º ciclo.

Sugestões Apresentadas pelos Respondentes nos Trabalho de Grupo

As sugestões apresentadas pelos grupos de trabalho podem ser divididas em quatro grupos: quanto ao público – alvo; quanto às actividades e estratégias a integrar e/ou reforçar; quanto aos espaços/ momentos de dinamização das actividades e quanto à planificação e intervenientes.

Assim, quanto ao público-alvo, as actividades propostas no *MEV* devem ser aplicadas o mais cedo possível, logo a partir do 6º ano de escolaridade, com especial incidência nos anos de escolaridade do 3º ciclo do ensino básico (7º, 8º e 9º anos). Também os alunos do ensino secundário necessitam de um espaço para reflectir sobre os seus projectos de vida/percursos educativos. Assim, o *MEV* deve incluir mais actividades e estratégias dirigidas a jovens com idades e níveis de escolaridade diferenciados.

Quanto às actividades e estratégias a integrar e/ou reforçar é necessário realizar e publicar online filmes/vídeos ou excertos, para visualização seguida de debate sobre temáticas ligadas ao mundo do trabalho, aprendizagem e projectos de vida. Deve-se promover a análise de testemunhos reais ou fictícios sobre as implicações que as escolhas têm no futuro de quem as faz, ou seja nos diferentes papéis a desempenhar ao longo da vida enquanto cidadãos. É importante que as escolas encontrem as estratégias adequadas para conseguirem o contributo das empresas. Por um lado, motivar a comunidade educativa para o contacto com o mundo o meio local/laboral, por outro, incentivar as empresas a irem às escolas para conhecer a formação que aí é ministrada. É essencial incluir actividades que incentivem os pais a irem às escolas, antes e depois de proposta e estabelecida a oferta formativa, incentivando-os no apoio à tomada de decisão dos seus educandos. Deve-se promover a construção do Portefólio Individual do Aluno no âmbito do desenvolvimento vocacional, ilustrando os procedimentos com modelos de portefólios que orientam os jovens na sua elaboração. É também proposto a disponibilização *online* de materiais, como jogos, questionários, fichas e guiões de entrevistas vocacionais. É

considerado que o facto de se ampliar o âmbito das actividades do *MEV*, nomeadamente os valores e o processo de tomada de decisão, seria uma mais valia na ajuda aos alunos na decisão que lhes é incumbida, decidir o seu futuro. Para o grupo de trabalho deveria apostar-se na reformulação da apresentação do Sistema Educativo e Formativo, com menos texto, um organograma e mais imagens, com movimento e apelativo para os jovens, explorando as várias opções do ensino secundário; deveria ainda explorar as várias opções de escolha do ensino secundário, nomeadamente os planos curriculares dos cursos científico-humanísticos, para além dos planos de formação dos cursos de dupla certificação.

Quanto aos espaços/momentos de dinamização das actividades, a dinamização das actividades sugeridas no *MEV* deverá recorrer preferencialmente aos espaços das áreas curriculares não disciplinares. Também se podem desenvolver em disciplinas como Cidadania e Mundo Actual (para os alunos do CEF), TIC de forma a potencializar o uso das novas tecnologias para as actividades de orientação, ou até mesmo noutras disciplinas como a Língua Portuguesa onde, por exemplo, os alunos poderão fazer uma composição subordinada ao tema “*Daqui a 15 anos...*”. Numa sugestão mais prática é considerado que se poderia reservar 1/2 bloco no horário do 9º ano para o desenvolvimento de actividades de orientação, com incidência na análise e debate das várias áreas profissionais.

Quanto à planificação e intervenientes é sugerida a formação de um grupo/equipa de trabalho para fazer o levantamento das potencialidades do manual, integrando depois o desenvolvimento das actividades escolhidas no Plano Anual de Actividades da Escola; no final proceder à sua avaliação. Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) deveriam promover nas escolas que abrangem um primeiro momento de formação de equipas, que integre os Coordenadores de Ciclo, Directores de Turma e Directores de Curso para, transversalmente, desenvolverem actividades apresentadas no Manual de Exploração Vocacional. O desenvolvimento de acções de sensibilização junto das empresas, incentivando os empresários a conhecerem os perfis profissionais dos referenciais de formação, reforçando a cultura das ofertas qualificantes como uma oportunidade com valor social, junto de toda a comunidade educativa e local (formadores, formandos, família e empresas) é outra das sugestões apresentadas. Envolver toda a comunidade educativa no desenvolvimento destas actividades de orientação. É também considerado como sugestão e uma mais valia a partilha de experiências com outras escolas sobre as actividades de informação e orientação desenvolvidas, de forma a valorizar o apoio às escolhas vocacionais dos jovens. Através das propostas apresentadas pelos grupos de trabalho – Proposta de organização e desenvolvimento de actividades de orientação

vocacional em contexto escolar – foram apresentadas algumas sugestões no quadro no Anexo 14.

Percepções dos Respondentes Resultantes da Análise dos Questionários de Avaliação

Apresentados os resultados das fichas de avaliação das sessões de sensibilização, e claro está já com dados muito importantes recolhidos passo agora para a análise dos resultados em relação aos questionários de avaliação (o tratamento dos dados pode ser consultado no Anexo 17) aplicados nas onze sessões de sensibilização, já referidas anteriormente.

Os questionários de avaliação foram respondidos por 473 inquiridos. Quando questionados quanto à satisfação relativamente à divulgação do Kit das Profissões efectuada pela ANQ, do número total de inquiridos, 364 (77%) considera-se satisfeito. Já negativamente responderam 89 inquiridos, 19% do total. Ainda de referir que 4%, ou seja 20 inquiridos não responderam à questão colocada. Estes resultados justificam-se pelo facto de os inquiridos considerarem que a divulgação do Kit das Profissões foi satisfatória no sentido em que através das sessões de sensibilização deu a conhecer a utilidade do uso do Kit das Profissões. A divulgação foi satisfatória, pois permitiu o acesso e deu a conhecer o Kit das Profissões por parte dos inquiridos. A satisfação também foi no sentido em que a apresentação feita acerca do Kit das Profissões foi feita de modo claro e objectivo. O outro motivo para ter sido satisfatória foi o facto da divulgação ser importante para sensibilizar para a utilização e ao mesmo tempo porque o instrumento permite conhecer as diferentes opções profissionais. O facto do Kit das Profissões estar apresentado de uma forma organizada e de disponibilizar informação é muito importante para os alunos. Tendo em conta as respostas dos inquiridos, estes consideraram a divulgação/ distribuição do Kit das Profissões satisfatória, pois receberam o Kit na escola.

No entanto, os inquiridos manifestaram-se relativamente a algumas falhas na divulgação, afirmando que a grande falha diz respeito à altura do ano lectivo em que o Kit das Profissões foi entregue às escolas e ao mesmo tempo o facto da divulgação não ter sido feita antes da distribuição.

Relativamente à adequação dos suportes ao público – alvo e utilizadores, entendendo-se como suportes a brochura, DVD e na internet no site Mundo das Profissões. Conclui-se que 413 inquiridos que perfaz 87% do total de inquiridos, consideraram os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores. Já 3%, 16 inquiridos, consideraram que não. De salientar que 44 dos inquiridos, 9% preferiu não responder à questão.

Considerando os suportes e a questão colocada quanto à adequação dos mesmos ao público – alvo, os inquiridos remeteram-se mais frequentemente para as características dos suportes. Os suportes são adequados pois facilitam o acesso à informação e transmitem-na aos jovens. A facilidade no acesso, é outro ponto que os torna adequados. Os inquiridos consideraram os suportes adequados também devido ao formato cativante, apelativo, interactivo e atractivo dos mesmos. Outra característica que os torna adequados é o facto dos suportes tentarem seguir a generalização do uso das novas tecnologias. Os diferentes suportes, diversificação de instrumentos e logo modos diferentes de prestar a informação reforça a adequação dos mesmos.

Os inquiridos foram também questionados quanto à utilização ou não do Kit das Profissões. Assim, tendo em conta o número total de inquiridos concluiu-se que 378, ou seja 80% dos inquiridos ainda não utilizaram os Kit das Profissões. Apenas 18%, 85 dos inquiridos afirmou já ter utilizado o Kit das Profissões e 2%, ou seja 10 inquiridos não se manifestaram.

Tendo em consideração apenas as respostas afirmativas, de já terem utilizado o Kit das Profissões os inquiridos foram questionados relativamente às dificuldades sentidas. A maioria respondeu que não sentiu “nenhuma” dificuldade na utilização. No entanto alguns manifestaram-se de modo contrário, a falta de informação sobre as profissões foi um ponto a ter em conta. A não existência de informação das escolas onde os cursos são leccionados e a linguagem não ser acessível, “os jovens “queixam-se” sobretudo de não haver uma forma de fazer uma pesquisa directa das escolas onde os cursos são leccionados”, foram outras as dificuldades apresentadas. Foram também apontadas dificuldades na utilização do DVD e na visualização dos vídeos. O facto do Kit das Profissões não contemplar todas as saídas profissionais ou o facto de os alunos não se identificarem com este material é outra dificuldade evidenciada. É também de referir que o facto de os cursos no Kit das Profissões não serem organizados de acordo com a área geográfica, em que se realizam torna a pesquisa por parte dos alunos incompleta.

Identificadas as dificuldades foram questionados quanto às mais valias do Kit das Profissões, os aspectos positivos da sua utilização. Como ponto positivo é salientado o facto do Kit das Profissões representar uma compilação da informação de um modo vasto e ao mesmo tempo concentrado, ou seja muita informação apenas num documento. Situação que ajuda na pesquisa de informação, os alunos não necessitam de ir procurar a informação a vários sítios, basta consultar o Kit das Profissões. O facto de ser bem organizado/ estruturado é outro dos aspectos positivos evidenciados “a estrutura; a orientação e as indicações específicas para cada

curso de formação”. Esta organização facilita a consulta e a utilização por parte dos alunos e ao mesmo tempo informa sobre as saídas profissionais, detalhadamente. É salientado pelos inquiridos a diversificação de actividades que constam do Kit das Profissões e ao mesmo tempo o facto de se tratar de um instrumento que contém informação objectiva, acessível e concisa.

Percepções dos Respondentes Resultantes da Análise dos Questionários de Avaliação Relativamente ao Guia das Profissões e Manual de Exploração Vocacional

Obedecendo à mesma escala de satisfação utilizada nas fichas de avaliação (1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito), foi pedido aos inquiridos que fizessem uma avaliação quantitativa global sobre o Guia das Profissões e o Manual de Exploração Vocacional. Os resultados podem ser consultados na Tabela 3 e 4.

Avaliação Guia de Profissões	1	2	3	4	Total
O Guia das Profissões agradou (passou uma imagem satisfatória)	1 (1%)	1 (1%)	61 (73%)	21 (25%)	84
Instrumentos corresponderam às expectativas	1 (1%)	5 (6%)	59 (71%)	18 (22%)	83
Apresentação gráfica adequada	2 (2%)	7 (8%)	40 (48%)	35 (42%)	84
Total	1%	5%	64%	30%	

Tabela 3 – Percepções dos respondentes relativamente à avaliação global do Guia de Profissões.

Observando a Tabela 3 podemos concluir a opinião da maioria dos inquiridos independentemente da questão recaiu sempre na satisfação (64%). Globalmente os inquiridos estão satisfeitos com o Guia das Profissões, pois a opinião de 73% dos 84 inquiridos que responderam à questão manifestaram a sua satisfação. Se o instrumento correspondeu às expectativas no que respeita à informação sobre as saídas profissionais e qualificações de nível secundário, dos 83 inquiridos, 93% (71% + 22%) situam-se nos parâmetros da satisfação. Relativamente ao último item, se consideram a apresentação gráfica do Guia de Profissões adequada aos jovens, estamos perante um equilíbrio de percentagens, 48% para os satisfeitos e

42% para os muito satisfeitos. De salientar que em nenhum dos itens de resposta, as opiniões dos inquiridos recaíram para o lado menos positivo, tornando essas percentagens quase insignificantes.

Olhando agora para a Tabela 4, referente à avaliação do Manual de Exploração Vocacional.

Avaliação do Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4	Total
O Manual de Exploração Vocacional agradou (passou uma imagem satisfatória)	1 (1%)	7 (9%)	47 (60%)	23 (29%)	78
Os instrumentos corresponderam às expectativas	2 (3%)	13 (17%)	49 (63%)	14 (18%)	78
Metodologias adequadas	2 (3%)	12 (15%)	48 (62%)	16 (21%)	78
Total	2%	14%	62%	23%	

Tabela 4 – Percepção dos respondentes relativamente à avaliação global do Manual de Exploração Vocacional.

Podemos concluir que novamente a maioria dos inquiridos mostraram estar satisfeitos (62%). Em termos globais o Manual de Exploração Vocacional agradou satisfatoriamente 60% dos 78 inquiridos. Já relativamente às expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiem a tomada de decisão dos jovens, mais uma vez os inquiridos mostraram estar satisfeitos, 63%, ou seja 49 inquiridos. Quanto questionados relativamente às metodologias, se estas são adequadas aos jovens e ao contexto, o panorama não muda de figura, 62% dos inquiridos voltam a mostrar a sua satisfação.

Em suma, podemos perceber que em todos os itens, os inquiridos mostraram estar satisfeitos, em alguns casos a percentagens de máxima satisfação aproximou-se, caso do item 4.1.3. Na primeira tabela, os parâmetros menos positivos apresentaram valores pouco significativos, já na segunda tabela as percentagens de insatisfação aumentaram um pouco, mas não o suficiente para modificarem os resultados.

Após a recolha dos dados através das fichas de avaliação, dos trabalhos de grupo e dos questionários de avaliação aplicados nas sessões de sensibilização, procedeu-se ao seu

tratamento e concluiu-se o que foi apresentado acima. Reflectindo acerca das conclusões, das opiniões e sugestões dos participantes passou-se à construção do questionário a aplicar-se a nível nacional. O questionário que se pode ver no Anexo 18.

O questionário é o culminar de todo um trabalho desenvolvido ao longo de seis meses na ANQ, I.P. Este instrumento ficou ao dispor da ANQ, I.P, para ser aplicado quando as condições necessárias se verificarem, ao mesmo tempo que a ANQ, I.P fica assim dotada com um instrumento de avaliação que pode aplicar sempre que achar necessário.

Após a construção deste questionário e todo um trabalho de tratamento de dados, fiquei com algumas ideias e sugestões no ar. Penso que a ideia da ANQ, I.P. para a realização desta avaliação foi muito interessante, pois ouvir os principais intervenientes na implementação do Kit das Profissões é um grande ponto a favor. No entanto e retomando de certo modo à minha matriz de avaliação, em que refiro que esta avaliação se centrou na ANQ, I.P. e na Escola, penso que depois desta avaliação seria interessante partir para outra dimensão, a Sala de Aula, os Alunos. Tal como se pode ver na figura 4.

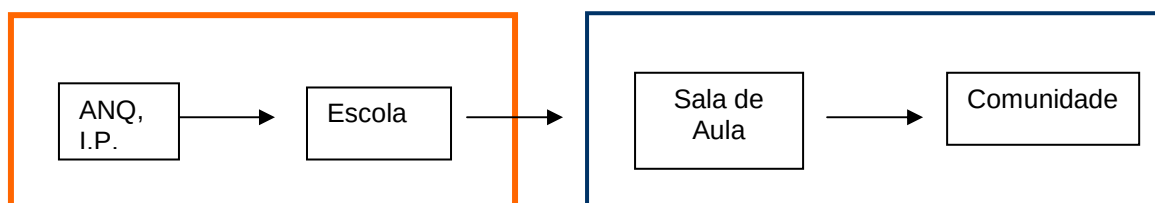


Figura 4 – Procedimento que suporta a ideia de continuidade de estudos.

Se pensarmos um pouco foram ouvidos professores, directores de turma, psicólogos, directores de escola, etc tudo intervenientes ligados à implementação/ utilização. Mas uma utilização geral, uma utilização feita pela Escola, pelos professores, mas com toda a certeza a utilização que a Escola faz do Kit das Profissões não é a mesma que é feita dentro da sala de aula. E é daqui que surge a minha grande sugestão para futuros estudos de avaliação referentes ao Kit das Profissões. Para prosseguimento de estudos seria muito interessante ver que tipo de utilização os professores fazem dentro da sala de aula ao Kit das Profissões, será que deixam os alunos explora-lo individualmente? Ou em pequenos grupos? Será que os deixam abordar o Kit das Profissões sozinhos, sem qualquer esclarecimento ou acompanhamento? Ou será que fazem o contrário? Também se pode questionar se aquilo que sabem acerca do Kit das Profissões é suficiente para o utilizarem.

No entanto todas estas questões continuam a tocar apenas num lado dos intervenientes, e então a opinião dos alunos, se reflectirmos bem acerca do assunto o Kit das

Profissões foi construído para eles, a informação é para os alunos, sejam eles novos ou velhos. O que se pretende é dar a conhecer aos alunos os cursos profissionais e daí pergunto eu, então se assim a opinião dos alunos não deveria ser de alguma modo das primeiras a ser ouvida? Isto porque ouvi opiniões no sentido de que o Kit das Profissões não é apelativo ou de que é muito complexo para os alunos, mas isto é a opinião de profissões ligados à educação. Na verdade não se sabe o que os alunos pensam acerca do Kit das Profissões, se o consideram útil? Se consideram que é uma mais valia por fornecer muita informação importante ou se simplesmente é lhes indiferente pois não se identificam com o instrumento em si.

São estas questões/ dúvidas que me fazem de certo modo lançar um desafio, se a ANQ, I.P. pensar em realizar uma próxima avaliação sobre o Kit das Profissões porque não passar para o outro lado da matriz, ouvir e conhecer o lado de quem está no terreno a “tocar” no Kit das Profissões. Seria com toda a certeza uma avaliação muito interessante e desafiadora tanto a nível de metodologia como ao nível dos resultados.

Capítulo VI

Reflexão sobre o Contributo do Estágio

Tudo começou com medos e dúvidas, o contacto com a realidade avizinhava-se duro e muito trabalhoso. Foi necessário reflectir, tomar decisões umas mais fáceis que outras, mas aos poucos o difícil foi-se tornando fácil e o fácil completamente simples de ultrapassar.

No decorrer do período em que estive envolvida no estágio, senti uma grande diferença desde o primeiro dia para o último. O primeiro foi caracterizado pela insegurança e questões, o último foi definitivamente marcado pela segurança e pela certeza dos actos e dos processos. Para mim ao longo do avançar para um fim o que considerei mais difícil foi o facto de cada tomada de decisão ser minha, ter que ser pensada, reflectida por mim. É certo que isto é crescer tanto pessoal como profissionalmente.

Quando penso na ANQ, I.P, e todo o tempo que lá passei, penso no gosto que tive em desenvolver esta avaliação. Desde o início que foi um projecto que me motivou muito, não só pelo sentido prático que apresentava como também a sua utilidade, na minha opinião, para a comunidade educativa. Recuei um pouco no tempo e tentei lembrar quais eram as minhas dúvidas na altura da decisão que caminho a seguir, recordei que tinha quatro agrupamentos para escolher, cursos profissionais nem ouvi falar deles e quando por acaso se ouvia qualquer adolescente descartava a hipótese de seguir por esse caminho, pois os cursos profissionais eram para os “burros”. É neste sentido que defendo a utilidade do Kit das Profissões, no dar a conhecer um leque variadíssimo de opções profissionais. Há um tempo atrás que útil teria sido a sua presença.

A avaliação do projecto, o Kit das Profissões tornou-se num grande desafio primeiro como se pode perceber logo no início deste relatório, tratou-se de uma primeira avaliação, não existia um modelo pré definido, não existia uma base de trabalho tudo o que foi feito, foi pioneiro. E segundo, o facto de ser uma avaliação muito importante para a ANQ, I.P.

Devido a isso nem sempre as primeiras decisões eram as definitivas, foi sempre necessário fazer adaptações, não só por questões de logística como também de teor teórico ou prático, por vezes foram tomadas decisões que quando aplicadas foram de certo modo alteradas, lembro-me de inicialmente partimos com a ideia de 10 sessões de sensibilização, situação que com o decorrer do trabalho se alterou, pois consideramos que era necessária uma décima primeira sessão, para o leque de público – alvo abrangido ser maior. Estas alterações foram conduzindo o trabalho de um modo positivo, tornando-o mais sólido e com uma maior base de sustentação. Recordo que a ANQ, I.P. de algum modo já tinha alguma base de dados relativos ao Kit das Profissões, fundamentada através das visitas de acompanhamento às escolas. Mas

embora tivessem esta base bastante positiva, no decorrer do estágio fui me deparando também com alguns receios por parte da ANQ, I.P. Percebia completamente esses receios, o Kit das Profissões não era um projecto de pequenas dimensões, muito pelo contrário, era algo que tinha sido colocado à disposição de toda a comunidade educativa, desde professores a encarregados de educação, passando por alunos, directores de escola, psicólogos, etc. Por isso a probabilidade de receber críticas era muita e de certo modo a minha avaliação foi abrir a porta a essas críticas, mas também a sugestões e até elogios ao trabalho desenvolvido. Esta avaliação permitiu dar voz às pessoas que trabalham directamente com o Kit das Profissões e isto desencadeou o tal desconforto em relação aquilo que se pretendia saber. O objectivo era perceber qual a opinião das pessoas, mas ao mesmo tempo existia esse tal medo de ser criticado. Embora no fim deste projecto de avaliação tenha conseguido identificar os verdadeiros problemas do Kit das Profissões, continuo a admirar o projecto. Isto, porque existiu a capacidade de em apenas umas quantas páginas reunir informação muito importante relativamente aos cursos profissionais e penso que cada vez mais se está a desmistificar o medo desses cursos.

O de mais importante que tenho a reflectir é o facto de não se ter cumprido o plano inicial. Sim, porque quando iniciei esta avaliação, o plano seria aplicar o questionário final a nível nacional e esses dados seriam a base desta avaliação. No entanto questões de logística, e também de certo modo burocráticas, impediram que tal acontecesse. É neste sentido que de algum modo esta avaliação fique um pouco aquém daquilo que eu esperaria, porque se formos bem a ver a parte mais importante, a parte mais interessante ficou por fazer. Confesso que esta situação me desmotivou um pouco já não era a mesma coisa, estava a construir um instrumento que por um lado seria muito útil para a ANQ, I.P. mas por outro lado para mim já não tinha a importância inicial. É certo que o questionário ficou pronto ainda eu estava a desempenhar funções na ANQ, I.P. mas por uma questão de timing já não era adequado fazer-se chegar o questionário às escolas. Assim, este estágio acabou por ser a base de um projecto de construção de um instrumento avaliativo, para ser usado oportunamente pela ANQ, I.P. Saliento ainda que embora haja críticas menos positivas o conhecimento adquirido sobre a implementação do Kit das Profissões vai permitir à ANQ, I.P. introduzir adaptações e limar arestas de modo a tornar o projecto, já de si positivo, muito melhor.

Não podemos esquecer que o público-alvo, os alunos estão, tendo em conta as condições sociais e os grandes volumes de informações disponíveis, envolvidos por uma quantidade grande de opções que por vezes não conseguem seleccionar e escolher. Logo, tudo o que os ajude a navegar e tornar rumo para uma melhor vida social e profissional é desejável e bem vindo.

Referências

- Almeida, L., Freire, T. (2003). Metodologia da investigação em psicologia e educação. Braga: Psiquilibros.
- Aguilar, Maria José y Ander-Egg, Ezequiel (1992) - *Evaluación de Servicios y Programas Sociales*, Madrid, Siglo XXI.
- Barbier, Jean Marie (1985). *A Avaliação em Formação*. Edições Afrontamento.
- Bartolomeis, Francesco (1999). Avaliação e Orientação – objectivos, instrumentos, métodos. Lisboa. Livros Horizonte.
- Beaudoin, A. Lefrançois, Richard et Ouellet, Francine (1986) - “Les pratiques évaluatives: enjeux, stratégies et pratiques”, *Service Social*, Vol. 35 (1-2), pp. 188-213
- Bogdan, R. Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Boterf, Guy Le (2001). Conferência proferida na Université de la Formation Professionnelle d’Edf-Gaz de France.
- Boterf, Guy Le (2002). *Ingénierie et Évaluation des Compétences*. Les Éditions d’Organisation
- Calmon, K. (1999). *A avaliação de programas e a dinâmica da aprendizagem organizacional*. Planeamento e Políticas Públicas nº19.
- Capucha, A. (2008) *Planeamento e avaliação de projectos: guia prático*. DGIDC.
- Costa, J. A., & Melo, A. S. (s.d.). *Dicionário da Língua Portuguesa* (7.^a edição). Porto: Porto Editora.
- Estrela, A. (1994). Teoria e Prática de Observação de Classes. Porto: Porto Editora.
- Ferreira, A. (2004). *Impacto da formação nas competências profissionais dos trabalhadores no contexto da empresa*. Lisboa.
- Fernandes, D. (2005). *Avaliação das aprendizagens: Desafios às teorias práticas e políticas*. Cacém: Texto Editores. (Para uma prática da avaliação formativa alternativa; Os professores e a avaliação; Avaliação psicométrica e avaliação formativa alternativa – pp. 77-98)

Fernandes, Domingos (2009). Avaliação das aprendizagens em Portugal. Investigação e teoria da actividade. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 9, pp. 87-100. Consultado em [mês, ano] em <http://sisifo.fpce.ul.pt>

Fitzpatrick (1), J., Christie, C. e Mark, M. (2009). Evaluation in action: Interviews with expert evaluators. Londn: Sage (pp. 45-68).

Fitzpatrick (2), J., Christie, C. e Mark, M. (2009). Evaluation in action: Interviews with expert evaluators. Londn: Sage (pp. 97-128).

Fitzpatrick (3), J., Christie, C. e Mark, M. (2009). Evaluation in action: Interviews with expert evaluators. Londn: Sage (pp. 157-178).

Fitzpatrick (4), J., Christie, C. e Mark, M. (2009). Evaluation in action: Interviews with expert evaluators. Londn: Sage (pp. 249-268).

Foddy, W. (2002). *Como perguntar*. Oeiras: Celta Editora

Freitas, Cândido (s/d), Gestão e avaliação de projectos nas escolas. Cadernos de Organização e Gestão Curricular. Instituto de Inovação Educacional.

Ghiglione, R. Matalon, B. (2001). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editores.

Gipps, C. & Stobart, G. (2003) Alternative Assessment. International Handbook of Educational Evaluation. Springer International Handbooks of Education Vol. 9. Kellaghan, T.; Stufflebeam, D.L. (Eds.) 549-576.

Guba, E. & Lincoln, Y. (2000) Epistemological and methodological bases of naturalistic inquiry. In D. Stufflebeam, G. Madaus & T. Kellaghan (Eds.), *Evaluation models: Viewpoints on educational and human services evaluation* (2nd edition), pp.363-382. Dordrecht: Kluwer.

Hill, M. Hill, A. (2002). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

House, E. & Howe, K. (2000). Deliberative democratic evaluation in practice. In D. Stufflebeam, G. Madaus & T. Kellaghan (Eds.), *Evaluation models: Viewpoints on educational and human services evaluation* (2nd edition), pp.409-421. Dordrecht: Kluwer.

Machado, J. P. (1977). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Masson, Gérard (1989) - “L'évaluation qualitative appliquée au développement social”, *Recherche Sociale*, n° 111, Juillet-Septembre, pp. 47-57KURC, Alexandre (1986) - “Évaluer l'échec”, *Pour*, n° 107 (Juin-Juillet-Août), pp. 18-23.

Meignant, Alain (1999). *A Gestão da Formação*. Publicações Dom Quixote. Coleção “Gestão e Inovação”.

Meksenas, P. (2002). *Pesquisa social e acção pedagógica. Conceitos, métodos e praticas*. São Paulo: Ed: Loyola.

Morin, M. (1971). *Évaluation et Education. Problèmes Méthodologiques*. Education Permanent, n.º9

Nisbet, J. *Investigación educativa: el momento actual*. In Dockrell, W.B. & Hamilton, D. (1983). *Nuevas reflexiones sobre la investigación educativa*, Madrid: Narcea, S. A. Ediciones.

OCDE (2005). “Economic Policy Reforms – Going for Growth”

O'cinneide, Séamus (1992) - *L'Evaluation Dans le Cadre du Programme Pauvreté 3*, Lille, GEIE, Juillet 1992 (policopiado).

Patton, M. (2003). Utilization – focused evaluation. In T. Kellaghan & D. Stufflebeam (Eds.), *International Handbook of educational evaluation*, pp. 223-244. Dordrecht: Kluwer.

Rodrigues, P. (1993). *A Avaliação curricular*. In “*Avaliações em educação: novas perspectivas*”. Estrela, Albano & Nóvoa, António (Orgs.). Porto: Porto editora.

Saint - Sauveur, Annick. *Comment Réussir son Plan de Formation*. Les Éditions Demos. Collection Demos Ressources Humaines.

Scriven, M. (2000). Evaluation ideologies. In D. Stufflebeam, G. Madaus & T. Kellaghan (Eds.), *Evaluation models: Viewpoints on educational and human services evaluation* (2nd edition), pp.249-278. Dordrecht: Kluwer.

Stake, R. (2000). Program evaluation, particularly responsive evaluation. In D. Stufflebeam, G. Madaus & T. Kellaghan (Eds.), *Evaluation models: Viewpoints on educational and human services evaluation* (2nd edition), pp.343-362. Dordrecht: Kluwer.

Stufflebeam, D. (2000). The CIPP model for evaluation. In D. Stufflebeam, G. Madaus & T. Kellaghan (Eds.), *Evaluation models: Viewpoints on educational and human services evaluation* (2nd edition), pp. 279-317. Dordrecht: Kluwer.

Tuckman, B. (2005). Manual de investigação em educação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Legislação

- Portaria nº 959/ 2007, de 21 de Agosto
- Resolução do Conselho de Ministros nº 173/ 2007, de 7 de Novembro, em Portugal
- Concurso público nº3 / ANQ/ 2009
- Portaria nº256 /2005, de 16 de Março

ANEXOS

ANEXO 5
(Caderno de Encargos)

CONCURSO PÚBLICO N.º 3/ANQ/2009

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRECTO ADOPTADO NA SEQUÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCEPÇÃO DE UM KIT DAS PROFISSÕES PARA INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO JOVEM PARA A PROCURA E ESCOLHA DE PERCURSOS QUALIFICANTES DE ACESSO A SAÍDAS PROFISSIONAIS DE NÍVEL 3 NO ÂMBITO DA INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª

Objecto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do Concurso de Concepção n.º 3/ANQ/2009 que tem por objecto principal a aquisição dos serviços relativos e necessários à execução do trabalho de concepção seleccionado no âmbito do mencionado concurso e referente a um *Kit* das Profissões para informação e sensibilização da população jovem para a procura e escolha de percursos qualificantes de acesso a saídas profissionais de nível 3, no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades, de acordo com a descrição constante dos Termos de Referência daquele concurso, abrangendo, nomeadamente, a execução dos seguintes trabalhos:

- a) Produção de 21.000 *maletas* que contenham, cada uma delas, os instrumentos do *Kit* das Profissões, nomeadamente, duas brochuras correspondentes ao Guia de Profissões e ao Manual de Exploração Vocacional e um DVD com os dois instrumentos, conforme proposta vencedora do concurso público nº 3/ANQ/2009;
- b) Elaboração de conteúdos, edição e produção de 21.000 brochuras do Guia de Profissões, com encadernação argolada, contendo informação sobre 100 profissões correspondentes a saídas profissionais de nível 3 e testemunhos de profissionais qualificados, conforme proposta vencedora do concurso público nº 3/ANQ/2009;
- c) Edição e produção de 21.000 brochuras do Manual de Exploração Vocacional, com encadernação argolada, contendo actividades de desenvolvimento vocacional que permitam aos jovens aceder e explorar informação sobre saídas e áreas profissionais, oferta educativa e formativa, bem como conhecerem-se melhor a si próprios para fazerem escolhas mais adequadas e realistas, conforme proposta vencedora do concurso público nº 3/ANQ/2009;
- d) Edição e Produção de 21.000 DVD contendo todos os conteúdos do Guia de Profissões e do Manual de Exploração Vocacional mas com outras funcionalidades, nomeadamente, utilização de *links* e, no que respeita ao Guia de Profissões, animação em vídeo dos testemunhos dos profissionais e, no que respeita ao Manual de Exploração Vocacional, uma apresentação multimédia do sistema educativo e formativo português, conforme proposta vencedora do concurso público nº 3/ANQ/2009;
- e) Produção da versão *online* do Guia de Profissões e da apresentação multimédia do sistema educativo e formativo português para inserção na Internet, no Portal Novas

Oportunidades, site Mundo das Profissões, conforme proposta vencedora do concurso público nº3/ANQ/2009.

Cláusula 2ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada, a qual deverá conter os preços especificados dos trabalhos enunciados na cláusula 1ª deste Caderno de Encargos e que o adjudicatário deverá concretamente executar;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo prestador de serviços nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª

Prazo de execução contratual

1. O prazo de execução dos serviços referidos na Cláusula 1ª é de 4 semanas consecutivas, a contar da data de celebração do contrato, cuja execução deverá respeitar os prazos apresentados pelo concorrente vencedor do concurso público nº3/ANQ/2009.
2. Em caso de incumprimento do prazo a que se refere a presente cláusula, o prestador de serviços incorre na penalidade prevista na Cláusula 16ª deste Caderno de Encargos.

3. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão de todos os serviços, em conformidade com os respectivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 4ª

Obrigação geral de pontual e integral execução do contrato

1. O prestador de serviços obriga-se perante o contraente público a cumprir as prestações que resultem da proposta apresentada e que impliquem a completa execução do trabalho de concepção, observando as exigências do presente Caderno de Encargos.
2. O prestador de serviços obriga-se a realizar todas as tarefas solicitadas pelo contraente público e abrangidas pelo contrato a celebrar com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa.
3. Na prestação dos serviços contratados, o prestador de serviços deve colocar à disposição do contraente público todos os seus conhecimentos técnicos.

Cláusula 5ª

Direitos de propriedade intelectual e de imagem

1. São da responsabilidade do prestador de serviços os encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços abrangidos pelo contrato, de marcas registadas, patentes registadas, outros direitos de propriedade intelectual, licenças ou direitos de imagem, bem como a obtenção das autorizações necessárias para o efeito.
2. O prestador de serviços é responsável pela violação de quaisquer licenças, direitos de patente, de concepção, de projectos, de marcas ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, de imagem ou afins, respeitantes aos serviços objecto do contrato, nomeadamente projectos, estudos, programas informáticos, equipamento, materiais, documentação ou trabalhos realizados.
3. O prestador de serviços é responsável por qualquer reclamação formulada perante o contraente público, resultante de violação dos direitos e licenças referidos nos números anteriores, adoptando o contraente público o procedimento que se revele mais adequado para a intervenção plena do prestador de serviços na discussão e no esclarecimento, perante

terceiros reclamantes ou quaisquer autoridades, das dúvidas que, neste âmbito, se coloquem.

4. O prestador de serviços responde, independentemente de culpa, pelos danos que sejam imputados ao contraente público e que se produzam perante terceiros, quando decorrentes de violação dos direitos a que alude o presente artigo, devendo indemnizar o contraente público de todas as despesas que este, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que o mesmo tenha de pagar seja a que título for.

5. Com a celebração do contrato e a aceitação das peças que compõem o *Kit* das Profissões o contraente público adquire, para todos os efeitos legais, a titularidade dos direitos de autor inerentes às mesmas e ainda, pelo prazo de cinco anos, os direitos de imagem associados às mencionadas peças, estando o custo relativo aos direitos previstos no presente número incluído no preço contratual.

6. Para efeitos do número anterior, o prestador de serviços obriga-se a incluir nos instrumentos contratuais que conclua com terceiros para a execução do contrato a celebrar com o contraente público cláusulas de cedência, a seu favor e do contraente público, dos direitos de imagem de qualquer entidade ou pessoa que participe ou intervenha, a qualquer título, em alguma das peças que compõem o *Kit* das Profissões a produzir, assegurando o direito ilimitado de o contraente público utilizar as mesmas, pelo período referido no número anterior, no contexto da divulgação para que tais peças são concebidas, sem incorrer, por essa via, em encargos que excedam o preço contratual estabelecido no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 6ª

Dever de sigilo

1. O prestador de serviços obriga-se a guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

Cláusula 7ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da manutenção da

sujeição a sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei, designadamente, a protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Cláusula 8ª

Deveres de informação

1. O prestador de serviços obriga-se a prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contraente público, com a periodicidade que esta razoavelmente entender conveniente, quanto à execução dos trabalhos e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergirem do contrato.
2. A obrigação prevista no número anterior compreende o dever de o prestador de serviços participar em reuniões, com o contraente público ou com outras entidades, que se mostrem objectivamente necessárias em função do objecto do contrato.
3. O prestador de serviços obriga-se a comunicar, no prazo de 10 (dez) dias, ao contraente público o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que perturbe a execução do contrato.
4. O contraente público e o prestador de serviços obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do seu conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias ou facto relevante, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das respectivas obrigações contratuais.

Cláusula 9ª

Preço contratual

1. O preço contratual devido ao prestador de serviços pela execução de todas as prestações incluídas no objecto do contrato a celebrar, corresponde ao valor de € 500.000,00 (quinhentos mil euros), não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.
3. Não há lugar a revisão ou actualização do preço, nem a pagamentos antecipados.

4. A despesa referida no ponto I desta cláusula será imputada à candidatura que o contraente público irá submeter ao Programa Operacional Assistência Técnica do Fundo Social Europeu.

Cláusula 10ª

Condições de pagamento

1. A obrigação de pagar o preço indicado na Cláusula 9ª considera-se vencida nos seguintes termos:

- a) 25 % após aceitação das provas finais dos produtos que integram o *Kit* das Profissões resultantes da proposta seleccionada no âmbito do concurso público nº 3/ANQ/2009;
- b) 75 % após produção, verificação da qualidade por parte do contraente público e entrega ao mesmo dos 21.000 kits das Profissões, contendo todas as peças que o integram.

2. As quantias devidas nos termos referidos no número anterior serão pagas pelo contraente público no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da recepção da respectiva factura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva.

3. Os pagamentos referidos no número 1 da presente cláusula só serão efectuados após fiscalização prévia do Tribunal de Contas e nos termos da mesma.

4. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

Cláusula 11ª

Acompanhamento da execução do contrato

1. O prestador de serviços deve designar os respectivos representantes perante o contraente público, em número não superior a 2 (dois), para efeitos de acompanhamento da execução do contrato.

2. Para efeitos de acompanhamento da execução do contrato, o contraente público, no prazo de 5 (cinco) dias após a celebração do contrato, designa um director de projecto que o representa perante o prestador de serviços.

3. O director de projecto tem por função principal o acompanhamento da execução do contrato, podendo, designadamente, praticar os seguintes actos:

- a) Solicitar esclarecimentos quanto à execução do contrato;
 - b) Propor medidas de recuperação de eventuais atrasos verificados.
4. O director de projecto cessa as suas funções com a execução da totalidade dos trabalhos compreendidos no contrato.
5. As comunicações entre as partes, designadamente no que respeite ao acompanhamento do contrato, são efectuadas por escrito, não podendo ser invocadas entre ambas quaisquer comunicações ou determinações que não tenham sido submetidas a essa forma.

Cláusula 12ª

Aceitação das peças publicitárias

1. A aceitação das peças constantes do *Kit* das Profissões é efectuada pelo director de projecto, pressupondo uma análise pelo contraente público com vista a verificar se as mesmas reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos quanto ao objecto do contrato, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. O director de projecto só pode recusar a aceitação das peças constantes do *Kit* das Profissões com fundamento em incumprimento ou cumprimento defeituoso da execução do trabalho de concepção seleccionado, em face de exigências legais ou das características, especificações e requisitos formais do objecto do contrato, devendo os termos do incumprimento ser expressamente explicitados por escrito e notificados ao prestador de serviços.
3. A recusa de alguma das peças pelo director de projecto determina a obrigação de o prestador de serviços proceder à apresentação de nova versão da mesma, no prazo máximo de 7 (sete) dias a contar da data da comunicação da recusa, de acordo com as instruções que o director de projecto entenda efectuar e o disposto no presente Caderno de Encargos, de modo a garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
4. As despesas incorridas na realização das alterações referidas no número anterior correm por conta do prestador de serviços.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, o contraente público procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

CAPÍTULO III

CAUÇÃO

Cláusula 13ª

Execução da Caução

1. Para garantia da celebração do contrato, bem como do exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada, pelo prestador de serviços, uma caução no valor de 5% do preço contratual.
2. O prestador de serviços deve prestar a caução referida no número anterior no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
3. A caução mencionada no n.º 1 deve ser prestada por um dos meios previstos no n.º 2 do artigo 90º do CCP, de acordo com o modelo constante do Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do prestador de serviços.
5. A caução para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato pode ser executada pela entidade adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para indemnização de quaisquer prejuízos incorridos resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento das penalidades previstas, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
6. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
7. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação pelo contraente público para esse efeito.
8. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

MODIFICAÇÕES, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 14.^a

Responsabilidade das partes

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos e da lei, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

Cláusula. 15^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O prestador de serviços apenas pode ceder a sua posição contratual ou subcontratar prestações que integrem o objecto do contrato mediante prévia autorização do contraente público.
2. A contratação de terceiros não exime o prestador de serviços de qualquer uma das suas obrigações perante o contraente público ou da responsabilidade por prejuízos a esta, provocados, ainda que decorrentes de actos praticados pelos respectivos subcontratados.
3. Em caso de subcontratação, o prestador de serviços deve actuar como único e exclusivo interlocutor com o contraente público durante toda a execução do contrato, independentemente da relação comercial, operacional ou outra que tenha com entidades terceiras.
4. O pedido de autorização de cessão da posição contratual e de subcontratação previsto no n.º 1 deve ser fundamentado e instruído com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da cessão e da subcontratação no próprio contrato, nos termos do disposto no n.º 2, na alínea a) e na primeira parte da alínea b) do n.º 3 do artigo 318º do Código dos Contratos Públicos.
5. Para efeitos dos números anteriores, o contraente público pode, se tal se afigurar relevante, solicitar ao prestador de serviços informações complementares ou documentação relacionada com a entidade a quem o prestador de serviços pretenda ceder a sua posição contratual ou subcontratar.

Cláusula 16ª

Penalidades contratuais

1. Em caso de incumprimento do prazo de execução do contrato, fixado no n.º 1 da Cláusula 3ª, por causa imputável ao prestador de serviços, é devida uma penalidade, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 0.5% (zero vírgula cinco por cento) do preço contratual.
2. O contraente público pode, nos termos da cláusula 13ª, executar a caução contratual para se pagar do montante que lhe é devido a título de penalidades contratuais ou deduzir tal montante ao preço a pagar ao abrigo da Cláusula 9ª.
3. As penalidades previstas na presente Cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17ª

Resolução contratual

1. Sem prejuízo de outras situações previstas na lei, o contraente público pode resolver o contrato nos seguintes casos,
 - a) Se o prestador de serviços se atrasar, em período superior a 7 dias, no cumprimento do prazo fixado no n.º 1 da Cláusula 3ª;
 - b) Se o prestador de serviços incumprir de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações previstas no contrato;
 - c) Se o prestador de serviços ou, em caso de agrupamento, qualquer um dos elementos que o integram, se encontrar em situação de dissolução ou de insolvência;
 - d) Se o prestador de serviços ceder a respectiva posição contratual a terceiro ou celebrar qualquer subcontrato sem autorização prévia do contraente público;
 - e) Se ocorrer caso de força maior impeditivo da execução do contrato em tempo julgado útil pelo contraente público, desde que o atraso provocado por tal circunstância seja superior a 30 (trinta) dias relativamente aos prazos aplicáveis;
 - f) Se, por força da modificação, redução ou supressão das linhas programáticas ou de política educativa e de formação profissional em que se sustenta a acção objecto do contrato, deixar de haver interesse por parte do contraente público na continuidade do contrato.
2. Para efeitos do disposto na alínea e) do número anterior, o prestador de serviços deve comunicar ao contraente público a ocorrência de qualquer situação de força maior, no prazo de 5 (cinco) dias contados da verificação do facto ou do respectivo conhecimento pelo

prestador de serviços, e indicar as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respectivos prazos e custos;

3. A resolução do contrato ao abrigo dos números anteriores é efectuada por declaração escrita expedida por carta registada com aviso de recepção, para a sede ou para o domicílio do prestador de serviços, e produz efeitos a partir da data da sua recepção.

Cláusula 18ª

Efeitos da resolução

1. Em caso de resolução do contrato pelo contraente público por facto imputável ao prestador de serviços, este fica obrigado ao pagamento ao contraente público de uma indemnização correspondente a 15% (quinze por cento) do preço contratual, a título de cláusula penal indemnizatória.

2. A indemnização é paga pelo prestador de serviços no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação da resolução do contrato.

3. O disposto no presente artigo não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, nem a reclamação de indemnização por valor superior ao previsto no n.º 1, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 19ª

Mora do contraente público

1. Qualquer atraso no pagamento do preço contratual, de acordo com as condições estipuladas na Cláusula 10.ª, não autoriza o prestador de serviços a invocar a excepção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do Contrato, salvo nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos.

2. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

Cláusula 20ª

Força maior

1. Para efeitos do contrato, são consideradas de força maior apenas as circunstâncias que impossibilitem o cumprimento por uma das partes de quaisquer obrigações assumidas no

contrato, que, cumulativamente, sejam alheias ao seu controlo, que a mesma não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, desde que verificados os pressupostos constantes do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Quaisquer circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados, auxiliares ou fornecedores do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados ao prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como associações ou grupos de sociedades suas subcontratadas;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções não sejam determinadas ou se devam a dolo ou negligência seus ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços;
- f) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe à parte que a invocou fazer prova dos respectivos pressupostos.

6. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a verificação de situação de força maior tem como consequência que os prazos estabelecidos no contrato sejam acrescidos do período de tempo correspondente ao impedimento resultante da força maior e ao que seja comprovadamente indispensável para recomeçar os trabalhos.

7. Desde que se verifiquem os pressupostos previstos na alínea e) do n.º I da Cláusula 17ª, o contraente público ou o prestador de serviços podem resolver o contrato.

CAPÍTULO V

Resolução de Litígios

Cláusula 21ª

Resolução de litígios

1. Para o julgamento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respectiva interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o foro da comarca de Lisboa.

2. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico, caso em que devem ser observadas as seguintes regras:

- a) Sem prejuízo do disposto nas alíneas b) a d), a arbitragem far-se-á de acordo com as regras processuais propostas pelos árbitros;
- b) O Tribunal Arbitral tem sede em Lisboa e é composto por três árbitros;
- c) O contraente público designa um árbitro, o prestador de serviços designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;
- d) No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro-presidente, deve este ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo territorialmente competente;
- e) O tribunal arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22ª

Despesas

Correm por conta do prestador de serviços todas as despesas em que este tenha de incorrer em virtude de obrigações que para ele emergem do contrato.

Cláusula 23ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma.
2. O prestador de serviços ou o seu representante devem informar o contraente público, por escrito, sempre que qualquer mudança se verificar no respectivo domicílio ou sede.
3. A alteração do domicílio contratual é comunicada à outra parte por carta registada com aviso de recepção.
4. A comunicação entre as partes é sempre efectuada em língua portuguesa.

Cláusula 24ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Cláusula 25ª

Alterações ao contrato

As alterações ao contrato são sempre reduzidas a escrito e assinadas pelo contraente público e pelo prestador de serviços.

Cláusula 26ª

Contagem de prazos

1. Sem prejuízo de disposição em contrário, os prazos previstos no Caderno de Encargos são contínuos, correndo em Sábados, em Domingos e em dias feriados e não se suspendem nem interrompem em férias judiciais.
2. Os prazos que terminem em Sábados, Domingos ou dias feriados transferem-se para o dia útil imediatamente seguinte, o que não se aplica no caso de feriados municipais.

Cláusula 27ª

Entrada em vigor

O contrato entra em vigor a partir da data da respectiva assinatura.

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros €

Vai (*nome do adjudicatário*), com sede em (*morada*), depositar na(*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco a quantia de (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro/em títulos (*eliminar o que não interessar*), como caução exigida para (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de (*entidade adjudicante*), a quem deve ser remetido o respectivo conhecimento.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução n.º

Em nome e a pedido de (*adjudicatário*), vem o(a) (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

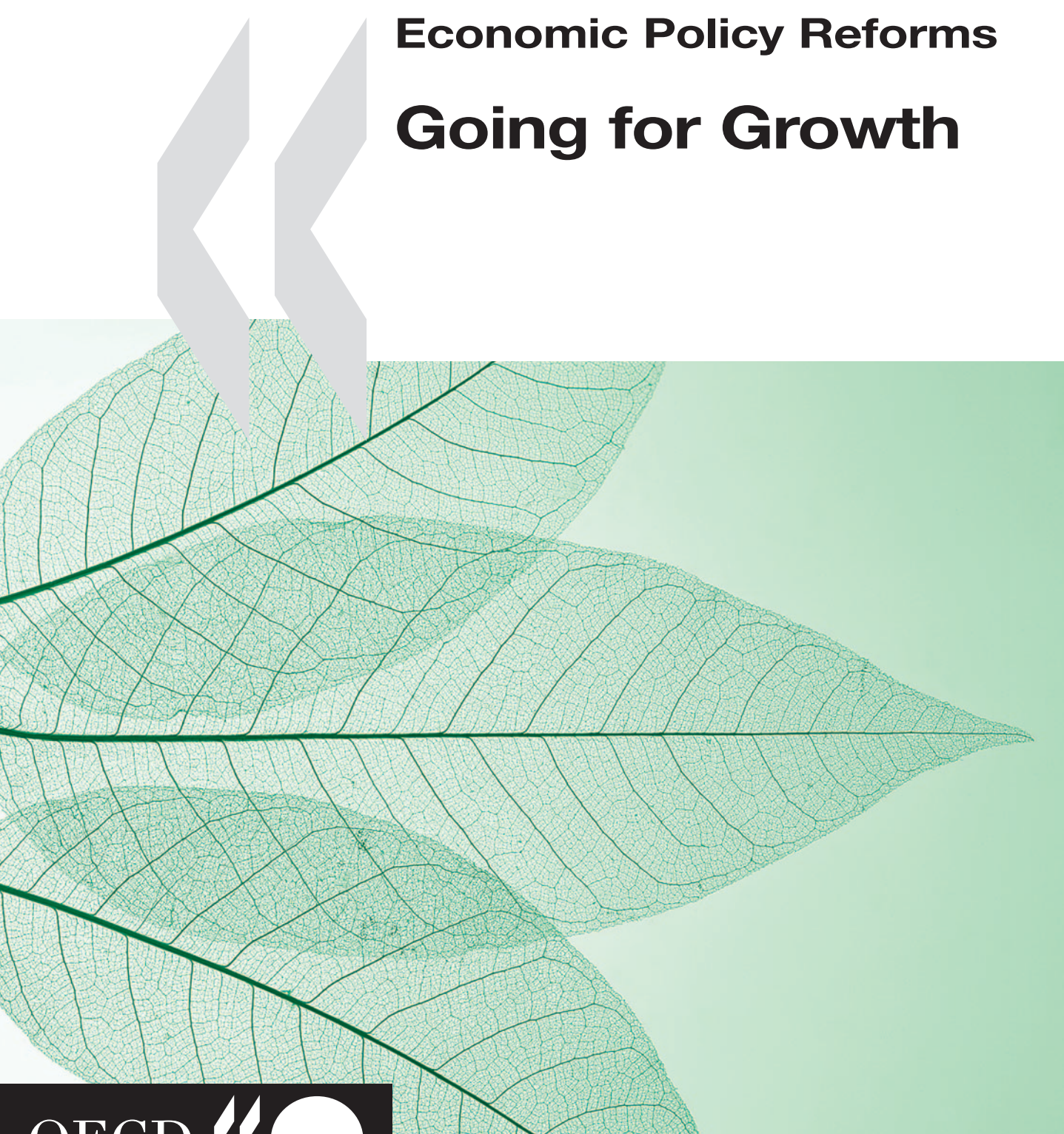
Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objecções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Planning 2010 ANQ – Actividades do DGISQ

ÁREAS DE ACTIVIDADE	PROJECTOS	TAREFAS	PRAZOS DE EXECUÇÃO
Informação e Orientação para a Qualificação	Acções de Sensibilização para Operacionalização dos Instrumentos de Desenvolvimento Vocacional: Kit das Profissões e Site Mundo das Profissões	- Elaboração e integração na GD, para despacho superior, da Informação com a proposta da organização e gestão das acções de sensibilização.	- Na 1ª semana de Janeiro (05-01-10) ✓
		- Realização de uma reunião com as DRE para coordenação conjunta do projecto.	- Em 13-01-10 ✓
		- Indicação das escolas onde se realizarão os encontros de trabalho e do elemento de cada DRE que será o pivot com a ANQ neste projecto.	- Até 21-01-10
		- Elaboração e integração na GD, para despacho superior, da Informação com a proposta do transporte dos Kit das Profissões para as escolas onde se realizam os encontros de trabalho.	- Em 22-01-10
		- Preparação conjunta (ANQ-DRE) dos encontros de trabalho acerca dos seguintes assuntos: ofício convite; recepção e tratamento de inscrições; indicação dos animadores dos grupos de trabalho; refeições; equipamentos e materiais de apoio.	- 21-01-10: DRELV - 22-01-10: DREN e DREC - 25-01-10: DRE Algarve e DRE Alentejo
		- Preparação dos materiais a integrar nas pastas para os encontros de trabalho.	- Entre 26 e 27 de Janeiro
		- Preparação dos conteúdos e suportes de apresentação das temáticas abordadas no Programa dos encontros de trabalho	- Entre 14 e 20 de Janeiro
		- Realização dos dez Encontros de Trabalho: 01-02 Lisboa (Cláudia); 03-02 Castelo Branco; 08-02 Chaves; 12-02 Setúbal (Sid); 24-02 Évora; 16-03 Coimbra; 18-03 Porto; 19-03 Braga; 23-03 Santarém; 25-03 Faro.	- Entre 1 de Fevereiro e 25 de Março
		- Síntese e avaliação das acções de sensibilização utilizando a informação dos debates, as conclusões e apreciações dos grupos de trabalho e o tratamento das fichas de avaliação dos encontros de trabalho.	- Entre 29 de Março e 15 de Abril

A large, stylized green leaf with a detailed vein pattern is positioned diagonally across the lower half of the cover. Above the leaf, two grey, chevron-like shapes point downwards towards the title.

Economic Policy Reforms Going for Growth

OECD 
OECD PUBLISHING

2005

**Structural Policy Indicators and Priorities
in OECD Countries**

Economic Policy Reforms

Going for Growth



ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

The OECD is a unique forum where the governments of 30 democracies work together to address the economic, social and environmental challenges of globalisation. The OECD is also at the forefront of efforts to understand and to help governments respond to new developments and concerns, such as corporate governance, the information economy and the challenges of an ageing population. The Organisation provides a setting where governments can compare policy experiences, seek answers to common problems, identify good practice and work to co-ordinate domestic and international policies.

The OECD member countries are: Australia, Austria, Belgium, Canada, the Czech Republic, Denmark, Finland, France, Germany, Greece, Hungary, Iceland, Ireland, Italy, Japan, Korea, Luxembourg, Mexico, the Netherlands, New Zealand, Norway, Poland, Portugal, the Slovak Republic, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, the United Kingdom and the United States. The Commission of the European Communities takes part in the work of the OECD.

OECD Publishing disseminates widely the results of the Organisation's statistics gathering and research on economic, social and environmental issues, as well as the conventions, guidelines and standards agreed by its members.

This work is published on the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of the Organisation or of the governments of its member countries.

Also available in French under the title:

Objectif croissance
Réformes économiques

Photo credit: Photonica
© OECD 2005

No reproduction, copy, transmission or translation of this publication may be made without written permission. Applications should be sent to OECD Publishing: rights@oecd.org or by fax (33 1) 45 24 13 91. Permission to photocopy a portion of this work should be addressed to the Centre français d'exploitation du droit de copie, 20, rue des Grands-Augustins, 75006 Paris, France (contact@cfcopies.com).

Foreword

This new OECD publication, *Economic Policy Reforms: Going for Growth*, is designed to help policy makers as they look for ways to achieve improved standards of living for citizens. It also aims to bring the debate on the important issues of economic reforms and their consequences to a wider public. Drawing on in-depth knowledge of economic circumstances and policy objectives in individual countries, it develops a benchmarking system based on a set of policy indicators. It then proposes a number of policy priorities for each country that would help promote stronger economic growth.

Although more than 50 000 delegates register for OECD meetings each year, many of these delegates and others primarily see the Organisation's work through the prism of their own area of interest – as I know from my own personal experience as a Ministerial delegate and from the testimony of others. As such, in presenting this publication, I am aware that its scope may surprise many readers, by showing that the OECD has a wealth of experience to draw on, and conducts structural policy analysis and surveillance in its member countries in almost every area of public policy.

To do this, the OECD uses a process based on mutual accountability and peer pressure. In addition to monitoring the performance of individual countries, structural surveillance at the OECD also includes cross-country monitoring focusing on a broad range of specific fields, including work and family life, ageing and employment policies, national education systems, and regulatory reform. Naturally enough, recommendations in these various fields often reflect objectives that go beyond growth or income maximisation and relate to wider dimensions of welfare. Policy recommendations in the field of labour and social affairs, for example, need to find a balance between equity and efficiency in their policy recommendations. The surveillance processes for education tend to stress the importance of equitable access to education in addition to the goal of increasing human capital.

Different areas of government may give differing weights to the respective importance of wealth and income maximisation on the one hand and broader equity issues on the other. How these differences are resolved affects, of course, the thrust of policy priorities. In *Economic Policy Reforms*, the main objective targeted is stronger economic growth. Its underlying premise is that growth is essential to create the additional resources needed to address a number of broader social and equity concerns, and therefore is key to the search for improving standards of living for all citizens.

As policy makers and others grapple with the challenges posed by the increasing interdependence of our economies, growth has to be at the top of our agenda. I wish to acknowledge the OECD-wide contribution that has enabled this project to benefit from inputs from many parts of the Organisation, and to thank the team led by Jean-Philippe Côtis, OECD's Chief Economist, for suggesting the idea and bringing it to fruition.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Donald Johnston', with a stylized flourish extending from the end.

Donald J. Johnston
OECD Secretary-General

Table of Contents

Preface	7

Part I

Taking Stock of Structural Policies in OECD Countries

Chapter 1. Structural Policy Priorities	11
Introduction	12
Broad trends in performance	14
Areas of policy priorities	18
Notes	28
Annex 1.A.1. Cross-country Comparison of Economic Performance and Living Standards: Some Caveats	29
Annex 1.A.2. Selection of Policy Priorities	31
References	36
Chapter 2. Structural Policy Indicators	37
Chapter 3. Country Notes	57

Part II

Thematic Studies

Chapter 4. Product Market Regulation in OECD Countries: 1998 to 2003	123
Introduction	124
Progress in regulatory reform, 1998-2003	127
Consistency across policy domains	138
Conclusions	143
Notes	144
Bibliography	145
Chapter 5. The Retirement Effects of Old-age Pension and Early Retirement Schemes in OECD Countries	147
Introduction	148
Retirement incentives embedded in pension and other transfer systems	148
Retirement incentives strongly affect labour market participation of older workers ..	155
Conclusion	157
Notes	158
Bibliography	159
Chapter 6. Female Labour Force Participation: Past Trends and Main Determinants in OECD Countries	161
Introduction and summary	162

Trends in female participation	162
Policies affecting female labour force participation	164
The potential for reforms to increase female labour force participation.	170
Notes	173
Bibliography.	174
Chapter 7. Long-term Budgetary Implications of Tax-favoured Retirement Saving Plans	175
Introduction	176
Private pensions in OECD countries	177
Future net fiscal revenues associated with tax-favoured pension plans	181
Policy issues	186
Notes	189
Appendix. Methodological details and key assumptions.	191
References	193

The codes for country names and currencies used in this volume are those attributed to them by the International Organization for Standardization (ISO). These are listed below in alphabetical order by country code.

ISO Country Code	Country Name	ISO Currency Code
AUS	Australia	AUD
AUT	Austria	EUR
BEL	Belgium	EUR
CAN	Canada	CAD
CHE	Switzerland	CHF
CZE	Czech Republic	CZK
DEU	Germany	EUR
DNK	Denmark	DKK
ESP	Spain	EUR
EU	European Union (15 members prior to 2004 enlargement)	n/a
FIN	Finland	EUR
FRA	France	EUR
GBR	United Kingdom	GBP
GRC	Greece	EUR
HUN	Hungary	HUF
IRL	Ireland	EUR
ISL	Iceland	ISK
ITA	Italy	EUR
JPN	Japan	JPY
KOR	Republic of Korea	KRW
LUX	Luxembourg	EUR
MEX	Mexico	MXN
NLD	Netherlands	EUR
NOR	Norway	NOK
NZL	New Zealand	NZD
POL	Poland	PLN
PRT	Portugal	EUR
SVK	Slovak Republic	SKK
SWE	Sweden	SEK
TUR	Turkey	TRL
USA	United States	USD

Preface

Growth is back at the centre-stage of public attention throughout the OECD. This renewed focus is not accidental. Disappointment with long-term economic performance has been increasingly noticeable in many OECD countries. At the same time, it is widely felt that regaining growth momentum is key to preserving standards of living at a time of rapidly ageing societies.

Achieving stronger growth presents national policy makers with serious challenges. Learning from past mistakes and strengthening even successful policies will be important. But learning by doing, in isolation, may not be enough. Learning from others may be equally or even more important to raising national performance.

In large part, this is why the OECD was created, at a time of widespread confidence in the capacity of less advanced member countries to achieve full economic convergence with the best performers. Learning from others has often been impeded however by the sense that one's own circumstances are too singular to allow for meaningful transposition from abroad. Indeed, many signs are suggesting that economic convergence among industrialised countries has stalled or even backtracked since the 1980s, indicating that adaptation of OECD surveillance may be needed.

Surveillance processes at the OECD already include country-specific and sector-specific surveys that cover all member countries. What they do not yet include, however, is cross-country surveillance of growth, based on systematic benchmarking and with a view to advising member countries on national priorities. In the context of stalling convergence, benchmarking may help expose more clearly the areas where countries are lagging.

Successful benchmarking may also be easier to accomplish at a time when substantial progress has been made in cross-country data availability and econometric analysis. Methodological progress has made it possible to go beyond what may be described as “superficial benchmarking”, where one makes international comparisons of GDP per capita, labour productivity or employment rates without knowing what lies behind apparent differences in performance. For example, a relatively low level of GDP per capita may have strikingly different welfare implications depending on whether it reflects the prevalence of public policies inhibiting economic initiative or a genuinely stronger preference for leisure. In the latter case, higher GDP per capita does not translate into higher quality of life, which is nonetheless the ultimate objective of national policies.

Our new publication, *Economic Policy Reforms*, is an attempt at “deep benchmarking” involving carefully constructed structural policy indicators with a proven, econometric link to economic performance. This should help assess the extent to which divergence

in performance reflects differences in the effectiveness of public policies, rather than differences in tastes and societal choices.

The main aim of this new publication is therefore to facilitate the transfer of successful national experiences while avoiding the pitfalls of “one-size-fits-all” policy prescriptions that would impinge on legitimate international diversity.

To illustrate the usefulness of “deep benchmarking”, it is instructive to consider the extreme variability of employment rates of persons aged 55 or over across OECD member countries. Analysis suggests that this diversity was mainly caused by disincentives embedded in public policies rather than different attitudes towards retirement age. For those countries which currently suffer from low rates of employment of ageing workers, there may thus be hope that better policies can tap an important source of growth. This example also highlights that growth surveillance may serve to increase not only standards of living, but welfare in a wider sense by promoting fuller participation in economic and social life.

Because this publication addresses complex issues, considerable efforts have been made to ensure it is transparent and self-contained. All the indicators are documented with graphs and their construction made as clear as possible to the reader. A special thematic chapter is devoted to our indicators of product market regulation. The link between some key policy indicators and performance are explored in two thematic chapters dealing with the impact of public policies on the supply of labour from ageing workers and women. This analytical material is intended to provide clear justifications for our assessment of OECD-wide progress achieved in the field of growth-oriented structural reforms. It is also central to understanding the motivation behind the selection of five policy priorities for each member country.

When dealing with national priorities, it is important to also leave room for individual considerations. However well designed, a set of comparable indicators will never fully capture national circumstances. Here the expertise of our country specialists has been used to tailor two policy priorities for each country that may or may not be reflected in the standardised indicators.

For all its many contributors, representing various OECD Directorates, there is a clear recognition that the launch of *Economic Policy Reforms* is only the starting point of a long process leading to further learning along the way. Wider coverage of potential sources of growth, such as financial markets and innovation policies, will be sought in the future, as will methodological and presentational improvements. We also hope that interested readers will help us, through their constructive remarks and critiques, to make this publication increasingly useful, relevant, and, hopefully, interesting.



Jean-Philippe Cotis
OECD Chief Economist

PART I

Taking Stock of Structural Policies in OECD Countries

The cut-off date for information used in Part I is end-November 2004.

Chapter 1

Structural Policy Priorities

Over the past decade, the gap in GDP per capita relative to the United States has widened in a number of countries, including the large continental European economies and Japan. The gap is linked to lower hours worked per capita, lower output levels per hour worked, or both. This chapter describes broad trends in economic performance since the mid-1990s and summarises structural policy priorities for all member countries to enhance GDP per capita. The policy priorities are identified on the basis of cross-country comparisons of performance and policy settings.

Introduction

Over the past decade, trends in GDP per capita and productivity have diverged across major OECD countries. In Japan and some of the largest EU member states, growth rates have declined, contrasting with the acceleration observed in the United States and a few other countries. This diverging performance across the major economies and the concurrent widening of income gaps have brought renewed attention to the influence of institutions and structural policy settings on productivity and GDP growth, and have highlighted the need for reforms to improve growth performance.

In order to support the corresponding reform efforts, the OECD has developed a set of indicators to evaluate the economic performance and the effectiveness of structural policies of member countries. These indicators are used to identify policy priorities for each country to enhance long-term growth. This work builds on the structural surveillance already carried out in the OECD, both the general monitoring reported in the *OECD Economic Surveys* and reviews of specific areas of structural policy (Box 1.1).

For each country, a total of five policy priorities have been identified, mostly in the areas of labour and product markets and, to a lesser extent, education. In all cases, the selection of policy indicators and priorities is made with an overall view to raise GDP per capita. Increasing GDP per capita is obviously not the only objective of governments, who strive to improve living standards and welfare more generally, but higher output increases their scope to attain other goals (Annex 1.A.1). Identifying the same number of priorities for well – and less well-performing countries alike has obvious implications. On the one hand, in countries with weak performance and policy settings that deviate from best practice in many areas, important policy priorities may be left out. On the other hand, in countries with very good performance and policies close to best practice, the priorities identified may not always be seen as having a high degree of urgency.

Box 1.1. Structural surveillance in the OECD

This stocktaking of structural reforms aims at providing member countries and interested readers with a cross-country report surveying the wide array of factors and policies that drive long-term growth, in order ultimately to improve performance. This exercise builds on the various structural surveillance processes that are part of the regular work of the OECD. These include general surveillance on a country-by-country basis that is reported in the *Economic Surveys* and cross-country surveillance focused on more specific fields that is reported in a variety of OECD publications.

Box 1.1. **Structural surveillance in the OECD (cont.)**

The general surveillance reported in the *OECD Economic Surveys* involves the monitoring of long-term economic performance and structural-policy settings, in addition to policy recommendations to improve performance. While cross-country comparisons of performance and policies are used extensively in this work, policy recommendations are often arrived at without international benchmarking, and are instead based on in-depth knowledge of country circumstances and policy objectives. By contrast, the present report makes much more systematic use of benchmarking in deriving policy priorities.

The structural surveillance work in the OECD that focuses on more specific issues is organised along the following lines:

- Labour market performance and social conditions are monitored on a regular basis, and this often involves a review of policies on the basis of internationally-comparable indicators (e.g. benefit replacement rates, the intensity of employment protection legislation and various aspects of active labour market policies). The results of this surveillance are reported in the *OECD Employment Outlook* and *Benefits and Wages*, and in country reports on the public employment service, work and family life, and ageing and employment policies.
- The extent and the quality of education of the young and of the population at large, and related policies, are reviewed on a regular basis. The reviews are published in *Education at a Glance*, reports from the Programme for International Student Assessment (PISA), and country reviews on national policies for education.
- Developments in taxation of labour income are examined on a yearly basis, and this includes the construction of standardised indicators of average and marginal tax rates for all member countries. The indicators are published in *Taxing Wages*.
- Support to agriculture and the different forms of such assistance is monitored on an annual basis and published in *Agricultural Policies in OECD Countries*.
- Performance and policies with respect to science, technology and industry is reviewed regularly and published in *Science, Technology and Industry: Outlook*, the *OECD Information Technology Outlook*, the *OECD Communications Outlook* and the *OECD SME and Entrepreneurship Outlook*.
- Policies that have an impact on high quality regulation, competition and market openness in product markets are regularly reviewed and published in the series of *OECD Reviews of Regulatory Reforms*.

In some cases, the monitoring of performance and policies is accompanied by country-specific recommendations. This has been the case in e.g. reviews of public employment services, work and family life, ageing and employment policies, national education systems, and regulatory reforms.

The policy recommendations that emerge from the surveillance of these various fields may sometimes give emphasis to objectives that go beyond growth or income maximisation and relate to wider dimensions of welfare. Thus, for example, the surveillance processes for labour and social affairs emphasise the need to find a balance between equity and efficiency in their policy recommendations, and the surveillance processes for education tend to stress the importance of equitable access to education in addition to the goal of increasing human capital.

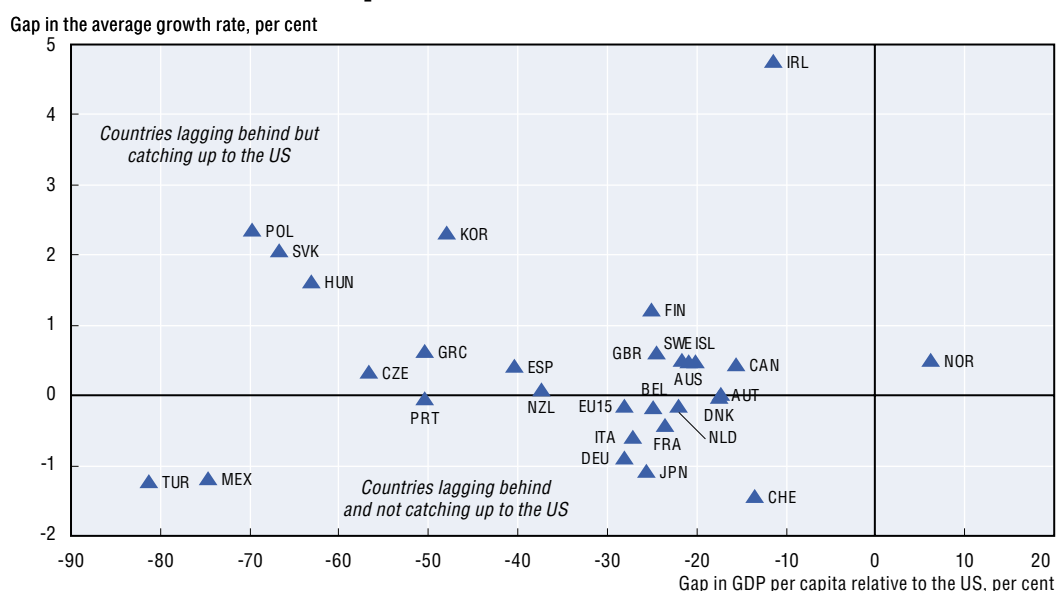
Broad trends in performance

Looking at trend performances over the past decade or so, many countries have managed to pursue or resume convergence of living standards on that of the leading country (United States) despite the particularly strong performance observed in the latter over the period (Figure 1.1).¹ Since 1993, GDP per capita rose relative to that in the United States in over half of member countries: English-speaking and Nordic countries, as well as Central European countries, Greece, Korea and Spain. The countries that grew fastest relative to the United States are mainly those where GDP per capita remains comparatively low (Hungary, Korea, Poland and Slovakia). A notable exception is Ireland, which after more than 15 years of the fastest growth in GDP per capita in the OECD area is close to par with living standards in the United States.²

In contrast, the gap in GDP per capita has either remained unchanged or widened in several continental European countries over the same period (Austria, Belgium, France, Germany, Italy and Switzerland) as well as in Japan. For the European Union and Japan, the level of GDP per capita remains between 25 and 30% below that in the United States. While the size of the gap varies quite significantly across EU countries, differences are relatively small among the largest member states (with gaps also between 25 and 30%). The most disappointing performance over the past decade in the OECD area has been registered in Mexico and Turkey, which combined the weakest (after Switzerland) growth rate and the lowest levels of GDP per capita.

The gap in GDP per capita can be broken down into labour-utilisation and labour-productivity gaps (Figure 1.2). Lower total hours worked per person of working age account for the main part of the GDP per capita gap in many continental European countries

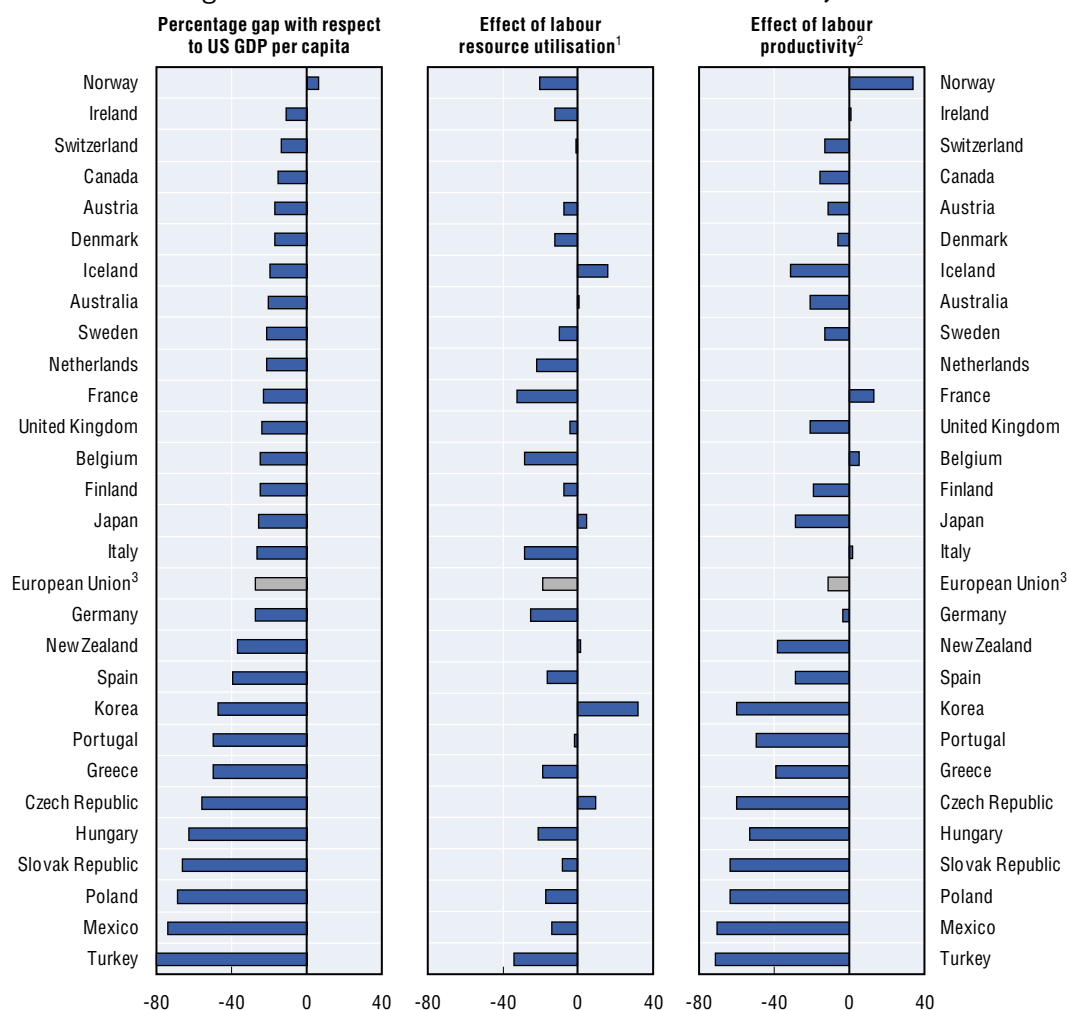
Figure 1.1. **GDP per capita levels and growth rates:
Gap vis-à-vis the United States¹**



Note: EU15, excluding Luxembourg.

1. The average growth rate of GDP per capita is calculated over the period 1994-2003 on the basis of volumes data from national accounts sources. The level of GDP per capita is for 2002 on the basis of 2000 PPPs.

Source: OECD, *National Accounts of OECD Countries*, 2004 and *OECD Economic Outlook*, No. 76.

Figure 1.2. **The sources of real income differences, 2002**

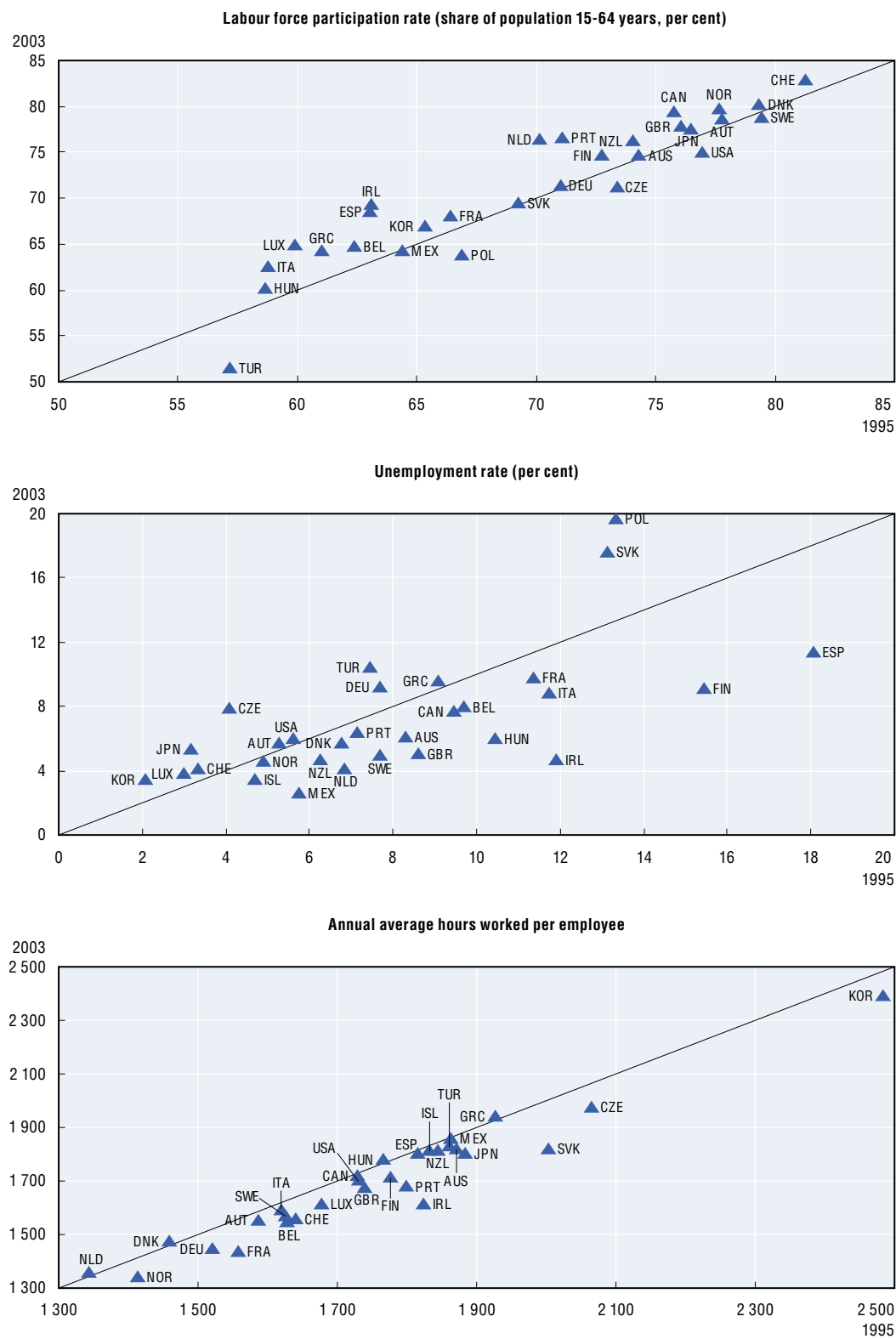
1. Labour resource utilisation is measured as total number of hours worked divided by population.
2. Labour productivity is measured as GDP per hour worked.
3. Excluding Luxembourg.

Source: OECD, *National Accounts of OECD Countries*, 2004; *OECD Labour Force Statistics*, 2004 and *OECD Economic Outlook*, No. 76.

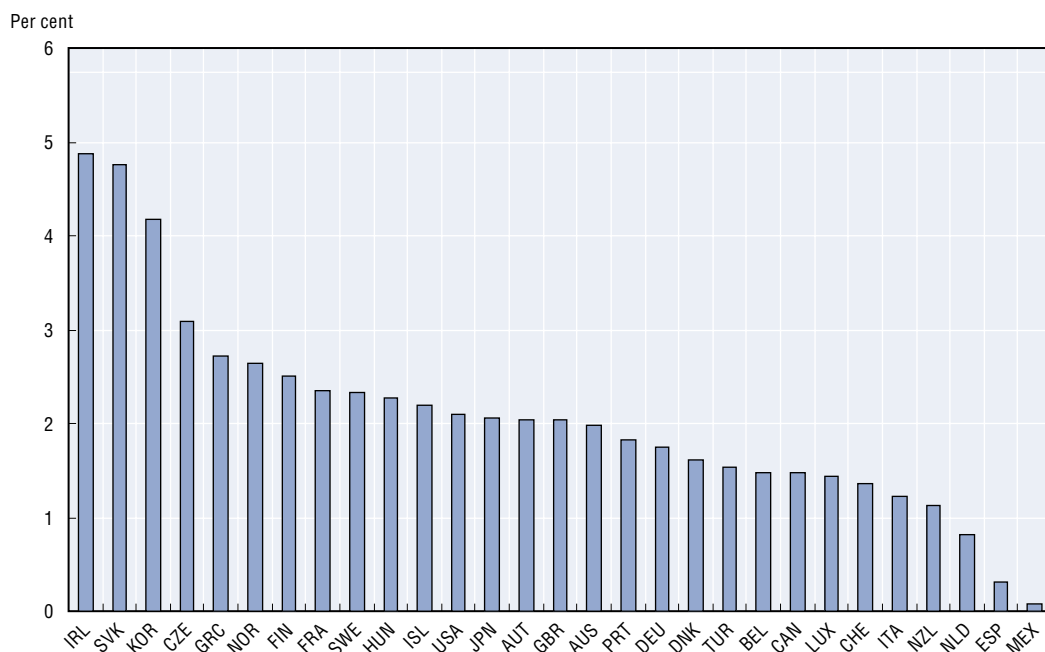
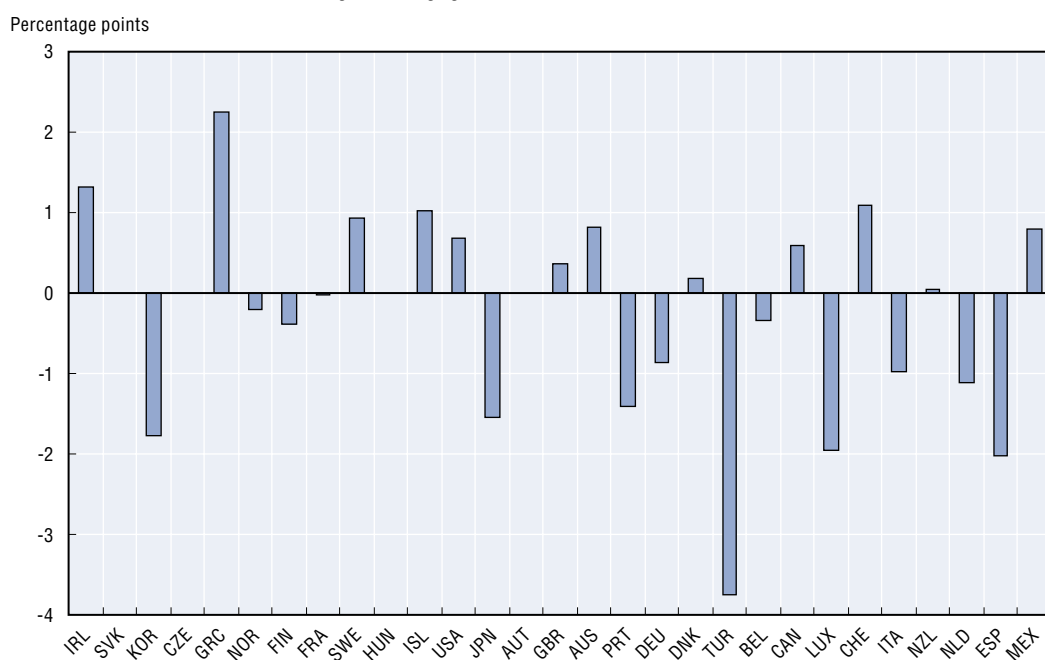
(Belgium, France, Germany, Italy and the Netherlands). This is due to low participation of people of working age in the labour market and high unemployment (Figure 1.3). This effect is typically reinforced by fewer hours worked per employee, as part-time work is more prevalent and annual working hours for full-time workers are lower. Since 1995, labour utilisation in continental Europe has been affected by two opposite trends: relatively strong gains in employment ratios have been offset to varying degrees by a continuing decline in average hours worked per employee. This development often reflects an increasing share of women in the labour force, as women are more likely to work part-time. However, in some countries the decline in average hours has gone beyond what can be accounted for by an increase in voluntary part-time work.

Lower productivity levels per hour worked account for the bulk of the gap in GDP per capita in Japan and most non-US English-speaking countries, as well as in Iceland, Switzerland and most lower-income member countries (Czech Republic, Korea, Mexico, Portugal and

Figure 1.3. **Sources of change in labour resource utilisation**



Source: OECD Economic Outlook, No. 76 and OECD Labour Force Statistics, 2004.

Figure 1.4. **Labour productivity**¹**A. Labour productivity, average growth rates 1994-2003**²**B. Change in average growth rates between 1985-1993 and 1994-2003**³

1. Measured as GDP per hour worked.

2. Labour productivity is not reported for Poland due to missing hours data. Slovak Republic covers 1995-2003. For Luxembourg, labour productivity is derived by using domestic employment (including cross-border workers).

3. The change in labour productivity is not reported for Austria; Czech Republic, Hungary and Slovak Republic due to short hours data series.

Source: OECD, *National Accounts of OECD Countries*, 2004; OECD *Labour Force Statistics*, 2004 and OECD *Economic Outlook*, No. 76.

Slovak Republic). Of these, only the Czech Republic, Korea and the Slovak Republic have managed to obtain productivity growth rates well in excess of those in the United States (Figure 1.4), thus narrowing the productivity gap significantly over the past ten years.

Both total hours worked and productivity per hour are below those observed in the United States in a number of European countries (Austria, Denmark, Finland, Greece, Hungary, Poland, Spain, Sweden and Turkey). Among these, Finland and Hungary narrowed the gaps in both labour resource utilisation and productivity during the past decade. While Spain experienced the strongest increase in labour resource utilisation over the past ten years – substantially narrowing the gap *vis-à-vis* the United States – the impact on the gap in GDP per capita was largely offset by weak labour productivity growth.

This simple accounting of the difference in the GDP per capita gap may give a distorted picture of countries' relative strengths and weaknesses because aggregate labour utilisation and productivity can be interdependent. Countries with low labour utilisation may not employ many low productivity workers, thereby artificially boosting measured labour productivity relative to that in countries with high employment rates. Thus, it has been estimated that raising employment rates and hours worked in the large "high-productivity" continental European countries to the level in the United States could reduce their productivity levels relative to the United States by up to 15% (Artus and Cette, 2004). As a result, a labour-utilisation deficit could become a sizeable productivity gap. Increased employment of low-productivity workers in a few continental European countries over the past decade is also estimated to have slowed productivity growth in these countries, but cannot fully account for the very low growth in output per hour worked.

Areas of policy priorities

The purpose of this stocktaking is to identify policy priorities most likely to stimulate GDP per capita in all individual member countries and the European Union. The starting point is the preceding examination of labour utilisation and productivity performance, which is expanded in further detail to uncover specific areas of relative strengths and weaknesses. A broad set of policy indicators is then assembled and compared across countries (see Chapter 2) with the aim of identifying cases where performance and policy weaknesses appear to be linked.³ More specifically, in order to avoid a one-size-fits-all approach to policy reform, a deviation from best-practice in a particular policy area is considered a candidate for priority selection only if a weak performance is also identified in an area that is affected by the policy in question. Furthermore, the set of policy indicators considered is limited to those that have been shown empirically to have an impact on economic growth. Annex 1.A2 provides further details on the selection of the policy priorities.

At this stage, the stocktaking covers mainly labour and product market policies, supplemented by a few policy/performance indicators for health and education.⁴ On the basis of these indicators, three policy priorities are identified for each member country and the European Union (Table 1.1), and are discussed in the country notes in Chapter 3. The table and the country notes also include two additional policy priorities identified for each country that are not necessarily based on cross-country comparison of policy indicators, thereby allowing for important policy requirements in areas not yet covered by quantitative indicators.⁵ Considering the potential synergies between the individual policies, the priorities are best seen as a package, as the benefit from taking action on

several fronts simultaneously is likely to be greater than the sum of the benefits obtained from acting on individual policy recommendations in isolation.

Policies to improve labour productivity performance

There is broad evidence that policies and institutional settings that foster product market competition play a key role in influencing firms to seek efficiency gains, through adopting either technological or organisational best practices. Growing recognition of this has contributed to widespread reform of product market regulation, leading to a more pro-competitive climate in most OECD countries (see Chapter 4). However, while a certain degree of convergence towards best practice in product market regulation has been observed since the late 1990s, significant scope for improvement remains in virtually all areas: state control of economic activities; barriers to entrepreneurial activity (administrative burdens or restrictions on market access); and barriers to trade (mainly in agriculture and services) and foreign direct investment.

In Europe, progress towards the completion of the EU single market for goods and services has helped boost competitive pressures arising from cross-border activities, even though important non-trade barriers remain. The process of EU integration has also contributed to significant reforms in network services (albeit at different paces across industries and countries), including through privatisation and opening of market access to potential competitors in sectors traditionally dominated by monopolies. Nonetheless, it is a priority for many European countries (including non-EU members) to strengthen competitive pressures in network and other industries:

- Barriers to entry in network industries (such as electricity, telecommunication and railways) and/or professional services should be further reduced in Denmark, France, Germany, Greece, Iceland and Switzerland.
- Administrative burdens on start-ups should be lowered (Austria, Czech Republic, Greece, Hungary and Turkey).
- The burdens of regulation on business operations arising from price controls or administrative procedures should be eased (Belgium, Ireland and the Netherlands).
- The extent of public ownership should be reduced (Finland, Hungary, Italy, Norway, Poland, Portugal, Sweden and Turkey).

Considering, in addition, that fully taking advantage of new technological opportunities may require significant labour re-allocation in many industries, efforts to seek efficiency gains may be hampered in some countries by excessively strict employment protection legislation (EPL).

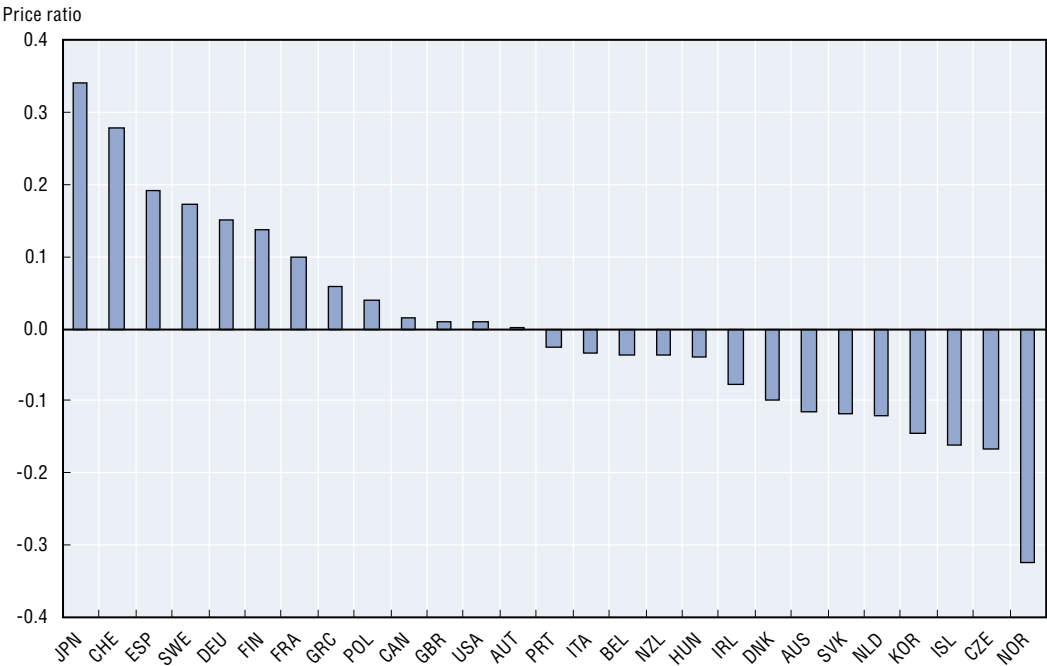
Outside Europe, the productivity gap relative to the United States either widened further or has remained large during the past ten years. While product market regulation is not generally seen as overly stringent, further liberalisation of specific network industries and/or services (such as retail distribution and professional services) continues to be a priority in Japan and Canada – where little reform has taken place since the 1980s – as well as in Korea and Mexico. The case for stimulating competition in service sectors is particularly compelling in Japan, where the price of services relative to that of consumer goods is the highest in OECD countries even after controlling for differences in income levels (Figure 1.5).

Figure 1.5. **Relative price of services and GDP per capita**

A. Ratio of the price level of consumer services to that of consumer goods and the level of GDP per capita¹



B. The relative price ratio adjusted for differences in the level of GDP per capita²



1. Consumer services are a proxy for non-tradable products and goods (semi-durables and durables) are a proxy for tradable products. The level of GDP per capita in 2002 is measured in US dollars on the basis of 2000 PPPs.
2. Measured as the difference between the actual and the fitted value of the price ratio appearing in panel A.

Source: OECD, National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76 and Purchasing Power Parities and Real Expenditure, 2002.

Important barriers to competition still prevail in the agricultural sector of many countries, and these take various forms, such as import barriers, domestic price support for specific products and/or transfer payments to farmers. In terms of economic efficiency, high producer support to agriculture results in a misallocation of resources in most OECD countries and creates trade and price distortions in world markets for agricultural commodities, often at the expense of producers in developing countries (OECD, 2004a). While overall policy-determined transfers to agriculture have slightly risen in 2003, some efforts have been made to at least reduce their trade-distorting impact, essentially by gradually decoupling the amount of aid from the quantity of output produced or input consumed. However, reductions in trade-distorting support to agriculture should be a key priority in the European Union as a whole, as well as in Iceland, Japan, Korea, Norway, Switzerland and the United States. In this regard, the pledge to eliminate all forms of export subsidisation made in the context of the recent agreement on a framework for continuing the Doha Round should be fulfilled.

The accumulation of skills and competencies – or human capital – can raise productivity by improving the “quality” of the labour force, thereby also facilitating the adoption of new technologies and/or the innovation process. Differences in the average level of human capital across countries may reflect both variations in quantity (such as the average number of years spent in formal education) and in “quality” of schooling (OECD, 2004b). While some indicators of performance can be constructed, more direct policy indicators are difficult to develop in part due to the lack of consensus about what constitutes “best practice” in this area.

Although the percentage of population that has attained at least upper secondary education has risen in virtually all OECD countries over the past 15-20 years, productivity gains may be hampered in several countries by the significant share of the working-age population still lacking basic skills. Hence, further efforts need to be made to raise the standards of the compulsory school system (Germany, Luxembourg, Mexico, New Zealand, Portugal, Slovak Republic, Spain and the United States) and to reduce the proportion of young people leaving school without at least upper-secondary education (Australia, Iceland, Italy, and the United Kingdom). At the same time, reforms aimed at strengthening human capital investment should take into account the need in some cases to reduce undue delays in labour market entry of young people, in particular from tertiary education.

Policies to improve labour resource utilisation

Incremental changes in policies aimed at improving labour market performance have been common over the past few years, but significant reforms have been rare. The Agenda 2010 programme in Germany is a useful step in the right direction. It represents a shift in policy, especially by reducing work disincentives through the limitation of the duration of unemployment benefits and the lowering of benefit levels for those out of jobs for a long time. In return, extra resources are devoted to providing job-search assistance, such as personalised job counselling and monitoring, so as to improve matching. In addition, a few countries (Austria, France, Finland, Germany, Italy and Portugal) have introduced reforms of their pension systems and/or *de facto* early retirement schemes in the past two years that will ultimately reduce financial disincentive to work at older ages.

In some cases, reforms have also been introduced or extended in areas of labour taxation (Ireland, Netherlands and the United Kingdom), active labour market policies (Australia, Denmark and the Netherlands) and unemployment benefits (Denmark). Some countries have combined a number of measures to raise work incentives, in particular for workers with low earnings potential, so as to strengthen their attachment to labour market. For instance, in-work benefits such as earned-income tax credits have been used in some cases in combination with effective activation policies and/or targeted reductions in employers' social security contributions, (France, Ireland, United Kingdom and United States). While these packages of measures have had some success in raising participation rates among those mainly targeted, they increase effective marginal tax rates in the income range where in-work benefits are withdrawn, potentially reducing hours worked.

Notwithstanding these reforms and a general improvement in labour market outcomes since the mid-1990s, labour under-utilisation remains an area of key policy priority for most continental European countries. In some of these countries (Austria, Belgium, France and Luxembourg), labour force participation among older workers is particularly low but could be boosted by a reduction in the "implicit tax on continued work" (see Chapter 5). Strong financial disincentives to remain in the labour force after the age of 55 often arise from the design of the pension system and/or from other benefit programmes (notably those concerned with unemployment and disability). These can be used as pathways to early retirement rather than for the purposes for which the programmes were designed.

Efforts to cut work disincentives need to be supplemented by measures to stimulate employers' demand for labour. This is particularly the case in countries where unemployment is already high, especially among younger and low-skilled workers. Significant reductions in unemployment rates may be difficult to achieve without a decline in the cost of labour at low income/productivity levels (Belgium, Czech Republic, France, Germany, Hungary, Italy, Poland and Slovak Republic). While this can be attained through a cut in social security contributions on low wages, the impact of such measures would be reinforced if increases in the statutory minimum wage were kept more moderate than for wages in general. This especially applies where such wage floors are relatively high, such as in France, where they are scheduled to rise further partly as a result of introducing the 35-hour week.

Better alignment between wages and productivity at the firm level could also be achieved by changes to centralised wage bargaining processes in certain sectors, as is the case in Italy and Spain. This may in some cases be facilitated by a reduction in the extent of administrative extension of collective wage agreements applied to all firms within a sector, and by the public sector taking the lead in decentralising bargaining. The stringency of employment protection legislation, especially for regular contracts, should also be eased in some countries (Czech Republic, France, Greece and Portugal) in order to boost demand for labour and reduce the incidence of long-term unemployment. Given that such reform to employment protection legislation is likely to raise both job creation and job losses, it should be accompanied by a re-enforcement of measures to assist laid-off workers to find a new job.

Even in countries where aggregate employment rates are less of a problem, targeted reforms could bring about further improvements. For example, the relatively low hours worked per capita and per employee observed in Denmark, Norway and Sweden may

result from a combination of greater use of disability and sickness benefits, and higher labour income taxation than in other countries. High labour costs, together with high net replacement rates for the long-term unemployed may contribute to prevent structural unemployment in Finland from falling back to levels before the large negative shocks of the early 1990s and to a level more comparable with that observed in other Nordic countries, despite similarities in other labour market institutions and policy settings.

Canada and, to a lesser extent, New Zealand could achieve further improvements in labour-market performance by reforming specific features of their income support system. Australia and the United Kingdom could boost participation rates by limiting entry into disability benefit schemes to those that are unable to work, given the sharp increase in recent years in the proportion of disability benefit recipients among the non-employed. Finally, although participation and employment rates are relatively high in Japan, overall labour resource utilisation has clearly fallen on average over the past ten years. In order to reverse the trend, priority should be given to easing employment protection legislation which impedes firms' willingness to hire, and thus hampers their restructuring effort.

Challenges ahead

With performance diverging across geographical zones, it is not surprising that the same can be observed for policy priorities. More specifically:

- Low utilisation of potential labour resources in continental European countries is reflected in a large number of policy priorities aimed at boosting labour supply and demand. Nonetheless, higher employment may come at a price of lower average productivity, and a number of priorities for these countries also concern liberalisation of product markets and improvements in education systems.
- For countries with low levels of income per capita, but also for Japan, productivity is the main gap in performance, and important policy priorities relate to liberalisation of product markets.
- English-speaking countries generally have high utilisation of potential labour resources but variable productivity performance and strengthening the performance of education systems is a recurrent priority for these countries.

Looking at the distribution of indicator-based priorities across main policy areas, labour and product market policies each account for about 45% of total priorities with most of the rest being accounted for by recommendations in the field of education. Concerning the labour market, the priorities are evenly split between recommendations to reform the income-support system (including the pension system so as to lower financial disincentives to continue work for older people), to reduce tax wedges on labour income and to review labour market regulation, in particular regarding employment protection legislation and statutory minimum wages. With respect to the product market, a similar number of priorities has been identified for each of the broad areas, namely state control over business operation (public ownership and price controls), barriers to entrepreneurship, and barriers to foreign trade and investment.

Table 1.1. **Structural policies and performance: proposed priorities**

Performance areas	
Labour utilisation	Labour productivity
Australia	Refocus disability benefit schemes to encourage work by those with substantial work capacity. Increase the weight of employability in the setting of minimum wages ("award wages"). Strengthen employment prospects for lower-skilled workers by improving vocational education. <i>Reduce tax wedge on low-income workers to improve work incentives for this group.</i> <i>Accelerate reforms aimed at lowering barriers to entry in network industries.</i>
Austria	Reduce implicit tax on continued work to cut disincentives to work at older ages. <i>Reform child support benefit system to weaken inactivity traps.</i> Raise overall human capital by improving graduation rates from tertiary education. Reduce administrative costs for start-ups and ease entry regulations in professional services. <i>Strengthen competition law and enforcement by giving more powers to the competition authority.</i>
Belgium	Strengthen work incentives by reducing the tax wedge on labour income. Reduce disincentives to work at older ages by limiting early retirement through unemployment. <i>Reduce the incidence of long-term unemployment by strengthening job-search requirements and improving skills of the unemployed.</i> Ease sectoral regulations and subject all new regulations to an efficiency test. <i>Improve educational outcomes for students from ethnic backgrounds.</i>
Canada	Strengthen incentives to move from welfare to work via stricter job search and activation requirements. <i>Restrain growth in public health care costs to limit increases in taxation and labour costs.</i> Switch from foreign ownership barriers to other means to pursue cultural goals, etc. Further liberalise professional services by removing inter-provincial trade restrictions. <i>Reduce effective taxation on capital to encourage business investment.</i>
Czech Republic	Stimulate hiring by cutting the costs of EPL for regular workers. Reduce tax wedge on low-income workers to strengthen work incentives for this group. <i>Further liberalise the rental housing market to increase labour mobility.</i> Implement intended reform of bankruptcy laws and simplify business registration. <i>Reform system of taxes and benefits to reduce poverty traps for non-employed households.</i>
Denmark	Strengthen work incentives by reducing the tax wedge on labour income. Assist disabled beneficiaries to rejoin the labour force part time, and introduce a waiting period and stronger certification for sickness benefit. <i>Reduce implicit tax on continued work embedded in the early retirement scheme.</i> Reduce barriers to entry in industries to strengthen competition in product markets. <i>Improve educational achievements to raise the efficiency of the work force.</i>
Finland	Strengthen work incentives by reducing the tax wedge on labour income. Reduce implicit tax on continued work at older ages by reforming early retirement pathways. <i>Promote greater flexibility in centralised wage agreements to expand employment opportunities.</i> <i>Reduce the incidence of long-term unemployment by tapering unemployment benefits with duration.</i> Reduce the scale of public ownership, especially raising private provision of publicly-funded services.

Table 1.1. **Structural policies and performance: proposed priorities** (cont.)

Performance areas		
	Labour utilisation	Labour productivity
France	Stimulate hiring by cutting the costs of EPL for regular workers. Stimulate labour demand for youth and low-skilled by allowing for a relative decline in the minimum cost of labour. Reduce implicit tax on continued work at older ages by reforming early retirement pathways.	<i>Accelerate reforms aimed at lowering barriers to entry in network industries.</i> <i>Promote greater competition in retail distribution by reviewing regulation concerning retail outlet locations and pricing rules.</i>
Germany	Strengthen work incentives by reducing the tax wedge on labour income. <i>Reduce disincentives to work at older ages by removing preferential unemployment benefit eligibility conditions for older workers.</i>	Improve secondary education achievements to raise efficiency of the workforce. Liberalise professional services by phasing-out binding fee schedules in specific professions. <i>Raise competition in government procurement to increase public spending efficiency.</i>
Greece	Reduce age/gender imbalances in unemployment by easing the most stringent provisions of EPL. <i>Reduce disincentives to work at older ages by linking pension to lifetime earnings.</i>	Accelerate reforms aimed at lowering barriers to entry in network industries. Promote greater domestic competition by reducing administrative costs for start-ups. <i>Simplify the tax code to reduce compliance costs for businesses and to boost private investment.</i>
Hungary	Reduce the tax wedge for low-income workers to improve their incentives to work in the formal economy. <i>Refocus disability benefit schemes to encourage work by those with substantial work capacity.</i> <i>Downsize the housing loan subsidy programme to reduce housing market distortions and facilitate labour mobility.</i>	Reduce state control on the operations of network industries to allow prices to better reflect market signals and to facilitate entry. Promote greater domestic competition by reducing administrative costs for start-ups.
Iceland	<i>Reduce government backing of bonds issued by the Housing Finance Fund to reduce housing market distortions and facilitate labour mobility.</i>	Lower barriers to entry for domestic and foreign firms especially in the energy and fisheries sectors. Raise overall human capital by improving enrolment and graduation rates from upper-secondary education. Reduce producer support to agriculture, especially the most trade-distorting type. <i>Raise public-sector efficiency by accelerating performance measurement and management.</i>
Ireland	Strengthen work incentives for lower-skilled second earners via a tax credit or a subsidy for child care. <i>Phase-out tax deductibility of mortgage payments to reduce housing market distortions and facilitate labour mobility.</i>	Ease regulatory burden on business operations to reduce compliance costs. Promote greater competition in network industries and retail distribution by facilitating entry. <i>Strengthen enforcement of competition law by giving the competition authority more power.</i>
Italy	Strengthen work incentives by reducing the tax wedge on labour income. <i>Promote greater flexibility in wage bargaining by decentralising wage-setting arrangements in the public sector.</i>	Reduce the scope of public ownership by allowing for more competition in the provision of public local services. Raise overall human capital by improving access to, and graduation rates from, upper-secondary and tertiary education. <i>Improve corporate governance by strengthening directors' independence and minority shareholder rights.</i>

Table 1.1. **Structural policies and performance: proposed priorities** (cont.)

Performance areas	
Labour utilisation	Labour productivity
Japan	Stimulate hiring by cutting the costs of EPL for regular workers. Promote greater competition in network industries and professional services by facilitating entry. Reduce producer support to agriculture, especially the most trade-distorting type. <i>Improve the soundness and functioning of financial system by resolving the non-performing loan problem.</i> <i>Reduce barriers to foreign direct investment to enhance technological transfers from abroad.</i>
Korea	Stimulate hiring by cutting the costs of EPL for regular workers. Promote greater competition in network industries and professional services by facilitating entry. Reduce producer support to agriculture, especially the most trade-distorting type. <i>Improve the soundness and functioning of the financial system by extending privatisation and strengthening financial supervision.</i> <i>Reduce barriers to foreign direct investment to enhance technological transfers from abroad.</i>
Luxembourg	Reduce implicit tax on continued work at older ages by reforming early retirement pathways. Strengthen incentives to move from welfare to work by raising in-work benefits at low wages relative to unemployment benefits. Improve primary and secondary education achievements to raise efficiency of the work force. <i>Raise public-sector efficiency by expanding the role of e-government and simplifying administrative procedures.</i> <i>Reduce barriers to competition in telecommunications to reap further benefits from liberalisation.</i>
Mexico	<i>Shift burden of taxation towards consumption by broadening the value-added tax base.</i> Improve secondary education achievements to raise efficiency of the workforce. Promote greater competition in product markets by reducing barriers to entry in industries. Reduce barriers to foreign ownership to enhance technological transfers from abroad. <i>Strengthen investors' confidence by improving the enforceability of contracts.</i>
Netherlands	Strengthen work incentives by reducing the tax wedge on labour income. Refocus disability benefit schemes to encourage work by those with substantial work capacity. <i>Stimulate labour mobility by reforming residential zoning restrictions.</i> Reduce compliance costs for businesses by simplifying administrative procedures. <i>Promote greater competition in network industries and retail distribution by facilitating entry.</i>
New Zealand	Strengthen incentives to move from welfare to work via activation requirements and back-to-work bonuses. <i>Stimulate labour demand by reconsidering recent measures that have raised labour costs.</i> Reduce barriers to foreign ownership and use other means to protect sensitive land. Improve educational achievement, in particular among ethnic minorities. <i>Improve the regulatory framework for addressing infrastructure bottlenecks.</i>
Norway	Refocus disability and sickness benefit schemes to encourage work by those with substantial work capacity. <i>Use direct transfers rather than provisions of labour market and natural resource policies to achieve regional objectives.</i> <i>Reduce future pension contributions by using the Petroleum Fund to pre-fund part of pension liabilities.</i> Reduce the scope of public ownership by pursuing privatisation of competitive activities in network industries. Reduce producer support to agriculture, especially the most trade-distorting type.

Table 1.1. **Structural policies and performance: proposed priorities** (cont.)

Performance areas		
	Labour utilisation	Labour productivity
Poland	Refocus disability benefit schemes to encourage work by those with substantial work capacity. <i>Increase labour mobility by improving transport and housing infrastructure.</i> <i>Stimulate labour demand for youth and low-skilled by allowing for a relative decline in the minimum cost of labour.</i>	Intensify competitive pressures in a number of sectors by strengthening the privatisation programme. Reduce barriers to foreign ownership to enhance technological transfers from abroad.
Portugal	Stimulate hiring of regular workers and facilitate labour mobility by cutting the costs of EPL.	Improve secondary education achievements to raise efficiency of the workforce. Reduce state control in certain network industries to promote effective competition. <i>Raise public-sector efficiency by accelerating the reform of public administration.</i> <i>Simplify the tax system to reduce compliance costs for businesses.</i>
Slovak Republic	Reduce the tax wedge for low-income workers to improve their incentives to work in the formal economy. <i>Promote a rules-based business environment by strengthening the governance of the judicial and enforcement systems law.</i> <i>Reduce future pension contributions by raising standard retirement age.</i>	Reduce state control in certain network industries to promote effective competition. Raise overall level of human capital by improving secondary education achievements and access to tertiary education.
Spain	Promote greater flexibility in wage determination by limiting the extent of administrative extension of collective agreements. Stimulate hiring of regular workers by cutting the costs of EPL for this group. <i>Reduce future pension contributions by making the public pension system actuarially fair.</i> <i>Phase out tax advantages for home ownership to reduce housing market distortions and facilitate labour mobility.</i>	Raise overall level of human capital by improving upper-secondary and tertiary education achievements.
Sweden	Refocus sickness and disability benefit schemes to encourage work by those with substantial work capacity. Strengthen work incentives by reducing the tax wedge on labour income. <i>Reduce work disincentives by reconsidering measures that would result in lower working hours.</i> <i>Improve labour mobility by reducing housing market distortions.</i>	Reduce the scope of public ownership by allowing for more competition in the provision of public local services.
Switzerland	<i>Refocus invalidity pension schemes to encourage work by those with substantial work capacity and to stem rises in tax burden.</i> <i>Promote competition in the provision of medical products and services to contain increases in health care costs.</i>	Further liberalise professional services by removing inter-cantonal trade restrictions. Promote greater competition in product markets by reducing barriers to entry in network industries. Reduce producer support to agriculture, especially the most trade-distorting type.

Table 1.1. **Structural policies and performance: proposed priorities** (cont.)

Performance areas		
	Labour utilisation	Labour productivity
Turkey	Strengthen incentives to work in formal activities by reducing the tax wedge on labour income.	Promote greater domestic competition by reducing administrative costs for start-ups. Reduce the scope of public ownership to allow for more competition in network industries. <i>Raise public-sector efficiency by implementing results-oriented budgeting in core public activities.</i> <i>Reduce genders imbalances in education by raising educational enrolments by women.</i>
United Kingdom	Refocus invalidity pension schemes to encourage work by those with substantial work capacity. Strengthen employment prospects for low-skilled workers by improving vocational education at the upper-secondary level.	Improve public infrastructure, especially for transport to further reduce bottlenecks. <i>Raise public-sector efficiency by strengthening incentives to pursue performance targets in publicly-funded services.</i> <i>Enhance competition in some service sectors by reviewing planning restrictions.</i>
United States	Limit increases in labour costs by reforming Medicare to restrain health care costs. <i>Encourage private saving by shifting the burden of taxation towards consumption.</i>	Improve primary and secondary education achievements to raise efficiency of the workforce. Reduce producer support to agriculture, especially the most trade-distorting type. <i>Stand firm on promoting transparency and accountability in corporate governance.</i>
European Union	<i>Improve intra-EU labour mobility by enhancing portability of pension and other benefit entitlements.</i>	Ease internal regulatory obstacles to cross-border trade and entry to strengthen competition. Promote greater competition in product markets by further reducing barriers to market contestability in network industries. Reduce producer support to agriculture, especially the most trade-distorting type. <i>Enhance competition in financial services by ensuring full implementation of Financial Services Action Plan.</i>

Notes

1. Given that the high ranking of Norway partly reflects the contribution from exploiting its oil reserves, the United States is considered as the leading country in terms of GDP per capita.
2. However, GDP per capita overstates the level of living standards in Ireland because of large income transfers to abroad from foreign subsidiaries (see Annex 1.A.1).
3. The indicators displayed in Chapter 2 are generally comparable across countries and over time. However, movements in some of the indicators may also reflect changes in the methodology used for the calculation.
4. The efficiency of the health sector is considered even though the link with growth performance is perhaps not as obvious as in the case of education. The reason is that fast-rising health care costs, as have been observed in many countries in recent years, can have an adverse influence on employment rates by putting upward pressures on indirect labour costs. In countries where health care is provided by the public sector, the associated costs are reflected in social security contribution rates and hence the tax wedge. And, in countries where health care is, to a large extent, provided by the private sector, the cost increases will not show up in the measured tax wedge, but will nonetheless be reflected in labour costs.
5. The policy areas covered by indicators will be expanded in the future as planned special studies on particular policy-performance linkages will enrich the indicator set used for surveillance.

ANNEX 1.A.1

Cross-country Comparison of Economic Performance and Living Standards: Some Caveats

In this report, GDP per capita is used as the proxy for living standards mainly for reasons of simplicity and timely availability of data that are measured in a broadly comparable way across countries. Yet, it may in some cases provide a misleading picture of underlying living standards for a number of reasons. First, GDP measures the flow of domestic output, whereas a more accurate measure of living standards would be the sum of consumption and changes in the net stock of wealth, both held at home and abroad. While reliable measures of wealth are virtually non-existent for many countries, net national income per capita would, in this regard, constitute a better measure than GDP per capita as it takes into account both the net flow of income on foreign investment and the depreciation of the capital stock. However, even this measure is not available for all OECD countries and, with a few notable exceptions such as Ireland, Luxembourg and Switzerland, country comparisons would not be altered substantially by the inclusion of these elements.

Second, even though the standardisation of national accounts conventions has made the measurement of GDP broadly comparable across countries, some distortion may be introduced in the conversion of country-specific measures into a common currency. The approach taken in this exercise, which consists in using Purchasing Power Parity (PPP) conversion rates, has become fairly standard in studies involving international comparisons of economic variables measured and expressed in domestic currencies.¹ However, differences in levels of GDP per capita across countries can be sensitive to the base year chosen for the PPP conversion. These limitations notwithstanding, it is unlikely that the broad comparison would change significantly on the basis of a more accurate measure of living standards and in any case, sustained increases in the latter are difficult to imagine without rising GDP per capita.

Third, countries are concerned not only with average living standards but also with their distribution across populations. Trade-offs may exist between levels and distribution of income and, in these cases, policies may be set so as to sacrifice some gains in average living standards in return for greater equity. However, the trade-offs may frequently be less stark than perceived, particularly in a longer term perspective. Some countries (e.g. Denmark, the Netherlands and Sweden) have indeed managed to achieve high levels of employment and living standards while maintaining a relatively low degree of income inequality.

More generally, even the best measure of material living standards would not necessarily accurately reflect differences in welfare across countries as the latter depend also on non-material aspects. Furthermore, welfare differences would reflect hard-to-measure differences in preferences of citizens, including with respect to the decision to allocate productivity gains between leisure and income. Viewed from a different angle, to the extent that it seems natural for people to demand more leisure as they become richer, a rise in GDP per capita stemming from an increased use of labour resources, both in terms of employment rates and hours worked does not necessarily imply a welfare improvement. In this regard, various studies have noted that a significant proportion of the gap in GDP per capita in Europe *vis-à-vis* the United States may well reflect a higher preference for leisure in the former and for material consumption in the latter.² Even so, it is likely that large discrepancies observed in cross-country employment rates and hours worked have a lot to do with the pervasive influence of different structural policies.³

Notes

1. For instance, Chapter 3 shows, for each country, the degree of convergence achieved over time in GDP per capita *vis-à-vis* the United States. There is a question as to whether the comparison should in such cases be made on the basis of constant or time-varying PPPs. For the figures shown in Chapter 3, the constant PPP approach was chosen. However, for most countries, using time-varying PPPs would not significantly alter the outcome.
2. For a recent discussion of the welfare aspects of the comparison between the United States and Europe, see Gordon (2004) and Blanchard (2004).
3. For recent evidence on the effect of policies on labour force participation and hours worked, see Chapters 5 and 6, and Nickell (2003).

ANNEX 1.A.2

Selection of Policy Priorities

This annex provides further details on the process of selecting policy priorities that are listed in Table 1.1 and discussed in the country notes. As mentioned in the main text, the first stage of the selection process is the identification of performance weaknesses vis-à-vis the best performing countries. The second stage involves the identification of policy measures that can help to address the observed performance weaknesses. The following discusses the two different processes under separate headings.

In a nutshell, the vast majority of policy recommendations were based on:

- Identified weaknesses in performance at an aggregate level and/or at a disaggregate level based on international benchmarking.
- Associated identified weaknesses in policy settings based on cross-country comparisons.

The identification of performance weaknesses

The top-level indicator of performance is the comparative level of GDP per capita vis-à-vis the United States, which has traditionally led the OECD countries in terms of material living standards. Gaps in GDP per capita can in turn be disaggregated into labour utilisation gaps, i.e. differences in hours worked per capita, and labour productivity gaps, i.e. differences in GDP per hour worked. As shown in Figure 1.2 in the main text, the broad-brush picture that emerges from such a decomposition is that the key performance weaknesses relate to low labour utilisation in Europe and low productivity levels in non-European countries.

The proximate determinants of GDP per capita can be further disaggregated. For example, the source of labour utilisation gaps can be explored by using the following decomposition:

- Hours worked per employed person.
- Aggregate structural unemployment rate.
- Aggregate trend labour force participation rate.
- Population of working age relative to total population.

If the overall labour utilisation gap is due to the aggregate unemployment and/or labour force participation rates, a further dis-aggregation can determine if this is due to high incidence of youth, women and persons over 55 in these two measures. For example, the labour utilisation deficit in Europe is typically linked to high unemployment and low participation rates, the latter often concentrated on low participation of older workers.

While benchmarking of performance on the leading countries is useful to identify weaknesses for laggards, it is less useful for identifying problems for successful economies. This is most obvious for the leading country, with the United States combining high productivity levels, high hours worked per employed person, low unemployment rates and high labour force participation rates. Many other relatively high GDP-per-capita countries also score high on most performance indicators. To the extent that this is not the case in some areas, it is an indication of opportunities to improve on an already good overall performance. Also, recent large movements away from good performance can signal a weakness that needs to be addressed, examples being the increase in structural unemployment in Japan since the early 1990s and the rise in the number of disability benefit recipients in a number of countries over the recent decade.

Identification of policy priorities

To address the identified performance weaknesses, five policy priorities are selected for all countries, irrespective of whether their performance is clearly bad or relatively good. Of those five priorities, three are selected on the basis of cross-country comparison of indicators of the stance of policies, whereas the other two are based on the judgement and experience of country experts. Setting the same arbitrary number of policy priorities for all countries has been motivated by the desire to help improve everyone's performance, the best performing economies included. It may also ensure a certain degree of simplicity and equality of treatment across member countries.

The implication of an identical number of priorities for all countries

Choosing the same number of priorities in each country has also certain implications. While every country can improve specific aspects of performance, some will need far deeper and widespread reforms in order to catch up with the leading countries or to prevent from falling further behind. A fixed number of priorities imply, therefore, that for some member states, policy recommendations that would seem important to implement will be left out. Conversely, for the best performing countries, and where areas of absolute weaknesses are more difficult to identify, the set of priorities may include policy recommendations that may not appear strikingly pressing. Likewise, it may also include policy recommendations that are not selected in less well-performing countries even if the same policy area in the latter is even further away from best practice. These points are illustrated below with some graphic examples.

The selection of indicator-based policy priorities

The selection process

In order to help identify areas of policy priorities in each country, a broad set of policy indicators has been assembled, with a view to allow for direct cross-country comparison. The indicators included in the set are those that have been found to have a significant

impact on a specific aspect of performance on the basis of previous empirical work. For the most part, the current set of indicators covers broad aspects of product and labour market policies, reflecting the intensive research efforts conducted in these fields at the OECD. These have been supplemented by a few indicators related to education and health. However, for future exercises more indicators are likely to be added, especially in the areas not sufficiently covered by the current set, such as technology, innovation and access to financial services.

By their nature, these indicators are intended to provide a quantitative summary of the stance of a policy in a particular area. As such, they do not necessarily fully capture all the dimensions of a policy setting, nor the extent to which policies are enforced in each country. For example, the impact on work incentives of high income support for long-term unemployed may be in some cases offset by stringent conditions limiting the access to benefits. This calls for caution and judgment in using indicators of replacement rates to select priorities. The same is true for indicators of product and labour market regulations, where the application of similar rules can vary across countries depending, *inter alia*, on court interpretation of specific provisions. In this regard, selecting a policy priority on the basis of a previously-identified performance weakness contributes to minimising the problem of potentially misleading indicators.

The OECD average is used as a benchmark for policies. Hence, when a country finds itself below average both in a particular performance area and in one or more of the policy settings having an impact on the specific performance area, policy priorities can be selected. In fact, most of the policy recommendations identified as priorities in this exercise reflect a matching between a sub-par performance and an inadequate policy setting. However, there are exceptions which can be illustrated with some examples, which *inter alia* shows how judgement and local knowledge is brought to bear on the selection as opposed to pure mechanical application of indicators.

Some examples:

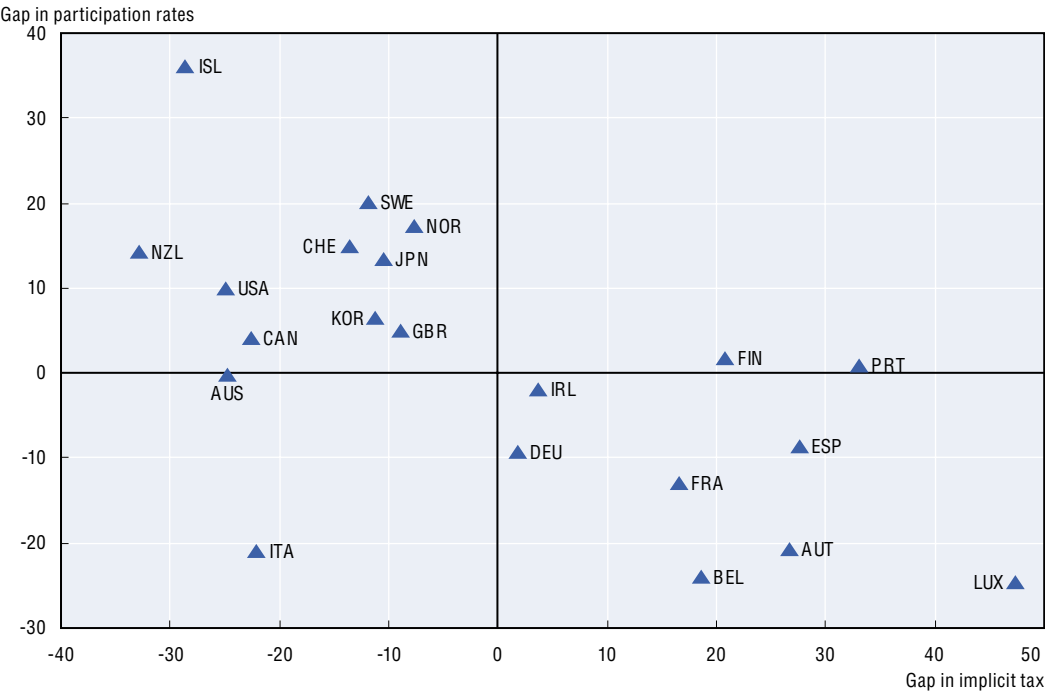
In each example, the performance of OECD countries in a particular area is plotted against one of the relevant policy indicators, with the horizontal and vertical axis representing the OECD average performance and policy setting, respectively. Countries lying below the horizontal axis are seen as having a weak performance in the specific area under consideration whereas countries located to the right of the vertical axis are identified as having a weakness in a policy setting relevant to the performance area. Hence, countries appearing in the lower-right (or south-east) quadrant of each scatter plot can be seen as natural candidates for a priority in the policy setting examined.

For instance, panels A and B of Figure 1.A2.1 plot the participation rate of older workers against two related policy areas, the implicit tax on continued work (panel A) and the share of working-age population receiving disability benefit (panel B). In both cases, a number of countries can be found in the lower-right quadrant, indicating that in these countries participation rates for older workers are below the OECD average and, according to empirical studies, one of the reasons is that these workers face relatively strong financial disincentives to stay longer in the labour market and/or can use the disability benefit programme as an early route to early retirement.

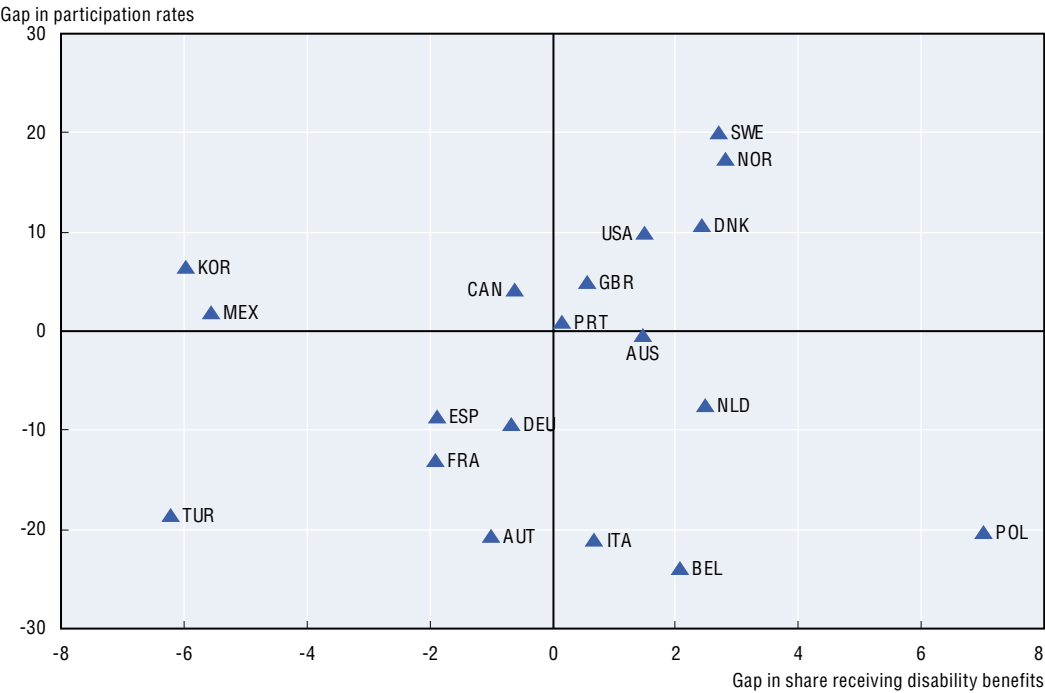
Figure 1.A2.1. **Relating performance to policy: some examples**

Percentage points gap vis-à-vis OECD average

A. Labour force participation rates of population aged 55-64 and the implicit tax on continued work¹



B. Labour force participation rates of population aged 55-64 and the share of working-age population not working and receiving disability benefits



1. Average of implicit tax on continued work in early retirement route, for 55 and 60 years old.

Source: OECD Labour Force Statistics; OECD Transforming Disability into Ability, 2003 and Chapter 5 in this publication.

In principle, a policy priority could be selected each time a country appears in the lower-right quadrant. However, the limit on the overall number of priorities selected for each country implies that some are being left out. For instance, reducing the implicit tax on continued work was selected as a priority in the case of Austria, Belgium, France and Luxembourg, but not Germany and Spain where other priorities were seen as more pressing in light of performance in other areas such as productivity. As for reforming the disability benefit programme, among the countries lying clearly in the lower-right quadrant, it was chosen as a priority for the Netherlands and Poland. It was not selected for Italy and Belgium given that for both countries, reducing the tax wedge was seen as more important given the low overall participation rates.

On the other hand, a reform of the disability benefit system was chosen as a priority for Australia and the United Kingdom even though participation of older workers in these countries is either around or slightly above OECD average. The reason is that for both countries, areas of absolute weaknesses – as defined as performance below OECD average – are not so easy to identify. In such a case, a performance that is close to the OECD average is taken as a relative weakness. However, that alone would not have been sufficient. The priority was selected also because in both countries the share of working-age population receiving disability benefit has been rising markedly since the early 1990s.

Although not shown in the figure, another difficulty occurs in the cases of countries having a performance problem in a specific area but no clear weaknesses in the relevant policy setting. For instance, even though the level of productivity in New Zealand remains below the OECD average, it is not easy to find a problem with the relevant policies. Hence the selected priorities may not seem as pressing.

It should be noted that these caveats concern a small number of recommendations that is likely to diminish as the set of performance and policy indicators is refined and extended to areas not covered in this exercise.

Other key priorities

Notwithstanding future improvements in the set of indicators, there will always remain important policy areas that can not be assessed on the basis of a quantitative indicator. In order to ensure that the exercise does not neglect key policy issues that are not covered by indicators, two additional priorities are thus selected for each country, mostly drawing on the vast and detailed expertise from various OECD working committees; these will normally be issues that have also been addressed by the Economic and Development Review Committee. Hence, details regarding the context and motivation for these additional priorities are usually found in the *Economic Survey* of a particular country. In many cases, these priorities may be supported by a policy indicator but in the cases where they are not, judgment is used as regards their impact on specific area of economic performance.

References

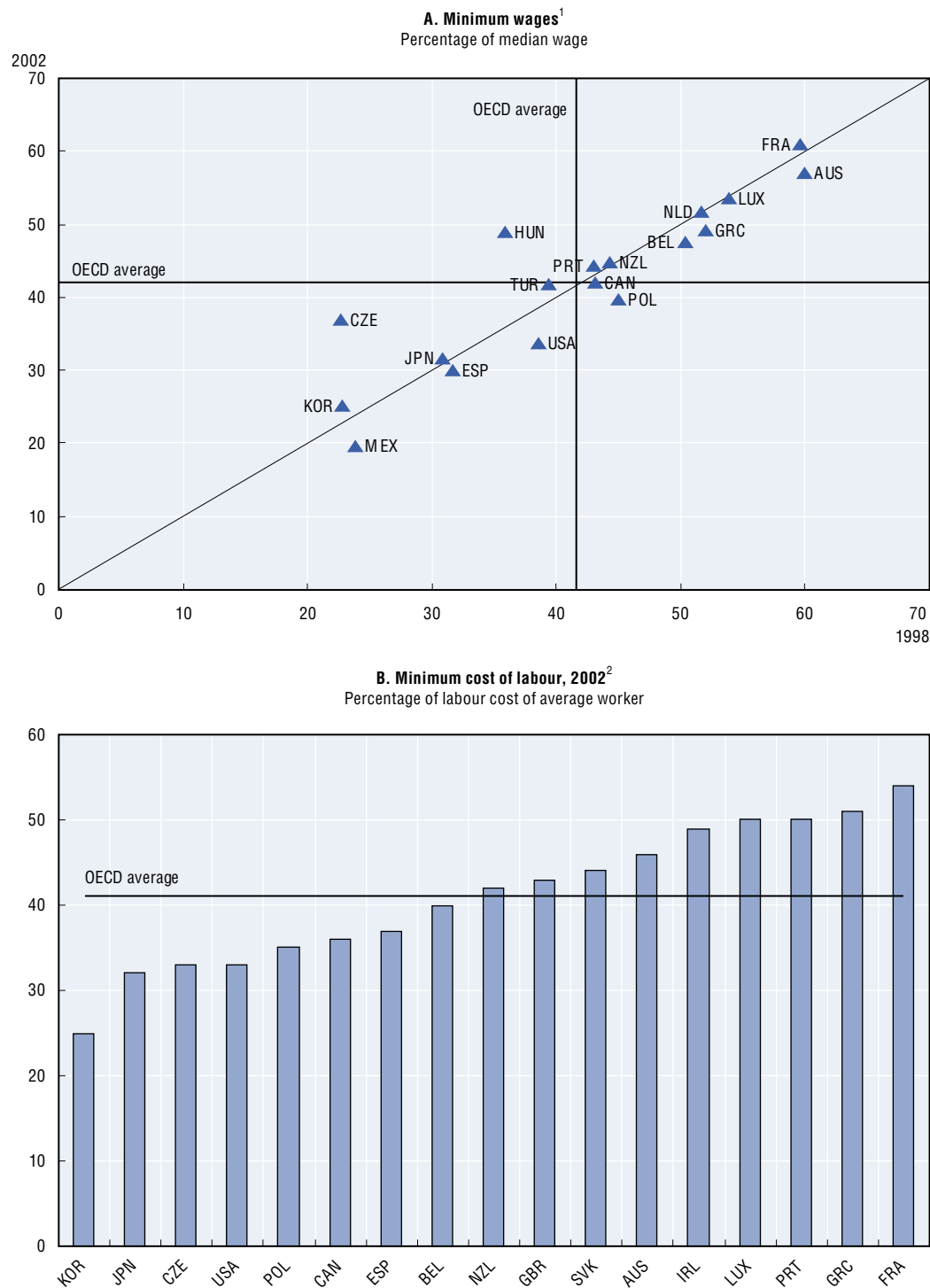
- ARTUS, P. and G. CETTE (2004), *Productivité et croissance*, Conseil d'analyse économique.
- BLANCHARD, O.J. (2004), "The economic future of Europe", *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 18, No. 4.
- GORDON, R.J. (2004), "Two centuries of economic growth: Europe chasing the American frontier", NBER Working Paper No. 10662.
- NICKELL, S. (2003), "Employment and taxes", CES IFO Working Paper No. 1109.
- OECD (2004a), *Agricultural Policies in OECD Countries: At a Glance*, Paris.
- OECD (2004b), *Education at a Glance: OECD Indicators 2004*, Paris.

Chapter 2

Structural Policy Indicators

This chapter contains comparative OECD indicators for labour costs and labour taxation; unemployment, disability and sickness income support; labour market and product market regulation; barriers to competition, trade and investment, sectoral regulation, educational attainment and achievement; health expenditure; and public investment. These indicators have been used to identify the policy priorities that are discussed in this report.

Figure 2.1. **Cost of labour**

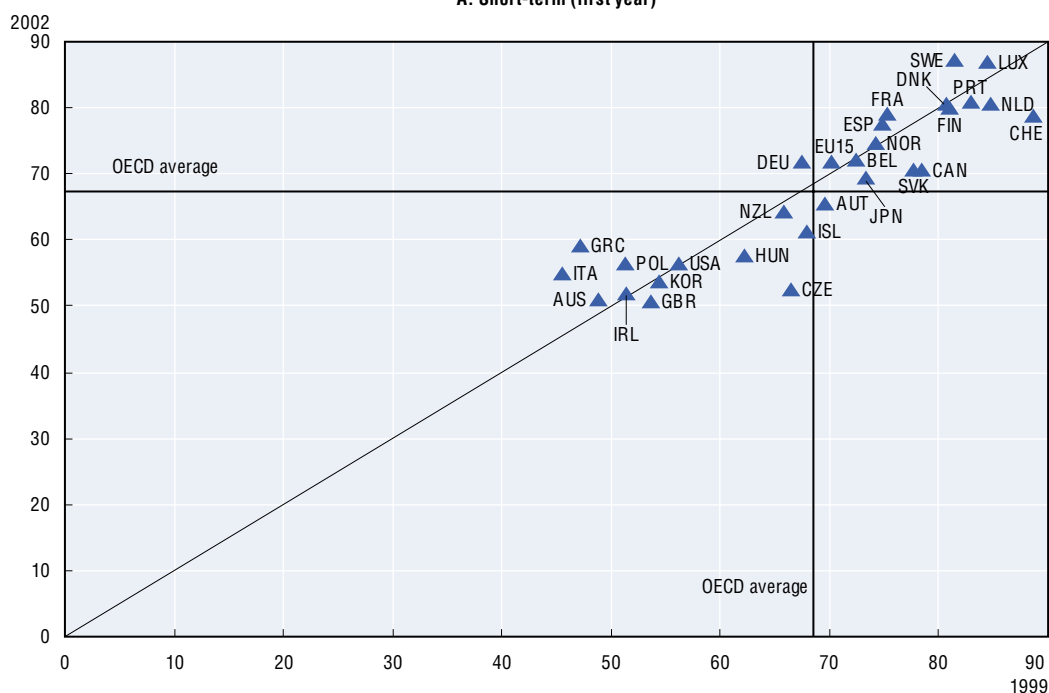
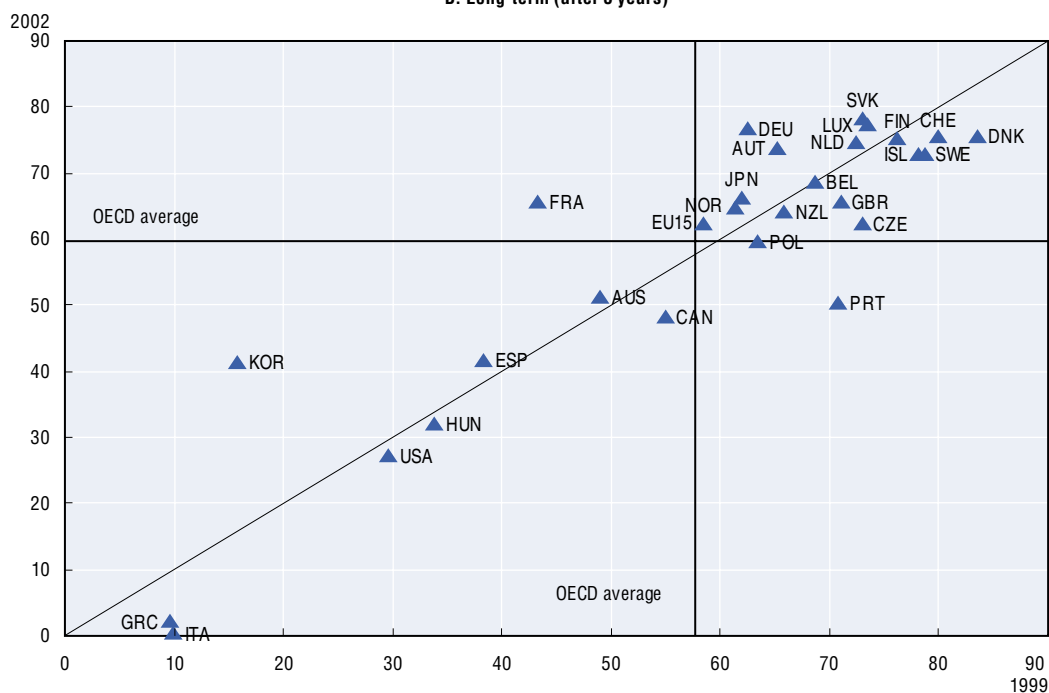


1. Missing countries do not have statutory minimum wage.
2. The cost of labour is the sum of the wage level and the corresponding social security contribution paid by employers.

Source: Chart A: OECD Labour Force Statistics, 2004; Chart B: OECD Employment Outlook, 2004 and OECD Taxing Wages, 2003/2004.

Figure 2.2. **Net income replacement rates for unemployment**^{1, 2}

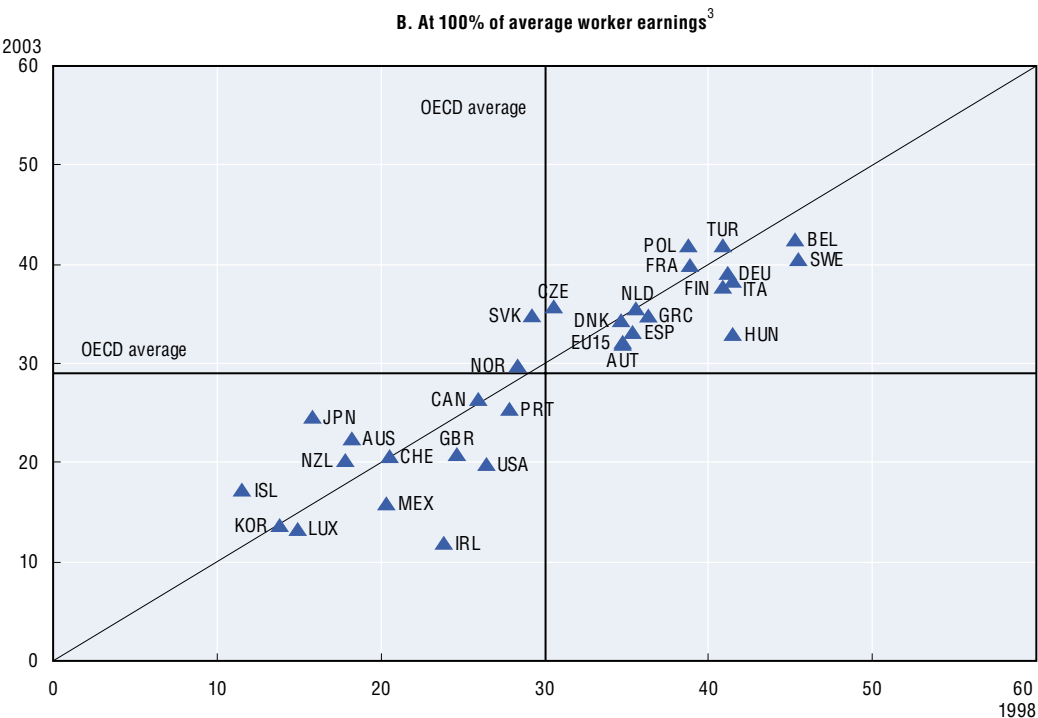
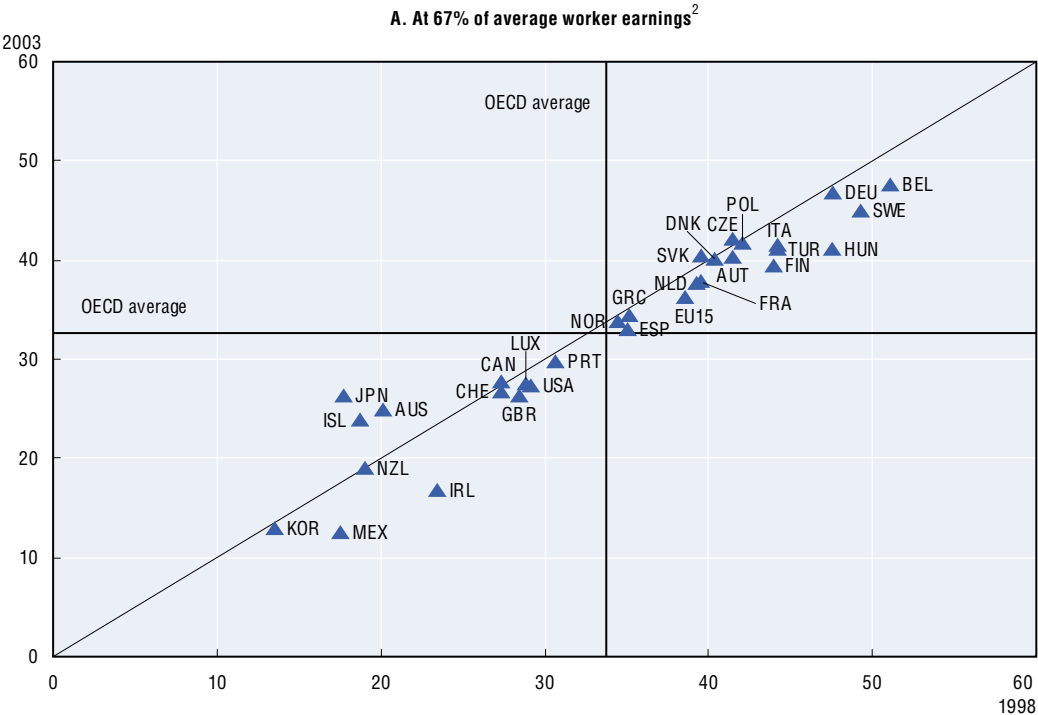
Percentage of earnings

A. Short-term (first year)**B. Long-term (after 5 years)**

1. Average of replacement rates for unemployed who earned 67% and 100% of average worker earnings at the time of losing job.
2. The comparability of net replacement rates between two points in time may be affected by methodological or definitional changes.

Source: OECD Benefits and Wages: OECD Indicators, 2004.

Figure 2.3. **Average tax wedge on labour**¹
Percentage of total labour compensation



1. Measured as the difference between total labour compensation paid by the employer and the net take-home pay of employees, as a ratio of total labour compensation. It therefore includes both employer's and employee's social security contributions.

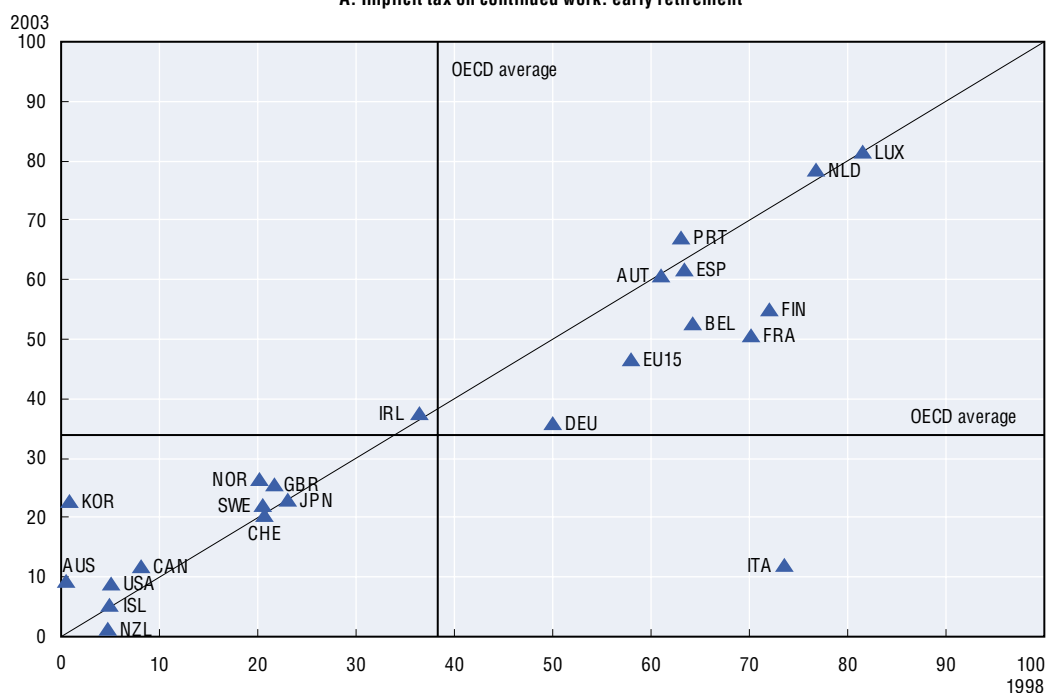
2. Single person with no child.

3. Couple with 2 children, average of 3 family situations.

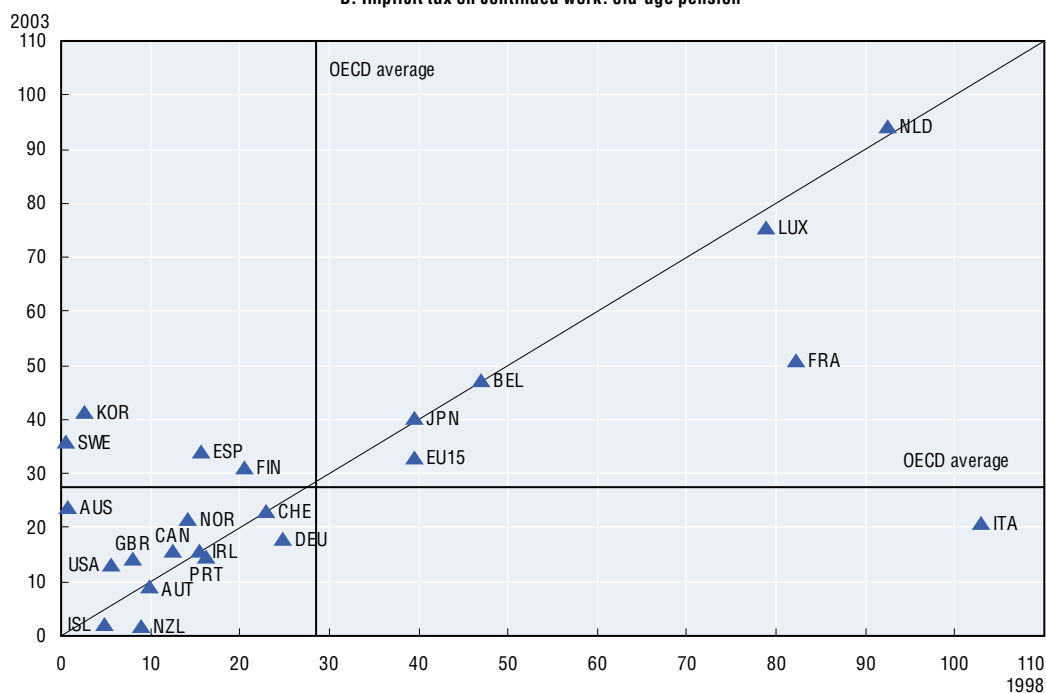
Source: OECD Taxing Wages, 2003/2004.

Figure 2.4. Labour taxation
Percentage of average worker earnings

A. Implicit tax on continued work: early retirement^{1, 2}



B. Implicit tax on continued work: old-age pension^{2, 3}



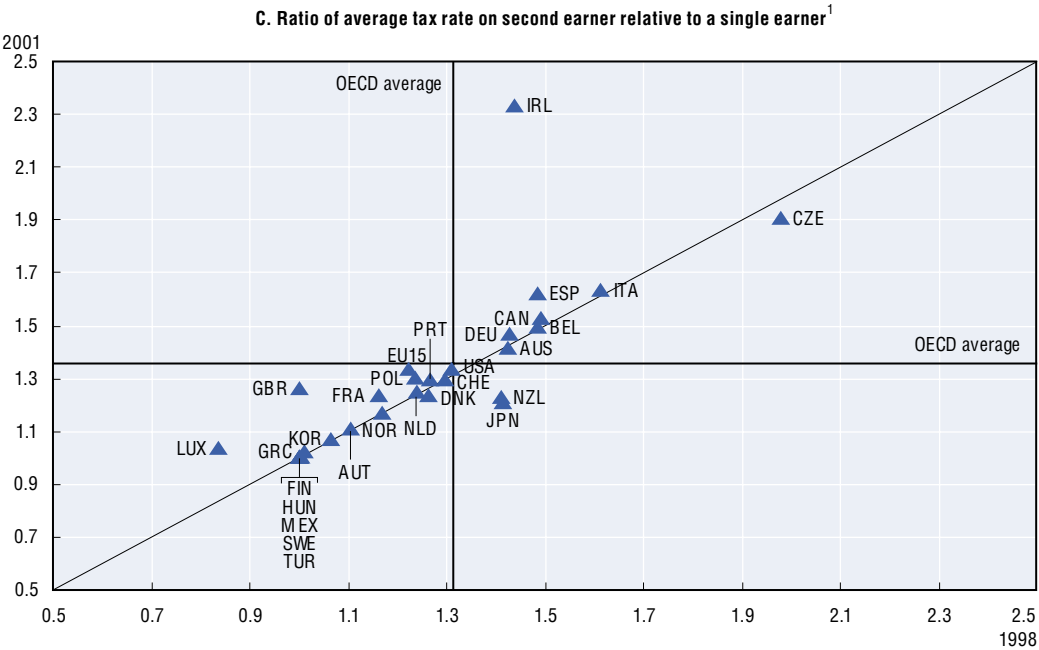
1. Average of implicit tax on continued work in early retirement route, for 55 and 60 years old.

2. EU15, excluding Denmark and Greece.

3. Implicit tax on continued work in regular old-age pension, for 60 years old.

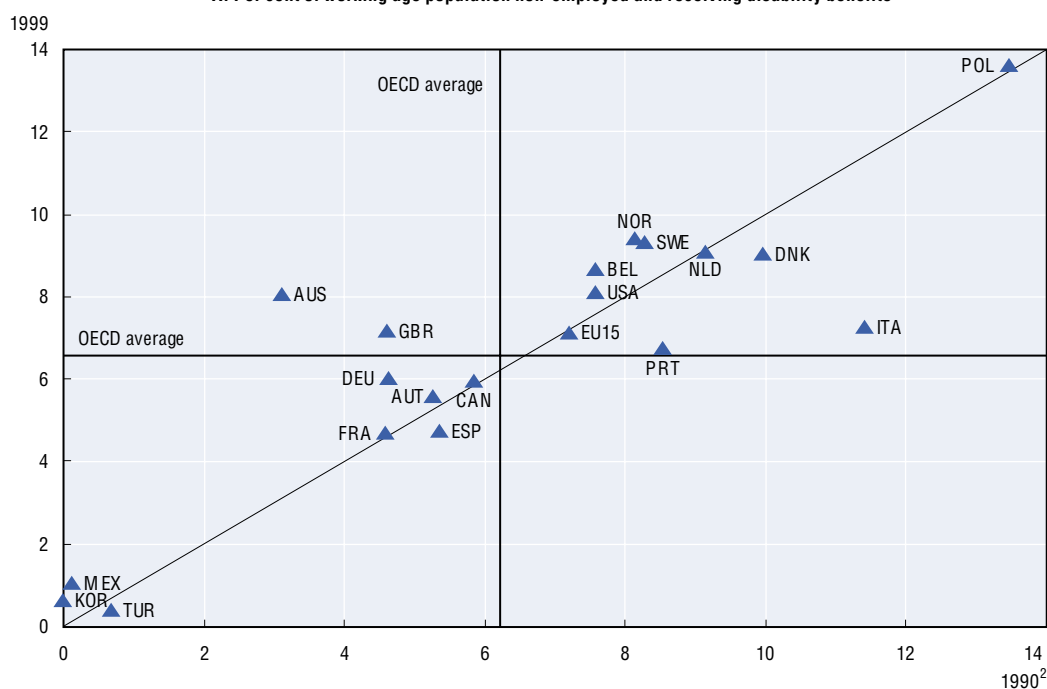
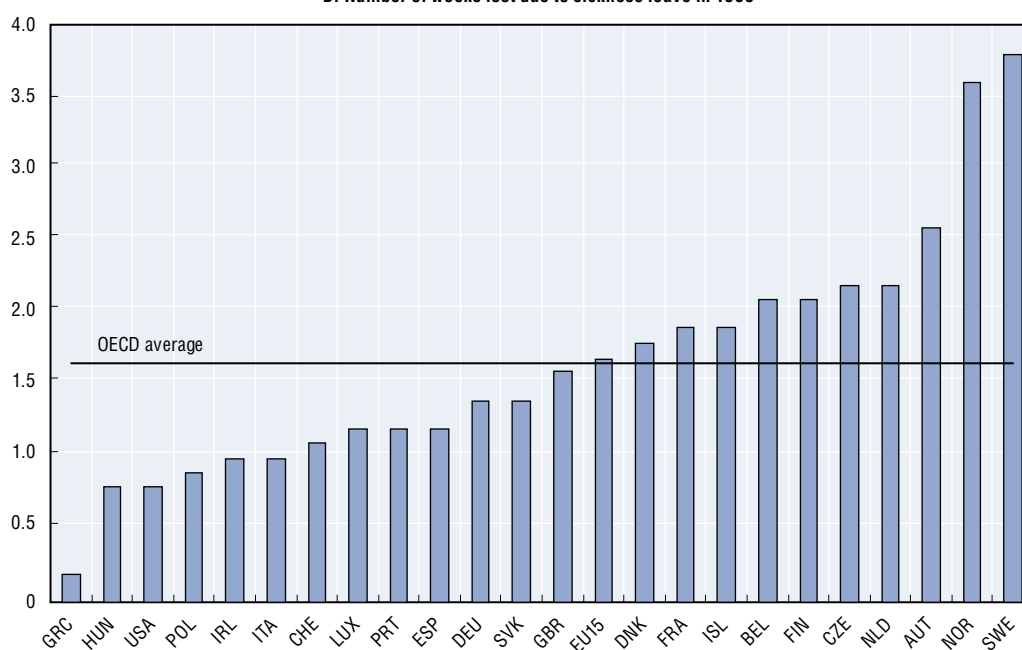
Source: Chapter 5 in this publication.

Figure 2.4. **Labour taxation (cont.)**



1. This ratio is calculated at an earnings level of 67 per cent of average worker earnings. The spouse of the second earner is assumed to earn 100% of average worker earnings in a family with two children.

Source: OECD Taxing Wages, 2003/2004.

Figure 2.5. **Income support for disability and sickness**A. Per cent of working age population non-employed and receiving disability benefits¹B. Number of weeks lost due to sickness leave in 1999³

1. EU15, excluding Finland, Greece, Ireland and Luxembourg.

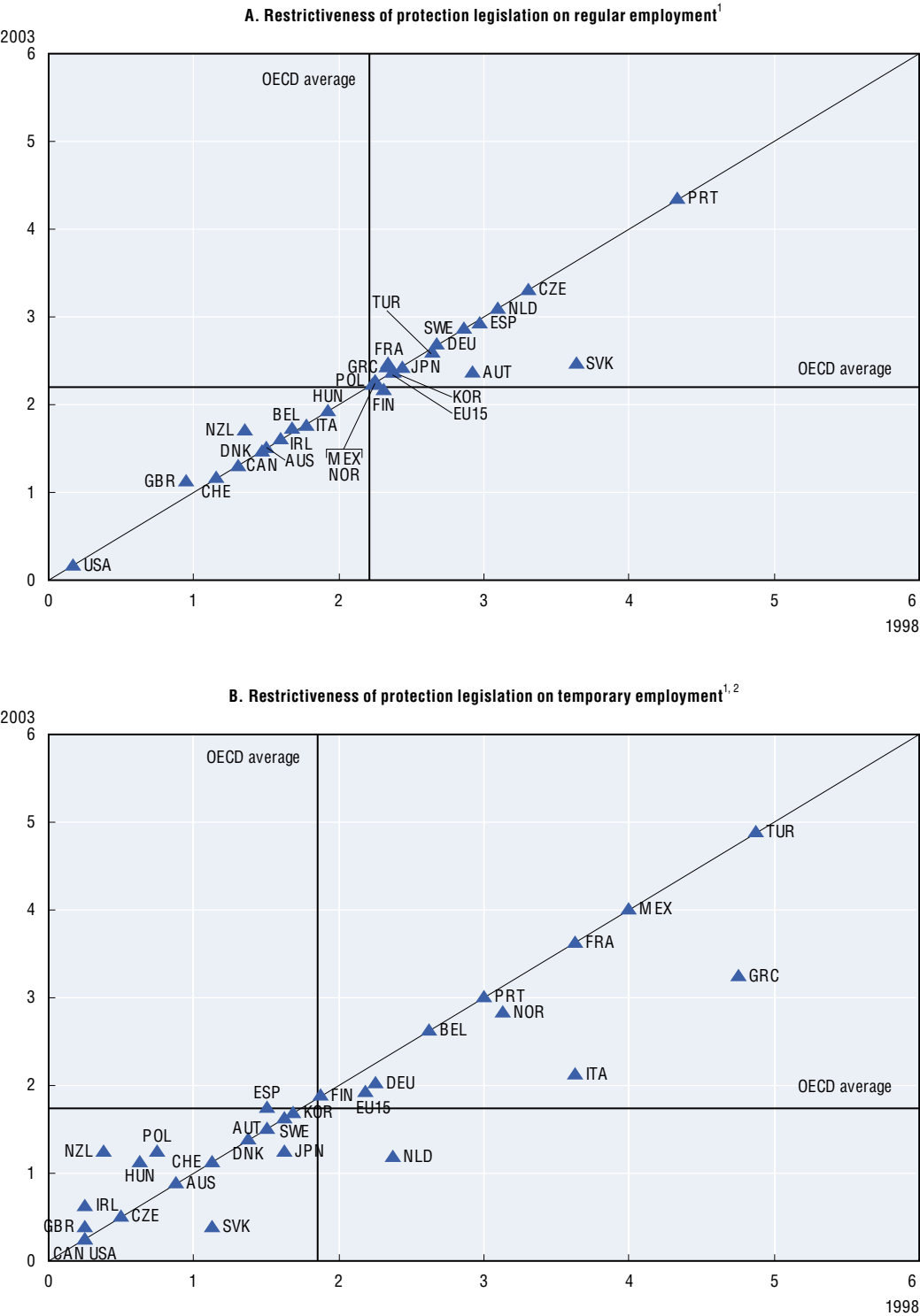
2. 1995 for Austria, Mexico and Poland.

3. The number for the United States may not be strictly comparable as it comes from a different source and refers to 2003.

Source: Chart A: OECD Transforming Disability into Ability, 2003 and National Compensation Survey (for the United States); Chart B: OECD Employment Outlook, 2004.

Figure 2.6. **Employment Protection Legislation (EPL)**

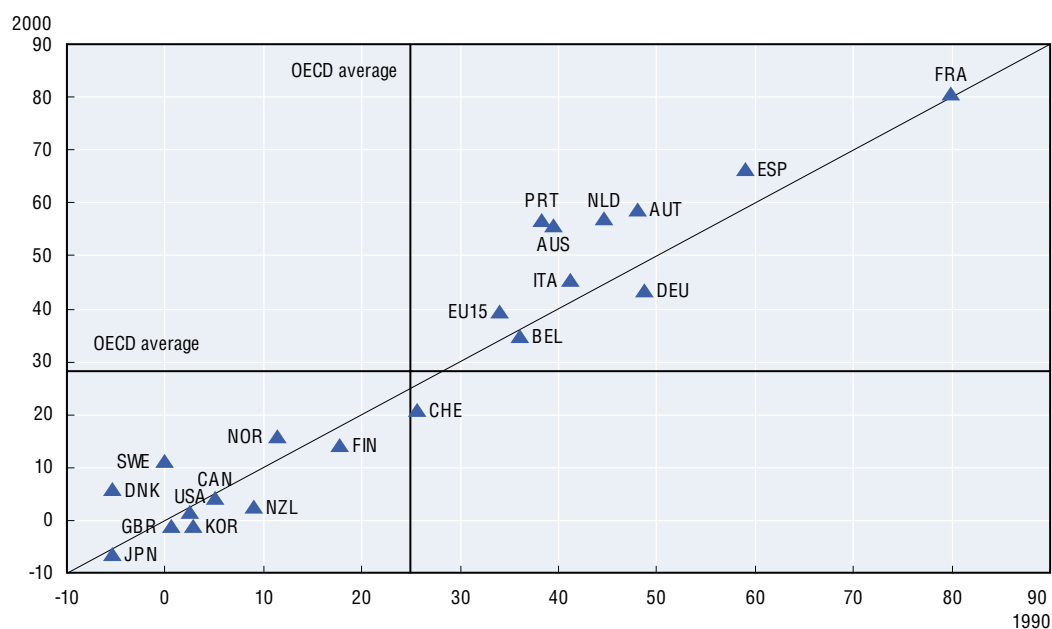
Index scale of 0-6 from least to most restrictive



1. EU15, excluding Luxembourg.
2. The figure for Spain is different from the one reported in *Employment Outlook* (2004) due to a re-assessment of regulation in this area.

Source: *OECD Employment Outlook*, 2004.

Figure 2.7. **Difference between coverage rates of collective bargaining agreements and trade union density rates^{1, 2}**



1. The coverage rate is measured as the percentage of workers who are covered by collective bargaining agreements, regardless of whether or not they belong to a trade union. The union density rate is the percentage of workers belonging to a trade union. Each data point on the figure is calculated as the simple arithmetic difference between the two rates.
2. The 2000 data point for trade union density is 1998 for Spain and 2001 for Switzerland.

Source: OECD Employment Outlook, 2004.

Figure 2.8. **Product market regulation**

Index scale of 0-6 from least to most restrictive

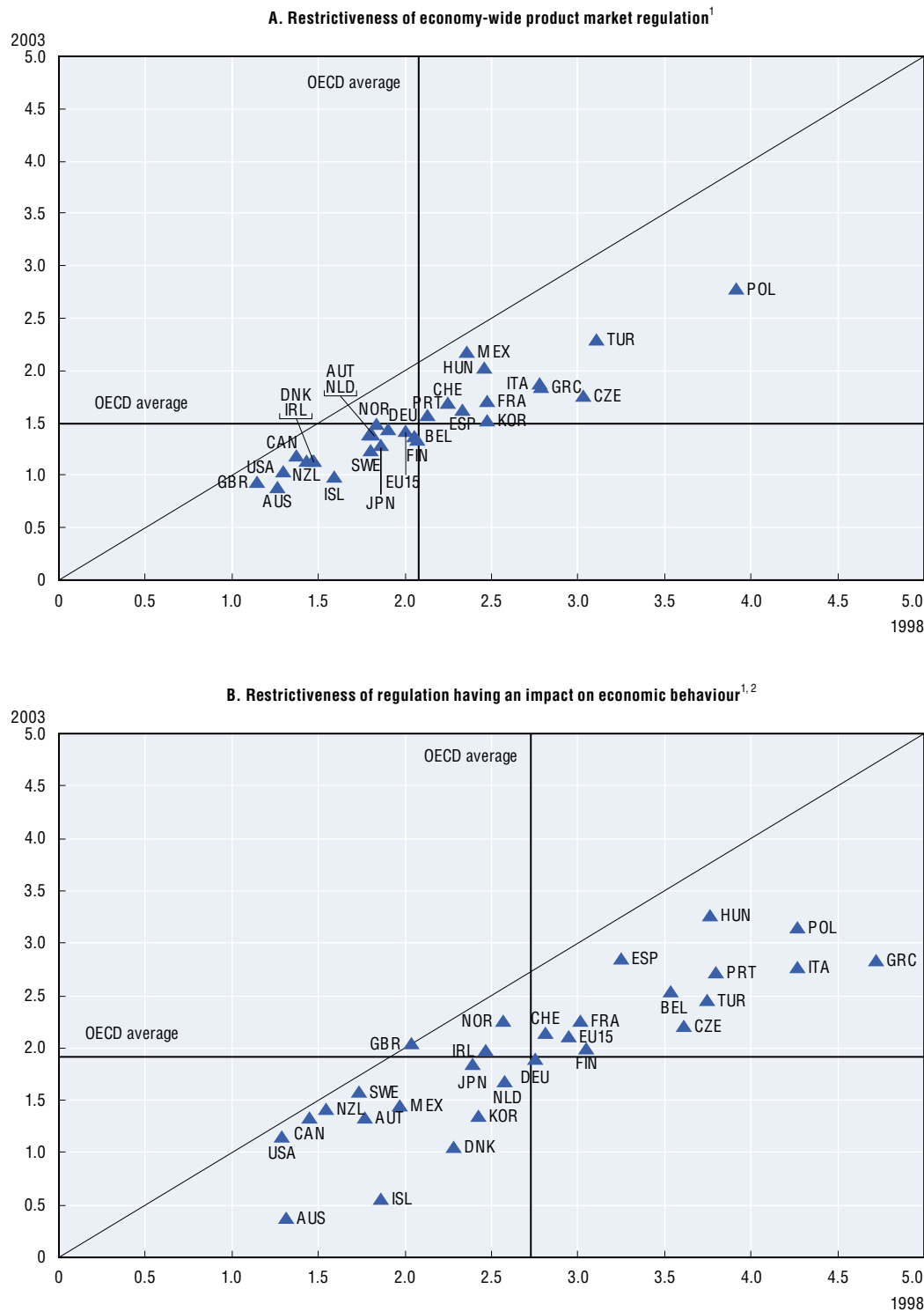


Figure 2.9. State control of business operations

Index scale of 0-6 from least to most restrictive

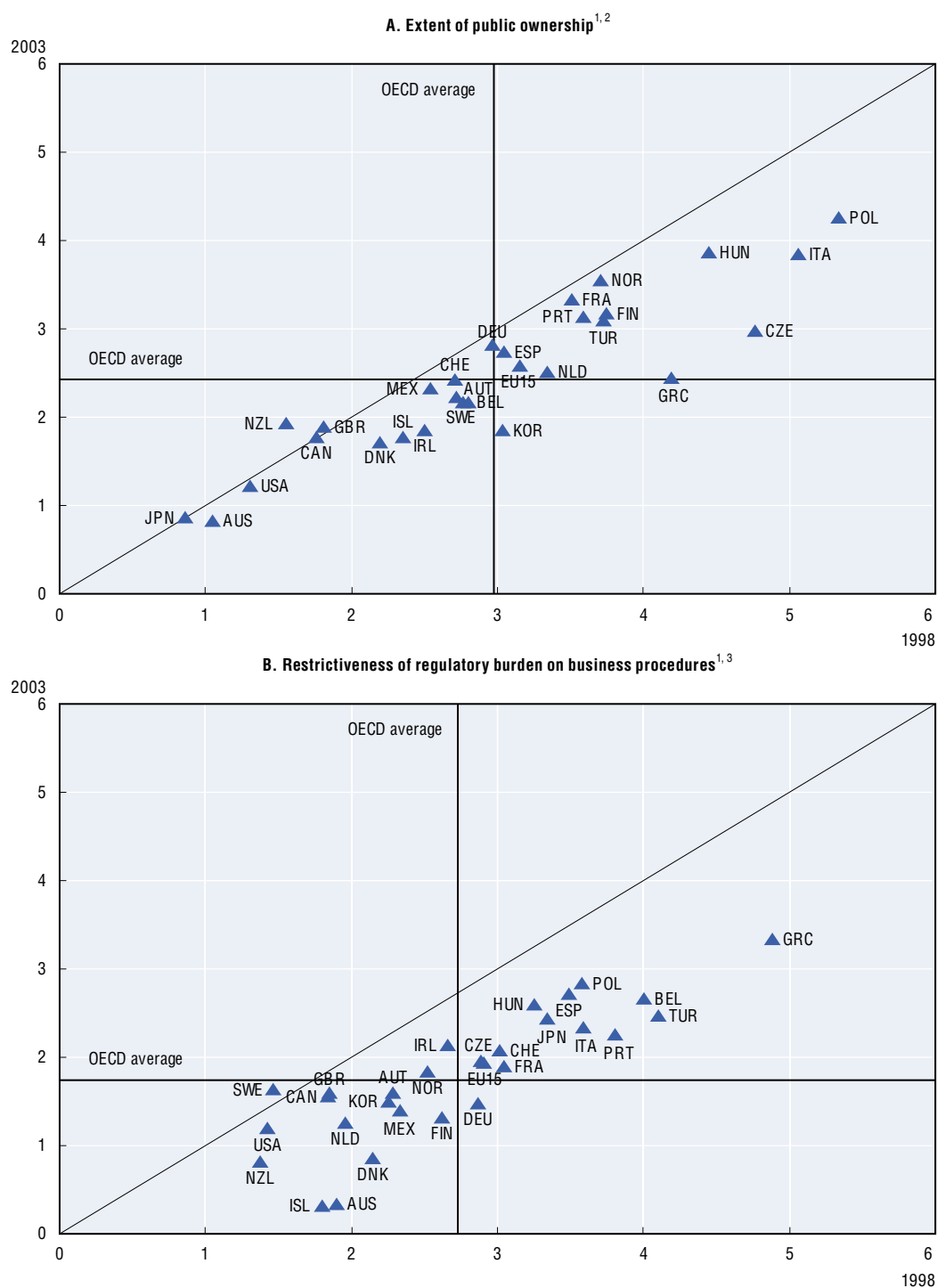
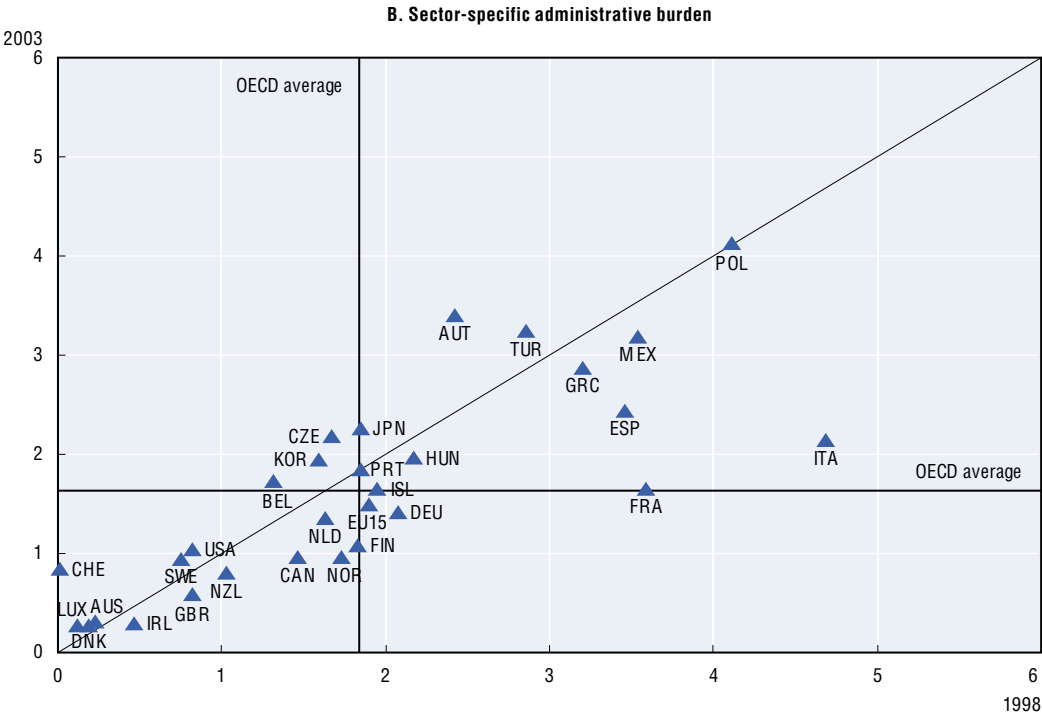
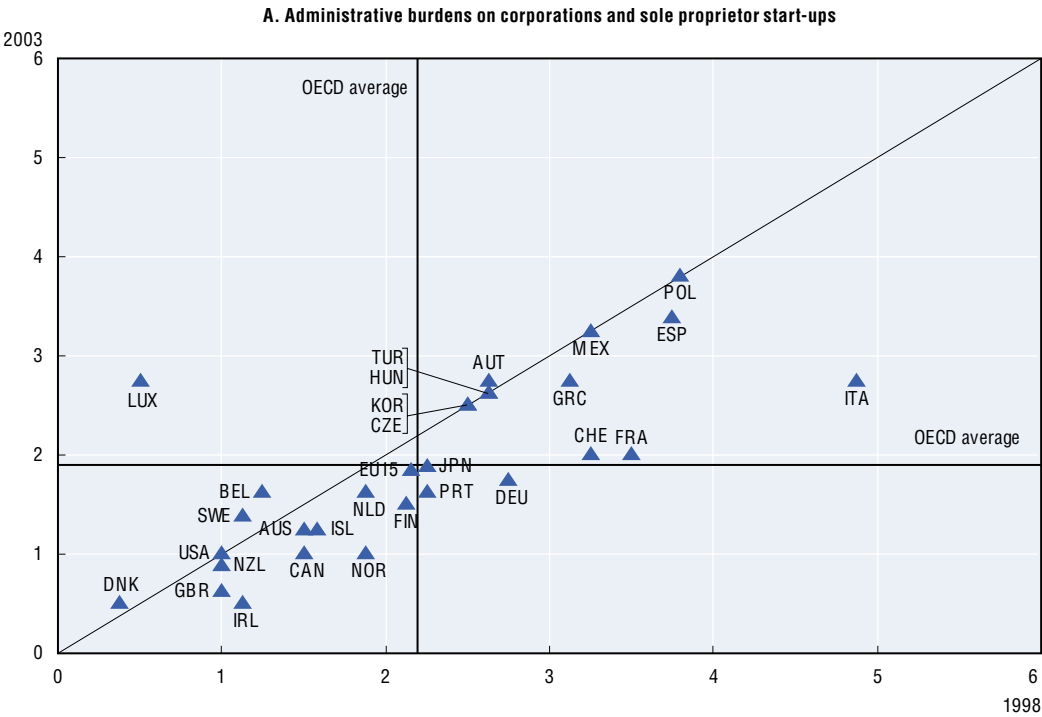


Figure 2.10. **Barriers to entrepreneurship**

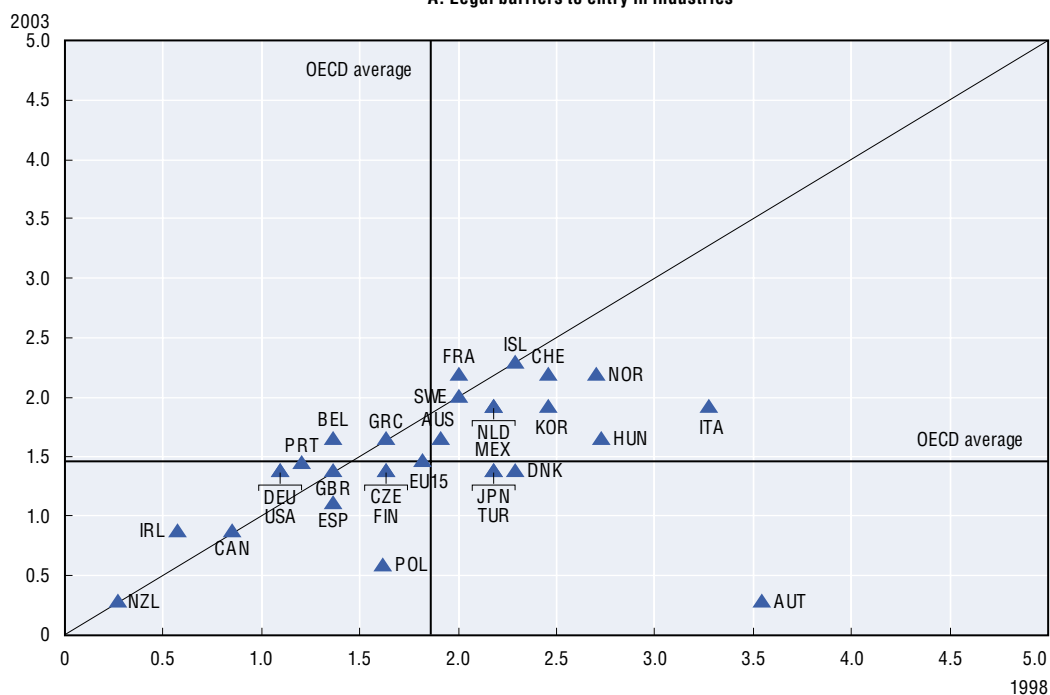
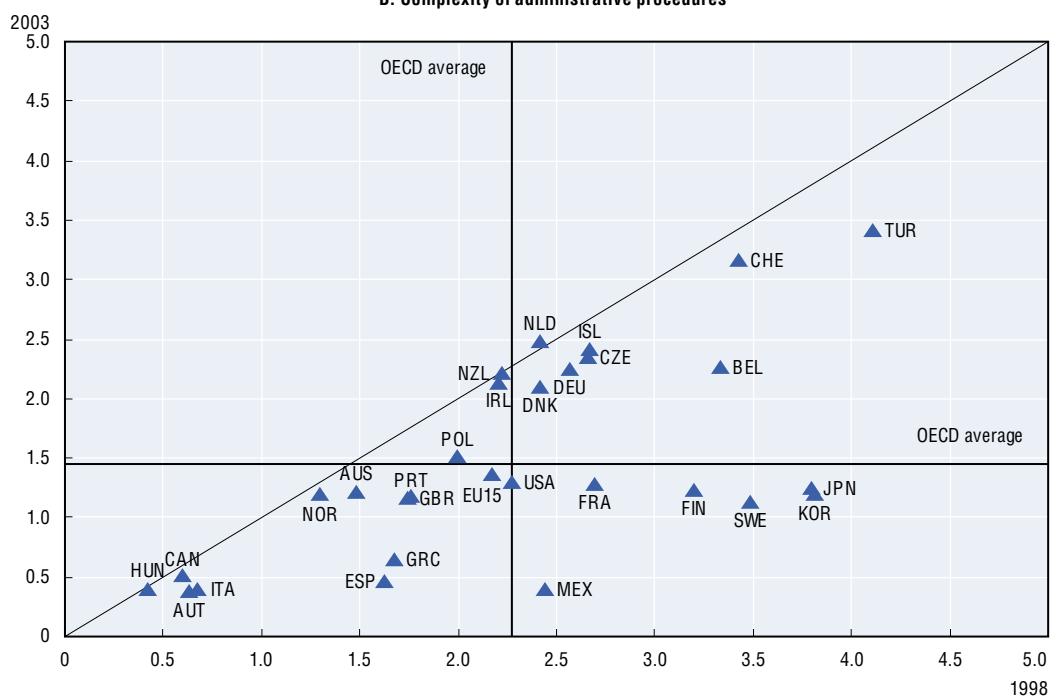
Index scale of 0-6 from least to most restrictive



Source: Chapter 4 in this publication.

Figure 2.11. **Barriers to entry**¹

Index scale of 0-6 from least to most restrictive

A. Legal barriers to entry in industries**B. Complexity of administrative procedures**²

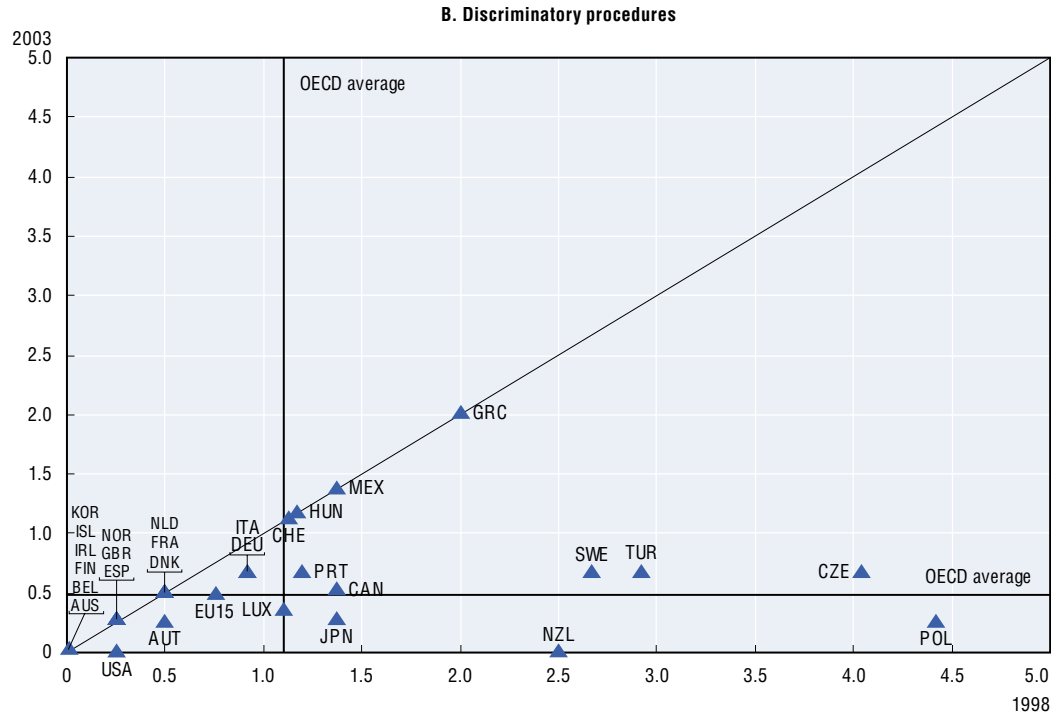
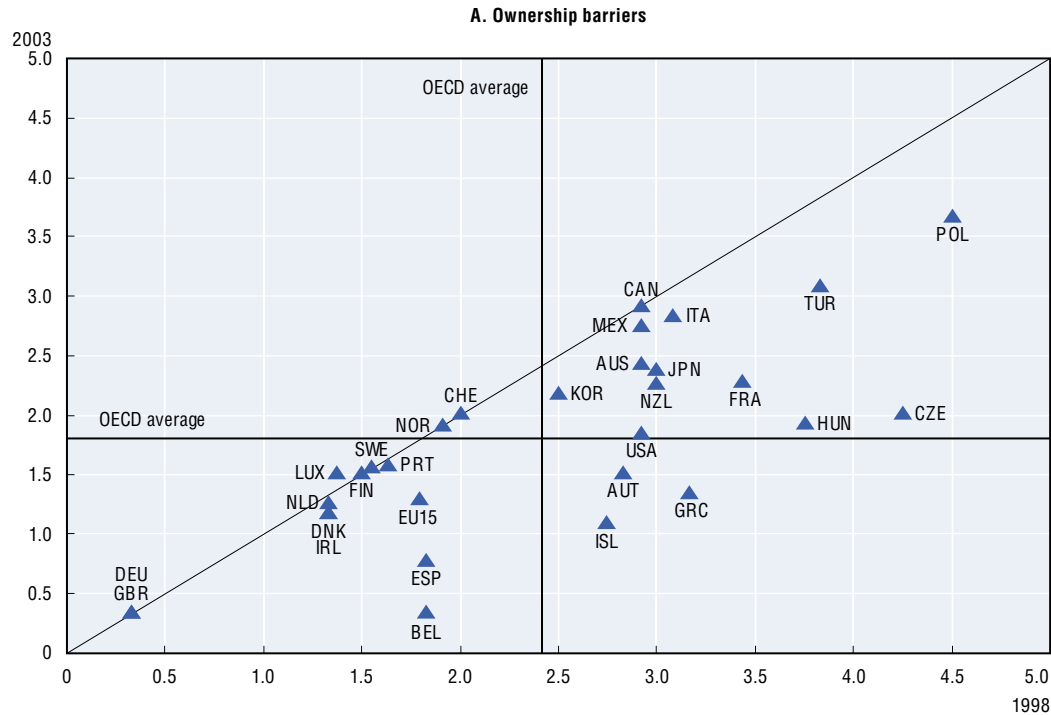
1. EU15, excluding Luxembourg.

2. Concerns complexity of government communication of rules and procedures as well as of licences and permit systems. Corresponds to the indicator of regulatory and administrative opacity in Chapter 4.

Source: Chapter 4 in this publication.

Figure 2.12. **Barriers to foreign direct investment**

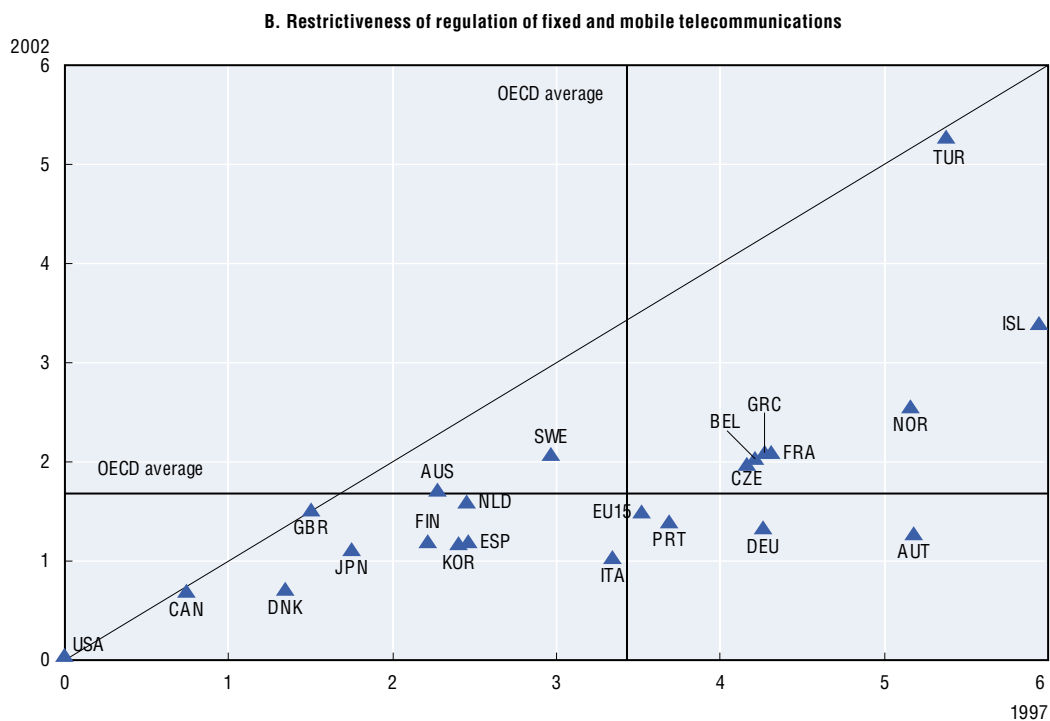
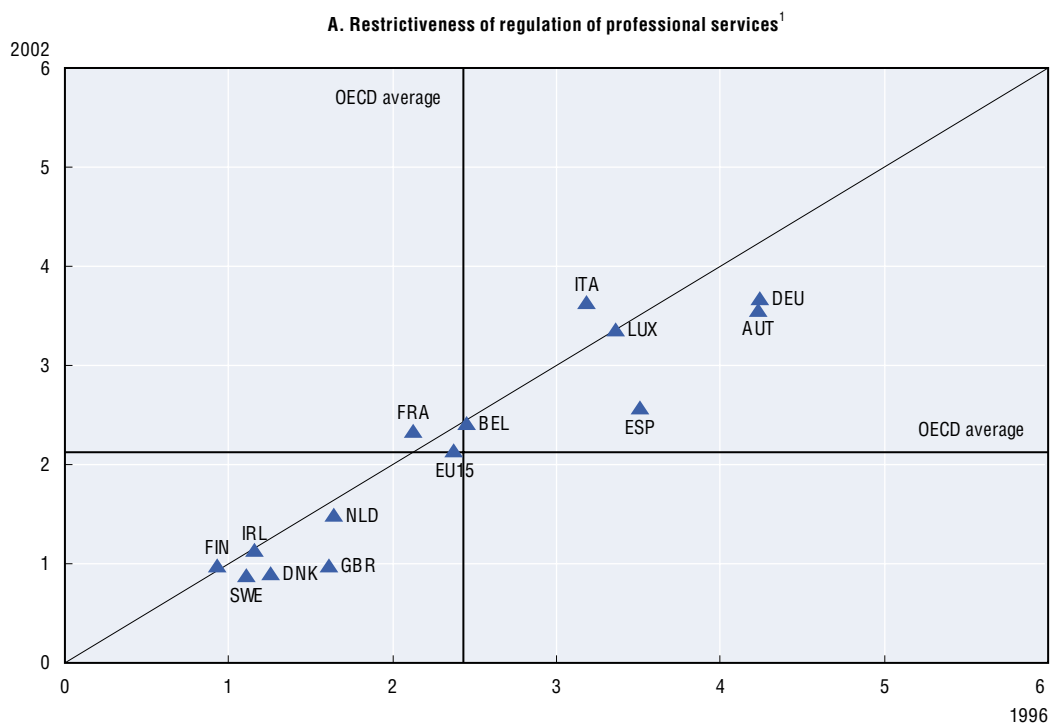
Index scale of 0-6 from least to most restrictive



Source: Chapter 4 in this publication.

Figure 2.13. **Sectoral regulation**

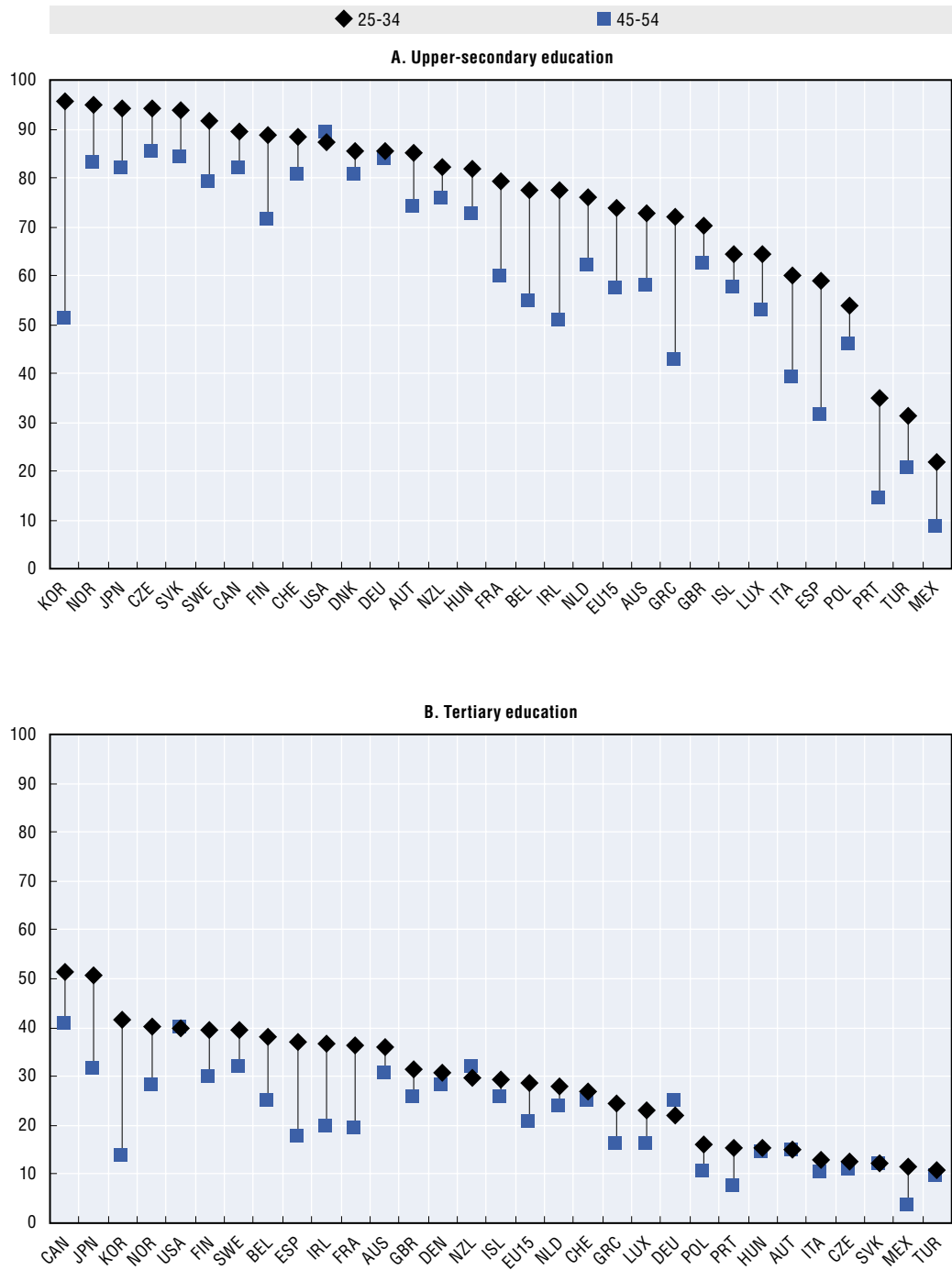
Index scale of 0-6 from least to most restrictive



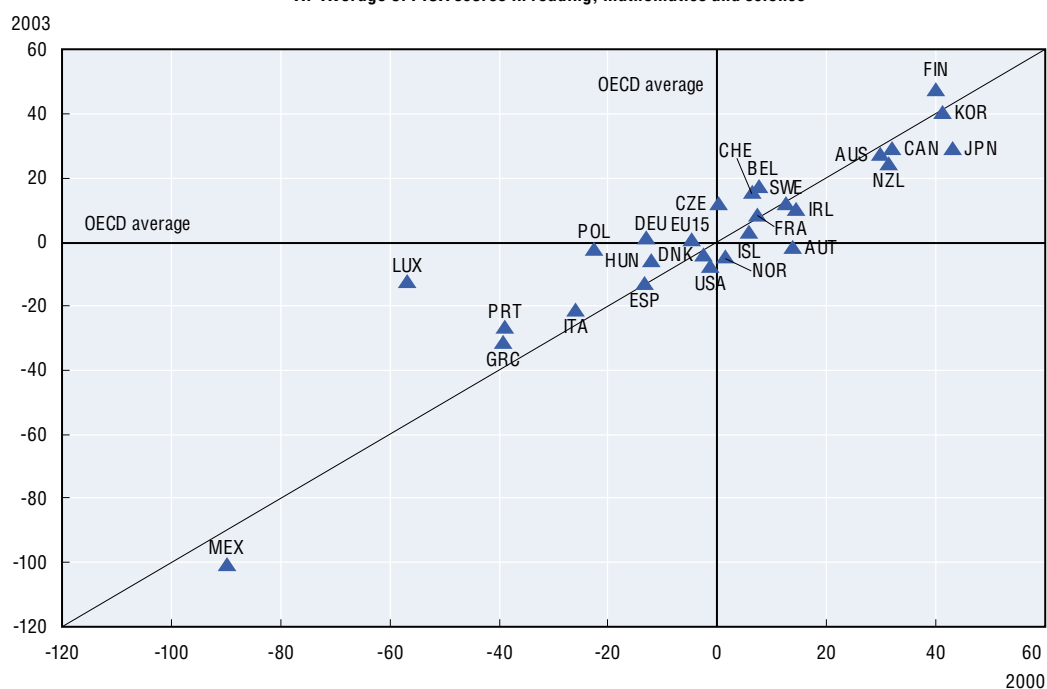
1. Index of regulations in professional services (accounting, law, engineering and architecture). Even though a policy priority was selected for Canada and Japan on the basis of this indicator, they are missing from the chart due to lack of data for 2002. The value of the index for Canada and Japan for 1996 is 2.6 and 3.2 respectively.

Source: European Commission and OECD.

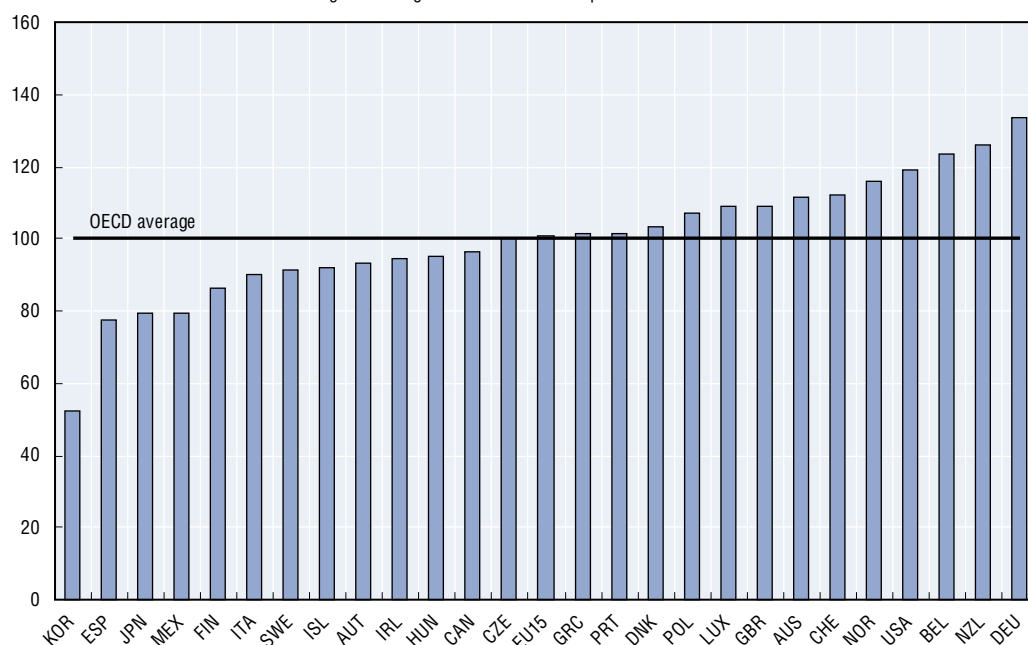
Figure 2.14. **Educational attainment, 2002**
Percentage of population aged 25-34 and 45-54



Source: OECD Education at a Glance, 2004.

Figure 2.15. **Educational achievement****A. Average of PISA scores in reading, mathematics and science¹****B. Variation in student performance, 2000**

Percentage of average variation of student performance in OECD countries



1. PISA stands for Programme for International Student Assessment.

Source: Chart A: OECD Learning for Tomorrow's World, PISA 2003; Chart B: OECD Knowledge and Skills for Life, PISA 2000.

Figure 2.16. **Barriers to external trade**

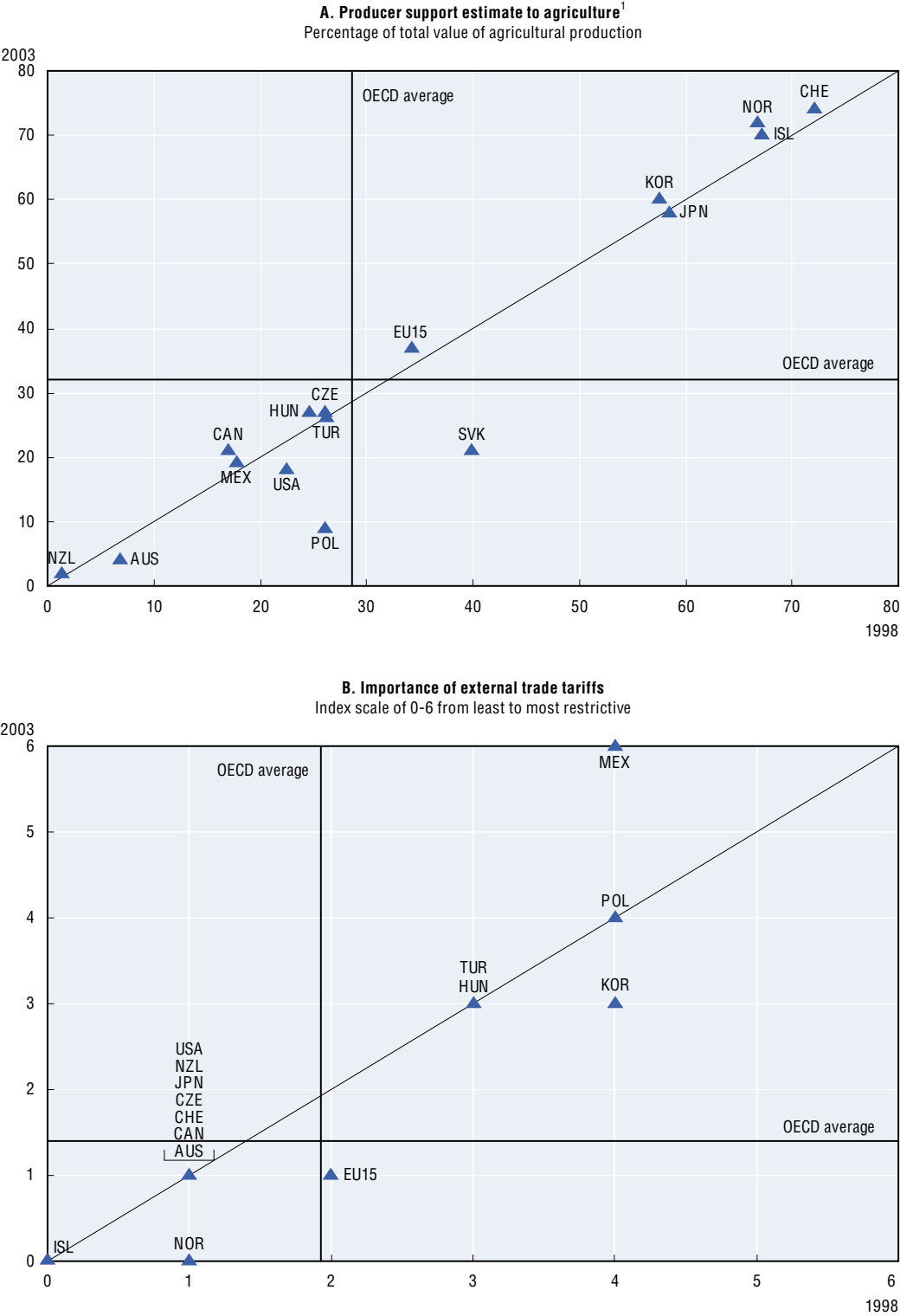
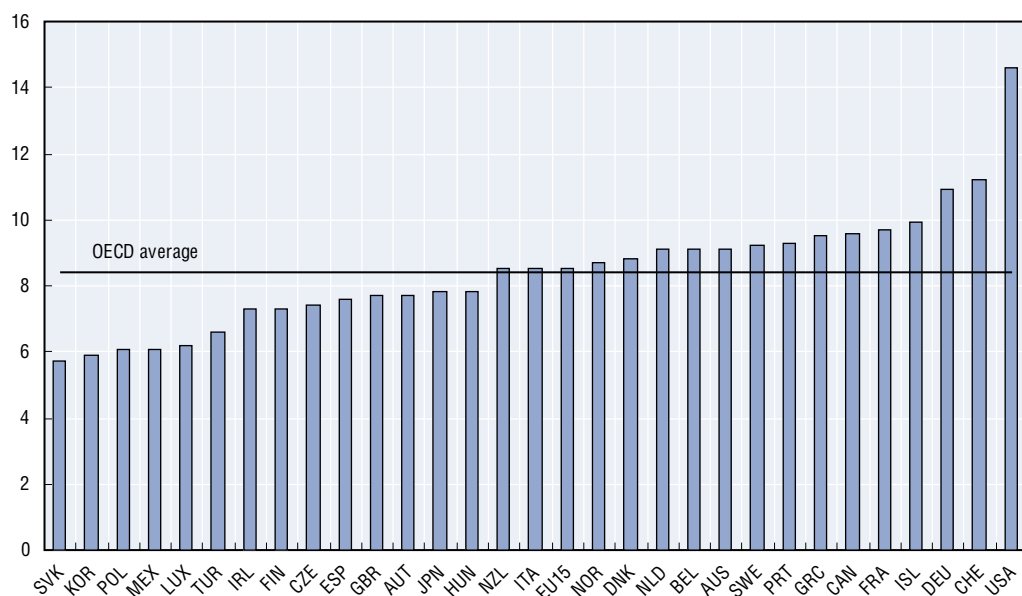


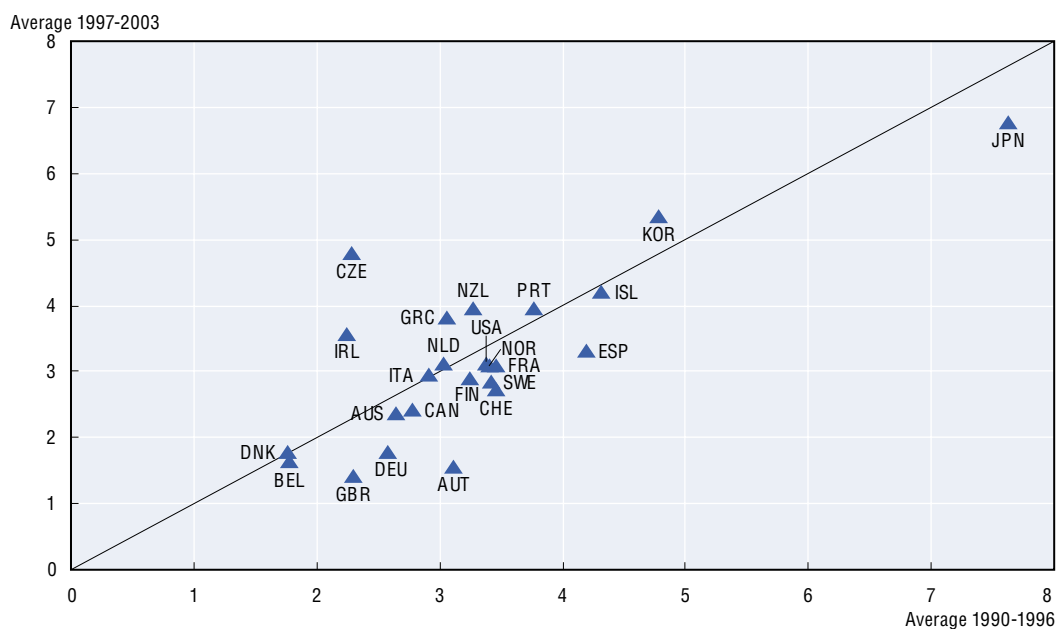
Figure 2.17. **Health expenditure, 2002¹**
Percentage of GDP



1. 2001 for Australia, Japan and Korea; 2000 for Turkey.

Source: OECD Health database.

Figure 2.18. **Public investment**
Percentage of GDP



Source: OECD Economic Outlook, No. 76.

Chapter 3

Country Notes

This chapter contains information on key policy priorities for individual OECD member countries and for the European Union.

AUSTRALIA

Growth has been steady and brisk, but the income gap with leading countries remains significant. Employment rates for the low-skilled and for older workers are still relatively low.

Priorities supported by indicators

Reduce minimum cost of labour

“Award wages” (the *de-facto* minimum wages) are more than half of median earnings – thus relatively higher than in most OECD countries – and may therefore impede employment of the low-skilled.

Actions taken: Continued reforms of the previously rigid industrial relations system have greatly increased workplace flexibility which has raised labour productivity and thus had a dampening effect on unit labour cost.

Recommendations: Yearly adjustments to award wages should take better account of the employability of award-wage earners.

Reform disability benefit schemes

The sharp rise in recent years in the number of people receiving the Disability Support Pension has contributed to the relatively low labour force participation rate for persons aged 55 and over.

Actions taken: To assist people with disabilities to develop and improve their work capacity, new places in employment assistance, vocational education and training and rehabilitation services have been created since mid-2003.

Recommendations: Tighten eligibility criteria for the Disability Support Pension, aiming to encourage labour market engagement of people with substantial work capacity.

Strengthen vocational education at the upper-secondary level

Given the deteriorating labour market prospects for low-skilled workers, especially for early school-leavers, the upper-secondary education system’s emphasis on preparation for university study is too narrow.

Actions taken: A range of recent government initiatives aims at increasing the labour market responsiveness and flexibility of the vocational education and training (VET) system.

Recommendations: The links between schools, VET and higher education should be strengthened by enhancing educational pathways for young people, and by more flexible and better-targeted funding of higher education provision.

Other key priorities

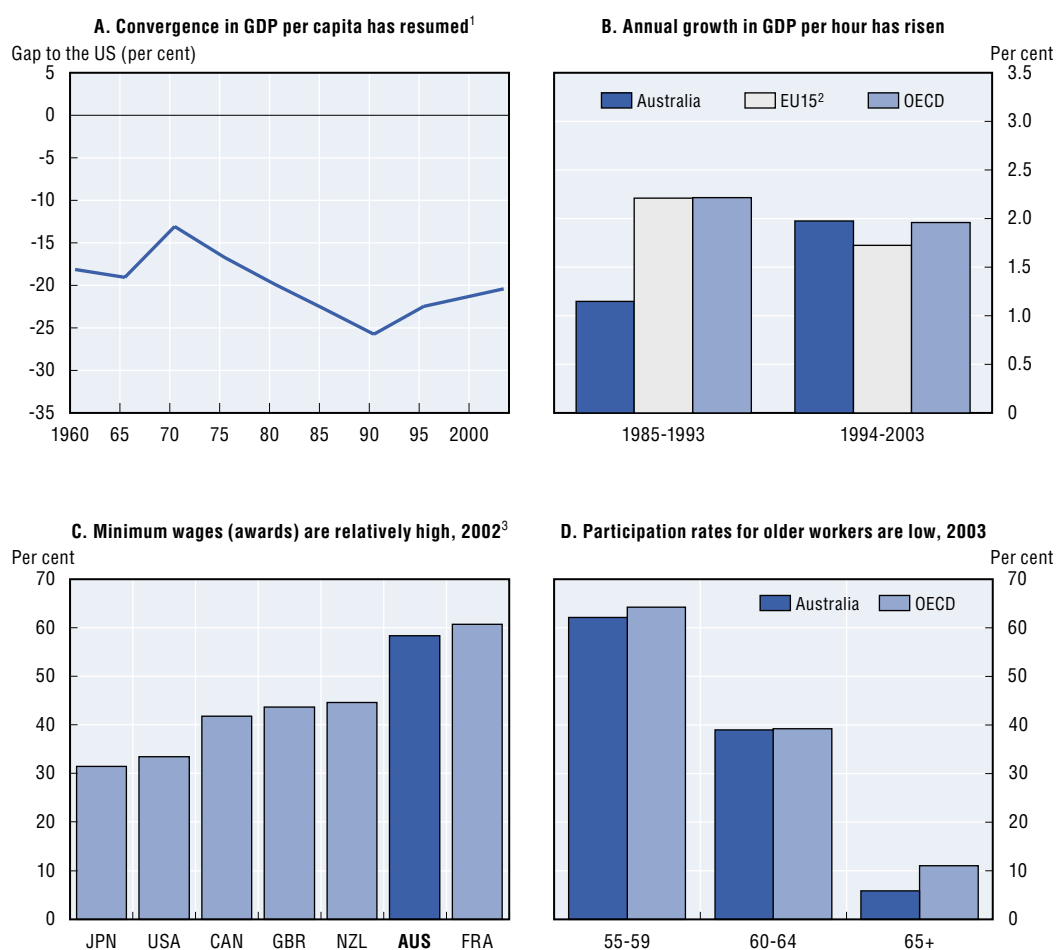
- Re-balance benefit entitlement conditions and mutual obligations strategies, and reduce marginal effective tax rates further, to encourage greater labour force participation.
- Strengthen competitive pressures in the economy via completion of the National Competition Policy Agenda and adoption of a new coordinated agenda to further advance reform in sectors such as electricity, rail, gas and water.

AUSTRALIA

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	2.1	2.0	2.3	2.4
Trend employment rate	69.3	69.5	70.9	71.3
Trend participation rate	73.4	74.6	75.3	75.6
Structural unemployment rate (NAIRU)	5.7	6.8	5.9	5.6

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Minimum wage as a percentage of the median wage.

Source: Charts A and B: *National Accounts of OECD Countries*, 2004; *OECD Labour Force Statistics*, 2004; *OECD Economic Outlook*, No. 76; Charts C and D: *OECD Labour Force Statistics*, 2004.

AUSTRIA

GDP per capita is relatively high although the gap vis-à-vis leading countries has widened in recent years, reflecting mainly weak growth in labour resource utilisation.

Priorities supported by indicators

Reduce implicit tax on continued work at older age

Low abatements on early-retirement pensions, especially for public-sector workers, high unemployment benefits and subsidised part-time employment for older workers encourage early retirement.

Actions taken: The accounting period for the pension base and abatements for early-retirement pensions have been raised. Early retirement on account of unemployment has been abolished. The duration of employment required to reach the full pension replacement rate has risen. The statutory retirement age for civil servants has been raised.

Recommendations: Make the adjustment for early receipt of pensions actuarially fair. Proceed with harmonising pension schemes in the public sector with those in the private sector. Eliminate higher unemployment benefit entitlements for older jobless workers, and phase out subsidies for old-age part-time employment.

Improve graduation rates from tertiary education

Graduation rates from tertiary education are among the lowest in the OECD. Long study duration and insufficient orientation of tertiary institutions to skills demanded by employers discourage higher education.

Actions taken: Introduction of government funding of higher-education institutions based on student enrolment. Student fees earmarked to the universities in which students enrol, as well as increased independence of universities, have strengthened incentives to offer attractive study programmes. Performance-related elements in university funding and in contracts for staff have widened.

Recommendations: Strengthen performance-based funding. Consider introducing a loan scheme for study fees with income-contingent repayments.

Reduce administrative burdens on start-ups

Firm creation rates are relatively low. High administrative costs of registering a company have weighed on start-ups, as have entry barriers in specific sectors, such as the liberal professions.

Actions taken: Entry restrictions in some sectors have been lowered, notably in wholesale and retail trade.

Recommendations: Reduce the costs of setting up companies, especially limited liability companies. Further narrow the range of trades requiring certificates of qualification. Ease regulation of entry into the liberal professions, abolishing compulsory chamber membership and nationality requirements.

Other key priorities

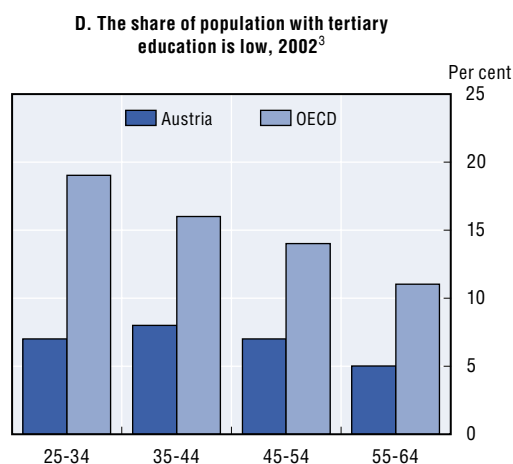
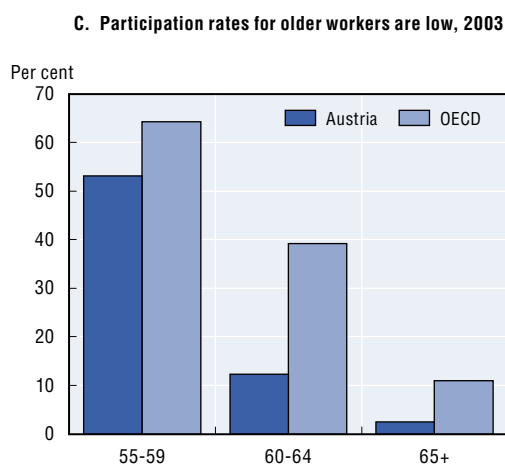
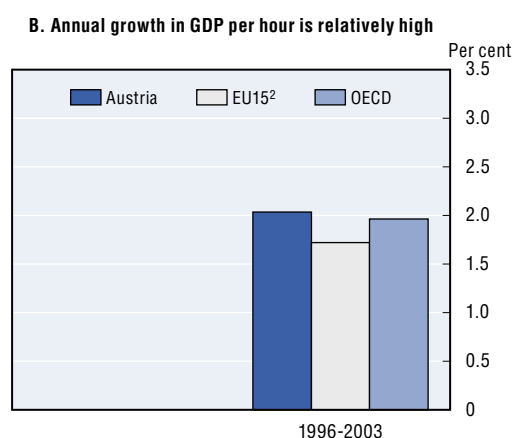
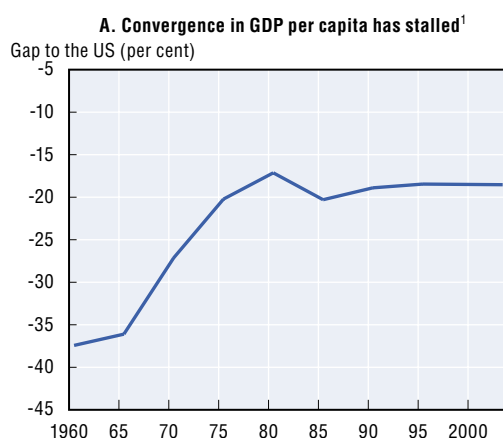
- Reduce inactivity traps in the benefit system by restructuring child benefits in favour of vouchers for child care, and better integrating job-placement activities with social assistance.
- Strengthen competition law and enforcement by assigning more powers and resources to the competition authority, streamlining the institutional setup, simplifying rules on vertical agreements and introducing a credible leniency programme.

AUSTRIA

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	1.5	1.8	2.3	2.1
Trend employment rate	74.3	74.2	74.7	75.3
Trend participation rate	77.6	78.0	78.7	79.2
Structural unemployment rate (NAIRU)	4.3	4.9	5.0	4.9

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Tertiary type A programmes, providing qualifications for advanced research or higher skill professions.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Labour Force Statistics, 2004; Chart D: OECD Education at a Glance, 2004.

BELGIUM

Despite increases in employment rates, labour utilisation remains low. Labour productivity growth has slowed, albeit from a relatively high rate.

Priorities supported by indicators

Reduce the implicit tax on continued work at older ages

Attractive publicly-subsidised routes to early retirement, notably unemployment insurance (UI) benefits and early retirement pensions, underpin low employment rates for the older working-age population.

Actions taken: Job-search requirements up to age 58 have been progressively introduced for new UI claimants. UI top-ups paid by employers to older workers made redundant are now subject to a (reduced) social security charge. The ceiling on wages taken into account in computing public pension benefits in the general scheme for wage earners has been indexed to wages instead of prices since the 1996 reform, reducing the disincentive to work extra years.

Recommendations: Reduce further the implicit tax on continued work by progressively aligning access conditions for early retirement schemes with those for early retirement pensions and, in the transition phase, by terminating the accumulation of pension rights for those in such schemes. Early retirement pensions should also be made actuarially fair.

Reduce the tax wedge on labour income

Labour utilisation is low, partly because of high effective tax rates on labour income. These in turn reflect a high overall tax burden and a narrow capital-income tax base.

Actions taken: Social security charges have been reduced, especially for low income earners, personal income tax has been lowered, and a non-wastable tax credit for those on low labour incomes has been introduced.

Recommendations: Room should be made for further reductions in taxes on labour income by cutting government expenditure, especially on social transfers, and by reducing tax expenditures.

Ease the regulatory burden on business operations

Government is not required to consider more cost-effective alternatives before adopting new regulations. Moreover, the administrative burden has risen.

Actions taken: The government is reviewing the few remaining price controls and sector-specific regulations with a view to liberalise existing practices. Administrative burdens are being reduced through simplification and greater use of e-government.

Recommendations: Regulators should be required to consider alternative policy instruments before adopting a new regulation and should receive guidance on alternatives. The government should continue to eliminate unnecessary sector-specific regulations, reduce the administrative burden and review laws and regulations governing the professions to eliminate unwarranted anti-competitive practices.

Other key priorities

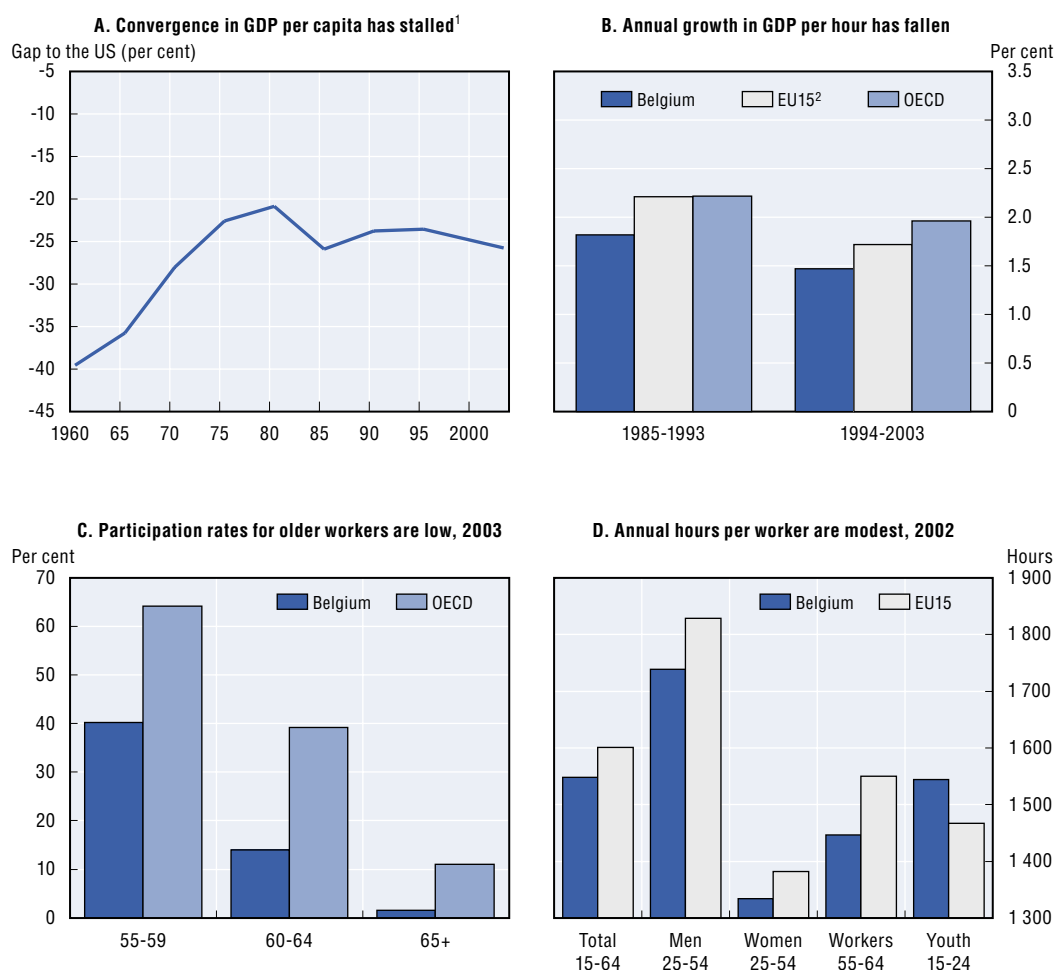
- Improve education outcomes for students from ethnic backgrounds and strengthen the enforcement of anti-discrimination laws to enhance this group's labour-market performance.
- Make UI conditional on properly enforced job-search requirements and increase efforts to upgrade skills for unemployed people.

BELGIUM

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	1.9	1.5	1.8	1.7
Trend employment rate	57.9	59.4	61.4	62.1
Trend participation rate	62.5	64.1	66.0	66.9
Structural unemployment rate (NAIRU)	7.3	7.4	7.0	7.2

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

Source: Charts A and B: *National Accounts of OECD Countries, 2004*; *OECD Labour Force Statistics, 2004*; *OECD Economic Outlook, No. 76*; Chart C: *OECD Labour Force Statistics, 2004*; Chart D: *European Union Labour Force Survey*.

CANADA

GDP per capita growth since the mid 1990s has been higher than the OECD average, reflecting in part an acceleration in labour productivity. However, the latter remains below the US level, resulting in a significant income gap.

Priorities supported by indicators

Reduce work disincentives in the income support system

Provincial social assistance systems create welfare traps, and the federal Employment Insurance (EI) system reduces labour mobility and cross-subsidises firms heavily reliant on seasonal workers.

Actions taken: The incentives to move from social assistance to work have improved since the mid-1990s because of the introduction of the National Child Benefit, which does not depend on work status. The EI premium rate has been set so as to balance premiums and benefits at the aggregate level. However, in 2004, the federal government increased access to EI benefits for seasonal workers.

Recommendations: Reduce the “welfare wall”: Implement stricter job search and activation requirements, and coordinate abatement rates more tightly across programmes and jurisdictions. Shift the focus of the EI system towards its insurance objective: Introduce enterprise experience rating, lengthen the relatively short qualification and stand-down periods, and phase out differences in eligibility rules between regions.

Reduce barriers to foreign ownership

Canada has one of the most widespread foreign ownership restrictions in the OECD, mainly in telecommunications, broadcasting and domestic airlines. These are holding back competition and innovation.

Actions taken: Two parliamentary committees have taken different positions on cable/broadcasting restrictions.

Recommendations: Eliminate ownership restrictions. For example, use content rules to safeguard Canadian culture.

Further liberalise services

Removal of obstacles to inter-provincial trade in professional services and full implementation of the *Agreement on Internal Trade* has been slow. Competition remains almost non-existent in the provincially-controlled electricity sector. Securities regulation is unduly fragmented.

Actions taken: In its latest budget, Ontario announced that electricity prices would evolve in line with costs.

Recommendations: Dismantle remaining barriers to inter-provincial trade, including the regulation of professional services. Streamline securities regulation. Open up electricity markets to competition in all provinces.

Other key priorities

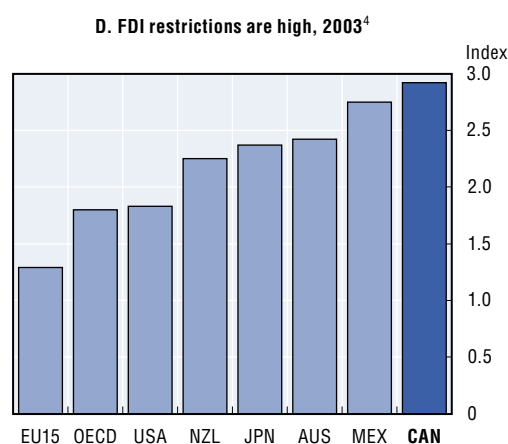
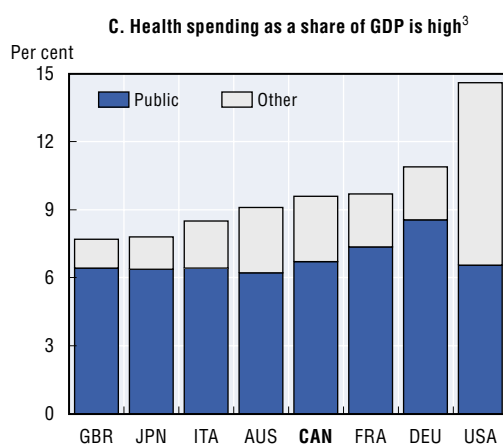
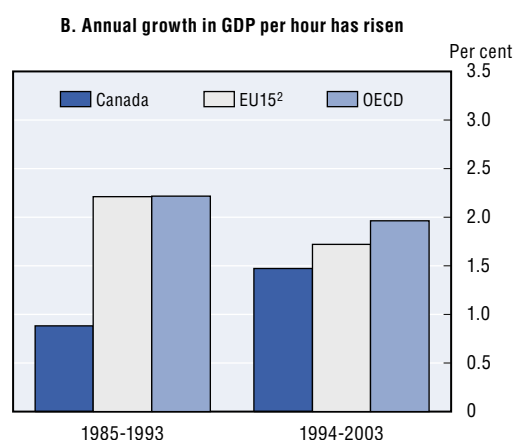
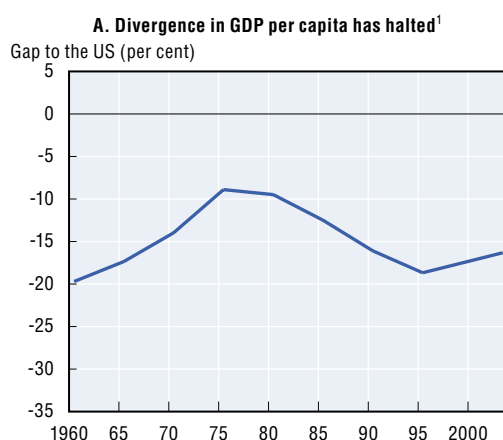
- Restrain growth in public health costs by introducing a mixed remuneration system for primary-care providers, and by allowing for output-based hospital funding and more contracting out.
- Continue to examine capital cost allowances to ensure that they are aligned with useful economic lives and remove provincial taxes on the purchase of capital goods as well as on firms' ownership of capital assets.

CANADA

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	0.7	1.6	2.5	1.7
Trend employment rate	70.3	70.4	72.2	72.8
Trend participation rate	76.6	76.4	77.5	78.5
Structural unemployment rate (NAIRU)	8.3	7.9	6.8	7.3

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).
2. Excluding Austria and Luxembourg.
3. Health expenditure as a percentage of GDP; 2002, except 2001 for Japan and Australia.
4. Index scale of 0-6 from least to most restrictive.

Source: Charts A and B: *National Accounts of OECD Countries*, 2004; *OECD Labour Force Statistics*, 2004; *OECD Economic Outlook*, No. 76; Chart C: *OECD Health database*; Chart D: *OECD Regulation database*.

CZECH REPUBLIC

Growth in GDP per capita has not been sufficiently high in recent years to allow for a significant catch-up in income. Strong productivity growth has been partly offset by falling employment rates.

Priorities supported by indicators

Reduce administrative burden on start-ups

Cumbersome bankruptcy proceedings reduce the efficiency of capital and the pace of structural change. Complex and sometimes lengthy procedures to enter the commercial registry dissuade business start-ups.

Actions taken: The government is in the process of putting together reform proposals for improving bankruptcy legislation and the commercial registry.

Recommendations: The intended reforms need to be implemented, and continued efforts are required to shorten the length of bankruptcy proceedings and lighten the administrative burden of business registration.

Ease employment protection for regular workers

Relatively strict EPL is contributing to weak labour demand and inefficient employment practices. This is hindering progress in reducing unemployment and limiting re-structuring and productivity growth.

Actions taken: Employment protection legislation is currently under review by the authorities.

Recommendations: Significant reform efforts are needed, in particular to reduce overall costs associated with individual dismissal.

Reduce the tax wedge for low-income workers

A high tax wedge on low-paid jobs restricts employment opportunities for low-productivity workers that have lost their job as a result of industrial restructuring.

Actions taken: Employers' contributions to the active labour market policy funds have been reduced by 2 percentage points, but contributions to social insurance were increased by the same amount, leaving the wedge unchanged.

Recommendations: While the need for fiscal consolidation is limiting the room to manoeuvre, the authorities should nevertheless put priority on cutting back social contributions on low-paid jobs.

Other key priorities

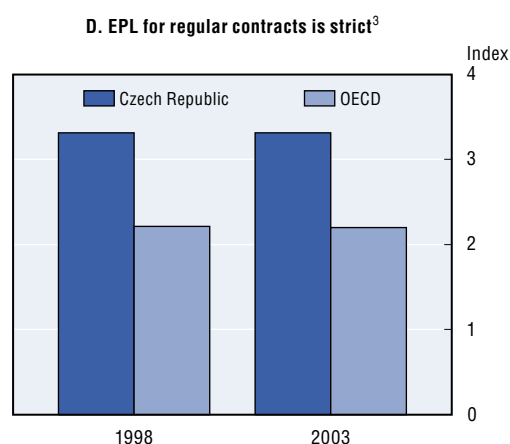
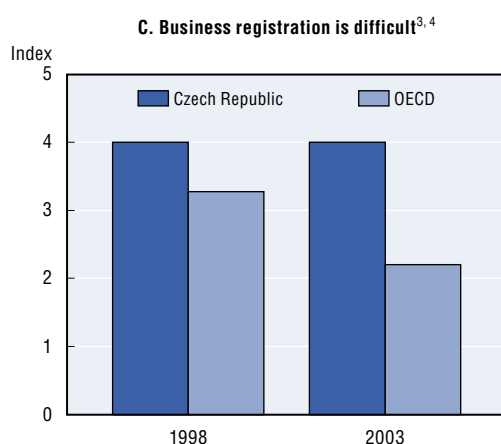
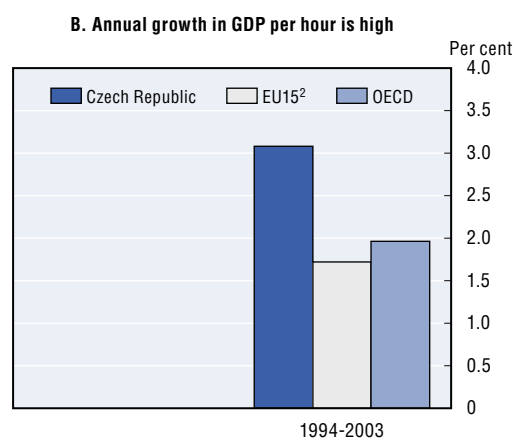
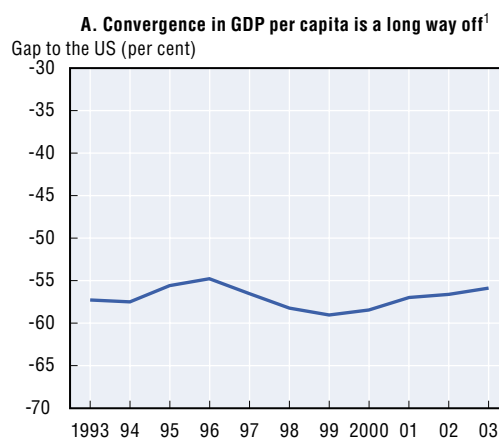
- Increase labour mobility through further liberalisation of the rental housing market.
- Reduce poverty traps for non-employed households generated by the combined effects of social welfare, housing and child allowances in the tax-benefit system.

CZECH REPUBLIC

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	..	2.4	2.3	2.7
Trend employment rate	..	68.8	66.9	66.0
Trend participation rate	..	72.6	71.8	71.4
Structural unemployment rate (NAIRU)	..	5.3	6.9	7.6

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Index scale of 0-6 from least to most restrictive.

4. Business registration refers to licences and permits.

Source: Charts A and B: *National Accounts of OECD Countries*, 2004; *OECD Labour Force Statistics*, 2004; *OECD Economic Outlook*, No. 76; Chart C: *OECD Regulation database*; Chart D: *OECD Employment Outlook*, 2004.

DENMARK

Faster growth in GDP per capita over the past decade has contributed to maintain relatively high income levels by international standards, even though the gap vis-à-vis the United States has further widened.

Priorities supported by indicators

Reduce tax wedge on labour income

Tax rates on earned income are high, with the top marginal rate payable as from around the average wage. This reduces the incentive to work and discourages entrepreneurship.

Actions taken: The threshold for the intermediate tax bracket has been raised and an in-work benefit has reduced the tax wedge for people on low incomes. Marginal tax rates have therefore been lowered by about 6 percentage points for middle-income earners. A tax freeze was implemented in 2002 and remains in place.

Recommendations: Modify the tax freeze so that revenue-neutral changes can be made at all levels of government (for example, raising taxes on immovable property, which are relatively low, and cutting taxes on earned income). Cutting the top marginal tax rate or lifting its threshold would have the largest impact on labour supply.

Reform sickness and disability benefit schemes

Around 12 per cent of the working-age population receives either a disability pension or a sickness benefit. Benefits are relatively high and easily accessible.

Actions taken: Eligibility criteria for the disability benefit have been tightened by requiring that working capacity be reduced by two-thirds (previously one-half). The benefit structure has also been simplified. The government has proposed that municipalities should pay a greater share of long-term sickness benefits, and that medical assessments be made earlier.

Recommendations: Make it easier for disability benefit recipients to rejoin the labour force on a part-time basis, and periodically review all cases where a disability is not permanent. Reduce sickness absences by introducing a waiting period and requiring a medical certificate before getting public benefits, using independent medical assessors and enforcing the 12-month limit for regular assessment.

Reduce domestic barriers to competition

Regulations unduly limit competition in many sectors. Concentration is high in some industries, a legacy of the lack of merger control in the past. Some local governments compete unfairly with the private sector.

Actions taken: The competition law has been modernised and cartel control stepped up, but the enforcement agencies need streamlining. Pro-competition reforms have been announced for electricity, but the two dominant generators plan to merge. Local governments are opening up to competition, but at a slow pace.

Recommendations: Cut the number of agencies applying competition law and remove interest-group representatives from their boards. Eliminate unneeded restrictions in construction, land transportation and professional services. Reduce limits on shop-opening hours and location of retail outlets. Raise public-sector outsourcing by enforcing current laws.

Other key priorities

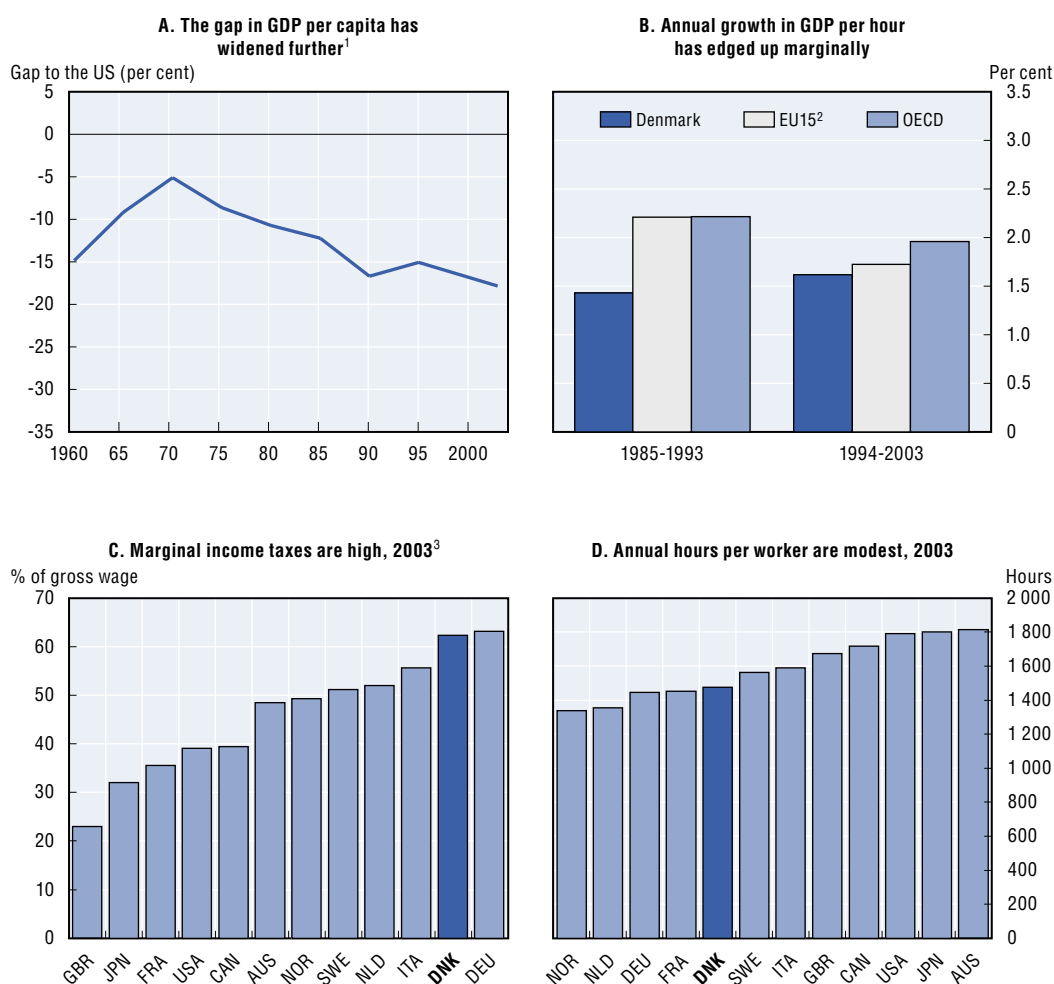
- Reduce work disincentives in the early retirement scheme, *e.g.* by linking the entry age to life expectancy and raising the cash bonus for later retirement.
- Improve the under-performing school system. Denmark has one of the most expensive school systems in the world; however, students need to be more challenged (*e.g.* through testing), and teachers need to spend longer time in class, be better trained and specialise more.

DENMARK

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	1.4	1.8	1.7	1.7
Trend employment rate	75.5	75.7	76.3	76.3
Trend participation rate	81.0	80.5	80.2	80.2
Structural unemployment rate (NAIRU)	6.8	6.1	4.8	4.8

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Marginal income tax plus employee contributions less cash benefits for a one-earner family with no children, 167% of average worker's earnings.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Taxing Wages, 2003/2004; Chart D: OECD Economic Outlook, No. 76.

EUROPEAN UNION

A slowdown in labour productivity growth since the mid-1990s combined with weak growth in labour resource utilisation has resulted in a widening of the per capita income gap vis-à-vis the United States.

Priorities supported by indicators

Ease regulatory burden on business operations

The single-market strategy has only partly fulfilled its objective of fostering economic integration. Substantial barriers remain in service sectors, including impediments to cross-border establishment and the recognition of diplomas, and the lack of mutual recognition for business licenses.

Actions taken: An EU-wide system of protecting intellectual property rights has been adopted. A directive on services in the internal market to underpin the mutual recognition principle has been proposed.

Recommendations: Further reduce internal obstacles that hamper cross-border trade and market entry. Where mutual recognition proves problematic, adopt EU-wide standards. Liberalise fully the postal and railway sectors. Improve the EU-wide public procurement regime.

Raise competition in network industries

Despite the advanced liberalisation of network industries, competition is still undermined by dominant incumbent in some sectors. Price declines have become smaller, while new entrants no longer seem to gain market share from incumbents in some markets.

Actions taken: The Community framework for competition policy has been reformed, with the investigative powers of the Commission being strengthened and the role of national authorities in the enforcement process increased.

Recommendations: Focus competition policy on reaping the potential gains from liberalising network industries.

Reduce producer support to agriculture

Agricultural support under the Common Agriculture Policy (CAP) is distorting, keeping excess resources in low-productivity activities. The recent accession of 10 new member countries will put the CAP under strain.

Actions taken: Following the 2003 reform of the CAP, the composition of support will change substantially, but not the overall level. Support will be further de-coupled from production and made conditional on compliance with, *inter alia*, environmental and food safety standards. Even so, market price support will remain high.

Recommendations: Improve market access for non-EU countries. Move further away from production towards income support, and ensure that the recent agreement on a framework for continuing the Doha trade round – including notably the commitment to eliminate export subsidies – results in reforms.

Other key priorities

- Improve intra-European labour mobility by enhancing the portability of accrued pension rights and pension capital in occupational schemes as well as of other benefit entitlements.
- Fully implement the Financial Services Action Plan in order to foster economic integration. Ensure legal certainty for third-country securities issuers. Resist attempts to favour national champions.

EUROPEAN UNION

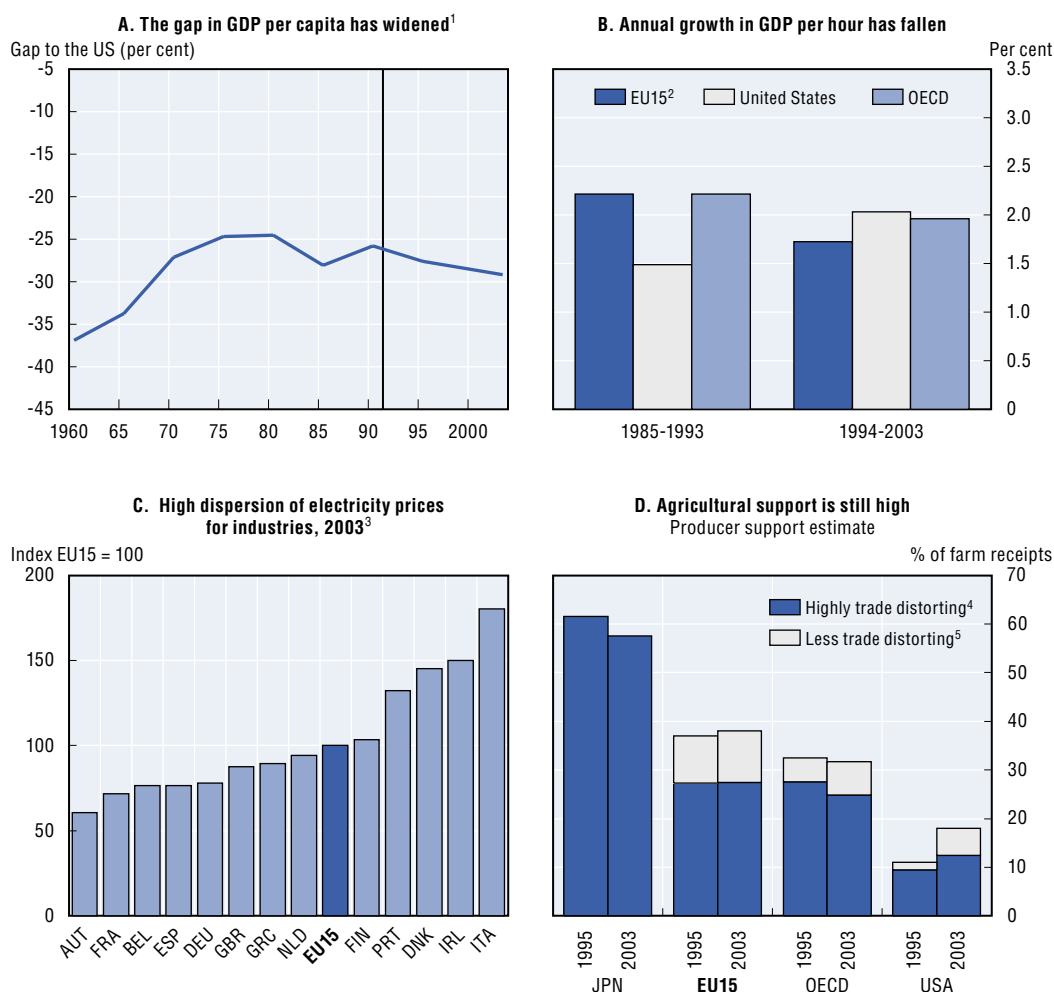
Structural indicators

	1990 ¹	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	1.8	1.6	1.8	1.7
Trend employment rate	63.0	63.6	65.3	66.4
Trend participation rate	68.5	69.2	70.8	71.8
Structural unemployment rate (NAIRU)	8.2	8.3	7.9	7.7

Note: The 15 European Union countries prior to the 2004 enlargement, excluding Luxembourg.

1. To avoid break in the series due to the reunification in Germany, 1992 is used instead of 1990.

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs). Break in series in 1991 due to reunification of Germany.
2. Excluding Austria and Luxembourg.
3. 2000 for Austria and Belgium, 2001 for Italy and the Netherlands, 2002 for Germany and Spain. EU15, excluding Luxembourg and Sweden.
4. Market price support and payments based on output and input use.
5. Payments based on area planted/animal numbers, historical entitlements and overall farm income.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Energy Prices and Taxes, 2004; Chart D: OECD, Producer and consumer support estimates database.

FINLAND

Growth performance has been impressive but largely driven by the ICT sector, while the performance in many others sectors has been poor. Structural unemployment remains high.

Priorities supported by indicators

Reduce the tax wedge on labour income

Average and marginal tax rates on labour income are among the highest in the OECD and pose a particular problem in combination with a compressed wage structure.

Actions taken: Tax rates on labour income have been steadily reduced over recent years, and the earned income tax allowance has been extended to benefit the low-paid in particular.

Recommendations: Continue to reduce high marginal tax rates on labour, not just for the low-paid but throughout the earnings distribution. If the fiscal room for action remains tight, then switch the tax burden from labour to property.

Reduce the use of early retirement pathways

The average age of retirement, particularly for men, is low due to extensive use of early retirement options, which also risks undermining improved incentives to work longer following reforms of old-age pensions.

Actions taken: The “unemployment pension” will be phased out from 2009, and one disability-related early retirement scheme will be abolished. The “unemployment pipeline”, whereby the elderly unemployed are eligible for benefits until they are entitled to pensions, will be shortened to begin from age 57 rather than 55.

Recommendations: Phase out the unemployment pension more quickly, abolish the “unemployment pipeline” altogether and instead subject the older unemployed to the same obligations as the rest of the unemployed. Tighten, rather than relax as currently planned, the medical criteria for the main disability pension scheme.

Reduce the scale of public ownership, especially raising private provision of publicly-funded services

The current level of state ownership is among the highest in the OECD and leads to weak competitive pressures in the sheltered sectors. Private-sector providers have still quite marginal role in publicly-funded services.

Actions taken: There have been some privatisation measures taken, but progress has slowed since 2000.

Recommendations: Separate more clearly the state’s ownership and regulatory roles. Pursue an extensive privatisation programme and ensure vertical separation in network industries. Increase the involvement of private-sector providers in publicly-funded services.

Other key priorities

- Promote greater flexibility in centralised wage determination (e.g. by allowing wages to reflect local labour market conditions) to prevent low-skilled service jobs from being further crowded out and to facilitate structural adjustment across sectors.
- Net replacement rates are among the highest in the OECD after long unemployment spells. Taper unemployment benefits with duration to encourage job search and reduce the unemployment trap.

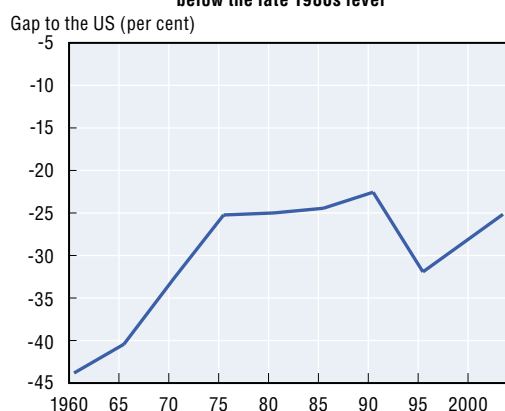
FINLAND

Structural indicators

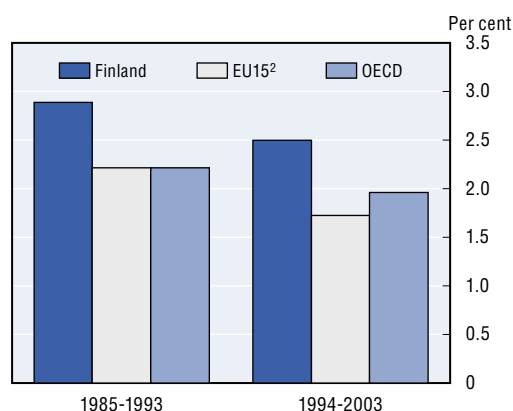
	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	1.9	1.3	2.7	2.1
Trend employment rate	71.6	67.5	67.3	68.1
Trend participation rate	75.2	74.4	74.6	74.5
Structural unemployment rate (NAIRU)	4.8	9.4	9.8	8.6

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

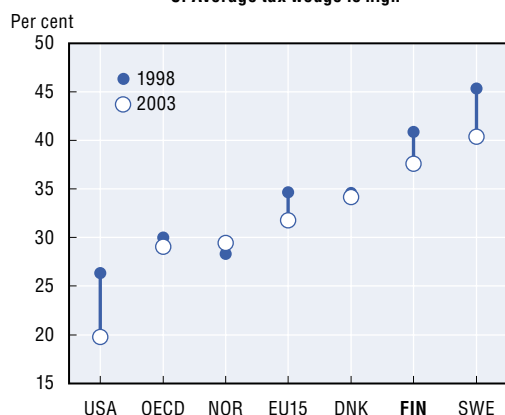
A. Relative GDP per capita is still below the late 1980s level¹



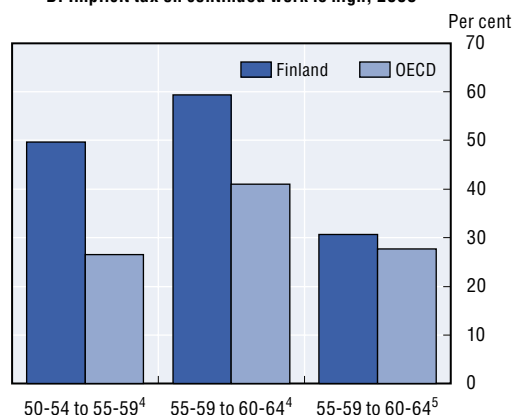
B. Annual growth in GDP per hour remains strong



C. Average tax wedge is high³



D. Implicit tax on continued work is high, 2003



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).
 2. Excluding Austria and Luxembourg.
 3. Direct tax wedge including employer's social security contributions for a couple with two children. Average of 3 family situations with earnings at 100% of average worker's earnings.
 4. Implicit tax embedded in early-retirement schemes on continued work from age 50-54 to age 55-59 and 55-59 to 60-64, respectively.
 5. Implicit tax embedded in old-age pension schemes on continued work from age 55-59 to age 60-64.
- Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Taxing Wages, 2003/2004; Chart D: Chapter 5 in this publication.

FRANCE

Despite improved employment rates, unemployment remains high. GDP per capita has not grown strongly enough to narrow the income gap vis-à-vis the United States.

Priorities supported by indicators

Reduce implicit tax on continued work at older ages

A low official retirement age, high implicit tax rates on working longer, state-funded early-retirement and extended unemployment-insurance (UI) programmes contribute to very low employment rates of older workers.

Actions taken: Retirement ages are being raised in line with life expectancy. Private-sector rules have been changed to increase the net income of those working beyond the official retirement age. Early-retirement programmes have been scaled back. Using the UI system as a form of early-retirement has been made more difficult.

Recommendations: Phase out special early-retirement schemes. Further tighten access to extended unemployment benefits. Increase the pension increments for longer contribution periods to actuarially fair levels.

Ease employment protection legislation

Rules governing large-scale layoffs, high statutory severance payments, restrictions on the use of fixed-term contracts and limitations on working time raise both labour and layoff costs, thereby reducing hiring.

Actions taken: The temporary suspension of legislation significantly tightening employment protection was extended for a further year.

Recommendations: Rules designed to restrict the use of fixed-term contracts should be relaxed and regulations concerning “social plans” (mass layoffs) amended. Limit the role of the judiciary system to intractable cases.

Reduce minimum cost of labour

Compared with other OECD countries, the minimum labour cost is high relative to the average cost, lowering demand for labour, especially for certain groups such as young and low-skilled workers.

Actions taken: Large cuts in social contributions for low-paid workers during recent years succeeded in markedly reducing the relative minimum labour cost, but this trend has slowed as the minimum wage increased (and is set to increase in 2005) with the harmonisation of the various legal minima that were generated by the legislation on the 35 hours week.

Recommendations: Limit future increases in the minimum wage so as to allow the relative minimum labour cost to decline further. Expand on-the-job training opportunities at less than the minimum wage.

Other key priorities

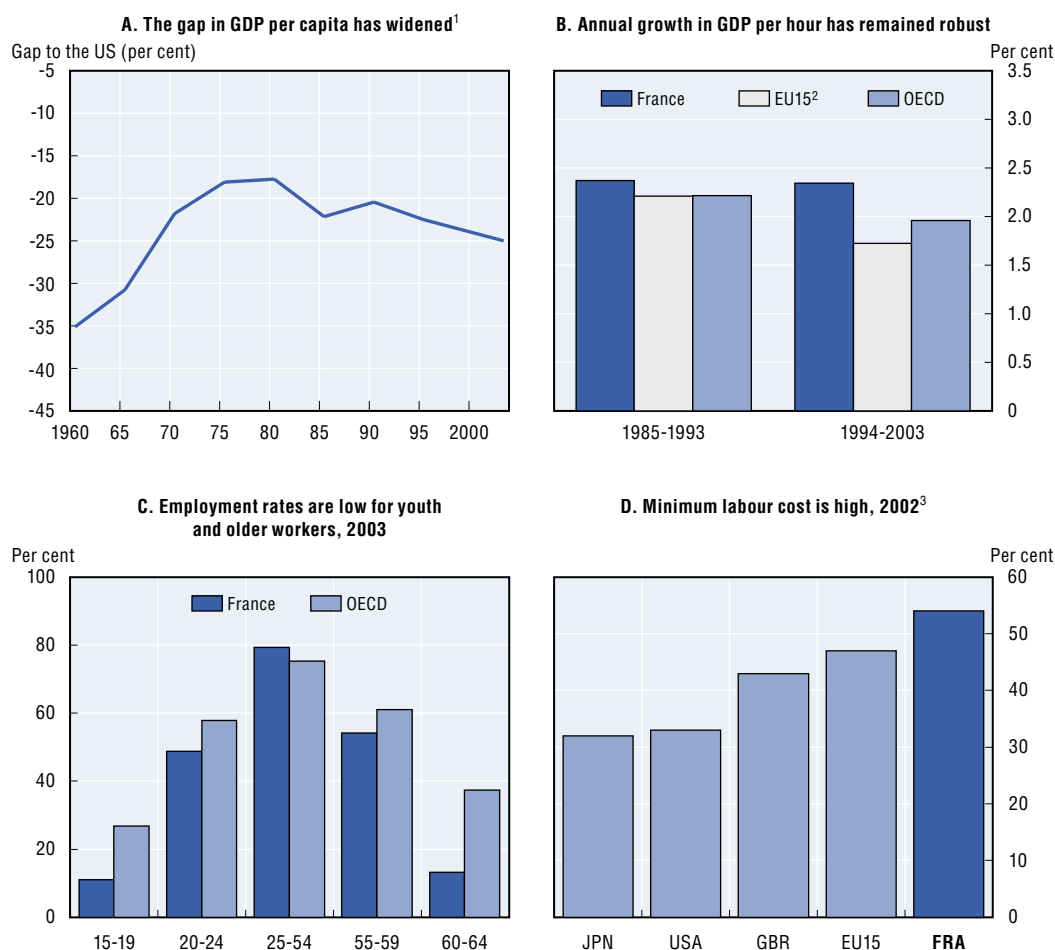
- Reduce barriers to entry in network industries that contribute to higher prices and limit choice. Introduce competition in rail transport and secure non-discriminatory third-party access in telecommunications and air transport.
- Ease the regulatory environment by simplifying the compulsory social security system, replacing the administrative approval of retail outlet locations with zoning requirements and scaling back pricing rules in place between producers and retailers.

FRANCE

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	1.4	1.4	1.9	1.6
Trend employment rate	60.5	60.7	63.0	63.5
Trend participation rate	66.7	67.8	69.4	69.8
Structural unemployment rate (NAIRU)	9.3	10.4	9.2	9.1

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Minimum labour cost as a percentage of labour cost of average worker.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Labour Force Statistics, 2004; Chart D: OECD Employment Outlook, 2004 and OECD Taxing Wages, 2004.

GERMANY

For more than ten years economic growth in Germany has been weak, resulting in a widening of the gap in GDP per capita vis-à-vis the United States and several EU countries.

Priorities supported by indicators

Reduce average tax wedge on labour income

Because of high social charges, Germany's tax wedge on labour income is in the upper range among OECD countries and the rise in ageing-related pension and social expenditures will put further upward pressures.

Actions taken: Personal income taxes have been lowered. Pension contribution rates have been temporarily stabilised by raising ecological taxes. Cost containment measures have been introduced in the public pension and health care systems with a view to reduce contribution rates.

Recommendations: Create room for statutory income tax rate cuts by reducing tax expenditures. Create room for reductions in social charges by better targeting unemployment-related transfers, making the pension system more actuarially fair and widening the scope for selective contracting (between insurers and providers) and managed care in the health care system.

Further liberalise professional services

Providers of professional services are subject to fee schedules of professional associations – some of them legally binding – that limit competition. Contributions to enterprise associations (chambers) are compulsory.

Actions taken: Compulsory contributions to associations have been waived for new businesses for the first four years.

Recommendations: Binding fee schedules for architects and engineers should be eliminated and deregulation in other professions should be considered. Compulsory contributions to associations should be phased out.

Improve secondary education achievements

While spending per student in upper-secondary education exceeds the OECD average, educational outcomes are relatively poor. Students' average competence levels differ significantly across the Länder, which are responsible for public education. Nation-wide educational standards are mostly lacking.

Actions taken: Investment in schooling infrastructure is being co-financed by the federal government. Nation-wide educational standards have been agreed by the Länder in some fields. Language training for students with immigrant background is being stepped up.

Recommendations: Set nation-wide standards for educational attainment and regularly monitor adherence to them. Give schools more freedom in determining their own programmes on how to improve learning outcomes. Link public funding of schools to educational outcomes.

Other key priorities

- Reduce disincentives to work at older ages. Abolish preferential benefit eligibility conditions for older workers and cut subsidies for working time reductions of this group.
- Increase competition in government procurement. Widen publication of contracts, simplify rules across the Länder and eliminate the role of business associations in setting these rules.

GERMANY

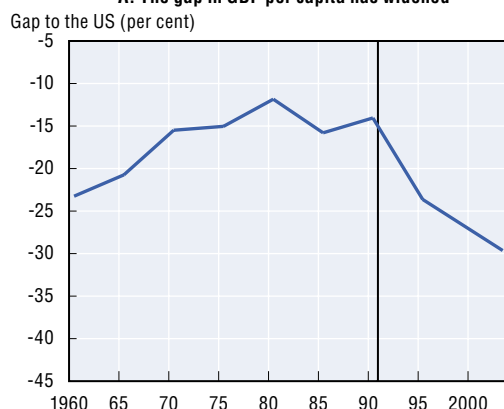
Structural indicators

	1992 ¹	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	2.2	0.9	0.9	1.4
Trend employment rate	67.7	68.8	69.4	70.2
Trend participation rate	72.5	73.5	75.2	76.0
Structural unemployment rate (NAIRU)	6.5	6.4	7.6	7.7

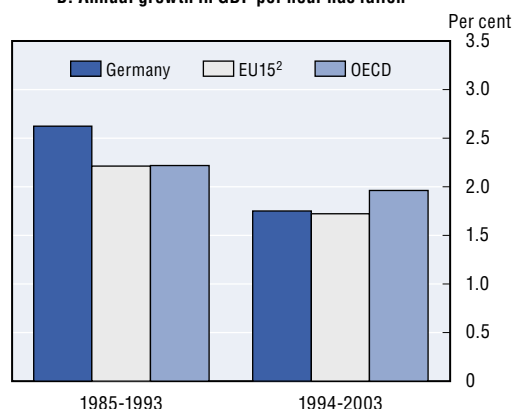
1. To avoid break in the series due to the reunification in Germany, 1992 is used instead of 1990.

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

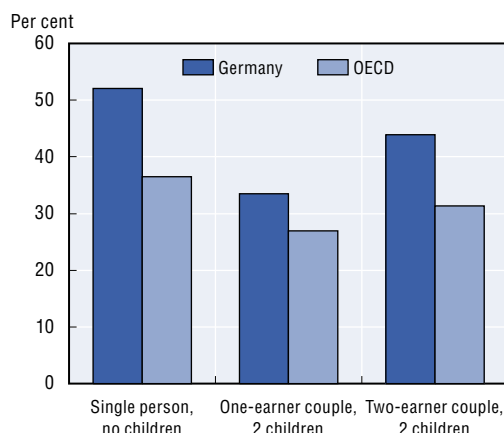
A. The gap in GDP per capita has widened¹



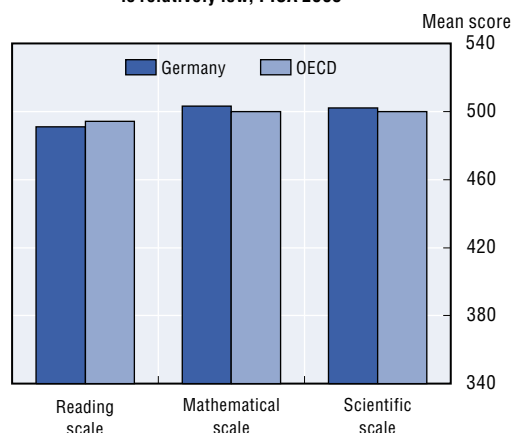
B. Annual growth in GDP per hour has fallen



C. Average tax wedges are high, 2003³



D. Educational achievement of 15 year-olds is relatively low, PISA 2003



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs). Break in the series in 1991.

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Income tax plus employee and employer social security contributions less cash benefits as a percentage of labour costs, using average worker's earnings for the primary earner, 67% of this wage for secondary earner.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Taxing Wages, 2003/2004; Chart D: OECD Learning for Tomorrow's World, PISA 2003.

GREECE

Despite brisk growth in the past decade, a large gap in GDP per capita remains vis-à-vis the leading EU countries. Labour productivity has accelerated sharply, but the increase in employment rates has been small.

Priorities supported by indicators

Ease employment protection legislation

Employment protection legislation is among the strictest in the OECD, and this may have contributed to low labour turnover and to persistently high unemployment rates for women and youth.

Actions taken: The rule which allowed collective dismissals of only 2 per cent of the workforce per month for medium-sized firms has been abolished. Provisions for smaller firms have been tightened.

Recommendations: High severance costs for white-collar workers should be brought more in line with those for blue-collar workers. Ensure no discrimination against part-time employment.

Reduce barriers to entry in network industries

Despite progress in privatisation, the government has retained a large stake in major public utilities. The liberalisation of key network industries is advancing at a slow pace.

Actions taken: A large number of public enterprises have been privatised in recent years, and entry barriers in the markets for fixed telephony, electricity and domestic sea transport have been reduced.

Recommendations: The opening up to competition of the electricity and other key sectors should be accelerated. The powers and responsibilities of the Competition Committee and the sectoral regulators should be enhanced. The Competition Committee should be adequately staffed and funded.

Reduce administrative burdens on start-ups

By international comparison, self-employment rates are high but enterprise creation rates are low, suggesting substantial barriers to entrepreneurship.

Actions taken: Registration and licensing procedures for new businesses have been simplified and one-stop shops for potential investors or entrepreneurs established.

Recommendations: Bureaucratic requirements for start-ups should be reduced significantly further and flanked by reforms to labour and bankruptcy legislation.

Other key priorities

- Further simplify the tax system to reduce compliance costs and encourage investment activity.
- Reduce disincentives for continued work for people in arduous jobs and link pensions to lifetime earnings. Implement stricter eligibility criteria for early retirement schemes.

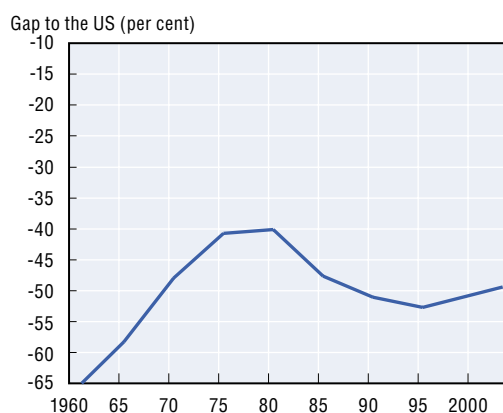
GREECE

Structural indicators

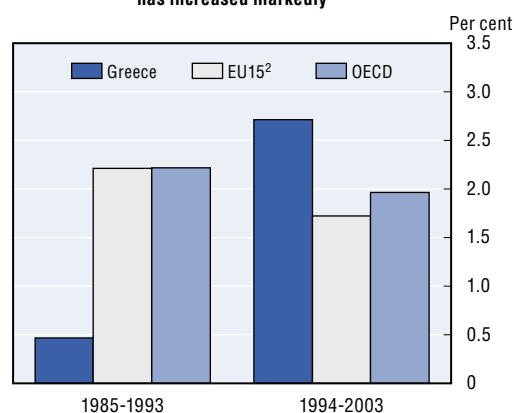
	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	1.2	1.6	1.0	3.7
Trend employment rate	56.1	56.0	56.4	57.5
Trend participation rate	60.6	61.6	63.2	64.3
Structural unemployment rate (NAIRU)	7.4	9.2	10.8	10.5

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

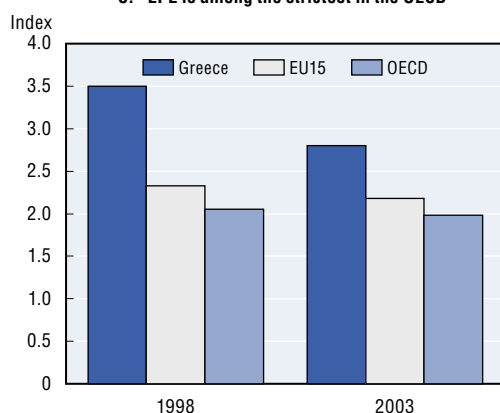
A. Divergence in GDP per capita has halted¹



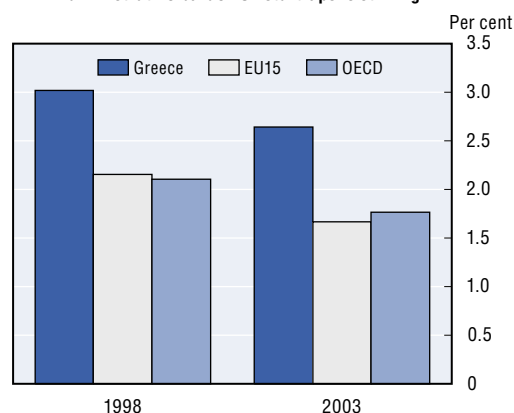
B. Annual growth in GDP per hour has increased markedly



C. EPL is among the strictest in the OECD³



D. Administrative burden on start-ups is still high³



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Index scale of 0-6 from least to most restrictive.

Source: Charts A and B: *National Accounts of OECD Countries*, 2004; *OECD Labour Force Statistics*, 2004; *OECD Economic Outlook*, No. 76; Chart C: *OECD Employment Outlook*, 2004; Chart D: *OECD Regulation database*.

HUNGARY

GDP growth has been brisk in recent years, but registered labour force participation and employment rates remain low despite having risen rapidly relative to other countries.

Priorities supported by indicators

Reduce state control on the operations of network industries

After years of transition to a market-based economy, the key issues with respect to state control relate principally to regulations of the operations of network industries.

Actions taken: The authorities have begun deregulating prices in retail gas and electricity markets and have a schedule for complete liberalisation.

Recommendations: The price liberalisation schedule needs to be followed, and preferably brought forward, and the government's role in setting network access charges reduced. This would be helped by greater independence accorded to industry regulators.

Reduce the tax wedge for low-income workers

A high tax wedge for low-income workers is contributing to a relatively low recorded employment rate and reportedly high levels of grey-sector activity.

Actions taken: The abolition of the fixed health-care insurance contribution has helped to bring down the cost of employing low-wage workers.

Recommendations: While the need for fiscal consolidation constrains the options to cut taxes, lowering the tax wedge on low earnings should be given some priority, not least to reduce underground activity.

Reduce administrative burdens on start-ups

Both the number of administrative procedures and time taken to complete them is burdensome, particularly for the self-employed, and this is hindering the development of a more dynamic enterprise sector.

Actions taken: The new streamlined tax system for small-and-medium enterprises makes setting-up a business more attractive and the credit facility system (Szechenyi card) simplifies their access to financial support.

Recommendations: The authorities should implement their plans to introduce on-line registration and standardised documents, cut fees for business registration and simplify legal procedures for setting up a business.

Other key priorities

- Further reform of the disability benefit scheme is needed to increase work incentives.
- Further downsizing of the housing-loan subsidy scheme is required, not only for budgetary reasons, but also to reduce distortions in housing markets and increase labour mobility.

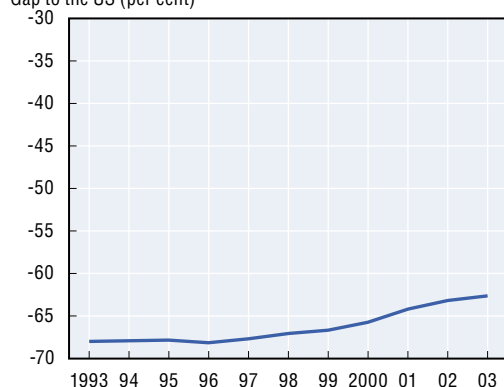
HUNGARY

Structural indicators

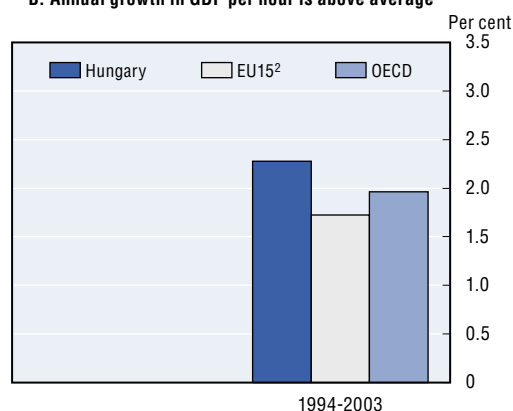
	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	..	..	4.4	4.1
Trend employment rate	..	..	54.6	54.1
Trend participation rate	..	..	58.4	58.1
Structural unemployment rate (NAIRU)	..	..	..	..

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

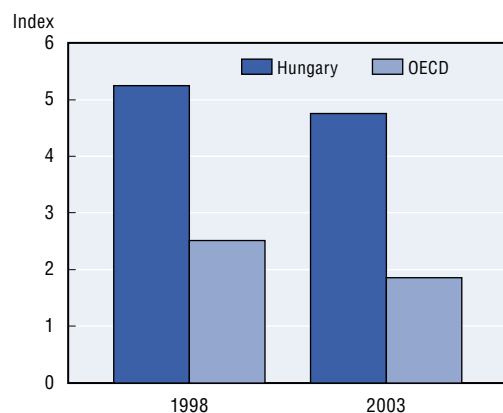
A. Convergence in GDP per capita is a long way off¹
Gap to the US (per cent)



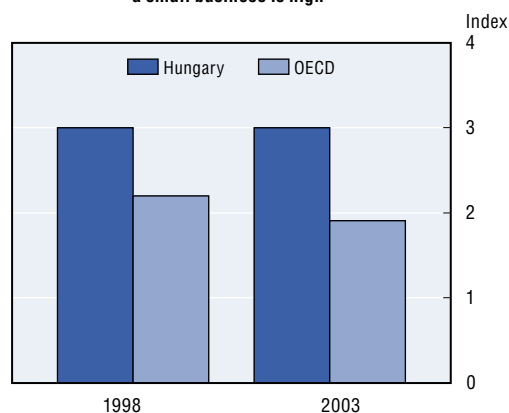
B. Annual growth in GDP per hour is above average



C. State control over business enterprises remains high³



D. Administrative burden to set up a small business is high³



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Index scale of 0-6 from least to most restrictive.

Source: Charts A and B: *National Accounts of OECD Countries*, 2004; *OECD Labour Force Statistics*, 2004; *OECD Economic Outlook*, No. 76; Charts C and D: *OECD Regulation database*.

ICELAND

Economic performance has improved significantly since the mid-1990s, allowing Iceland to narrow its income gap vis-à-vis the United States. However, the labour productivity gap remains large.

Priorities supported by indicators

Lower barriers to entry for domestic and foreign firms

Despite market liberalisation since Iceland joined the European Economic Area (EEA) in 1994, relatively high barriers to the entry of domestic and foreign firms remain in some sectors, *e.g.* energy and fisheries.

Actions taken: The sale of the government's stake in Iceland Telecom has resumed after being halted in 2002 due to adverse market conditions. The authorities do not intend to privatise the major national electricity company.

Recommendations: Open the energy and fisheries sectors further, including to the entry of foreign firms, so as to raise productivity and discourage anti-competitive behaviour by dominant firms.

Reduce producer support to agriculture

Support to agricultural producers is still more than twice the OECD average, and the prices they receive are almost three times those in the world market. This entails a heavy burden for consumers and taxpayers alike, while maintaining excess resources in low-productivity activities.

Actions taken: There has been little policy change since the postponement of the abolition of remaining administered prices for dairy products by three years to mid-2004, and then to 2012.

Recommendations: Renewed efforts to reduce agricultural support – especially in those forms that distort production incentives – are needed. Eliminate heavily binding protective quotas and burdensome tariffs so as to ease consumer prices.

Improve access to, and graduation rates from, upper-secondary education

Around 40 per cent of the working-age population has not more than lower secondary education, and even among young people educational attainment is still well below the OECD average.

Actions taken: Over the past decade or so the authorities have given priority to spending on education, which has as a result moved well above the OECD average relative to GDP.

Recommendations: While maintaining high levels of educational spending, in particular on pre-tertiary education, focus on quality and cost efficiency, *e.g.* by increasing class size somewhat, as it is currently relatively low. Ensure that the wage formation process encourages skills development.

Other key priorities

- Accelerate performance measurement and management in the public sector by integrating it in the budget process, in order to enhance efficiency and curb expenditure creep.
- Reduce government backing of bonds issued by the Housing Finance Fund, which distorts investment choice between housing and other assets.

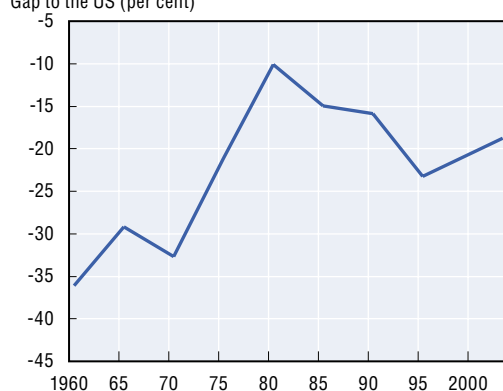
ICELAND

Structural indicators

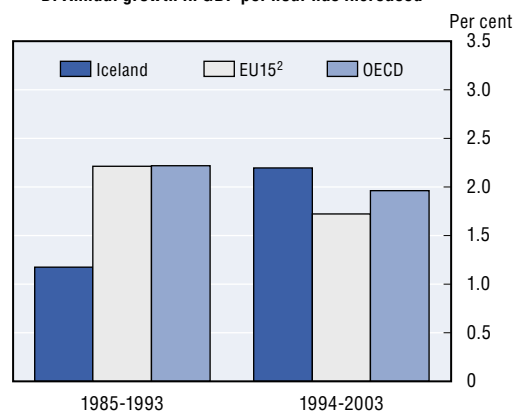
	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	0.8	0.9	2.9	2.0
Trend employment rate	85.1	83.1	84.3	84.3
Trend participation rate	86.7	86.7	86.7	86.7
Structural unemployment rate (NAIRU)	1.8	4.1	2.8	2.8

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

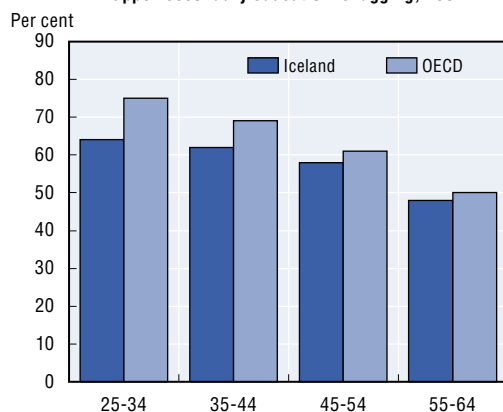
A. Convergence in GDP per capita has resumed¹
Gap to the US (per cent)



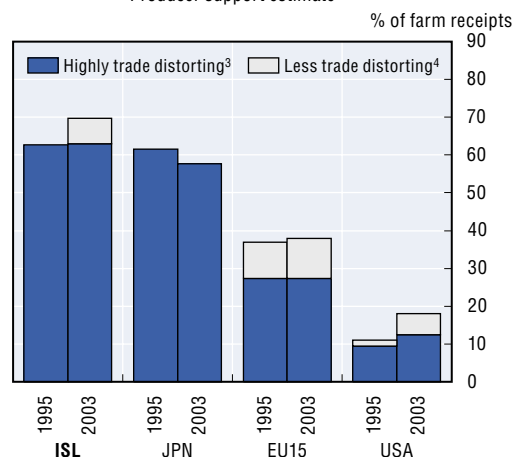
B. Annual growth in GDP per hour has increased



C. The proportion of the population with at least upper-secondary education is lagging, 2002
Per cent



D. Agricultural support is high
Producer support estimate



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Market price support and payments based on output and input use.

4. Payments based on area planted/animal numbers, historical entitlements and overall farm income.

Source: Charts A and B: *National Accounts of OECD Countries*, 2004; *OECD Labour Force Statistics*, 2004; *OECD Economic Outlook*, No. 76; Chart C: *OECD Education at a Glance*, 2004; Chart D: OECD, Producer and consumer support estimates database.

IRELAND

With the fastest growth rate of GDP per capita in OECD countries over the past decade, Ireland has largely caught-up with leading countries in terms of productivity and, to a lesser extent, income levels.

Priorities supported by indicators

Strengthen work incentives for second earners

The rapid pace of economic growth over the past decade has been underpinned by a substantial increase in labour force participation. However, growth in female participation needs to be encouraged further to respond to continued strong growth in the demand for labour.

Actions taken: A change in the personal income tax system has reduced the effective marginal tax rates for second earners closer to the low rates applied for primary earners. The National Employment Action Plan foresees significant investment in childcare structures to reduce the relatively high childcare costs.

Recommendations: Strengthen work incentives further, especially for those seeking part-time work and lower-skilled second earners, through a non-wastable tax credit for childcare.

Ease the regulatory burden on business operations

Neglect of regulatory policy has resulted in a framework that burdens business and constrains the degree of competition. Improving the regulatory framework and establishing a better mix of regulatory policies, tools and institutions will enhance transparency and lower the regulatory burden on business operations.

Actions taken: The government has issued a *White Paper on Better Regulation*, aiming for a regulatory system that abides by the OECD guidelines on better regulation.

Recommendations: Implement swiftly the regulatory framework proposed in the *White Paper on Better Regulation*.

Further liberalise non-manufacturing sectors

Transportation, electricity, retail distribution, professions and, to some extent, telecommunications suffer from unnecessary regulations, including barriers to entry, price controls and other rules limiting business operations that show up in high prices.

Actions taken: Some restrictions to entry have been removed, for example for retail pharmacies. Liberalisation of utilities has started, in line with the EU agenda.

Recommendations: Pursue liberalisation of network industries, by ensuring that incumbents do not engage in business practices that prevent newcomers from entering the market. Eliminate anti-competitive devices in retail distribution, such as the “Groceries order” and the “Retail planning guidelines”, and abolish other price controls. Pursue efforts to open professional services to foreign-trained professionals.

Other key priorities

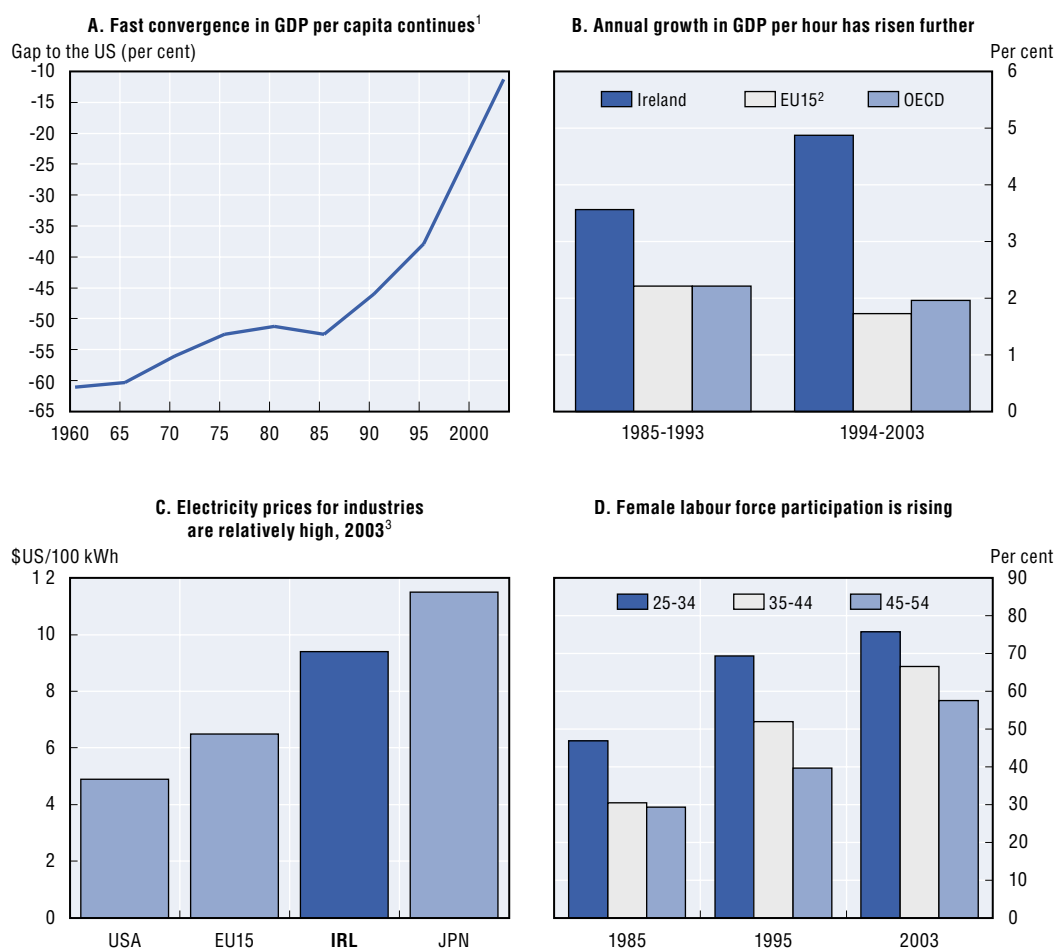
- Phase out tax deductibility of mortgage interest payments. Avoid frequent changes in stamp duties, which lead to undue volatility in house prices.
- Improve the enforcement system for competition. Give the competition authorities more enforcement power and the possibility of imposing sanctions, such as fines.

IRELAND

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	4.8	6.6	6.4	3.8
Trend employment rate	54.2	57.9	63.7	65.8
Trend participation rate	63.3	65.2	68.2	69.8
Structural unemployment rate (NAIRU)	14.4	11.1	6.6	5.7

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. 2002 for Japan and the EU15. EU15 excluding Luxembourg and Sweden.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Energy Prices and Taxes, 2004; Chart D: OECD Labour Force Statistics, 2004.

ITALY

Since the mid-1990s, labour productivity has slowed. The employment rate has risen but remains one of the lowest in OECD.

Priorities supported by indicators

Reduce public ownership

Despite divestitures, the state still holds controlling interest or “golden shares” in key industries, notably energy, transportation and telecommunications. Most utilities at local levels remain under public ownership.

Actions taken: The state tobacco company was recently privatised, 26.6 per cent of the electricity incumbent sold, and golden shares are under review. However, the tendering obligation for public local service providers has been relaxed.

Recommendations: Accelerate privatisation of public companies. Replace golden shares in companies with arm’s length regulation to address national security concerns. Increase reliance on competition and market signals in provision of public local services.

Improve access to, and graduation from, upper-secondary and tertiary education

The share of the working-age population with at least upper-secondary education is significantly lower than the OECD average. The drop-out rate from tertiary education is especially high.

Actions taken: School reforms now underway increase compulsory schooling by 2 years and introduce a new vocational track. Central funding to universities is increasingly linked to academic performance, but teachers’ hiring is to be re-centralised.

Recommendations: At the tertiary level, rapidly implement the vocational track and relate teachers’ career advancement to their performance. Introduce a system of co-payments and loans with income-contingent re-payments. Decentralise further universities’ financing and management, and allow professional managers to run such establishments.

Reduce tax wedge on labour income

A high tax wedge on labour reflects very high pension contribution rates along with moderately progressive personal income tax rates. This inhibits employment in the formal sector.

Actions taken: Personal income taxes have been reduced across the board, both by reducing tax rates and expanding personal and family-dependant tax allowances. Around 800 000 illegal immigrants have been brought into the tax/social security net, and other tax amnesties implemented.

Recommendations: Reduce tax rates, in particular applied to lower-middle earning levels to boost employment. Strengthen tax enforcement, discontinue tax amnesties, and expand further deductions for wage costs in the business value added tax (IRAP).

Other key priorities

- Corporate control reforms should focus on strengthening independent directors and minority shareholder rights. The bankruptcy law should be reformed by strengthening creditor rights and reducing borrower penalties in case of insolvency.
- The public sector should take a lead in decentralising wage bargaining arrangements, taking into account regional differences in both productivity and cost of living.

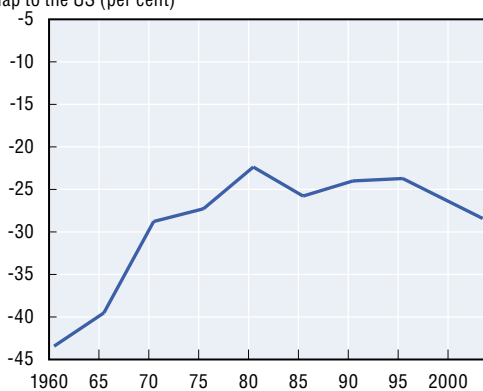
ITALY

Structural indicators

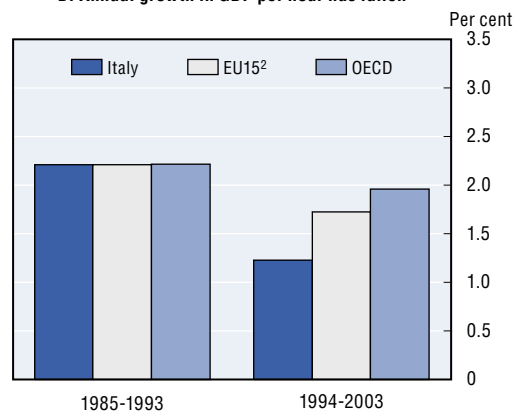
	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	2.5	1.2	1.3	1.3
Trend employment rate	54.7	53.3	54.2	55.8
Trend participation rate	59.5	58.9	60.2	61.5
Structural unemployment rate (NAIRU)	8.1	9.6	9.9	9.3

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

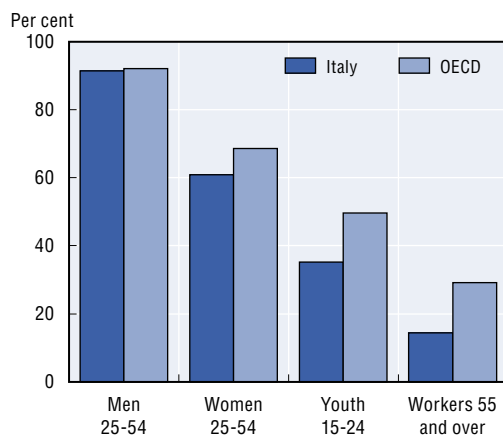
A. Convergence in GDP per capita has reversed¹
Gap to the US (per cent)



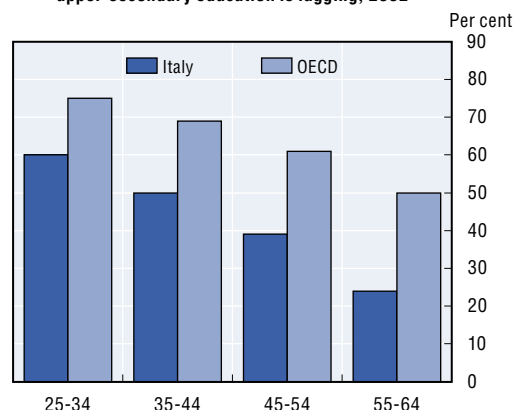
B. Annual growth in GDP per hour has fallen



C. Participation rates are low for certain groups, 2003



D. The proportion of the population with at least upper-secondary education is lagging, 2002



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

Source: Charts A and B: *National Accounts of OECD Countries*, 2004; *OECD Labour Force Statistics*, 2004; *OECD Economic Outlook*, No. 76; Chart C: *OECD Labour Force Statistics*, 2004; Chart D: *OECD Education at a Glance*, 2004.

JAPAN

Labour productivity decelerated during Japan's decade of economic stagnation, thus widening the income gap with the leading OECD countries.

Priorities supported by indicators

Further liberalise services

Prices of services are relatively high, reflecting insufficiently strong enforcement of competition law, overly prescriptive regulations and inadequate regulatory frameworks in network industries, including electricity.

Actions taken: The resources of the Fair Trade Commission have been increased and its independence strengthened. Joint-stock companies have been allowed to enter the health and education sectors in “special zones for structural reform”. Compulsory fee-setting by professional associations is being phased out.

Recommendations: Further strengthen enforcement of competition law and impose heavier sanctions. Extend the reform zones nation-wide. Promote competition in network industries by such measures as setting a non-discriminatory interconnection framework, unbundling vertically integrated activities and creating independent regulatory bodies.

Reduce producer support to agriculture

Support for agricultural producers represents 59 per cent of total farm receipts, nearly double the OECD average, boosting farm income but maintaining excess resources in low-productivity activities.

Actions taken: Total support to agriculture has been cut from 2.3 per cent of GDP in 1986-88 to 1.4 per cent in 2001-03 as the agricultural sector has contracted. Measures to deregulate rice distribution have been introduced.

Recommendations: Further reduce the level of support to agriculture, while shifting its composition from market price support to direct payments, which cause less distortion of trade and production. Allow the entry of joint-stock companies into agriculture, which was recently permitted in some special zones, on a nation-wide basis.

Ease employment protection

The broad definition of unfair dismissal by courts has made the requirement for dismissal less transparent and this could have discouraged the hiring of regular workers. Also, the difference in the strictness of regulation between regular and non-regular workers is one of the factors contributing to the rise in the share of non-regular workers, raising both efficiency and equity concerns.

Actions taken: The requirements for dismissals have been elaborated in labour law, thus enhancing transparency.

Recommendations: To reduce dualism in the labour market and facilitate restructuring of the corporate and financial sectors, a comprehensive approach should be adopted, including a reduction of employment protection for regular workers.

Other key priorities

- Reform the financial sector by resolving the non-performing loan problem, requiring banks to strengthen their capital base and scaling back the role of public financial institutions.
- Remove impediments to foreign direct investment in Japan, currently receiving the lowest inflow in the OECD area, by implementing the action plan aimed at doubling the stock of FDI over five years.

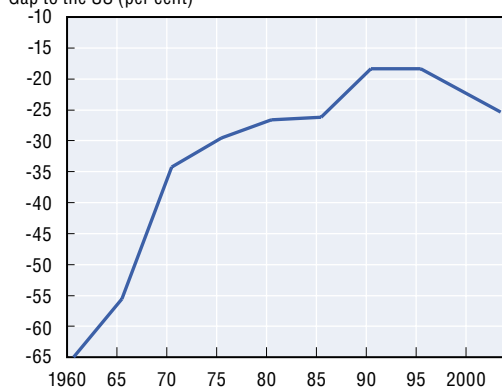
JAPAN

Structural indicators

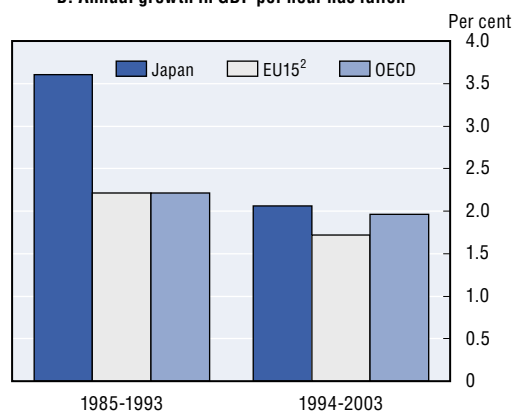
	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	2.8	1.4	1.3	1.4
Trend employment rate	72.3	73.9	74.7	75.1
Trend participation rate	74.4	76.2	77.6	78.1
Structural unemployment rate (NAIRU)	2.8	3.0	3.6	3.9

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

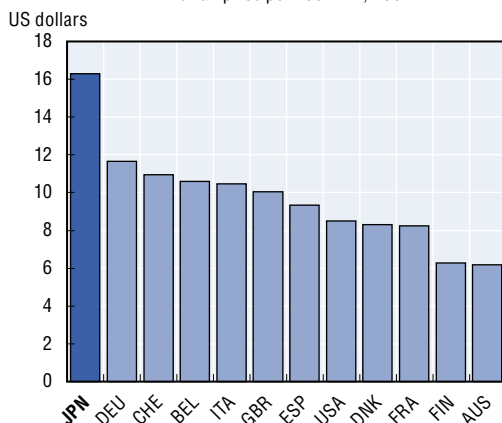
A. Convergence in GDP per capita reversed in the 1990s¹
Gap to the US (per cent)



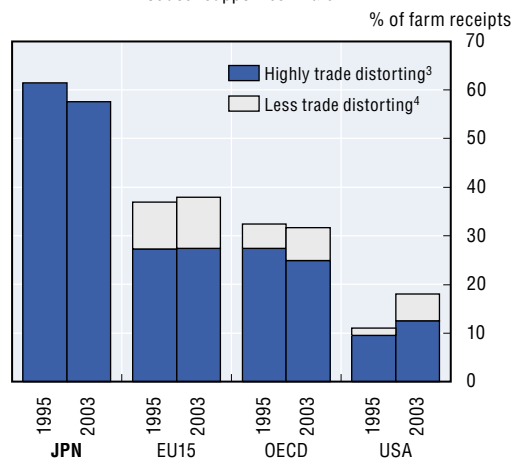
B. Annual growth in GDP per hour has fallen



C. Electricity prices for households are high
Pre-tax price per 100 kWh, 2002



D. Agricultural support is high
Producer support estimate



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Market price support and payments based on output and input use.

4. Payments based on area planted/animal numbers, historical entitlements and overall farm income.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Energy Prices and Taxes, 2004; Chart D: OECD, Producer and consumer support estimates database.

KOREA

With growth rates of labour productivity and GDP per capita remaining well above most other OECD countries, Korea has continued to narrow its substantial income gap relative to the average OECD level.

Priorities supported by indicators

Ease employment protection for regular workers

Although collective dismissals of regular workers for economic reasons have been allowed since 1998, this reform has failed to promote flexibility in practice, given the constraints imposed on management.

Actions taken: An expert committee has recommended some easing of the conditions on collective dismissals.

Recommendations: The conditions on collective dismissals should be relaxed in order to reverse the growing proportion of non-regular workers in the labour force, which creates equity and efficiency concerns. This should be accompanied by further development of the social safety net, particularly unemployment insurance.

Reduce producer support to agriculture

Support for agricultural producers represents 60 per cent of total farm receipts, nearly double the OECD average. This creates distortions, keeping excess resources in low-productivity activities.

Actions taken: Rice imports have risen from 1 to 4 per cent of domestic consumption over the past decade, while overall support has fallen by 13 per cent. Direct payments to farmers have risen to 9 per cent of total support.

Recommendations: Further shift the composition of assistance from market price support to direct payments, and reduce the overall level. Eliminate remaining restrictions on farm size, so as to raise productivity.

Further liberalise services

Labour productivity in services is only about 60 per cent of that in manufacturing, one of the largest gaps in the OECD area, reflecting weaker competition, due to higher entry barriers and tighter regulation. Network industries are subject to control by government ministries rather than independent regulators.

Actions taken: The government has launched restructuring plans to introduce competition in the electricity and natural gas sectors. Collusion in fee-setting has been made illegal in nine professional service sectors, while a reform of 152 trade associations has been launched by the Fair Trade Commission.

Recommendations: Accelerate the restructuring of network industries and establish independent regulators to promote competition. Simplify procedures for opening large retail stores. Extend the prohibition on collusion in fee-setting to all professional services. Improve the interconnection framework in telecommunications.

Other key priorities

- Remove ownership, procedural and regulatory barriers to foreign direct investment, which is currently relatively low. Extend the incentives offered in the three Free Economic Zones to the rest of the country.
- Improve the functioning of the financial sector by completing the privatisation of banks, resolving the instability in the non-bank sector, notably the credit card companies, the investment trust companies and the fixed-income sector, and by shifting to a more pre-emptive approach to financial supervision to deal with emerging risks in this sector.

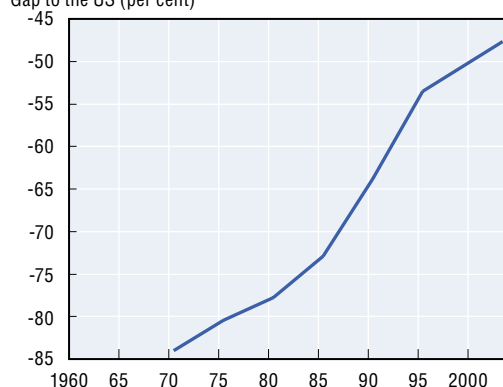
KOREA

Structural indicators

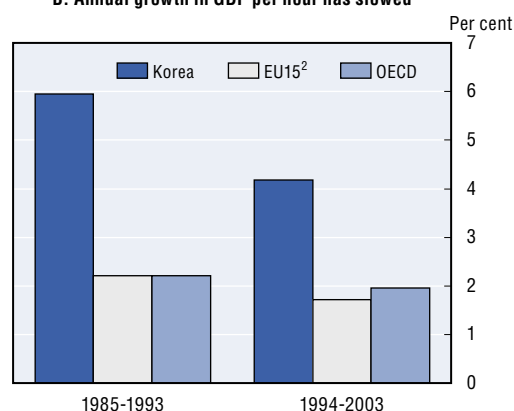
	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	6.7	5.3	3.7	3.6
Trend employment rate	60.4	62.7	63.4	64.5
Trend participation rate	62.3	64.4	66.2	67.1
Structural unemployment rate (NAIRU)	3.0	2.6	4.2	3.8

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

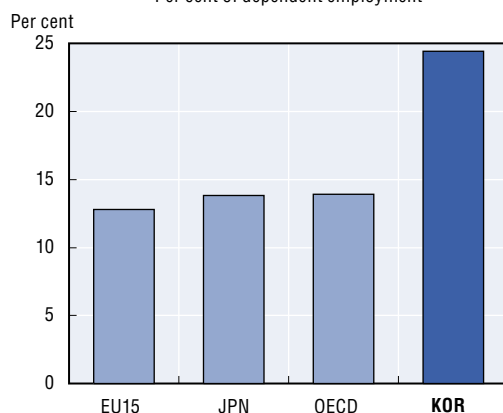
A. Convergence in GDP per capita continues¹
Gap to the US (per cent)



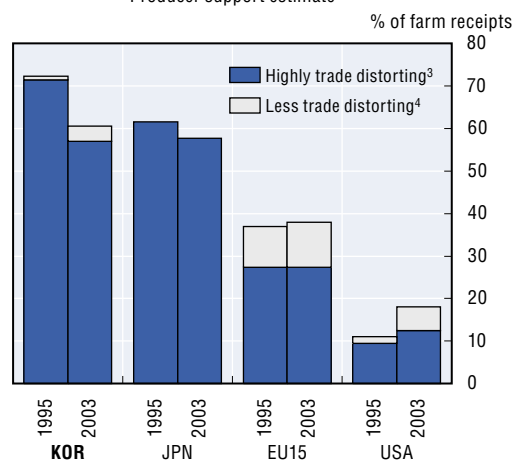
B. Annual growth in GDP per hour has slowed



C. The share of temporary workers is very high, 2003
Per cent of dependent employment



D. Support for agriculture remains high
Producer support estimate



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Market price support and payments based on output and input use.

4. Payments based on area planted/animal numbers, historical entitlements and overall farm income.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Economic Survey, Korea 2004 and OECD Labour Force Statistics, 2004; Chart D: OECD, Producer and consumer support estimates database.

LUXEMBOURG

Despite a deceleration in GDP per capita in recent years, Luxembourg maintains one of the highest income levels in OECD countries. Employment rates remain relatively low.

Priorities supported by indicators

Reduce implicit tax on continued work at older ages

Disability pension and pre- and early-retirement pensions provide attractive routes to early retirement, resulting in a low average age of withdrawal from the labour market.

Actions taken: Access to general disability pensions has been tightened, and a new redeployment procedure for the partially disabled has been established. However, early retirement and old-age pension replacement rates have been increased.

Recommendations: Early retirement pension should be reduced on an actuarially fair basis in relation to a pension taken at the standard retirement age, the imputation of years of service should be more restricted, and subsidies for pre-retirement pensions should be terminated.

Reduce disincentives in the income support system for the unemployed

High replacement rates of unemployment benefits and social assistance, and the unlimited duration of the latter, increase the probability that adverse shocks result in increases in structural unemployment.

Actions taken: No actions have been taken in recent years.

Recommendations: The government should lower replacement rates and reduce the withdrawal rate for social assistance as recipients' incomes rise in order to avoid unemployment and poverty traps.

Raise achievement in primary and secondary education

Achievement of Luxembourg students is low, and the gap between nationals and immigrants is large. This performance can partly be attributed to the multi-lingual approach to education. Low achievement and consequently low enrolment in higher education undermines labour-market and productivity performance.

Actions taken: Vocational education is being reformed to enable children to do their studies in one language (French or German) without having to achieve a high level of competence in the other language.

Recommendations: The government should ensure that programmes are available for learning to read and write in either German or French, focus more on core subjects, provide more help to weaker students in primary education, define performance standards nationally, and increase school autonomy and accountability.

Other key priorities

- There is scope to raise public-sector efficiency by making more use of cost-benefit and cost-effectiveness analyses, further expanding the role of e-government, increasing managerial independence and accountability, and via administrative simplification.
- The government should reduce barriers to competition in broadband services by imposing lower access charges to the local loop and by restricting the scope for the incumbent telecom's company to cross-subsidise other activities.

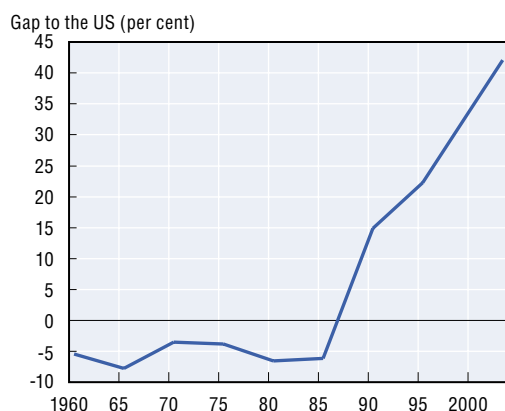
LUXEMBOURG

Structural indicators

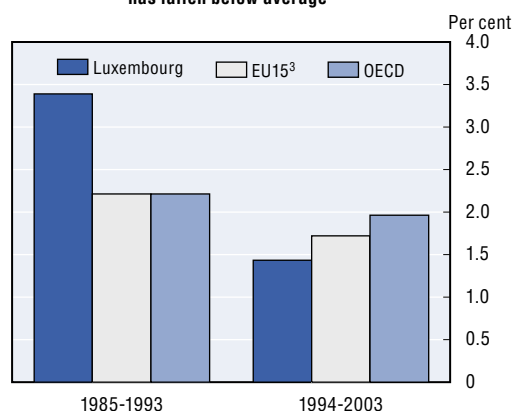
	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	4.3	3.2	3.6	2.4
Trend employment rate	60.0	60.3	60.8	61.7
Trend participation rate	60.9	61.4	62.4	63.6
Structural unemployment rate (NAIRU)	..	..	..	..

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

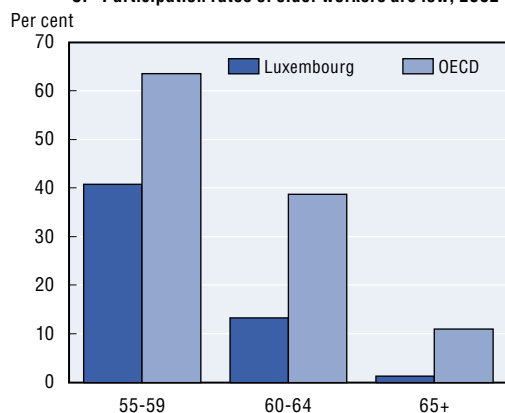
A. Relative GDP per capita continues to rise¹



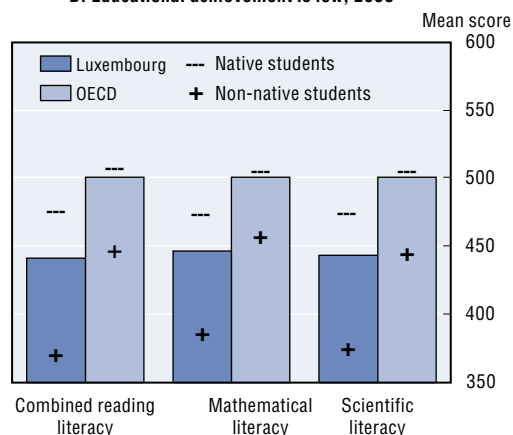
B. Annual growth in GDP per hour has fallen below average²



C. Participation rates of older workers are low, 2002



D. Educational achievement is low, 2000



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs). The development of GDP is biased upwards by the large share of cross-border workers (33 per cent of domestic employment).
2. GDP per hours worked in the economy (i.e. including that of cross-border workers).
3. Excluding Austria and Luxembourg.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Labour Force Statistics, 2004; Chart D: OECD Knowledge and Skills for Life, PISA 2000.

MEXICO

Economic growth has been too slow to reduce the large gap in living standards with other OECD countries. Employment rates are high and rising, but productivity has stagnated in the past decade.

Priorities supported by indicators

Improve access to upper-secondary education

Mexico ranks last in the OECD in terms of educational attainment of the population (even for young adults) and for student performance. Reducing the gap would help boost growth by enhancing human capital, and by facilitating the adoption of new technologies.

Actions taken: Measures have been taken to increase participation in upper-secondary education of students from low-income families and to increase the quality of teaching.

Recommendations: Efforts should concentrate on making the existing school system, including at the secondary level, and the teaching body more effective by further modernising curricula and by enhancing accountability of schools and teachers. Effective on-the-job training should be further developed as a complement.

Reduce barriers to entry in industries

The Constitution is a barrier to private ownership in the entire electricity sector: private capital is allowed only in generation for self-supply and small-scale cogeneration. Effective competition is lacking in telecommunications, where the incumbent TELMEX retains a dominant position. State-owned PEMEX has a monopoly in oil and gas extraction.

Actions taken: A reform of the Telecommunications Law, reducing TELMEX control over communication networks, was proposed in 2002, but no legislation has resulted as yet. PEMEX secondary petrochemicals have been opened to private investment with some restrictions.

Recommendations: Approve the proposed Telecommunications Law and implement it effectively, thereby eliminating barriers to entry (domestic and foreign) by simplifying procedures. Reduce the share of public enterprises in energy supply.

Reduce barriers to foreign ownership

Restrictions on foreign direct investment are still in place. In this respect Mexico ranks poorly in comparison with other OECD countries.

Actions taken: No action in recent years.

Recommendations: Ease restrictions on foreign direct investment, especially in the electricity sector and fixed-line telephony, but also in some professions, construction and transport.

Other key priorities

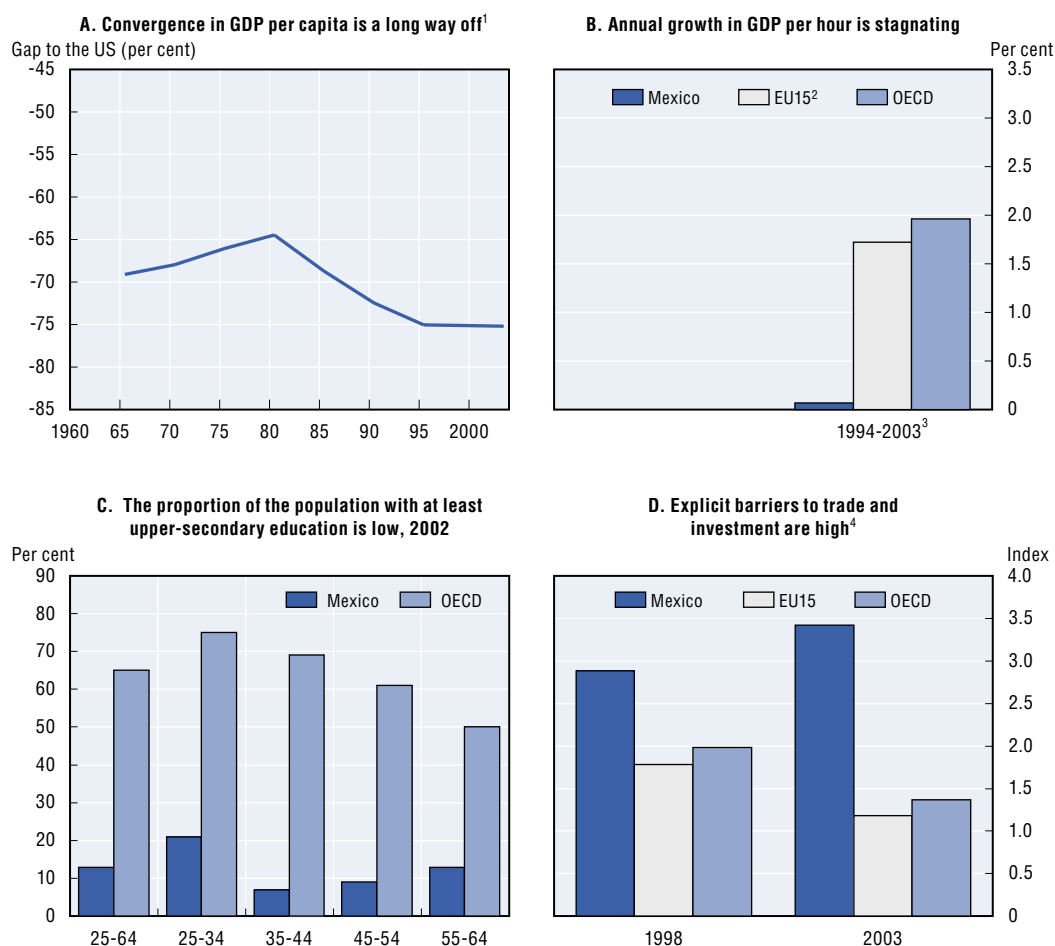
- Reform the tax system, broadening the VAT base and simplifying the system.
- Improve the “rule of law” (i.e. the effectiveness of the judiciary and enforceability of contracts).

MEXICO

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	..	..	1.7	1.6
Trend employment rate	..	..	57.7	57.8
Trend participation rate	..	..	59.7	59.7
Structural unemployment rate (NAIRU)	..	..	..	..

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Earlier period not shown because of lack of consistent data for Mexico.

4. Index scale of 0-6 from least to most restrictive.

Source: Charts A and B: *National Accounts of OECD Countries*, 2004; *OECD Labour Force Statistics*, 2004; *OECD Economic Outlook*, No. 76; Chart C: *OECD Education at a Glance*, 2004; Chart D: *OECD Regulation database*.

NETHERLANDS

Despite a decline in the unemployment rate to one of the lowest levels in the OECD area, labour resource under-utilisation in the Netherlands still accounts for most of the wide income gap vis-à-vis the United States.

Priorities supported by indicators

Reduce tax wedge on labour income

The high tax wedge on labour income and the “tax-like” (i.e. redistributive) elements in the almost universal second-pillar pension system weaken incentives to join the labour force (for low-income earners) and to increase hours worked (for high-income earners).

Actions taken: The special treatment of employers’ social security contributions for low-paid workers (SPAK) was abolished in 2003. Pension fund contributions have been increased sharply to bring fund solvency back to a sustainable track.

Recommendations: Make room for reductions in taxes on labour income by lowering government expenditure on social transfers, reducing tax subsidies for owner-occupied housing and narrowing the range of goods and services not subject to the standard VAT rate.

Further reform disability benefit schemes

Both the number of days lost on sickness leave and the proportion of the working-age population on partial or full disability benefits are among the highest in the OECD.

Actions taken: In 2002 a law on improved gate-keeping took effect in the disability benefit scheme, and a single benefit agency (UWV) was created. In 2004 the waiting period for disability benefit eligibility (required to be spent on sickness leave) was extended to two years, and definitions of residual capacity were tightened.

Recommendations: Implement the new schemes planned for 2006, but shorten the duration of the first-stage disability benefit (which lasts up to 5 years depending on age and employment history) and prevent social partners from topping up benefits by denying sector extension to agreements containing such clauses. Closely monitor and benchmark regional UWV offices’ performance.

Simplify administrative procedures

The lack of single contact points for issuing licenses/permits, poor communication of regulations and the lack of a policy to reduce the number of licenses/permits have contributed to a high administrative burden.

Actions taken: A national electronic one-stop shop for businesses is under construction. Each ministry must produce a list of all simplification opportunities, taking into account businesses’ complaints about conflicting regulations.

Recommendations: Reduce the cost of compliance by linking government agencies with each other. Extend one-stop shop services to accepting notifications and issuing permits. Simplify and publicise regulations.

Other key priorities

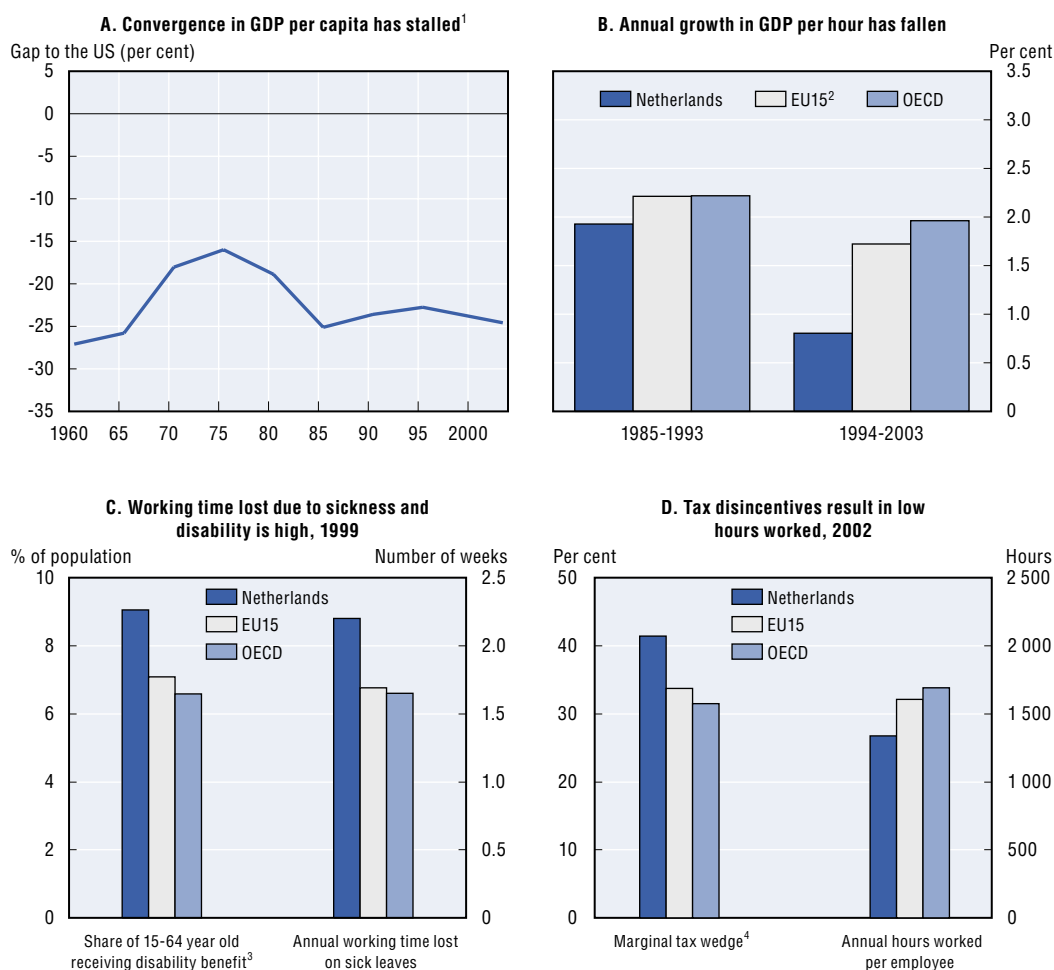
- Remove barriers to product market competition by privatising the retail end of electricity and gas distribution networks, eliminating unwarranted anti-competitive practices in the professions and easing restrictions on large-format retail store operators.
- Ease residential zoning restrictions to stimulate supply of housing, and phase out tax subsidies to owner-occupiers so as to reduce the excess burden of taxation.

NETHERLANDS

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	1.7	2.0	2.0	1.6
Trend employment rate	63.4	68.8	73.6	76.1
Trend participation rate	68.6	72.7	77.1	78.7
Structural unemployment rate (NAIRU)	7.5	5.3	4.5	3.3

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).
2. Excluding Austria and Luxembourg.
3. Excluding Finland, Greece, Ireland and Luxembourg.
4. Marginal tax wedge, averaged over five representative household and earnings types.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Transforming Disability into Ability, 2003, OECD Employment Outlook, 2004 and US Bureau of Labor Statistics; Chart D: OECD Taxing Wages, 2003/2004 and OECD Economic Outlook, No. 76.

NEW ZEALAND

Growth in GDP per capita has risen markedly in New Zealand in the past decade, albeit not sufficiently for a catch-up with the top half of OECD countries. The large gap in labour productivity has widened.

Priorities supported by indicators

Strengthen incentives to move from welfare to work

Nine per cent of working-age New Zealanders have been on public income support for more than a year, and incentives to move from welfare to work are weak.

Actions taken: The “Jobs Jolt” provides more active case management for job seekers. The child tax credit will be replaced with an in-work payment, and abatement thresholds for in-work payments, family support and parental tax credits will rise from April 2006. Work testing of sole-parent benefits was abolished in 2003.

Recommendations: Strengthen activation policies, for example, by re-introducing work testing for sole parents with school-age children. Consider back-to-work bonuses for long-term beneficiaries moving into a job. Monitor carefully the impact of the set of measures unveiled in the last budget (the *Working for Families* package), and make adjustments if the labour supply response is not significant.

Reduce barriers to foreign ownership

Consent is required for foreign acquisitions of 25 per cent or more of firms worth more than NZ\$ 50 million. Commercial fishing is subject to foreign ownership restrictions, and any single foreign entity requires ministerial approval to own more than 49.9 per cent of Telecom New Zealand. Consent rules apply to certain land purchases.

Actions taken: A bill introduced into Parliament in November 2004 proposes a number of changes, including an increase in the threshold to \$100 million, but also a tightening of conditions for sensitive land.

Recommendations: Remove restrictions on foreign investment in business activities. Examine ways of protecting sensitive land through other instruments such as land-use constraints.

Reduce the extent of educational under-achievement observed among specific groups

Although average student achievement remains high, the under-achievement of some groups, particularly among ethnic minorities, persists as indicated by the high variance in performance on standardised tests. This undermines subsequent labour market performance.

Actions taken: The government is developing a “Schooling Strategy” to efficiently boost performance, including that of under-achievers. More early childhood education places are being phased in over the next four years.

Recommendations: Further expand early childhood education, and develop effective early intervention programmes that are well coordinated with other parts of the social policy framework. Continue efforts to raise teaching quality.

Other key priorities

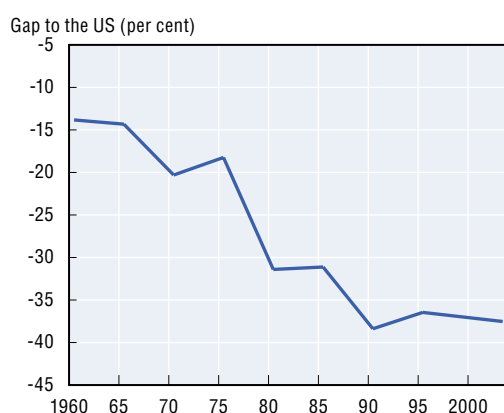
- Reconsider recent measures that have raised labour costs, and ensure that employment relations legislation supports efficient labour market outcomes.
- Create a business environment more conducive to growth by improving the regulatory framework for addressing infrastructure bottlenecks, especially in transport and energy.

NEW ZEALAND

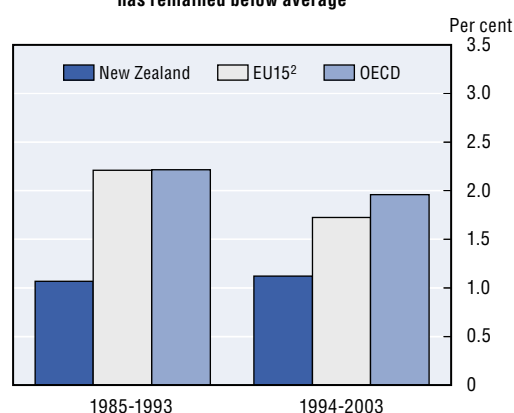
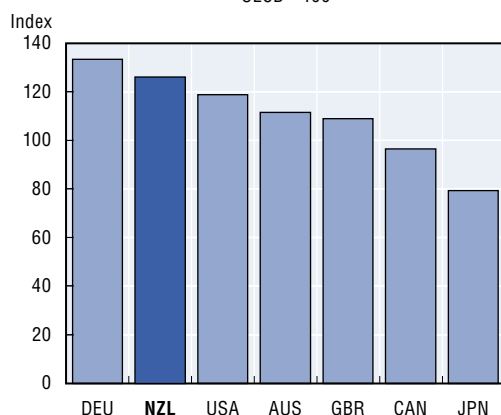
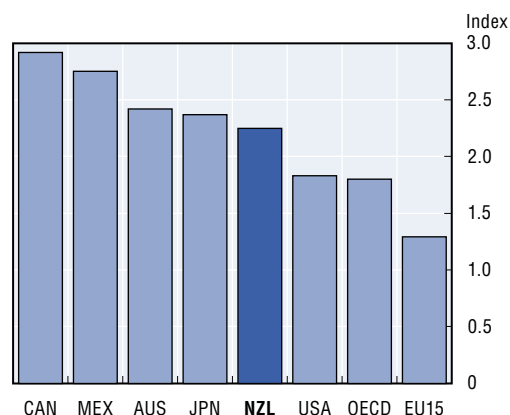
Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	0.5	1.6	2.0	2.0
Trend employment rate	71.7	70.0	71.9	73.2
Trend participation rate	76.9	75.4	76.8	77.6
Structural unemployment rate (NAIRU)	6.7	7.1	6.3	5.7

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

A. Divergence in GDP per capita has stopped¹

B. Annual growth in GDP per hour has remained below average

C. Variation in student performance has been high, 2000³
OECD = 100D. FDI restrictions are relatively high, 2003⁴

1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).
2. Excluding Austria and Luxembourg.
3. Percentage of average variation of student performance in OECD countries.
4. Index scale of 0-6 from least to most restrictive.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Knowledge and Skills for Life, PISA 2000; Chart D: OECD Regulation database.

NORWAY

GDP per capita is one of the highest in the OECD, reflecting in part a strong labour productivity performance. Rising employment rates have been more than offset by a large decline in average hours worked.

Priorities supported by indicators

Reform disability and sickness benefits schemes

There has been a surge in lost working time due to sickness leaves, and the disability recipient rate is one of the highest in the OECD, reflecting the system's generosity and loose eligibility criteria.

Actions taken: Stricter regulations on the entitlement to long-term sick leave have recently been introduced. Reduced replacement rates and mandatory assessment for vocational rehabilitation are being implemented. Temporary disability pensions are replacing permanent ones for those with uncertain future work capacity.

Recommendations: Reduce public subsidies for sickness benefits. Make mandatory the involvement of independent medical specialists in disability assessment. Make job search compulsory for workers in vocational rehabilitation and routinely review its cost-effectiveness.

Reduce producer support to agriculture

Norway provides very high support to agriculture, resulting in production surpluses and excessive use of resources in low-productivity activities. Most of the support is linked to output or inputs.

Actions taken: Budget transfers were reduced by 2½ per cent during 2002, but this was offset by higher target prices for livestock and an increase in tax concessions for all farmers.

Recommendations: Reduce producer support to agriculture and decouple aid from output or input use, for example via a system of targeted income transfers. Reduce very high external tariffs on agricultural products.

Reduce the scope of public ownership

Public ownership is extensive and covers *inter alia* network industries, the retail trade sector, financial services and oil. Extensive public ownership may reduce the scope for FDI and weakens competition.

Actions taken: The government has published a White Paper on reducing public ownership. Most public companies have been incorporated, and state guarantees for loans to such firms have been abolished. However, the government has been increasing its ownership stake in the banking sector.

Recommendations: Implement a privatisation programme in the context of extensive regulatory reform. Further liberalise sectors such as railways and postal services. Introduce formal separation between competitive and non-competitive activities in network industries.

Other key priorities

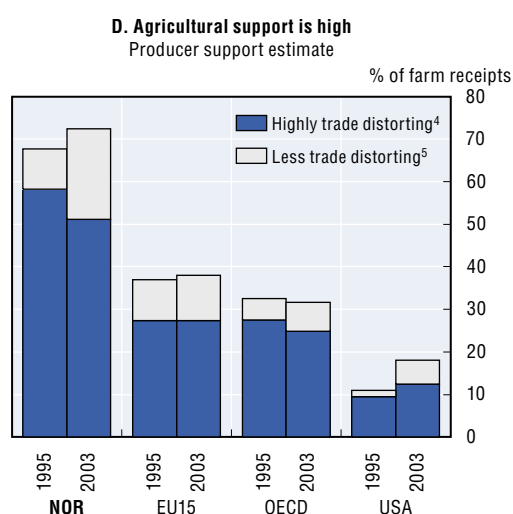
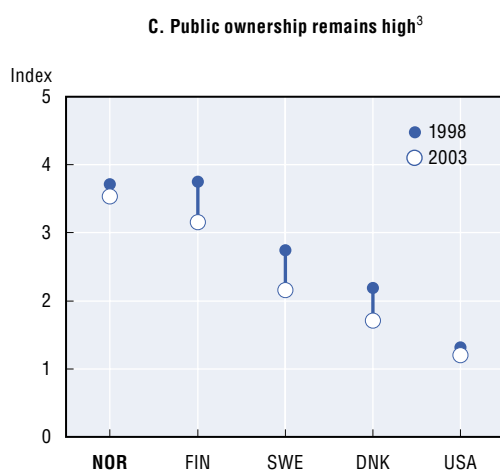
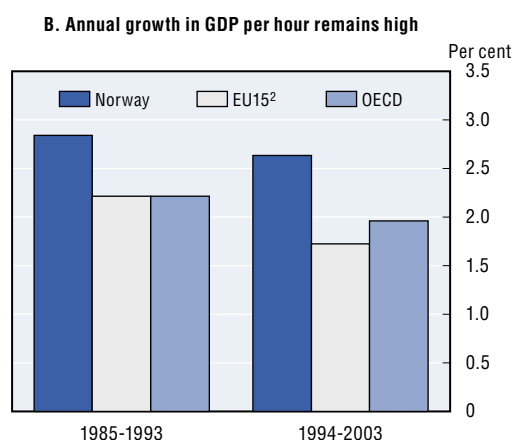
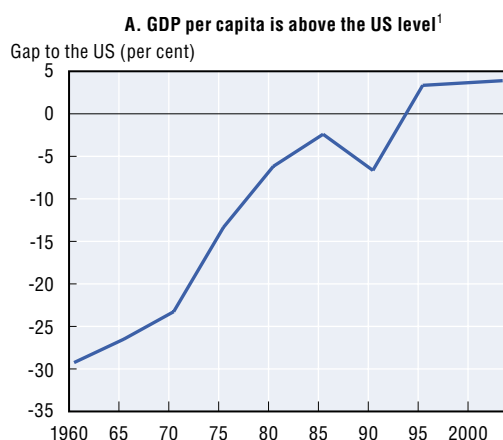
- Implement a pension reform in line with recent Pension Commission proposals. Consider using the Petroleum Fund to pre-fund part of pension liabilities, so as to underpin fiscal sustainability.
- Reduce the regional emphasis in policies related to communication and transport, social security, labour markets, welfare, and natural resources. Pursue regional goals by more transparent cash transfers, and use any freed up resources to cut taxes.

NORWAY

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	1.2	2.1	2.3	1.9
Trend employment rate	75.2	75.5	76.6	76.6
Trend participation rate	78.3	79.0	79.6	79.9
Structural unemployment rate (NAIRU)	3.9	4.4	3.8	4.1

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Index 0-6 scale from lowest to highest share of public enterprises.

4. Market price support and payments based on output and input use.

5. Payments based on area planted/animal numbers, historical entitlements and overall farm income.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Regulation database; Chart D: OECD, Producer and consumer support estimates database.

POLAND

Despite substantial growth since the start of the transition, participation rates have fallen, unemployment is very high and GDP per capita income is well below OECD average.

Priorities supported by indicators

Reform entitlement conditions in disability benefit schemes

The disability system provides net incomes twice as large as those from minimum-wage work, thereby creating a serious dependency trap and substantially weakening work incentives.

Actions taken: Inflow rates have been reduced and plans made to reduce the number and categories of disability and associated pensions, including a one-time re-evaluation of all disability pensioners below the age of 55.

Recommendations: Implement a stricter and regular re-evaluation of existing pensioners, including permanent pensioners. Establish a time-limited benefit to facilitate the back-to-work transition of people excluded from the system.

Reduce public ownership

The pace of privatisation has slowed down, delaying the intensification of competition pressures in some sectors. Moreover, continued support of loss-making firms curbs overall productivity growth.

Actions taken: Plans have been announced to accelerate the pace of privatisation, and some proposals have been made to sell residual stakes in firms where, following past sales, the state retains a majority or controlling interest.

Recommendations: Place less emphasis on raising government revenues and more on total benefits to society in the selling of government-owned companies. Seek investors for the remaining state-held companies. Reconsider the strategy of merging state-owned firms before sale so as to avoid creating monopoly power.

Reduce barriers to foreign ownership

Even though barriers to foreign ownership have fallen significantly over the past few years, they remain among the highest in OECD. Widespread public ownership, the scope for the authorities to use special voting rights as a screening device and poorly organised information services for foreign investors have all contributed to the decline in foreign direct investment inflows.

Actions taken: A foreign investment agency has been created, improving the provision of information for potential investors.

Recommendations: Raise the statutory limit on the proportion of shares that can be acquired by foreign investors and limit the use of government special voting rights that can be exercised when foreign investors seek to acquire domestic firms. Improve the capacity of the foreign investment agency, so that it becomes a one-stop shop advising potential foreign investors on investment opportunities.

Other key priorities

- Improve transport and housing infrastructure so as to increase labour mobility to areas with higher levels of employment and better-paid jobs.
- Improve employment prospects for youth and low-skilled workers by ensuring that the minimum wage does not rise significantly relative to average wages and by using in-work benefits to raise labour income. The reduced-minimum-wage programme should be extended to include the long-term unemployed and individuals no longer receiving disability pensions.

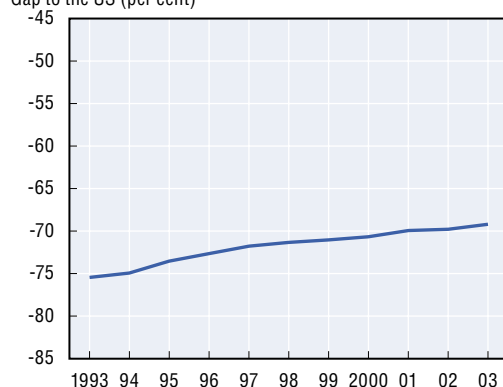
POLAND

Structural indicators

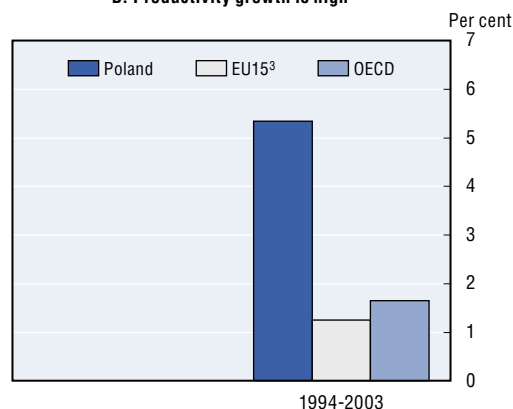
	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	..	4.1	5.0	3.3
Trend employment rate	..	57.9	55.4	54.2
Trend participation rate	..	67.3	65.2	64.0
Structural unemployment rate (NAIRU)	..	13.9	15.0	15.3

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

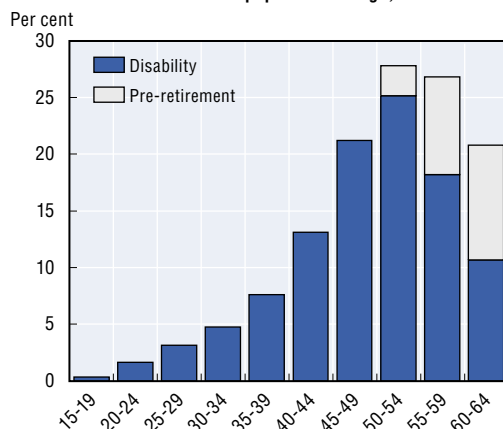
A. Convergence in GDP per capita is slow¹
Gap to the US (per cent)



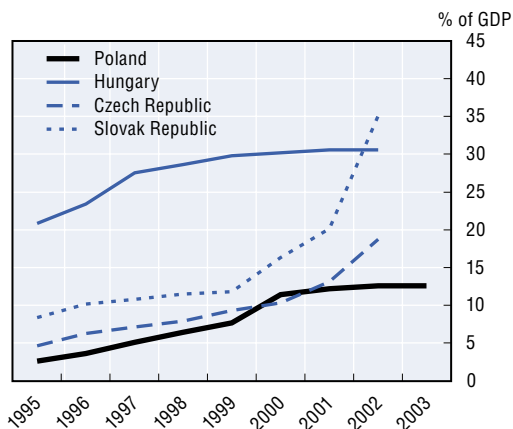
B. Productivity growth is high²



C. Disability and pre-retirement benefit recipients as a share of population is high, 2002



D. The pace of privatisation has slowed down⁴



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Annual growth in GDP per employed person.

3. Excluding Austria and Luxembourg.

4. Cumulative privatisation revenues as a share of GDP.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Charts C and D: OECD Economic Survey, Poland 2004.

PORTUGAL

Convergence in living standards with the more advanced OECD average seems to have halted in recent years. With employment rates above EU average, the income gap essentially reflects low productivity.

Priorities supported by indicators

Improve upper-secondary education attainments

Portugal's human capital base still lags the rest of the OECD, with low educational attainment of the population (even for young adults) and poor student performance. Reducing the gap would help boost growth by improving the quality of labour input and by facilitating the adoption of new technologies.

Actions taken: Current reforms aim to reduce drop-out rates and improve the quality of education outcomes via new curricula, a new focus on technical education, regrouping of very small schools and changes to operating and financing of tertiary education. Systematic evaluation of schools and teachers has been introduced.

Recommendations: Implement current reform programme at a steady pace. Further develop adult training as a complement.

Reduce state control of business operations in network industries

Even though privatisation has proceeded in recent years, the state has generally sought to retain influence over the conduct of business in certain sectors via special voting rights and a qualified stake in capital.

Actions taken: In order to comply with a notification from the EU Court of Justice, the *Framework Law* on privatisation was modified to remove the possibility of restricting foreign participation that existed in many sectors.

Recommendations: Replace special voting rights with arm's length regulation where genuine national security concerns are involved. Promote effective competition in sectors such as energy, transportation, water, radio and television and telecommunications.

Ease employment protection legislation

Although unemployment is low and employment rates are high by EU standards, restrictive employment protection legislation for regular workers creates labour market segmentation, hinders mobility and discourages technological and managerial innovation.

Actions taken: The new Labour Law, in force since December 2003, gives more leeway to introduce flexibility in collective agreements at the firm level regarding rules for fixed-term contracts and dismissals. It also increases geographical and functional mobility of workers and allows better control of absenteeism.

Recommendations: The need to ease general job protection legislation has not been fully addressed. EPL should be eased further, as this would facilitate hiring of regular workers and be conducive to higher productivity growth.

Other key priorities

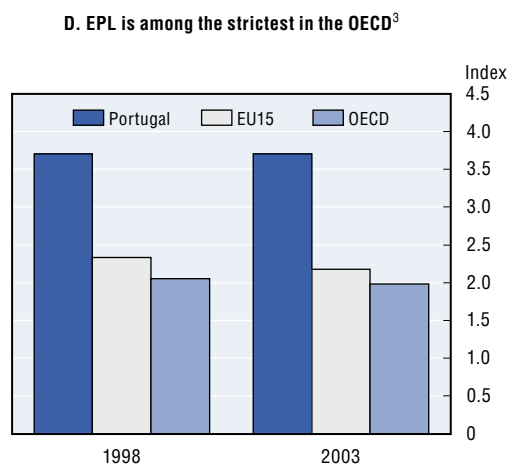
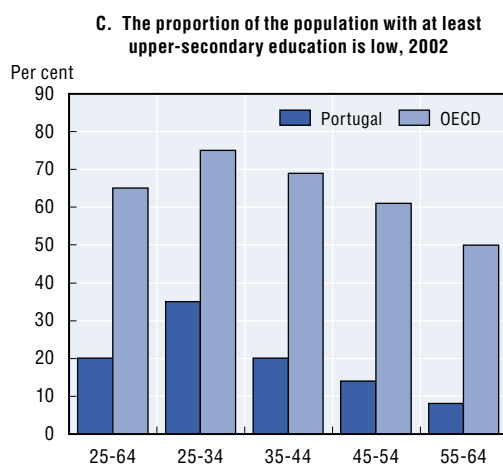
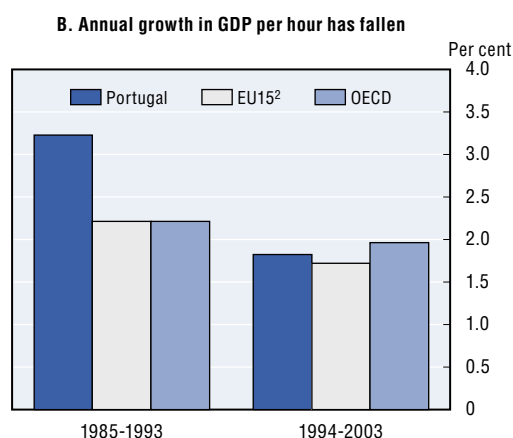
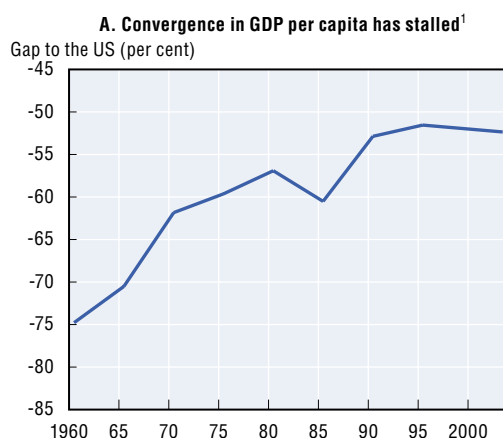
- Step up implementation of the public administration reform to enhance effectiveness, as this will accelerate the pace of reform in many other areas.
- Simplify the tax system and broaden the income tax base to reduce compliance costs for businesses and the scale of informal activities.

PORTUGAL

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	3.5	2.2	2.6	1.2
Trend employment rate	68.3	70.1	72.1	73.1
Trend participation rate	71.5	73.4	75.2	76.2
Structural unemployment rate (NAIRU)	4.5	4.5	4.1	4.1

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Index scale of 0-6 from least to most restrictive.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Education at a Glance, 2004; Chart D: OECD Employment Outlook, 2004.

SLOVAK REPUBLIC

Strong growth in GDP per capita has contributed to a narrowing of the large income gap vis-à-vis OECD countries and has helped boosting employment. However, unemployment remains high.

Priorities supported by indicators

Reduce the tax wedge for low-income workers

A high tax wedge (due to high social insurance contributions) is reducing formal-sector employment and contributing to high rates of unemployment in regions with a high concentration of low-skilled workers.

Actions taken: Tax and social security reforms have significantly reduced marginal income tax rates faced by low-income earners, facilitating the transition from unemployment to work.

Recommendations: Social security contribution rates should be reduced, in particular for lower-wage earners so as to stimulate low-skill job creation in the formal sector.

Reform the education system to improve human capital

Secondary school enrolment rates are relatively high in Slovak Republic but test scores of 15-year old students are below the OECD average. In addition, the proportion of tertiary graduates in the population is low, and access to programmes is restricted.

Actions taken: Responsibility for primary and secondary schools has been devolved to the regional and municipal authorities to provide greater autonomy and responsiveness to community needs. The establishment of private universities has been authorised.

Recommendations: Increased autonomy in primary and secondary schools needs to be coupled with increased accountability. At the tertiary level, tuition fees combined with student loans and income-contingent re-payment should be introduced, and competition between universities encouraged.

Reduce state control of business operations in network industries

Even though progress has been made in the process of privatisation and encouraging competition in network industries, prices remain high, notably in energy and telecommunications, and the state holds a controlling interest via special voting rights (golden shares) in certain sectors, including railways.

Action taken: Sectoral regulators and competition authorities have begun implementing a pro-competition regulatory framework. The public service obligations of network enterprises are increasingly funded from the state budget.

Recommendation: Limit the use of special voting rights in general and, where national security concerns are involved, replace such voting rights with arm's length regulation. Monitor closely price development in network services and respond to anti-competitive behaviour with full enforcement of the new regulatory framework.

Other key priorities

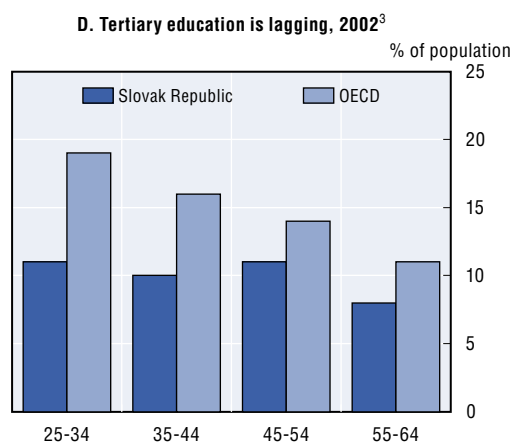
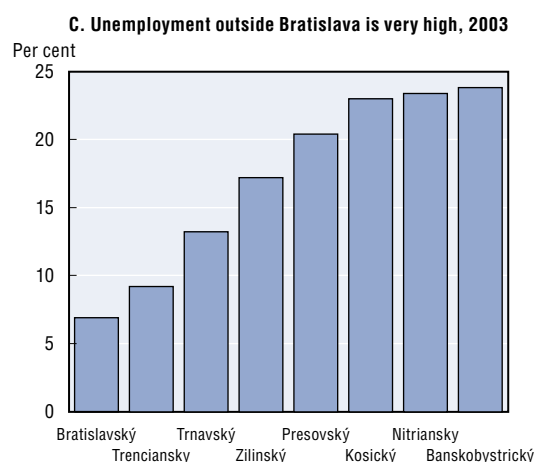
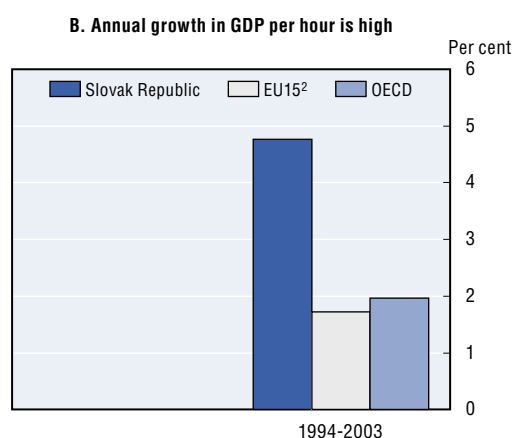
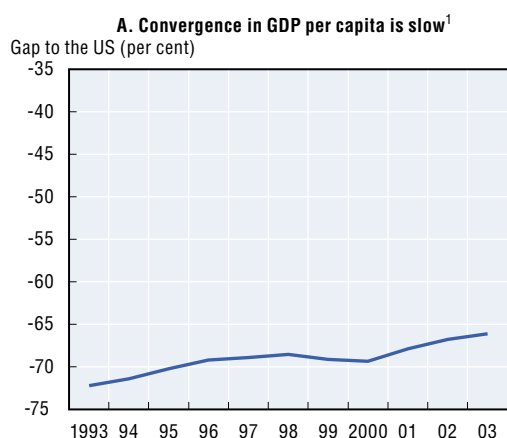
- Strengthen the governance of the judicial and law enforcement systems to ensure a more efficient, transparent, and rules-based business environment.
- Progressively increase the statutory retirement age for public pension eligibility towards 65 years for both men and women in order to make the pay-as-you-go pension system sustainable.

SLOVAK REPUBLIC

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	..	..	3.2	4.0
Trend employment rate	..	..	59.5	58.7
Trend participation rate	..	..	69.1	69.3
Structural unemployment rate (NAIRU)	..	..	..	..

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Tertiary type A programmes, providing qualifications for advanced research or higher skill professions.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: Statistical office of the Slovak Republic; Chart D: OECD Education at a Glance, 2004.

SPAIN

The Spanish economy has been resilient to the last international slowdown. Strong employment growth has led to a substantial decline in the high structural unemployment rate but labour productivity has stagnated.

Priorities supported by indicators

Limit the extent of administrative extension of collective agreements

Wages are bargained mainly at the provincial and sectoral level, with adverse effects on international competitiveness and for employment opportunities for certain groups and/or regions. Catch-up clauses for inflation are widespread, increasing the risk of an inflationary spiral when negative shocks hit the economy.

Actions taken: Recent national wage agreements have recommended limited nominal wage growth.

Recommendations: Decentralise the wage bargaining system by suppressing the compulsory application of agreed wages to all firms in the sector. The government should encourage the elimination of wage indexation clauses and the adoption of underlying inflation as reference in collective wage bargaining, especially in the public sector.

Ease employment protection legislation for regular workers

Severance payments are still very high for regular workers, despite the 1997 reform, while temporary contracts are widespread. This has created a dual labour market with damaging effects on productivity growth as employers provide little training for temporary workers.

Actions taken: Wage payments during litigation concerning dismissals have been suppressed in the cases where the employer accepts that the firing was “unfair”. This has slightly reduced the overall cost of dismissal.

Recommendations: Reduce the gap in protection between regular and temporary workers by further lowering severance payments for workers on regular contracts and strengthening controls on the illegal use of temporary contracts.

Reform the education system to improve human capital

Test scores of 15-year old students are below the OECD average, while dropout rates are high and attainment of upper-secondary education is low. There are many universities, but little specialisation and low student mobility.

Actions taken: Secondary and university education programmes have been reformed with the aim of improving the quality of education.

Recommendations: Provide more autonomy to schools and university departments. Increase university fees and use extra receipts to improve the grants and loans system and to increase resources for secondary education.

Other key priorities

- Land regulations should be reformed, while tax advantages for home ownership should be phased out to restore fiscal neutrality vis-à-vis the rental market.

- The public pension system should be made actuarially fair so as to ease the strong pressure on public finances expected as from 2015-20, which would require a sharp increase in taxes and labour costs in the absence of reforms.

SPAIN

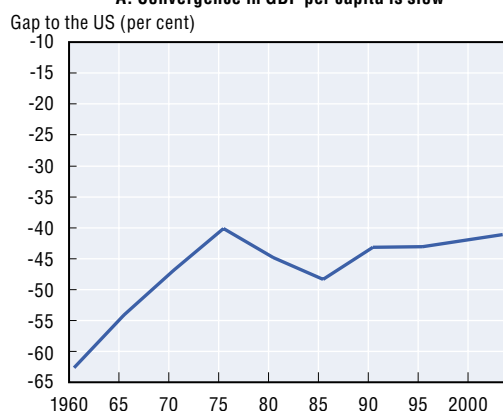
Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate) ¹	3.1	2.8	2.3	1.3
Trend employment rate	49.6	52.1	57.2	60.6
Trend participation rate	57.2	59.6	64.7	68.2
Structural unemployment rate (NAIRU)	13.3	12.7	11.5	11.0

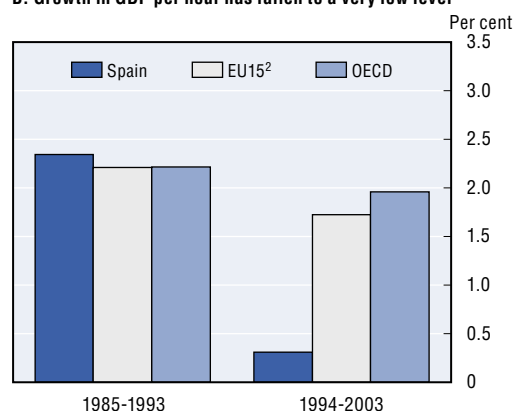
1. The regularisation process of immigrants in 2002 and 2003, which raised official population figures, partly accounts for the deceleration of trend per capita GDP in 2003.

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

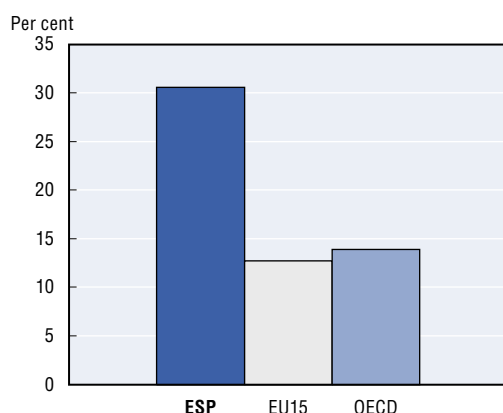
A. Convergence in GDP per capita is slow¹



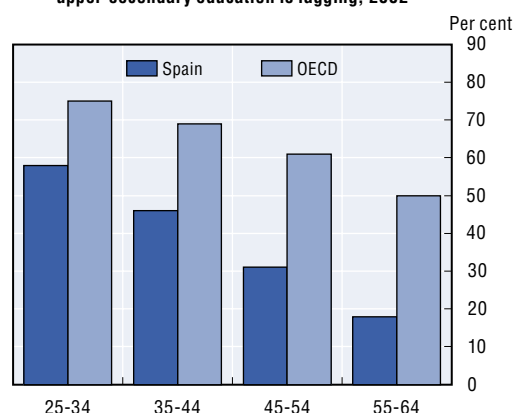
B. Growth in GDP per hour has fallen to a very low level



C. The share of temporary workers is very high, 2003³



D. The proportion of the population with at least upper-secondary education is lagging, 2002



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. Share of temporary workers in total employment.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD Labour Force Statistics, 2004; Chart D: OECD Education at a Glance, 2004.

SWEDEN

Productivity growth over the past decade has picked up, helping Sweden to slightly narrow its income gap vis-à-vis the United States.

Priorities supported by indicators

Reform sickness and disability benefit schemes

On an average day, one out of eight workers is absent on sick leave. Whereas employment rates have risen since the mid-1990s, the number of people actually at work as a share of population has not and growth in total hours worked has been subdued.

Actions taken: Employers now pay a bigger share of sickness benefits, administration has been tightened, sickness certificates give a better assessment of ability to work, and the benefit rate has been cut slightly.

Recommendations: Ensure the reforms are carried out as intended in all local social insurance offices. Strengthening the powers of the national agency over local boards would help achieve this. Go ahead with the proposal to put a time limit on access to disability benefits without a re-assessment of the needs.

Reduce the scope of public ownership

Sweden has the OECD's biggest public sector, in both commercial and social activities. Central and local governments undertake activities that compete with the private sector, often on an uneven playing field.

Actions taken: Some municipalities are privatising or contracting out activities, but progress is slow.

Recommendations: Ensure that competition law applies to the public sector in practice, not just in principle. Increase the opportunities for private firms to seek redress through the courts. Clarify the sorts of activities that local governments can legitimately be involved in, and ensure a level playing field. Streamline and strengthen the public procurement supervisory agencies, and give them power to enforce sanctions.

Reduce tax wedges on labour income

High taxes on earned income discourage labour supply and reduce the returns from entrepreneurship and higher education. Growth, innovation and human capital development are all harmed as a result.

Actions taken: Tax rates continue to rise, especially at the local level. A planned reduction in the state income tax has been postponed, and the threshold for the top marginal rate was boosted by less than under the normal indexing rules.

Recommendations: Cut overall marginal income tax rates by raising the threshold for the state tax. Broaden tax bases by restoring and then increasing the property tax and by removing exemptions from the value-added tax.

Other key priorities

- Boost working hours. Government plans to introduce a legal right to a year of sabbatical leave and pilot schemes for lower working hours should both be reconsidered.
- Liberalise the housing market by phasing out rent controls and easing planning restrictions. Serious distortions have almost broken the link between supply and demand, leading to shortages in high-growth areas, reducing labour mobility.

SWEDEN

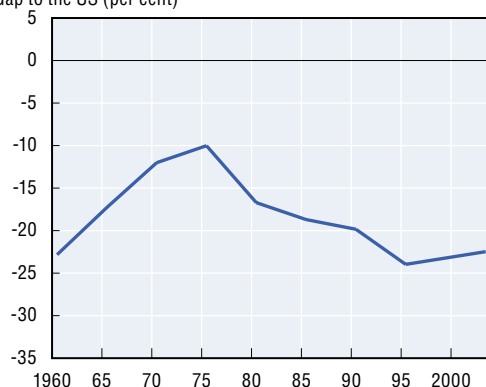
Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	1.7	1.4	2.7	2.1
Trend employment rate	80.1	75.4	72.6	72.6
Trend participation rate	81.9	79.2	76.3	76.2
Structural unemployment rate (NAIRU)	2.2	4.8	4.8	4.7

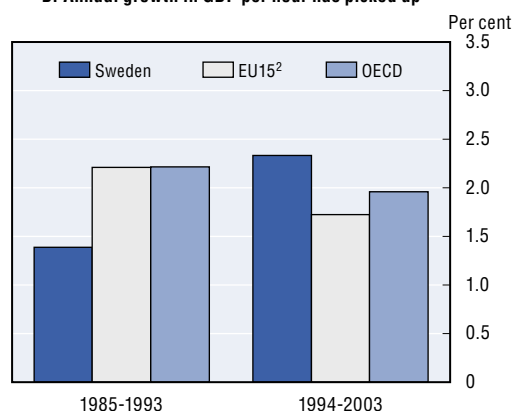
Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

A. Divergence in GDP per capita has stopped¹

Gap to the US (per cent)

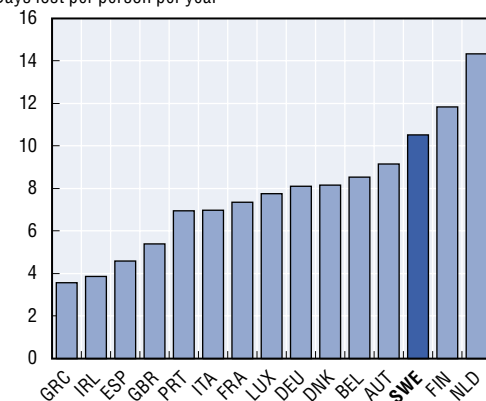


B. Annual growth in GDP per hour has picked up

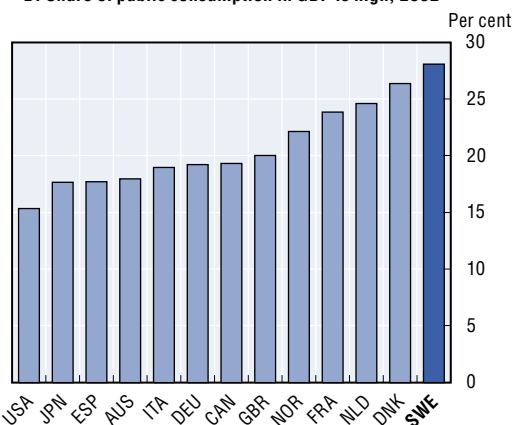


C. Sickness absence rates are high by EU standards, 1999

Days lost per person per year



D. Share of public consumption in GDP is high, 2002



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: Third European Survey of Working Conditions, 2000; Chart D: OECD Economic Outlook, No. 76.

SWITZERLAND

GDP growth has been among the weakest in the OECD over the past two decades, reflecting mainly very low productivity growth. Nonetheless, income per capita remains high.

Priorities supported by indicators

Further liberalise professional services

The domestic market for professional services is characterised by excessive segmentation. Various cantonal regulations, such as special permits to work, constitute entry barriers and reduce competition.

Actions taken: A framework law for the domestic market has attempted to reduce this segmentation by imposing general guidelines for cantonal regulation affecting professional activities. Recognition of credentials across cantons has improved, but authorisation requirements are still widespread.

Recommendations: Revise the Domestic Market Act (DMA) to include a specific reference to freedom of establishment in all the cantons. The Competition Commission should be allowed to appeal to the court in the case of restrictive practices and to enforce the consistency of cantonal rules with the DMA principles.

Reduce barriers to entry in network industries

Liberalisation of network industries has been only partial and varies across sectors, leaving room for further productivity gains and price reductions, as prices are generally well above the OECD average.

Actions taken: A reform of the electricity sector was rejected in a referendum in 2002. A partial opening of postal services to competition is being discussed.

Recommendations: In telecommunications, the unbundling of the local loop is a priority. In the electricity and gas sectors, liberalise the markets in a manner compatible with the EU reform, and create strong and independent regulators to ensure equitable access to the market. Accelerate the liberalisation of postal services.

Reduce producer support to agriculture

The total level of support to agriculture has been the highest in the OECD since the mid-1990s. A lack of foreign competition leads to higher food prices than abroad and maintains excess resources in low-productivity activities.

Actions taken: Policy initiatives have shifted support to more market-friendly instruments, although market price support remains high. Aid to agriculture, which depends now more on direct payments, has been partly linked to environmental goals.

Recommendations: Reduce the protection and excessive assistance enjoyed by agriculture, and accelerate the de-linking of subsidies from production. Well-identified environmental objectives should be pursued directly rather than being used as a rationale for continuing with very high aid to agriculture.

Other key priorities

- The sharp rise in the tax burden since the 1990s needs to be halted, which calls for altering public outlay trends on a lasting basis. This requires structural reforms of social programmes, in particular the invalidity pension scheme to curb the rising number of disability pensions.
- The growth of medical costs should be contained by increasing competition in health care. In the ambulatory sector, abolishing the obligation of insurers to contract would stimulate competition between providers and enhance the control of supply. Obstacles to effective foreign competition in pharmaceuticals should be removed.

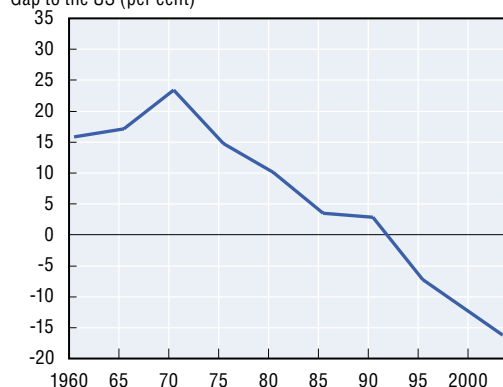
SWITZERLAND

Structural indicators

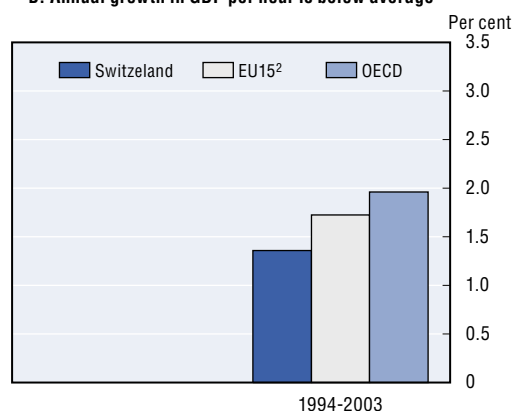
	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	1.4	0.2	1.0	0.6
Trend employment rate	84.0	84.7	84.9	85.3
Trend participation rate	85.5	86.9	86.9	87.2
Structural unemployment rate (NAIRU)	1.7	2.5	2.2	2.2

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

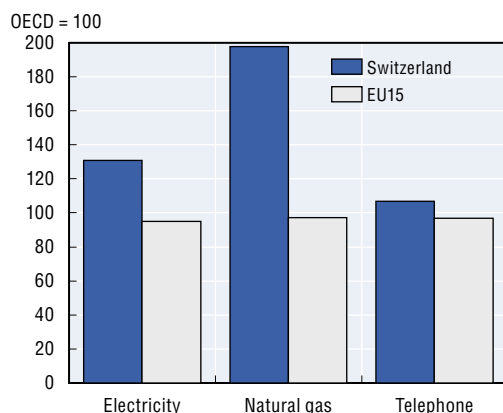
A. Relative GDP per capita is on a declining trend¹
Gap to the US (per cent)



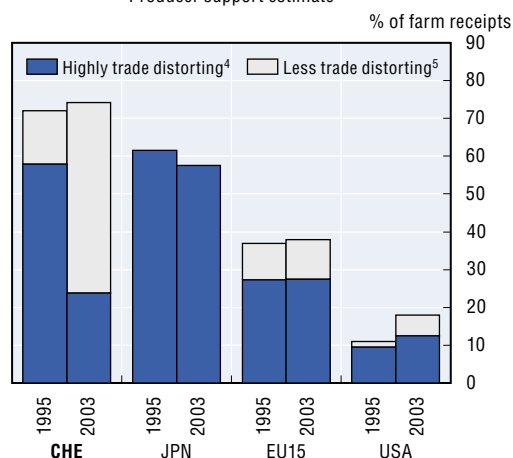
B. Annual growth in GDP per hour is below average



C. Prices of utility services are high³



D. Agricultural support is high
Producer support estimate



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

3. 2003 or latest available data for electricity and natural gas; May 2004 for the OECD composite basket of business telephone charges.

4. Market price support and payments based on output and input use.

5. Payments based on area planted/animal numbers, historical entitlements and overall farm income.

Source: Charts A and B: *National Accounts of OECD Countries*, 2004; *OECD Labour Force Statistics*, 2004; *OECD Economic Outlook*, No. 76; Chart C: *OECD Energy Prices and Taxes*, 2004 and OECD Communications Outlook database; Chart D: OECD, Producer and consumer support estimates database.

TURKEY

Growth in trend GDP per capita has risen in recent years, but job creation remains too weak to reverse the sharp deterioration in labour market conditions in the 1990s.

Priorities supported by indicators

Reduce administrative burdens on start-ups

Until recently, the process of establishing a company had been very complex and time-consuming, with no fewer than 19 different procedures to complete. Substantial regulatory obligations contribute to pushing many small-scale companies into the informal sector.

Actions taken: The commercial law was amended in 2003, and the number of required administrative steps to create a company was cut to two. In contrast, efforts to improve enforcement of legal obligations in order to reduce the size of the grey economy have had limited effect.

Recommendations: Streamline regulatory requirements for small-scale enterprises in order to facilitate formal registration for them.

Reduce the tax wedge on labour income

Social security contribution rates are among the highest in OECD and create a vicious circle encouraging unregistered activities, which already account for more than half of all employment and contribute to the steady decline in recorded participation rates.

Actions taken: The need to reduce the fiscal deficit has not permitted any reduction in the tax wedge, and ongoing social security reforms are unlikely to create additional room. Labour tax and social security exemptions are nevertheless being introduced for new employees in poor regions.

Recommendations: Rationalise social security spending, cut social contribution rates, and offset revenue losses through indirect tax increases. Put in place a “company registration strategy” that would include a reduction, during a transition period, of the marginal tax and contribution rates faced by firms joining the formal sector.

Reduce the scope of public ownership

The share of state economic enterprises in total employment has decreased, but large state enterprises still dominate the energy, telecommunication, transportation and banking sectors.

Actions taken: Laws have been passed to facilitate the privatisation of these large firms, but with limited success. Recently, the judiciary cancelled some of the few large-scale sales because of legal and procedural flaws.

Recommendations: Clarify the policy and regulatory frameworks for network industries, including with regard to public service obligations and their funding. Remove barriers to foreign ownership of privatised companies.

Other key priorities

- Enhance the quality of public expenditures by implementing results-oriented budgeting in the core public services of justice, education and health.
- Improve educational opportunities for women by enforcing minimum schooling rules, and revise the curriculum of secondary schools to better align education with job-market requirements.

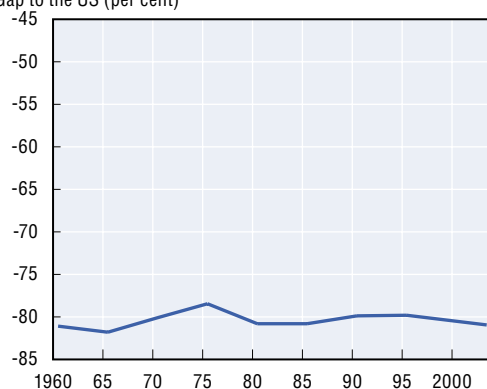
TURKEY

Structural indicators

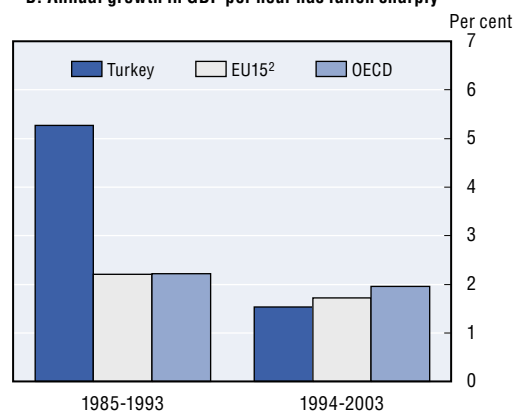
	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	2.2	1.8	0.8	2.7
Trend employment rate	59.2	55.7	53.5	51.7
Trend participation rate	64.1	60.7	57.9	56.1
Structural unemployment rate (NAIRU)	..	..	..	..

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.

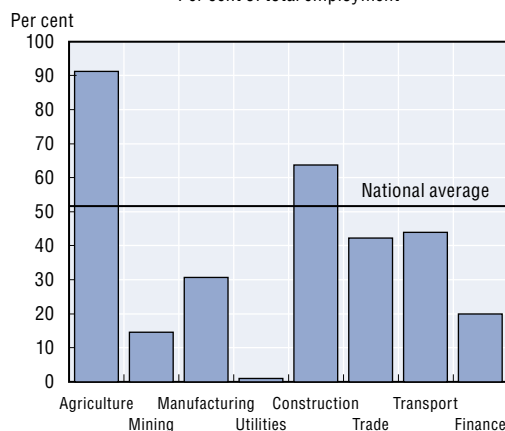
A. No convergence in GDP per capita for decades¹
Gap to the US (per cent)



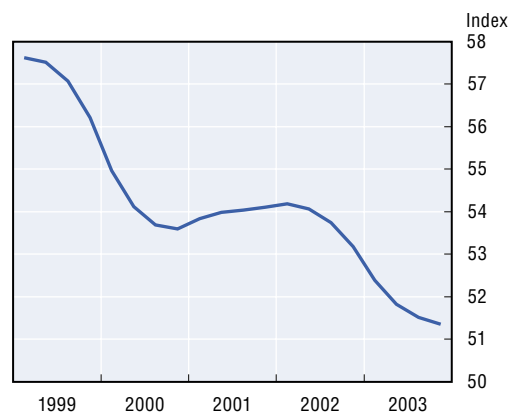
B. Annual growth in GDP per hour has fallen sharply



C. Unregistered employment is widespread, 2003
Per cent of total employment



D. Labour force participation is low and falling



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

Source: Charts A and B: *National Accounts of OECD Countries*, 2004; *OECD Labour Force Statistics*, 2004; *OECD Economic Outlook*, No. 76; Chart C: *OECD Economic Survey, Turkey* 2004; Chart D: *OECD Labour Force Statistics*, 2004.

UNITED KINGDOM

Economic growth has been resilient in the last downturn and structural unemployment has fallen to low levels. But the productivity gap with the leading OECD economies remains large.

Priorities supported by indicators

Reform disability benefit schemes

The proportion of the population claiming disability-related benefits is high relative to other countries, probably reflecting tightening eligibility criteria in the rest of the income support system.

Actions taken: A new approach for disabled people is being piloted with mandatory work-focused interviews for new claimants and a “Return to Work” credit paid for the first year for those taking up work.

Recommendations: If the pilot scheme is successful, roll it out nationally. Make it compulsory for those with less severe medical conditions, and consider applying it to the existing stock of claimants, not just new claimants.

Improve access of young people to vocational training at upper-secondary level

While the literacy of British 15 year-olds is above OECD average, many leave school before completion of upper-secondary education and without the vocational qualifications needed in a modern work place.

Actions taken: The Modern Apprenticeships programme has been expanded to include one in four at age 22 this year, and two-year foundation degrees will be introduced in higher education. For adults without the most basic literacy skills, workplace training has been expanded into the National Employer Training programme.

Recommendations: Extend eligibility of young people to these schemes. Expand adult training, but keep public costs under control by cost-sharing arrangements and by focussing content on what is relevant to work.

Improve public infrastructure, especially for transport

For decades under-investment in public infrastructure was an easy option for constraining public expenditure, but this has resulted in congestion on the roads and an unreliable rail system.

Actions taken: The government’s fiscal rules distinguish between capital and current expenditure and help to avoid short-term expediency. The share of government investment in GDP has risen recently, and is planned to rise further. The organisation of the railways has been streamlined, with greater responsibility for government.

Recommendations: Even after planned increases, government investment will be low relative to other OECD countries and may be inadequate to correct years of neglect. Further increases may be necessary. Following the success of the London congestion charge, more widespread use of road charging should also be considered.

Other key priorities

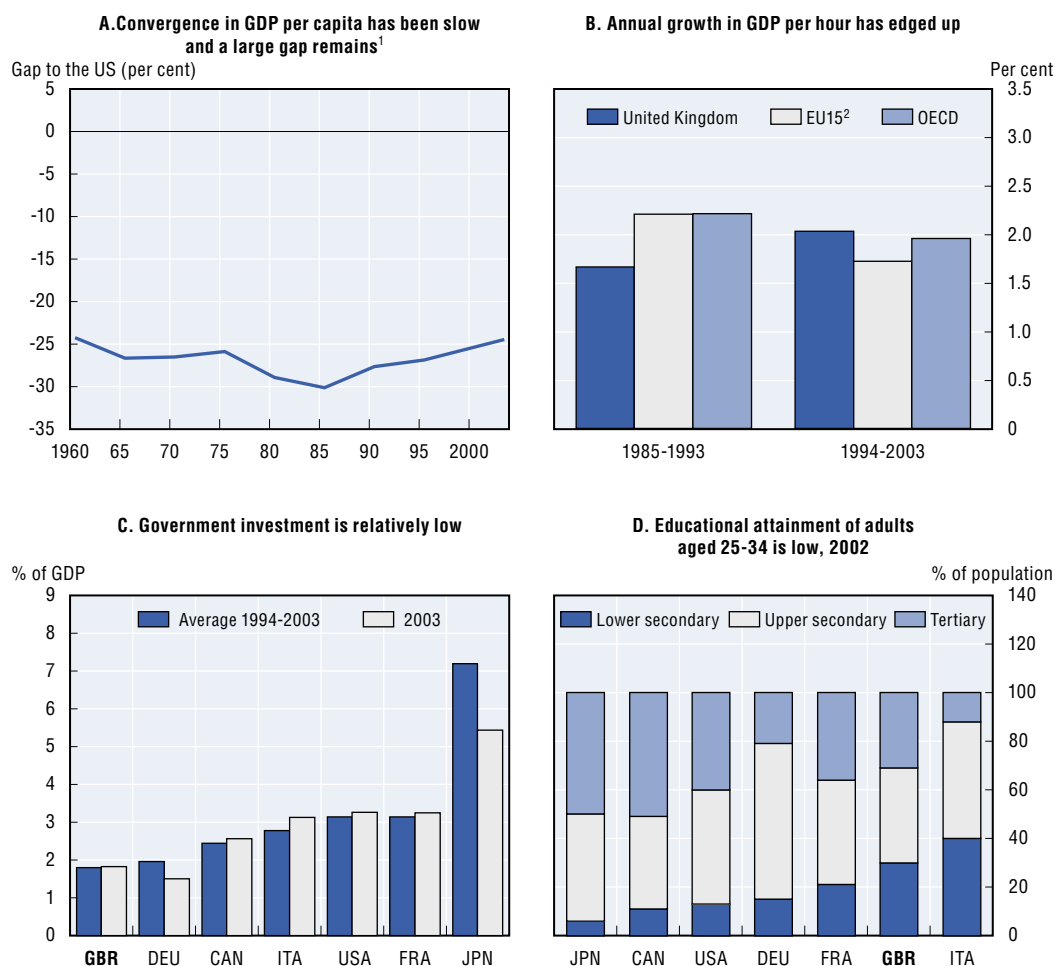
- Enhance incentives to pursue performance targets in publicly-funded services. Reduce waiting times by expanding activity-based funding for hospitals, and by introducing incentive pay for hospital doctors (i.e. paying them through a combination of salaries and fees).
- Re-examine planning restrictions, which inhibit competition in key services and limit the supply of new housing. Give greater weight to economic considerations, and involve fewer layers of decision-making in the process.

UNITED KINGDOM

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	2.2	2.2	2.4	2.3
Trend employment rate	69.4	70.4	71.8	72.1
Trend participation rate	75.4	75.9	76.1	76.2
Structural unemployment rate (NAIRU)	8.0	7.2	5.6	5.4

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Percentage gap with respect to US GDP per capita (in constant 2000 PPPs).

2. Excluding Austria and Luxembourg.

Source: Charts A and B: *National Accounts of OECD countries*, 2004; *OECD Labour Force Statistics*, 2004; *OECD Economic Outlook*, No. 76; Chart C: *OECD Economic Outlook*, No. 76; Chart D: *OECD Education at a Glance*, 2004.

UNITED STATES

Labour productivity has accelerated significantly since the mid-1990s from an already high level, while employment rates have remained high.

Priorities supported by indicators

Restrain health care costs

With a renewed rise in cost pressures, health spending is likely to have absorbed 15½ per cent of GDP in 2004. This boosts non-wage labour costs and seems not to be fully reflected in current health outcomes.

Actions taken: The 2003 Medicare reform legislation included initiatives to introduce competition and increase efficiency in health care delivery, but these measures are not expected to offset the costs of introducing an outpatient prescription drug benefit.

Recommendations: Medicare reform should focus on reducing cost per enrollee to ensure long-term solvency. Address over-consumption of health services by promoting cost-conscious decisions (e.g. by rolling back the unlimited tax exclusion of employer-furnished health benefits and through individual health savings accounts).

Improve educational achievements at the primary and secondary levels

The outcomes of compulsory education are only average, despite much higher spending per pupil than in most other OECD countries, and there is evidence that the productivity of the education system has fallen.

Actions taken: The 2002 “No Child Left Behind” Act provided for testing, greater accountability, increased choice in public schooling and additional federal funding for schools in lower-income areas.

Recommendations: If the financial means or incentives provided by the Act prove to be insufficient to improve educational outcomes, further funding should be envisaged and other measures examined.

Reduce support to agriculture

While support to agricultural producers remains well below the OECD average, it is above the levels of the mid-1990s, and trade-distorting forms of support are still significant.

Actions taken: The 2002 Farm Act reversed the previously intended move toward liberalisation by both increasing support to farmers and doing so in a manner that is distorting production decisions.

Recommendations: Roll back the extra support given to farmers in the past few years, and reverse the recent move away from market-based outcomes. Ensure that the recent agreement on a framework for continuing the Doha trade round – including notably the commitment to eliminate export subsidies – results in reforms.

Other key priorities

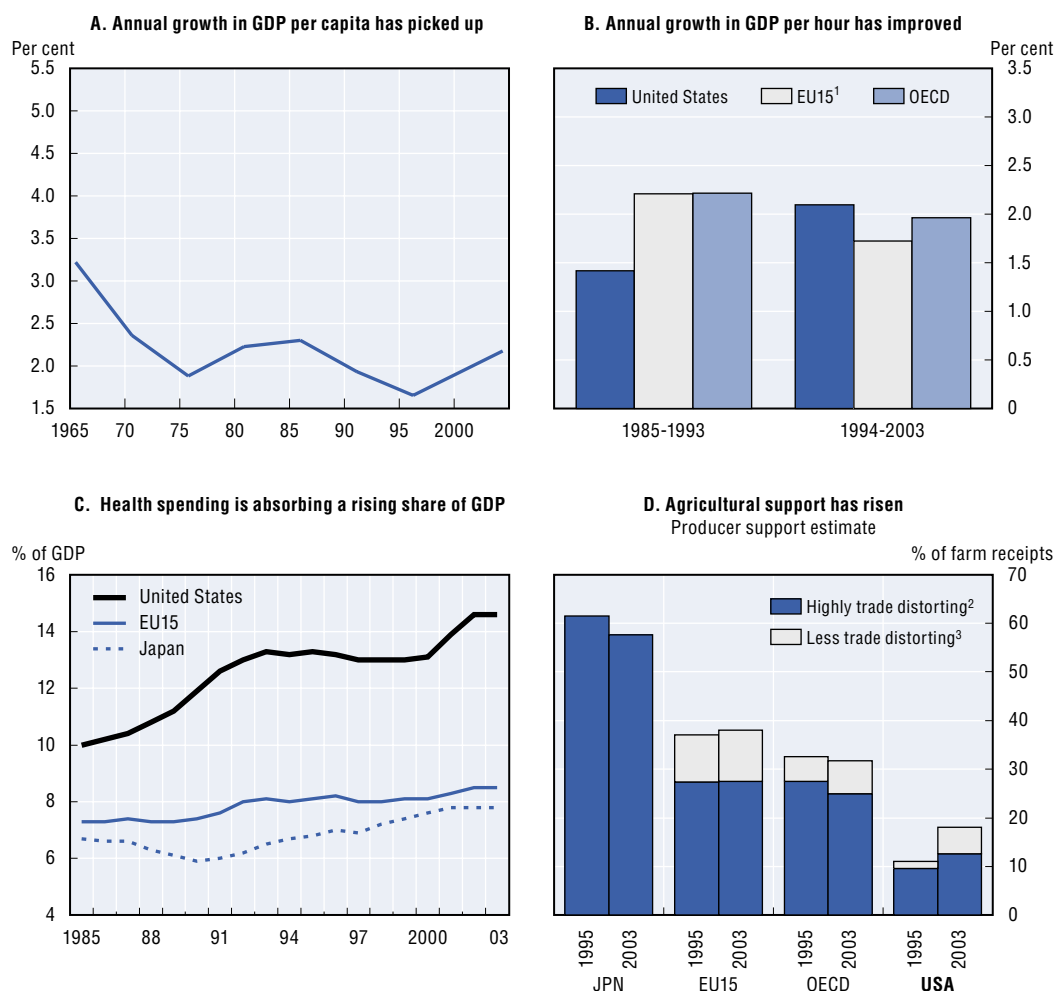
- Broaden the tax bases where exemptions create inefficiencies and move from personal income taxation toward a consumption-based tax system to encourage saving.
- Stand firm on promoting transparency and accountability in corporate governance and accounting. Eliminate the special status of government-sponsored housing finance companies.

UNITED STATES

Structural indicators

	1990	1995	2000	2003
Trend GDP per capita (% growth rate)	1.7	2.0	2.1	1.8
Trend employment rate	71.6	73.7	74.2	71.5
Trend participation rate	76.1	77.9	78.1	75.1
Structural unemployment rate (NAIRU)	5.9	5.3	4.9	4.8

Source: Estimates based on OECD Economic Outlook, No. 76.



1. Excluding Austria and Luxembourg.

2. Market price support and payments based on output and input use.

3. Payments based on area planted/animal numbers, historical entitlements and overall farm income.

Source: Charts A and B: National Accounts of OECD Countries, 2004; OECD Labour Force Statistics, 2004; OECD Economic Outlook, No. 76; Chart C: OECD, Health database; Chart D: OECD, Producer and consumer support estimates database.

PART II

Thematic Studies

Chapter 4

Product Market Regulation in OECD Countries: 1998 to 2003¹

This chapter describes trends in product market regulation in OECD countries over the period 1998 to 2003. The analysis is based on summary indicators of product market regulation that measure the degree to which policies promote or inhibit competition. The results suggest that regulatory impediments to competition have declined in all OECD countries in recent years. Regulation has also become more homogenous across the OECD as countries with relatively restrictive policies have, in some areas, moved towards the regulatory environment of the more liberalised countries. Within some countries product market policies have become more consistent across different regulatory provisions, although relatively restrictive countries still tend to have a more heterogeneous approach to competition. In general, domestic barriers to competition tend to be higher in countries that have higher barriers to foreign trade and investment, and high levels of state control and barriers to competition tend to be associated with cumbersome administrative procedures and policies that reduce the adaptability of labour markets. Notwithstanding recent progress in product market reform, a “hard core” of regulations that impede competition still persists in virtually all countries.

Introduction

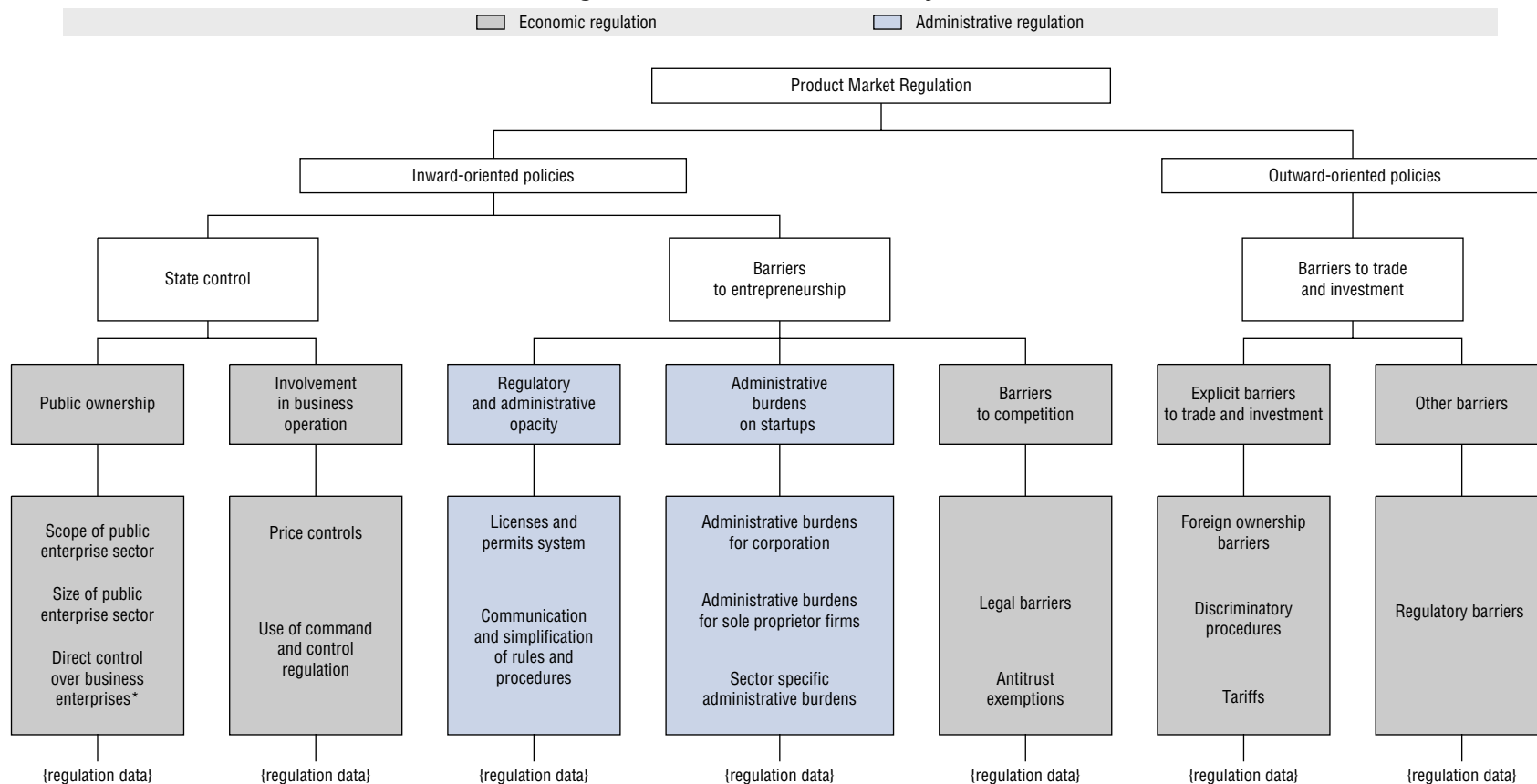
Regulation is perhaps the most pervasive form of state intervention in economic activity. It is also essential for the good working of market economies. Over recent decades, however, policymakers have become increasingly concerned about the potential for regulation to be too intrusive and stifle market mechanisms, possibly affecting resource allocation and productive efficiency. In light of this, most OECD governments have been reviewing and updating their regulatory environment. This process of reform has been closely intertwined with enhancing competition in product markets. Regulations that increase the role of competitive forces have been found to have important beneficial effects on GDP per capita – a common measure of welfare – through a number of channels. For instance, regulatory environments that favour competition can have a positive impact on economy-wide productivity, employment, and investment in some sectors.²

This chapter aims to describe changes in product market regulation in OECD countries from 1998 to the end of 2003. The analysis is based on the OECD indicators of product market regulation (PMR), which were developed in 1998 to describe broad differences in product market policies in OECD countries. The indicators are constructed from the perspective of regulations that have the potential to reduce the intensity of competition in areas of the product market where technology and market conditions make competition viable. The principal source of information used to construct the indicators is a questionnaire sent to OECD member countries.³

The structure of the indicator system is shown in Figure 4.1. The system is in the form of a pyramid with 16 low-level indicators at the base and one overall indicator of product market regulation at the top. The low-level indicators capture specific features of the regulatory regime and span the most important aspects of general regulatory practice as well as some aspects of industry-specific regulatory policies (in particular, in retail distribution, air and rail passenger transport, rail and road freight and telecommunications). At each step up the pyramid the regulatory domain summarised by the indicators becomes broader. Higher-level indicators are calculated as weighted averages of their constituent lower-level indicators. At the top of the structure the overall indicator of product market regulation summarises the main features of the regulatory framework in the product market of each country. At intermediate levels the indicators summarise information about broad regulatory areas and families of regulatory interventions (see Box 4.1).⁴

It is important to note that the PMR indicators are based primarily on explicit policy settings and only account for formal government regulation. “Informal” regulatory practices, such as administrative guidance or self-disciplinary measures of professional associations, are captured only to a very limited extent in the PMR indicators system. Similarly, the way in which regulations are applied by enforcement authorities, which can have a considerable impact on competition in a given market, is also reflected in a relatively minor way in the PMR indicator system.

Figure 4.1. The PMR indicator system



* Two indicators form the 1998 version of the PMR indicators ("Special voting rights" and "Control of public enterprise by legislative bodies") have been combined into this indicator.

Box 4.1. The OECD regulation database and PMR indicators

Most of the regulatory information summarised in the PMR indicators was collected in a questionnaire sent to OECD countries. The 2003 version of this questionnaire collected 805 data points for each country on general and sectoral regulatory policies as well as some aspects of industry structure. It was distributed in October 2003, so the data collected reflect regulations in place of the end of 2003.

After collection, responses to the 2003 questionnaire were systematically checked within and across countries as well as with the country responses to the 1998 questionnaire. This process identified a number of potentially erroneous data in both years. In most cases, potential inconsistencies were referred back to the survey respondents in national administrations for verification. Often this involved several iterations. The revised data were then scrutinised by OECD experts.

At the end of this process the response rate to the questionnaire was around 92%. For the subset of data used directly in the PMR indicators, the average response rate was also around this very high level. In some cases, gaps in this data set were filled with data from 1998, bringing the average availability of questionnaire data used in the indicators to almost 97%. For a number of countries, 100% of the data necessary to construct the indicators were available in 2003.

As well as data from the questionnaire, the PMR indicators also use a small proportion of data (about 7%) from other sources. These data are taken from publications of the OECD or other sources, such as the World Trade Organisation (average tariff rates) and the Privatisation Barometer – Fondazione Eni Enrico Mattei (proceeds from privatisation – www.privatizationbarometer.net).

To calculate the low-level indicators in the PMR system, the regulatory data are quantified and normalised so as to have a scale of zero to six, reflecting increasing restrictiveness of regulatory provisions to competition. The data are then aggregated into low-level indicators by assigning subjective weights to the various regulatory provisions. At each step up the pyramid the regulatory domain summarised by the indicators becomes broader. Higher-level indicators are calculated as weighted averages of their constituent lower-level indicators. The collection of lower-level indicators attributed to each of the higher-level indicators and the weights used in the averaging are determined using a statistical technique.

Within the PMR system, economic and administrative regulations are classified into two main areas – inward- and outward-oriented policies – depending on whether regulations are directed at domestic or foreign operators. In turn, inward-oriented policies are subdivided into measures aimed at establishing various forms of state control on economic activities and provisions resulting in impediments to entrepreneurial activity, while outward-oriented policies distinguish explicit barriers to trade and investment (e.g. tariffs or foreign ownership restrictions) from other barriers to international exchanges (e.g. regulatory hindrances). State control measures include public ownership of business enterprises (e.g. the size and scope of the public enterprise sector) and the involvement of the state in the operation of private businesses (e.g. price controls). Barriers to entrepreneurship include obstacles to competition (e.g. legal limitations on the number of competitors), administrative burdens (e.g. burdens on business start ups) and administrative opacities (e.g. the complexity of the licenses and permits system).

Progress in regulatory reform, 1998-2003

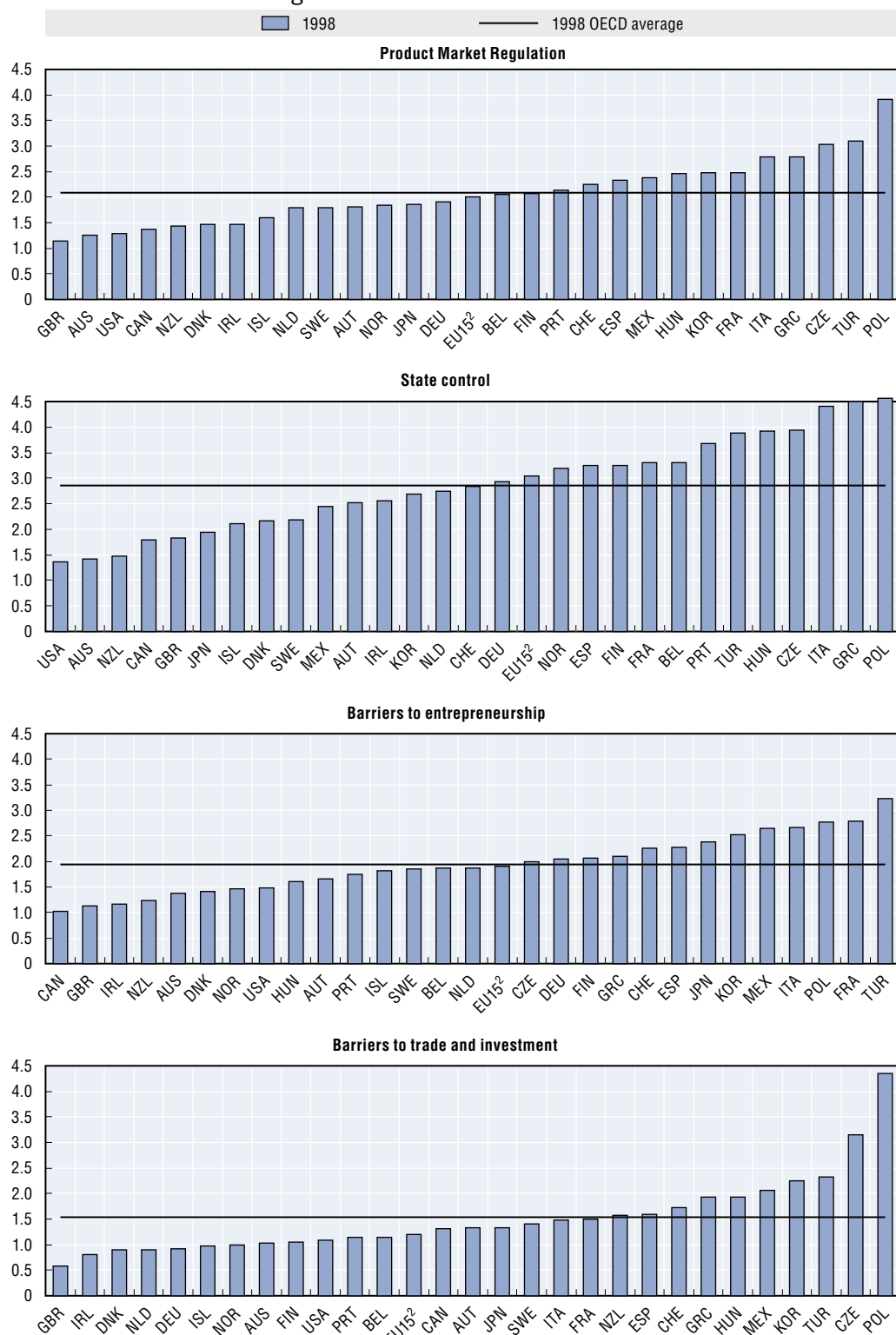
This section uses the updated PMR indicators to illustrate progress made by OECD countries in regulatory reform. It begins with a brief review of the indicator values for OECD countries in 1998, and then outlines the broad trends in regulatory policy that have occurred between 1998 and 2003. It finishes with a review of regulatory patterns in OECD countries in 2003.

1998 revisited

Figure 4.2 graphs the PMR indicators for OECD countries in 1998, as well as the three constituent indicators of state control, barriers to entrepreneurship, and barriers to foreign trade and investment.⁵ A number of broad observations of important differences in product market regulation across countries are apparent from the figure. The United Kingdom, Australia, the United States, Canada, New Zealand, Denmark, and Ireland are estimated to have had the least restrictive overall regulatory environments in 1998. Within this group, the United Kingdom was estimated to be relatively liberal in all three of the broad policy domains further down the PMR pyramid. Australia, the United States, Canada, and especially New Zealand, however, are estimated to have had a more restrictive approach to foreign trade and investment relative to the inward-oriented policies of state control and barriers to entrepreneurship. Conversely, Ireland and Denmark were estimated to be highly open to trade and investment in 1998, but were deemed more restrictive in terms of state control.

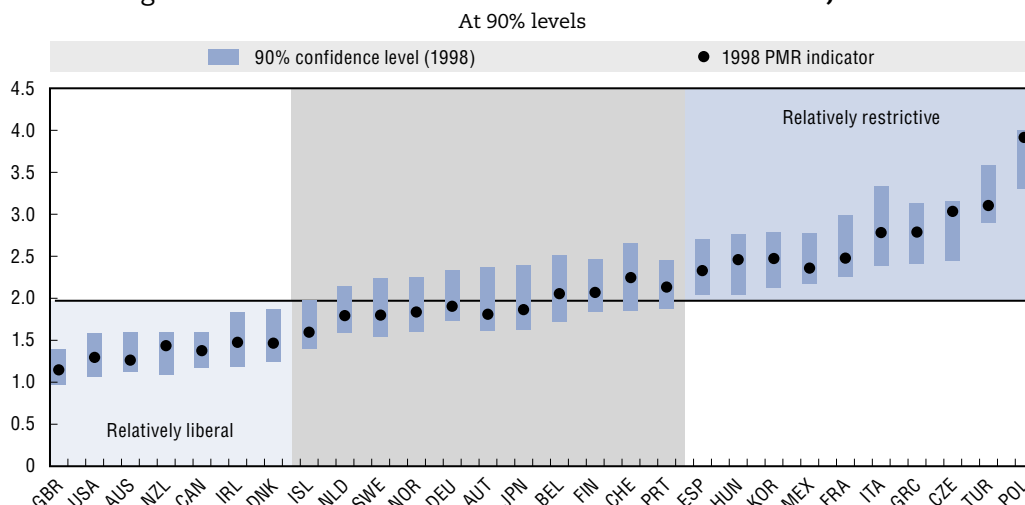
At the other end of the spectrum, Poland, Turkey, the Czech Republic, Greece, and Italy are estimated to have had regulatory environments that were the least conducive to product market competition in the OECD in 1998. A relatively high degree of state control was a feature of product market regulation in all these countries and barriers to entrepreneurship were also high in Turkey, Poland, and Italy. Poland, the Czech Republic, and to a lesser extent, Turkey also stand out as having had particularly restrictive barriers to foreign trade and investment in comparison to the other OECD countries.

To assess the statistical significance of the estimated differences in product market regulation, Figure 4.3 graphs 90% confidence intervals for the 1998 PMR indicators calculated using a “random weights” technique (Box 4.2). Across a number of countries the PMR indicators were not statistically different when uncertainty about the weights used to construct them is taken into consideration. However, at this level of confidence, two broad country groupings with clearly distinct regulatory regimes can be identified in 1998: a “relatively liberal” group of countries – including the common-law countries and Denmark – and a “relatively restrictive” group of countries – including Poland, Turkey, Czech Republic, Greece, Italy, France, Mexico, Korea, Hungary and Spain. The rest of the OECD countries – the “middle of the road” group – were not statistically distinguishable from these two groups at the 90% level of confidence.

Figure 4.2. **The situation in 1998¹**

1. The scale of the indicators is 0-6 from least to most restrictive of competition.

2. EU15 (simple average).

Figure 4.3. **Confidence intervals for the PMR indicators, 1998^{1, 2}**

1. The scale of the indicator is 0-6 from least to most restrictive of competition.
2. The confidence intervals are calculated using stochastic weights on the low-level indicators to generate a distribution of overall PMR indicators for each country. The 90% confidence intervals are calculated from that distribution. Indicator values for the “relatively liberal” and “relatively restrictive” countries are significantly different at the 90% level of confidence.

Box 4.2. The random weights technique

Starting with the 16 low-level indicators, this technique uses 10 000 sets of randomly-generated weights to calculate 10 000 overall indicators for each country.¹ The random weights are drawn from a uniform distribution between zero and one and then normalised so as to sum to one. This is equivalent to assuming complete uncertainty about the most appropriate value of each of the individual weights used to construct the PMR indicators. Accordingly, the resulting distribution of indicators for each country reflects the possible range of values given no *a priori* information on the most appropriate value for each of the weights. Confidence intervals and the probability of a given country achieving a given rank are calculated from these distributions.

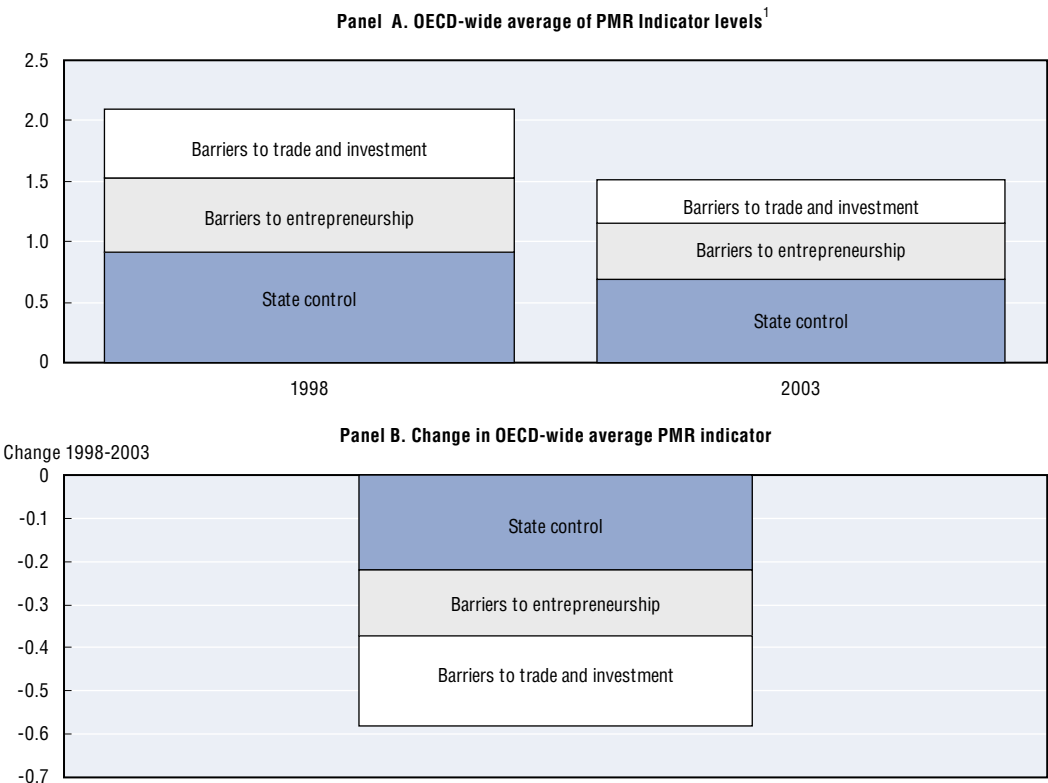
The confidence intervals are centred on the mean value of each country's 10 000 indicator values. Given that the weights are drawn from a uniform distribution between zero and one, the mean indicator values are asymptotically equivalent to indicators calculated using equal weights on each of the 16 low-level indicators. These differ from the PMR indicators, given that the weights in the PMR system are not equal. In all cases, however, the PMR indicator values fall within the confidence intervals.

1. The sensitivity of the indicators to changes in the subjective weights used to construct the low-level indicators has not been tested.

A degree of policy convergence over the past five years

On (unweighted) average across OECD countries, product market regulation has become more conducive to competition since 1998 (Figure 4.4a). Visible progress has been made in reducing barriers to competition in all three of the broad areas of regulation captured in the PMR indicators. Slightly more progress, however, has been made in reducing state control and barriers to trade and investment than in reducing barriers to entrepreneurship (Figure 4.4b).

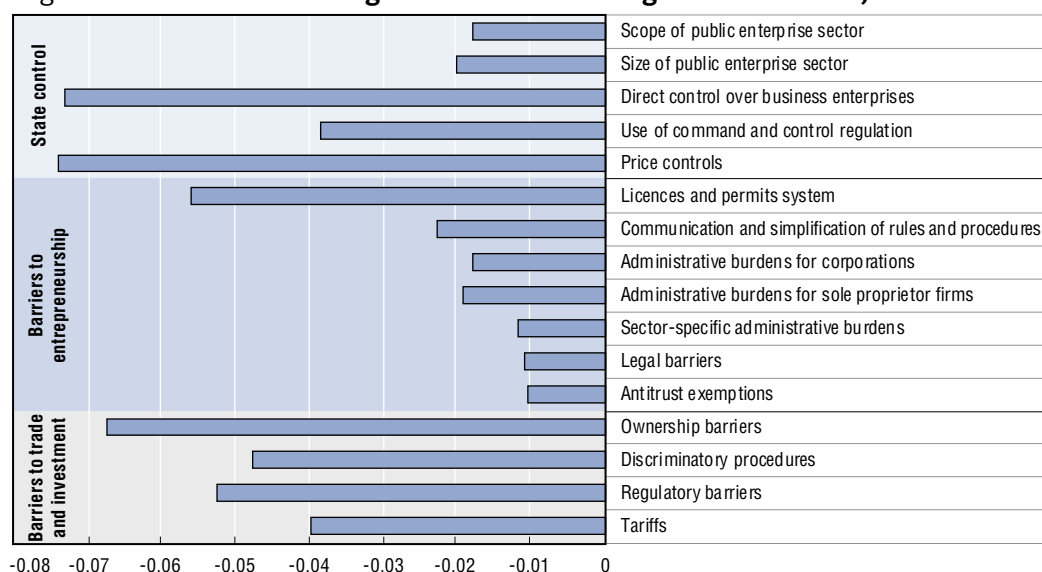
Figure 4.4. **Progress in regulatory reform, 1998 to 2003**



1. OECD-wide average is a simple average of the overall PMR indicators for 29 OECD countries. The scale of the indicator is 0-6 from least to most restrictive of competition.

As is apparent from Figure 4.5, the reduction in state control in the OECD has, in large part, been due to the easing or elimination of coercive forms of regulation (command-and-control measures, price controls) and less state interference in the choices of public or private business enterprises (direct control over business enterprises). In contrast, on average, there has not been a great deal of privatisation undertaken (as reflected in the indicators of the scope and size of the public enterprise sector).⁶ Hence, by and large, reform in this policy domain is successfully moving away from “command-and-control” to “incentive-based” regulations, but the extent of the state’s commercial interests has not decreased substantially since 1998. As well as being beneficial in its own right, the move away from command-and-control regulation could also be an important prequel to further privatisations. A greater reliance on incentive-based regulation lessens the need for the state to be directly involved in product markets and increases the attractiveness of state-owned assets to the private sector.

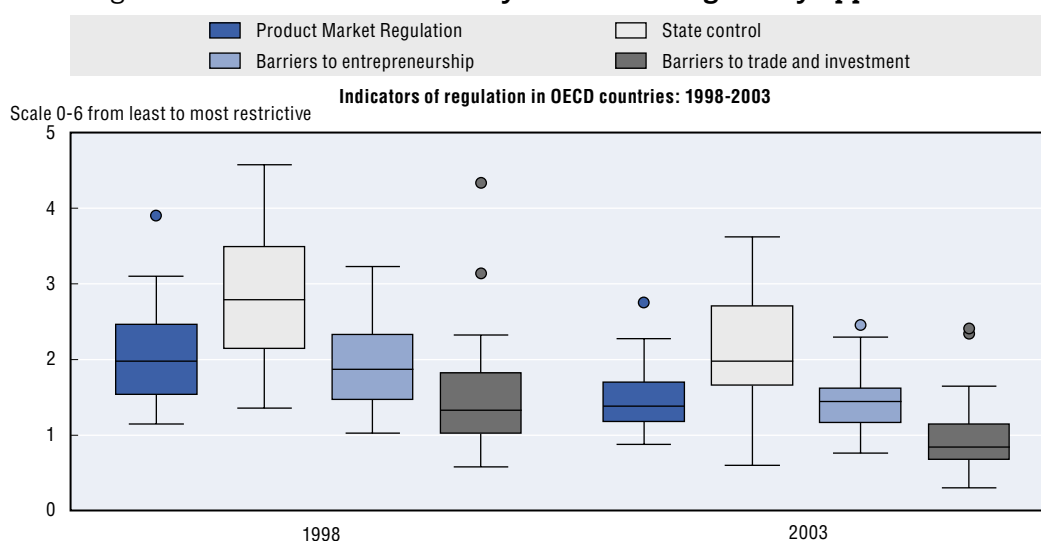
In the policy domain of barriers to entrepreneurship, progress across the OECD has been particularly limited with respect to removing remaining legal barriers to new entry in product markets that are sheltered from competition, such as several non-manufacturing industries. The simplification of administrative procedures and reduction of burdens on business start-ups has also been limited, except for a marked improvement in licence and permit systems due to more widespread use of one-stop shops and, to a lesser extent, “silence is consent” rules.

Figure 4.5. **Sources of change in the OECD-average PMR indicator, 1998 to 2003**¹

1. Shows the contribution of each of the 16 low level PMR indicators to the change of the OECD-average overall PMR indicator.

In contrast, significant easing was recorded in all types of barriers to foreign trade and investment, further increasing the outward orientation and the trade integration of OECD economies. Average most-favoured-nation tariff rates have declined in most countries and restrictions on foreign direct investment have also softened somewhat over the past five years.⁷ In most countries, ceilings on foreign ownership and limitations on management and business choices are the main remaining impediments (Golub, 2003).

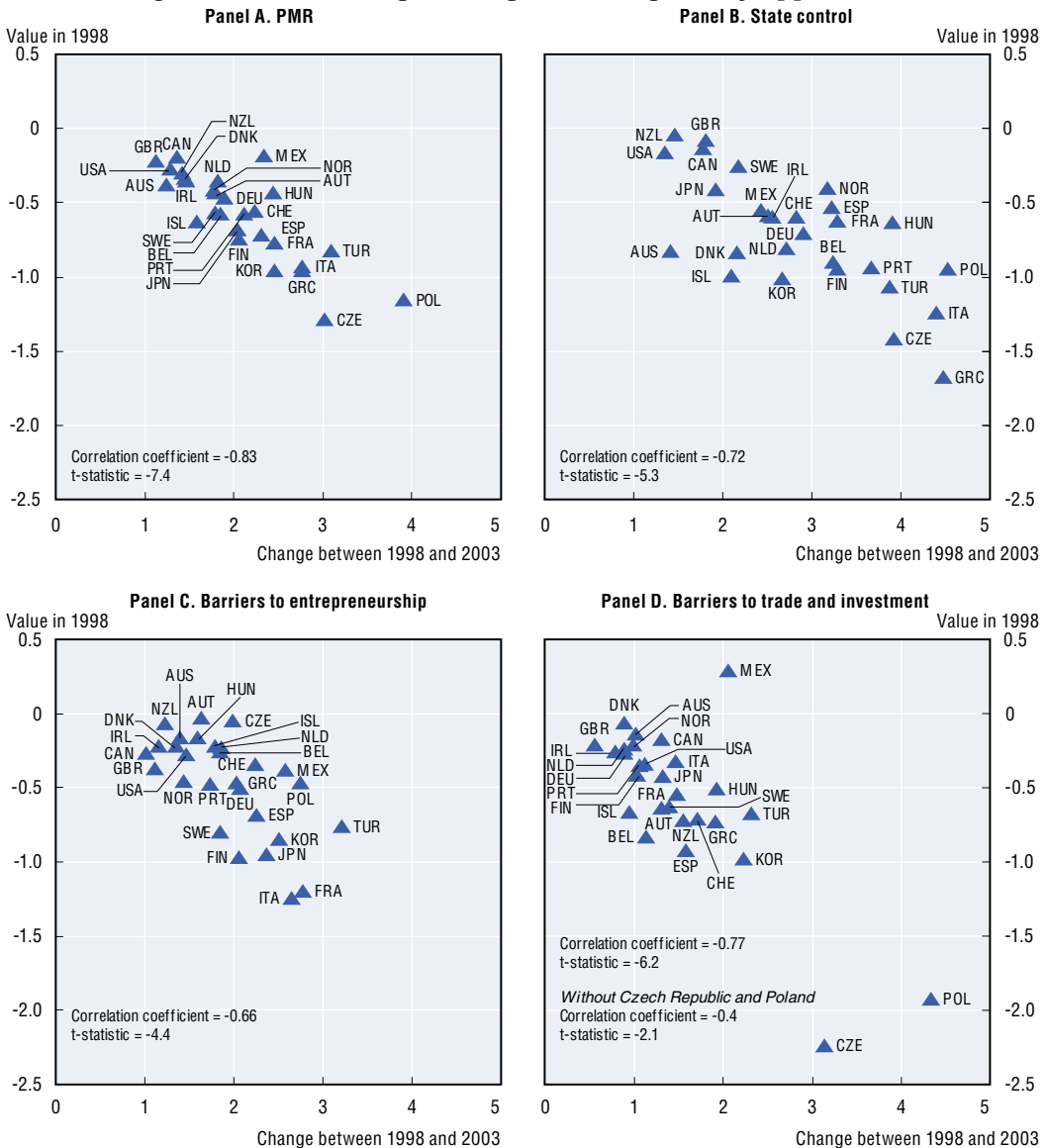
As a result of regulatory reform since 1998, there is now less variation in overall product market policies across countries (Figure 4.6). To a significant extent, this reduction

Figure 4.6. **Smaller cross-country variance in regulatory approaches**¹

1. Box plots of the overall PMR indicator and its three components. The horizontal line in the middle of the box is the median value of the indicator OECD wide. The edges of the box are the 2nd and 3rd quartile of the cross-country distribution. The two whiskers are the extreme values and the dots represent outliers.

in cross-country dispersion is due to convergence towards the regulatory practices of the most liberal OECD economies. In other words, countries that had relatively restrictive product market policies in 1998 have generally made more progress than countries with policies that were already more conducive to product market competition, implying a positive relationship between the initial level of regulation and the extent of reform over the past five years (Figure 4.7a). For the group of EU member countries in 2003 convergence towards lower barriers to product market competition has been stronger than in other OECD member countries, perhaps reflecting efforts to implement the single market programme.⁸ If confirmed, this trend would constitute a reversal of previous findings based on the analysis of regulatory reforms in non-manufacturing industries that suggested relatively weaker convergence within EU countries over the 1975 to 1998 period (Nicoletti and Scarpetta, 2003).

Figure 4.7. Examining convergence in regulatory approaches¹



1. A negative correlation between the indicator value in 1998 and its change between 1998 and 2003 is indicative of convergence in regulation given that the scale of the indicators is 0 to 6 from least to most restrictive.

Convergence in the overall PMR indicator is due in large part to convergence in policies governing the extent of state involvement in product markets. Countries that had a relatively high degree of state control in 1998 have since made visible progress in this area (Figure 4.7b). The dispersion of barriers to entrepreneurship has also fallen since 1998 (Figure 4.6) and there is evidence of convergence (Figure 4.7c). In 2003, barriers to trade and investment are the most homogenous of the three broad policy domains (Figure 4.6). This reflects the fact that many of these regulations are determined by multilateral agreements and/or supranational institutions that often impose high standards of openness to trade and investment on their constituent countries. These institutions also tend to spread reform in this area across countries irrespective of their starting level; hence, the evidence of convergence in this sub-indicator is less compelling (Figure 4.7d).

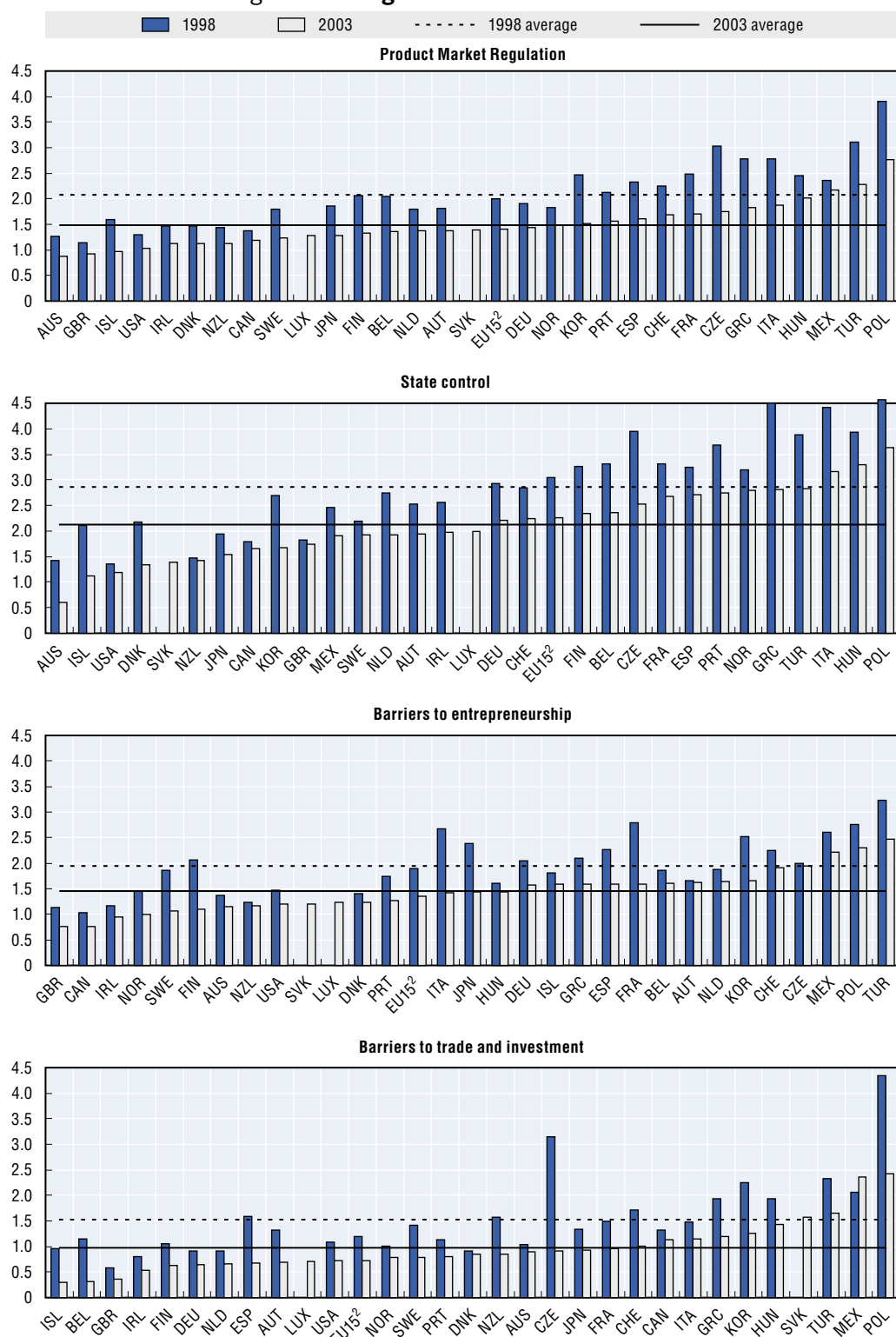
Product market regulation to 2003

The overall PMR indicators and three constituent indicators for each country in 1998 and 2003 are shown in Figure 4.8. According to the PMR indicators, the regulatory environment has become more conducive to product market competition in all countries for which 1998 data are available. Given the volume of regulatory information contained in the system, only the most apparent policy developments are discussed here on a country-by-country basis. For expositional purposes, countries are split into three groups – as identified above – depending on their estimated degree of product market regulation in 1998.

The “relatively restrictive” countries

Consistent with the pattern of convergence identified earlier, countries that were estimated to have had relatively restrictive product market regulations in 1998 – Poland, Turkey, Czech Republic, Greece, Italy, France, Mexico, Korea, Hungary, and Spain – have, in most cases, also recorded a relatively large easing of overall product market regulation. For most of these countries the reform of product market regulations since 1998 has led to substantial improvements in all three of the broad policy domains captured by the sub-indicators. In particular:

- State control, which was generally relatively pervasive in 1998, has been reduced substantially. In all cases this reflects the removal of price controls – especially in the air transport and telecommunications sectors – and, except for France and Spain, reductions in the extent of direct government control over firms. For example, legal restrictions on the sale of state-owned equity have been removed in the Czech Republic, Poland, and Italy; “golden shares” have been redeemed in Korea and Greece; and the legislature no longer controls directly the strategic choices of public firms in the Czech Republic and Greece.
- Progress in reducing *barriers to entrepreneurship* has been more disparate in this group of countries. Italy, France, Korea, Turkey, and Spain, which were estimated as having some of the most restrictive barriers to entrepreneurship in 1998, have since made substantial progress. In Italy, France, and Spain, this was driven predominantly by substantial reductions in the administrative burdens on start-up firms. Italy and Turkey also removed legal barriers to entry in some sectors, while Korea improved some aspects of public governance. Poland has made progress in this policy domain by reducing legal barriers to entry in some sectors while Greece and Mexico have improved the system of

Figure 4.8. **Regulation in 1998 and 2003¹**

1. Sorted by 2003 values. The scale of the indicators is 0-6 from least to most restrictive of competition.

2. EU15 (simple average).

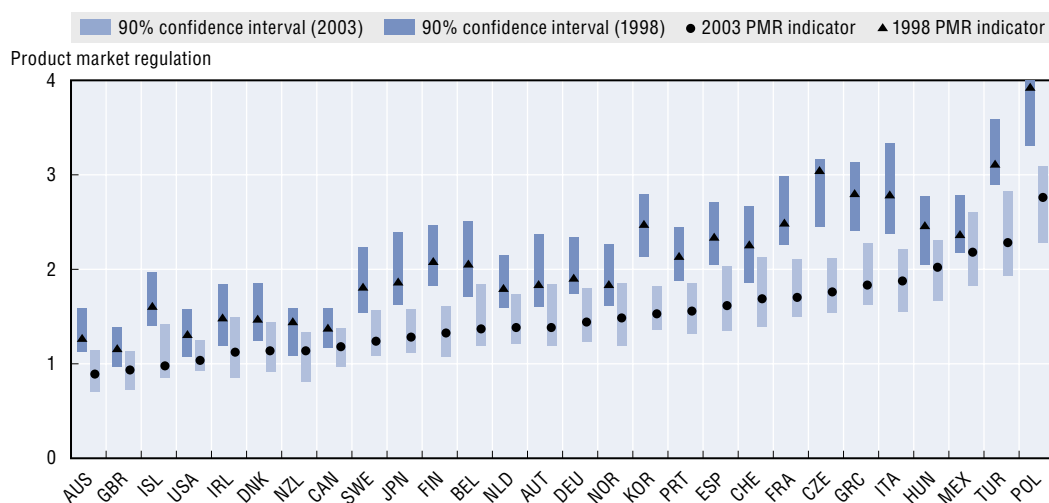
licences and permits. In the Czech Republic and Hungary, progress in this policy domain has been more limited.

- In the policy domain of *barriers to international trade and investment*, all the countries in this group have become more open as a result of higher ceilings on foreign investment in the airline and telecommunication sectors and, except for Mexico, lower average tariffs. In the Czech Republic and Poland, a range of other measures – such as explicit recognition of the national treatment principle, the use of Mutual Recognition Agreements, and access for foreigners to regulatory appeal procedures – have also contributed to large improvements in this area. This may reflect reforms implemented in the run up to accession to the European Union.

For all countries in this group, except Mexico and Hungary, the improvement in the PMR indicator between 1998 and 2003 is statistically significant at the 90% level of confidence (Figure 4.9).⁹ Although progress has, in most cases, been substantial, reforms have not always been sufficiently deep to close the gap relative to other OECD countries, which have also implemented reforms over the same period. To varying degrees, countries in this group are still estimated to have some of the most restrictive product market regulations in the OECD. A continuing high level of state control is generally the most significant difference between these countries and the rest of the OECD. In particular, the scope and size of the public enterprise sector is still estimated to be relatively large and policy objectives tend to be achieved by coercive forms of regulation.

Figure 4.9. **Confidence intervals for the PMR indicators, 1998 and 2003**^{1, 2}

At 90% levels



1. The scale of the indicators is 0-6 from least to most restrictive of competition.

2. The confidence intervals are calculated using stochastic weights on the low-level indicators to generate a distribution of overall PMR indicators for each country. The 90% confidence intervals are calculated from that distribution.

The “relatively liberal” countries

In line with the convergence theme, countries that were estimated to be relatively liberal in 1998 – the United Kingdom, the United States, Australia, New Zealand, Canada, Ireland, and Denmark – have tended to record relatively small relaxations of product market regulation. With a few exceptions, the pattern of product market reform in these

countries has tended to consist of small incremental improvements across the range of PMR indicators. Most notably:

- In the policy domain of *state control*, Australia and Denmark have made progress by lessening recourse to “command-and-control” regulation. In Australia, regulations on retail trade have been decentralised and universal service requirements for airlines removed, while in Denmark policy alternatives to coercive regulations are being given greater consideration. Ireland has also improved in this policy domain due to marginal reforms in most of the areas covered by low-level indicators.
- All countries in this group have recorded some lowering of *barriers to entrepreneurship*, predominantly as a result of small reductions in administrative burdens on business start-ups and minor improvements in the communication and simplification of rules and procedures.
- *Barriers to trade and investment* have also fallen by minor amounts in all these countries. New Zealand recorded a more significant reduction in this policy domain due to lessening policy discrimination against foreign firms.

For all of these countries, the improvement in product market reform is not significant at the 90% level of confidence (Figure 4.9). However, these countries are still estimated to have some of the most liberal product market regimes in the OECD. This generally reflects lower barriers to entrepreneurship and less state control relative to other OECD countries. In contrast, many of these countries do not score well in the (relatively homogenous) sub-indicator of barriers to trade and investment, primarily because of relatively restrictive barriers to foreign ownership.

The fact that these countries are estimated to have relatively liberal product market policies does not mean that the scope for increasing competition through regulatory reform has been exhausted. As well as lowering barriers to foreign ownership, these countries could also enhance the role of market forces in other areas. For example, the proportion of sectors in which legal barriers restrict entry or the state owns equity in at least one firm can still be relatively high in some of these countries. Furthermore, in a few cases, aspects of product market regulation have become somewhat less conducive to competition since 1998. For example, in New Zealand the scope of the public enterprise sector has increased, while in the United Kingdom restrictions on the sale of state owned equity in the post office have recently been enacted.

The “middle of the road” countries

Countries estimated to be in the middle of the distribution of PMR indicators in 1998 are Iceland, the Netherlands, Sweden, Norway, Germany, Austria, Japan, Belgium, Finland, Switzerland, and Portugal.

- All of these countries have made progress in reducing the extent of *state control*. This has typically been achieved by removing price controls and relying less on “command-and-control” regulation to achieve policy objectives. The extent of direct government control over business has also been reduced in some of these countries, but not to the same extent as in the group of countries that were estimated to be “relatively restrictive” in 1998.
- Reductions in *barriers to entrepreneurship* have been more disparate across these countries. Sweden, Finland, and Japan have all made substantial progress by improving the system

of licences and permits and government communication. Norway, Germany and Portugal have also made solid progress in this policy domain as a result of lower administrative burdens. The other countries in this group have virtually maintained the *status quo* in this policy domain since 1998.

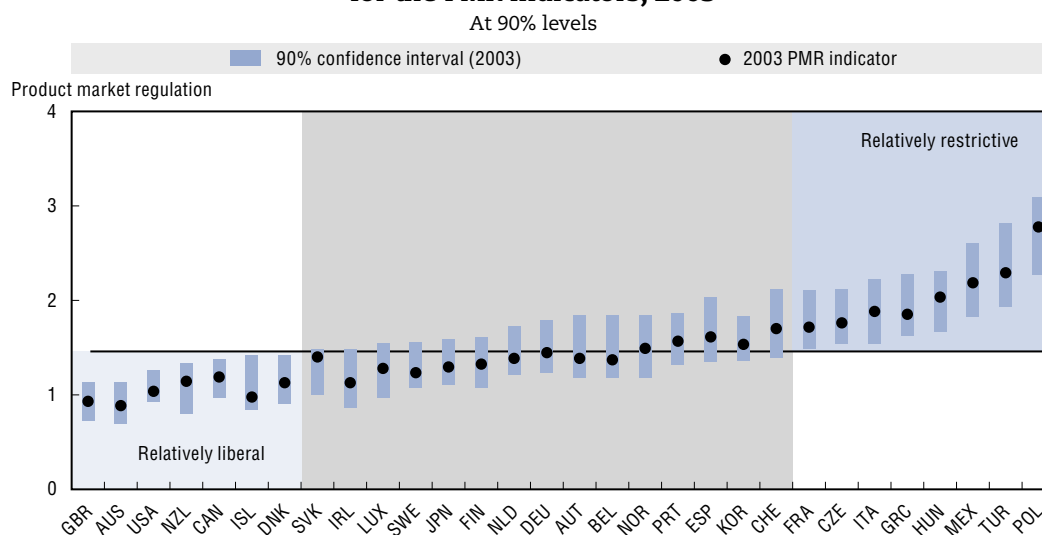
- Reductions in *barriers to trade and investment* in this group of countries have been spread across the range of low-level indicators.

In Finland, Japan and Portugal the easing of product market regulation is significant at the 90% level of confidence (Figure 4.9). Notwithstanding this progress, state control is still relatively pervasive in Finland and Portugal, while barriers to foreign trade and investment remain in Japan. In the other countries in this group, the easing of product market regulations is not significant at the 90% level of confidence, although it comes close to significance in Sweden and Iceland.

Despite progress in some regulatory areas, the relative positions of Norway, the Netherlands, and, to a lesser extent, Switzerland and Austria have slipped somewhat, predominantly as a result of restrictive barriers to entrepreneurship in the Netherlands, Austria and Switzerland and persisting state control in Norway. On the other hand, Iceland, Finland, Japan and Belgium have improved their relative positions, and, to varying degrees, converged towards the most liberal countries.¹⁰ The remaining countries – Sweden, Germany, and Portugal – have broadly maintained the relative positions they held in 1998.

As in 1998, the PMR indicators are in many cases not statistically different across countries in 2003 when uncertainty in the choice of weights used to calculate the overall PMR indicator is taken into account (Figure 4.10). However, once again, two broad groups

Figure 4.10. **Country groupings based on confidence intervals^{1, 2} for the PMR indicators, 2003**



1. The scale of the indicators is 0-6 from least to most restrictive of competition.
2. The confidence intervals are calculated using stochastic weights on the low-level indicators to generate a distribution of overall PMR indicators for each country. The 90% confidence intervals are calculated from that distribution. Indicator values for the "relatively liberal" and "relatively restrictive" countries are significantly different at the 90% level of confidence.

of countries can be identified at conventional degrees of confidence. The “relatively liberal” countries have barely changed since 1998 and now include Iceland, in addition to the common-law countries and Denmark. The “relatively restrictive” countries in 2003 include Poland, Turkey, Mexico, Hungary, Greece, Italy, Czech Republic and France. Thus, Korea and Spain have moved to the group of “middle of the road” countries.

Consistency across policy domains

This section investigates the extent to which the policy approaches adopted by OECD countries in different regulatory areas are linked. It describes the observed empirical relationships between different aspects of product market regulation captured within the PMR indicators system as well as between product market and selected labour market policies.

Consistency across product market policies

One straight-forward method of assessing the extent of consistency in the policy areas covered by the 16 low-level indicators in the PMR system is simply to look at their variance within countries. A high variance would signal situations in which countries have relatively marked differences in the extent to which policies in different areas are conducive to competition; lower variances would point to policies that are either uniformly restrictive, or liberal, or somewhere in between, across the different areas of product market regulation.¹¹

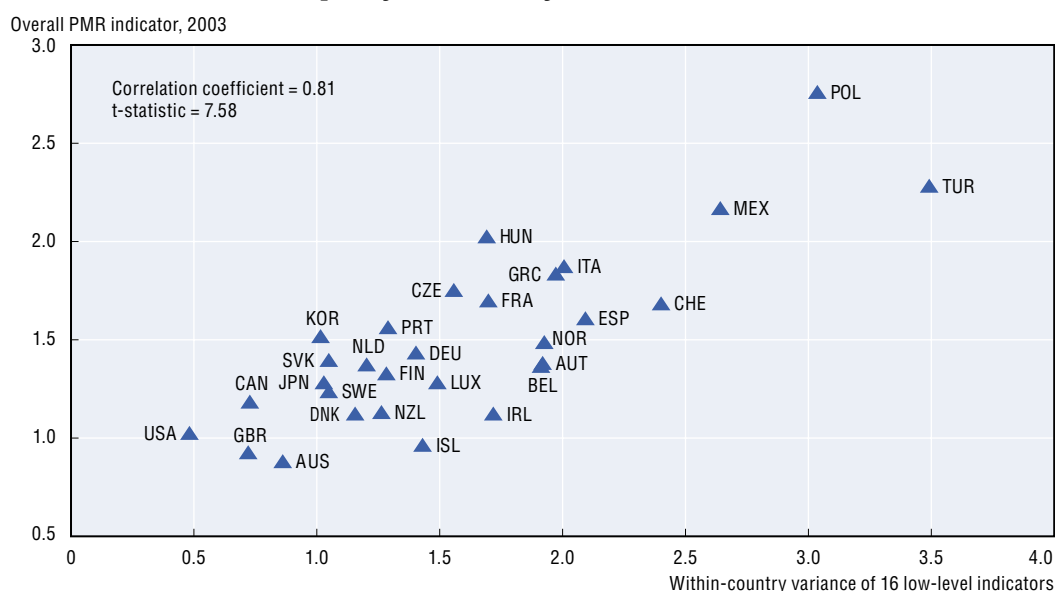
According to this metric, the dispersion of regulatory practice has declined between 1998 and 2003 for most countries, implying increased consistency of product market regulations (Table 4.1). Countries that have increased consistency most strongly include Italy, Japan, Sweden, and Korea. Given the overall improvement in product market regulation, this may indicate that recent reform efforts in these countries have been directed at regulatory domains that were problem areas in the past. Countries that have moved in the other direction include Turkey, Mexico, Poland, Spain, and New Zealand. For these countries, to the extent that complementarities exist between policy areas, there is a danger that the potential benefits of recent product market reforms may be reduced given ongoing restrictions in other areas.

Table 4.1. **Within-country variance of the low-level indicators, 1998 and 2003**

	Australia	Austria	Belgium	Canada	Czech Republic	Denmark	Finland	France	Germany	Greece
1998	1.0	2.5	2.7	0.8	2.3	1.7	1.7	2.3	1.6	2.3
2003	0.9	1.9	1.9	0.7	1.6	1.2	1.3	1.7	1.4	2.0
	Hungary	Iceland	Ireland	Italy	Japan	Korea	Luxembourg	Mexico	Netherlands	New Zealand
1998	2.4	1.5	1.9	4.0	2.6	2.0		1.6	1.3	1.1
2003	1.7	1.4	1.7	2.0	1.0	1.0	1.5	2.7	1.2	1.3
	Norway	Poland	Portugal	Slovak Republic	Spain	Sweden	Switzerland	Turkey	United Kingdom	United States
1998	1.9	2.1	1.5		1.9	2.1	2.9	2.1	0.8	1.2
2003	1.9	3.0	1.3	1.1	2.1	1.1	2.4	3.5	0.7	0.5

It is also interesting to note that the variability of regulatory approaches tends to increase as the regulatory environment (measured by the overall PMR indicator) becomes more restrictive across countries (Figure 4.11). Put differently, countries with relatively liberal product market policies also tend to have a more uniform approach across regulatory domains, and vice versa.¹² In countries with restrictive product market policies, the relatively diverse mix of policies could be open to two conflicting interpretations: it could be indicative of either inconsistent policy setting, or, more optimistically, an ongoing reform process.

Figure 4.11. **The relationship between the level of overall regulation and policy consistency in OECD countries**

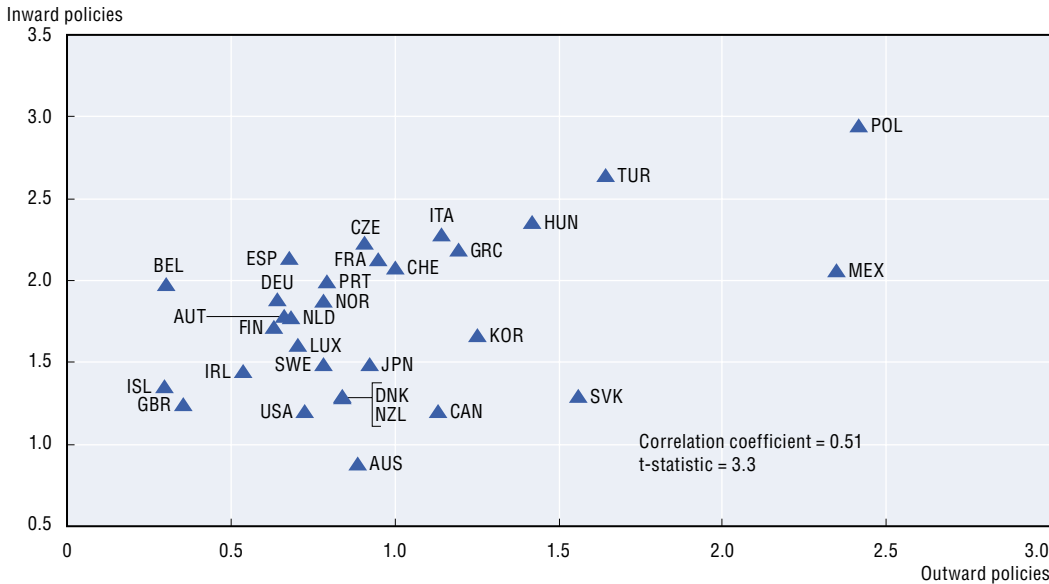


Across broader regulatory domains the consistency of product market regulations can be assessed by investigating relationships between pairs of PMR indicators at higher levels of the hierarchy. Three possible relationships are considered here: outward and inward-oriented policies;¹³ economic and administrative regulations;¹⁴ and, at a more detailed level, the scope of public enterprises and legal barriers to competition.

As mentioned above, supranational institutions and agreements tend to engender liberalisation in outward-oriented policies across all participant countries irrespective of their domestic policy settings. Notwithstanding this, there is a significant correlation between barriers to foreign trade and investment in OECD countries and domestic barriers to competition (Figure 4.12). In other words, relatively open economies also tend to have relatively liberal domestic policy settings. This may reflect a “political economy effect” whereby openness to trade and international investment generates pressures for domestic policy reform.

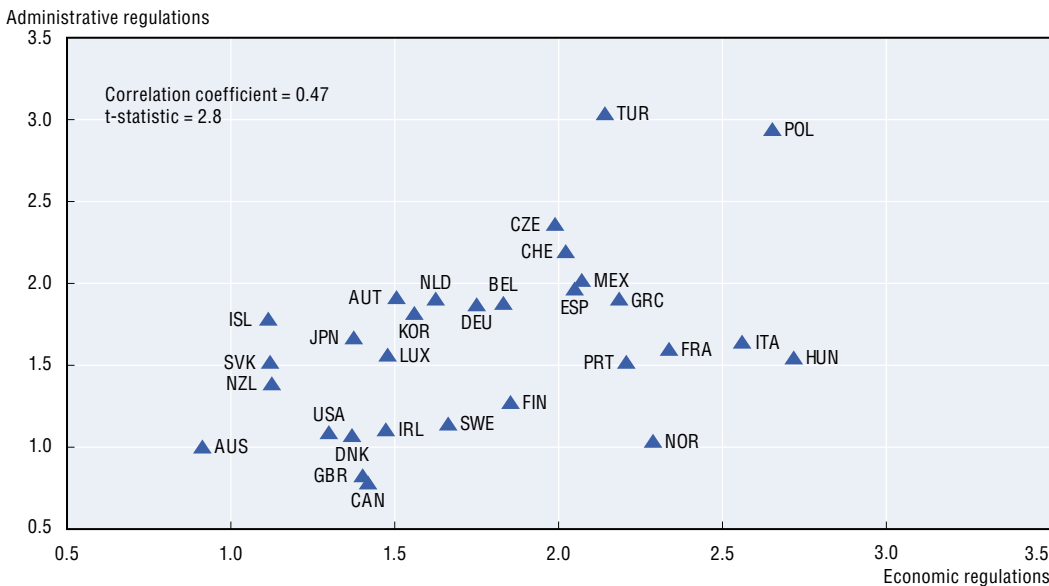
In 1998, countries that had restrictive economic regulations also tended to impose burdensome administrative procedures on business enterprises. Although subsequent reform has, in general, been somewhat asymmetric in favour of reducing economic regulations (especially state control), the positive correlation between these two regulatory areas has persisted into 2003 (Figure 4.13). There are at least two potential reasons to

Figure 4.12. **Outward and inward-oriented policies,¹ 2003**

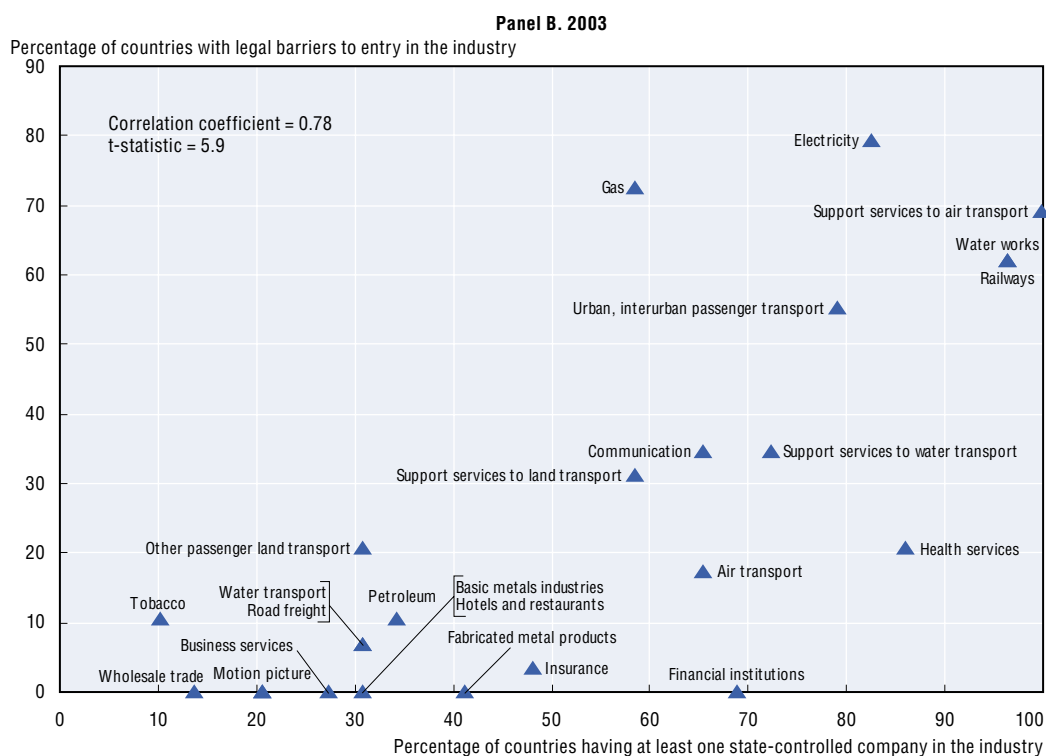
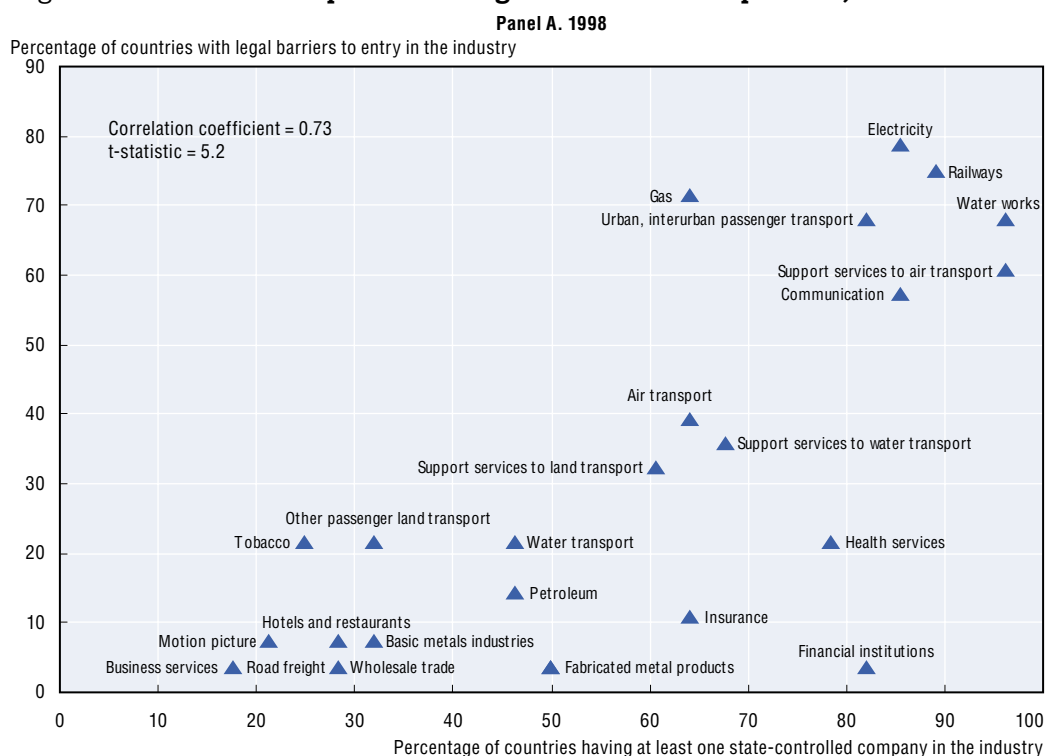


1. Inward-oriented policies include state control and barriers to entrepreneurship whereas outward-oriented policy indicators include barriers to trade and investment.

Figure 4.13. **Administrative and economic regulations,¹ 2003**



1. Administrative regulation includes reporting, information and application procedures, and the burdens on business start-ups, implied by both economy-wide and sector-level requirements. Economic regulation includes all other domestic regulatory provisions affecting private governance and product market competition (such as state control and legal barriers to entry in competitive markets). The scale of the indicators is 0-6 from least to most restrictive of competition.

Figure 4.14. **Public enterprises and legal barriers to competition, 1998 and 2003**

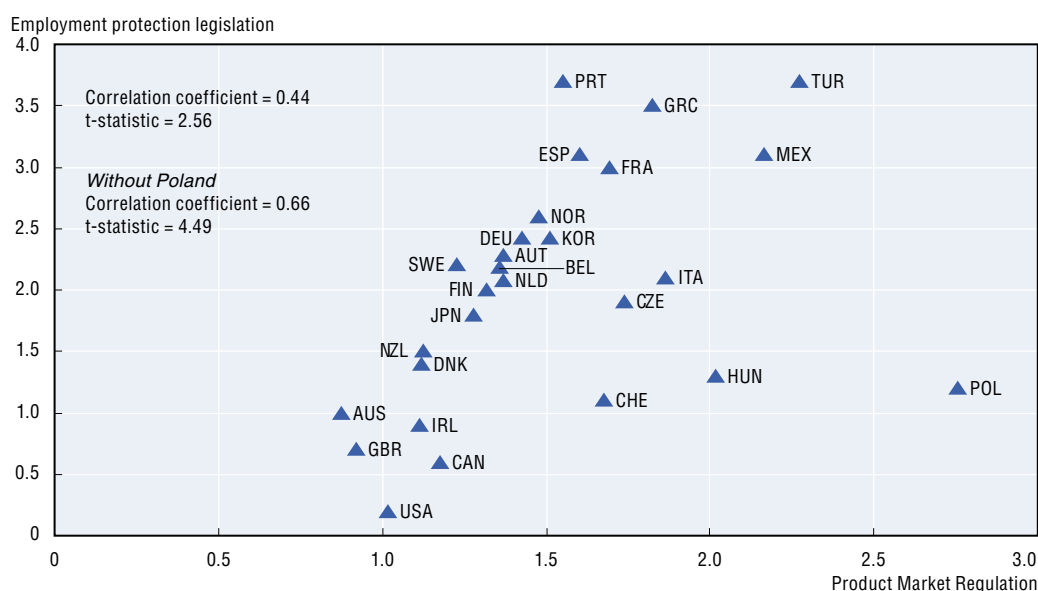
expect a degree of consistency between economic and administrative regulations. On the one hand, reforms that liberalise market access and enhance the role of market-based mechanisms may also bring about a reduction in administrative procedures and burdens, thus enhancing the positive effects on competition. On the other hand, a less burdensome administrative environment may make it easier to reform economic regulations that must be endorsed and implemented by national and/or local administrations. In this case, administrative simplification may constitute a pre-condition for reforms in other areas (OECD, 2003; Koromzay, 2004; Nicoletti, 2004).

Finally, as was the case in 1998, market access is frequently restricted by laws and regulations in industries in which the state often has ownership involvement (Figure 4.14). Although the correlation between these two indicators remains high, the difference between network and other sectors has become less distinct as reform in a number of countries has liberalised access to network industries that are still dominated by public (or semi-public) enterprises. At the same time, the frequency of restrictions and state ownership in industries that are inherently competitive (*e.g.* tobacco, air transport, communications) has fallen in some cases.

The relationship between product market regulation and labour market policies

Looking beyond the product market, empirical evidence suggests a positive relationship between product and labour market reforms in OECD countries with the former often preceding the latter (Brandt et al., 2005). The empirical evidence also continues to suggest a positive relationship between employment protection legislation (EPL) and product market regulation across OECD countries (Figure 4.15). Thus, as already observed in 1998, restrictive product market regulation tends to be matched by analogous EPL restrictions.

Figure 4.15. **Product Market Regulation and employment protection legislation,¹ 2003**



1. EPL is the indicator of employment protection legislation described in OECD (2004).

There are several potential reasons why some aspects of labour and product market policies might be positively correlated. For instance, because product market liberalisation reduces the rents accruing to firms, it may also reduce the incentive for labour to maintain or increase bargaining power aimed at capturing part of these rents (Blanchard and Giavazzi, 2003), or protecting “insiders” by means of restrictive EPL (Saint Paul, 1996). Firms in competitive markets may also find it less easy to bear the cost of restrictive EPL, while workers may have less incentive to protect their jobs if alternative employment opportunities are enhanced by the positive effect of easier product market regulation on overall employment (Koeniger and Vindigni, 2003).¹⁵ As shown elsewhere (OECD, 2004), EPL has not changed a great deal over the past five years, especially for workers with permanent contracts. Thus, since the late 1990s, many OECD countries have made more progress in reforming product market regulation than EPL. If these policies are indeed political complements, this could suggest that better conditions for future labour market reforms may have been established.

Conclusions

Regulatory impediments to product market competition have declined in the OECD area in recent years. The extent of government involvement in product markets and barriers to international flows of capital and trade has fallen considerably. The fall in barriers to entrepreneurship has been somewhat less significant. However, notwithstanding recent progress, across virtually all OECD countries a “hard core” of regulations that impede competition still persists in some areas, such as barriers to entry in non-manufacturing industries.

In some respects, product market regulation has also become more homogenous across the OECD in the past five years as countries with relatively restrictive product market policies have moved towards the regulatory environment of the more liberalised countries. This convergence pattern has been most apparent in policies governing the extent of the state’s involvement in product markets. There is also evidence of convergence in policy-induced barriers to entrepreneurship, whereas policies governing barriers to international trade and investment have tended to be relatively homogenous. However, despite a degree of convergence in product market regulation, differences between broad groups of countries that have “relatively liberal” and “relatively restrictive” regulatory environments are still significant.

The overall approach to product market regulation has also become more consistent across regulatory domains within many OECD countries, suggesting that recent reform efforts may have been focused on areas where regulation was previously particularly restraining. Also, countries with restrictive overall product market regulations tend to have a more heterogeneous approach to competition across different policy areas, which may imply additional efficiency losses.

Finally, as was the case in 1998, cross-country correlations between different aspects of product market regulation are also apparent in the 2003 indicators. Domestic impediments to competition tend to be lower in countries that have lower barriers to foreign trade suggesting a link between a country’s degree of openness and domestic policy settings. In addition, restrictive economic regulations still tend to be associated with burdensome administrative environments, and legal barriers frequently block new entry into sectors in

which publicly-controlled companies operate. Product market regulation also appears to be linked to employment protection legislation, raising the question of whether policies in the two regulatory areas are “political complements”.

Notes

1. This chapter is based on recent more detailed OECD research (Conway *et al.*, 2005).
2. See, among others, Aghion *et al.* (2001), Nicoletti and Scarpetta (2003), Haefke and Ebell (2004), Nicoletti and Scarpetta (2004), Alesina *et al.* (2003), and Gust and Marquez (2002).
3. The values of all of the PMR indicators in 1998 and 2003, the underlying regulatory data used to construct them, and the questionnaire, called the OECD Regulatory Indicators Questionnaire are available via the OECD.stat Browser Web site at <http://stats.oecd.org/wbos/>.
4. A more detailed description of the way in which the PMR indicators are constructed can be found in Conway *et al.* (2004). The construction of the PMR indicators was originally described in Nicoletti *et al.* (1999).
5. Note that relative to the indicators shown in OECD (1999) the 1998 indicator values have been reviewed and revised as part of the current update.
6. This is in comparison to the early and mid-1990s when privatisation was more prevalent. See, for example, Megginson and Netter (2001).
7. The most-favoured-nation (MFN) tariff rates used in the PMR system are *ad valorem* and do not account for specific tariffs. The latter are frequently used on agricultural and food products with effects that are both less transparent and often more restrictive than *ad valorem* duties. MFN tariff rates also do not capture preferential tariffs, the trade importance of which has been growing over recent years with the expansion of regional trade agreements. The recent evolution of MFN tariff protection reflects reductions agreed in the Uruguay Round, with some differentiation according to sector, which a simple average may not accurately reflect. The tariffication of non-tariff barriers in the agricultural sector is also an important determinant of recent changes in MFN tariffs.
8. The correlation coefficient between the 1998 levels of the overall PMR indicator and changes over the 1998-2003 period is -0.95 ($t = 10.54$) in the EU15 and -0.78 ($t = 4.16$) in non-EU15 countries.
9. That is, the confidence intervals around the 1998 and 2003 PMR indicators do not overlap, implying that the improvement between 1998 and 2003 is robust to the choice of weights used to calculate the indicator.
10. Note, however, that this result for Iceland is highly sensitive to the weights used in calculating the indicator (Figure 4.10).
11. The width of the confidence intervals calculated using the random weights technique is also a measure of variance in the 16 low-level indicators. Countries that have relatively similar scores for all of the low-level indicator values will score a relatively similar overall PMR indicator value irrespective of the weights used in the aggregation process. This will translate into a relatively narrow 90% confidence level. However, for countries with a larger variance across the low-level indicators the overall PMR indicator will vary considerably depending on the weights used in its construction and the confidence interval will be relatively wide. Hence, the width of the confidence interval also provides a graphical measure of policy consistency within each country at this level.
12. To some extent this is to be expected given that the variance of the low-level indicators in a perfectly liberal and perfectly restrictive country would be zero in both cases.
13. Inward-oriented policies include state control and barriers to entrepreneurship whereas outward-oriented policy indicators include barriers to trade and investment (see Figure 4.1).
14. Administrative regulation includes reporting, information and application procedures, and the burdens on business start-ups, implied by both economy-wide and sector-level requirements. Economic regulation includes all other domestic regulatory provisions affecting private governance and product market competition (such as state control and legal barriers to entry in competitive markets) (see Figure 4.1).
15. There is an increasing amount of research pointing to positive effects of product market competition on employment, both in theory (Blanchard and Giavazzi, 2003; Pissarides, 2001; Haefke and Ebell, 2004) and with reference to the experience of OECD countries (Boeri *et al.*, 2000; Nicoletti *et al.*, 2001; Kugler and Pica, 2003; Nicoletti and Scarpetta, 2004).

Bibliography

- AGHION, P., C. HARRIS, P. HOWITT and J. VICKERS (2001), "Competition, Imitation and Growth with Step-by-Step Innovation", *Review of Economic Studies*, Vol. 68.
- ALESINA, A., S. ARDAGNA, F. SCHIANTARELLI and G. NICOLETTI (2003), "Regulation and Investment", *NBER Working Papers*, No. 9560.
- BLANCHARD, O. and F. GIAVAZZI (2003), "Macroeconomic Effects of Regulations and Deregulation in Goods and Labour Markets", *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 118.
- BOERI, T., NICOLETTI, G. and S. SCARPETTA (2000), "Regulation and Labour Market Performance", *CEPR Discussion Paper Series*, No. 2420.
- BRANDT, N., J.M. BURNIAUX, and R. DUVAL (2005), "Assessing the OECD Jobs Strategy: Past Developments and Reforms", *OECD Economics Department Working Papers* (forthcoming).
- CONWAY, P., V. JANOD and G. NICOLETTI (2005), "Product Market Regulation in OECD countries: 1998 to 2003", *OECD Economics Department Working Papers* (forthcoming).
- GOLUB, S.S. (2003), "Measures of Restrictions on Inward Foreign Direct Investment for OECD Countries", *OECD Economics Studies Papers*, No. 36.
- GUST, C. and J. MARQUEZ (2002), "International Comparisons of Productivity Growth: the Role of Information Technology and Regulatory Practices", *International Finance Discussion Papers*, No. 727.
- HAEFKE, C. and M. EBELL (2004), "Product Market Deregulation and Labour Market Outcomes" *IZA Discussion Paper Series*, No. 957.
- KOENIGER, W. and A. VINDIGNI (2003), "Employment Protection and Product Market Regulation", *IZA Discussion Paper Series*, No. 880.
- KOROMZAY, V. (2004), "Some Reflections on Political Economy of Reform", comments presented to the International Conference on Economic Reforms for Europe: Growth Opportunities in an Enlarged European Union, Bratislava, Slovakia, 18 March.
- KUGLER, A. and G. PICA (2003), "Effects of Employment Protection and Product Market Regulations on the Italian Labor Market", *Institute for the Study of Labor, Discussion Paper 948*. Bonn, Germany.
- MEGGINSON, W. and NETTER, J (2001), "From State to Market: A Survey of Empirical Studies on Privatisations", *Journal of Economic Literature*, Vol. 39.
- NICOLETTI, G., S. SCARPETTA and O. BOYLAUD (1999), "Summary Indicators of Product Market Regulation with an Extension to Employment Protection Legislation", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 226.
- NICOLETTI, G., R.C.G. HAFFNER, S. NICKELL, S. SCARPETTA and G. ZOEGA (2001), "European Integration, Liberalization and Labor Market Performance", in Bertola G., T. Boeri and G. Nicoletti (eds.), *Welfare and Employment in United Europe*, MIT Press, Cambridge, Mass.
- NICOLETTI, G. and S. SCARPETTA (2003), "Regulation, Productivity and Growth: OECD Evidence", *Economic Policy*, No. 36.
- NICOLETTI, G. and S. SCARPETTA (2004), "Do Regulatory Reforms in Product and Labor Markets Promote Employment? Evidence from OECD Countries". Paper presented at the ECB/CEPR Conference on "What Helps or Hinders Labour Market Adjustments in Europe", Frankfurt, 28-29 June.
- NICOLETTI, G. (2004), "The Political Economy of Product Market Reform", paper presented at the Fondazione Rodolfo DeBenedetti conference on "Structural Reforms without Prejudices", Lecce, Italy, 19 June.
- OECD (1999), *OECD Economic Outlook*, No. 66, Paris.
- OECD (2003), *From Red Tape to Smart Tape, Administrative Simplification in OECD Countries*, Paris.
- OECD (2004), *OECD Employment Outlook*, Paris.
- PISSARIDES, C. (2001), "Employment Protection", *Labour Economics*, Vol. 8.
- SAINT PAUL, G. (1996), *Dual Labour Markets*, The MIT Press, Cambridge, Mass.

Chapter 5

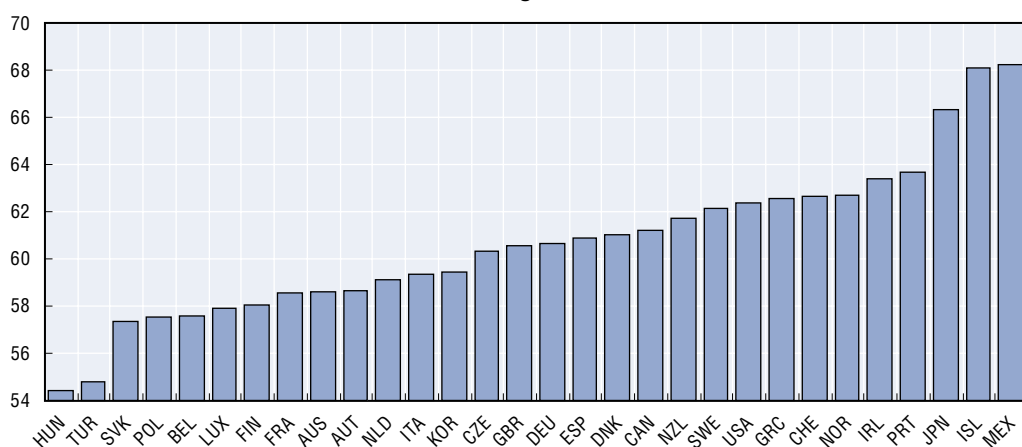
The Retirement Effects of Old-age Pension and Early Retirement Schemes in OECD Countries¹

OECD research summarised in this Chapter demonstrates that public pension systems and other social transfer programmes (such as unemployment, disability or special early retirement benefit systems) embody significant early retirement incentives. New empirical evidence shows that these schemes have played a major role in depressing employment at older ages, most prominently in a number of continental European countries where the work disincentives are particularly large. Therefore, a removal of early retirement incentives could raise effective retirement ages appreciably. For instance, labour force participation rates of older workers could be increased by over 15 percentage points in most continental European countries.

Introduction

Average effective retirement ages have declined in many OECD countries over the past three decades, and cross-country differences have become wide (Figure 5.1). Reversing this past decline would raise the labour force participation and employment of older workers. This in turn would ease the adjustment to ageing populations, curb age-related public spending and generate higher tax revenues to finance it.

Figure 5.1. **Retirement ages vary widely in the OECD**
Estimated effective retirement age of older male workers in 2000



The main findings of the OECD research summarised in this chapter are:

- Public pension systems and other social transfer programmes (such as unemployment, disability or special early retirement benefits) embody significant early retirement incentives.
- These schemes have played a major role in depressing employment at older ages, most prominently in a number of continental European countries.
- A removal of such incentives could raise effective retirement ages appreciably. For instance, labour force participation rates of older workers could be increased by over 15 percentage points in most continental European countries.

Retirement incentives embedded in pension and other transfer systems

Three different characteristics of old-age pension systems affect the retirement decision of older workers: i) the age of entitlement to benefits; ii) the benefit level; and iii) the expected gain – in terms of higher future benefits – from continuing to work

instead of retiring, weighed against the cost of doing so in terms of foregone pensions and contributions paid. In the following, these different – but interdependent – parameters of pension systems are presented for 22 to 30 OECD countries.

Standard and early ages of entitlement to old-age pension benefits

Many workers retire as soon as they reach the age of entitlement to a pension (see e.g. Gruber and Wise, 2002). This “bunching” of retirement occurs partly because social practice induces retirement at “customary” ages (see Lumdaine *et al.*, 1996). Another reason is that retirement before the minimum age of eligibility, even if desired, is inhibited by existing borrowing constraints. Some people may also retire as soon as benefits are available because they do not take proper account of financial incentives to continued work embedded in pension systems. Finally, in some cases, individuals may not be permitted to continue working after the standard retirement age.

The standard age of eligibility to pension benefits differs substantially across OECD countries (Table 5.1). It is currently set at 65 years in most of them, but ranges for males from a low of 60 in a few countries (France, Korea, Slovak Republic and Turkey) to a high of 67 in Norway and Iceland (and is gradually being raised to that age in the United States). There is wider cross-country variance in standard retirement ages for females; they have typically been lower than for males, and countries are at different stages of a process of gradual convergence towards male levels. There are even greater cross-country differences in eligibility ages for early pensions, but their interpretation is not straightforward because they do not necessarily allow access to full pension.

In the majority of OECD countries, standard and – to a lesser extent – early retirement ages have remained constant since the late 1960s. In those countries where changes have occurred, a general pattern emerges of reductions in the 1970s and 1980s, followed by stability. One striking exception in the 1990s was New Zealand, which raised its standard retirement age from 60 to 65. This was accompanied by a sharp increase in the labour force participation (over 15 percentage points) and – even more so – employment of the 55-64 age group.

Replacement rates

Older workers may choose to stay in employment after reaching the age of entitlement to a pension if their benefits are not seen to be high enough (Disney, 1996). Accordingly, an increase in pension benefits will push them to take advantage of pension entitlements. The most straightforward indicator of pension levels is the replacement rate, measured as the ratio of annual benefits to earnings just prior to retirement. For the purpose of this paper, *expected* replacement rates over a future five-year period are computed at ages 60 and 65. These figures are averages across stylised persons with different characteristics, and they refer to arrangements when recent reforms have been fully phased in.² The expected replacement rates at ages 60 and 65 differ noticeably across OECD countries (Figure 5.2). At age 60, they range from 0 in those countries where the earliest age of eligibility is at least 65 (including Austria,³ Iceland, Ireland, Norway,⁴ New Zealand, United Kingdom) to over 70% in several countries where people can claim generous old-age pension benefits in their early 60s (such as Korea, Luxembourg, Netherlands,⁵ Portugal). At age 65, replacement rates range from less than 40% in Ireland and Norway to as high as 100% in Hungary and Luxembourg.

Table 5.1. **Standard and early ages of entitlement to old-age pension benefits**

	Males								Females			
	Early				Standard age				Standard age			
	1969	1979	1989	2003	1969	1979	1989	2003	1969	1979	1989	2003
Australia	..	..	..	55	65	65	65	65	60	60	60	62.5
Austria	..	..	..	..	65	65	65	65	60	60	60	60
Belgium	60	60	60	60	65	65	65	65	60	60	60	63
Canada	..	..	60	60	66	65	65	65	66	65	65	65
Czech Republic	..	..	..	58.5	..	..	..	61.5	..	..	..	59.5
Denmark	..	..	..	..	67	67	67	65	67	67	67	65
Finland	..	..	60	62	65	65	65	65	65	65	65	65
France	60	60	..	..	65	65	60	60	65	65	60	60
Germany	..	63	63	63	65	65	65	65	65	65	65	65
Greece	..	..	60	60	60	60	65	65	55	55	60	65
Hungary	..	..	..	..	..	..	60	62	..	..	55	62
Iceland	..	..	..	65	67	67	67	67	..	..	..	67
Ireland	..	65	65	65	70	66	66	66	70	66	66	66
Italy	55	55	55	57	60	60	60	65	55	55	55	65
Japan	60	60	60	60	65	65	65	65	65	65	65	65
Korea	..	..	..	55	..	..	60	60	..	..	60	60
Luxembourg	62	62	60	60	65	65	65	65	62	60	65	65
Mexico	..	..	..	..	..	65	65	65	..	65	65	65
Netherlands	..	62	60	60	65	65	65	65	65	65	65	65
Norway	..	..	..	..	70	67	67	67	70	67	67	67
New Zealand	60	..	..	..	65	60	60	65	65	60	60	65
Poland	..	..	..	..	..	..	..	65	..	..	..	60
Portugal	..	..	..	55	65	65	65	65	65	62	62	65
Slovak Republic	..	..	..	..	..	..	..	60	..	..	..	57
Spain	..	60	60	60	65	65	65	65	55	65	65	65
Sweden	63	60	60	61	67	65	65	65	67	65	65	65
Switzerland	..	..	..	63	65	65	65	65	62	62	62	63
Turkey	60	..	..	..	65	55	55	60	55	50	50	55
United Kingdom	..	..	..	..	65	65	65	65	60	60	60	60
United States	62	62	62	62	65	65	65	65	65	65	65	65

Notes:

Early ages of entitlement to old-age pension benefits are not indicated in the table when they are similar to standard ones or when early access to pensions is not possible.

Australia: Minimum retirement age (i.e. at which superannuation savings can be drawn) will increase to 60 over the period 2015-2025. Standard age for women to be increased from age 62.5 to age 65 between 2003 and 2013.

Austria: Early age of eligibility does not incorporate special early retirement for long insurance years, which will be progressively phased out (following the 2003 reform) but could still be accessed from age 61.5 in 2003 (60 in 1969, 1979 and 1989). Standard age for women to be increased from age 60 to age 65 between 2024 and 2033.

Belgium: Standard age for women scheduled to rise to age 65 by 2009.

Czech Republic: Standard and minimum retirement ages are scheduled to rise gradually to reach age 62 for men and age 61 for women (with no children) in 2007.

Greece: Standard age is 62 for men and 57 for women who first started to work before 1992.

Iceland: Early retirement age in 2003 is still 67 for the basic pension. However most occupational pension schemes, which are progressively maturing, set the minimum retirement age at 65.

Table 5.1. **Standard and early ages of entitlement to old-age pension benefits** (cont.)

Italy: Minimum retirement age is the minimum age of eligibility to a seniority pension, also equal to the minimum retirement age in the new pension system. Standard age is 60 (instead of 65) for women who first started to work before 1996.

Korea: Standard age scheduled to rise from age 60 to age 65 between 2011 and 2033.

Luxembourg: Early age of eligibility does not incorporate the special early retirement scheme ("pré-retraite"), which can be accessed from age 57 with 40 years of contribution.

Norway: Early age of eligibility does not incorporate the special early retirement (AFP) scheme, which can be accessed from age 62 in 2003.

Poland: Standard age is 55 for women with 30 years of insurance.

Slovak Republic: Standard age for women varies between 53 and 57 according to number of children raised.

Switzerland: Standard age for women will be 64 in 2005.

Turkey: Standard age is 55 for men and 50 for women who first started to work before 1990.

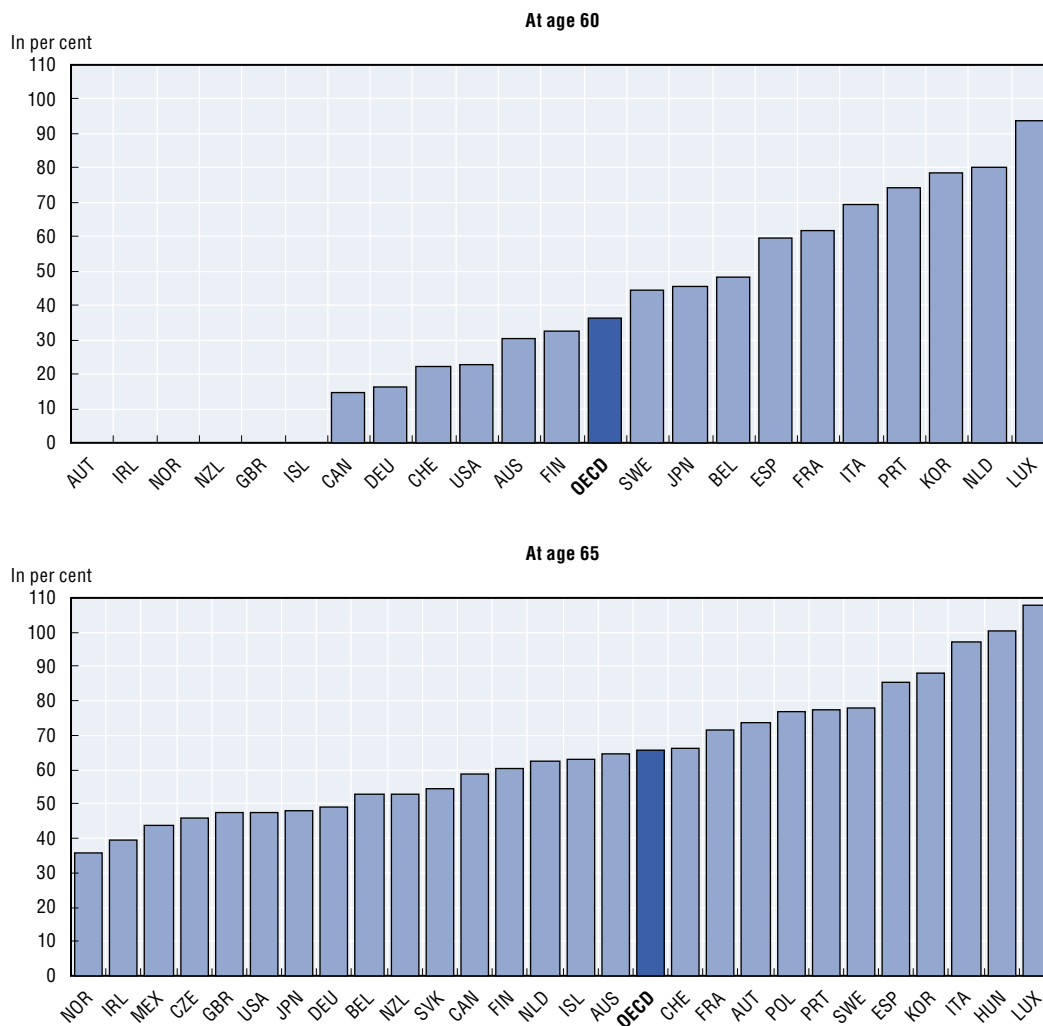
United Kingdom: Standard age for women will rise from age 60 to age 65 over 2010-2020 period.

United States: Standard age for both men and women scheduled to rise to age 67 over 2000-2022 period.

Source: US Department of Health and Human Services, Social Security Programs Throughout the World, various issues.

Figure 5.2. **OECD countries provide noticeably different replacement incomes**

Expected replacement rates over next 5 years in current old-age pension systems¹



1. Average across 6 situations (three earnings levels and two marital statuses).

For the Netherlands, the calculations at age 60 is based on a "typical" VUT scheme.

Expected replacement rates rose in the vast majority of OECD countries between the end of the 1960s and the end of the 1980s. The rise at age 60 was mostly due to declines in entitlement ages to early pensions (increased eligibility), while at age 65 it was mainly caused by increased pension levels relative to earned income. By contrast, since the beginning of the 1990s expected replacement rates have stabilised (at age 65) or fallen (at age 60). However, these broad trends mask considerable differences across countries. While expected replacement rates remained fairly stable in some countries over the past three decades, they rose very significantly in others (Netherlands, Spain, Finland, Sweden (at age 60), Finland, Spain, Sweden and, to a lesser extent, Ireland and Norway (at age 65), in particular at early ages.⁶

Implicit taxes on continued work in old-age pension systems

When a worker reaches the age of eligibility to a pension, his retirement decision will depend not only on the current replacement rate but also on the expected gain – in terms of higher future benefits – if he or she stays in the labour force, weighed against the cost of doing so in terms of foregone pensions and contributions paid. If this cost is exactly offset by a rise in future pension benefits, the pension system is said to be “actuarially neutral”. By contrast, if this cost is not offset, there is an implicit tax on continued work.⁷ Empirical evidence based on household panel data suggests that implicit taxes induce early labour market withdrawal (see Lazear, 1986, and Lumsdaine and Mitchell, 1999).

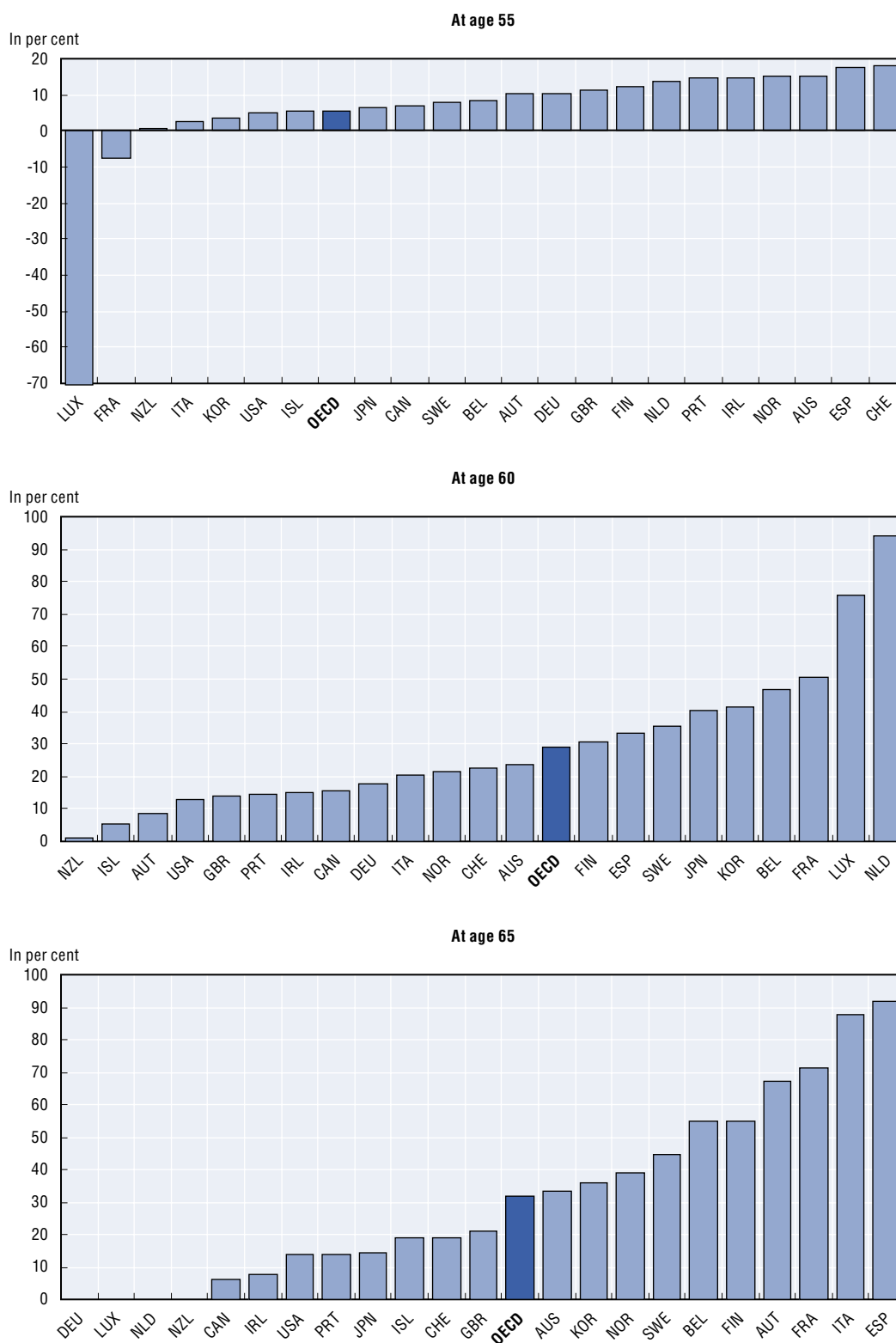
OECD calculations⁸ show that implicit taxes on continued work created by pension systems are fairly small at early ages, but have a clear tendency to rise as individuals get older (Figure 5.3). The average implicit tax rate across 22 OECD countries is found to be below 5% at age 55, while it is above 30% at ages 60 and 65.⁹ The dispersion is very large across OECD countries, especially at high ages. These differences usually match fairly well – though not perfectly – those in expected replacement rates: countries with high replacement rates often also have large implicit taxes on continued work. This reflects the fact that when replacement rates are high, the cost to a worker of choosing to continue to work instead of drawing his benefits is also high. Broadly speaking, implicit taxes are high in continental European countries (with a few exceptions) compared with Nordic and English-speaking ones as well as Japan.

Like expected replacement rates, albeit to a lesser extent, implicit taxes on continued work rose through the 1970s and the 1980s, but have started to stabilise and even decline in some cases since the early 1990s.¹⁰ Increases were large in some continental European countries compared with English-speaking and Nordic countries, primarily for people in their early 60s. These observations are consistent with historical labour force participation patterns, i.e. with trend declines in older workers’ participation being stronger in continental European countries and having flattened out since the early 1990s.

Implicit taxes on continued work in other social transfer programmes

In many OECD countries, older workers have relatively easy access to various social transfer programmes other than old-age pensions. This has enabled many of them to withdraw from the labour market before the early age of entitlement to old-age pension benefits. Schemes that allow such early withdrawal include special early retirement

Figure 5.3. Financial incentives to continue working decrease as individuals age
Implicit tax rates on continued work over next 5 years in current old-age pension systems¹

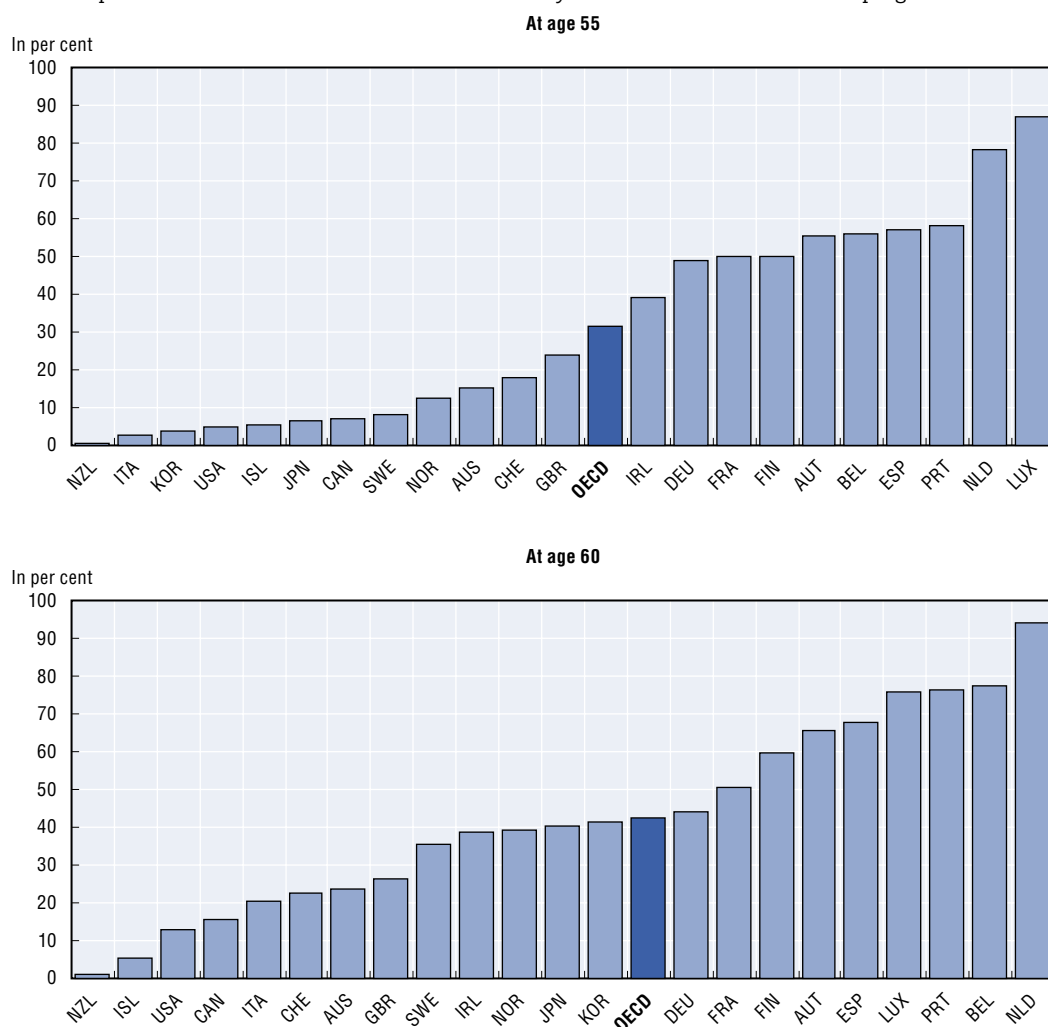


1. Single worker with average earnings.

provisions as well as unemployment-related and disability benefits (see Blöndal and Scarpetta, 1998; and Casey *et al.*, 2003). They often entail high implicit taxes on continued work, for two main reasons: replacement rates are usually high; and rights to ordinary pensions continue to accrue for those in the schemes even if, in some cases, at a reduced rate.

Figure 5.4. Older workers face high implicit tax rates

Implicit tax rates¹ on continued work over next 5 years in current social transfer programmes²



1. The implicit tax rate on continued work refers to an "early retirement route". The latter is modelled as the unemployment benefits/assistance pathway into retirement with the exception of Ireland, where the modelling refers to the pre-retirement allowance, and Luxembourg, where disability benefits were considered given their widespread incidence among pensioners. In those countries where it is considered that no early retirement scheme can be widely used to withdraw from the labour market before the minimum pensionable age (Australia, Canada, Iceland, Italy, Japan, Korea, New Zealand, Norway, Sweden, Switzerland and United States) the retirement scheme considered in the chart is simply the "regular" old-age pension system. Similarly, at those ages when people are entitled to an old-age pension (e.g. in France at 60), the retirement scheme considered in the chart is the "regular" old-age pension system rather than an early retirement scheme.
2. Single worker with average earnings.

No attempt is made here to be comprehensive in the coverage of these programmes.¹¹ Rather, in order to provide a rough assessment of early retirement incentives arising from them, implicit tax rates on continued work are computed for a “typical early retirement route”.¹² These calculations take into account that a person will eventually move onto old-age pensions. In other words, they combine implicit taxes arising from old-age pension schemes and other transfer programmes into a single implicit tax rate which sums up retirement incentives embedded in the social system. The results underscore the strong incentives to retire in many countries. In particular, at age 55, when old-age pension schemes on their own do not provide strong retirement incentives (Figure 5.3), the overall implicit tax rate averages almost 30% across OECD countries (Figure 5.4). At the same time, the dispersion of implicit tax rates in the “early retirement route” is very large. Like for old-age pensions, overall implicit tax rates rose throughout most of the 1970s and the 1980s. This was especially the case at age 55, as early retirement schemes were created and/or became more generous. However, this expansion has come to a halt since the early 1990s, and has even been reversed in some countries (*e.g.* Sweden or Finland more recently).

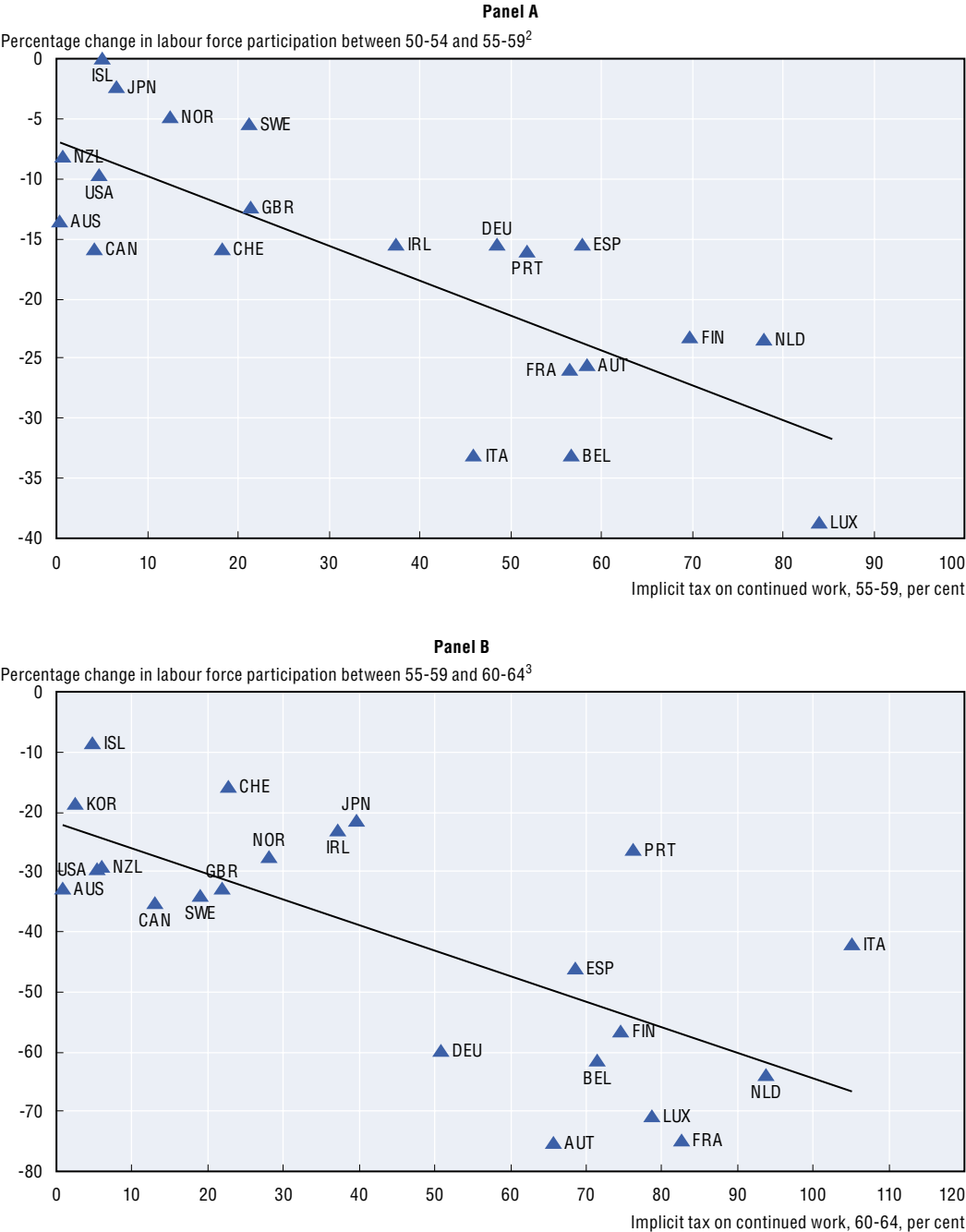
Retirement incentives strongly affect labour market participation of older workers

The implicit tax on continued work is a key summary indicator of retirement incentives embedded in pension systems and early retirement schemes. This is not only because it represents the balance between economic costs and benefits of continued work but also because it captures some of the effects of eligibility ages and the level of benefits. Thus, in general, the higher the replacement rate, the higher the implicit tax on continued work. Similarly, the higher the minimum pensionable age, the lower is the implicit tax on continued work before this age. As a result, there is a good reason for focusing primarily on implicit taxes on continued work when assessing participation effects of retirement incentives embedded in pension and other retirement-income schemes.

To illustrate the effects of retirement incentives, Figure 5.5 plots, for successive five-year age spans, the fall in male labour force participation – a measure of labour market withdrawal – against the corresponding implicit tax on continuing working for five more years.¹³ The significant and strong correlation between retirement incentives and labour force participation of older workers suggests that financial incentives have a sizeable impact on retirement behaviour. Both labour market withdrawal and implicit taxes are generally higher in continental European countries than in Japan, Korea, English-speaking and Nordic countries.

Figure 5.5. **High implicit taxes encourage labour market withdrawal**

Fall in male labour force participation between two consecutive age groups
and implicit tax rates on continued work, 1999¹



1. Implicit tax rates are calculated for a single worker with average earnings in 1999. In some cases, the results differ from those presented in Figure 5.4, which refer to currently legislated systems. These differences reflect either policy changes that took place after 1999 (e.g. Finland, France) or the future implementation of measures that were already legislated but had not yet come into effect in 1999 (e.g. the future maturation of the Superannuation Guarantee Scheme in Australia, the transition from the “old” to the “new” pension system in Italy).
2. $(Pr55-59-Pr50-54)/Pr50-54\%$.
3. $(Pr60-64-Pr55-59)/Pr55-59\%$.

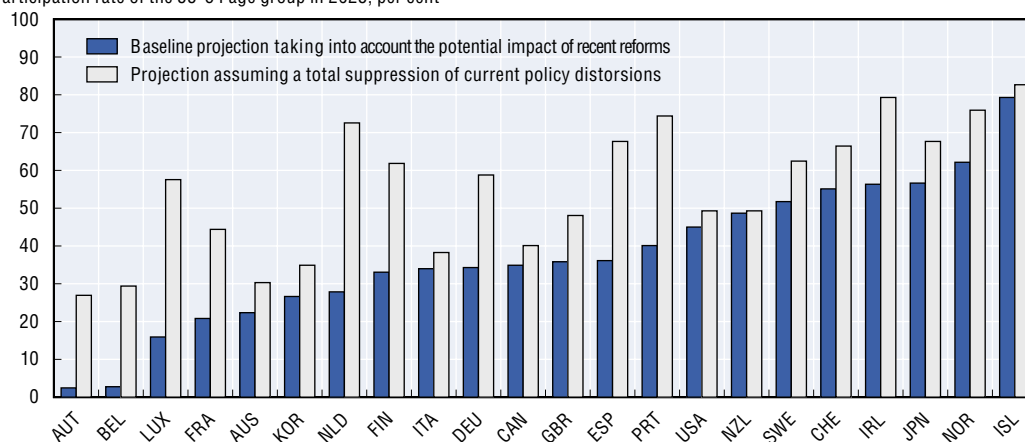
Taken at face value, the simple cross-country relationship suggests that a 10 percentage points decline in the implicit tax rate reduces the fall in participation rates between two consecutive (five-year) age groups of older workers by three to four percentage points.¹⁴ More comprehensive empirical analysis, based on panel data regressions,¹⁵ points to an effect of about a third of this size.¹⁶ The difference to some extent reflects that over and above the effect of implicit taxes, the study identifies a specific, independent effect from eligibility ages on the labour force participation of the 60-64 and 65+ age groups.

These estimates can be used to assess the potential impact of various policy reforms on the labour force participation of older workers. Taking as an example a comprehensive overhaul of pension and transfer schemes that removed early retirement schemes and made old-age pension systems “actuarially neutral”, there would be sizeable positive effects on the labour force participation of older workers, even if the “low” estimate of the more comprehensive empirical analysis is used.¹⁷ However, there are reasons to believe that the elaborate empirical analysis underlying these calculations under-estimates the true effects of changes in retirement incentives.¹⁸ If instead the simple cross-country correlations shown in Figure 5.5 are used, these effects could be almost three times larger. In particular, the participation rate of the 55-64 age group could rise significantly in a number of continental European countries (Figure 5.6).¹⁹

Figure 5.6. Removing implicit taxes could encourage participation

Projected labour force participation rates of the 55-64 age group in 2025 under different scenarios

Participation rate of the 55-64 age group in 2025, per cent



Conclusion

Current old-age pension systems and other social transfer programmes induce older workers to withdraw early from the labour market. Suppressing these incentives – particularly in a number of continental European countries where they are strong – would delay retirement and help alleviate the burden of ageing.

The most straightforward step towards reducing incentives for early withdrawal from the labour force is to close early pathways into retirement, for three main reasons: i) it would leave older workers in their late 50s and early 60s facing only the – significantly lower – retirement incentives embedded in old-age pension systems; ii) reforming old-

age pension systems could well have fairly small participation effects unless the access to early retirement schemes for people without special needs is removed; and iii) early pathways into retirement reflect the vestiges of a mistaken, and ultimately unsuccessful, attempt to deal with rising unemployment in the 1970s and 1980s by reducing the size of the labour force. It should also be borne in mind that reforming only some pathways into early retirement is likely to be ineffective because workers may leave the labour market via other schemes.

Nevertheless, suppressing early retirement schemes would not eliminate early retirement incentives, because these also arise from old-age pension schemes, especially in some (mostly continental European) countries and at high ages. Elimination of these incentives would require the value of pension benefits to be adjusted in case of anticipated and deferred retirement. While such adjustments currently apply in a number of OECD countries, they are insufficient to generate actuarial neutrality.²⁰

Notes

1. This chapter is based on recent, more detailed OECD research (Duval, 2003).
2. Replacement rates are calculated before tax and are computed for, and averaged across, six different stylised workers (corresponding to three earnings levels and two marital situations), under the main assumption that these persons enter the labour market at age 20 and have an uninterrupted full-time career in the private sector until retirement. Only mandatory or quasi-mandatory components of pension systems are incorporated. In addition, the figures refer to currently legislated pension systems. As a consequence, they incorporate all future effects of recently enacted reforms (e.g. Austria, France, Italy, Sweden), as well as the future maturation of certain components of pension provision (e.g. Australia, Korea, Norway to a lesser extent). See Duval (2003), Appendices 1 and 3, for details. For a presentation of net replacement rates (for 2003 systems only), see Casey *et al.* (2003).
3. This does not incorporate early retirement due to long contribution periods, which can be accessed from age 61.5 with a 69.5% replacement rate.
4. This does not incorporate the early retirement (AFP) scheme, which can be accessed from age 62 with a 34.5% replacement rate.
5. In the case of Netherlands, the modelling at age 60 refers to a “typical” early retirement (VUT) scheme. However since the early 1990s these PAYG schemes have been progressively transformed into less generous, fully-funded, systems. As a result of these transformations, the current expected replacement rate at age 60 may be overstated.
6. For further details, see Duval (2003).
7. It is not clear *a priori* whether implicit taxes created by pension systems make people retire earlier or later (Mitchell and Fields, 1984). Changes in implicit tax rates on continued work are similar to changes in wages, i.e. they produce opposite income and substitution effects. An increase in the implicit tax – due for instance to a cut in the pension accrual rate – lowers the financial gain from postponing retirement, thereby reducing the opportunity cost of retiring earlier (negative substitution effect). At the same time, it provides lower income for each future year of work, thereby inducing later retirement (positive income effect).
8. These implicit tax rates are based on the same assumptions used to compute expected gross replacement rates, but they are computed only for one stylised worker (single worker with average earnings). An additional hypothesis is the following. When making his decision to withdraw from the labour market or to continue to work, the individual is assumed to expect constant economy-wide real earnings if choosing to work. While this has no impact on implicit tax rates in flat-rate schemes, it tends to over-estimate them in earnings-related ones, all the more so as the reference period for earnings used in the benefit formula is long (e.g. the “new” pension system in Italy). See Duval (2003), Appendix 2, for details.

9. Implicit tax rates at age 65 are actually higher than at age 60 in the majority of OECD countries. Nevertheless they are very low in those countries (e.g. Canada, Germany, Luxembourg, Netherlands and New Zealand) where it is possible to combine work with the receipt of a full or reduced pension (see Duval, 2003, Appendix 2), which lowers the OECD average.
10. For further details, see Duval (2003).
11. For more comprehensive coverage for 15 OECD countries, see recent OECD work by Casey et al. (2003).
12. For further information, see footnote 1 in Figure 5.4.
13. As already noted, the “early retirement route” simply corresponds to retirement via the normal old-age pension system when no alternative, more generous, pathway into retirement is accessible.
14. An effect of such magnitude is roughly consistent with existing microeconomic studies of the retirement decision: see for instance Gruber and Wise (1999, 2002).
15. See Duval (2003) for details.
16. These latter results are broadly in line with previous macroeconomic estimates by Johnson (2000) or Blöndal and Scarpetta (1998).
17. See Burniaux et al. (2003), Annex 7 for details.
18. See Duval (2003) for details.
19. Figure 5.6 presents projected labour force participation rates of older workers in 2025 under both baseline (i.e. assuming no change in legislation compared with the present situation) and reform scenarios. The main reason for considering participation rates in 2025 rather than current levels is to incorporate in the baseline scenario the projected, gradual impact of recently enacted reforms and the maturation of some components of pension systems.
20. In particular, many PAYG schemes do not provide actuarial bonuses for deferred retirement beyond the standard age, and where they exist, they usually do not rise enough with age to compensate for increasing mortality risks.

Bibliography

- AARON, H. (1982), “Economic Effects of Social Security”, *Studies of Government Finance*, The Brookings Institution, Washington DC.
- BLÖNDAL, S. and S. SCARPETTA (1998), “The Retirement Decision in OECD Countries”, *OECD Economics Department Working Papers*, No. 98.
- BURNIAUX, J.-M., R. DUVAL and F. JAUMOTTE (2003), “Coping with Ageing: a Dynamic Approach to Quantify the Impact of Alternative Policy Options on Future Labour Supply”, *OECD Economics Department Working Papers*, No. 371.
- CASEY, B., H. OXLEY, E. WHITEHOUSE, P. ANTOLIN, R. DUVAL and W. LEIBFRITZ (2003), “Policies for an Ageing Society: Recent Measures and Areas for Further Reform”, *OECD Economics Department Working Papers*, No. 369.
- DISNEY, R. (1996), *Can We Afford to Grow Older: A Perspective on the Economics of Aging*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- DUVAL, R. (2003), “The Retirement Effects of Old-Age Pension and Early Retirement Schemes in OECD Countries”, *OECD Economics Department Working Papers*, No. 370.
- GRUBER, D. and D. WISE (2002), “Social Security Programs and Retirement around the World: Micro Estimation”, *NBER Working Paper*, No. 9407, December.
- GRUBER, D. and D. WISE (eds.) (1999), *Social Security Programs and retirement Around the World*, University of Chicago Press, Chicago.
- JOHNSON, R. (2000), “The Effect of Old-Age Insurance on Male Retirement: Evidence from Historical Cross-Country Data”, *Federal Reserve Bank of Kansas City Working Paper*, No. 00-09.
- LAZEAR, E. (1986), “Retirement from the Labor Force”, in ASHENFELTER O. and R. LAYARD (eds), *Handbook of Labor Economics*, Vol. 1, North Holland, Amsterdam.
- LUMSDAINE, R. and O. MITCHELL (1999), “New Developments in the Economic Analysis of Retirement”, in ASHENFELTER, O. and D. CARD (eds.), *Handbook of Labor Economics*, Vol. 3, North Holland, Amsterdam.

LUMSDAINE, R., J. STOCK and D. WISE (1996), "Why are Retirement Rates so High at Age 65?" in WISE, D. (eds.), *Advances in the Economics of Aging*, The University of Chicago Press, Chicago.

MITCHELL, O. and G. FIELDS (1984), "The Economics of Retirement Behaviour", *Journal of Labour Economics*, Vol. 2.

OECD (2003), *OECD Employment Outlook*.

OECD (2002), "Increasing Employment: the Role of Later Retirement", Chapter V, *OECD Economic Outlook*, No. 72, December, Paris.

Chapter 6

Female Labour Force Participation: Past Trends and Main Determinants in OECD Countries¹

Policy and market failures can depress female participation in the labour force and current participation rates are below levels desired by women. Female participation can be boosted by a more neutral tax treatment of second earners (relative to single individuals), stronger tax incentives to share market work between spouses, childcare subsidies, and paid maternity and parental leaves. Married women indeed remain more highly taxed than men and single women, and the level of family support (through childcare subsidies and paid parental leaves) differs widely across countries. Part-time employment can also help reconcile work and family demands. However, preferences for part-time labour vary across countries.

Introduction and summary

Female labour-force participation is much lower than men's in many countries. These differences are to some extent rooted in culture and social norms but they also reflect economic incentives. The female participation behaviour has attracted increasing interest because of concerns that population ageing will put downward pressure on labour supply, with negative implications for material living standards and public finances. An increase in female participation could help mitigate this (see Burniaux *et al.* 2003). This chapter focuses on the effects of market failures and policy distortions in depressing female participation and the likely results of policy reforms. The main findings of the chapter can be summarised as follows:

- A more neutral tax treatment of second earners in a household compared with single earners leads to an increase in female participation.
- Childcare subsidies and paid parental leaves boost female participation, but child benefits reduce it.
- More part-time work opportunities, *e.g.* through policies that remove barriers on part-time work, increase female participation.
- Simulations of comprehensive policy reforms in these areas suggest that they could close most of the gap between participation rates of prime-age women and men.

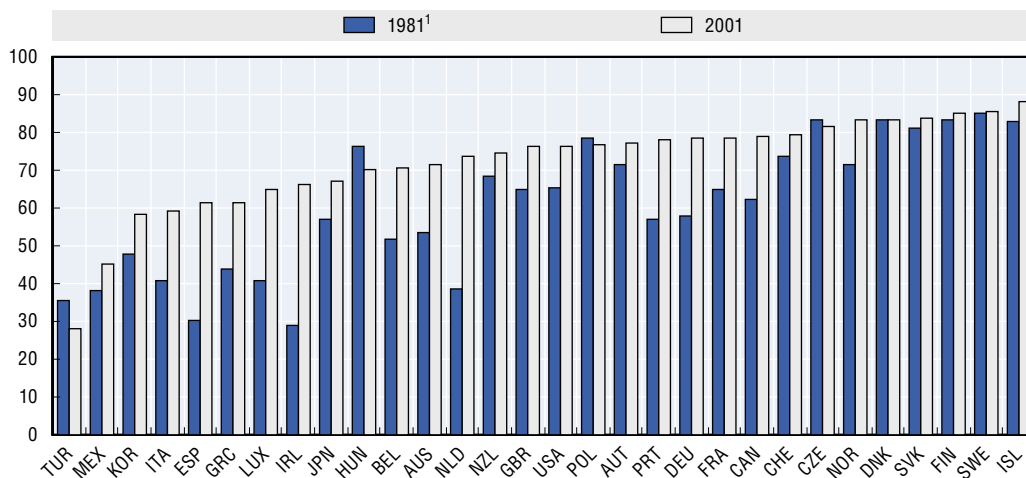
Trends in female participation

Over the past few decades, the labour force participation of women has increased strongly in most OECD countries. This process started earlier in some countries (*e.g.* the Nordic countries and the United States). More recently the increases have been greatest in countries where female participation was particularly low. This development has narrowed cross-country differences somewhat, but they still remain large (Figure 6.1). The participation rates of prime-age women (aged 25-54) range from about 60% (or below) in Korea, Mexico, Turkey and Southern European countries (with the exception of Portugal) to well above 80% in the Nordic countries and some Central European countries.

Preferences for female labour force participation are high in most countries. Indeed, surveys suggest that actual participation rates are below desired levels.² A survey carried out in EU countries in 1998 examined the preferences of couples with small children and found that only one in ten couples preferred the traditional male-only breadwinner model, while it actually applied to four in ten couples. The European Labour Force Survey, which covers all women irrespective of their marital status and number of children, indicates that the percentage of inactive women who would like to work is, on average, 12% in the 19 covered countries. This may be an underestimate since in responding to such questions, people may not take into account that policies could be changed. Finally, another international survey, which is more dated (carried out in 1994) but has a wider country coverage, suggests that

Figure 6.1. The labour force participation of women has strongly increased

Labour force participation rates of prime-age women (aged 25-54)

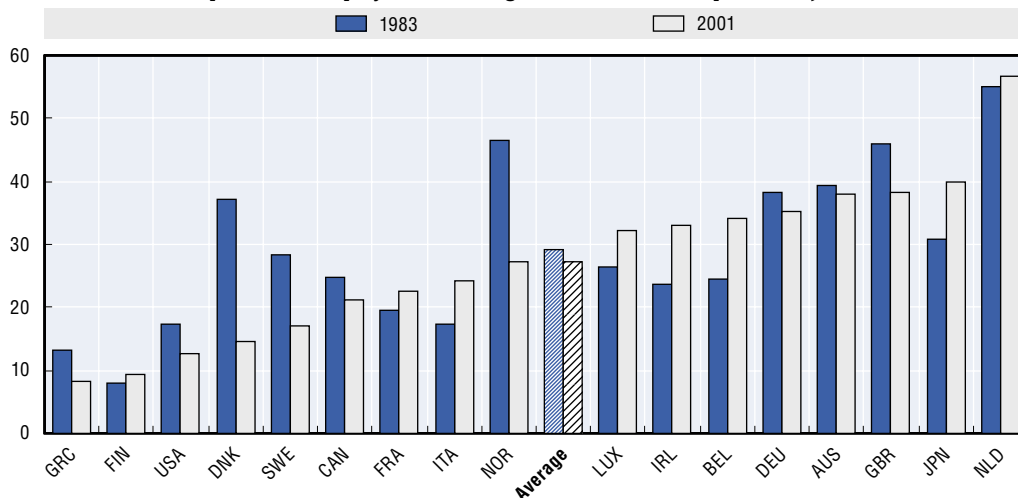


1. 1983 for Greece and Luxembourg, 1986 for New Zealand, 1988 for Turkey, 1991 for Switzerland, Iceland, and Mexico, 1992 for Hungary and Poland, 1993 for the Czech Republic, 1994 for Austria and the Slovak Republic.

Source: OECD Labour Market Statistics.

the traditional male-breadwinner model is the preferred model only in Central European countries (Czech Republic, Hungary and Poland).

There are large differences across countries in the share of women working part-time. On average in the OECD, about one-quarter of female workers at age 25-54 have part-time jobs. Countries where this share is higher include most Northern European countries (excluding most Nordic countries) and Pacific countries (Australia, Japan, New Zealand). On the other hand, the prevalence of part-time is relatively low in Central Europe, most Nordic

Figure 6.2. About one-quarter of female workers have a part-time jobProportion of employed women aged 25-54 who are in part-time jobs¹

1. Part-time employment refers to persons who usually work less than 30 hours per week in their main job. Data include only persons declaring usual hours.

For Australia, part-time data are based on actual hours worked, and include hours worked at all jobs.

For Japan, part-time data are based on actual hours worked and defined as less than 35 hours per week.

For the USA, the share of part-time in employment is for wage and salary workers only.

Source: OECD Labour Market Statistics.

countries, Southern Europe, and the United States. While average proportions of part-time work barely changed over the past two decades, it declined significantly in Scandinavian countries (as women moved to full-time jobs), and most English-speaking countries, and increased in some other European countries and Japan (Figure 6.2).

Policies affecting female labour force participation

The labour force participation of women remains determined to a large extent by the level of female education, overall labour market conditions and cultural attitudes. However, new OECD evidence confirms that policies, other than those affecting these factors, also contribute to explaining the different performances of countries (see Box 6.1). These include policies promoting the flexibility of working-time arrangements, the system of family taxation, and the support to families in the form of childcare subsidies, child benefits, and paid parental leaves.

Box 6.1. Empirical analysis of the determinants of prime-age female labour-force participation

The empirical analysis of the determinants of prime-age female participation is based on panel data regressions for 17 OECD countries over the period 1985-1999. The potential determinants include measures of the flexibility of working-time arrangements, the taxation of second earners, childcare subsidies, child benefits, and paid parental leaves. Other potential determinants of the rate of female participation, such as the level of female education, the proportion of married women, the number of children, and overall labour market conditions are controlled for. Finally, country-specific effects are allowed to capture differences across countries in cultural attitudes and institutions. The model is further refined to allow a different impact of the explanatory variables on full-time and part-time participation. The text builds on the significant results of this analysis. See Jaumotte (2003) for further details.

Flexibility of working-time arrangements

Flexible working-time arrangements and in particular the possibility to work part-time help women to combine market work with traditional family responsibilities. According to the 2001 European Labour Force Survey, more than 40% of female part-timers in Austria, Germany, Switzerland and the United Kingdom work part-time because they have to look after children or adults (such as elderly family members). The possibility to find a part-time job can thus be crucial to the labour-force participation of these women, particularly when family responsibilities can not be discharged in another way.³

However, preferences for part-time work appear to differ much across countries. According to the previously mentioned EU survey, which examined the preferences of couples with small children, part-time is the most frequently preferred working arrangement for women in Germany, Ireland, the Netherlands, and the United Kingdom. On the other hand, full-time female participation is preferred in some Nordic countries (Finland, Sweden), Southern Europe, and Belgium and France.⁴ Across countries, there is a

broad correspondence between preferences for part-time and the actual share of part-time in employment.

Overall, the OECD empirical research shows that countries with a higher share of part-time in female employment tend to have higher female participation, after controlling for other factors. Thus, policies that remove distortions against part-time work will lead to an increase in female participation, though the magnitude of this effect is likely to depend on the extent to which women have a preference for such work.

The OECD evidence also suggests that more part-time opportunities may arise when employers attempt to avoid restrictive employment protection legislation by resorting to part-time work which is often exempted from such legislation. However, a downside of this type of part-time work is that it creates segmented labour markets. Similarly, part-time jobs characterised by poor wages and benefits, asocial or excessively flexible hours, low job tenure, absence of training, or few prospects of promotion tend to marginalise women in the labour market.⁵ Some countries have attempted to solve this problem by giving parents greater rights to change hours (including the right to work part-time but also to resume their full-time job). Other countries have helped women turn to full-time jobs with better prospects, for example, through more generous family support (see below).

Family taxation

Taxation influences work incentives in general, but may have a particularly strong impact on the decision of married women to work. This is because typically their choice is not only between leisure and market work, but between home production (and leisure) and market work. Indeed, traditionally home production has been regarded as a closer alternative to market production for women than for men. This makes the (market) labour supply of married women more sensitive to the changes in the net wage. An argument could even be made for taxing married women less than men and single women, because the distorting effects of taxes on their labour supply are larger (Boskin and Sheshinski, 1983). However, this would conflict with the principle of equal taxation for equal income.

In contrast with the theory, married women are effectively taxed more heavily than single individuals in most OECD countries, providing scope for a move to neutrality (Table 6.1). Only in a few countries (Finland, Greece, Hungary, Mexico, Sweden, and Turkey) are second earners and single individuals taxed equally. In some countries the difference in taxation is bigger for lower income earners. The high taxation of married women was traditionally explained by the system of joint household taxation, in which the income of the second earner is subject to higher tax rates because it is pooled with the first-earner's income. While most OECD countries applied joint taxation of couples at the beginning of the 1970s, almost all countries now have separate taxation or at least offer the option of separate taxation for couples. The fact that married women remain more heavily taxed despite the move towards separate taxation results from the dependent spouse allowance which still exists in most systems and which is lost if both spouses work, and from the introduction in some countries of a number of family-based tax measures. Over the past two decades, relative tax rates of second earners declined in most Nordic countries and the United States, while they increased significantly in some Western European countries and Canada. Nordic countries (excluding Iceland), Austria, France, and the United Kingdom have a relatively favourable tax treatment of second earners.

Table 6.1. **Comparison of tax rates of single persons and second earners, 2000-2001¹**

	Women earning 67 per cent of APW, 2001			Women earning 100 per cent of APW, 2000			Type of taxation system, 1999 ²
	Second earner	Single	Ratio second earner/single	Second earner	Single	Ratio second earner/single	
Australia	27	19	1.4	32	23	1.4	Separate
Austria	25	22	1.1	29	28	1.1	Separate
Belgium	51	34	1.5	53	42	1.3	Separate
Canada	32	21	1.5	36	27	1.4	Separate
Czech Republic	40	21	1.9	39	23	1.7	Separate
Denmark	50	41	1.2	51	44	1.2	Separate
Finland	26	26	1.0	34	34	1.0	Separate
France	26	21	1.2	26	27	1.0	Joint
Germany	50	34	1.5	53	42	1.3	Joint
Greece	16	16	1.0	18	18	1.0	Separate
Hungary	29	29	1.0	..	..	..	Separate
Iceland	42	15	2.8	42	21	2.0	Separate
Ireland	24	10	2.3	31	20	1.5	Optional/Joint
Italy	38	24	1.6	39	29	1.4	Separate
Japan	18	15	1.2	18	16	1.1	Separate
Korea	8	8	1.1	10	9	1.0	Separate
Luxembourg	20	19	1.0	28	27	1.1	Joint
Mexico	-4	-4	1.0	3	3	1.0	Separate
Netherlands	33	27	1.2	41	36	1.1	Separate
New Zealand	23	19	1.2	23	19	1.2	Separate
Norway	30	26	1.2	32	29	1.1	Optional
Poland	39	30	1.3	37	31	1.2	Optional
Portugal	17	13	1.3	20	18	1.1	Joint
Slovak Republic	27	18	1.5	35	20	1.7	n.a.
Spain	21	13	1.6	23	18	1.3	Separate/Joint
Sweden	30	30	1.0	28	33	0.9	Separate
Switzerland	24	19	1.3	26	21	1.2	Joint
Turkey	29	29	1.0	29	29	1.0	Separate/Joint
United Kingdom	24	19	1.3	26	24	1.1	Separate
United States	29	22	1.3	30	26	1.2	Optional/Joint
Unweighted average	28	21	1.4	31	25	1.2	

1. The relevant "marginal" tax rate for a married woman's decision to participate or not in the labour market is the average tax rate on the second earner's earnings, defined as the proportion of these earnings that goes into paying increased household taxes. The husband is assumed to earn 100 per cent of Average Production Worker earnings (APW) and the couple is assumed to have two children. This tax rate is compared to the average tax rate for a single individual with the same gross earnings as the second earner. The tax rates include employee's social security contributions and are net of universal cash benefits. They do not include employer's social security contributions, indirect taxes, nor means-tested benefits (except some child benefits that do vary with income).
2. For detailed country notes, see Jaumotte (2003).

Source: OECD database "Taxing Wages"; OECD Tax Models; OECD (2001).

Another dimension of the tax influence on female participation is the tax incentive to split income – and thus work hours – between spouses. This can be measured by the increase in household disposable income when a wife takes on a part-time job to substitute for part of her husband's earnings.⁶ Like the measure of relative taxation of second earners, the magnitude of this tax incentive will depend on the type of household taxation (joint or separate), the size of the dependent spouse allowance, and the progressivity of the tax schedule. For example, even if the tax treatment of the second earner is perfectly neutral, under a very progressive tax system the total tax paid for a given household income will be larger if the husband earns all the income than if the income is earned equally by the two spouses. In 1999, a shift of earnings of 33% of the APW level from the husband to the wife would have yielded an increase of 3% in the household disposable income on average in OECD countries, and an increase close to 10% in Finland, Mexico, and the United Kingdom. Looking at its evolution over the past two decades, this tax incentive declined in Scandinavian countries and Spain, while it increased slightly in some other Northern European countries and Canada.

The evidence from OECD countries suggests that countries with a high tax wedge between second earners and single individuals tend to have lower female participation rates, after controlling for other factors. The tax incentive to share market income (and hence market work) between spouses also appears to have a large impact on the female supply of part-time labour in OECD countries. For example, based on the analysis reported in Jaumotte (2003), if France were to have the same tax incentive to share market income between spouses as the United Kingdom, its female participation rate would increase by about 6 percentage points.

Support to maintenance and care of children

Governments have various ways in which they can provide support to families with young children: paid parental leaves, childcare subsidies, and child benefits.

First, paid parental leaves (including maternity, parental, and childcare leaves) help mothers of young children reconcile work and family life, and may strengthen their labour market attachment through a job guarantee. In line with existing studies,⁷ the OECD research finds evidence of such a positive effect on female participation. However, beyond a certain length (estimated at the equivalent of 20 weeks of full pay in this study), a further increase in paid parental leave appears to have a negative effect on female participation. This reversal suggests that extended parental leave may weaken labour market skills and damage future career paths and earnings, making it difficult or less interesting for mothers to return to the labour market.

Second, childcare subsidies reduce the relative price of childcare, thereby increasing the return of market work relative to home production (in addition to increasing effective income). They may be seen as a way to reduce tax-induced distortions to the participation of mothers (see above), or as an offset to the otherwise negative participation effects when a highly compressed wage structure raises the relative wages of carers and thus the cost of childcare.⁸ Finally, childcare subsidies may also help low-income mothers break away from welfare dependence.⁹ There is evidence in OECD countries that more generous childcare subsidies are accompanied by higher female participation, even after all other

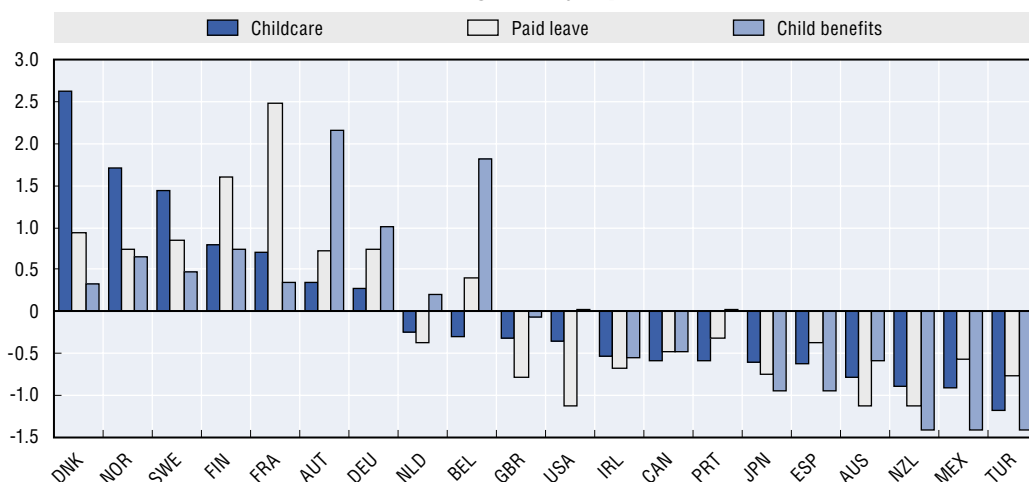
policy influences have been taken into account.¹⁰ This is mostly true for formal day care subsidies (i.e. for infants), while there is no clear relationship between female participation and public spending on pre-primary school. The latter could reflect that inactive mothers also send their children to pre-primary school for educational purposes.

The OECD evidence suggests that more generous childcare subsidies and paid parental leaves translate into higher full-time participation of women, and not higher part-time participation. However, other evidence for Canada and the United States suggests some effect of childcare subsidies on part-time participation, though smaller than on full-time participation (Powell, 1998).

Finally, child benefits (including tax allowances) are essentially transfers for the maintenance of children. By increasing the income of families with children, they are intended to promote equity across different family types and to reduce child poverty. However, the increase in income may lower the incentives to work and, hence, female participation.¹¹ In contrast with childcare subsidies, the increase in income is not accompanied by an increase in the return to market work. The empirical research finds a depressing effect of child benefits on part-time female participation. It is indeed for women working part-time that the income effect from child benefits is likely to be large enough to induce a reduction in participation. Thus, from the point of view of stimulating female participation, childcare subsidies appear preferable to child benefits.

Although the three types of family support could to some extent be seen as substitutes, countries which provide more of one type actually tend to provide more of the other types, and the level of support varies significantly across countries (Figure 6.3). Countries in which it is relatively high include, by decreasing order, most Nordic countries, France, Austria, Germany and, to a lesser extent, Belgium. It tends to be below the OECD average in the English-speaking countries, Japan, Mexico, Portugal, Spain, and Turkey. Childcare subsidies (usually targeted at formal day care and pre-primary school) averaged 0.7% of GDP in 1999, but reached levels between 1.5 and 2.7% of GDP in the Scandinavian countries.¹² The average length of paid parental leave was 26 weeks, with the longest paid leaves found in Finland and France. There was no paid leave entitlement in Australia, New Zealand, and the United States in 1999 (New Zealand recently introduced paid leave). Finally, child benefits increased on average the disposable income of two-children families by 7.5%, with the highest increases recorded in Austria and Belgium.

In all countries for which data are available, childcare subsidies per child increased in real terms between 1985 and 1999. However, the Scandinavian countries, which started with a higher level of spending, recorded much larger increases than the other countries, thereby widening the cross-country dispersion in the level of support. Provisions for paid parental leaves also became more generous in almost all countries between 1981 and 1999, leading to a doubling of the average length of paid parental leave. However, again, the largest increases were recorded in a number of countries which had among the longest paid leaves at the beginning of the 1980s, most strikingly France, Germany and most Nordic countries. Finally, despite a slight increase in their average level, child benefits underwent a mixed evolution, increasing in a number of countries, but decreasing in others.

Figure 6.3. **The generosity of family support varies across countries**^{1, 2}OECD indicators of generosity of provision, 1999³

1. Childcare subsidies per child (in 1995 PPP-US\$) are calculated as total government spending on formal day care and pre-primary school in 1999, divided by the number of children of age lower than the age of entry to primary school. Non-refundable tax allowances and credits for private formal daycare expenses are not included. However they constitute a relatively small part of total spending. Paid leave refers to the maximum number of paid leave weeks a woman is entitled to by the national legislation on account of maternity, parental and childcare leaves for the birth of a first child. The number of paid leave weeks is the sum of leave weeks, each multiplied by the corresponding statutory income replacement rate. Means-tests are not taken into account. Child benefits denote the percentage increase in household disposable income between a family with two children and a childless couple, where the husband has gross earnings of 100% of APW, and the wife 33% of APW.
2. For countries for which data were not available for 1999, the closest available year was used. See Jaumotte (2003) for country notes.
3. Each indicator is calculated as the deviation from its OECD mean and is expressed in multiple of its OECD standard deviation.

Sources: For government spending on childcare (i.e. formal day care and pre-primary school): OECD Education database; OECD Social Expenditures database; Eurostat; various other sources. For parental leave: Gauthier and Bortnik (2001) and *Social Security Programmes Throughout the World* from the United States Social Security Administration. For child benefits: OECD database *Taxing Wages*. See Jaumotte (2003) for details.

Other policies

The analysis has focused on policy instruments which affect directly the participation of married women and mothers. However, several other policies have an impact on female participation, albeit sometimes indirectly:

- Excessive regulations of the service market tend to hinder the development of the service sector, which is the predominant employer of women (Pissarides *et al.*, 2003). They also tend to restrict the supply and drive up the prices of services such as childcare and household services. This problem is straightforward (but possibly not easy) to deal with through policy reform – which is likely to have positive effects beyond those on female participation.¹³
- In some countries, less restrictive immigration policies have permitted an increase in the supply of labour employed in household services, including childcare and care for elderly family members.
- High welfare and other income support payments relative to wages tend to discourage employment and activity. In some countries, single mothers are particularly affected due

to the fact that a large fraction of them are low-skilled and have low potential earnings. Evidence has been found that make-work-pay schemes (such as the Earned Income Tax Credit in the United States) significantly increase the activity rate of low-income people in general, and of single mothers in particular, even after controlling for other changes in tax and social policies.¹⁴

- Gender-specific anti-discrimination laws have been introduced in most countries and have been relatively effective in lowering the gender pay gap. In general, the higher wages have stimulated female participation but the evidence on employment effects is mixed.

Characterisation of the environment for female participation

On the basis of the level of support to families, the share of employed women working part-time and, to a lesser extent, the relative taxation of second earners, countries tend to fall in three groups:¹⁵

- High childcare subsidies, low part-time incidence, and favourable taxation: countries which share these features include most Nordic countries, France, and (to a lesser extent) Austria. Participation rates of prime-age women are very high, close to or higher than 80%.
- Low childcare subsidies, high part-time incidence: countries in this group include most other Northern European countries and Pacific countries. The tax treatment of second earners does not show a clear pattern across these countries and is in general close to average. Female participation rates range from close to 80% in Switzerland to about 65% in Ireland and Japan.
- Low childcare subsidies, low part-time incidence: this category groups countries with very different income levels. It includes Canada and the United States, on the one hand, and the Czech Republic, Korea, Mexico, Portugal, Spain, and Turkey, on the other hand. Female participation rates differ tremendously across these countries, ranging from very high levels in Canada, the Czech Republic, Portugal, and the United States (close to 80%) to significantly lower levels in the remaining countries (60% and below), despite a favourable tax treatment of second earners in some of the latter countries.

The potential for reforms to increase female labour force participation

This section presents some simulations to illustrate that the policies examined in this chapter can have a significant impact on female participation. The simulations, presented in detail in Burniaux *et al.* (2003), are based on empirical estimates of the models of female participation behaviour summarised in Box 6.1. The simulated policy measures are by necessity stylised and in some countries they may imply radical departures from current policies. They may thus not be feasible policy options in some countries. With this caveat in mind, an illustrative scenario was simulated which assumes for all countries a neutral tax treatment of second earners, high tax incentives to share market work between spouses (highest value observed), and an increase in public childcare spending per child to the highest level in the OECD. Under such a scenario, the prime-age female participation rate would increase on average by 10 percentage points across OECD countries (Figure 6.4).

The scope for reforms however differs across countries, depending on their current policies. Countries which stand to gain the most from a neutral tax treatment of second earners include the Czech Republic, Ireland, Italy, and Spain. On the other hand, the increase in childcare spending yields particularly large participation gains in Australia, Canada, the Czech Republic, Korea, New Zealand, and Southern European countries. Finally, the largest predicted gains from tax incentives to share market work between spouses are found in Germany, Japan, and the Netherlands.

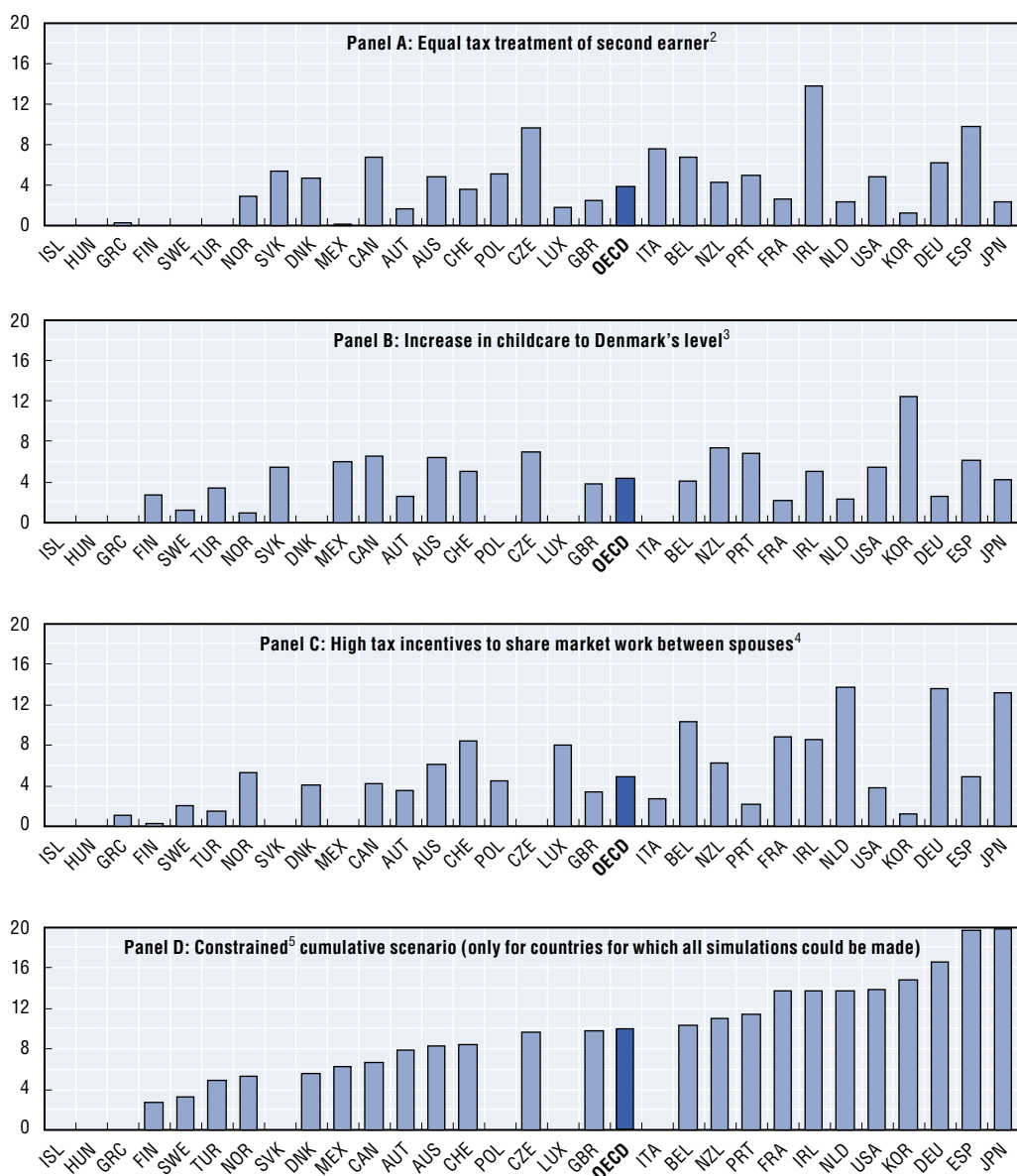
Increases in childcare subsidies and cuts in tax rates will most likely impose a net budgetary cost, even though they may be partially self-financing.¹⁶ In turn, this may require an increase in tax rates creating other distortions in the economy, or a cut in other budgetary expenditures. Such effects have not been taken into account in the simulations. Beyond the budgetary cost, childcare subsidies may encourage excessive use of childcare (both in quantity and quality). For example, it has been argued that childcare subsidies in Sweden are too large, in the sense that a reduction in the subsidies accompanied by a budget-balancing reduction in marginal income taxes would increase efficiency, not least by reducing the excessive production of household services.¹⁷

In order to keep the costs of reforms down, and at the same time increase the efficiency of reforms, the receipt of childcare subsidies can be conditioned on the employment of the mother, or at least on active job search by the mother. Furthermore, tax cuts and childcare subsidies can be targeted to low-income mothers whose labour supply is more responsive to the net wage.¹⁸ However, greater targeting implies higher marginal effective tax rates as income rises, and a careful design of the tax cuts and childcare subsidies is needed to limit the negative impact on the supply of hours. Finally, the effectiveness of childcare subsidies and tax cuts in raising female participation hinges on the responsiveness of the childcare supply. *A priori*, the supply of childcare should be very responsive because of the low capital requirement for home-based childcare arrangements, and evidence of high responsiveness has been found for the United States (Blau, 2001). As discussed earlier, policies which may enhance this responsiveness include less restrictive product market regulation and immigration policies.

In some instances, the policies which promote female participation may imply a cost in terms of reduced equity. For example, separate household taxation and, more generally, greater neutrality of the tax treatment of second earners, imply less equity between families of different types. Indeed, under separate taxation, the tax paid by families with a same gross household income varies with the split of this income between the two spouses. Likewise, although childcare subsidies are preferable to child benefits from the angle of raising female participation, child benefits may be justified on grounds of equity across different family types and reducing child poverty. A careful balancing of policies is thus needed.

Figure 6.4. **Policy reforms could increase female participation¹**

Increase in the participation rate of prime-age women (percentage points)



1. The baseline participation rates are the projected female participation rates for 2025 based on cohort effects and are taken from Burniaux *et al.* (2003); OECD refers to the unweighted OECD average.
2. Panel A assumes an equal tax treatment of second earners and single individuals (at 67 per cent of APW), as is already the case in Finland, Sweden, Hungary, Mexico, and Turkey.
3. Panel B assumes that public childcare spending per child converges in all countries to the OECD maximum of US\$8009 observed in Denmark. No simulation could be made for Greece, Hungary, Italy, Luxembourg, and Poland due to lack of data on public childcare spending in these countries.
4. Panel C assumes that the increase in household disposable income between a situation where husband and wife share market work (100 per cent and 33 per cent of APW respectively) and a situation where the husband earns all the market income (133 per cent of APW) is 11 per cent, i.e. the maximum value observed in Finland and Mexico. No simulation could be made for the Slovak Republic, due to lack of data.
5. The constrained cumulative scenario combines the policy measures simulated in Panels A to C, under the constraint that the resulting female participation rate can not exceed the male participation rate projected for 2025 in the baseline. This constraint is also applied to Panels A to C, though to a lesser extent. The constrained cumulative scenario was only calculated for countries for which all individual policy measures could be simulated. It is thus not calculated for Greece, Hungary, Italy, Luxembourg, Poland, and the Slovak Republic.

Source: OECD estimates.

Notes

1. This chapter is based on recent, more detailed OECD research (Jaumotte, 2003).
2. See Jaumotte (2003) for further references on these surveys.
3. Even in the Netherlands, where part-time working is fairly common, the flexibility of working hours appears to be low and women who want to reduce substantially their working hours have a higher propensity to leave the labour market (Euwals, 2001).
4. The high preferences for full-time participation of women in Nordic countries may reflect the fact that childcare is more readily available in these countries. In Southern Europe, on the other hand, these preferences may arise from cultural attitudes towards the role of women, implying an all or nothing choice with respect to the participation of women.
5. Note that this does not necessarily imply that part-time work is second best. Making such a case would require assessing the consumption and production benefits of parental care.
6. Specifically, the wife is assumed to earn 33% of APW, and her husband 100% of APW. This situation is compared to the case where the husband earns 133% of APW and his wife does not work. This measure of the tax incentive to split income may be theoretical in some cases because the shift of work hours between spouses may be difficult in practice. Where this shift of work hours is feasible, the increase in female participation could in principle be offset by a reduced labour supply from men, leaving total participation unchanged. However, this is not very likely to happen as men's labour supply is quite stable. The tax indicator used here is more a proxy for the tax treatment of second earners working part-time than for the incentives to share market work between spouses per se.
7. For example, Ruhm (1998) found that paid parental leaves increased employment rates in nine OECD countries. A portion of the positive relationship between paid leave duration and the employment-population ratio reflects the fact that mothers on parental leave are counted as employed (but absent from work), rather than not employed.
8. This argument refers to an excessive compression of the wage structure (i.e. beyond the distribution of marginal productivities), such as those potentially produced by centralised wage-setting and minimum wage laws. The wages of carers (who tend to be concentrated at the bottom of the wage distribution) rise relative to those of mothers, reducing the access of mothers to childcare. There are other policy instruments to tackle the distortion, including a more general one which some countries have tried, namely reduced employer's social security contributions for low-skilled workers.
9. Other justifications that have been suggested for childcare subsidies, but which are beyond the scope of this study, include child development and social integration, as well as gender equity.
10. This confirms most of the abundant single-country evidence. See Jaumotte (2003) for further references.
11. On the other hand, if liquidity constraints prevented the mother from working because she was unable to pay for childcare, the increase in income could lead to an increase in labour supply.
12. In addition to childcare subsidies, governments also grant tax allowances for private childcare expenses. These expenditures are not included due to a lack of data for most countries. However, even in the United States and Canada, where they are a more important component of childcare support, they only account for about 10% of public spending on childcare (including pre-primary school).
13. This recommendation does not have as its focus regulations which ensure a minimum quality of childcare, which are clearly necessary. Rather, it is concerned with excessive regulations and administrative burden which tend to discourage the supply of valuable childcare services.
14. Note that the predicted effects of the EITC have an ambiguous effect on overall labour supply. The literature provides consistent evidence that the EITC positively affects labour force participation. However, it also finds smaller, negative effects on hours of work for people already in the labour market and for secondary earners.
15. A country is defined as having a high value for an indicator if it is higher than the average value for all countries. Iceland, with relatively high child support, a relatively high share of part-time in female employment, and an unfavourable tax treatment of second earners, does not fit in any of the groups.

16. They are partially self-financing because the resulting increase in female labour supply leads to higher government revenues. See Burniaux *et al.* (2003).
17. See Rosen (1996). Of course, a full evaluation of the costs and benefits of childcare subsidies would have to take into account positive externalities on child development and socialisation, as well as considerations of equity (including gender equity).
18. It has been argued that the case for conditioning and targeting childcare subsidies has to be weighted against the potential benefits of childcare for the children's future development and their integration into society.

Bibliography

- BLAU, D.M. (2001), *The child care problem: an economic analysis*, New York: Russell Sage Foundation.
- BOSKIN, M.J., and E. SHESHINSKI (1983), "Optimal tax treatment of the family: married couples", *Journal of Public Economics*, Vol. 20.
- BURNIAUX, J.-M., R. DUVAL and F. JAUMOTTE (2003), "Coping with ageing: a dynamic approach to quantify the impact of alternative policy options on future labour supply in OECD countries", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 371.
- EUWALS, R. (2001), "Female labour supply, flexibility of working hours, and job mobility", *Economic Journal*, Vol. 111.
- GAUTHIER, A.H. and A. BORTNIK (2001), "Comparative maternity, parental, and childcare database", preliminary version (February), University of Calgary.
- JAUMOTTE, F. (2003), "Female labour force participation: past trends and main determinants in OECD countries", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 376.
- PISSARIDES, C., P. GARIBALDI, C. OLIVETTI, B. PETRONGOLO and E. WASMER (2003), "Women in the labour force: how well is Europe doing?", *Fondazione Rodolfo De Benedetti*.
- POWELL, L.M. (1998), "Part-time versus full-time work and child care costs: evidence for married mothers", *Applied Economics*, Vol. 30.
- ROSEN, S. (1996), "Public employment and the welfare state in Sweden", *Journal of Economic Literature*, Vol. 34.
- RUHM, C.J. (1998), "The economic consequences of parental leave mandates: lessons from Europe", *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 113.

Chapter 7

Long-term Budgetary Implications of Tax-favoured Retirement Saving Plans¹

In most OECD countries, governments promote private pensions by means of tax incentives, most commonly in the form of a tax exemption on contributions and investment income, with taxation applying instead on pension benefits. This Chapter provides a projection over the next 45 years of the budgetary impact of tax-favoured private pension plans in 17 OECD countries. The findings suggest that aside from leading to a deferral of tax revenues, such tax treatment of private pensions represents a net cost for public finances, largely because the taxes foregone on contributions and asset accumulation exceed taxes collected on pension benefits. Going forward, as larger cohorts reach retirement age and pay taxes on pensions, the net budgetary cost is expected to diminish in the majority of countries, but the impact on public finances will likely remain negative in most cases. The reason is that tax-favoured private pension plans tend to be used mostly by upper-income individuals who would most likely have saved equivalent amounts even without incentives. The Chapter discusses a number of alternative policy options that may help to broaden participation among lower-income earners so as to raise the impact on private savings and diminish the budgetary cost. Compulsion is one option. Another is to change the design of occupational retirement plans so that enrolment is the default option. The value of the tax incentives to participate could also be re-balanced in favour of lower-income earners by replacing the tax deduction for contributions by a non-wastable tax credit.

Introduction

In most OECD countries, governments promote the development of private pensions by means of tax incentives.² In the most common regime, private pension contributions are exempt from income tax, as are the accrued returns on investment of the pension fund, but pension benefits are taxed on withdrawal. Apart from providing a tax incentive to pension saving, this tax treatment also creates an implicit fiscal asset in the form of deferred tax revenues. So far, little work has been done to assess such implicit fiscal assets or, more generally, to examine the budgetary implications of tax breaks for private pension plans.³ What follows is an analysis of these fiscal assets and of the evolution over time of the budgetary impact arising from tax-favoured pension regimes in 17 OECD countries.

The chapter first presents the data and methodology used to project the budget impact of private pension schemes and then discusses the main findings, that are summarised here:

- In all the countries examined, tax-favoured private pension schemes currently represent a net cost for public finances. This is because taxes foregone on contributions and accumulation exceed those collected on pensions. Going forward, the impact on government budgets is expected to remain negative in most countries. However, the net budgetary cost will in many cases diminish over time, as larger cohorts reach retirement age and pay taxes on pension benefits from such plans.
- The main reason why budget impacts are projected to remain negative is that tax-favoured pension plans are unlikely to generate significant amounts of additional private saving. Instead, pension contributions to a large extent substitute for other private saving vehicles, which accumulate out of taxed income and where the return is taxable. Such substitution is particularly prevalent because private pension schemes tend to be used mostly by upper-income individuals who would most likely have saved equivalent amounts even without incentives.
- The relatively weak participation rates in tax-favoured schemes among lower-income earners can be explained by a number of factors. One is that because the tax incentive often takes the form of a deduction from taxable income, the value of the incentive depends on the marginal tax rate and therefore is diminished at lower income levels. Another is that the design of public pension systems is such that the incentive for making additional private saving is often limited for lower-income individuals. Finally, lower-income earners are less likely to work for a firm that sponsors a pension plan as compared with highly-skilled workers.
- A number of policy options may help to widen participation across the income distribution and thereby reduce the net cost of tax-favoured plans. One is to make membership in an occupational plan compulsory, as is currently done in a number of countries. Mandatory participation in private pension plans may not, however, be desirable in countries where several layers of mandatory pension regimes already exist.

- Broader participation of lower-income earners in voluntary occupational retirement plans could be enhanced by designing the plans so that enrolment is the default option and/or by having employees to join at low contribution rates but with a pre-commitment to gradually raise them. For these measures to be most effective, however, governments should ensure that access to occupational schemes is widespread, including among small- and medium-sized firms.
- Another option consists in re-balancing the value of the tax incentive in favour of the lower-income earners. This could be done by replacing the tax deduction for contributions with a non-wastable tax credit (or subsidy) set at a uniform rate.
- Finally, rather than reforming the schemes with a view to broaden participation rates and stimulating private saving, another approach to lowering the cost of tax-favoured pension plans is to reduce the size of the tax incentive altogether. This can be achieved, for instance, by imposing a flat tax on accrued investment income, albeit at a preferential rate, as is currently done in a number of countries.

Private pensions in OECD countries

While several forms of long-term saving could be viewed as pension plans, the latter are narrowly defined in this study so as to include only privately-managed pension plans that accumulate assets specifically to pay for retirement, i.e. where the retirement objective is formally specified on a contractual and/or legal basis. Hence, certain types of long-term saving instrument that are close substitutes for formal retirement savings vehicles (e.g. life insurance) are not included in the definition of private pension assets. Furthermore, only pension plans that are privately-managed and, in principle, fully-funded are included.⁴ In a number of countries, mandatory pension plans operating on a *pay-as-you-go* (PAYG) basis are partly funded, to the extent that they have associated reserves which in some cases can be quite large (for instance in the United States, Japan, Canada and Finland). These plans are not covered. On the other hand, the analysis does include private plans that may be under-funded with respect to future liabilities. In several countries, large funding gaps in occupational defined-benefit schemes have emerged since 2000, partly as a result of the stock market collapse, but also reflecting the decline in expected future rates of return.

Nearly all countries have at least one, and more often several private retirement saving schemes that benefit from favourable tax treatment relative to alternative savings vehicles. Thus, among the privately-managed and fully-funded pension schemes, the study focuses in each country on those that share the same tax treatment, independent of whether they are mandatory or voluntary, occupational or personal.⁵

Tax treatment of private pensions

A savings vehicle is usually considered as being taxed favourably when its tax treatment deviates from a regime that treats all sources of income equally (the so-called *comprehensive income tax regime*). In a pure comprehensive income tax system, pension contributions are made out of taxed earnings and the return on assets accumulated in the fund is also subject to income tax. In return, withdrawals from such savings vehicles are exempted from tax. Such arrangements are known as “taxed-taxed-exempt” (TTE) schemes. One alternative, more commonly adopted, regime exempts the portion of income that is saved in pension schemes.

When both the funds contributed and the investment returns on accumulated funds are exempted from taxation while the benefits are treated as taxable income upon withdrawal, such arrangements are commonly referred to as “exempt-exempt-taxed” (EET) schemes.

Table 7.1 summarises the current tax treatment of private pension plans in OECD countries. Twelve countries (Canada, Finland, Greece, Iceland, Luxembourg, Netherlands,

Table 7.1. Tax treatment of private pensions in 2003¹

	Contributions ²	Investment income	Pension benefits ³
Australia ⁴	T	pT	T/PE
Austria ⁴	T(PE)	E	T/PE
Belgium ⁴	E(TC)	E	T/PE
Canada	E	E	T
Czech Republic ⁴	T(S)	E	T/PE
Denmark	E	pT(15%)	T
Finland	E	E	T
France	E	E	T/PE
Germany	E	E	T/PE
Greece	E	E	T
Hungary ^{4, 5}	T	E	E
Iceland	E	E	T
Ireland	E	E	T/PE
Italy	E	pT(12.5%)	T/PE
Japan	E	E	T/PE
Korea	E	E	T/PE
Luxembourg ⁴	E	E	T
Mexico	E	E	T/PE
Netherlands	E	E	T
New Zealand ⁴	T	T	E
Norway	E	E	T
Poland	E	E	T
Portugal ⁴	E(TC)	E	T/PE
Slovak Republic	E	E	T(15%)
Spain	E	E	T
Sweden	E	pT(15%)	T
Switzerland	E	E	T
Turkey	E	E	E
United Kingdom	E	E	T
United States	E	E	T

Abbreviations: E (exempt), T (taxed under personal income tax), TC (tax credit), PE (partial exemption or deduction from taxation), S (state subsidy), pT (partial taxation).

1. Private pension refers to mandatory or voluntary funded privately-managed pension schemes.

2. Tax-deductible contributions are subject to a certain limit in most countries.

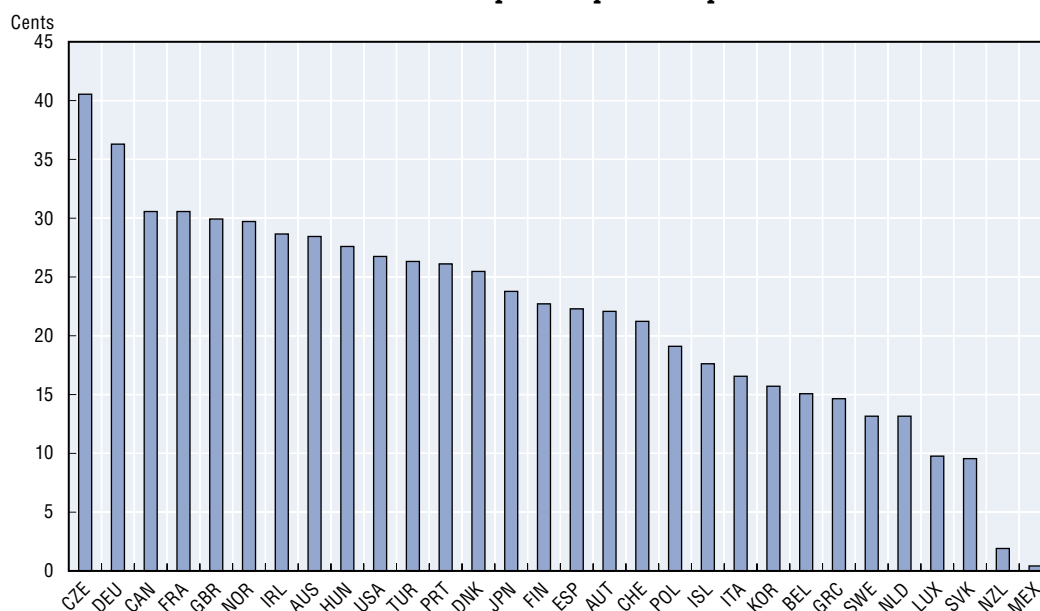
3. This generally concerns the tax treatment in the case of annuities. Many countries allow pension benefits to be withdrawn in the form of lump-sums, in which case a partial exemption is granted so as to preserve tax neutrality with annuities.

4. The tax treatment of the employer's contributions is different from those of the employee's.

5. Mandatory contributions are fully taxed, but voluntary contributions receive tax credits.

Source: Yoo and de Serres (2004).

**Figure 7.1. Net tax cost per dollar of contribution
in tax-favoured private pension plans**



Source: Yoo and de Serres, 2004.

Norway, Poland, Spain, Switzerland, United Kingdom and the United States) come close to the pure EET regime. Another ten countries (Austria, Belgium, France, Germany, Ireland, Japan, Korea, Mexico, Portugal, and the Slovak Republic) also apply an EET regime, but one where withdrawals are taxed more leniently or where contributions are granted a tax credit rather than a full deduction. The practice in other OECD countries differs from the EET regime to the extent that contributions and/or accrued income are taxed, albeit partially.

A rough estimate of the size of the tax incentive provided by governments to stimulate the development of private pension savings can be obtained by comparing the tax treatment of private pension schemes with that of alternative savings vehicles which usually do not benefit from preferential tax treatment. More specifically, the tax favours granted to pension saving relative to other vehicles can be synthesised as an implicit subsidy per unit of contribution. Such calculations have been made for all OECD countries and the results are shown in Figure 7.1.⁶ The size of the subsidy varies significantly across countries, ranging from around 40 cents per dollar or euro of contribution in private pensions (Czech Republic) to around zero (Mexico, New Zealand). Despite the differences in tax treatment of private pension savings across OECD countries, most provide a sizeable incentive, amounting to at least 10 cents per dollar of pre-tax contribution.

Importance of tax-favoured private pension schemes

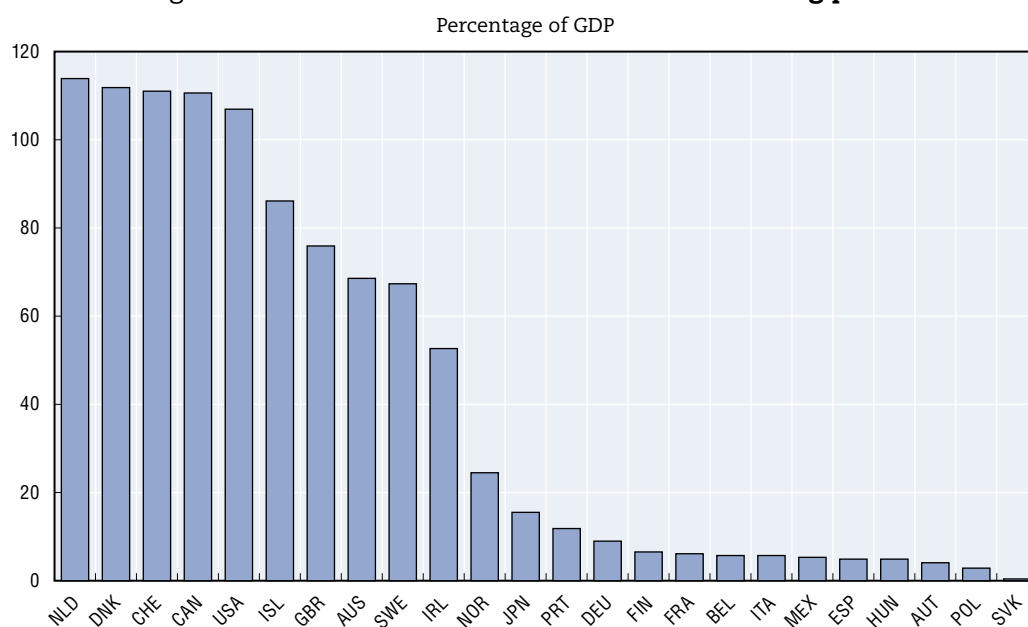
The significance of tax-favoured private retirement saving schemes in terms of asset size, participation and share of total retirement income varies largely across countries. With respect to the importance of private pension assets, most OECD countries fall into one of two broad groups: one where assets (as defined in this study) represent at least 40% of GDP (the Netherlands, Denmark, Switzerland, Canada, United States, Iceland, United Kingdom, Australia, Sweden and Ireland) and one where accumulated assets remain, at 15% or less

(Portugal, Germany, Finland, France, Belgium, Italy, Mexico, Spain, Hungary, Austria, Poland and the Slovakia Republic). Japan and Norway are intermediate cases (Figure 7.2).

The marked distinction between the two main groups of countries in terms of asset size may result to some extent from the differences in the nature of the overall pension system. Countries with a small private-pension asset base are generally ones where the system is dominated by one or more mandatory, earnings-related plans usually operated by the public sector on a pay-as-you-go basis. For instance, in the large majority of continental European countries, the bulk of retirement income is provided by a public system that typically ensures relatively high benefits compared with previous earnings, even at upper income levels, leaving a more limited need for supplementary private pensions.

Another factor is the relative degree of maturity and accessibility of the schemes in different countries. In some cases, it is only recently that tax-favoured pension plans have either been introduced or made more broadly accessible, explaining in part the low level of accumulated assets. This is the case in most Central European countries, which made the development of fully-funded private pensions a key element of social security reforms during the second half of the 1990s. This is also the case in parts of Western Europe. Indeed, life insurance, which is not covered in this study, was the only real means for individuals in Germany to fund long-term saving on a private and voluntary basis until the pension reforms of 2001, which saw the introduction of tax relief for both occupational and individual pension schemes. With tax-favoured pension schemes restricted to specific categories of workers, life insurance has also been the favourite long-term private saving vehicle in France, Austria and, to some extent, Norway. Life insurance often represents a more flexible form of long-term saving and, at least in the case of France, it also benefits from a favourable tax status, albeit not as generous as an EET scheme.

Figure 7.2. **Assets in tax-favoured retirement saving plans**



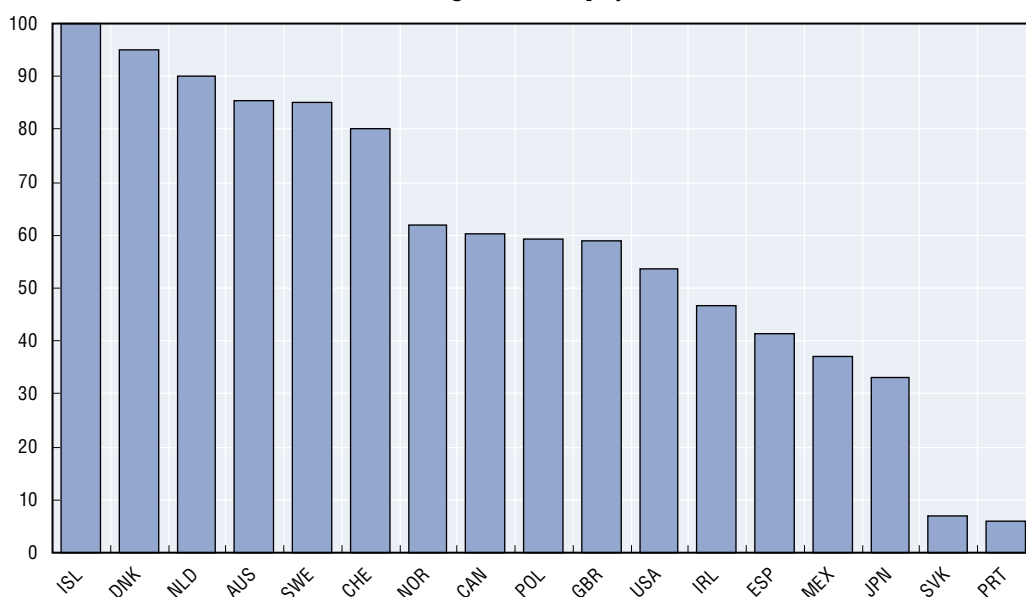
Source: International Pension Funds and their advisors, National sources and Antolin P., A. de Serres and C. de la Maisonneuve (2004).

Conversely, the large proportion of assets accumulated in the Netherlands, Denmark, Switzerland, Iceland and, to a lesser extent, Australia can largely be explained by the quasi-universal nature of their occupational schemes. In all five countries, the main occupational pension plan is not only mandatory (or quasi-mandatory), but it is also privately managed and fully funded. It should be noted, however, that at least in the case of Switzerland and Australia, the high proportion of assets also reflects the significance of voluntary contributions above the compulsory component. In Sweden as well, the coverage of the fully-funded occupational plan is extended to a large share of the workforce, owing to the centralised nature of wage contract agreements. However, given that this funded scheme provides coverage that supplements the unfunded mandatory plan, contribution rates are lower than in the Netherlands or Switzerland.

In all other countries with a large asset base, participation in private pension schemes is essentially voluntary.⁷ Even so, participation is relatively high in part because the pension income provided by the public system in those countries is low in proportion to earned income, especially for middle and upper wage groups. In the United States, the United Kingdom, Canada and Ireland participation in private pension plans exceeds 50% of the workforce (Figure 7.3). Furthermore, in these countries private schemes have been in existence for many years, allowing the accumulation of substantial assets. Finally, participation in these schemes is influenced by the particularly generous incentives offered, as shown earlier.

Figure 7.3. **Participation in tax-favoured retirement saving plans**

Percentage of total employment



Source: National sources and Antolin P., A. de Serres and C. de la Maisonnette (2004).

Future net fiscal revenues associated with tax-favoured pension plans

Methodology

In order to generate estimates of future costs and benefits of tax-favoured saving plans, total contributions and withdrawals are projected for five-year age groups over a period going from 2000 to 2050. The projections of contributions and withdrawals take into

account differences in characteristics across age-groups such as the average income, the average rate of participation in pension plans and the average amount contributed per participant. In addition to the average characteristics of individuals belonging to a specific age group, estimates of total contributions and withdrawals depend also on the size of each group, which is allowed to evolve over time according to demographic projections. Once future profiles of contributions and withdrawals are estimated, net fiscal revenues in each period are calculated as taxes collected on withdrawals less revenues foregone due to the non-taxation of both contributions and (in the case of EET schemes) investment income. Revenues foregone are measured as those that would have been collected if participants to private pension plans had put their funds in a regular savings vehicle which are generally treated less favourably from a tax point of view.⁸ Details concerning the overall methodology as well as the assumptions made to derive the relevant tax parameters used to calculate tax revenues collected and foregone are provided in the Appendix.

Results

Current and future net fiscal revenues and assets were estimated for 17 OECD countries for which sufficient information was available and in which accumulated assets in tax-favoured retirement saving schemes were equivalent to at least 20% of GDP.⁹ The baseline projections were based on the assumption that contributions to private pension plans do not affect the overall level of national savings. In other words, private consumption was assumed to remain unchanged following the introduction of a tax-favoured scheme. Hence, contributors were assumed to save the amount corresponding to the value of the tax break and not to provide any new saving.

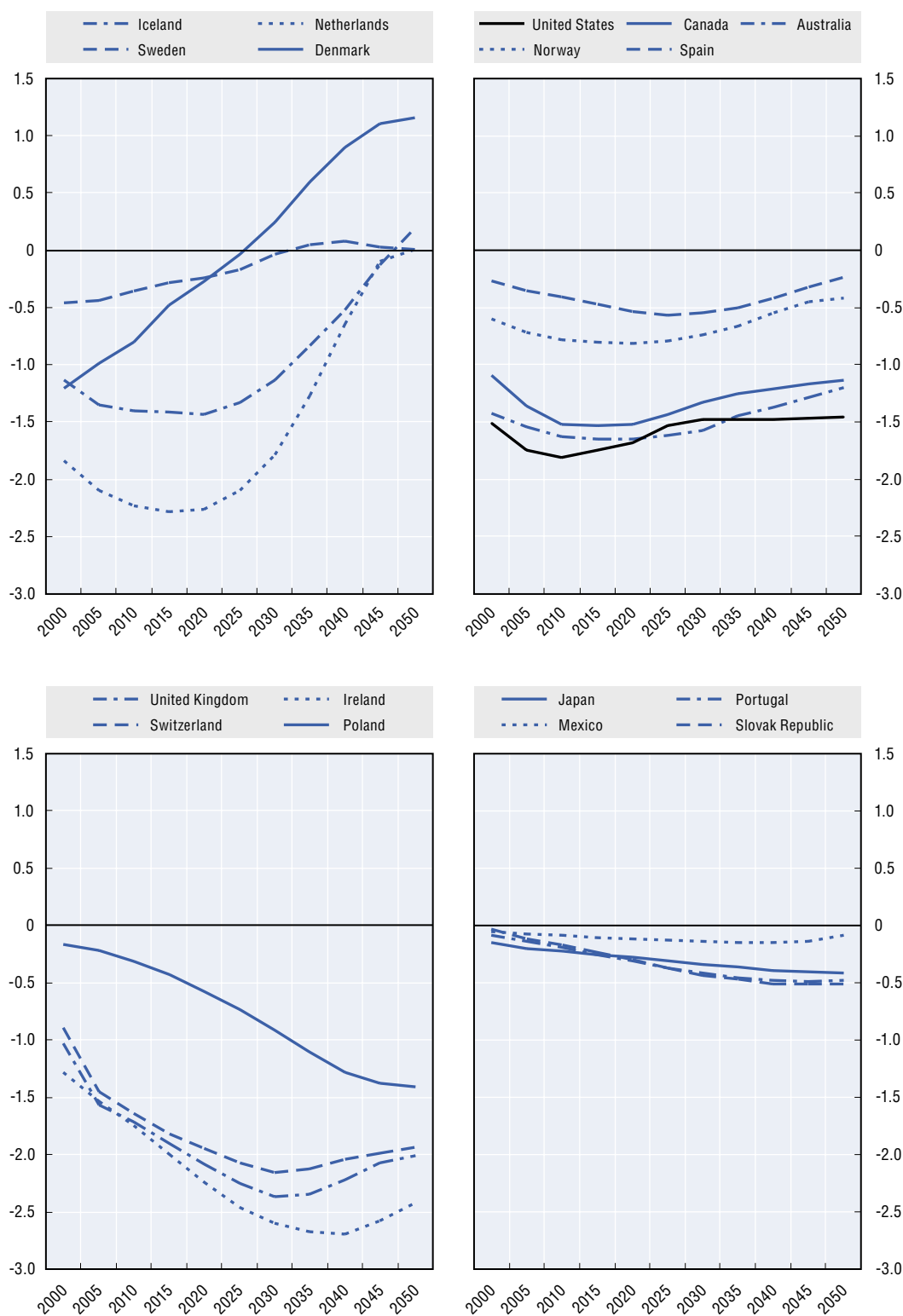
Base case results

The base case projection provides, for each five-year period between 2000 and 2050, estimates of fiscal revenues foregone and collected in per cent of GDP. In addition, the stream of future net fiscal revenues over the period 2005-2050 is also discounted (using the rate of return on assets as the discount rate) to provide a measure of implicit net fiscal assets as of 2000. The main results can be summarised as follows:

- Net fiscal assets are negative for all countries, and in the majority of them, the flow of net fiscal revenues even remains negative throughout the projection period (Figure 7.4).
- In the majority of countries, net fiscal revenues are projected to become more negative over the next 10 to 20 years, but to improve significantly thereafter. The budget contribution at the end of the projection period is less negative than in 2005 in several countries. The improvement is particularly pronounced in Denmark, Iceland, the Netherlands and Sweden where net revenues approach zero or even turn positive. In contrast, net fiscal revenues are expected to remain below their 2005 level at the end of the projection period in Ireland, Japan, Poland, Portugal, Slovak Republic, Switzerland and the United Kingdom.
- In Denmark and Sweden, the low initial drain on revenue and eventual positive budget contribution reflects the fact that accrued income on investment is at least partly taxed (ETT treatment) whereas in the case of Iceland the similar profile of net revenues results from the low tax rate imposed on regular savings vehicles used as a benchmark.

Figure 7.4. **Projected net fiscal revenues 2000-2050**

Percentage of GDP



Source: Antolin P., A. de Serres and C. de la Maisonneuve (2004).

- In the case of Japan, Poland, Portugal and Slovak Republic, the flow of net fiscal revenues continues to decline throughout the projection period, as the results are dominated by the cost of not taxing investment income, which grows continuously with the build-up of assets.

These results may look surprising in the face of arguments that governments should expect a windfall from tax-favoured schemes over the next decades. These claims notwithstanding, the above findings should not be seen as counter-intuitive. In the absence of new savings, each currency unit invested in an EET pension scheme entails a net fiscal cost over the whole life span of the investment, owing mainly to the non-taxation of investment income.

The effect of new saving on the budgetary cost of tax-favoured schemes

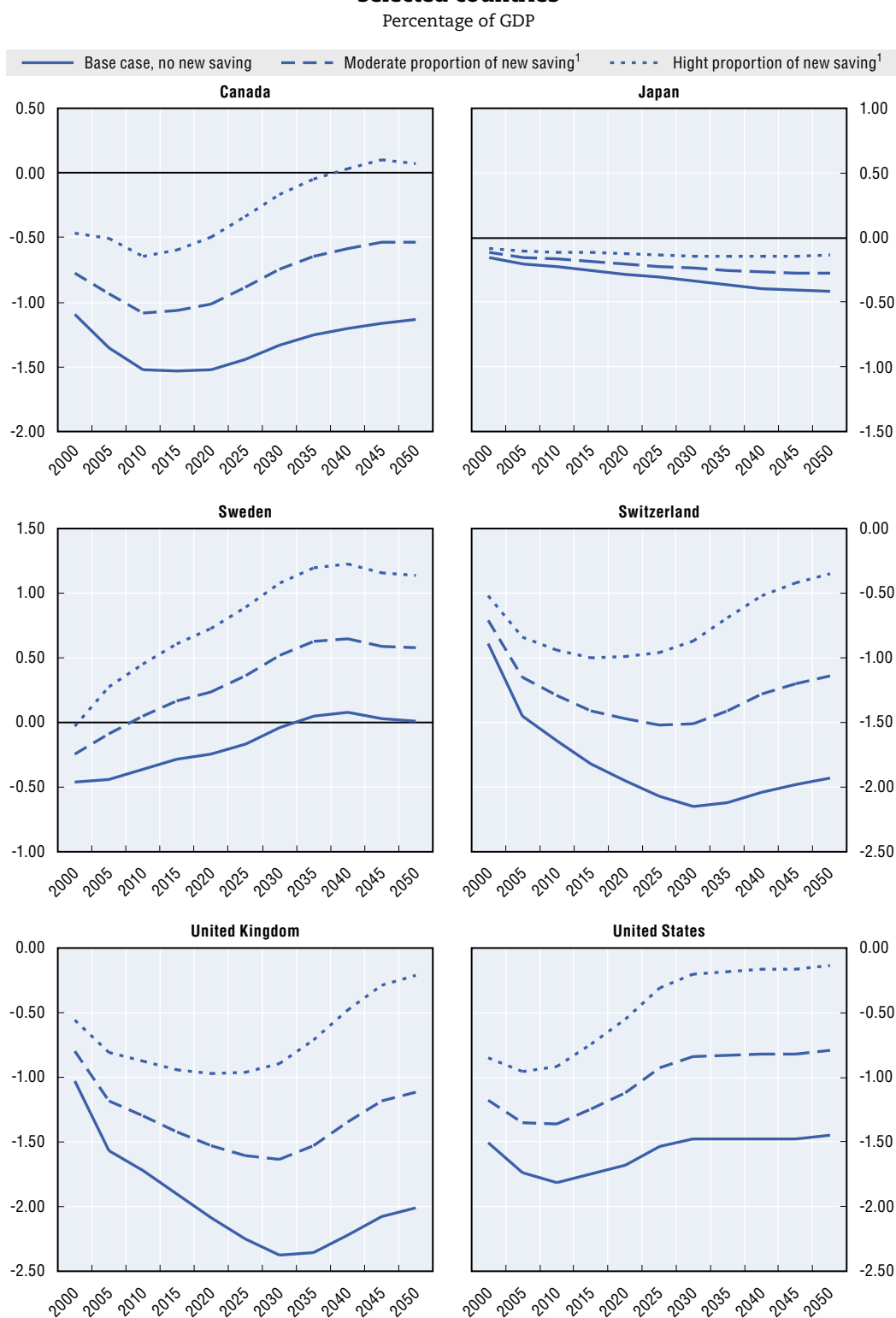
In order to assess the sensitivity of the overall results to changes in initial conditions and other assumptions, a number of variants of the baseline projection were analysed. These included scenarios using different contribution rates, initial levels of assets, rates of productivity growth and inflation, tax parameters and population structures. In general, the deviations across these various scenarios on estimates in terms of net fiscal revenues are too small on their own to alter the broad picture described above.¹⁰ However, one assumption does make a crucial difference and that is the assumption that tax incentives essentially lead to saving diversion rather than creation.

To give an indication for the potential impact on net fiscal revenues and assets of allowing for new saving, alternative projections were generated under two scenarios, one where new saving finances around 25% of total contributions and another where that proportion is set at around 50%.¹¹ Any proportion of total contributions to private pensions that is financed by new – as opposed to diverted – saving lowers the budgetary cost arising from foregone revenues on accrued investment income given that these funds would not have been saved elsewhere in the first place.

As expected, increasing the proportion of total contributions that is financed by new saving has a substantial impact on estimated net fiscal assets and the level of net fiscal revenues (Figure 7.5). The impact is particularly large in countries where investment income in non-pension savings instruments is taxed at a relatively high rate and where, therefore, less saving diversion has large revenue implications (United States, United Kingdom, Canada and Australia).¹² Even in the case of 25% new saving, net fiscal revenues rise above the 2005 level by the end of the projection period in most countries. And, under the more optimistic assumption of high new saving (50%), net fiscal revenues would turn positive in a majority of countries.

As well as the direct effects of additional saving there may also be second round effects that this study did not take into account. For example, additional saving is likely to generate a rise in domestic investment, bringing about a larger capital stock. This in turn should boost profits as well as wages and therefore tax revenues on capital return and labour income, helping the government to reduce debt and so on. On the other hand, the reduction in consumption in the short run would entail a loss of indirect tax revenues. Furthermore, an increased supply of saving may well have an impact on investment returns.

Figure 7.5. **Net fiscal revenues under alternative assumptions on new savings: selected countries**



1. The proportion of total contribution that is financed by new savings is assumed to be around 25% in the case of moderate new saving and around 50% in the case of high new saving.

Source: Antolin P., A. de Serres and C. de la Maisonnette (2004).

Policy issues

Distribution across income levels and effectiveness of tax-favoured plans

New savings matter not only because they significantly reduce the budgetary costs of tax-favoured plans, as is illustrated above, but also because the primary motivation for the tax break is, after all, the concern that without such incentives people would save too little to maintain a certain living standard in retirement.

However, while there is broad consensus that tax-favoured saving accounts have induced large portfolio shifts towards private pension assets, there is much less consensus on how much of an impact tax incentives really have on the overall level of personal savings. More specifically, the extent to which tax incentives create rather than divert saving is ambiguous in theory and still unresolved empirically, despite the large amount of studies addressing the question, in particular in the United States where intensive research has focused on 401(k) plans and individual retirement accounts (IRAs).¹³

However, one finding reported in some of the recent empirical studies looking at the effect of tax incentives on saving patterns is that the effectiveness in boosting saving appears to be much stronger among low- and middle-income earners (Poterba, 2003; Engen and Gale, 2000; Benjamin, 2003). One implication is that in order to increase the likelihood of generating substantial new saving, tax-favoured plans must attract a significant proportion of participants with modest income. Conversely, the higher the proportion of upper-income individuals in total participation in tax-favoured schemes, the less new saving is likely to be generated.

A look at the age and income profiles of pension schemes participants compared with that of all employees in the United States, the United Kingdom and Canada indicates that at least in countries where participation is voluntary, tax-favoured schemes tend to be used disproportionately by upper-income individuals (Table 7.2). First, the average income of participants (across all ages) exceeds that of total employees by 28, 33 and 45%, respectively. Second, in all three countries, participation is stronger among high-income individuals regardless of the age group. Third, the average amount contributed is also substantially higher among the upper-income categories.

As a result, while individuals earning 200% or more of the average wage represent 13% of all employees in the United States, they account for around 20% of total participants and nearly 50% of total contributions, whereas their share of total salaries is 38%. Similarly, in Canada, 13% of workers earn twice the average wage but form 26% of participants and account for 47% of contributions, compared to a share of total income of about 40%. Considering the size of the tax break in these countries, not only is such a skewed distribution of participants potentially expensive for the government budget, but it also has implications for income re-distribution. In this regard, a more balanced participation across income levels may not only be desirable from an equity perspective but, as suggested above, it may also lead to better results in terms of boosting private saving, which is the primary goal of tax-favoured plans.

Table 7.2. Age and income profile of participants in private pension plans

United States, 1997	Under 30	30 to 44	45 to 59	60 +	All ages		
Average income per employee ('000 \$)	23.1	44.5	52.7	41.6	39.7		
In % of average income across all employees	58.3	112.1	132.7	104.7	100.0		
Average income per contributor ('000 \$)	32.9	52.9	60.6	51.7	51.0		
In % of average income across all contributors	64.6	103.8	118.9	101.3	100.0		
In % of average income of employees in same age group	142.4	118.8	115.0	124.2	128.4		
United Kingdom, 2001	Under 30	30 to 39	40 to 49	50 to 59	60 +	All ages	
Average income per employee ('000 £)	13.8	19.9	21.3	17.8	10.3	17.7	
In % of average income across all employees	77.8	112.4	120.2	100.4	58.1	100.0	
Average income per contributor ('000 £)	19.7	24.6	25.6	22.2	19.0	23.5	
In % of average income across all contributors	83.9	104.6	109.0	94.5	81.1	100.0	
In % of average income of employees in same age group	143.2	123.5	120.4	124.9	185.0	132.7	
Canada, 2001	Under 25	25 to 34	35 to 44	45 to 54	55 to 64	65 +	All ages
Average income per employee ('000 C\$)	11.0	28.4	35.9	39.9	36.9	35.7	31.3
In % of average income across all employees	35.1	90.8	114.9	127.5	118.0	114.1	100.0
Average income per contributor ('000 C\$)	21.1	39.2	47.4	50.6	49.5	48.3	45.4
In % of average income across all contributors	46.6	86.4	104.5	111.5	109.1	106.5	100.0
In % of average income of employees in same age group	192.5	138.0	132.0	126.8	134.1	135.3	145.0

Source: US Congressional Budget Office, UK Department for Work and Pensions, Family Resources Survey, and Statistics Canada.

Factors affecting the distribution of participants across income levels

Possible explanations for the weaker participation and contribution rates from low and middle-income groups focus on two aspects: variations in workers' access to occupational pension plan membership and differences in the set of incentives and options faced by eligible employees. An important driver of eligibility is that when plan membership is available within a firm, non-discrimination rules usually ensure that the offer is extended to all categories of workers and, partly as a result, employee participation is often automatic. In fact, data on sponsorship of pension plans by US firms indicate that, for various reasons, lower-income workers are less likely to be employed by a firm that offers membership (Copeland, 2003). In the United States, less than 50% of workers with an annual income below \$50 000 are employed by a firm that sponsors a plan, whereas the sponsorship rate rises to 75% for workers with earnings above that level.

One possible reason is that low-skilled, low-paid jobs may be more highly concentrated among small and medium-sized firms that cannot as easily absorb the administrative costs of sponsoring a pension plan. Figures for 2002 indicate that while the sponsorship rate is around 68% in large US firms (over 100 employees), it falls to 28% among smaller firms (less than 100 employees).¹⁴

Variations in eligibility to occupational pension plans can only go so far in explaining the uneven distribution of participants across income levels. After all, tax-favoured personal pension plans are available in many countries, in part to give workers with no access to an occupational scheme an opportunity to accumulate retirement saving under similar tax rules. However, it appears that where eligible workers do have a choice of whether to join

or not, as is the case with personal pension plans and many occupational schemes (such as the 401(k) plans in the United States), participation is also weaker at lower income levels. One basic reason is that for individuals living on very low income, saving may be neither possible nor optimal, in particular for those whose income prospects have clear chances of improving over time.

Perhaps more important, given that in most countries the tax relief on contributions takes the form of a deduction, the value of the incentive diminishes at lower income levels and may be of little value for workers with low taxable incomes. In addition, since in many countries the basic state pension and other transfers are often incomes-tested, the marginal effective tax rate on benefit withdrawals may be very high for individuals whose pension income is expected to hover around the incomes-testing threshold. In contrast, one factor contributing to the generosity of the tax incentive for high-income individual is that tax-deferred schemes are often designed in a way that creates the scope for significant tax smoothing, especially in countries with very progressive tax schedules.

Some options to raise participation of low- and middle-income workers

Several countries have achieved rates of participation in tax-favoured private pension plans that are both high and uniformly distributed across income levels, but they have done so by means of compulsion, either *de jure* or *de facto*. For instance, membership in an occupational private pension plan is mandatory in Australia, Hungary, Iceland, Mexico, Poland and Switzerland. Denmark, the Netherlands and Sweden have also reached a quasi-universal degree of private pension coverage, but this has been achieved via broad collective agreements between social partners, whereby most firms are bound by industry-wide commitments to sponsor membership. Such a widespread degree of commitment may not be easily replicated, however, in countries where collective bargaining is much less coordinated.

As well, some countries may find it difficult to justify compulsion in the case of private pensions, not least when those are supplementary to mandatory public schemes. In such cases, the discussion above suggests that in order to maximise the creation of new saving, the value of incentives may need to be strengthened for low and middle-income workers. One way to do so – in the context of EET or ETT schemes and without considering more wide-ranging changes in pension and tax systems – would be to replace the deduction from taxable income with a non-wastable tax credit (or a subsidy) that would be set at a flat rate. Currently, only a few countries apply a tax credit (Austria, Belgium and Portugal) or a subsidy (Czech Republic, Germany and Mexico).

Incentives can only be effective, however, if potential participants are given relatively easy access to a pension plan. One question is whether such access is most efficiently provided by personal pension plans (such as IRAs in the United States) or occupational schemes. Since they are not based on an employment relationship, one advantage of personal pension schemes is that they largely avoid the problem of portability of pension plans. They may also facilitate access to private pension saving for part-time workers or for those whose labour market participation is not continuous. Furthermore, considering the limited capacity of many small and medium-sized firms to bear the administrative costs and responsibilities of sponsoring a pension plan, it is probably easier to achieve broad eligibility with personal plans. Indeed, the recent problems experienced by many large

firms in funding their pension plans suggest that the difficulties may not be confined to small firms only.

However, an advantage of employment-based schemes is that matching contributions by employers can create an additional incentive for the employee to join. Investment fees are also generally lower in the case of occupational plans. In addition, occupational schemes may be better at overcoming inertia or procrastination over the decision to participate in a retirement saving plan (Mitchell and Utkus, 2003). In particular, a number of studies have shown that by making enrolment in a plan the default option and by having participants pre-commit to rises in contribution rates that are linked to wage increases, membership in voluntary schemes can be boosted substantially.¹⁵ Such arrangements are essentially designed to help individuals to discipline themselves to save.

Tax-favoured plans may help achieve other objectives

The existence of tax-favoured pension arrangements does not seem to be questioned even though these schemes may appear costly from a public finance point of view. In fact, more and more countries are either introducing them or extending their coverage. A question that arises is whether tax-favoured arrangements could be justified even in the case where they fail to raise private and national saving. Three factors could help motivate their existence. One is that the shift towards long-term retirement saving may be an objective worth pursuing, not least to stimulate the demand for long-term financial instruments.

Another is the need to establish a framework for encouraging private pension in order to ease the impact of future reductions in public pension benefits on the income level of future retirees. The latter concerns primarily countries where the pension system rests essentially on a public pay-as-you-go pillar and who are under pressure to reform the system so as to cope with ageing population. Several of these countries, including Germany, France and Spain have implemented or extended EET-type private arrangements in recent years to promote the development of private pensions. However, promoting private pension as a substitute for public pensions raises issues regarding risk bearing and administrative costs which need to be carefully examined.

Finally, it could be argued that tax-favoured retirement-saving plans have played a useful role in allowing governments to shift important fiscal revenues to a period in the future when the fiscal impact of ageing will peak. As mentioned earlier, even in the case where little new saving is created, future net revenues are being projected to improve significantly relative to 2005 in many countries, allowing governments to partly recoup revenues foregone in earlier periods. Without such a shift, it is not clear that governments would have resisted political pressures to spend these revenues rather than using them to build assets so as to meet the future cost of populations ageing.

Notes

1. This chapter is based on recent, more detailed OECD research (Antolin et al., 2004 and Yoo and de Serres, 2004).

2. Throughout this chapter, private pension schemes and retirement saving plans are used interchangeably.
3. Studies addressing this issue include CBO (2004), Boskin (2003), Auerbach *et al.* (2003) and Feldstein (1995) for the United States as well as Mérette (2002) and Finance Canada (2003) for Canada.
4. For the purpose of this study, fully-funded plans are loosely defined as those where the benefits are entirely financed by previously accumulated pension assets, without any implication or requirement in terms of degrees of actuarial fairness. Hence, the study includes plans that operate either on a defined-contribution or defined-benefit basis or any combination of the two.
5. Occupational pension plans are defined as those where access is linked to an employment relationship between the plan member and the sponsor. In contrast, access to personal plans is not linked to an employment relationship. In the latter case, individuals independently purchase and select material aspects of the arrangements without intervention of their employers (ISSA-INPRS, 2003). In both cases, the plans can take the form of individual accounts.
6. The numbers shown in Figure 7.1 represent an average of the cost per dollar of contribution across different age groups and are based on the same basic assumptions as those used for the projection exercise reported later in the chapter. A detailed exposition of the methodology and assumptions used to make the calculations as well as results from sensitivity analysis can be found in Yoo and de Serres, 2004.
7. In the case of occupational pensions, they are voluntary to the extent that employers are not obliged to offer a plan to their employees. However, when firms do offer such plans, employees may not have the choice whether or not to participate.
8. In most cases, the tax treatment of the alternative savings vehicle is TTE.
9. The countries included are Australia, Canada, Denmark, Iceland, Ireland, Japan, Mexico, the Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Slovak Republic, Spain, Sweden, Switzerland, United Kingdom and United States.
10. A detailed sensitivity analysis can be found in Antolin, de Serres and de la Maisonneuve (2004).
11. More specifically, the assumption made is that the proportion of personal savings (*i.e.* total contributions *excluding* the tax subsidy) that is financed by new saving is $\frac{1}{3}$ and $\frac{2}{3}$, respectively, as compared to zero in the baseline. What this implies in terms of the proportion of new saving in total contributions (*i.e.* *including* the tax subsidy) actually varies slightly across countries as it depends on the marginal tax rate used to calculate revenues foregone on contributions. In most cases, the proportion of new saving (*i.e.* financed by a reduction in private consumption) is approximately 25 and 50%, respectively.
12. For reasons of parsimony, the results are shown for only a subset of countries.
13. The range of estimates found can vary from almost one extreme to the other. Nevertheless, the weight of evidence would suggest a proportion of new saving in total contributions of between 25 to 40% at most.
14. Another possible contributing factor, at least based on some evidence from Canada and the United States, is the relative decline in manufacturing jobs – and along with it the decline in unionisation.
15. See in particular, Madrian and Shea (2001) and Thaler and Bernatzi (2004).

APPENDIX

*Methodological details and key assumptions***General framework¹**

Generating estimates of future costs and benefits of tax-favoured saving plans requires projecting forward a number of key variables including the number of contributors, total contributions, assets, accrued income from assets, and withdrawals. In each case, the total figure is obtained by aggregating across 13 five-year age groups from ages 20 to 85, calculated for each of the eleven five-year periods from 2000 to 2050. The projections also require estimates of relevant tax rates associated with each component of net fiscal revenues. Net fiscal revenues in each period are obtained as the net sum over all age groups of revenues collected on withdrawals, revenues foregone on contributions and revenues foregone on accrued income.

Withdrawals were modelled on the assumption that the total amount of assets accumulated until the age of 65 is run down according to a constant annuity formula until full exhaustion at the age of 85. In those cases where sufficient information was available, early withdrawals between the age of 55 and 65 were allowed, using the withdrawal rates per age category observed in recent years.

As contributions can generally be fully deducted from taxable income, *revenues foregone on contributions* made by each age group were calculated as the product of the age-specific marginal income tax rate on contributions and the total amount contributed by each age-group. The age-specific rates of participation in tax-favoured schemes used in the calculations were based on current rates of participation, which were assumed to remain constant in all cases except Mexico, Poland and the Slovak Republic (where schemes have only been in place for a short time). In these cases participation was assumed to rise gradually over time to reach full participation in the cases of the former two countries, consistent with the mandatory nature of their schemes, and to around 50% in the case of the Slovak Republic. In most countries where private pension schemes are voluntary, participation rates generally increase with age until the mid- or late-50s after which participation declines. In cases where participation is mandatory or quasi-mandatory (Australia, Denmark, Iceland, Netherlands, Sweden and Switzerland), the participation rates used were the same across both age-groups and time.

Foregone tax revenues on accrued income from investment measures taxes that would have been collected on investment income if private savings had instead been invested

in a benchmark savings vehicle. This is the net present value of taxes paid on a stream of investment earnings, and is thus dependent on the tax rate on accrued income from alternative savings, the nominal rate of return on assets and the amount of assets accumulated. Note that in contrast to the calculation of revenues collected on withdrawals, the relevant stock of assets in this case is not total assets invested in the scheme but only those accumulated from diverted savings. The reason for including only a subcomponent of total assets is that contributions to tax-favoured pension plans comprise the tax subsidy plus personal saving. The latter can in turn be split into diverted saving and new saving. Since neither the new saving nor the tax subsidy components would have generated investment income in the absence of the scheme, they need to be excluded from the calculation of tax revenue losses.

Key parameters

The relevant tax rates used to estimate revenues foregone on contributions and accrued investment income, as well as revenues collected on withdrawals, were calculated based on a number of assumptions. First, the current tax treatment of standard savings vehicles in each country was taken as the benchmark. Second, marginal tax rates corresponding to different levels of income and family status were derived from a tax model reflecting the current tax code in each country. Third, as concerns taxation of investment income, detailed information on the tax treatment of specific non-pension savings vehicles included in the benchmark portfolio (i.e. a mix of interest-bearing instruments and shares, see below) was used to derive implicit tax rates on the return to investment. Furthermore, the following assumptions were made concerning the allocation of assets and returns in the benchmark and private pension portfolio:

- The portfolio was composed of 60% interest-bearing assets (bank deposits or bonds) and 40% equities. Hence, the benchmark considered only financial assets and excluded real estate or housing
- The pre-tax nominal rate of return on assets (both bonds and equity) was set at 6.5% per annum, including 2% inflation.

For tax purposes in the case of the benchmark portfolio, the return on equity was assumed to be one-third dividends and two-thirds capital gains. Shares were assumed to be held for 6.7 years on average and to be subject to capital gains tax.² The time horizon was allowed to vary from 1 to 40 years, depending on the age of the investor at the time the contribution was made.

Fourth, given the lack of sufficient information about the overall income of private pension beneficiaries, the general rule was to set the tax rate applied to benefit withdrawals at 5 percentage points below the average tax rate (across age-groups) used to calculate revenues foregone on contributions. The motivation for having a lower tax rate on withdrawals is that tax deferral often creates the scope for tax smoothing, suggesting that the effective tax rate is most likely to lie somewhere between the marginal and the average tax rate corresponding to the amount of pension benefits. However, a proper calculation would require adequate information about the level and the various sources of taxable income of pensioners who have participated in a tax-favoured scheme.

Notes

1. A more complete exposition of the methodology can be found in Antolin, de Serres and de la Maisonneuve (2004).
2. This is equivalent to assuming that 15% of the shares held in the portfolio are sold every year. Admittedly, this is based exclusively on US observations (Burman and Ricoy, 1997).

References

- ANTOLIN, P., A. DE SERRES and C. DE LA MAISONNEUVE (2004), "Long-term budgetary implications of tax-favoured retirement plans", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 393.
- AUERBACH, A.J., W.G. GALE and P.R. ORSZAG (2003), "Reassessing the fiscal gap: Why tax-deferred saving will not solve the problem", *Tax Notes*, July 2003.
- BENJAMIN, D.J. (2003), "Does 401(k) eligibility increase saving? Evidence from propensity score subclassification", *Journal of Public Economics*, Vol. 87.
- BOSKIN, M.J. (2003), "Deferred taxes in public finance and macroeconomics", Hoover Institution, Stanford University.
- BURMAN, L.E. and P.D. RICOY (1997), "Capital gains and the people who realize them", *National Tax Journal*, Vol. 50.
- CBO (2004), *Tax-deferred retirement savings in long-term revenue projections*, Washington D.C.
- COPELAND, C. (2003), "Employment-based retirement and pension plan participation: declining levels and geographic differences", *EBRI Issue Brief*, No. 262.
- ENGEL, E.M., and W.G. GALE (2000), "The Effects of 401(k) Plans on Household Wealth: Differences Across Earnings Groups", *National Bureau of Economic Research*, Working Paper No. 8032.
- FELDSTEIN, M. (1995), "The effects of tax-based saving incentives on government revenue and national saving", *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 110.
- FINANCE CANADA (2003), *Tax expenditure and evaluations*, Ottawa.
- ISSA-INPRS (2003), "Complementary & Private Pensions throughout the World", in *International Social Security Association and International Network of Pension Regulators and Supervisors*, Geneva.
- MADRIAN, B.C. and D.F. SHEA (2001), "The Power of Suggestion: Inertia in 401(k) participation and Saving Behaviour", *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 116.
- MÉRETTE, M. (2002), "The bright side: A positive view on the economics of ageing", *Institute for Research on Public Policy*, Vol. 8.
- MITCHELL, O. and S. UTKUS (2003), "Lessons from behavioral finance for retirement plan design", *Pension Research Council Working Paper 2003-6*, University of Pennsylvania.
- POTERBA, J. (2003), Government policy and private retirement saving, CES-Munich Prize lecture.
- THALER, R.H. and S. BENARTZI (2004), "Save more tomorrow: using behavioural economics to increase employee saving", *Journal of Political Economy*, Vol. 112.
- YOO, K.Y. and A. DE SERRES (2004), "The Tax Treatment of Private Pension Savings in OECD Countries and the Net Tax Cost per Unit of Contribution to Tax Favoured Schemes", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 406.

OECD PUBLICATIONS, 2, rue André-Pascal, 75775 PARIS CEDEX 16
PRINTED IN FRANCE
(12 2005 03 1 P) ISBN 92-64-00836-5 – No. 53825 2005

Eixo prioritário 1 – coordenação, gestão, monitorização, auditoria e conhecer para intervir e qualificar nas regiões do objectivo convergência.

a) Estudos orientados para aprofundar o conhecimento e o resultado das políticas e desenvolvimento dos Recursos Humanos.

Os estudos a desenvolver têm como objectivo aprofundar o conhecimento em áreas de intervenção de políticas públicas situadas no âmbito da Estratégia Europeia para o Emprego / Plano Nacional de Emprego (EEE / PNE), do Processo Europeu de Inclusão Social / Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PEIS / PNAI), do mainstreaming de género e implementação do Plano Nacional para a Igualdade (PNI) e do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades (PAIPDI), constituindo-se, desta forma, suporte à efectivação e ao desenvolvimento das mesmas. Os estudos serão elaborados por entidades / organismos com competência reconhecida e experiência adquirida nos anteriores períodos de programação. Estes estudos deverão ser analisados com base numa grelha de análise a ser definida pelo Programa Operacional e que será um desenvolvimento da grelha já anteriormente utilizadas com resultados positivos. Neste sentido, os critérios de selecção serão definidos em função da natureza e dos objectivos das acções a co – financiar, respeitando os mecanismos de selecção e aprovação das acções a apoiar e fazendo cumprir os mecanismos de contratação pública.

b) Actividades orientadas para a melhoria da qualidade do Sistema de Formação.

Serão igualmente abrangidas actividades que visem melhorar a qualidade e a consistência do Sistema de Formação, ajustando-o às necessidades e alterações no mercado de trabalho de forma a contribuir para a qualificação das pessoas e melhoria da empregabilidade, visando-se alcançar maiores níveis de competitividade para Portugal, e ainda dinamizando os factores para que o mesmo constitua um referencial para os operadores, profissionais, utilizadores e destinatários da formação. Assim, serão apoiadas acções com relevância na concretização da reforma da Política de Formação Profissional, nomeadamente, o processo de revisão do sistema de certificação de entidades formadoras face à actualização de requisitos no contexto do Sistema Português da Qualidade ou o alinhamento da oferta formativa com o Catálogo Nacional das Qualificações.

c) Acções inovadoras

São igualmente passíveis de apoio acções e projectos de cariz inovador que se destinem a testar e a difundir novas abordagens de conteúdo, métodos e organização, e que promovam a transferência de experiências e *know-how* nas áreas de intervenção do Fundo e, ainda, iniciativas que pretendam reforçar a qualidade técnica e pedagógica dos projectos a financiar.

Neste âmbito, prevê-se também o desenvolvimento de mecanismos indutores de cooperação transnacional, ao nível dos projectos e acções co-financiadas pelo FSE, nomeadamente através da criação de bases de dados.

Prevê-se ainda apoiar a criação duma base de dados de produtos e projectos financiados pelo FSE, de forma a assegurar a sua disponibilização à generalidade dos utilizadores, capitalizando o investimento, prevenindo a duplicação de financiamentos e promovendo maior transparência nos apoios concedidos.

Outra das acções respeita à promoção e apoio a projectos de inovação, em domínios temáticos, específicos e relevantes para a concretização das políticas nacionais de educação, formação e emprego, incluindo as dimensões da inserção de grupos desfavorecidos, bem como em temas transversais como seja a igualdade de género.

d) Apoio à realização de estudos de avaliação sobre temáticas com especial relevância para a intervenção do FSE, da iniciativa do IGFSE

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, relativo às disposições gerais sobre os Fundos Estruturais, dedica o Capítulo IV, artigos 47º a 49º, à avaliação, explicitando como objectivo central das avaliações, melhorar a qualidade, a eficácia e a coerência da intervenção dos fundos e a estratégia e execução dos Programas Operacionais no que respeita aos problemas estruturais específicos que afectam os Estados-Membros.

Independentemente das iniciativas da Comissão, compete ao Estado-Membro assegurar e desenvolver - para além dos estudos de avaliação de carácter regulamentar, a realizar no contexto de cada programa operacional - iniciativas de avaliação de âmbito mais alargado, nomeadamente, ao nível do desenvolvimento de estudos temáticos, ventilando os vários aspectos que especificamente interessam à vertente FSE, isto é, abordando as perspectivas que evidenciem o contributo destas intervenções para a melhor execução das políticas de educação, formação e emprego, tal como designado no Regulamento (CE) n.º 1081/2006, de 5 de Julho, no nº 5, do seu art. 4º, no qual se estabelece a obrigatoriedade de se analisar a contribuição das acções realizadas para os objectivos

comunitários da inclusão social, não discriminação, igualdade entre homens e mulheres e da educação e formação, através do:

- Desenvolvimento de estudos de avaliação em domínios políticos estratégicos, numa perspectiva sistémica e abrangente, tendo em perspectiva um melhor acompanhamento e avaliação do contributo do FSE para a Estratégia Europeia para o Emprego, inclusão social, igualdade de oportunidades, etc;

- Desenvolvimento de estudos e avaliações de natureza estratégica em domínios políticos de intervenção do FSE;

- Desenvolvimento de estudos e avaliações relacionadas com objectivos de natureza transversal ou temática, nomeadamente, ao nível da igualdade de oportunidades, transnacionalidade e inovação;

- Desenvolvimento de estudos de avaliação de impacto da intervenção do FSE;

- Desenvolvimento de estudos de avaliação associados ao processo de gestão e acompanhamento dos Programas Operacionais;

- Estudos no âmbito da consolidação e sustentação dos Sistemas de Emprego e Formação;

- Apoio ao desenvolvimento de estudos e acções no âmbito da Estratégia Europeia para o Emprego/Plano Nacional de Emprego (PNE), do Processo Europeu de Inclusão Social/Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), do *mainstreaming* de género e implementação do Plano Nacional para a Igualdade (PNI) e do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade (PAIPDI);

- Apoio ao desenvolvimento de estudos e outras iniciativas que permitam sustentar dinâmicas de intervenção e reorganização ajustadas ao papel central que várias instituições desempenham no quadro do PNE, do PNAI e do PNI;

- Apoio ao desenvolvimento do sistema de avaliação e acompanhamento do FSE que contribua para o reforço de uma prática de avaliação contínua e sistemática associada à intervenção deste Fundo Estrutural;

Outros estudos de diagnóstico e prospectiva no domínio do mercado de trabalho, inclusão social e igualdade de género, entre outros.

TABELA DE NÍVEIS DE FORMAÇÃO

(Tabela anexa à Decisão nº 85/368/CEE, do conselho, de 16 Julho, publicada no Jornal oficial das Comunidades Europeias nº L 199, de 31 de Julho - ao Despacho Normativo nº 4-A/2008, de 24 de Janeiro)

Nível I: ***(Não abrangido pelo Programa Estágios Qualificação-Emprego)***

Formação de acesso a este nível: Escolaridade obrigatória e iniciação profissional.

Essa iniciação profissional é adquirida quer num estabelecimento escolar, quer no âmbito de estruturas de formação extra-escolares, quer na empresa. A quantidade de conhecimentos técnicos e de capacidades práticas é muito limitada.

Essa formação deve permitir principalmente a execução de um trabalho relativamente simples, podendo a sua aquisição ser bastante rápida.

Nível II: Formação de acesso a este nível: Escolaridade obrigatória e formação profissional (incluindo, nomeadamente, a aprendizagem).

Esse nível corresponde a uma qualificação completa para o exercício de uma actividade bem determinada, com a capacidade de utilizar os instrumentos e técnicas com ela relacionados.

Esta actividade respeita principalmente a um trabalho de execução, que pode ser autónomo no limite das técnicas que lhe dizem respeito.

Nível III: Formação de acesso a este nível: Escolaridade obrigatória e ou formação profissional e formação técnica complementar ou formação técnica escolar, ou outra de nível secundário.

Esta formação implica mais conhecimentos técnicos que o nível II. Esta actividade respeita principalmente a um trabalho técnico, que pode ser executado de uma forma autónoma e ou incluir responsabilidades de enquadramento e de coordenação.

Nível IV: Formação de acesso a este nível: Formação secundária (geral ou profissional) e formação técnica pós-secundária.

Esta formação técnica de alto nível é adquirida no âmbito de instituições escolares ou fora dele. A qualificação resultante desta formação inclui conhecimentos e capacidades que pertencem ao nível superior. Não exige, em geral, o domínio dos fundamentos científicos das diferentes áreas em causa. Estas capacidades e conhecimentos permitem assumir, de forma geralmente autónoma ou de forma independente, responsabilidades de concepção e ou de direcção e ou de gestão.

Nível V: Formação de acesso a este nível: Formação secundária (geral ou profissional) e formação superior completa.

Esta formação conduz geralmente à autonomia no exercício da actividade profissional (assalariada ou independente) que implica o domínio dos fundamentos científicos da profissão. As qualificações exigidas para exercer uma actividade profissional podem ser integradas nesses diferentes níveis.

Programa dos encontros de trabalho

1ª Parte (manhã):

1. **Preenchimento de um questionário** de pré-avaliação dos instrumentos de desenvolvimento vocacional que constituem o *Kit das Profissões: Guia de Profissões e Manual de Exploração Vocacional*.
2. **Apresentação do Kit das Profissões:** objectivos e destinatários.
3. **Apresentação do Guia de Profissões:**
 - 3.1. Organização da informação:
 - Escolha das profissões/ saídas profissionais e respectivas qualificações;
 - Referência a instrumentos de suporte como o CNQ e o SIGO;
 - Agrupamento das profissões/ saídas profissionais;
 - Actividades de exploração do mundo do trabalho.
 - 3.2. Debate com os participantes sobre as possibilidades de utilização do *Guia de Profissões* a nível de contexto, agentes e actividades.
4. **Apresentação do Manual de Exploração Vocacional:**
 - 4.1. Organização das actividades e metodologia:
 - Breve enquadramento teórico das intervenções de orientação em contexto educativo;
 - Intervenientes na planificação/dinamização das actividades;
 - Áreas de intervenção das actividades propostas;
 - Estratégias e meios/recursos propostos para dinamização das actividades.

(Pausa de 0h15m).

- 4.2. Debate com os participantes sobre as possibilidades de utilização do *Manual de Exploração Vocacional* a nível de intervenientes, tempos/espacos de aplicação e estratégias de dinamização das actividades.
5. **Apresentação do Site Mundo das Profissões:**
 - 5.1. Organização dos campos virtuais:
 - A importância das novas tecnologias no desenvolvimento vocacional dos jovens;
 - Definição e potencialidades dos campos virtuais.
 - 5.2. Debate com os participantes sobre as possibilidades de participação da comunidade educativa e de envolvimento dos jovens na utilização do *Site Mundo das Profissões*.

(Pausa para almoço de 1h00m).

2ª Parte (tarde):

6. Participação e gestão dos grupos de trabalho:

6.1. Organização e funcionamento dos quatro grupos de trabalho:

- Confirmação dos participantes sobre o grupo de trabalho atribuído e sala de reunião;
- Explicação da metodologia dos trabalhos de grupo;
- Apresentação do animador e relator de cada grupo.

6.2. Desenvolvimento dos trabalhos em pequeno grupo.

6.3. Apresentação das conclusões/apreciações dos grupos de trabalho.

7. Preenchimento de uma ficha de avaliação sobre as expectativas e grau de satisfação dos participantes relativamente ao Encontro de Trabalho.

Temas e estratégias de dinamização dos grupos de trabalho

Considerando a possibilidade de se constituírem quatro grupos de trabalho com aproximadamente 15 participantes cada um, poder-se-á rentabilizar a actividade de cada grupo atribuindo temas e abordagens diferenciadas de acordo com a seguinte proposta:

▪ Grupo A

- Tema: ***“Apresentação dos pontos fortes e fracos do Guia de Profissões, podendo sugerir-se outra forma de organização e de implementação deste instrumento, ou ainda, propondo outros materiais, actividades ou projectos de orientação vocacional que privilegiem a informação”.***

▪ Grupo B

- Tema: ***“Apresentação dos pontos fortes e fracos do Manual de Exploração Vocacional, podendo sugerir-se outra forma de organização e de implementação deste instrumento, ou ainda, propondo outros materiais de orientação vocacional que privilegiem a exploração e gestão da carreira”.***

▪ Grupo C

- Tema: ***“Apresentação de propostas de dinamização do Site Mundo das Profissões, podendo sugerir-se outras formas de optimização deste instrumento, ou ainda, propondo outros materiais de orientação vocacional que privilegiem a utilização das novas tecnologias”.***

▪ Grupo D

- Tema: ***“Apresentação de uma proposta de planificação de actividades de orientação vocacional em contexto escolar, indicando intervenientes, meios e cronograma de***

actividades, a partir das actividades propostas no Manual de Exploração Vocacional e podendo ainda sugerir outras”.

▪ **Grupos A, B e C**

- **Metodologia:** O animador suscita o debate, podendo utilizar a metodologia de *brainstorming* ou uma metodologia mais directiva, orientado o debate para a apresentação de aspectos concretos das vantagens e dificuldades na implementação dos instrumentos, de forma a obter informação pertinente para a rentabilização e optimização dos mesmo, bem como o desenvolvimento de novos materiais, actividades ou projectos de orientação vocacional no âmbito da informação e orientação escolar e profissional.

▪ **Grupo D**

- **Metodologia:** O animador utiliza a metodologia de *roleplay* atribuindo diferentes papéis aos participantes – *director da escola, profissional de orientação, professor de disciplina, director de turma, director de curso, coordenador de directores de turma, representante da associação de pais e encarregados de educação, representante da associação de estudantes, representante de sectores empresariais, representante da autarquia*. Numa primeira fase o *director da escola* constitui a equipa que irá intervir na elaboração do plano de actividades de orientação, depois os membros dessa equipa (*profissionais de orientação e professores*) elaboram o plano e apresentam-no, finalmente, os restantes parceiros (*pais, alunos, autarquia e tecido empresarial*) apresentam a sua opinião sobre esse plano de actividades. O plano será reformulado com o animador a gerar consensos e finalmente é aprovado pelo *director da escola*.

Ficha de Avaliação

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional – Kit das Profissões –

Esta ficha enquadra-se no âmbito da avaliação da sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional que constituem o Kit das Profissões.

É importante que preencha a ficha, pois permitir-nos-á perceber a utilidade da realização destes encontros, em que medida correspondemos às expectativas dos participantes e também otimizar eventuais acções futuras.

É de toda a conveniência que responda com o máximo de rigor. Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens. As respostas são confidenciais e pretende-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Sim ☐ Não ☐

Justifique a sua resposta: _____

2. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

2.1. Quanto aos conteúdos, a apresentação foi:	1	2	3	4
2.1.1. Coerente e estruturada.	☐	☐	☐	☐
2.1.2. Clara e rigorosa.	☐	☐	☐	☐
2.1.3. Útil para uma melhor aplicação dos instrumentos.	☐	☐	☐	☐
2.1.4. Esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos.	☐	☐	☐	☐

2.2. Quanto à organização e metodologia:	1	2	3	4
2.2.1. A duração da sessão foi a adequada.	☐	☐	☐	☐
2.2.2. As estratégias utilizadas foram as adequadas.	☐	☐	☐	☐
2.2.3. Os documentos e suportes foram os adequados.	☐	☐	☐	☐

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Sim ☐

Não ☐

Justifique a sua resposta: _____

4. Numa tentativa de melhoria, enuncie algumas ideias para a utilização do Kit das Profissões. (por exemplo: suportes, actividades, modos de chegar mais próximo do público alvo, etc.).

Observações:

Muito obrigado pela sua colaboração

Questionário

Kit das Profissões – “escolhas com futuro, qualifica-te para uma profissão”

O presente instrumento destina-se a todos os profissionais de orientação, educação e formação (técnicos de orientação, professores, formadores), que intervenham na divulgação e/ou implementação do *Kit das Profissões*.

O preenchimento deste questionário é de extrema importância, pois irá dar-nos a conhecer os pontos positivos, as dificuldades sentidas na utilização do *Kit das Profissões* e o grau de satisfação dos profissionais que o utilizam, tendo em vista a sua optimização. Desde já agradecemos a sua colaboração.

É de toda a conveniência que responda com o máximo de rigor. Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Este questionário é de natureza confidencial. A sua análise é efectuada globalmente e não de forma individualizada.

1. Considera a divulgação do *Kit das Profissões*, por parte da ANQ, satisfatória?

Sim ☐ Não ☐

Justifique a sua resposta: _____

2. Considera os suportes (na internet no site Mundo das Profissões, brochura e DVD) adequados ao público-alvo e utilizadores?

Sim ☐ Não ☐

Justifique a sua resposta: _____

3. Já utilizou o *Kit das Profissões* (Guia de Profissões e/ou Manual de Exploração Vocacional)?

Sim ☐ Não ☐ (se não, o seu questionário terminou aqui)

Se sim, responda objectiva e sucintamente às seguintes questões:

3.1. Quais as dificuldades sentidas na utilização do *Kit das Profissões*?



3.2. Quais os aspectos mais positivos na utilização do *Kit das Profissões*?

4. Responda agora, seleccionando a sua opção tendo em conta que:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

4.1. Avaliação Global do Guia de Profissões	1	2	3	4
4.1.1. Globalmente, o Guia de Profissões agradou-lhe?	☐	☐	☐	☐
4.1.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário?	☐	☐	☐	☐
4.1.3. Considera a apresentação gráfica do Guia de Profissões adequada aos jovens?	☐	☐	☐	☐

4.2. Avaliação Global do Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4
4.2.1. Globalmente, o Manual de Exploração Vocacional agradou-lhe?	☐	☐	☐	☐
4.2.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiem a tomada de decisão dos jovens?	☐	☐	☐	☐
4.2.3. Considera que o Manual de Exploração Vocacional apresenta metodologias adequadas aos jovens e ao contexto?	☐	☐	☐	☐

Observações:

Análise de conteúdo das questões de resposta aberta da ficha de avaliação
1ª Sessão de sensibilização do Kit das Profissões - Lisboa

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Frequência
Interesse na sessão	- Correspondeu às expectativas	- “Correspondeu às expectativas”	1
	- Cumpriu com os objectivos	- “Correspondeu aos objectivos a que se propunha” - “Fiquei esclarecida sobre o objectivo concreto do Kit das Profissões”	2
Utilidade da apresentação do Kit das Profissões	- Modo	- “Modo simples” - “Grande utilidade e apresentação dos materiais” - “Construtiva” - “Esclarecedora”	4
	- Benefícios	- “Uma mais valia para a Qualidade dos Programas de Orientação Vocacional”	1
Alcance da divulgação do Kit das Profissões	- Deu a conhecer o Kit das Profissões	- “Permitiu conhecer aspectos fundamentais do Kit das Profissões” - “Tomei contacto com o Kit das Profissões” - “Tomei conhecimento de um instrumento bastante válido”	3
Divulgação de Profissões	- Orientação vocacional	- “Aumentou o conhecimento dos técnicos de orientação” - “Enquadra as técnicas em sessões de orientação vocacional”	2
	- Desenvolvimento vocacional	- “Exploração no processo de desenvolvimento vocacional”	1

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Frequência
Abordagem futura	- Modos de usar o Kit das Profissões	- “Suporte importante na intervenção com grupos de jovens” - “Para esclarecer outros pais que não sabem o que fazer com os filhos que não têm objectivos definidos” - “Pelo menos para consultar as sugestões de aplicação nas escolas” - “Para trabalhar com jovens do 3º ciclo”	4
O Kit das Profissões	- Características do Kit das Profissões	- “Fácil de consultar e bastante esclarecedor” - “Bem organizado e estruturado” - “Bastante útil”	3
	- O porquê de usar o Kit das Profissões	- “Curiosidade em conhecer o Kit, utilizá-lo e aplicá-lo” - “Porque fiquei a perceber melhor o seu devido manuseamento, tendo um melhor conhecimento do material” - “Interessante e de grande utilidade”	3

- Relativamente à **motivação para passar a usar o Kit das Profissões**, caso ainda não o tenha feito, após a sessão os inquiridos evidenciaram **modos de como pretendem usar** o Kit das Profissões, nomeadamente, “para esclarecer outros pais que não sabem o que fazer com os filhos que não têm objectivos definidos”.
- A motivação para o uso do Kit das Profissões também partiu das **características do mesmo**, “bem organizado e estruturado” e as razões para o seu uso passam pela “curiosidade em conhecer o Kit, utilizá-lo e aplicá-lo”.

4. Numa tentativa de melhoria, enuncie algumas ideias para a utilização do Kit das Profissões (por exemplo: suportes, actividades, modos de chegar mais próximo do público – alvo, etc.).

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Frequência
Modos de divulgação / utilização do Kit das Profissões	- Prospectos	- “Divulgação através de prospectos a entregar aos alunos e um placard para afixar nas escolas”	1
	- Site	- “Colocar no site da escola, chamar atenção dos encarregados de educação e alunos para o consultarem” - “Enriquecer o site do Mundo das Profissões com mais jogos vocacionais interactivos”	2
	- Sessões	- “Fazer esta sessão de trabalho nas escolas” - “Promover actividades lúdicas com os alunos (jogos, concursos, <i>quizzes</i>) baseadas no Kit” - “Dinamizar o Kit junto dos directores de turma”	3
	- Alargamento da acção	- “Envolver as associações de pais” - “Divulgação dirigida ao SPO e outros”	2
O Kit das Profissões	- Características do Kit das Profissões	- “Fácil de consultar e bastante esclarecedor” - “Bem organizado e estruturado” - “Bastante útil”	3
	- O porquê de usar o Kit das Profissões	- “Curiosidade em conhecer o Kit, utilizá-lo e aplicá-lo” - “Porque fiquei a perceber melhor o seu devido manuseamento, tendo um melhor conhecimento do material” - “Interessante e de grande utilidade”	3
Propostas de trabalho	- Kit nível 2	- “Abranger saídas profissionais de nível 2 e respectivas instituições que contêm esses cursos de educação e formação”	1

- Quanto às **ideias lançadas pelos inquiridos numa tentativa de melhoria do Kit das Profissões**, para a sua utilização os inquiridos manifestaram que **as sessões** de acompanhamento e sensibilização para a utilização e aplicação do Kit das Profissões devem ser **mais localizadas beneficiando as entidades** onde se vai aplicar, “fazer esta sessão de trabalho nas escolas”.
- **Outras ideias lançadas dizem respeito à utilização das novas tecnologias da informação e comunicação**, “colocar no site da escola, chamar atenção dos encarregados de educação e alunos para o consultarem”. **Também é referida a utilização de prospectos** “divulgação através de prospectos a entregar aos alunos e um *placard* para afixar nas escolas”.
- É proposto **a disseminação das sessões de sensibilização** de modo a envolver as associações de pais e o SPO. Um inquirido vai mais longe e propõe mesmo a concepção do Kit das Profissões 2 “abranger saídas profissionais de nível 2 e respectivas instituições que contêm esses cursos de educação e formação”.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
– Kit das Profissões –

Tratamento da ficha de avaliação do 1º encontro

Data: 1 de Fevereiro de 2010

Escola: Escola Secundária de Camões

Concelho: Lisboa

DRELVT

Número de fichas de avaliação recebidas – 23

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Sim – 22 (96%)

Não – 0

Não respondeu – 1 (4%)

2. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

2.1. Quanto aos conteúdos, a apresentação foi:	1	2	3	4	Total
2.1.1. Coerente e estruturada.			17 (74%)	6 (26%)	23
2.1.2. Clara e rigorosa.			18 (78%)	5 (22%)	23
2.1.3. Útil para uma melhor aplicação dos instrumentos.			9 (43%)	12 (57%)	21
2.1.4. Esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos.			13 (59%)	9 (41%)	22

2.2. Quanto à organização e metodologia:	1	2	3	4	Total
2.2.1. A duração da sessão foi a adequada.		1 (5%)	9 (41%)	12 (55%)	22
2.2.2. As estratégias utilizadas foram as adequadas.			11 (50%)	11 (50%)	22
2.2.3. Os documentos e suportes foram os adequados.		1 (5%)	8 (36%)	13 (59%)	22

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Sim – 19 (83%)

Não – 0

Não respondeu – 4 (17%)

Análise dos dados quantitativos da avaliação do 1º Encontro de Trabalho:

- Manifestaram a opinião acerca da 1ª acção de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional um total de 23 pessoas.
- Numa análise mais global a sessão correspondeu às expectativas de 22 pessoas inquiridas (96%), e apenas 1 pessoa (4%) não se manifestou quanto à sua satisfação.
- Quando questionados quanto aos conteúdos da apresentação, de um modo geral os inquiridos mostraram a sua satisfação (74%) em relação à coerência e estrutura da apresentação, enquanto alguns (26%) se mostraram muito satisfeitos.
- No que diz respeito à clareza e rigor manifestaram estar satisfeitos 78% e muito satisfeitos 22%.
- No que toca à utilidade da apresentação para uma melhor aplicação dos instrumentos, tendo em conta que duas pessoas não manifestaram a sua opinião, 57% expressaram estar muito satisfeitas e 43% ficaram apenas satisfeitas.
- Para 59% a apresentação foi satisfatoriamente esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos, enquanto 41% se sentiram muito satisfeitos.
- É de salientar que de um modo geral os conteúdos da apresentação foram satisfatórios para todos, sendo que nenhum inquirido ficou muito insatisfeito ou insatisfeito.

- Quanto ao grupo de questões relativas à organização e metodologia, no que se refere à duração da sessão. Uma (1) das pessoas inquiridas mostrou-se insatisfeita. Já 41% mostraram a sua satisfação, e 55% ficaram muito satisfeitas com a duração da mesma.
- No que diz respeito à adequação das estratégias utilizadas pode-se verificar um equilíbrio, o mesmo número de pessoas, 11 (50%) manifestaram estar satisfeitas e muito satisfeitas.
- Em relação à apropriação dos documentos e suportes, novamente um inquirido mostrou a sua insatisfação, contra 36% satisfeitos e 59% muito satisfeitos. Em relação a este grupo de questões, é de salientar que uma (1) pessoa não respondeu a nenhum dos itens. E embora uma pessoa manifeste a sua insatisfação em relação a dois tópicos, a maioria dos inquiridos ficou muito satisfeito relativamente à organização e metodologia.

- Tendo em conta a questão relativa à motivação em usar o Kit das Profissões caso ainda não o tenham utilizado, pode-se ver que 19 inquiridos (83%) responderam que sim (sentem-se motivados) enquanto que 4 não responderam à questão (17%). Daqui se pode deduzir que as 4 pessoas que não responderam à questão podem de certo modo já ter utilizado o Kit das Profissões, não necessitando desta sessão para terem motivação para o fazer.

Concluída a análise das questões de resposta fechada, a atenção recai agora nas questões de resposta aberta, ou seja na análise de conteúdo das opiniões das pessoas inquiridas.

Análise de conteúdo das questões de resposta aberta da ficha de avaliação
2ª Sessão de sensibilização do Kit das Profissões – Coimbra

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Frequência
Acção de sensibilização para o uso do Kit das Profissões	- Modos	- “Foi esclarecedora” - “Foi esclarecedora” - “ Foi esclarecedora e ouviu-se a opinião de outros profissionais”	3
	- Benefícios	- “Sensibilizou para a utilização dos materiais e dos sites” - “Forneceu informação e material proveitoso” - “Foram evidenciados alguns casos práticos de interesse” - “Por operacionalizar os conteúdos dos materiais apresentados” - “Foi importante para o conhecimento do material e incentivo à sua utilização” - “Sobre como “executar” uma orientação vocacional e como ajudar os alunos a terem mais informações e conhecimentos sobre as profissões” - “Tomar conhecimento com a forma como se organiza estas respostas para “n” alunos e esclarecer o papel que cabe à Direcção de escola e neste sentido iremos divulgar uma consulta para a orientação vocacional” - “Permitiu dar uma ideia global da utilização, funcionalidade e objectivos do Kit das Profissões”.	8
Alcance da divulgação do Kit das Profissões	- Deu a conhecer o Kit das Profissões	- “Deu enfoque ao novo conjunto de recursos (Kit das Profissões)” - “Informou sobre os conteúdos do Kit das Profissões e a melhor maneira de rentabilizar o material existente”	2
	- Não abrangeu toda a população	- “Pese embora a pouca divulgação na instituição de ensino onde sou profissional” - “É a 1ª vez que tenho contacto com estes sites e documentação”	2

Interesse na sessão	- Correspondeu às expectativas	- “Correspondeu” - “Sim, respondeu às minhas expectativas” - “A sessão correspondeu às expectativas” - “De acordo com o programa distribuído, a sessão correspondeu às minhas expectativas” - “Era o que estava à espera: informação, sensibilização e a metodologia igualmente” - “Decorreu conforme o programa enviado para as escolas, determinando dar uma ideia global da sua funcionalidade” - “Por isso corresponde”	7
	- Não correspondeu às expectativas	- “As minhas expectativas eram más, mas o encontro acabou por se revelar um bom momento”	1
Resultados da sessão	- Permitiu troca de experiências	- “Permitiu sobretudo no trabalho de pares, a troca de experiências” - “Contribuiu mais para uma troca de impressões” - “Possibilitou a partilha de opiniões /sugestões e experiencias vivenciadas” - “O contacto entre os profissionais é sempre muito positivo para que as práticas “in loco” sejam adequadas e mais concentradas” - “Partilhar experiências e reflectir algumas questões no futuro” - “Troca e partilha de ideias e de informações e estratégias interessantes e pertinentes” - “Como momento de reflexão”	7
	- Resposta para algumas questões	- “O levantamento de algumas inquietações” - “Permitiu clarificar algumas questões” - “Ajudou a tirar algumas dúvidas”	3
Sessão plenária	- Aspectos negativos	- “Demasiado teórico na apresentação do site da internet” - “Não ficando cingido aos materiais elaborados considero, que se devia ter debatido a temática, sendo uma hipótese de discutirmos perspectivas de intervenção na orientação escolar” - “Esperava uma dinamização diferente”	6

Sessão plenária	- Aspectos positivos	- “Penso que se perdeu muito tempo com aspectos do conhecimento geral. Deveria ter-se dado maior atenção a aspectos mais abrangentes de educação em geral e em particular destes cursos qualificantes nos seus diferentes níveis”. - “A formação destinada ao período da manhã era dispensável” - “Não havia necessidade da sessão da manhã” - “Pertinência dos assuntos abordados e a forma como foram expostos” - “Alertou para instrumentos disponíveis e fáceis de consultar” - “Gostei muito da esfera de partilha, em que os profissionais puderam dar o seu contributo para a melhoria dos instrumentos ao seu dispor.” - “Nomeadamente a parte da tarde atendendo à dinâmica de grupo que se imprimiu à actividade realizada” - “Despertou o interesse e a atenção para ferramentas que, neste momento, estão suba – aproveitadas” - “Os grupos de trabalho são a melhor maneira de quebrar barreiras e chamar as pessoas à participação” - “Abordaram-se os documentos em análise e discutiram-se exaustivamente prós e contras”	7
Motivações para o uso do Kit das Profissões	- Razões da motivação	- “Uma vez que senti necessidade de explorar de forma mais dinâmica e aprofundada a temática” - “Motivou-me para o uso do Kit das Profissões e para a exploração do site”	2

- Tendo em consideração as respostas dadas pelos inquiridos, percebe-se que as suas **expectativas foram correspondidas**, tendo em conta os **benefícios** que as acções de sensibilização (meio de divulgação) acarretam.
- Para os inquiridos a acção de sensibilização tornou-se “importante para o **conhecimento** do material e incentivo à sua utilização” e ao mesmo tempo “permitiu dar uma ideia global da utilização, funcionalidade e objectivos do Kit das Profissões”.
- A acção de sensibilização **cumpriu os objectivos**, “era o que estava à espera: informação, sensibilização e a metodologia igualmente”.
- Para os inquiridos a importância destas acções vai no sentido de “**partilhar experiências e reflectir** algumas questões no futuro” e permitir “troca e partilha de ideias e de informações e estratégias interessantes e pertinentes”.
- As respostas dos inquiridos também indicam o que consideraram positivo na acção de sensibilização, “**pertinência dos assuntos** abordados e a **forma** como foram expostos”.
- Outros assuntos evidenciados por alguns, foi por exemplo o alcance da divulgação do Kit das Profissões, se a divulgação abrangeu ou não a maioria do público-alvo e as razões do uso do Kit das Profissões.

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Frequência
O Kit das Profissões	- Motivações para o seu uso	- “Fiquei agradavelmente surpreendido com o potencial destes instrumentos” - “Já o utilizei e a motivação mantém-se” - “Sobretudo motivado” - “Interesso-me pelo assunto em virtude de trabalhar com jovens nesta situação”	4
	- Primeiro contacto	- “Ainda não tinha utilizado porque não tinha conhecimento da sua existência” - “Antes, e já com o Kit na escola, não me seduzia consultá-lo” - “Foi-me hoje apresentado”	3
	- Características do Kit das Profissões	- “O mesmo é bastante esclarecedor quanto às Novas Oportunidades que os alunos têm e percursos escolares alternativos” - “Pareceu-me uma mais-valia” - “A disponibilização da informação de forma articulada e de fácil consulta é importante para	12

O Kit das Profissões	- Características do Kit das Profissões - A finalidade do uso do Kit das Profissões	o trabalho nas escolas" - "Trata-se de um documento útil para pesquisa e para divulgação dos perfis profissionais" - "Este guia constitui uma ferramenta imprescindível que tal como foi acentuado deverá ser acrescentado e alargado ao 4º nível e ensino superior" - "Explorar novas oportunidades de actuação" - "O Kit das Profissões representa uma boa ferramenta de trabalho, importa, em conjunto com este recursos, que se saiba motivar os alunos" - "Porque apresenta propostas e actividades" - "É um instrumento de trabalho útil" - "É um bom orientador" - "Um instrumento com potencialidades a explorar" - "Por conter propostas de actividades muito bem planificadas" - "Provocou curiosidade e expectativa para a sua aplicação" - "Porque o fiquei a conhecer" - "Porque considero ser uma boa face a partir da qual podemos sugerir a consulta aos seus destinatários" - "Para tirar partido como ferramenta de trabalho, funcional e esclarecedora, uma vez que está correctamente orientado" - "Fiquei com curiosidade sobre o assunto" - "Irei ainda hoje explorá-lo e transmitir aos meus colegas o interesse na sua utilização" - "Penso que é importante o aluno, o professor ter conhecimento sobre as profissões para fazerem melhores opções e começar a sensibilizar para os cursos profissionais" - "Apenas por curiosidade"	9
Abordagem futura	- Modos de usar o Kit das Profissões	- "Permitirá enriquecer a gama de instrumentos, metodologias e informação a integrar nos programas de orientação vocacional" - "Considero que o Kit representa um importante instrumento para efectuar a orientação vocacional nas escolas" - "Feitos os esclarecimentos das várias valências do Kit é óbvio que será utilizado e	6

Abordagem futura	- Modos de usar o Kit das Profissões	dado a conhecer à comunidade educativa" - "Para dinamizar a orientação vocacional e cativar o interesse dos alunos" - "Divulgar junto de outros professores da escola no sentido de poder ser utilizado, por ex. Área Projecto" - "Para utilizar nas sessões de orientação"	
A sessão	- Útil	- "Foi importante a sensibilização para algumas lacunas e cuidados a ter" - "A sessão abriu caminho e expectativas crescentes sobre a utilização dos materiais e respectivos sites" - "A sessão esclareceu-me"	3
	- Pouco esclarecedora	- "A sessão pouco me esclareceu"	1

- Quanto à motivação sentida por parte dos inquiridos, relativamente à utilização do Kit das Profissões depois de terem assistido à sessão de sensibilização, estes **mostram maior motivação para a sua utilização**, principalmente **devido às características** do Kit das Profissões, "trata-se de um documento útil para pesquisa e para divulgação dos perfis profissionais", o "Kit das Profissões representa uma boa ferramenta de trabalho, importa em conjunto com este recurso que se saiba motivar os alunos".
- Outras ideias presentes foram: **a finalidade da utilização** do Kit das Profissões, "para tirar partido como ferramenta de trabalho, funcional e esclarecedora, uma vez que está correctamente orientado".
- **Alguns inquiridos deram sugestões de como se poderia usar o Kit das Profissões**, por exemplo "para dinamizar a orientação vocacional e cativar o interesse dos alunos".
- Outros manifestaram-se relativamente à **utilidade da sessão** para virem a utilizar o Kit das Profissões, "a sessão abriu caminho e expectativas crescentes sobre a utilização dos materiais e respectivos sites".

4. Numa tentativa de melhoria, enuncie algumas ideias para a utilização do Kit das Profissões (por exemplo: suportes, actividades, modos de chegar mais próximo do público – alvo, etc.).

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Frequência
Modos de chegar mais próximo do público-alvo	- Desenvolver actividades	- “Desenvolvimento de actividades a partir do início do 3º ciclo para sensibilizar os alunos na orientação vocacional” - “Actividades a iniciar no 3º ciclo, sensibilizando os alunos para a orientação vocacional”	2
	- Deslocação de Equipas de Apoio às Escolas	- “Seria importante que uma Equipa fosse às escolas e funcionasse com os directores de curso/turma, coordenadores e directores de turma” - “Deslocar-se às escolas com vista à sensibilização da importância de uma equipa de trabalho interdisciplinar no processo de orientação vocacional” - “A visita acompanhada aos postos de trabalho, junto das entidades, empresas, etc.”	3
	- Utilização de meios audiovisuais	- “É importante a utilização de meios audiovisuais para apresentação directa aos alunos com uniformização da informação e critérios”	1
	- Realização de sessões	- “Realiza-se uma sessão semelhante a esta” - “No início do ano lectivo fazerem sessões de esclarecimento para a divulgação do mesmo (como fizeram hoje)” - “No início de cada ano fazer acções de esclarecimento” - “Reuniões com encarregados de educação para eles mostrarem aos seus educandos, de forma a ajudá-los a decidir, motivar os outros docentes a colaborar” - “Réplica das sessões de grupo nas escolas”	5
	- Enviar informações às escolas	- “Informação permanente e actualizada enviada às escolas e aos professores, designadamente aos que participaram nesta acção” - “Definir estratégias de operacionalização”	2

Alargamento das escolhas de percursos profissionais	- Produzir mais materiais	- “Numa perspectiva de alargamento da motivação para as escolhas de percursos profissionais e escolares talvez fosse possível produzir alguns materiais para faixas etárias mais baixas (12- 13 anos)” - “Seria importante que se alargasse o número de profissões referidas” - “Ampliar ofertas que integram este suporte”	3
	- Divulgar mais perfis profissionais	- “Fazem falta perfis profissionais de nível 2 e 4”	1
Actividades do Kit das Profissões	- Relacionadas com a orientação vocacional	- “O Kit das Profissões deve ter mais actividades relacionadas com orientação vocacional” - “Promover a sua utilização no contexto das actividades de orientação escolar e profissional”	2
O Kit das Profissões	- Usar em âmbito de sala de aula	- “Usar em determinadas aulas de formação cívica” - “Como professora e directora de turma considero que o Kit das Profissões pode ser utilizado ao nível da Área de Projecto (12º ano), aulas de substituição e em algumas actividades”	2
	- Divulgação junto dos profissionais dos SPO	- “Divulgação do Kit aos profissionais dos SPO”	1
	- Não tiveram conhecimento	- “Como ainda não apliquei, por só hoje ter acesso à informação, não posso ainda dar sugestões”	1
Sugestões de melhoria	- Do site	- “O site deveria ter ou permitir acesso à oferta formativa a nível nacional, de todas as entidades (escolas, escolas profissionais, centros de formação)” - “Se o site se chama “Mundo das Profissões” então a oferta deveria ir além do nível III. Conduz a uma representação errada das profissões” - “Tornar toda a plataforma mais funcional, interactiva e actualizada” - “Actualizar o site e melhorá-lo graficamente”	4

Sugestões de melhoria	- Do Kit das Profissões	- “O kit deve contemplar o perfil de competências com as tarefas principais de cada profissional (nível II, III, IV)” - “Deve ser um recurso disponível na biblioteca escolar, na qual também existe uma mediateca” - “O Kit das Profissões é um bom princípio; deve-se estudar a informação dos currículos dos cursos, conteúdos profissionais dos cursos, rede das escolas e seus cursos, continuidade de uma dada área profissional que vá do nível secundário até à conclusão do ensino superior” - “Penso que seria importante a aproximação ao mundo profissional de nível superior”	4
	- Articular parceiros	- “Articular a informação entre as diferentes entidades (ANQ, IEFP, ANESPO) e eventualmente enviar um documento único” - “Tem de haver uma grande articulação com as sessões nas escolas com o terreno e os colaboradores (SPO/coordenadores e directores de turma), culturas organizacionais (serviços centrais / regionais e escolas) quanto ao que deve ser a OEP e nesta qual o papel da informação” - “Articular melhor a prestação da ANQ/DGIDC neste domínio”	3

- Analisando as respostas obtidas através dos questionários, infere-se o que os inquiridos consideram **essencial**, tal como as **sessões de esclarecimento**, “reuniões com encarregados de educação para eles mostrarem aos seus educandos de forma a ajudá-los a decidir e motivar os outros docentes a colaborar”.
- As sessões são **úteis no sentido de partilha de informações e esclarecimento** de dúvidas.
- Os inquiridos optam por darem **sugestões de melhoria tanto para o site como para o Kit das Profissões**: “o site deveria ter ou permitir acesso à oferta formativa a nível nacional de todas as entidades (escolas, escolas profissionais, centros de formação)”, “O kit deve contemplar o perfil de competências com tarefas principais de cada profissional (nível II, III, IV)”.
- Outras sugestões passam **pela deslocação de Equipas de Apoio às Escolas**, com o intuito de que “seria importante que uma equipa fosse às escolas e funcionasse com os directores de curso/turma, coordenadores, directores de turma”, bem como produzir mais materiais, com um maior número de ofertas.
- Uma das sugestões mais importantes é a **articulação entre parceiros**, “Articular a informação entre as diferentes entidades (ANQ, IEFP, ANESPO) e eventualmente enviar um documento único”. Isto porque a articulação entre todos, permite que a informação flua com mais naturalidade e o trabalho esteja coordenado.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
– Kit das Profissões –

Tratamento da ficha de avaliação do 2º encontro

Data: 3 de Fevereiro de 2010

Escola: Escola Secundária D. Duarte

Concelho: Coimbra

DREC

Número de fichas de avaliação recebidas – 59

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Sim – 51 (84%)

Não – 6 (10%)

Não respondeu – 2 (3%)

2. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

2.1. Quanto aos conteúdos, a apresentação foi:	1	2	3	4	Total
2.1.1. Coerente e estruturada.		3 (5%)	44 (75%)	12 (20%)	59
2.1.2. Clara e rigorosa.		2 (3%)	43 (73%)	14 (24%)	59
2.1.3. Útil para uma melhor aplicação dos instrumentos.		5 (9%)	35 (61%)	17 (30%)	57
2.1.4. Esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos.		4 (7%)	40 (71%)	12 (21%)	56

2.2. Quanto à organização e metodologia:	1	2	3	4	Total
2.2.1. A duração da sessão foi a adequada.		6 (10%)	29 (49%)	24 (41%)	59
2.2.2. As estratégias utilizadas foram as adequadas.		6 (10%)	31 (53%)	22 (37%)	59
2.2.3. Os documentos e suportes foram os adequados.		4 (7%)	34 (58%)	21 (36%)	59

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Sim – 51 (86%)

Não – 0

Não respondeu – 8 (14%)

Análise dos dados quantitativos da avaliação do 2º Encontro de Trabalho:

- Manifestaram a opinião acerca da 2ª acção de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional um total 59 pessoas.
- Destas 59 pessoas, 84% afirmaram que a sessão correspondeu às suas expectativas, 10% consideraram que não correspondeu às suas expectativas e 3% não deram a sua opinião.
- Relativamente à sua satisfação em relação aos conteúdos da apresentação, coerência e estrutura, 75% dos inquiridos mostraram-se satisfeitos, 20% ficaram muito satisfeitos e 5% ficaram insatisfeitos.
- Quanto à clareza e ao rigor, os resultados mantêm-se, isto é, existe uma maior percentagem de inquiridos satisfeitos (73%) do que muito satisfeitos (24%) e muito poucos insatisfeitos (3%).
- Em relação à utilidade para uma melhor aplicação dos instrumentos, embora tenha aumentado o número de inquiridos muitos satisfeitos (30%), mais uma vez o maior número situa-se nos satisfeitos (61%). Neste parâmetro é de salientar que aumentou a percentagem de insatisfeitos (9%), sendo contudo um valor pouco significativo.
- No que toca ao último parâmetro, se os conteúdos da apresentação foram esclarecedores quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos, num total de 56 respostas, três pessoas não se manifestaram, 40 (71%) ficaram satisfeitas enquanto 12 (21%) mostraram-se muito satisfeitas. Novamente, um número pouco significativo de 4 pessoas expressou a sua insatisfação (7%).
- Relativamente à organização e metodologia, tudo se mostra mais uma vez na mesma embora se note um maior equilíbrio em todos os parâmetros. Assim, em relação à duração da sessão, se esta foi adequada ou não, num total de 59 respostas, 49% dos inquiridos ficaram satisfeitos, 41% muito satisfeitos e 10% insatisfeitos.
- No que toca ao parâmetro referente à adequação das estratégias utilizadas, mais uma vez o maior número de respostas, 31 (53%) incide sobre a satisfação, surgindo em segundo plano 22 inquiridos (37%) muito satisfeitos e 6 insatisfeitos (10%).
- Quanto à adequação dos documentos e suportes, um maior número de pessoas, 34, ficaram satisfeitas (58%), 21 muito satisfeitas (36%) e 4 insatisfeitas (7%).
- É de relevar o facto de não se verificar em todos os parâmetros que algum inquirido se mostre muito insatisfeito, deduzindo-se que o trabalho desenvolvido não provocou opiniões ou reacções muito negativas.
- Em relação à última questão que avalia a motivação para vir a utilizar o Kit das Profissões caso ainda não o tenham feito, 86% afirmaram que sim que se sentem motivados. Embora 14% tenham respondido que não, tendo em conta o que responderam na questão aberta, podemos considerar que não estão motivados para usar o Kit das Profissões como primeira vez, porque já o tinham feito anteriormente.

Concluída a análise das questões de resposta fechada, a atenção recai agora nas questões de resposta aberta, ou seja na análise de conteúdo das opiniões das pessoas inquiridas.

Análise de conteúdo das questões de resposta aberta da ficha de avaliação
3ª Sessão de sensibilização do Kit das Profissões – Chaves

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Categorias	Subcategorias	Unidade de Registo	Frequência
Acção de sensibilização para o uso do Kit das Profissões	- Benefícios	- “Foi produtiva ao nível da discussão sobre o Kit das Profissões” - “Proporcionar “oportunidades” para interiorizar que as escolas têm de se organizar para que as novas oportunidades sejam mais uma oportunidade para ... “ - “Foi ao encontro de questões que me preocupam durante o meu trabalho” - “Em primeiro lugar porque me permitiu ter conhecimento do Kit, depois alertou-me para a importância de trabalhar com os “miúdos” esta área das profissões” - “Fiquei mais receptiva a toda esta orgânica bem como com base de diálogo entre pais e encarregados de educação / escola” - “Sim, aprendi muita coisa nova” - “Houve algumas dúvidas que foram tiradas; houve a passagem de novas estratégias, abordagens e planificações essenciais para o desenvolvimento vocacional” - “Esclareceu algumas dúvidas quanto à intencionalidade dos instrumentos” - “Permitiu esclarecer algumas dúvidas” - “Proporcionou o contacto com documentos que desconhecia permitiu a interacção de opiniões” - “Foi na sessão que contribuiu para a troca de experiências e informações” - “No sentido da procura de um instrumento mais dinâmico e interactivo para a população jovem dos dias de hoje. A necessidade de novas escolhas para o percurso educativo e formativo dos nossos jovens”	13

Acção de sensibilização para o uso do Kit das Profissões	- Ordem de trabalhos	- “Deu uma resposta rápida e precisa da informação essencial” - “De manhã recebemos a informação acerca do Kit e de tarde tivemos oportunidade de partilhar as práticas das diferentes escolas no âmbito da exploração vocacional” - “Foram apresentados instrumentos relevantes e foram devidamente expostos”	2
	- Modos	- “Foi esclarecedora e muito bem estruturada referente aos cursos e às metodologias” - “Foi de todo esclarecedora, relativamente a assuntos trabalhados em contexto real” - “Foi elucidativa e estruturada, deu um conjunto de teorias para a utilização de novas ideias para o desenvolvimento vocacional” - “Foi muito clarificadora e enriquecedora” - “Penso que a informação foi clara e concisa” - “Mostrou de forma clara as potencialidades do instrumento”	6
	- Expectativas	- “Fazendo parte da direcção de uma escola a minha expectativa relaciona-se com a utilização prática do Kit e penso que isso foi conseguido”	1
	- Sessões de trabalho em grupo	- “O trabalho em grupo permitiu a troca de ideias e de experiências” - “Para além da exposição teórica dos conteúdos os grupos de trabalho foram uma ideia interessante, capaz de envolver todos os participantes”	2

- Tendo em consideração as respostas dadas pelos inquiridos, pode-se perceber que as suas **expectativas foram correspondidas**, tendo em conta o número de **benefícios**, apontados pelos inquiridos, que a acção de sensibilização proporcionou, que passaram por “em primeiro lugar porque me permitiu ter conhecimento do Kit, depois alertou-me para a importância de trabalhar com os “miúdos” esta área das profissões”.
- Para os inquiridos a **ordem de trabalhos** da acção de sensibilização teve a sua importância, principalmente a **partilha de experiências** “de manhã recebemos a informação acerca do Kit e de tarde tivemos oportunidade de partilhar as práticas das diferentes escolas no âmbito da exploração vocacional”.
- Foram os **modos de apresentação da acção de sensibilização** que também foram ao encontro das expectativas dos inquiridos “foi elucidativa e estruturada, deu um conjunto de teorias para a utilização de novas ideias para o desenvolvimento vocacional”.
- As **sessões de trabalho em grupo**, “para além da exposição teórica dos conteúdos os grupos de trabalho foram uma ideia interessante, capaz de envolver todos os participantes” foram mais um mote, evidenciado pelos inquiridos, para o sucesso da acção de sensibilização.

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Frequência
O Kit das Profissões	- Características	- “É de fácil utilização, claro e objectivo” - “Acho que é uma ferramenta muito útil e esclarecedora” - “Considero o material interessante e útil para a divulgação das ofertas formativas, principalmente no que respeita à formação /qualificação nível III” - “Bem elaborado” - “Considerarei um instrumentos de fácil aplicação” - “Porque os instrumentos de trabalho são aliantes quer para formadores, formandos, etc.”	5

	- Motivações para o seu uso	- “Agora com mais informação acerca desta ferramenta e como a utilizar estou muito motivada a utilizá-lo bem como a divulgá-lo” - “No âmbito de ampliar a minha intervenção junto da população com a qual trabalho”	3
	- Já utilizado	- “Já utilizávamos o Kit” - “Já o utilizei” - “Vou com certeza tentar utilizá-lo” - “Já o utilizei”	4
Abordagem futura	-Sessões de divulgação	- “Vamos já propor, encontros nas Associações de Pais, seguindo para a utilização do Kit das Profissões” - “Continuar de uma forma sistematizada o trabalho da organização de novas sessões, com a divulgação a toda a comunidade educativa”	2
Acções de sensibilização	- Utilidade	- “Para me informar melhor sobre o seu conteúdo” - “Estou mais esclarecido sobre o manuseamento” - “Penso que esta breve explicação foi uma mais valia” - “Foram dissipadas dúvidas acerca da sua utilização”	4
	- Resultados	- “Fiquei esclarecida e motivada para explorar os vários itens” - “Depois da sessão fiquei, efectivamente com curiosidade em explorar o Kit no sentido de poder estar mais preparado para responder aos alunos”	2

- A grande **motivação** para a utilização do Kit das Profissões por parte dos inquiridos é devido às **características** que o mesmo apresenta, “considero o material interessante e útil para a divulgação das ofertas formativas, principalmente no que respeita à formação /qualificação nível III”.

- Outra das motivações mais evidenciada é o facto de **já terem utilizado** o Kit das Profissões.
- A **utilidade da acção de sensibilização** surge como outra das razões para os inquiridos estarem **motivados para a utilização do Kit das Profissões**, junto dos seus alunos, “penso que esta breve explicação foi uma mais valia”.
- Os inquiridos evidenciaram que a sua motivação para o uso do Kit das Profissões, também adveio de que **“agora com mais informação** acerca desta ferramenta e como a utilizar **estou muito motivada a utilizá-lo** bem como a divulgá-lo”.

4. Numa tentativa de melhoria, enuncie algumas ideias para a utilização do Kit das Profissões (por exemplo: suportes, actividades, modos de chegar mais próximo do público – alvo, etc.).

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Sugestões de melhoria	- Constituir equipas de apoio	- “Constituição de equipas na escola no sentido de promover, divulgar e discutir”	1
	- Cooperação entre parceiros	- “Deve haver uma articulação entre SPO, DT’s, Direcção e Encarregados de Educação para a implementação destas actividades, por exemplo, nas áreas curriculares não disciplinares, como complemento do trabalho desenvolvido pelo SPO” - “Sugeria uma maior colaboração/ divulgação entre todas as Associações de Pais, que hoje em dia, pais, escolas, são um meio de inter-ajuda e colaboração entre os vários pares” - “Uma colaboração/ informação de novas actividades a todas as Associações de Pais”	3
	- Sensibilização junto de diferentes entidades	- “Promover ao nível distrital uma feira das profissões para divulgação do Kit junto das escolas, divulgar junto das associações de pais e encarregados de educação do Kit, através de desdobráveis e brochuras”	2

Sugestões de melhoria	- Realização de actividades	- “Promover junto dos professores e outros técnicos” - “Portfólio, aula aberta, feiras das profissões, apoio de orientação às escolhas” - “Acho que é fundamental elaborar actividades sobre o tema” - “Actividades para os Encarregados de Educação, para informar em concreto os objectivos dos cursos e quais as saídas profissionais e objectivos” - “Exemplo portfolios”	4
	- Utilização do Kit em sala de aula	- “Utilizar nas aulas com os alunos” - “Acho que poderia ser integrado no projecto curricular de turma e desenvolver estas actividades na área de projecto, por exemplo” - “Analisar o Kit em formação cívica/ área de projecto / CMA, etc”	3
	- Organizar sessões de debate	- “Organizar sessões de debate tendo como base o Kit das Profissões, organizar “feiras das profissões” - “Sessões de informação e sensibilização”	2
Site “Mundo das Profissões”	- Melhorar imagem do site	- “Colocar botões, imagens, mensagens apelativas. O aspecto gráfico já está interessante”	1

- Como **sugestão de melhoria**, os inquiridos consideram que a **realização de actividades** junto dos alunos como dos Encarregados de Educação é uma mais valias, “actividades para os Encarregados de Educação, para informar em concreto os objectivos dos cursos e quais as saídas profissionais e objectivos”.

- Outra sugestão passa pela **utilização do Kit das Profissões em sala de aula**, “acho que poderia ser integrado no projecto curricular de turma e desenvolver estas actividades na área de projecto, por exemplo”.
- Também como sugestão, por parte dos inquiridos, a **cooperação entre parceiros** é de extrema importância “deve haver uma articulação entre **SPO, DT's, Direcção e Encarregados de Educação** para a implementação destas actividades, por exemplo, nas áreas curriculares não disciplinares, como complemento do trabalho desenvolvido pelo SPO”.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
- Kit das Profissões -

Tratamento da ficha de avaliação do 3º encontro

Data: 8 de Fevereiro 2010

Escola: Escola Profissional de Chaves

Concelho: Chaves

DREN

Número de fichas de avaliação recebidas – 39

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Sim – 37 (95%)

Não – 0

Não respondeu – 2 (5%)

2. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

2.1. Quanto aos conteúdos, a apresentação foi:	1	2	3	4	Total
2.1.1. Coerente e estruturada.			22 (58%)	16 (42%)	38
2.1.2. Clara e rigorosa.			19 (50%)	19 (50%)	38
2.1.3. Útil para uma melhor aplicação dos instrumentos.		1 (3%)	19 (50%)	18 (47%)	38
2.1.4. Esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos.		1 (3%)	25 (66%)	12 (31%)	38

2.2. Quanto à organização e metodologia:	1	2	3	4	Total
2.2.1. A duração da sessão foi a adequada.		2 (5%)	27 (71%)	9 (24%)	38
2.2.2. As estratégias utilizadas foram as adequadas.		2 (5%)	21 (55%)	15 (40%)	38
2.2.3. Os documentos e suportes foram os adequados.		2 (5%)	24 (63%)	12 (32%)	38

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Sim – 34 (87%)

Não – 1 (3%)

Não respondeu – 4 (10%)

Análise dos dados quantitativos da avaliação do 3º Encontro de Trabalho:

- Das opiniões expressas por 39 inquiridos podemos perceber que 97% consideram que na globalidade a sessão foi correspondeu às suas expectativas e que apenas 5% manifestaram uma opinião contrária.
- Quanto aos conteúdos da apresentação, coerência e estrutura, 58% dos inquiridos expressou estar satisfeito enquanto 42% ficou muito satisfeito.
- Em relação à clareza e ao rigor, estamos perante um equilíbrio, ou seja, 50% consideram estar muito satisfeitos e 50% estão satisfeitos.
- A utilidade da apresentação para uma melhor aplicação dos instrumentos foi considerada satisfatória por 50% dos inquiridos enquanto 47% ficaram muito satisfeitos. Neste parâmetro 3% mostraram estar insatisfeitos.
- De acordo com a apresentação ser esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos, 66% dos inquiridos mostraram-se satisfeitos, 31% muito satisfeitos e 3% ficaram insatisfeitos.

- No que toca à organização e metodologia, a duração da sessão foi adequada e satisfatória para 71% dos inquiridos, 24% consideraram estar muito satisfeitos e 5% insatisfeitos.
- Em relação às estratégias utilizadas, se estas foram adequadas, 55% dos respondentes ficaram satisfeitos, 40% muito satisfeitos e 5% insatisfeitos.
- Por último, tendo em conta a adequação dos documentos e suportes 63% dos inquiridos ficaram satisfeitos, 32% muito satisfeitos e 5% insatisfeitos.

- Em relação à última questão que avalia a motivação para vir a utilizar o Kit das Profissões caso ainda não o tenham feito, 87% afirmaram que sim e 3% dizem que não. Os 10% referentes à ausência de resposta, podem indicar que os inquiridos já usaram o Kit das Profissões e por essa razão não necessitaram desta sessão de sensibilização para se sentirem motivados para o seu uso.

Concluída a análise das questões de resposta fechada, a atenção recai agora nas questões de resposta aberta, ou seja na análise de conteúdo das opiniões das pessoas inquiridas.

Análise de conteúdo das questões de resposta aberta da ficha de avaliação
4ª Sessão de sensibilização do Kit das Profissões – Moita

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Interesse na sessão	- Superou as expectativas	- “A resposta mais adequada até seria “não” porque superou claramente as expectativas” - “Ultrapassou as expectativas uma vês que desconhecia o Kit”	2
	- Corresponde às expectativas	- “Corresponde às expectativas quanto à organização, qualidade de informação e da estratégia de trabalho adoptado” - “Fundamentalmente pelo facto de enquadrar o trabalho de orientação vocacional a nível da escola em termos globais propondo um trabalho articulado entre vários técnicos”	2
Acção de sensibilização para o uso do Kit das Profissões	- Aspectos negativos	- “Pouco tempo de partilha de totalidade (só uma sessão)”	1
	- Aspectos positivos	- “Achei interessante e claras as exposições e gostei do debate à tarde. É sempre bom ter um espaço de debate com colegas” - “Esclarecimento sob medidas a adoptar para o prosseguimento de estudos nos cursos profissionais” - “Conhecimento de um maior número de saídas profissionais” - “Foi bastante interessante, com informações muito úteis” - “Divulgação positiva das potencialidades do Kit” - “Empenho de todos” - “Considero que foi claro”	9

Ação de sensibilização para o uso do Kit das Profissões	- Apresentação dos instrumentos disponíveis	- “Foi muito interessante” - “Foi produtiva e interessante de modo a melhor esclarecimento dos alunos acerca da qualificação profissional” - “Esperei de manhã uma apresentação dos instrumentos disponíveis actualmente e foi o que aconteceu” - “Considero que o mesmo é uma mais valia para as escolas”	2
	- Benefícios	- “Não conhecendo os instrumentos apresentados, foi-me duplamente útil, pela oportunidade de me integrar numa realidade que me é cara” - “É sempre necessário um maior enquadramento/ esclarecimento para a intervenção no terreno” - “Como os alunos podem encontrar ou redefinir as suas opções vocacionais”	3
Resultados da sessão	- Permitiu conhecer os instrumentos	- “Fiquei a conhecer melhor este material” - “Deu a conhecer os instrumentos disponíveis e os seus aspectos essenciais” - “Permitiu um controlo mais próximo com os instrumentos” - “A apresentação do “Kit das Profissões” foi realizada de um modo objectivo, interactivo, cruzando o formato papel com o site informático” - “Pela 1ª vez tive conhecimento do Kit” - “Deu a conhecer as potencialidades do Kit das Profissões e como diversificar a orientação dos jovens”	6
	- Foi útil e proveitosa	- “Foi útil e proveitosa, o que infelizmente não é hábito na generalidade das acções ou de encontros em que participo! Parabéns!	2

		- “Estas sessões podem / devem ser mais regulares para principalmente os técnicos se sentirem apoiados. Por questões de formação penso que este trabalho de orientação vocacional deve ser feita por Psicologia (SPO)”	
	- Deu a conhecer novas abordagens	- “Proporcionou-me iniciativas de abordar o “futuro” com os meus alunos” - “Deu-me algumas ideias para operacionalizar na minha escola”	2
	- Permitiu troca de experiências	- “Partilha de experiências com outros profissionais” - “Aprendizagem / troca de ideias / opiniões e partilha de experiências”	2

- Na opinião dos inquiridos, **a sessão correspondeu às suas expectativas** devido aos **aspectos positivos** que eles próprios evidenciam, que passam por “foi produtiva e interessante de modo a melhor esclarecimento dos alunos acerca da qualificação profissional”.
- As expectativas também foram satisfeitas devido aos **resultados** conseguidos, pois com a sessão de sensibilização os inquiridos tiveram a oportunidade de **conhecer os instrumentos**, “deu a conhecer as potencialidades do Kit das Profissões e como diversificar a orientação dos jovens”.
- Os **benefícios da sessão de sensibilização**, foram outras das razões que levaram a **sessão a corresponder às expectativas dos inquiridos**, “não conhecendo os instrumentos apresentados, foi-me duplamente útil, pela oportunidade de me integrar numa realidade que me é cara”.
- Outras razões apontadas pelos inquiridos, que viram as suas **expectativas serem correspondidas**, foi o facto de a **sessão dar a conhecer novas abordagens** de utilização do Kit das Profissões e **permitiu a troca de experiências**.

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
O Kit das Profissões	- Já tinha utilizado	- “Já tinha utilizado” - “Já conhecia e já tinha começado a utilizar, junto de alunos e adultos (pais)”	2
	- Intenções de o utilizar	- “Apesar de não pertencer aos SPO e não ser “senão” professora do 8º ano, gostaria de utilizar para o ano em área de projecto” - “Gostaria de o utilizar”	2
O Kit das Profissões	- Características	- “Penso que é uma ferramenta essencial para a orientação que é necessária efectuar com os alunos” - “Apresenta-se como uma boa metodologia” - “Bastante completo e elucidativo” - “Uma forma mais apelativa para os jovens” - “É um instrumento que me parece completo e útil”	11
		- “Bem sistematizado, estruturado e objectivo” - “Fácil utilização, sistematizado, reflexão após consulta ponderada e sistematizada” - “Considero que o manual de exploração vocacional apresenta ideias de actividades muito apeladoras e que podem e devem servir de ponto de partida para trabalhar o Kit na sua globalidade” - “É simples, é prático e acima de tudo é exequível e proporciona trabalho em equipa e em articulação com outros agentes” - “Parece-me de fácil utilização” - “Tem algumas actividades interessantes para trabalhar com os alunos”	

	- Dificuldades de utilização	- “Nas minhas funções profissionais actuais, não contacto regularmente com jovens, o que dificulta a utilização do Kit das Profissões” - “No meu contexto formal não sei onde meter essa possibilidade”	2
Motivações para o uso do Kit das Profissões	- Conhecimento mais profundo do Kit	- “Como fiquei a conhecer melhor o Kit, fico com uma ideia melhor de onde e como utilizar”	1
	- A acção de sensibilização	- “A sessão foi incentivadora”	1
	- A troca de experiências e partilha de ideias	- “Através da informação bastante esclarecedora mas acima de tudo pelo trabalho de grupo com o colegas, partilha de ideias e novas sugestões”	1
Acção de sensibilização	- Partilha de informações	- “Para obter mais informações” - “Esta sessão possibilitou uma melhor compreensão da dinâmica de utilização do Guia de Profissões e do Manual”	2
	- Divulgação de actividades	- “Divulgou algumas actividades, instrumentos para desenvolver com os alunos”	1

- No fim da sessão, os inquiridos sentiram-se mais **motivados para utilizar** o Kit das Profissões, isto principalmente devido às **características** do mesmo, “é simples, é prático e acima de tudo é exequível e proporciona trabalho em equipa e em articulação com outros agentes”.
- Alguns inquiridos afirmam que já **tinham utilizado o Kit das Profissões**, “já tinha utilizado” enquanto outros **mostram a intenção de o vir a utilizar**, “apesar de não pertencer aos SPO e não ser “senão” professora do 8º ano, gostaria de utilizar para o ano em área de projecto”.
- Outra **razão de motivação** para o uso do Kit das Profissões advém da **partilha de informações** que aconteceu durante a acção de sensibilização, “esta sessão possibilitou uma melhor compreensão da dinâmica de utilização do Guia de Profissões e do Manual”.

- Já alguns inquiridos, preferiram manifestar algumas **dúvidas de utilização do Kit das Profissões**, “nas minhas funções profissionais actuais, não contacto regularmente com jovens, o que dificulta a utilização do Kit das Profissões”.

4. Numa tentativa de melhoria, enuncie algumas ideias para a utilização do Kit das Profissões (por exemplo: suportes, actividades, modos de chegar mais próximo do público – alvo, etc.).

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Sugestões de melhoria	-Reflectidas nos grupos de trabalho	- “As ideias foram dadas nos grupos de trabalho” - “As sugestões foram apresentadas pelo relato de grupo de trabalho em que participei”	2
Divulgação do Kit das Profissões	- Junto dos Encarregados de Educação	- “Como coordenadora dos Directores de Turma, penso que é importante efectuar a divulgação aos Encarregados de Educação e aos Directores de Turma do 9º ano (pertencem a uma escola básica) uma vez que os alunos têm mesmo os acompanhamento em sessões de orientação vocacional” - “Intervenção junto da família (ajuda/ divulgação através das Associações de Pais”	2
	- Junto dos professores	- “Colocar ao dispor de todos os professores num local acessível, como na biblioteca ou sala de professores, para estes trabalharem não só com os 9º (s) anos, mas também com os 7º (s) e 8º (s) anos de escolaridade”	1
Modos de chegar mais próximo do público – alvo	-Criar protocolos com empresas empregadoras	- “Fomentar visitas de um dia a empresas (com protocolo) para obterem uma melhor visão das profissões”	1

Modos de chegar mais próximo do público – alvo	- Utilização de meios audiovisuais e internet	- “Recursos a audiovisuais” - “Por exemplo, podemos colocar na plataforma da escola em formato PDF”	2
	- Planificação das actividades por parte dos docentes	- “No início de cada ano lectivo os anos terminais (9º ano / CEF) o grupo de docentes de cada turma deverá planificar as actividades uma vez que são transversais nas áreas de EA, AP e FC e algumas disciplinas CEF” - “Iniciar a apresentação destes instrumentos no início do 3º ciclo e ir trabalhando ao longo dos 3 anos”	2
	- Envolver pais e Directores de Turma	- “Utilização com pais e directores de turma / 9º ano” - “Apresentação de algumas ideias / actividades que envolvesse os Encarregados de Educação”	2
	- Sessões informativas	- “Fazer sessões informativas com os Pais e Encarregados de Educação”	1
	- Realização de Feiras das Profissões	- “Penso que seria útil para os jovens a realização de uma feira das profissões nas escolas, onde empresas e técnicos de várias profissões dariam a conhecer o mundo real de cada profissão e as suas experiências pessoais”	1
	- Intervenção junto dos alunos	- “Intervenção junto dos alunos do 9º ano em actividades concretas”	2

		- “Intervenção junto dos alunos de percursos curriculares alternativos (ligação com jovens que tenham efectuado formação profissional) enquadrar a orientação vocacional de um modo transversal”	

- Como **sugestões de melhoria**, alguns inquiridos afirmaram que estas foram **debatidas** durante a sessão da tarde, **nos trabalhos de grupo**, “as ideias foram dadas nos grupos de trabalho”.
- Outra **sugestão de melhoria** passa pela **divulgação do Kit das Profissões junto dos Encarregados de Educação**, “intervenção junto da família (ajuda/divulgação através das Associações de Pais”.
- A **utilização de meios audiovisuais e internet**, é outra das sugestões de melhoria em evidência.
- Como sugestões para o **modo de chegar mais próximo do público – alvo**, os inquiridos salientam que é importante a **planificação de actividades** por parte dos docentes e **envolver** ao mesmo tempo **pais e directores de turma** nesse processo, para existir uma **intervenção mais próxima aos alunos**.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
– Kit das Profissões –

Tratamento da ficha de avaliação do 4º encontro

Data: 12 de Fevereiro de 2010

Escola: Escola Secundária da Moita

Concelho: Moita

DRELV

Número de fichas de avaliação recebidas – 37

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Sim – 35 (95%)

Não – 1

Não respondeu – 1

2. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

2.1. Quanto aos conteúdos, a apresentação foi:	1	2	3	4	Total
2.1.1. Coerente e estruturada.			24 (65%)	13 (35%)	37
2.1.2. Clara e rigorosa.			23 (62%)	14 (38%)	37
2.1.3. Útil para uma melhor aplicação dos instrumentos.		1	20 (54%)	17 (46%)	37
2.1.4. Esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos.		1	25 (68%)	11 (30%)	37

2.2. Quanto à organização e metodologia:	1	2	3	4	Total
2.2.1. A duração da sessão foi a adequada.		2	24 (65%)	11 (30%)	37
2.2.2. As estratégias utilizadas foram as adequadas.			23 (62%)	14 (38%)	37
2.2.3. Os documentos e suportes foram os adequados.			18 (49%)	19 (51%)	37

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Sim – 33 (89%)

Não – 0

Não respondeu – 4 (11%)

Análise dos dados quantitativos da avaliação do 4º Encontro de Trabalho:

- Num total de 37 inquiridos, 95% considerou que a sessão de sensibilização correspondeu às suas expectativas.
- Das opiniões expressas relativamente à coerência e estrutura dos conteúdos da apresentação, 65% dos inquiridos demonstraram estar satisfeitos e 35% ficaram muito satisfeitos.
- Quanto à clareza e ao rigor, mais uma vez o número de satisfeitos, 23 inquiridos (54%), foi maior em relação aos 14 que ficaram muito satisfeitos (38%).
- Em relação à utilidade da apresentação para uma melhor aplicação dos conteúdos, 54% dos inquiridos ficaram satisfeitos e 46% muito satisfeitos.
- A sessão mostrou-se satisfatoriamente esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos para 68% dos inquiridos, enquanto que para 30% neste domínio a sessão foi muito satisfatória. Neste parâmetro é de salientar o facto de um inquirido ter demonstrado insatisfação.
- Relativamente à organização e metodologia, a duração da sessão apresentou um contorno de adequação e satisfação para 65% dos inquiridos, 30% mostraram estar muito satisfeitos e 5% algo insatisfeitos.
- Relativamente às estratégias utilizadas, 62% dos inquiridos manifestaram a sua satisfação quanto à sua adequação e 38% consideraram estar muito satisfeitos.
- Por último, tendo em conta a adequação dos documentos e suportes, 51% dos inquiridos ficaram muito satisfeitos e 49% apenas satisfeitos.
- Em relação à última questão, *se depois da sessão os inquiridos que ainda não utilizaram o Kit das Profissões se sentem mais motivados para o fazer*, 89% afirmou que sim e 11% não respondeu à questão. Daqui podemos supor que o facto de registarmos ausência de resposta pode dever-se ao caso de os respectivos inquiridos já utilizarem o Kit das Profissões e por isso não necessitarem da sessão de sensibilização.

Concluída a análise das questões de resposta fechada, a atenção recai agora nas questões de resposta aberta, ou seja na análise de conteúdo das opiniões das pessoas inquiridas.

Análise de conteúdo das questões de resposta aberta da ficha de avaliação
5ª Sessão de sensibilização do Kit das Profissões – Évora

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Sessão da manhã da acção de sensibilização	- Clara, esclarecedora e muito interessante.	- “Exposição inicial clara” - “Foi bastante esclarecedora” - “Foi muito interessante”	3
	- Adequada	- “A apresentação do Kit das Profissões foi feita de forma adequada”	1
	- Deu a conhecer o Kit das Profissões	- “Permitiu-me conhecer o Kit das Profissões” - “Permitiu conhecer melhor o Kit das Profissões” - “Fiquei a conhecer o Kit das Profissões e percebi a sua multifuncionalidade” - “Não conheci o Guia” - “1ºContacto sensibilização muito importante”	5
Sessão da tarde da acção de sensibilização	- Como partilha de experiências	- “As tarefas dos grupos de trabalho permitiu uma partilha de experiências construtiva e dinâmica” - “Em pequeno grupo facilitou a partilha de experiências entre os diferentes intervenientes e escolas participantes”	2
Sessão de sensibilização	- Permitiu debater assuntos de orientação vocacional	- “Houve possibilidade de debater a orientação vocacional, importante para o estudante e sua progressão profissional” - “Permitiu melhorar os meus conhecimentos acerca da orientação vocacional”	2
	- Deveria ter explorado melhor os instrumentos	- “No entanto deveria ter havido uma melhor exploração do instrumento”	1

Sessão de sensibilização	- Modo como decorreu	- “Penso que a sessão foi bastante enriquecedora, tanto a nível informativo, assim como os materiais de Apoio” - “Apresentação do “produto” excelente e revelou-se de extrema utilidade para aplicação futura. Devia haver mais acções deste tipo”	2
	- Como partilha de informação	- “Transmitiram-se informações importantes” - “Era uma área em que existia pouco conhecimento da minha parte, ficando agora mais esclarecido” - “Adquiri informação sobre a estrutura /organização dos cursos”	3
O Kit das Profissões	- Pertinência dos conteúdos	- “Materiais com muito interesse para orientação de alunos e Encarregados de Educação” - “Tenho turmas do 9ºano e CEF’s nível 2 e considero muito importante o conhecimento deste documento e de outros desta natureza com vista a ajudar os alunos, na sua orientação escolar e vocacional”	2
	- Instrumento de fácil aplicação	- “Instrumentos fáceis de aplicação / utilização”	1

- Para a maioria dos inquiridos, a **sessão correspondeu às expectativas** pelo simples facto de **dar a conhecer o Kit das Profissões**, “fiquei a conhecer o Kit das Profissões e percebi a sua multifuncionalidade”.
- As expectativas também foram satisfeitas devido à **qualidade da sessão de sensibilização**, pois esta “foi muito interessante” e “foi bastante esclarecedora”
- A **partilha de informação** no decorrer da sessão foi outro dos pontos satisfatórios, apontados pelos inquiridos, “adquiri informação sobre a estrutura/ organização dos cursos”.
- As expectativas também foram correspondidas, devido à **partilha de experiências** no decorrer dos trabalhos em grupo, “as tarefas dos grupos de trabalho permitiu uma partilha de experiências construtiva e dinâmica” e porque existiu a oportunidade de se **debater assuntos de orientação vocacional**.
- A **pertinência dos conteúdos** do Kit das Profissões e o **modo como decorreu a sessão**, foram outras das razões evidenciadas pelos inquiridos, que levaram à satisfação das suas expectativas.

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
O Kit das Profissões	- Como instrumento de orientação	- “É facilitador para encaminhar os alunos e Encarregados de Educação” - “Para as actividades de exploração profissional” - “Julgo tratar-se de material apelativo para os alunos que frequentam as minhas sessões de orientação escolar e profissional”	3
	- É de fácil utilização	- “É de fácil utilização e contém muita informação” - “Todos os instrumentos de trabalho que se revelam facilitadores das aprendizagens são de “usar e abusar””. - “É apelativo e de fácil utilização” - “Ficando mais esclarecido, é mais fácil a sua utilização” - “Materiais “atractivos” e fáceis de utilizar”	5
O Kit das Profissões	- Utiliza-lo em sala de aula	- “É muito interessante para trabalhar na formação cívica” - “Posso implementar actividades junto dos alunos das Direcções de Turma nas aulas de substituição”	2
	- A utilizar pelos DT's e SPO	- “Após o conhecimento do Kit sinto que a sua utilização pelos DT's em conjunto com SPO, pode ser útil”	1
	- DVD	- “O DVD é bastante interactivo com o utilizador. Informação simples e sintética”	1
	- Útil para alunos e docentes	- Acho útil para os alunos bem como docentes” - “Considero o documento mais prático e eficaz, nas possíveis dúvidas dos alunos/ dos jovens” - “Porque contém algumas sugestões interessantes”	3

Sessões de sensibilização	- Resultados	- “Depois desta sessão, sei como funciona o conceito dos materiais” - “Percebi a forma como posso rentabilizar os materiais” - “Analisei o Kit com mais pormenor pelo que assim foram surgindo ideias e compreensão mais alargada dos materiais”	3
	- Deu a conhecer o Kit das Profissões	- “Como só tive conhecimento nesta sessão só a partir de hoje é que poderei testar a sua pertinência no terreno, mas parece-me reunir um conjunto de actividades interessantes” - “Dá a conhecer algumas actividades que podem ser implementadas”	2

- Quando questionados acerca da **motivação para usar o Kit das Profissões**, após a sessão, a grande motivação é a **facilidade com que se pode utilizar** o Kit das Profissões, “é de fácil utilização e contém muita informação”.
- A motivação passa também por o Kit das Profissões, poder ser **usado como um instrumento de orientação vocacional**, “para as actividades de exploração profissional”, mostrando assim a sua **grande utilidade tanto para alunos como docentes**, “considero o documento mais prático e eficaz, nas possíveis dúvidas dos alunos/ dos jovens”
- Os **resultados atingidos com a sessão de sensibilização**, também levaram os inquiridos a sentirem-se mais motivados para virem a utilizar o Kit das Profissões, “depois desta sessão, sei como funciona o conceito dos materiais”.
- Para além disso, a motivação dos inquiridos também foi suscitada devido à **clareza da sessão em dar a conhecer o Kit das Profissões** e ao mesmo tempo por perceberem que é um **instrumento de extrema utilidade para ser usado em contexto sala de aula**, “posso implementar actividades junto dos alunos das Direcções de Turma nas aulas de substituição”.

4. Numa tentativa de melhoria, enuncie algumas ideias para a utilização do Kit das Profissões (por exemplo: suporte, actividades, modos de chegar mais próximo do público – alvo, etc.).

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
O Kit das Profissões	- Utiliza-lo como instrumento de orientação	- “Numa abordagem imediata pareceram ótimas para complementar o trabalho de orientação.”	1
	- Sessões de apresentação/ debate	- “Sessões de apresentação do Kit” - “Depois pode-se realizar-se um debate em grande grupo, sobre as ideias suscitadas pelo Kit” - “Acções na biblioteca (suporte digital disponível)” - “Fazer palestras nas escolas, para chegar ao público – alvo e tirar algumas dúvidas aos alunos” - “Poderão ainda ser efectuadas sessões com pais de modo a alertá-los para a importância de escolas informadas” - “Reunião com pais e E.E.”	6
	- Utiliza-lo em actividades	- “Podem ser utilizados de forma intercalar com actividades dirigidas e planificadas para grupo de professores (ex. psicólogos; DT, E.E...)” - “Realização de actividades dinâmicas que partam dos interesses dos participantes penso que esse é o ponto-chave para o sucesso.”	2
	- Utiliza-lo em sala de aula	- “Uso destas tecnologias pelos professores directores de turma por exemplo na aula de formação cívica, pelas associações de estudantes” - “Utilização das sessões de OEP nas aulas com 3º ciclo e secundário” - “Em sala de aula (através dos quadros interactivos)”	3
	- Utilizar o Kit online	- “Seria importante utilizar o Kit online enriquecendo a apresentação e tornando-a mais dinâmica.”	3

		- “Uma vez que a informação também está online, projectá-la na sala de aula nas sessões de O.V para que todos possam visualizá-la.” - “Mais jogos online.”	
Modos de chegar mais próximo do público – alvo	- Fazer levantamento das profissões	- “Fazer levantamento das profissões na área de residência”	1
	- Visitas às entidades empregadoras	- “Visitas às entidades empregadoras, ver no local a profissão acontecer” - “Encontros com técnicos de várias áreas profissionais por ocasião de feiras de profissões, para ajudar a esclarecer os jovens alunos (na minha escola, já se fez e resultou muito bem).”	2
	- Maior publicitação dos materiais	- “Maior publicitação dos materiais já existentes”	1
Sugestões de melhoria	- Manual de Exploração Vocacional	- “Incluir no Manual de Exploração propostas de actividades que visem o auto – conhecimento e estratégias de decisão planeadas”	1
	- Site do “Mundo das Profissões”	- “Incluir na página Web, no espaço relativo a cada curso profissão um link que permita aos alunos conhecerem o plano curricular desse mesmo curso de forma, imediata e simplificada, bem como ofertas de nível 4 e nível 5 relacionados com cada área de formação porque na percentagem elevada de alunos que optam por um curso profissional muitas vezes pretendem continuar estudos nessa mesma área de formação, numa perspectiva de evolução de carreira.”	1

- Como principais **sugestões de utilização** do Kit das Profissões, os inquiridos consideram ser de extrema importância a **realização de sessões de apresentação** e de **debate** sobre os instrumentos, “fazer palestras nas escolas, para chegar ao público – alvo e tirar algumas dúvidas aos alunos”.
- Outras sugestões passam por **utilizar o Kit das Profissões em contexto de sala de aula**, “uso destas tecnologias pelos professores directores de turma por exemplo na

aula de formação cívica, pelas associações de estudantes”, ou até mesmo **usar o suporte que se encontra online.**

- É da opinião dos inquiridos que também teria a sua utilidade, realizar **visitas às entidades empregadoras**, “visitas às entidades empregadoras, ver no local a profissão acontecer”, ou então **realizar actividades**, “realização de actividades dinâmicas que partam dos interesses dos participantes penso que esse é o ponto-chave para o sucesso.”

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
- Kit das Profissões -

Tratamento da ficha de avaliação do 5º encontro

Data: 24 de Fevereiro 2010

Escola: Escola Básica Integrada /JI da Malagueira

Concelho: Évora

DRE Alentejo

Número de fichas de avaliação recebidas – 38

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Sim – **38 (100%)**

Não – 0

Não respondeu – 0

2. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

2.1. Quanto aos conteúdos, a apresentação foi:	1	2	3	4	Total
2.1.1. Coerente e estruturada.			13 (35%)	24 (65%)	37
2.1.2. Clara e rigorosa.			16 (43%)	21 (57%)	37
2.1.3. Útil para uma melhor aplicação dos instrumentos.			19 (51%)	18 (49%)	37
2.1.4. Esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos.		1 (3%)	18 (47%)	19 (50%)	38

2.2. Quanto à organização e metodologia:	1	2	3	4	Total
2.2.1. A duração da sessão foi a adequada.		4 (11%)	13 (34%)	21 (55%)	38
2.2.2. As estratégias utilizadas foram as adequadas.		1 (3%)	16 (43%)	20 (54%)	37
2.2.3. Os documentos e suportes foram os adequados.			13 (34%)	25 (66%)	38

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Sim – **38 (100%)**

Não – 0

Não respondeu – 0

Análise dos dados quantitativos da avaliação do 5º Encontro de Trabalho:

- Tendo em conta as respostas dos inquiridos, num total de 38 fichas de avaliação da sessão preenchidas, 100%, isto é, a totalidade dos inquiridos considera que a sessão correspondeu às expectativas. É de salientar, que tendo em conta as sessões anteriores, esta situação é a primeira vez que se verifica.
- Relativamente ao grau de satisfação quanto aos conteúdos da apresentação, 65% dos inquiridos mostraram estar muito satisfeitos relativamente à coerência e à estrutura da mesma, já 35% apenas ficaram satisfeitos.
- Quanto à clareza e ao rigor, 57% dos inquiridos ficaram muito satisfeito e 43% ficaram apenas satisfeitos.
- Em relação à utilidade para uma melhor aplicação dos instrumentos nota-se um certo equilíbrio, a maior percentagem de inquiridos 51% estão satisfeitos e 49% ficaram muito satisfeitos.
- No último parâmetro, se a apresentação foi esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos, o equilíbrio é mantido. Ficaram 50% dos inquiridos muito satisfeitos, 47% satisfeitos e 3% dos inquiridos que exprimiram a sua insatisfação.

- Quanto à organização e metodologia do encontro de trabalho, em todos os parâmetros os inquiridos mostraram-se muito satisfeitos. Quanto à duração da sessão 55% dos inquiridos ficaram muito satisfeitos e 34% satisfeitos. Neste parâmetro podemos salientar o facto de 11% inquiridos se considerarem insatisfeitos.
- Em relação às estratégias utilizadas, se estas foram adequadas ou não, 54% dos inquiridos ficaram muito satisfeitos, 43% satisfeitos e apenas 3% insatisfeitos.
- No que toca ao último parâmetro, 25 inquiridos revelaram-se muito satisfeitos (66%), e 13 mostraram-se satisfeitos (34%).

- Em relação à última questão, se após a sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões se sente mais motivado para o fazer, as respostas (100%) foram unânimes relativamente ao “sim”.

Concluída a análise das questões de resposta fechada, a atenção recai agora nas questões de resposta aberta, ou seja na análise de conteúdo das opiniões das pessoas inquiridas.

Análise de conteúdo das questões de resposta aberta da ficha de avaliação
6ª Sessão de sensibilização do Kit das Profissões – Castelo Branco

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Acção de sensibilização para o uso do Kit das Profissões	- Permitiu a troca de experiências	- “Debate de ideias e partilha de experiências, são factores positivos”	1
	- Correspondeu às expectativas	- “Tendo em conta o programa da sessão previamente divulgado, esta correspondeu globalmente às minhas expectativas” - “Sim”	2
	- Clarificou objectivos	- “Permitiu e clarificou objectivos”	1
	- Útil para informar acerca da exploração do Kit	- “Serviu para melhorar a informação/ perspectiva sobre as inúmeras possibilidades de exploração do Kit” - “Contactei mais proximamente com documentos que me podem auxiliar e às comunidades escolar e educativa, na definição da oferta educativa da escola e na escolha de futuro/ escolar dos alunos e famílias” - “As apresentações foram elucidativas dos diferentes materiais”	3
	- Serviu para enquadrar os materiais	- “Enquadrando a utilização específicas dos materiais” - “Houve uma apresentação e análise dos instrumentos de desenvolvimento vocacional proveitosa”	2
	- Deu a conhecer o Kit das Profissões	- “Conhecimento do Kit das Profissões”	1
	- Clara, esclarecedora e rigorosa	- “Foi clara e esclarecedora” - “Apresentação clara e rigorosa e bem estruturada” - “Clara e rigorosa”	3

	- Ajudou na intervenção na área da orientação escolar e profissional	- “Melhorou a minha na área da orientação escolar profissional”	1
	- Deu a conhecer parceiros a envolver neste processo	- “Aumentar o conhecimento de possíveis parceiros a envolver neste processo”	1
	- Esperava encontrar instrumentos novos	- “Muito embora viesse à espera de encontrar instrumentos novos para utilização com alunos do secundário” - “Vinha com expectativas de conhecer materiais novos de orientação e não apenas com Kit direccionado para o nível III”	2
	- Bem elaborada e cumpridora dos objectivos	- “Foi uma sessão bem elaborada, cumpriram-se os horários, e os grupos de trabalho foi uma boa iniciativa” - “Foi de encontro aos objectivos definidos” - “Nos aspectos propostos esteve bem”	3
	- Não cumpriu com os objectivos	- “Não considero que a sessão tenha atingido grandemente o seu objectivo: para dizer que o material está disponível e como é bastaria ter enviado essa informação à escola, por exemplo via EAE, para poder analisar verdadeiramente as suas potencialidades necessitaríamos de um tempo para aplicação real. Depois sim seria verdadeiramente proveitoso”	1
O Kit das Profissões	- Já conhecia os materiais	- “Embora já tivesse conhecimento dos materiais”	1
	- Importantes no trabalho e valorização de cursos profissionais	- “Estes instrumentos são muito importantes no trabalho de promoção e valorização de cursos profissionalizantes”	1

- Tendo em consideração as respostas dadas pelos inquiridos, pode-se perceber que as suas **expectativas foram correspondidas**, tendo em conta o número de **benefícios**, apontados pelos inquiridos, que a acção de sensibilização proporcionou.
- A **utilidade** da acção de sensibilização **para informar acerca da exploração do Kit das Profissões**, foi apontada como um dos benefícios, “Serviu para melhorar a informação/ perspectiva sobre as inúmeras possibilidades de exploração do Kit”.
- Para os inquiridos, a sessão de sensibilização, foi **clara, esclarecedora e rigorosa**, “apresentação clara e rigorosa e bem estruturada”
- Outro dos benefícios apontados foi a capacidade da sessão em **cumprir com os objectivos propostos**, estando assim **bem elaborada**, “Foi uma sessão bem elaborada, cumpriram-se os horários, e os grupos de trabalho foi uma boa iniciativa”
- A acção de sensibilização serviu também, na opinião de alguns inquiridos, para fazer um **enquadramento dos instrumentos** apresentados “enquadrando a utilização específicas dos materiais”.
- Para outros, a expectativa era serem **confrontados com instrumentos novos**, “muito embora viesse à espera de encontrar instrumentos novos para utilização com alunos do secundário”.

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Sessão de sensibilização	- Esclareceu dúvidas	- “Para procurar respostas a muitas questões que se levantam em relação a esta problemática”	1
	- Forneceu ideias úteis para a utilização do Kit das profissões	- “Foram dadas algumas ideias úteis para a sua aplicação” - “Adquiri algumas competências que me vão permitir utilizá-lo”	2
	- Apresentação do Kit das Profissões	- “Pois foi feita uma breve exploração do Kit, deixando me motivada e com curiosidade de utilizá-lo com os alunos”	1
	- Bastante atractivo	- “Porque o Kit é bastante atractivo quer para os	1

Kit das Profissões		profissionais e acredito que também o é para os jovens"	
	- Sistematiza as várias actividades	- "Vem sistematizar as várias possibilidades de actividades, havendo algumas sessões de OEP que se podem incluir nas actividades que já desenvolvo"	1
	- Contêm informações relevantes	- "A informação é relevante"	1
	- Útil para a orientação vocacional e tomada de decisão dos jovens	- "Utilizarei o Kit das Profissões a fim de poder ajudar os meus alunos na sua identidade e orientação vocacional a nível da tomada de decisões" - "Penso que o Kit constitui um instrumento complementar às restantes metodologias usadas na orientação escolar e profissional" - "Para orientação dos alunos"	3
	- Simples e organizado	- "O Kit das Profissões está elaborado de uma forma simples e organizada para que o seu uso com os alunos seja eficaz e enriquecedor"	1
	- Instrumento facilitador	- "É de facto um instrumento facilitador"	1
	- Conheço as suas potencialidades	- "Conheço as potencialidades do mesmo"	1
	- Facilita a pesquisa	- "É de fácil pesquisa"	1
	- Já conhecia e utilizo	- "Já conhecia o Kit e já o tinha utilizado"	1

- Como se pode perceber, a **grande motivação** para a utilização do **Kit das Profissões** é o facto de este ser **bastante útil no processo de orientação vocacional e tomada de decisão dos jovens**, "utilizarei o Kit das Profissões a fim de poder ajudar os meus alunos na sua identidade e orientação vocacional a nível da tomada de decisões"

- Outra motivação advém da **utilidade da acção de sensibilização** em fornecer **ideias para a utilização do Kit das Profissões**, “adquiri algumas competências que me vão permitir utilizá-lo”.
- As motivações dos inquiridos também passam por, o Kit das Profissões ser **simples e organizado, facilita a pesquisa, contém informações relevantes e sistematiza várias actividades**.

4. Numa tentativa de melhoria, enuncie algumas ideias para a utilização do Kit das Profissões (por exemplo: suportes, actividades, modos de chegar mais próximo do público – alvo, etc.).

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Site “Mundo das Profissões”	- Desenvolve-lo e às suas funcionalidades	- “Continuar a desenvolver o site e as suas funcionalidades”	1
Divulgação dos instrumentos	- Dar a conhecer aos pais	- “Fazer chegar aos pais o Kit das Profissões”	1
	- Sensibilizar os órgãos de gestão e D.T	- “Sensibilização de órgãos de gestão para a necessidade de tornar mais rigoroso e válido o processo de orientação escolar e profissional” - “Divulgação directa aos D.T”	2
	- Através de feiras de orientação vocacional	- “Divulgação do site e do Kit das Profissões através da realização de feiras de orientação vocacional”	1
	- Realização de sessões	- “Acho que também poderiam ser feitas sessões com pais dando a conhecer estes materiais”	1
	- Divulgar no site da escola e do “Mundo das Profissões”	- “Incluir o Kit das Profissões nos sites das escolas” - “Colocar no site da escola o site do “Mundo das Profissões”	2
	- Através dos meios de comunicação social	- “Divulgar o Kit através dos meios de comunicação social e locais e nacionais”	1

	- Utilizar em contexto de sala de aula	- “Utilizar este Kit em aulas de formação cívica, principalmente no 9º ano” - “Para utilização em formação cívica/ área de projecto 9º ano”	2
Suportes audiovisuais	- Simplificar a informação	- “Simplificar a informação em termos de linguagem e adaptar melhor esta ao recomendável para suportes audiovisuais”	1

- Como ideia de melhoria, os inquiridos manifestaram ser importante a **sensibilização dos órgãos de gestão e directores de turma na divulgação do Kit das Profissões**, “Sensibilização de órgãos de gestão para a necessidade de tornar mais rigoroso e válido o processo de orientação escolar e profissional”.
- A **divulgação no site de cada escola** e também no site “Mundo das Profissões”, é outra das ideias apresentadas pelos inquiridos, “incluir o Kit das Profissões nos sites das escolas”.
- Para os inquiridos também é importante a **utilização do Kit das Profissões em contexto de sala de aula**, “utilizar este Kit em aulas de formação cívica, principalmente no 9º ano”.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
– Kit das Profissões –

Tratamento da ficha de avaliação do 6º encontro

Data: 16 de Março de 2010

Escola: Escola Secundária Amato Lusitano

Concelho: Castelo Branco

DREC

Número de fichas de avaliação recebidas – 32

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Sim – 27 (84%)

Não – 5 (16%)

Não respondeu – 0 (0%)

2. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

2.1. Quanto aos conteúdos, a apresentação foi:	1	2	3	4	Total
2.1.1. Coerente e estruturada.		2 (6%)	19 (59%)	11 (34%)	32
2.1.2. Clara e rigorosa.		3 (9%)	11 (34%)	10 (31%)	32
2.1.3. Útil para uma melhor aplicação dos instrumentos.		3 (9%)	14 (44%)	15 (47%)	32
2.1.4. Esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos.		1 (3%)	23 (72%)	8 (25%)	32

2.2. Quanto à organização e metodologia:	1	2	3	4	Total
2.2.1. A duração da sessão foi a adequada.	1 (3%)	4 (13%)	14 (45%)	12 (39%)	31
2.2.2. As estratégias utilizadas foram as adequadas.		6 (19%)	16 (50%)	10 (31%)	32
2.2.3. Os documentos e suportes foram os adequados.		2 (6%)	16 (52%)	13 (42%)	31

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Sim – 28 (88%)

Não – 2 (6%)

Não respondeu – 2 (6%)

Análise dos dados quantitativos da avaliação do 6º Encontro de Trabalho:

- Manifestaram a opinião acerca da 6ª acção de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional um total 32 pessoas.
- Destas 32 pessoas, 84% afirmaram que a sessão correspondeu às suas expectativas, 16% consideraram que não correspondeu às suas expectativas.
- Relativamente à sua satisfação em relação aos conteúdos da apresentação, coerência e estrutura, 59% dos inquiridos mostraram-se satisfeitos, 34% ficaram muito satisfeitos e 6% ficaram insatisfeitos.
- Quanto à clareza e ao rigor, os resultados mantêm-se, isto é, existe uma maior percentagem de inquiridos satisfeitos (34%) do que muito satisfeitos (31%) e muito poucos insatisfeitos (9%).
- Em relação à utilidade para uma melhor aplicação dos instrumentos, 47% mostraram estar muito satisfeitos, contra 44% de satisfeitos. A percentagem de insatisfeitos voltou a ser a mesma, 9%.
- De acordo com a apresentação ser esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos, 72% dos inquiridos mostraram-se satisfeitos, 25% muito satisfeitos e 3% ficaram insatisfeitos.

- No que toca à organização e metodologia, a duração da sessão foi adequada e satisfatória para 45% dos inquiridos, 39% consideraram estar muito satisfeitos e 13% insatisfeitos. De salientar a opinião muito insatisfeita de 3% dos inquiridos e uma pessoa não manifestou opinião relativamente a este parâmetro.
- Em relação às estratégias utilizadas, se estas foram adequadas, 50% dos respondentes ficaram satisfeitos, 31% muito satisfeitos e 19% insatisfeitos.
- Quanto à adequação dos documentos e suportes, um maior número de pessoas, 16, ficaram satisfeitas (52%), 13 muito satisfeitas (42%) e 2 insatisfeitas (6%).

- Em relação à última questão que avalia a motivação para vir a utilizar o Kit das Profissões caso ainda não o tenham feito, 88% afirmaram que sim e 6% dizem que não. Os 6% referentes à ausência de resposta, podem indicar que os inquiridos já usaram o Kit das Profissões e por essa razão não necessitaram desta sessão de sensibilização para se sentirem motivados para o seu uso.

Concluída a análise das questões de resposta fechada, a atenção recai agora nas questões de resposta aberta, ou seja na análise de conteúdo das opiniões das pessoas inquiridas.

Análise de conteúdo das questões de resposta aberta da ficha de avaliação
7ª Sessão de sensibilização do Kit das Profissões – Porto

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Sessão de sensibilização	- Apresentou potencialidades/manuseamento do Kit das Profissões	- “Pretendeu apresentar as potencialidades/manuseamento do Kit e do site” - “Mas também o uso e a exploração do Kit” - “Do material das suas potencialidades e possíveis melhorias” - “Permitiu um maior conhecimento das potencialidades dos instrumentos de desenvolvimento vocacional” - “Fiquei a saber como utilizar esta ferramenta nas sessões de orientação” - “Deu a conhecer novas ferramentas fundamentais para o encaminhamento de alunos no percurso escolar”	6
	- Esclareceu dúvidas	- “Esclareceu várias dúvidas relativamente a profissionais e CEF's”	1
	- Correspondeu às expectativas	- “As expectativas partiam de um patamar muito neutro pela falta de experiência profissional com estes instrumentos e tinha algum cepticismo sobre a pertinência, mas revelou-se muito gratificante”	1
	- Proporcionou a troca de experiências	- “Proporcionou o contacto com outros colegas e partilha de opiniões” - “Oportunidade para contactar com outros profissionais, discutir perspectivas e abordar novos procedimentos” - “Partilha de opiniões dos pontos fortes” - “Gostei muito da abordagem e da troca de experiências” - “Estavam presentes intervenientes de todos os	9

		grupos de interesse o que permite uma troca de experiências e melhor desenvolvimento dos trabalhos” - “Útil e proporcionou uma reflexão profunda para intervenção na área da orientação vocacional” - “Também proporcionou a troca de novas ideias para futuros projectos de orientação vocacional” - “Permitiu o acesso a outros conhecimentos e à troca de informação” - “Foi também enriquecedor conhecer outras experiências” - “Passei a conhecer o Kit das Profissões e os seus instrumentos” - “Não conhecia o Kit das Profissões e com esta sessão deu para ficar a conhecer e passar a usá-lo e divulgá-lo na escola” - “Em termos globais correspondeu pois permitiu ter uma ideia mais clara do Kit das Profissões” - “Permitiu o conhecimento do “Kit das Profissões” e a sua importância no âmbito da orientação vocacional” - “Divulgação e análise crítica do Kit das Profissões” - “A sensibilização para o Kit das Profissões, fez com que o passasse a conhecer e tivesse vontade de o usar” - “Permitiu-me conhecer os vários suportes (Kit das Profissões, o site)” - “Além de aprofundar o meu conhecimento acerca do Kit das Profissões”	
	- Permitiu conhecer o Kit das Profissões		8
	- Cumpriu com as informações transmitidas inicialmente	- “A informação disponibilizada estava de acordo com o que eu tinha sido informada”	1
	- Apresentação estruturada e clara	- “Apresentação estruturada e clara” - “A informação transmitida foi muito útil, precisa e clara”	2

	- Sensibilizou para a utilização do Kit das Profissões	- “Foi um espaço de sensibilização para a utilização deste material”	1
Divulgação do Kit das Profissões	- Sensibilização junto do conselho de docentes	- “Sensibilização e informação ao conselho de docentes da existência do mesmo”	1

- Observando as respostas dos inquiridos, podemos concluir que a sessão de sensibilização **correspondeu às expectativas**, muito devido à **troca de experiências**, “estavam presentes intervenientes de todos os grupos de interesse o que permite uma troca de experiências e melhor desenvolvimento dos trabalhos”
- Para além disso, a sessão de sensibilização foi um óptimo meio para os inquiridos **conhecerem o Kit das Profissões**, “permitiu o conhecimento do “Kit das Profissões” e a sua importância no âmbito da orientação vocacional”
- As expectativas foram correspondidas também porque a sessão deu a conhecer **potencialidades do Kit das Profissões** e ideias para **o seu manuseamento**, “permitiu um maior conhecimento das potencialidades dos instrumentos de desenvolvimento vocacional” e “fiquei a saber como utilizar esta ferramenta nas sessões de orientação”.
- A sessão sensibilizou para a **utilização do Kit das Profissões**, apresentou-se de um modo estruturado e claro e **esclareceu dúvidas** em relação ao Kit das Profissões.

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
	- Dá a conhecer as diferentes ofertas formativas	- “O Kit é um instrumento muito útil e abrange utilidade para dar a conhecer aos alunos as diferentes ofertas formativas” - “Pelo leque de possibilidades de exploração” - “Incentivo pelo conhecimento das diferentes profissões”	3

Kit das Profissões	- Já foi utilizado	- “Já foi utilizado” - “Embora já utilize”	2
	- Útil para a orientação vocacional	- “Penso que é uma ferramenta muito útil e interessante na exploração vocacional que farei com os alunos” - “Descobri que o Kit das Profissões pode ajudar os jovens a encontrar a sua “profissão” e também nos ajuda a orientar os jovens” - “São promotoras do desenvolvimento da maturidade vocacional” - “É um instrumento muito útil para auxiliar na intervenção neste domínio” - “É uma ferramenta importante na orientação vocacional” - “Porque percebi a função de carácter prévio do mesmo na orientação dos alunos”	6
	- Acessível e prático	- “É acessível e prático” - “É muito prático e de fácil utilização”	2
	- De rápido acesso/ consulta	- “Rápido acesso/ consulta/ utilização” - “Permite com rapidez e facilidade aceder às várias áreas e qualificações existentes”	2
	- Envolver os serviços de orientação	- “Articular com os serviços de orientação existentes na escola e com isso desenvolver trabalhos de interesse dos alunos no âmbito da formação”	1
Conhecer o Kit das Profissões	- Útil para esclarecer dúvidas aos alunos	- “Agora será mais fácil esclarecer algumas dúvidas aos alunos relativamente ao uso do mesmo”	1
	- Identifica as suas potencialidades	- “Embora já tivesse explorado o instrumento aprofundei e identifiquei mais potencialidades”	1
	- Motiva para a sua utilização	- “Sinto-me mais motivado e muito mais à vontade para o fazer”	1

Sessões de sensibilização	- Facilitou o aprofundamento do conhecimento	- “Já tinha pesquisado na net mas esta abordagem facilita e estimula o aprofundamento do conhecimento”	1

- A grande **motivação para o uso do Kit das Profissões**, surge da **utilidade deste instrumento para a orientação vocacional**, “penso que é uma ferramenta muito útil e interessante na exploração vocacional que farei com os alunos”.
- Também é motivo de interesse o facto de o Kit das Profissões **dar a conhecer as diferentes ofertas formativas**, “o Kit é um instrumento muito útil e abrange utilidade para dar a conhecer aos alunos as diferentes ofertas formativas”.
- A **acessibilidade ao Kit das Profissões** é outra motivação para o seu uso, “permite com rapidez e facilidade aceder às várias áreas e qualificações existentes”
- Outras motivações passam pelo facto dos inquiridos **conhecerem o Kit das Profissões** e perceberem a sua **utilidade no esclarecimento de dúvidas** e terem conhecimento **das suas potencialidades**.

4. Numa tentativa de melhoria, enuncie algumas ideias para a utilização do Kit das Profissões (por exemplo: suportes, actividades, modos de chegar mais próximo do público – alvo, etc.).

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Divulgação do Kit das Profissões	- Envolver a comunidade escolar	- “Contacto e colaboração com a comunidade escolar” - “Divulgação à comunidade” - “Munir todas as escolas e equipamentos c/ papel sócio educativo com este material e respectiva sensibilização para formas de utilização”	3
	- Através de feiras das profissões	- “Por exemplo na nossa feira das profissões será dinamizada para toda a comunidade escolar com o apoio de um técnico”	1
	- Fazer chegar o Kit a cada turma	- “Envio de um exemplar para cada turma de final de ciclo” - “Colocação do Kit ao dispor dos alunos”	2

	- Através de páginas sociais - Chegar aos alunos e Encarregados de Educação - Realizar sessões	- “Através das páginas sociais” - “Considero que o uso destes instrumentos por vir na internet se torna mais apelativa para os jovens que propriamente a exploração dos materiais escritos” - “Chegar mais e melhor aos alunos e aos Encarregados de Educação” - “Divulgação aos encarregados de educação, para todos terem conhecimento das ofertas educativas e formativas que existem” - “Actividades para os pais” - “Apresentação do Kit aos alunos, encarregados de educação, professores” - “Realizar sessões de esclarecimento aos pais uma vez que nem todos têm acesso à internet” - “Sessões com os alunos por forma a fazer um acompanhamento da consulta do mesmo”	2 4 2
Modos de utilização do Kit das Profissões	- Nas sessões de orientação escolar com actividades - Distribuir o CD pelos alunos - Actividades de roleplaying	- “Eu irei utilizá-lo nas sessões de orientação escolar e profissional, através de grupos de alunos divididos por interesses e preferências” - “Actividades de orientação vocacional – ligar o site e explorar alguns pontos; mostrar e explorar o CD com jovens” - “Actividades de orientação vocacional” - “Copiar o CD e depois de abordar o tema com os alunos distribuir a cada um, um exemplar” - “Actividades de roleplaying”	3 1 1
Kit das Profissões	- Alargar a informação a outros cursos - Criar novo Kit das Profissões	- “Alargar a outros cursos para além dos profissionais” - “Seria fundamental a criação de Kits das Profissões/ formação para nível VI”	1 1

Site “Mundo das Profissões”	- Existência de uma plataforma de orientação vocacional	- “Não sei até que ponto no próprio site “Mundo das Profissões” os jovens não poderiam apreender/ responder a actividades de exploração vocacional que pudessem ser analisados e dados feedback/ acompanhamento via plataforma interactiva”	1

- Como **sugestões de melhoria**, alguns inquiridos afirmaram que a **divulgação do Kit das Profissões** deveria ser mais **direccionada para alunos e Encarregados de Educação**, “divulgação aos encarregados de educação, para todos terem conhecimento das ofertas educativas e formativas que existem”.
- Outra sugestão de melhoria passa por **envolver toda a comunidade escolar** no **processo de divulgação do Kit das Profissões**, “divulgação à comunidade”.
- As sugestões de melhoria também passam por ideias no **modo de utilização do Kit das Profissões**, através de **sessões de orientação escolar com actividades**, “eu irei utilizá-lo nas sessões de orientação escolar e profissional, através de grupos de alunos divididos por interesses e preferências”
- **A realização de sessões, o uso das páginas sociais e fazer chegar um Kit a cada turma**, são outras das sugestões de melhoria dadas pelos inquiridos.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
– Kit das Profissões –

Tratamento da ficha de avaliação do 7º encontro

Data: 18 de Março de 2010

Escola: Escola Secundária Rodrigues de Freitas

Concelho: Porto

DREN

Número de fichas de avaliação recebidas – 33

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Sim – 33 (100%)

Não – 0 (0%)

Não respondeu – 0 (0%)

2. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

2.1. Quanto aos conteúdos, a apresentação foi:	1	2	3	4	Total
2.1.1. Coerente e estruturada.			17 (52%)	16 (48%)	33
2.1.2. Clara e rigorosa.		1 (3%)	19 (58%)	13 (39%)	33
2.1.3. Útil para uma melhor aplicação dos instrumentos.		1 (3%)	9 (27%)	23 (70%)	33
2.1.4. Esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos.		2 (6%)	13 (39%)	18 (55%)	33

2.2. Quanto à organização e metodologia:	1	2	3	4	Total
2.2.1. A duração da sessão foi a adequada.			16 (48%)	17 (52%)	33
2.2.2. As estratégias utilizadas foram as adequadas.			14 (42%)	19 (58%)	33
2.2.3. Os documentos e suportes foram os adequados.			11 (33%)	22 (67%)	33

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Sim – 29 (88%)

Não – 1 (3%)

Não respondeu – 3 (9%)

Análise dos dados quantitativos da avaliação do 7º Encontro de Trabalho:

- Das opiniões expressas por 33 inquiridos podemos perceber que 100% dos inquiridos, a totalidade, consideram que na globalidade a sessão correspondeu às suas expectativas.
- Quanto aos conteúdos da apresentação, coerência e estrutura, 52% dos inquiridos expressou estar satisfeito enquanto 48% ficou muito satisfeito.
- No que diz respeito à clareza e rigor manifestaram estar satisfeitos 58% dos inquiridos e muito satisfeitos 39%, já 3% mostrou a sua insatisfação.
- No que toca à utilidade da apresentação para uma melhor aplicação dos instrumentos, 70% expressaram estar muito satisfeitos, 27% ficaram apenas satisfeitos e 3% insatisfeitos.
- De acordo com a apresentação ser esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos, 55% dos inquiridos mostraram-se muito satisfeitos, 39% satisfeitos e 6% ficaram insatisfeitos.

- Relativamente à organização e metodologia, a maioria dos inquiridos ficou muito satisfeito em relação a todos os parâmetros. A duração da sessão foi muito satisfatória para 52% dos inquiridos e 48% consideraram estar apenas satisfeitos.
- No que diz respeito à adequação das estratégias utilizadas pode-se verificar que 58% dos inquiridos ficou muito satisfeito contra 42% de satisfeitos.
- Quanto à adequação dos documentos e suportes, um maior número de pessoas, 22, ficaram muito satisfeitos (67%) e 11 satisfeitos (33%).

- Tendo em conta a questão relativa à motivação em usar o Kit das Profissões caso ainda não o tenham utilizado, pode-se ver que 29 inquiridos (88%) responderam que sim (sentem-se motivados) e que 3% afirmou que não enquanto que 3 não responderam à questão (9%). Daqui se pode deduzir que as 3 pessoas que não responderam à questão podem de certo modo já ter utilizado o Kit das Profissões, não necessitando desta sessão para terem motivação para o fazer.

Concluída a análise das questões de resposta fechada, a atenção recai agora nas questões de resposta aberta, ou seja na análise de conteúdo das opiniões das pessoas inquiridas.

Análise de conteúdo das questões de resposta aberta da ficha de avaliação
8ª Sessão de sensibilização do Kit das Profissões – Braga

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Sessão de sensibilização	- Proporcionou troca de informação	- “A troca de informação entre diferentes escolas” - “Sim porque serviu para partilha de opiniões, diferentes perspectivas relativamente ao Guia de Profissões, especialmente pontos fracos e fortes, permitindo assim uma melhoria futura”	2
	- Permitiu a troca de experiências	- “Importante na medida em que permitiu a troca de experiências” - “Foi muito importante a partilha de experiências entre os diversos profissionais (parte da tarde)” - “Partilha de experiências é sempre muito útil no desempenho profissional” - “Foi importante a troca de experiências das várias escolas”	4
	- Foi esclarecedora e importante	- “Foi esclarecedora e importante para trabalhar com os alunos nas escolas” - “Esclarecedora e enriquecedora” - “O Kit das Profissões foi apresentado de uma forma esclarecedora” - “Foi esclarecedora”	4
	- Permitiu conhecer o Kit das Profissões	- “Dar a conhecer mais actividades de exploração vocacional” - “Sim porque permitiu um melhor conhecimento dos materiais do Kit das Profissões” - “Importância da apresentação do Kit das Profissões” - “Porque foi melhorando a minha informação sobre esta temática, melhorei as minhas competências nesta área” - “Familiarizei-me mais com estes materiais de desenvolvimento vocacional” - “Importância da apresentação do Kit das Profissões”	6

	- Forneceu informação pertinente	- “Forneceu informação relevante no âmbito do tema” - “Na medida em que pude compreender melhor a operacionalização do Kit das Profissões”	2
	- Clara e concisa	- “Foi clara, concisa”	1
	- Deu a conhecer actividades de exploração vocacional	- “E dar a conhecer mais actividades de exploração vocacional”	1
	- Forneceu informação sobre a utilização do Kit	- “Porque ofereceu-me a oportunidade de otimizar a utilização do Kit”	1
	- Despertou o interesse em partilhar informação	- “Assim como, despertou-me o interesse de envolver a comunidade escolar que represento para a partilha de informação, relatos, experiências”	1
Kit das Profissões	- Apoio na escolha das saídas profissionais	- “Disponibilizou um conjunto de ferramentas para apoiar os alunos a escolher as saídas profissionais”	1
	- Útil para uso profissional	- “O material apresentado revelou-se de grande utilidade para a minha prática profissional”	1
	- Adicionar informação como a taxa de empregabilidade	- “A sessão focou-se essencialmente e em como manusear o material, quando penso que os materiais podiam ser explorados em termos de informações adicionais que não constam, por qualquer razão, mas que são pertinentes para os técnicos (ex. taxas de empregabilidade)”	1

- Para os inquiridos a sessão de sensibilização **correspondeu às expectativas**, pois permitiu aos mesmos **conhecer o Kit das Profissões**, “sim porque permitiu um melhor conhecimento dos materiais do Kit das Profissões”.
- **A clareza e importância da sessão** juntando com **a troca de experiências** foram outras questões que levaram a sessão a corresponder às expectativas “foi importante a troca de experiências das várias escolas”.
- **A troca de informação e a pertinência da mesma** foi de encontro às expectativas dos inquiridos, “forneceu informação relevante no âmbito do tema”.

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Kit das Profissões	- Mais valia de informação	- “Apresenta uma mais valia de informação que se mostra enquadrada e actualizada” - “Sendo um tema muito importante, é óbvio que este Kit é uma grande valia” - “Fornece informação” - “Ainda disponibiliza informação útil de uma forma clara, sintética e estimulante para exploração”	4
	- Não teve acesso	- “Porque não tive acesso anteriormente a este instrumento”	1
	- Já utilizo	- “Já utilizo” - “Já o utilizava, contudo, julgo que estarei mais à vontade, de futuro, para os utilizar”	2
	- Útil no esclarecimento dos alunos	- “Parece-me uma ferramenta bastante útil para esclarecer os alunos sobre o seu percurso formativo” - “Parece-me bastante útil para aqueles alunos que querem seguir uma via profissionalizante.	2
	- Útil na orientação de escolhas	- “Clara e úteis para orientação às escolhas profissionais” - “Porque vai permitir facilitar o trabalho com os alunos a nível da área vocacional/ profissional” - “É mais um instrumento de apoio e suporte à orientação escolar e profissional de jovens”	3
	- Importante na divulgação das ofertas	- “Seria uma ajuda importante na divulgação da oferta formativa e profissional” - “Permite-nos uma abrangência total sobre cursos, saídas profissionais” - “Consiste num instrumento de trabalho que sintetiza várias práticas positivas utilizadas na orientação	3

	- Ainda não utilizei - Útil para os programas de OEP	vocacional” - “Apesar de não o ter utilizado, muito dessa informação conhecia da plataforma da ANQ, mas pretendo utilizar” - “Penso que é um documento útil para os programas de OEP e para fornecer estratégias e técnicas profissionais”	1 1
Saídas profissionais nível III	- Orientação mais eficiente dos alunos	- “Permite uma orientação mais eficiente dos alunos que pretendem obter uma dupla certificação”	1
Divulgação do Kit das Profissões	- Utilizar em sala de aula - Dar a conhecer a pais e professores	- “Para ser utilizado nas aulas” - “Para dar a conhecer aos professores, aos pais e Encarregados de Educação” - “Importante o incentivo da sua utilização por parte dos pais”	1 2
Sessão de sensibilização	- Deu a conhecer as funcionalidades do Kit das Profissões - Clara e apelativa - Despertou curiosidade em explorar o Kit	- “Porque chamou a atenção para todas as funcionalidades do Kit, alguns dos quais ainda eu não tinha apercebido e/ ou explorado” - “Esta sessão ajudou a clarificar a utilização do Kit, que será um meio muito recorrente na escola” - “Tendo em conta a apresentação clara e apelativa das profissões” - “Atendendo à apresentação clara e apelativa para os jovens alunos” - “Despertou uma enorme curiosidade no sentido de explorar os conteúdos e “testar” junto dos jovens”	2 2 1

- A motivação mais vezes sentida pelos inquiridos em **utilizar o Kit das Profissões**, surge por este representar **uma mais valia de informação**, “apresenta uma mais valia de informação que se mostra enquadrada e actualizada”.

- A **utilidade do Kit das Profissões na orientação de escolhas** é outra das motivações, “é mais um instrumento de apoio e suporte à orientação escolar e profissional de jovens”
- Outra motivação apontada pelos inquiridos liga-se à **importância do Kit das Profissões na divulgação das ofertas de dupla certificação**, “seria uma ajuda importante na divulgação da oferta formativa e profissional”.

4. Numa tentativa de melhoria, enuncie algumas ideias para a utilização do Kit das Profissões (por exemplo: suportes, actividades, modos de chegar mais próximo do público – alvo, etc.).

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Kit das Profissões	- Deveria conter os planos curriculares	- “Deveria conter o plano curricular de cada curso; após a conclusão do curso de nível 3 que cursos de ensino superior podem candidatar-se”	1
	- Importante a sua utilização como suporte	- “Creio que utilizar este Kit como suporte, para actividades, para consulta junto dos alunos e/ ou pais, e outras... é o mais importante”	1
Site “Mundo das Profissões”	- Melhorar a publicidade	- “Melhorar o site e aumentar a publicidade dando conhecimento desta ferramenta às famílias”	1
	- Tornar mais apelativo	- “Melhorar, se possível a funcionalidade da página e a atractividade (ser mais apelativa para os jovens)”	1
Divulgação do Kit das Profissões	- Disponibilizar brochuras	- “Disponibilização de brochuras”	1
	- Desenvolver sessões	- “Desenvolver sessões/ esclarecimentos junto da população alvo” - “Criar sessões junto dos encarregados de educação por exemplo eles virem até à escola e falarem/partilharem um pouco as suas experiências em que consistem” - “Deve ser utilizado nas sessões de orientação com o 9ºano e poderão ser feitas sessões colectivas com turma de 7º, 8º e 9º”	3
	- Disponibilizar na	- “Disponibilizar o Kit na biblioteca da escola”	1

	Biblioteca - Vender alguns exemplares - Disponibilizar maior número de Kits às escolas - Enviar por e-mail para a escola	- “Colocar à venda alguns exemplares para pais interessados (sem muito à vontade com as tic) poderem explorar com os filhos” - “Serem disponibilizados mais “Kit das Profissões” às escolas” - “Dotar as escolas com o Kit” - “Seria importante disponibilizarem mais Kit’s às escolas de forma a que os professores também pudessem trabalhar com os alunos algumas das actividades abordadas” - “Enviar por correio electrónico às escolas”	1 3 1
Manual de Exploração Vocacional	- Estruturar para permitir trabalhar individualmente	- “Criação de um manual de exploração vocacional individual, que se encontra estruturado de modo a permitir um trabalho individual com os alunos”	1
Link “Guia de acesso ao secundário”	- Torná-lo mais acessível e actualizado	- “Tornar o link “Guia de acesso ao secundário” mais fácil de aceder, mais visível e mais actualizado; de resto considero que a inclusão de jogos manuais são também bons para alunos que são pouco concentrados a ler tanta informação”	1
Contextos de utilização do Kit das Profissões	- Em Área de Projecto - Em Formação Cívica - Em sessões de orientação vocacional	- “Este Kit pode ser utilizado nas disciplinas de área de projecto” - “Na disciplina de área de projecto” - “Este Kit pode ser utilizado na disciplina de formação cívica” - “Formação Cívica” - “Bem como nas sessões de orientação vocacional”	2 2 1

DVD do Kit das Profissões	- Devia fazer parte integrante do site da escola	- “Por exemplo o DVD do Kit das Profissões deveria ser parte integrante do site de cada escola contribuindo assim para uma melhor acessibilidade ao mesmo (link no site da escola que reencaminha-se para o DVD)”	1

- As **sugestões de melhoria** passam pela **realização de sessões** “criar sessões junto dos encarregados de educação por exemplo eles virem até à escola e falarem/partilharem um pouco as suas experiências em que consistem”
- A **disponibilização de maior número de Kit das Profissões para as escolas**, é outra das sugestões de melhoria, “seria importante disponibilizarem mais Kit’s às escolas de forma a que os professores também pudessem trabalhar com os alunos algumas das actividades abordadas”.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
– Kit das Profissões –

Tratamento da ficha de avaliação do 8º encontro

Data: 19 de Março de 2010

Escola: Escola Profissional de Braga

Concelho: Braga

DREN

Número de fichas de avaliação recebidas – 36

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Sim – 35 (97%)

Não – 1 (3%)

Não respondeu – 0 (0%)

2. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

2.1. Quanto aos conteúdos, a apresentação foi:	1	2	3	4	Total
2.1.1. Coerente e estruturada.			23 (64%)	13 (36%)	36
2.1.2. Clara e rigorosa.		1 (3%)	18 (50%)	17 (47%)	36
2.1.3. Útil para uma melhor aplicação dos instrumentos.		2 (6%)	18 (50%)	16 (44%)	36
2.1.4. Esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos.		2 (6%)	18 (50%)	16 (47%)	36

2.2. Quanto à organização e metodologia:	1	2	3	4	Total
2.2.1. A duração da sessão foi a adequada.		3 (8%)	19 (53%)	14 (39%)	36
2.2.2. As estratégias utilizadas foram as adequadas.		2 (6%)	18 (51%)	15 (43%)	35
2.2.3. Os documentos e suportes foram os adequados.		1 (3%)	13 (36%)	22 (61%)	36

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Sim – 35 (97%)

Não – 0 (0%)

Não respondeu – 1 (3%)

Análise dos dados quantitativos da avaliação do 8º Encontro de Trabalho:

- Manifestaram a opinião acerca da 8ª acção de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional um total de 36 pessoas.
- Numa análise mais global a sessão correspondeu às expectativas de 35 pessoas inquiridas (97%), e apenas 1 pessoa (3%) manifestou o seu desagrado.
- Quando questionados quanto aos conteúdos da apresentação, de um modo geral os inquiridos mostraram a sua satisfação (64%) em relação à coerência e estrutura da apresentação, enquanto alguns (36%) se mostraram muito satisfeitos.
- No que diz respeito à clareza e rigor manifestaram estar satisfeitos 50% e muito satisfeitos 47%, já 3% mostraram estar insatisfeitos.
- No que toca à utilidade da apresentação para uma melhor aplicação dos instrumentos, as coisas não mudam muito de figura, 50% expressaram estar satisfeitos, 47% ficaram muito satisfeitos e 6% ficaram insatisfeitos.
- Para 50% a apresentação foi satisfatoriamente esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos, enquanto 47% se sentiram muito satisfeitos e 6% insatisfeitos.

- Quanto ao grupo de questões relativas à organização e metodologia, no que se refere à duração da sessão. Três das pessoas (8%) inquiridas mostraram-se insatisfeitas. Já 53% mostraram a sua satisfação, e 39% ficaram muito satisfeitas com a duração da mesma.
- No que toca ao parâmetro referente à adequação das estratégias utilizadas, mais uma vez o maior número de respostas, 18 (51%) incide sobre a satisfação, surgindo em segundo plano 15 inquiridos (43%) muito satisfeitos e 2 insatisfeitos (6%). Uma pessoa não expressou a sua opinião relativamente a este parâmetro.
- Em relação à apropriação dos documentos e suportes, um inquirido mostrou a sua insatisfação, contra 36% satisfeitos e 61% muito satisfeitos.

- Tendo em conta a questão relativa à motivação em usar o Kit das Profissões caso ainda não o tenham utilizado, pode-se ver que 35 inquiridos (97%) responderam que sim (sentem-se motivados) enquanto que 1 não respondeu à questão (3%). Daqui se pode deduzir que a pessoa que não respondeu à questão pode de certo modo já ter utilizado o Kit das Profissões, não necessitando desta sessão para ter motivação para o fazer.

Concluída a análise das questões de resposta fechada, a atenção recai agora nas questões de resposta aberta, ou seja na análise de conteúdo das opiniões das pessoas inquiridas.

Análise de conteúdo das questões de resposta aberta ficha de avaliação – 9ª sessão de sensibilização do Kit das Profissões - Santarém

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Kit das Profissões	- Já conhecia o Kit das Profissões	- “Já conhecia o Kit, enquanto psicóloga numa escola”	1
	- Esperava que fosse um instrumento de desenvolvimento vocacional	- “Esperava que o Kit das Profissões fosse efectivamente um instrumento de desenvolvimento vocacional e não um Kit de informação sobre algumas profissões”	1
	- Já tinha utilizado	- “Já o tinha utilizado”	1
	- Bem elaborado	- “O Kit está bastante bem elaborado”	1
	- Não conhecia o Kit das Profissões	- “Não conhecia este Kit e pareceu-me muito interessante”	1
Sessão de sensibilização	-Apresentou o Kit das Profissões	- “Contribuiu para um conhecimento mais alargado do Kit das Profissões” - “Fiquei a conhecer um instrumento de trabalho que desconhecia completamente” - “Foi uma boa ajuda conhecer o que existe, para poder ajudar os alunos na minha escola”	3
	- Não acrescentou nada de novo	- “Não adquiri novos conhecimentos ao contrário daquilo que esperava”	1
	- Sensibilizou para a utilização do Kit das Profissões	- “A sessão foi útil sobretudo no que se refere à sensibilização para a utilização dos materiais” - “Sinto-me sobretudo, mais motivada para a utilização deste instrumento”	2
	- Contribuiu para uma avaliação dos instrumentos	- “Mas penso que contribui para a avaliação dos pontos fortes e fracos do guia de profissões”	1

- Correspondeu às expectativas	- “Correspondeu às minhas expectativas já que se conversou bastante sobre as vantagens e supostas desvantagens de utilização do Kit bem como da realidade ao nível do aconselhamento vocacional das escolas”	1
- Permitiu a troca de experiências	- “Pela troca de experiências entre os participantes, e pelas informações dadas pelas pessoas organizadoras” - “Partilha de práticas de orientação vocacional” - “Bem como a troca de experiências” - “Partilha de reflexões e experiências com este instrumento de trabalho” - “No geral creio que a sessão foi bastante satisfatória permitindo uma partilha de experiências na utilização de técnicas de orientação escolar e profissional” - “Permitiu clarificar e organizar ideias relativamente às oportunidades profissionais dos nossos jovens/ adultos”	6
- Superou as expectativas	- “Superou as minhas expectativas”	1
- Deu a conhecer conteúdos e aplicabilidade do Kit das Profissões	- “Fiquei a conhecer os seus conteúdos e a sua aplicabilidade” - “Adquiri conhecimentos acerca destes materiais que me poderão ser úteis futuramente” - “Permitiu recolher mais informações e sugestões de como trabalhar com este recurso”	3
- Esperava informação mais próxima da realidade escolar	- “Pretendia informações mais práticas e próximas das realidades escolares” - “As conclusões retiradas não me parece que sejam aplicadas à finalidade desta acção, infelizmente!”	2
- Estratégias utilizadas adequadas	- “Em minha opinião as estratégias utilizadas foram adequadas” - “As estratégias utilizadas foram adequadas”	2
- Poderia ter-se explorado mais a utilização do material	- “Vinha com a expectativa de que se iria explorar o material e treinar/ aprender mais sobre a sua utilização e complemento com outras actividades”	1

Apresentação dos instrumentos	- Foi elucidativa	- “A forma como as apresentações foram feitas, bastante elucidativas”	1
	- Clara e objectiva	- “Apresentação clara e objectiva do Kit das Profissões” - “Foi bastante clara completa e elucidativa mesmo para os participantes que pudessem não conhecer os materiais” - “A sessão foi clara”	3
	- A informação foi coesa	- “E a informação foi coesa”	1
	- Informativa e esclarecedora	- “Foi bastante informativa e esclarecedora dos materiais”	1

- As **expectativas dos inquiridos foram correspondidas**, relativamente à **sessão** de sensibilização, pois esta **permitiu a troca de experiências**, “pela troca de experiências entre os participantes, e pelas informações dadas pelas pessoas organizadoras”.
- A **apresentação do Kit das Profissões**, “fiquei a conhecer um instrumento de trabalho que desconhecia completamente” representa assim uma expectativa correspondida.
- As **expectativas foram correspondidas** quando a sessão se centrou em dar a **conhecer conteúdos e aplicabilidade do Kit das Profissões**, “permitiu recolher mais informações e sugestões de como trabalhar com este recurso”
- O facto de no decorrer da sessão de sensibilização se ter feito uma **apresentação do Kit das Profissões**, foi um facto importante, pois “contribuiu para um conhecimento mais alargado do Kit das Profissões”.
- A **clareza e objectividade na apresentação dos instrumentos**, agradou aos inquiridos, pois “foi bastante clara completa e elucidativa mesmo para os participantes que pudessem não conhecer os materiais”.

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Site “Mundo das Profissões”	- Disponibilizar a todos os representantes dos pais	- “Ser disponibilizado a todos os representantes dos pais”	1

	- Apelativo	- “Apresenta de forma mais apelativa que em suporte papel”	1
Sessão de sensibilização	- Facilita a utilização do Kit das Profissões	- “Havendo uma formação é mais fácil utilizar o Kit das Profissões”	1
	- Atingiu os objectivos	- “Só conhecendo se pode experimentar/aplicar daí a sensibilização ter conseguido atingir os objectivos”	1
Kit das Profissões	- Bastante útil	- “É um instrumento que se oferece bastante útil”	1
	- Já utilizei	- “Apesar de já ter utilizado pontualmente” - “Apesar de já o ter utilizado é sempre bem lembrado e motivado para o fazer” - “Já utilizo” “Já havia utilizado” - “Já utilizei os Kit das Profissões”	4
	- Não utilizei	- “Até ao momento não o utilizei”	1
	- Condensa informação sobre saídas profissionais	- “Condensa uma grande qualidade de informação sobre as saídas profissionais”	1
	- Possui informação pertinente	- “Verificou-se haver informação pertinente para os alunos”	1
	- Complementa o trabalho	- “Boa ajuda para complementar o trabalho que tenho vindo a realizar desde o início do ano lectivo”	1
	- Importante para o futuro dos alunos	- “Considero de cordial importância para o futuro dos alunos” - “Considero de crucial importância para o futuro dos alunos”	2
Motivações para o uso do Kit das Profissões	- Poder ser utilizado pelos docentes	- “O facto do Kit das Profissões poder ser utilizado e aplicado por docentes aumenta a motivação para a sua aplicação”	1
	- Perceber as suas	- “Tendo tomado consciência da existência do Kit e das suas potencialidades, despertou-me a curiosidade acerca da sua real aplicação”	

	potencialidades	- “Não conhecia o material, agora que tive contacto com ele percebi a potencialidade da sua utilização” - “A partir do conhecimento do Kit das Profissões apresentado nesta sessão sinto-me mais motivada e preparada para trabalhar com os alunos nesta área”	3
	- Ter informação centralizada	- “Pelo facto do Kit possuir informação centralizada e de fácil acesso”	1
Distribuição do Kit das Profissões	- A escola não recebeu	- “Pelo facto de não ter tido acesso ao mesmo (a minha escola não o recebeu)”	1

- Nesta sessão de sensibilização o maior número de inquiridos manifestou que **não sente motivações especiais em utilizar o Kit das Profissões**, isto porque já **o faziam anteriormente à sessão**, “já utilizei os Kit das Profissões”.
- No entanto alguns inquiridos **manifestaram motivações para usar o Kit das Profissões** devido a terem **percebido as potencialidades** deste instrumento, “a partir do conhecimento do Kit das Profissões apresentado nesta sessão sinto-me mais motivada e preparada para trabalhar com os alunos nesta área”.
- A **importância deste instrumento para o futuro dos alunos**, é outra das motivações “considero de crucial importância para o futuro dos alunos”.

4. Numa tentativa de melhoria, enuncie algumas ideias para a utilização do Kit das Profissões (por exemplo: suportes, actividades, modos de chegar mais próximo do público – alvo, etc.).

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
	- Afixar cartazes nas escolas	- “Afixação de cartazes nas escolas com a divulgação da informação” - “Cartazes para colocar nas escolas durante o 2º período”	2
	- Chegar mais próximo das escolas	- “Deve haver nas escolas mais divulgação sobre a existência dos Kit assim como dos manuais” - “Estar disponível na Escola para esclarecer os alunos”	2
	- Realizar sessões	- “Sessões exclusivamente para pais e encarregados de educação dos alunos”	2

Divulgação do Kit das Profissões	- Relembrar as escolas da existência do Kit das Profissões	- “Sessões para Encarregados de Educação” - “Este Kit (site) deve ser relembrado no início de cada ano lectivo”	1
	- Junto dos Directores de Turma	- “Deve ser dado a conhecer a todos os D.T dos 8º e 9º anos”	1
	- Através de Newsletters	- “Em Newsletters”	1
	- Disponibilizar o instrumento em eventos	- “Devia ser disponibilizado em mostras e eventos dedicados aos jovens, não obstante os pais e E.E devam ter conhecimento deste Kit no início do 2º ciclo”	1
	- Através da comunicação social	- “Comunicação social”	1
	- Junto dos alunos	- “Divulgação aos alunos através da BE/ CRE” - “Dar a conhecer aos alunos”	2
	- No site das escolas	- “Nas páginas das escolas” - “Divulgação do site nos vários portais associados à educação” - “Estar disponível os links nos ambientes de trabalho dos computadores escolares que permita a consulta pelos alunos”	3
	- Criar parcerias com empresas	- “Parcerias formais ou menos formais com empresas”	1
Contextos de utilização do Kit das Profissões	- Aulas de área projecto	- “Utilização nas aulas de área projecto do 3º ciclo como apoio ao desenvolvimento de trabalhos pelos alunos”	1
Site “Mundo das Profissões”	- Tornar mais apelativo	- “Site mais apelativo/ colorido”	1
	- Boa base de trabalho	- “Penso que o Kit é uma boa base”	1

Kit das Profissões	- Deveria contemplar as saídas profissionais de ensino regular	- “Este Kit poderia ser contemplado com as saídas profissionais para alunos que frequentam o ensino regular e não apenas o profissional, ficaria um documento mais completo para poder ser trabalhado a quando da orientação vocacional”	1
	- Ainda não utilizei	- “Ainda não tive oportunidade de utilizar”	1
	- Acrescentar as escolas onde são leccionados os cursos	- “Indicação das escolas onde são leccionados os cursos” - “Divulgação das escolas por zonas que têm os cursos”	2

- A **sugestão de melhoria** mais vezes enunciada pelos inquiridos diz respeito à **divulgação do Kit das Profissões**, pois esta deveria ser feita **ao nível dos sites das escolas**, “nas páginas das escolas”.
- A **afixação de cartazes nas escolas, chegar mais próximo das mesmas**, “deve haver nas escolas mais divulgação sobre a existência dos Kit assim como dos manuais” são outras das sugestões.
- Outras propostas de melhoria por parte dos inquiridos foram a **realização de sessões, e realização da divulgação do Kit das Profissões mais próxima dos alunos**.
- Relativamente ao Kit das Profissões, propriamente dito, os inquiridos propõem **acrescentar as escolas onde são leccionados os cursos**, “divulgação das escolas por zonas que têm os cursos”.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
– Kit das Profissões –

Tratamento da ficha de avaliação do 9º encontro

Data: 24 de Março de 2010

Escola: Escola Secundária Dr. Ginestal Machado

Concelho: Santarém

DRELVT

Número de fichas de avaliação recebidas – 50

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Sim – 42 (84%)

Não – 5 (10%)

Não respondeu – 2 (4%)

2. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

2.1. Quanto aos conteúdos, a apresentação foi:	1	2	3	4	Total
2.1.1. Coerente e estruturada.		2 (4%)	26 (52%)	22 (44%)	50
2.1.2. Clara e rigorosa.		3 (6%)	26 (52%)	21 (42%)	50
2.1.3. Útil para uma melhor aplicação dos instrumentos.		3 (6%)	25 (50%)	22 (44%)	50
2.1.4. Esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos.		1 (2%)	30 (61%)	18 (37%)	49

2.2. Quanto à organização e metodologia:	1	2	3	4	Total
2.2.1. A duração da sessão foi a adequada.		3 (6%)	32 (65%)	14 (29%)	49
2.2.2. As estratégias utilizadas foram as adequadas.		6 (12%)	22 (45%)	21 (43%)	49
2.2.3. Os documentos e suportes foram os adequados.		2 (4%)	26 (52%)	22 (44%)	50

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Sim – 44 (88%)

Não – 0

Não respondeu – 6 (12%)

Análise de conteúdo das questões de resposta aberta da ficha de avaliação
10ª Sessão de sensibilização do Kit das Profissões – Faro

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Sessão de sensibilização	- Correspondeu às expectativas	- “Nesse sentido, correspondeu às expectativas. Deveria no entanto ter ocorrido mais cedo” - “Não vinha com grandes expectativas, como tal penso que sim”	2
	- Superou as expectativas	- “Superou-as”	1
	- Deu a perceber como funciona a utilização do Kit	- “Penso que fiquei a perceber melhor como funciona e como utilizar este Kit das Profissões” - “Sim porque ajudou a utilizar o Kit das Profissões”	2
	- Permitiu acesso à informação	- “Permitiu o acesso a informação fundamental para uma boa interacção”	1
	- Útil na partilha de experiências/ informações	- “É de todo o interesse que se faça, este tipo de encontros para uma maior partilha de informação, para esclarecimentos vários” - “Partilhar experiências e sugestões”	2
	- Esclareceu dúvidas em relação ao Kit das Profissões	- “Esclareceu algumas dúvidas sobre a utilização dos diferentes suportes que constituem o Kit” - “Fiquei mais esclarecida quanto à origem, elaboração e aplicação dos instrumentos”	2
	- Explorou as potencialidades dos instrumentos	- “Foram exploradas as diversas, potencialidades dos materiais concebidos” - “Foi eficiente a metodologia de trabalho, a preocupação em focalizar as potencialidades e os pontos fracos”	2

	- Apresentou suportes na área da orientação vocacional	- “Efectivamente, a acção foi importante pois permitiu conhecer vários suportes na área da orientação vocacional a implementar na escola”	1
	- Permitiu uma primeira aproximação ao Kit das Profissões	- “Permitiu uma primeira aproximação prática do material apresentado”	1
	- Boa forma de divulgação	- “Considero que foi uma boa forma de divulgação”	1
	- Deviam ter explorado mais os materiais	- “Os materiais deveriam ser mais explorados; trabalho desenvolvido por cada um dos grupos deverá ser abordado por todos, desta forma haverá a possibilidade de conhecer melhor os materiais” - “Porque esperava que se dinamizassem mais situações práticas e de partilha de experiências para aplicação no contexto de orientação escolar”	2
Kit das Profissões	- Informa acerca das saídas profissionais	- “Conheci outras saídas profissionais para orientar os jovens”	1
	- Instrumento importante para colmatar as necessidades	- “Instrumentos importantes para colmatar algumas das necessidades sentidas no dia – a – dia na escola”	1
	- Esperava ser mais prático	- “Esperava ferramentas mais práticas. Ex. actividades dirigidas também à família. Propostas de outros materiais; formas de motivação de crianças/ jovens”	1
Apresentação do Kit das Profissões	- Dinâmica	- “A apresentação foi dinâmica”	1

- Como se pode perceber pelas respostas dadas, **a sessão de sensibilização correspondeu às expectativas**, “nesse sentido, correspondeu às expectativas. Deveria no entanto ter ocorrido mais cedo”.

- A sessão permitiu **perceber como funciona a utilização do Kit das Profissões**, “penso que fiquei a perceber melhor como funciona e como utilizar este Kit das Profissões” e ao mesmo tempo **foi útil na partilha de experiências/ informações**.
- **Esclareceu dúvidas em relação ao Kit das Profissões**, “esclareceu algumas dúvidas sobre a utilização dos diferentes suportes que constituem o Kit” e **explorou as suas potencialidades**, “foram exploradas as diversas, potencialidades dos materiais concebidos”.
- No entanto os inquiridos manifestaram que **no decorrer da sessão de sensibilização devia-se ter explorado mais os materiais**, “Os materiais deveriam ser mais explorados; trabalho desenvolvido por cada um dos grupos deverá ser abordado por todos, desta forma haverá a possibilidade de conhecer melhor os materiais”.

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Motivação para a utilização do Kit das Profissões	- A utilidade da informação	- “Por conter informação útil”	1
	- Conhecer os instrumentos	- “Claro, pois anteriormente desconhecia os materiais”	1
	- Ser de fácil consulta	- “É de fácil consulta”	1
	- O surgir de novas ideias para a sua utilização	- “O Kit ocorreram-me novas ideias para aplicação do mesmo, não só enquanto coordenadora de CEF como também enquanto professora”	1
	- Pela utilidade dos suportes	- “Pela utilidade dos suportes apresentados”	1
	- Muito útil	- “Sem dúvida, verifiquei que é um instrumento muito útil”	1
	- Já utilizei	- “Apesar de já ter utilizado” - “Já utilizo” - “Já utilizava”	3
	- Ainda não foi	- “Apesar de existir na escola ainda não o tinha utilizado por	

Kit das Profissões	utilizado	me parecer para uma faixa etária diferente daquela com que trabalho”	1
	- Não conhecia	- “Desconhecia a existência do mesmo”	1
	- Mais valia para a orientação	- “Porque pude constatar que este instrumento pode ser uma mais valia para a orientação” - “Penso que será uma mais valia no meu trabalho como Directora de Turma, na orientação vocacional”	2
	- Meio de informação	- “É mais um meio de informação”	1
	- Mais valia para a orientação profissional	- “Como directora de turma é uma mais valia para a área curricular não disciplinar de formação cívica na temática – orientação profissional” - “Por se tratar de material adequado à dinâmica de grupo em contexto da exploração vocacional e da orientação escolar e profissional” - “O Kit é um bom material para trabalhar no plano da orientação vocacional fornecendo informação e sugestões úteis para alunos”	3
	- Divulgar junto dos Directores de Turma	- “E para divulgar muito nomeadamente, dos DT’s da minha escola, uma vez que não existe SPO”	1
	- Suporte útil na divulgação das ofertas formativas	- “Sim porque considero que constitui um instrumento de suporte à divulgação das ofertas formativas era exploração de carreira”	1
Sessão de sensibilização	- Despertou a curiosidade para consultar os instrumentos	- “Despertou a minha curiosidade e uma maior facilidade para o consultar”	1
	- Trabalho em grupo foi muito enriquecedor	- “Sem dúvida que o trabalho em grupo e com técnicos de diferentes meios é muito mais enriquecedor” - “A dinâmica é diferente e a pessoa fica com uma melhor abrangência”	2

- A **grande motivação exteriorizada** pelos inquiridos prende-se com o facto de **o Kit das Profissões ser uma mais valia para a orientação profissional** “como directora de turma é uma mais valia para a área curricular não disciplinar de formação cívica na temática – orientação profissional”
- Outros inquiridos não manifestaram motivações, pois **o uso do Kit das Profissões já é algo comum** no seu dia – a – dia, “já utilizo”
- O facto de ser uma **mais valia para a orientação**, “porque pude constatar que este instrumento pode ser uma mais valia para a orientação” é outra das motivações para a utilização do Kit das Profissões.
- “Sem dúvida que o trabalho em grupo e com técnicos de diferentes meios é muito mais enriquecedor”, pois **o trabalho em grupo** levou os inquiridos a ficarem mais motivados para o uso do Kit das Profissões.

4. Numa tentativa de melhoria, enuncie algumas ideias para a utilização do Kit das Profissões (por exemplo: suportes, actividades, modos de chegar mais próximo do público – alvo, etc.).

Categorias	Subcategorias	Unidade de registo	Frequência
Modos de utilizar o Kit das Profissões	- Cada grupo trabalhar uma profissão	- “ Por se tratar de alunos de 16 anos penso dividir a turma em grupos e cada grupo trabalhar uma profissão para apresentar aos colegas”	1
	- Consultar suporte informático em aula	- “E se possível com a consulta na sala de aula em suporte informático (máximo 2 alunos por computador)”	1
	- Como projecto de turma	- “Penso que pode ser utilizado em sala de aula, nomeadamente como um projecto de turma onde ao longo do ano vão explorando todo o mundo das profissões e facilitar as suas futuras escolhas e ou vocação”	1
Processo de orientação vocacional	- Envolver os pais	- “Envolvimento da família no processo” - “Envolver os E.E no processo”	2
	- Envolver professores	- “Envolver os vários professores no processo”	1
	- Faltou	- Houve uma falta de divulgação dos materiais, uma vez	1

Divulgação do Kit das Profissões	contextualização da aplicação do Kit das Profissões	que as escolas receberam os materiais sem uma contextualização da sua aplicabilidade"	
	- Através de acção de formação	- "Formação – acção nas escolas (de informação) de curta duração" - "Em sessões com os alunos e família com testemunhas de profissionais"	2
	- Através de um responsável DT junto dos alunos	- "Divulgação por um responsável (DT ou outro) de todo este projecto junto dos alunos"	1
	- Na comunidade escolar	- "Divulgação do site na comunidade escolar"	1
	- Reuniões com pais e E.E	- "Reuniões com pais e encarregados de educação"	1
	- Publicidade nos meios de comunicação social	- "Publicidade nos meios de comunicação local"	1
	- Aumentar o número de docentes que conhecem o Kit das Profissões	- "Alargar o número de docentes conhecedores do Kit para que possam integrar a utilização do mesmo na sua prática lectiva"	1
Site "Mundo das Profissões	- Mais apelativo	- "Um site mais apelativo com um jogo mais interessante"	1
Kit das Profissões	- Oferece a oportunidade de trabalhar em diferentes áreas	- "O Kit oferece a possibilidade de ser trabalhado em áreas tão diferentes como a língua portuguesa, com a produção de CV europeus, Inglês onde o conteúdo das profissões é abordado no 9º ano, geografia, explorando os conteúdos da geografia humana e formação cívica"	1

- A sugestão de melhoria mais evidenciada pelos inquiridos diz respeito ao **envolvimento dos pais no processo de orientação vocacional**, "envolvimento da família no processo".
- A outra sugestão vai no sentido da **divulgação do Kit das Profissões ser efectuada através de acções de formação**, "em sessões com os alunos e família com testemunhas de profissionais".

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
– Kit das Profissões –

Tratamento da ficha de avaliação do 10º encontro

Data: 26 de Março de 2010

Escola: Escola Básica 2,3 Dom Afonso III

Concelho: Faro

DREAlgarve

Número de fichas de avaliação recebidas – 37

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Sim – 32 (86%)

Não – 5 (14%)

Não respondeu – 0 (0%)

2. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

2.1. Quanto aos conteúdos, a apresentação foi:	1	2	3	4	Total
2.1.1. Coerente e estruturada.		2 (6%)	23 (62%)	12 (32%)	37
2.1.2. Clara e rigorosa.		2 (6%)	19 (51%)	16 (43%)	37
2.1.3. Útil para uma melhor aplicação dos instrumentos.		3 (8%)	18 (49%)	16 (43%)	37
2.1.4. Esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos.		2 (6%)	19 (52%)	15 (42%)	36

2.2. Quanto à organização e metodologia:	1	2	3	4	Total
2.2.1. A duração da sessão foi a adequada.	1 (3%)	2 (5%)	22 (60%)	12 (32%)	37
2.2.2. As estratégias utilizadas foram as adequadas.		2 (5%)	20 (54%)	15 (41%)	37
2.2.3. Os documentos e suportes foram os adequados.		2 (5%)	19 (52%)	16 (43%)	37

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Sim – 34 (92%)

Não – 1 (3%)

Não respondeu – 2 (5%)

Análise de conteúdo das questões de resposta aberta da ficha de avaliação
11ª Sessão de sensibilização do Kit das Profissões – Aveiro

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Sessão de sensibilização	- Permitiu conhecer/compreender o Kit das Profissões	- “Não conhecia o Kit das Profissões” - “Ajudou a uma maior compreensão dos instrumentos disponibilizados”	2
	- Expectativas foram superadas	- “E por isso as expectativas foram superadas”	1
	- Foi esclarecedora	- “E sai mais esclarecido” - “Esclareceu dúvidas” - “Foi uma bastante sessão esclarecedora e facilitadora de estratégias e metodologias de actuação” - Fiquei bastante esclarecida para passar com mais rigor aos alunos”	4
	- Deu a conhecer as potencialidades do Kit das Profissões	- “As potencialidades e fragilidades do mesmo”	1
	- Permitiu a partilha de experiências/informações	- “Permitiu a partilha de experiências” - “Foi importante a partilha de informação”	2
	- Permitiu conhecer os cursos	- “Permitiu um melhor conhecimento dos cursos que poderão corresponder aos interesses dos jovens”	1
	- Permitiu contacto directo com os materiais	- “Permitiu um contacto directo com o Kit” - “A acção possibilita um manuseamento compreensivo aos materiais”	2
	- Não correspondeu às expectativas	- “Não correspondeu”	1

	- Correspondeu às expectativas	- “Correspondeu às minhas expectativas, porque fiquei com uma ideia de como utilizar este material”	1
	- Esperava mais prática de orientação vocacional	- “Medida em que estava à espera de um outro tipo de formação, mais direccionado para a prática de orientação vocacional e não tanto para a melhoria destes instrumentos”	1
Apresentação do Kit das Profissões	- As oradoras mostraram fluência de discurso	- “As oradoras mostraram clareza e fluência no discurso”	1
	- Qualitativamente foi muito boa	- “Tornou a sessão qualitativamente muito boa”	1
	- Bastante segura	- “A apresentação faz-se de modo bastante seguro, o que permitiu uma apreensão efectiva do assunto em abordagem”	1
Kit das Profissões	- Desconhecia a sua existência	- “Estando na direcção da escola há poucos meses e sendo professora de 2º ciclo, desconhecia a existência deste Kit das Profissões”	1
	- Já conhecia	- “Embora já conhecesse o instrumento”	1

- A sessão de sensibilização **correspondeu às expectativas pois foi esclarecedora**, “foi uma bastante sessão esclarecedora e facilitadora de estratégias e metodologias de actuação”.
- Para além disso **a sessão de sensibilização permitiu conhecer/ compreender o Kit das Profissões**, “ajudou a uma maior compreensão dos instrumentos disponibilizados”.
- As expectativas foram satisfeitas quando **a sessão concedeu a partilha de experiências e informações entre todos**, “foi importante a partilha de informação”.
- O **contacto directo com os materiais** foi outra mais valia desta sessão de sensibilização, “permitiu um contacto directo com o Kit”.

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Motivações para utilizar o Kit das Profissões	- Partilha de experiências incentivou à curiosidade	- “A partilha de experiências”	1
	- Ser uma boa base de trabalho	- “Devido ao Kit das Profissões ser uma boa base de trabalho”	1
	- Aplicar as actividades sugeridas	- “O mesmo e aplicar algumas das actividades sugeridas”	1
	- Trabalhar em equipa	- “Pela perspectiva de trabalho em equipa com os directores de turma”	1
Kit das Profissões	- Apresenta actividades interessantes	- “Apresenta sugestões de actividades muito interessante”	1
	- Já utilizei	- “ Já utilizei” - “Já utilizava o Kit” - “Apesar de já o ter utilizado”	3
	- Prático e de fácil consulta	- “Prático, simples de consultar”	1
	- Meio organizado de orientação vocacional	- “É certamente um meio para de forma bem organizada conseguir com maior grau de sucesso orientar vocacionalmente alunos e pais para a melhor escolha profissional”	1
	- Pertinente e útil	- “Conforme referi como responsável e elemento da direcção acho o Kit bastante pertinente e útil, por isso o vou divulgar e implementar a sua utilização” - “O material é muito útil”	2

	- Linguagem acessível	- “Uma linguagem muito acessível para os jovens”	1
	- Muito apelativo e atractivo	- “Porque considero o material muito apelativo e atractivo”	1
	- Valioso contributo para a orientação vocacional	- “Fiquei com a percepção de que o material constitui um valioso contributo para a orientação vocacional”	1
Sessão de sensibilização	- Permitiu perceber o propósito do Kit das Profissões	- “A sessão permitiu-me perceber o propósito do Kit”	1
	- Foi esclarecedora	- “Sem dúvida, fiquei bastante esclarecida”	1
	- Referiu modos de operacionalização do Kit	- “Formas de operacionalização considerando a utilidade que lhe encontro” - “Proporcionaram-me novas formas de o utilizar”	2
Divulgação do Kit das Profissões	- Junto dos profissionais	- Vou proceder à divulgação do mesmo junto dos profissionais para sua implementação”	1

- Como se pode concluir alguns inquiridos manifestaram já ter **utilizado o Kit das Profissões** e por isso **não indicam as suas motivações** para o fazer.
- Já outros inquiridos, afirmam que **a pertinência e utilidade do Kit das Profissões** é o **factor de motivação para o utilizar**, “conforme referi como responsável e elemento da direcção acho o Kit bastante pertinente e útil, por isso o vou divulgar e implementar a sua utilização”.
- O facto dos inquiridos terem sido informados acerca dos **modos de operacionalização do Kit das Profissões**, no decorrer da sessão de sensibilização, **motivou-os para a utilização** do mesmo, “formas de operacionalização considerando a utilidade que lhe encontro”.

4. Numa tentativa de melhoria, enuncie algumas ideias para a utilização do Kit das Profissões (por exemplo: suportes, actividades, modos de chegar mais próximo do público – alvo, etc.).

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Ideias para a utilização do Kit das Profissões	- Painéis com profissionais	- “Painéis com profissionais – apresentação do seu testemunho”	1
	- Concursos online	- “Criar concursos online para os alunos do 9º ano sobre esta temática”	1
	- Colocar DVD polivalente	- “DVD para consulta pelos alunos num PC do polivalente para utilização online”	1
	- Desenvolver trabalhos de pesquisa	- “Obrigando os alunos ao longo de certo tempo a desenvolver trabalhos de pesquisa e eventualmente outros”	1
	- Elaboração de workshops	- “Elaboração de workshops com Directores de turma, alunos e E.E”	1
Conhecer as saídas profissionais	- Promover estágios	- “Tipo de estágio (ex. nas férias em empresas com objectivo de os levar a maior conhecimento sobre profissões”	1
Divulgação do Kit das Profissões	- Distribuir aos DT's e sala de professores	- “Distribuição dos Kit's aos DT do 9º ano” - “Sala de professores, sala de directores de turma”	2
	- Distribuir em maior número pelas escolas	- “Devia ser em maior número distribuído nas escolas” - “Parece-me que a melhor forma de estimular a utilização do Kit é distribuí-lo não só pelas escolas”	2
	- Realizar sessões/reuniões de pais	- “Realização de sessões/reuniões de pais essas sessões serem realizadas atempadamente para permitir uma reflexão mais aprofundada nas escolas possíveis”	1
	- Disponibilizar na	- “Estar disponível por exemplo na Biblioteca da escola em suporte informático e físico”	2

	Biblioteca escola	- Colocação de um Kit na Biblioteca da Escola"	
	- Distribuir pelas entidades que trabalham com crianças	- "Pelas entidades que trabalham com crianças e jovens e que assumem, por vezes, o papel de orientadores no processo de tomada de decisão"	1
	- Disponibilizar no site da escola	- "Página da escola"	2
	- Organizar uma semana das profissões	- "Página da escola"	
		- "Organização de uma semana das profissões"	2
		- "Semana das profissões"	
Suporte informático	- Mais fácil de utilizar	- "Privilegiar o formato electrónico pois é aquele que mais facilmente se pode utilizar em vários contextos"	1

- As propostas de melhoria propostas pelos inquiridos vão no sentido de **melhorar o processo de divulgação do Kit das Profissões**, pois consideram que o Kit das Profissões deve ser **distribuído aos Directores de Turma e Professora**, e disponibilizar um maior número às escolas, "devia ser em maior número distribuído nas escolas".
- A **disponibilização do Kit das Profissões na Biblioteca da escola**, seria bastante bom "estar disponível por exemplo na Biblioteca da escola em suporte informático e físico".
- Também é proposta dos inquiridos **organizar uma "semana das profissões"** e **disponibilizar o Kit das Profissões no site da escola**.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
– Kit das Profissões –

Tratamento da ficha de avaliação do 11º encontro

Data: 14 de Abril de 2010

Escola:

Concelho: Aveiro

DREC

Número de fichas de avaliação recebidas – 23

1. Na globalidade, esta sessão correspondeu às suas expectativas?

Sim – 22 (96%)

Não – 0

Não respondeu – 1 (4%)

2. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

2.1. Quanto aos conteúdos, a apresentação foi:	1	2	3	4	Total
2.1.1. Coerente e estruturada.			14 (61%)	9 (39%)	23
2.1.2. Clara e rigorosa.			12 (55%)	10 (45%)	22
2.1.3. Útil para uma melhor aplicação dos instrumentos.		2 (9%)	12 (52%)	9 (39%)	23
2.1.4. Esclarecedora quanto às dúvidas na utilização dos instrumentos.			14 (61%)	9 (39%)	23

2.2. Quanto à organização e metodologia:	1	2	3	4	Total
2.2.1. A duração da sessão foi a adequada.		2 (9%)	12 (52%)	9 (39%)	23
2.2.2. As estratégias utilizadas foram as adequadas.		1 (5%)	12 (55%)	9 (40%)	22
2.2.3. Os documentos e suportes foram os adequados.			8 (35%)	15 (65%)	23

3. Depois desta sessão, se ainda não utilizou o Kit das Profissões sente-se mais motivado para o fazer?

Sim – 20 (87%)

Não – 1 (4%)

Não respondeu – 2 (9%)

“ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO À OPERACIONALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL: KIT DAS PROFISSÕES E SITE MUNDO DAS PROFISSÕES”

CONCLUSÕES DAS SÍNTESES DOS ENCONTROS DE TRABALHO

Site Mundo das Profissões (Grupo C)

Considerações Gerais:

- Numa apreciação global do site “Mundo das profissões”, e tendo em conta os seus três objectivos fundamentais: *informar, possibilitar exploração interactiva e permitir a partilha de materiais*, este foi considerado como sendo suficientemente dinâmico, intuitivo, apelativo e interactivo.
- A página inicial, ainda que adequada em termos de linguagem, conteúdos e contendo *links* úteis e funcionais, considera-se que:
 - A letra utilizada é de tamanho reduzido;
 - Os *Destaques* deveriam estar inseridos em “caixas” mais pequenas, com menos texto, e existir uniformidade do aspecto gráfico;
 - Várias funcionalidades não se encontram disponíveis;
 - O campo *Sistema Educativo e Formativo* deveria ser mais apelativo e atractivo através do recurso a esquemas, imagens, ...
 - No campo *Guia de Profissões* poderia existir um espaço orientado para pais, professores e técnicos.
 - No campo *Jogo Roda das Profissões* considera-se que este deveria ser mais rápido, surgir centralizado no ecrã (e não no canto superior esquerdo) e permitir a ligação para outros jogos *on-line* com a mesma temática.
 - No campo *Testemunhos*, a informação deveria ser mais apelativa, fazendo uso de imagens associadas aos diversos cursos apresentados.

Propostas de dinamização do site:

- Melhorar a acessibilidade e funcionalidade, pois, mesmo para o público a que preferencialmente se dirige, apresenta algumas limitações. Assim, deverá otimizar-se no sentido de:
 - Incluir mais material audiovisual;
 - Permitir o registo de utilizadores;
 - Incluir um campo destinado a *Dúvidas* e/ou *FAQ*;
 - Incluir uma maior variedade de actividades de exploração vocacional, incluindo o auto-conhecimento;
 - Sugerir que as Escolas e Agrupamentos incluam uma ligação a este site nos respectivos sites institucionais;
 - Alertar as Escolas e Agrupamentos para a importância da divulgação e dinamização deste site junto da comunidade educativa envolvente.

- Publicar uma *newsletter*, na qual os jovens se inscreveriam, podendo assim receber informação actualizada.
- Descarregar os filmes/vídeos para que os jovens os possam partilhar com os amigos.
- Criar um modelo no *Facebook*, que permitisse colocar os vídeos, o que seria mais apelativo e possibilitaria a criação de uma rede (à semelhança do site da CPCJ: www.cnpcjr.pt).
- No *Sistema Educativo e Formativo* apresentar o respectivo organograma. A informação sobre a oferta formativa deveria de ser também mais abrangente.
- Criar um *link* directo à rede de oferta no SIGO em “intenção de candidatura”, para que os alunos conheçam as propostas dos cursos das várias escolas da área geográfica a que se pretendem candidatar.
- Possibilitar a aplicação de questionários de auto-conhecimento *online* no âmbito da orientação vocacional.
- O *jogo Roda das Profissões* é muito rudimentar e deverá evoluir para patamares mais ambiciosos.
- O espaço de partilha de materiais deverá ser mais apelativo, do género formato *You Tube*.
- Relativamente ao *Fórum*, é pertinente a existência de moderadores nos vários grupos de discussão que possam vir a ser criados, não tendo, este moderador, de estar ligado à ANQ, pois, deste modo, poderá ser dada uma “visão” mais abrangente às discussões.

Guia de Profissões (Grupo A)

Pontos Fortes

- O facto de ter sido publicado em dois tipos de suporte:
 - *Papel*, para quando não há ligação à Internet ou não há computadores ou ainda quando não há DVD em número suficiente;
 - *Online*, mais atractivo para os jovens porque recorre à imagem e ao som.
- A estruturação do Guia é intuitiva com grafismo agradável e com apresentação adequada da informação.
- A linguagem é acessível, simples, objectiva, organizada e sistematizada.
- A organização, por índices e com indicação dos códigos das áreas de educação e formação, facilita a consulta dos respectivos referenciais.
- A organização, por índice de profissões/ordem alfabética e por índice de profissões agrupadas/áreas de interesses e actividades, é muito esclarecedora e facilitadora de consulta para alunos e encarregados de educação.
- A utilização de diferentes cores, as setas em movimento, apelam para o dinamismo e empreendedorismo.
- A transversalidade das actividades sugeridas para “exploração do mundo das profissões e das qualificações”, apresentando sugestões e pistas para a elaboração e desenvolvimento das actividades.
- O suporte digital – em DVD – a imagem e o som associados à informação escrita aumentam o poder de atenção e, consequentemente, o nível de retenção da informação.
- As hiperligações – links – facilitam o acesso directo à informação.
- As histórias de sucesso/testemunhos são adequadas também a públicos mais velhos.

Pontos Fracos

- A introdução é pouco apelativa e muito densa (com excesso de texto).
- A integração de alguns cursos/saídas profissionais em áreas de interesses e actividades cuja relação não é facilmente perceptível (eg. *Técnico de Gestão Ocular em Trabalhar em Gestão e Serviços*).
- A referência inicial (nos índices) aos códigos das áreas de educação e formação não é acompanhada da respectiva designação.
- A ordem alfabética impede a leitura funcional, incluindo, na ordenação das profissões, as preposições e artigos.
- No índice, não há correspondência entre as cores e as áreas de interesse.
- Os links dão acesso às páginas iniciais (eg. ANQ: www.anq.gov.pt) e não directamente aos assuntos (eg. planos curriculares dos cursos profissionais), levando à dispersão dos alunos na pesquisa.
- Ambiguidade gerada pelas “setas” no DVD que são, simultaneamente, hiperligações e parte do ambiente gráfico.
- Os profissionais apresentados nos “Testemunhos” têm idades desfasadas das dos alunos e são pouco realistas, dado não referirem as desvantagens das actividades profissionais, mas apenas as vantagens.
- A música de fundo do DVD é demasiado alta e repetitiva.

Sugestões:

- Elaborar outro volume do Guia de Profissões para os níveis 2 e 4 de qualificação profissional.
- Alterar o índice por área de interesses e actividades, através da criação de uma tabela de entrada com a indicação dos códigos das áreas de formação e a designação dos cursos correspondentes.
- Hiperligação, com acesso directo à rede de oferta, plano de estudos e entidades de formação.
- Incluir informação sobre taxas de empregabilidade de âmbito nacional.
- Incluir mais actividades de exploração vocacional.
- Colocar endereços electrónicos de empresas.
- O Guia de Profissões pode-se cruzar com o seguinte site: <http://www.edusurfa.pt/edusurfa.asp>.
- Criar um link, na página de cada escola, direccionado para o Guia das Profissões, disponível no site “Mundo das Profissões” (www.novasoportunidades.gov.pt/mundodasprofissoes).

Manual de Exploração Vocacional (Grupos B e D)

Pontos fortes:

- O Manual de Exploração Vocacional (MEV) é uma boa base de trabalho no âmbito da orientação, promovendo a uniformidade de conteúdos e tarefas, dado que foi distribuído em todas as escolas. Outros aspectos que se consideram positivos são:
 - Está bem estruturado e os conteúdos estão sistematizados.

- Salienta os diferentes papéis dos intervenientes na orientação profissional dos jovens, podendo as actividades ser dinamizadas por professores, directores de turma, coordenadores de curso, psicólogos...
- Garante a exploração das diferentes dimensões da orientação, independentemente das Escolas possuírem SPO ou não.
- As actividades e orientações apresentadas são esclarecedoras, quer para dinamizadores, jovens ou famílias.
- Este Manual proporciona uma diversidade de actividades suficientes para uso em contexto escolar.
- Realça-se a forte ligação com toda a comunidade envolvente que o MEV imprime nas propostas de actividades de orientação vocacional.
- As actividades propostas implicam uma atitude pró-activa dos jovens e utilizadores na pesquisa e recolha de informação.
- O facto de existirem actividades que podem ser transversais e aplicadas a algumas disciplinas (por exemplo, no Estudo Acompanhado pode adicionar-se actividades de *estruturação do tempo, hábitos e métodos de estudo*).
- É importante a referência ao *Portefólio* no âmbito da orientação vocacional, dado que o início do processo de orientação pode passar pela constituição de um portefólio: conjunto de actividades que promove e desenvolve o auto-conhecimento.
- O enfoque nas visitas de estudo aos locais de trabalho, podendo articular-se esta actividade com os Centros de Formação do IEFP, e assim rentabilizar tempo, recursos e custos.
- Em especial, a I parte do MEV – “Explorar as Oportunidades” – tem actividades úteis, dinâmicas, realistas e apelativas.
- Permite incluir as actividades do MEV no Projecto Curricular de Turma, para favorecer um trabalho de articulação entre os vários docentes do mesmo conselho de turma.
- O facto de não ser um programa com actividades sequenciais e de carácter obrigatório, abre portas à criatividade dos intervenientes/ utilizadores.
- O desenvolvimento de algumas das actividades, nomeadamente o portefólio, não se esgota no 9ºano, mas podem também ser aplicadas, umas ao nível do ensino secundário e outras aos 7º e 8º anos.

Pontos Fracos:

- O Manual de Exploração Vocacional (MEV) é de difícil aplicação nos processos de recrutamento/selecção do IEFP (Aprendizagem e CEF). Embora, seja mais fácil a sua aplicação em contexto escolar, denota algumas fragilidades, a saber:
 - Dificuldade de percepção da forma de aplicação de determinados procedimentos, quando o utilizador não tem formação especializada na área da orientação profissional.
 - Deveria apresentar mais materiais/fichas de trabalho a utilizar na exploração das actividades.
 - Os tempos de atribuição à dinamização de actividades (por exemplo, o portefólio) não são explícitos, o que pode provocar uma planificação inexequível.
 - Não apresenta actividades que impliquem o acesso à informação sobre a realidade socioeconómica e os índices de empregabilidade.

- “Escolher um Rumo” – II parte do MEV – deveria incluir mais actividades de exploração do auto-conhecimento e de apoio à tomada de decisão.
- Este Manual propõe actividades que consideram apenas os cursos de dupla certificação. Deveria de haver uma maior abrangência de percursos de educação e formação do Sistema Educativo Português.
- Em muitas escolas não foi efectuada a divulgação do Kit das Profissões. É necessário “formar/sensibilizar” os directores de turma do 3º ciclo para a utilização do MEV logo no início do ano lectivo.
- Há poucos exemplares do Kit das Profissões nas escolas (mesmo as que receberam 10 exemplares). São necessários mais exemplares para explorar os materiais em turmas com mais de vinte alunos e em escolas com muitas turmas do 3º ciclo.

Sugestões:

- Quanto ao público-alvo:
 - As actividades propostas no Manual de Exploração Vocacional (MEV) devem ser aplicadas o mais cedo possível, logo a partir do 6º ano de escolaridade, com especial incidência nos anos de escolaridade do 3º ciclo do ensino básico (7º, 8º e 9º anos). Também os alunos do ensino secundário necessitam de um espaço para reflectir sobre os seus projectos de vida/percursos educativos. Assim, o MEV deve incluir mais actividades e estratégias dirigidas a jovens com idades e níveis de escolaridade diferenciados.
- Quanto às actividades e estratégias a integrar e/ou reforçar:
 - Realizar e publicar online filmes/vídeos ou excertos, para visualização seguida de debate sobre temáticas ligadas ao mundo do trabalho, aprendizagem e projectos de vida.
 - Promover a análise de testemunhos reais ou fictícios sobre as implicações que as escolhas têm no futuro de quem as faz, ou seja nos diferentes papéis a desempenhar ao longo da vida enquanto cidadãos.
 - É importante que as escolas encontrem as estratégias adequadas para conseguirem o contributo das empresas. Por um lado, motivar a comunidade educativa para o contacto com o mundo o meio local/laboral, por outro, incentivar as empresas a irem às escolas para conhecer a formação que aí é ministrada.
 - Incluir actividades que incentivem os pais a irem às escolas, antes e depois de proposta e estabelecida a oferta formativa, incentivando-os no apoio à tomada de decisão dos seus educandos.
 - Promover a construção do Portefólio Individual do Aluno no âmbito do desenvolvimento vocacional, ilustrando os procedimentos com modelos de portefólios que orientam os jovens na sua elaboração.
 - Disponibilizar *online* materiais, como jogos, questionários, fichas e guiões de entrevistas vocacionais.
 - Ampliar o âmbito das actividades do MEV, nomeadamente os valores e o processo de tomada de decisão.
 - Reformular a apresentação do Sistema Educativo e Formativo, com menos texto, um organograma e mais imagens, com movimento e apelativo para os jovens, explorando as várias opções do ensino secundário; deveria ainda explorar as várias opções de escolha do ensino secundário, nomeadamente os planos curriculares dos cursos científico-humanísticos, para além dos planos de formação dos cursos de dupla certificação.

- Quanto aos espaços/momentos de dinamização das actividades:
 - A dinamização das actividades sugeridas no *MEV* deverá recorrer preferencialmente aos espaços das áreas curriculares não disciplinares.
 - Também se podem desenvolver em disciplinas como Cidadania e Mundo Actual (para os alunos do CEF), TIC de forma a potencializar o uso das novas tecnologias para as actividades de orientação, ou até mesmo noutras disciplinas como a Língua Portuguesa onde, por exemplo, os alunos poderão fazer uma composição subordinada ao tema “*Daqui a 15 anos...*”.
 - Reservar 1/2 bloco no horário do 9º ano para o desenvolvimento de actividades de orientação, com incidência na análise e debate das várias áreas profissionais.
- Quanto à planificação e intervenientes:
 - Formação de um grupo/equipa de trabalho para fazer o levantamento das potencialidades do manual, integrando depois o desenvolvimento das actividades escolhidas no Plano Anual de Actividades da Escola; no final proceder à sua avaliação.
 - Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) devem promover nas escolas que abrangem um primeiro momento de formação de equipas, que integre os Coordenadores de Ciclo, Directores de Turma e Directores de Curso para, transversalmente, desenvolverem actividades apresentadas no *Manual de Exploração Vocacional*.
 - Desenvolver acções de sensibilização junto das empresas, incentivando os empresários a conhecerem os perfis profissionais dos referenciais de formação, reforçando a cultura das ofertas qualificantes como uma oportunidade com valor social, junto de toda a comunidade educativa e local (formadores, formandos, família e empresas).
 - Envolver toda a comunidade educativa no desenvolvimento destas actividades de orientação.
 - Partilhar experiências com outras escolas sobre as actividades de informação e orientação desenvolvidas, de forma a valorizar o apoio às escolhas vocacionais dos jovens.
 - Através das propostas apresentadas pelos grupos de trabalho D – *Proposta de organização e desenvolvimento de actividades de orientação vocacional em contexto escolar* – foram apresentadas as sugestões no quadro em anexo.

Integrado no Projecto Educativo da Escola: PEO “Promover, Explorar, Orientar”

Fases	Destinatários	Objectivos	Actividades/estratégias	Intervenientes
➤ Promover	➤ Iniciar com alunos do 7º ano e dar continuidade depois aos 8º e 9º anos. ➤ Pais e encarregados de educação ➤ Comunidade educativa e local	➤ Promover o auto-conhecimento e o conhecimento do grupo. ➤ Sensibilizar os pais para as vantagens da conclusão dos 12 anos de escolaridades num percurso qualificante. ➤ Identificar, valorizar e divulgar as potencialidades da região	➤ Actividades lúdicas relacionadas com a oferta educativa e o mundo das profissões, utilizando metodologia de <i>dinâmica de grupo</i>. O <i>Jogo da Roda das Profissões</i> pode ser aqui utilizado. ➤ Sessões plenárias de informação e sensibilização às ofertas e saídas profissionais de nível secundário, através da apresentação de <i>testemunhos de profissionais com sucesso</i> e até <i>figuras públicas ou de reconhecido mérito</i>. ➤ Sessões personalizadas com os pais, por turma ou por aluno, para esclarecimento de dúvidas e sensibilizar para a necessidade do apoio à tomada de decisão dos seus educandos. ➤ Estudo do tecido empresarial local e regional, através da consulta de núcleos empresariais, dados dos centros de emprego e das autarquias. Levantamento das necessidades de formação e profissões emergentes. ➤ Fórum das Profissões com apresentação de actividades formativas das escolas, dos centros de formação incluindo venda de produtos (da formação). Convidar empresas e universidades para divulgarem a sua actividade e realizarem palestras. Esta actividade deve envolver toda a escola e subordinada a uma época e a um tema (ex: <i>Ambiente e Energias Renováveis</i>). As estratégias poderão ser <i>exposições, palestra, balcões de informação, filmes com debates</i> e dinamização de <i>fóruns no blogue/site</i> da escola.	➤ Área de Projecto. ➤ Directores de Turma. ➤ Área de Projecto ➤ Directores de Turma. ➤ Directores de Curso. ➤ SPO / profissionais de orientação. ➤ Associação de Pais e E.E. ➤ Associações empresariais. ➤ Direcção da Escola. ➤ Directores de Curso. ➤ CNO. ➤ Autarquias. ➤ IEFP. ➤ Meios de comunicação social.
➤ Explorar	➤ Alunos do 8º ano.	➤ Explorar, descobrir as oportunidades	➤ Visitas de Estudo a empresas, instituições e outras entidades	➤ Área de Projecto. ➤ Professores de

		educativas e o mundo do trabalho e das profissões.	formadoras. Estas visitas são organizadas por cinco áreas de interesses do Guia de Profissões e a cada turma é atribuída uma dessas áreas para explorar. As actividades inerentes são abertas a toda a comunidade envolvente, muito direccionadas para os pais e poderão incluir: - <i>Entrevistas aos profissionais;</i> - <i>Mostra fotográfica da visita;</i> - <i>Representação da experiência em roleplay.</i> ➤ Realização do Dia Aberto à comunidade, convidando ex-alunos da escola para partilharem o seu percurso de vida em sessões <i>de conversa</i> que abranjam alunos da escola e de outras escolas, seguindo-se uma <i>visita guiada às aulas</i> das disciplinas da componente de formação técnica e tecnológica de CEF e Cursos Profissionais. ➤ Designação de alunos-tutores do 11º ano para os alunos do 8º ano de escolaridade, sendo cada um responsável pelo acompanhamento da observação e experimentação das actividades formativas durante um dia de aulas.	Português. ➤ Directores de Turma. ➤ Directores de Curso. ➤ Professores das CFT. ➤ Associações de Pais e E.E.
➤ Orientar	➤ Alunos do 9º ano, incluindo turmas CEF. ➤ Alunos do 10º ano, incluindo 1º ano dos Cursos Profissionais.	➤ Desenvolver actividades de Orientação vocacional. ➤ Promover a reorientação de alunos em percursos formativos inadequados.	➤ Orientação e aconselhamento, promovendo actividades de auto-conhecimento para a identificação de interesses, aptidões e valores (testes, questionários, entrevistas) e para apoiar a tomada de decisão quanto às escolhas a efectuar. ➤ Construção do portefólio individual do aluno durante os 1º e 2º períodos, que permita o balanço de competências. ➤ Organizar a realização de pequenas experiências de trabalho, para apoiar as escolhas vocacionais dos alunos. ➤ Efectuar a reorientação de alunos em situação de baixo aproveitamento ou desinteresse e que pretendam mudar de curso ou via (<i>questionários, entrevistas e reuniões com pais</i>).	➤ Alunos do 11º ano de Cursos Profissionais ou CEF T5 e T6. ➤ Professores. ➤ SPO / profissionais de orientação. ➤ Formação Cívica. ➤ Directores de Turma. ➤ SPO / profissionais de orientação. ➤ Directores de Turma.

**Análise de conteúdo das questões de resposta aberta questionário de avaliação – 1ª
sessão de sensibilização do Kit das Profissões.**

1. Considera a divulgação do Kit das Profissões, por parte da ANQ, satisfatória?

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Frequência
Divulgação do Kit das Profissões	- Propostas	- “A divulgação deve ser feita constantemente, porque a mudança é contínua” - “A divulgação deveria ser muito dirigida para as escolas com o 3º ciclo e com o ensino secundário” - “Não é suficiente criar o site, é muito importante divulgá-lo aos potenciais utilizadores”	3
	- Felicitações	- “Qualquer acção que visa a divulgação e promova a utilização de ferramentas úteis e importantes, é sempre de louvar” - “A escola onde trabalho o Kit foi distribuído” - “Tendo a visão de fora é um bom ponto de partida” - “Tem sido bastante eficaz”	4
	Meios	- “A divulgação através do envio do Kit às escolas e através da internet” - “Foram enviados exemplares para as escolas” - “Amplamente divulgado, por diversos meios e instrumentos”	3
	Falhas na divulgação	- “Não tenho conhecimento do Kit” - “Não tinha conhecimento do Kit” - “Até este momento tenho muito poucos conhecimentos sobre o mesmo”	3
	Parceiros	- “Porque envolveram profissionais, professores” - “As associações de pais podem constituir-se parceiros de divulgação dos instrumentos do Kit”	2

Problemas na divulgação do Kit das Profissões	Falta de orientações de encaminhamento do Kit das Profissões	- “Aquando enviado para as escolas deveria haver indicações claras para o seu encaminhamento e exploração” - “O kit foi enviado sem qualquer divulgação que desperta-se o interesse dos profissionais” - “Não foram dadas orientações precisas no sentido do Kit ser apresentado aos profissionais que trabalham nesta área” - “Recebi na minha escola sem qualquer informação adicional” - “Os Kits foram entregues à direcção do agrupamento sem se fazerem acompanhar de uma carta/ contacto directo ao SPO para o alertar e sensibilizar para o uso”	5
	-Divulgação da informação pouco adequada	- “Não há uma divulgação adequada” - “Deveria ter havido maior divulgação” - “A informação não chega a quem o deveria utilizar” - “Foi pouco divulgado” - “Não foram alertadas para a existência do site da ANQ”	5
	Pouca abrangência na entrega dos Kits das Profissões	- “Existiram escolas que não receberam o Kit” - “Tenho conhecimento de várias escolas onde o Kit não chegou” - “Não foi distribuído aos serviços de Psicologia e Orientação” - “Receberam mas não chegaram aos técnicos”	4
	Pertinência dos conteúdos	- “Há muita informação sobre as profissões” - “Conhecer materiais de apoio à orientação vocacional” - “Trata-se de material de grande interesse” - “Está muito completo” - “Com bastante informação” - “Transversal a todas as hipóteses” - “Mostra as várias potencialidades dos instrumentos”	7

Kit das Profissões	Benefícios da sua utilização	- “Facilitou a escolha dos alunos que estavam indecisos” - “Ajudou a sensibilizar os docentes para a divulgação do Kit junto dos alunos” - “Permite aos alunos saber sobre as novas profissões” - “Importante para os professores que desenvolvem a sua actividade junto dos alunos” - “Serem esclarecidos e munidos de informação para que possam os seus alunos na escolha” - “Permite aos alunos obterem informações sobre as competências necessárias para a realização de cada profissão” - “Para os interessados penso ser suficiente” - “Contemplam variáveis que se adequam a situações diferentes consoante a sala /grupo de que se disponha com quem se trabalhe”	8
Sessões de sensibilização para o uso do Kit das Profissões	- Utilidade	-“Existem um conjunto de actualizações diárias e extremamente importantes que apenas são conhecidas neste tipo de encontros” - “Porque utiliza os meios directos (como a presente apresentação) e os indirectos, a internet” - “Este foi o 1º contacto com o Kit” - “Sim, quer em termos do timing das acções” - “Quer através do tipo de acções empreendidas para esse efeito” - “Estou a tomar conhecimento hoje” - “O facto de serem postas em prática acções de sensibilização é bastante importante” - “Contribui para uma divulgação eficaz” - “Desenvolvem estas acções de sensibilização”	9

- Pegando na primeira questão a que os inquiridos foram sujeitos, se consideravam a **divulgação do Kit das Profissões por parte da ANQ satisfatória**, foram tomados vários caminhos. Em resposta à questão os inquiridos expressaram opinião relativamente à **divulgação do Kit das Profissões**, aos **problemas existentes nessa divulgação**, falaram acerca do Kit das Profissões e das **sessões de sensibilização como meio de divulgação**.

- Mas o assunto mais frequentemente evidenciado foi a **utilidade das sessões de sensibilização**, “porque existem um conjunto de actualizações diárias e extremamente importantes que apenas são conhecidas neste tipo de encontros”, as sessões são assim o modo, tendo em conta a opinião dos inquiridos, que consideram mais satisfatória na divulgação do Kit das Profissões.
- A **divulgação do Kit das Profissões foi satisfatória** pois alguns inquiridos consideraram que **o Kit das Profissões acarreta muitos benefícios na sua utilização**, “permitem aos alunos obterem informações sobre as competências necessárias para a realização de cada profissão”.
- No entanto existiram algumas considerações menos satisfatórias, mas são estas que vão permitir à ANQ melhorar o seu trabalho. Essas considerações vão no sentido de que a **divulgação da informação foi pouco adequada**, pois a “informação não chega a quem deveria chegar” e existiu também **uma falha relativamente às orientações de encaminhamento do Kit das Profissões**, “os Kits foram entregues à direcção do agrupamento sem se fazerem acompanhar de uma carta / contacto directo ao SPO para o alertar e sensibilizar para o uso”.
- Algumas respostas foram também no sentido de evidenciar **propostas de divulgação e felicitações** ao trabalho efectuado.

2. Considera os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores (na internet no site Mundo das Profissões, brochura e DVD)?

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Frequência
Utilidade do Kit das Profissões	Na adequação ao público – alvo	- “Sim, o público – alvo saberia procurar e utilizar outros meios” - “Parece-me à partida (uma vez que ainda não utilizei tais instrumentos) adequado à referida faixa etária.” - “Considero os suportes adequados e apelativos, se atendermos ao público – alvo” - “Estão apelativos para a população – alvo” - “Se tivermos em conta o ensino básico como privilegiado” - “O público – alvo a que se destina é utilizador da internet, apelo a que a sua consulta se torne mais fácil” - “Adequados ao público – alvo destinatário” - “Quer o próprio site me parece adequado ao público – alvo”	9

Os suportes do Kit das Profissões	- As suas características	- “São suportes variados e que permitem uma boa visualização e manuseamento” - “Qualquer um pode ter acesso aos diferentes suportes” - “ Uma vez que usam vários suportes (informáticos, papel, electrónico) parecem-me adequados” - “O facto de os materiais serem interactivos é também uma mais valia” - “Tendo em conta a multiplicidade da oferta dos tempos actuais e dos interesses dos jovens ou, pelo contrário, a sua decisão face a uma escolha, considero os suportes adequados” - “Parecem-me materiais apelativos para a faixa – etária a que se destinam” - “Embora considera que estes suportes poderiam ser mais interactivos” - “São coerentes e de fácil utilização” - “É uma forma acessível, prática e funcional de apresentar a informação” - “Estão apelativos”	10
Desenvolvimento Vocacional	- A sua exploração	- “Apesar de se focar principalmente na informação não podemos deixar de valorizar a exploração como factor de desenvolvimento vocacional” - “Permite as duas uma maior exploração e integração da informação necessária ao seu projecto vocacional”	2
Divulgação do Kit das Profissões	Não tiveram conhecimento	- “Porque não conheço os materiais” - “Ainda não tive conhecimento” - “Como não os conheço não posso avaliar” - “Não conheço em detalhe” - “Tendo pouco conhecimento não posso prever-me sobre o mesmo” - “Apesar de não conhecer bem”	6
	Proposta de divulgação	- “Parece-me que também deve ser promovida a discussão e divulgação ao vivo, in loco”	1
	Falha no processo de divulgação	- “Continua a falhar a divulgação do site quer junto dos jovens quer junto dos pais”	1

- Relativamente à segunda questão, **pode-se considerar os suportes** (site “Mundo das Profissões”, brochura e DVD) **adequados ao público – alvo**, os inquiridos remeteram-se mais frequentemente para **as características dos suportes**, “parecem-me materiais apelativos para a faixa – etária a que se destinam” e “tendo em conta a multiplicidade da oferta dos tempos actuais e dos interesses dos jovens ou, pelo contrário, a sua decisão face a uma escola, considero os suportes adequados”.
- Foi também esclarecida, para os inquiridos, a **utilidade do Kit das Profissões na adequação ao público – alvo**, “considero os suportes adequados e apelativos, se atendermos ao público – alvo”.
- Outra tendência de resposta, por parte dos inquiridos, vai no sentido dos conteúdos do Kit das Profissões, as **características da informação**, “porque está produzido com uma linguagem acessível e com uma apresentação gráfica simples e apelativa”.
- É também referida a **utilidade do Kit das Profissões para a utilização da internet**, “os jovens cada vez mais utilizam a net para as suas pesquisas e o facto de existir um site específico é uma iniciativa importante”.
- São também expressas opiniões no sentido da adequação **da informação presente no Kit das Profissões, o uso do Kit para o desenvolvimento vocacional**, “apesar de se focar principalmente na informação não podemos deixar de valorizar a exploração como factor de desenvolvimento vocacional”.

3.1 Quais as dificuldades sentidas na utilização do Kit das Profissões?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Dificuldades sentidas na utilização do Kit das Profissões	Sem dificuldades	- “Nenhumas” - “Nenhumas” - “Nenhumas” - “Nenhumas”	4
	Focalização do Guia de Profissões	- “Considero que o Guia de Profissões está demasiado focalizado em ofertas do ensino secundário e tem demasiadas áreas de formação profissional sem oferta local”	1
	Requisito de programas informáticos	- “Tendo tido algumas dificuldades no site “Mundo das Profissões” devido à inexistência de determinados programas informáticos imprescindíveis para a leitura dos ficheiros em alguns dos computadores da escola”	1

- Quando questionados relativamente às **dificuldades sentidas na utilização do Kit das Profissões**, a maioria respondem que **não sentiu “nenhuma” dificuldade**.
- No entanto, pelo menos dois inquiridos foram contra essa opinião dizendo que o **Guia de Profissões é muito “focalizado em ofertas do ensino secundário** e tem demasiadas áreas de formação profissional sem oferta local”.
- A outra dificuldade centra-se nos **requisitos informáticos que é necessário possuir para aceder ao site “Mundo das Profissões”**, “ a inexistência de determinados programas informáticos imprescindíveis para a leitura dos ficheiros em alguns dos computadores da escola”.

3.2 Quais os aspectos mais positivos na utilização do Kit das Profissões?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Aspectos positivos	Divulgação da informação	- “Divulgação de profissões” - “A oportunidade para explorar um conjunto vasto de profissões” - “Da também uma ideia global dos cursos profissionais existentes e breve resumo sobre os mesmos”	3
	Compilação da informação	- “A estruturação e integração da informação de natureza profissional” - “O ordenamento, o facto de ser atractivo e da informação ser fundamental” - “O explorar de outras hipóteses futuras” - “O manual é muito objectivo e de fácil consulta”	4
	Utilização multimédia	- “A utilização do DVD nas actividades de orientação escolar e profissional” - “Interessante a exploração dos vídeos”	2
	Actividades de exploração vocacional	- “Sugestões úteis para desenvolver actividades de exploração vocacional com jovens”	1

- Passando para os **aspectos positivos na utilização do Kit das Profissões**, o aspecto mais evidenciado é o facto de o Kit das Profissões ter uma “estruturação e integração da

informação de natureza profissional” ou seja, **representar uma compilação da informação**.

- Outro aspecto positivo é a **divulgação da informação** pois dá “também uma ideia global dos cursos profissionais existentes e breve resumo sobre os mesmos”.
- São também evidenciados, como aspectos positivos, **a utilização multimédia e a presença no Kit das Profissões de actividades de exploração vocacional**.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
- Kit das Profissões –

Tratamento do questionário de avaliação do 1º encontro

Data: 1 de Fevereiro de 2010

Escola: Escola Secundária de Camões

Lisboa – DRELV

Número de questionários recebidos – 50

1. Considera a divulgação do *Kit das Profissões*, por parte da ANQ, satisfatória?

Sim – 30 (60%)

Não – 20 (40%)

Não respondeu – 0

2. Considera os suportes adequados ao público-alvo e utilizadores (brochura, DVD e na internet no site Mundo das Profissões)?

Sim – 44 (88%)

Não – 2 (4%)

Não respondeu – 4 (8%)

3. Já utilizou o *Kit das Profissões* (Guia de Profissões e/ou Manual de Exploração Vocacional)?

Sim – 9 (18%)

Não – 40 (80%)

Não respondeu – 1 (2%)

4. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

4.1. Avaliação global do Guia de Profissões	1	2	3	4	Total
4.1.1. Globalmente, o Guia de Profissões agradou-lhe?			5 (56%)	4 (44%)	9

4.1.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário?			8 (89%)	1 (11%)	9
4.1.3. Considera a apresentação gráfica do Guia de Profissões adequada aos jovens?			3 (33%)	6 (67%)	9

4.2. Avaliação Global do Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4	Total
4.2.1. Globalmente, o Manual de Exploração Vocacional agradou-lhe?			4 (44%)	5 (56%)	9
4.2.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiem a tomada de decisão dos jovens?			5 (56%)	4 (44%)	9
4.2.3. Considera que o Manual de Exploração Vocacional apresenta metodologias adequadas aos jovens e ao contexto?			7 (78%)	2 (22%)	9

Nota: 9 pessoas disseram que não tinham utilizado o Kit das profissões, mas mesmo assim responderam à avaliação global do mesmo. No entanto como apenas quero saber a opinião das pessoas que responderam afirmativamente à utilização do Kit, não vou considerar válidas as respostas dos outros inquiridos.

- Considerando as respostas das 50 pessoas inquiridas, podemos considerar que 60% das pessoas consideram a divulgação do Kit das Profissões por parte da ANQ satisfatória, contra 40% pessoas que manifestaram uma opinião contrária.

- No que diz respeito aos suportes, brochura, DVD e site “Mundo das Profissões”, 88% das pessoas consideraram que estes eram adequados para o público – alvo e utilizadores. Sendo que 8% não respondeu à questão e 4% consideraram que os suportes não são adequados.

- Quanto à utilização do Kit das Profissões, ficou claro que mais de metade das pessoas inquiridas 80% ainda não o tinha utilizado e que apenas 18% já o tinha feito. Apenas 2% dos inquiridos não respondeu à questão.

- Tendo em conta a avaliação global do Guia de Profissões, nomeadamente se o mesmo é do agrado dos inquiridos, podemos constatar que 56% dos inquiridos mostrou a sua satisfação e 44% demonstrou estar muito satisfeito.

- Se o Guia de Profissões correspondeu às expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário, as respostas seguiram num

sentido quase unânime onde 89% apontaram estar satisfeitos e 11% muito satisfeitos num total de 9 respostas.

- Em relação à adequação do aspecto gráfico do Guia de Profissões aos jovens, maior percentagem de inquiridos mostraram estar muito satisfeitos (67%) do que satisfeitos (33%).

- Relativamente à avaliação global do Manual de Exploração Vocacional, pode-se considerar que 56% dos inquiridos está muito satisfeito contra 44% que ficou apenas satisfeitos.

- Quanto às actividades de exploração vocacional, estas corresponderam na sua totalidade às expectativas dos inquiridos, sendo que 56% mostrou-se satisfeito e 44% muito satisfeito.

- No que toca às metodologias, se estas são ou não adequadas ao público – alvo e ao contexto, 78% considera estar satisfeito e 22% muito satisfeito relativamente a este parâmetro.

**Análise de conteúdo das questões de resposta aberta questionário de avaliação – 2ª
sessão de sensibilização do Kit das Profissões.**

1. Considera a divulgação do Kit das Profissões, por parte da ANQ, satisfatória?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Divulgação do Kit das Profissões	- “Foi conseguida	- “Se considerarmos já esta acção” - “Foi feita sensibilização directa em grupo de trabalho e em exposição e ainda a informação para as escolas e para a direcção o que implica mais e consequentemente a escola” - “Satisfatória só!” - “Divulgação de informação pertinente considerando a evolução que se tem vindo a verificar no mundo do trabalho – novas profissões, novos contextos e realidades de orientação” - “É uma forma de divulgação mais pormenorizada e elucidativa, ajudando assim os profissionais a desenvolverem uma orientação com mais qualidade e mais informação direccionada ao público – alvo.” - “Tive acesso ao Kit na escola e acção de apresentação do Kit na DREC.”	6
	- Esta sessão foi a 1ª divulgação a que assisti	- “Hoje foi a 1ª acção de divulgação a que tive acesso”	1
	- Distribuídos nº de exemplares aceitável	- “Penso que foram distribuídos pelas escolas, um nº de exemplares aceitável” - “Porque os materiais chegaram às escolas e também estão disponíveis na internet” - “Na minha escola, no ano lectivo transacto chegaram 10 Kit’s” - “Particularmente a oferta de vários exemplares às escolas”	4

	- Importante exista uma maior divulgação	- “É importante que exista cada vez mais uma maior divulgação deste tipo de materiais.”	1
O Kit das Profissões	- Ainda não foi aplicado	- “Não me foi possível aplicar nos processos de orientação escolar do ano lectivo 2008/ 2009”	1
	- Deveria conter os planos curriculares	- “Seria de toda a conveniência que estivessem incluídos os respectivos planos curriculares”	1
	- Pontos negativos	- “Há falha e falta de material informativo do mundo das profissões/ laboral e do conhecimento do pouco que existe”	1
	- Pontos positivos	- “Informação bastante organizada” - “Constituem elementos orientadores do trabalho ao nível do OCP” - “As actividades apresentadas sugestões de orientação estão bem concebidas. É importante saber chegar aos alunos este Kit é apenas um recurso um meio, há que saber fazer uso dele” - “É determinante para ser utilizada como instrumento de trabalho para professores, psicólogos e directores de turma” - “É mais um instrumento ao serviço das escolas /comunidade e uma mais valia para o trabalho a desenvolver pelos directores de turma” - “Porque este Kit está organizado de uma forma que faculta toda a informação de uma forma organizada, bem como tira dúvidas”	6
	- Instrumento de orientação vocacional	- “É fundamental para orientação aos alunos” - “Por se constituir mais um instrumento de apoio à orientação vocacional”	3

Falhas na divulgação	- Falta de orientações específicas	- “Nem orientação para distribuição dos materiais” - “Não enviaram directrizes muito precisas para a sua aplicação” - “Na minha escola o Kit foi distribuído mas sem sensibilização necessária” - “Se foi distribuído à escola, ficou nos serviços de psicologia. Lamentavelmente não foi divulgado aos professores, nomeadamente aos D.T.”	4
	- O Kit não chegou a todos ao mesmo tempo	- “Pois os profissionais de orientação escolar foram informados já num segundo momento”	1
	- Não existiu divulgação prévia	- “Não houve divulgação prévia” - “Agora que tivemos esta apresentação, pois caso contrário distribuição seria redutora quanto à sua aplicabilidade”	2
	- Nos meios institucionais	- “Pouca divulgação, pelos meios institucionais e pelos média”	1
	- Altura do ano em que foram entregues às escolas	- “No entanto a altura em que foram recebidos na minha escola (Julho 2009 – período de férias lectivas não permitiu uma divulgação imediata por todos os possíveis interessados)” - “Foi divulgado em período de férias para muitas pessoas, o que não facilitou a divulgação” - “Foi enviado tardiamente para as escolas (final do ano lectivo anterior)” - “O Kit foi recepcionado na minha escola no final do ano lectivo transacto e esta acção é muito importante para a divulgação” - “Atendendo à disponibilização tardia no ano lectivo 2008/ 2009” - “Pelo menos a nível da escola não foi satisfatória, talvez pela altura em que chegou, numa fase em que nos	7

Falhas na divulgação	- Não chegou aos profissionais que trabalham directamente com os alunos	encontramos em exames" - “Uma vez que só tive acesso ao Kit em Setembro/Outubro” - “A divulgação não chegou aos profissionais que trabalham directamente com os alunos.” - “Apesar de a considerar satisfatória entendo que ela não chegou aos vários profissionais”	2
	-Não teve acesso ao Kit	- “Não me foi entregue, nem dele tive conhecimento, até hoje”	1
	- A aposta na campanha publicitária	- “A aposta na campanha publicitária parece-me não surtir grande efeito.”	1
Sessão de sensibilização	- Prática e clara	- “Apresentação prática e clara” - “Clareza da apresentação e materiais no sentido de os profissionais nas escolas poderem desenvolver um bom trabalho”	2
	- Forneceu informação	- “Abordagem simples e esclarecedora da informação” - “Foi alargada a forma de comunicação com os técnicos no terreno. O sítio é acessível e a comunicação tem fluído.” - “Fiquei mais esclarecida para poder orientar os alunos.” - “A informação disponibilizada é importante para o trabalho a desenvolver com os alunos.”	4
	- Muito teórica	- “Muito teórica”	1
	- Papel da ANQ	- “A disponibilidade por parte da ANQ é bastante importante.”	1

Sugestões futuras	- Construir mais instrumentos	- “Construir mais um instrumento de trabalho que ajude agentes de educação a decidirem a ajudar a decidir”	1
Papel das escolas	- No uso do Kit das Profissões	- “Agora cabe às escolas fazerem uso destes materiais no trabalho com os alunos”	1
	- Dar formação aos técnicos específicos	- “Importa que os técnicos específicos da área tenham formação, para além daquela que anteriormente fazemos.”	1

- Os inquiridos manifestaram-se relativamente a algumas falhas na divulgação, afirmando que a grande falha diz respeito à **altura do ano lectivo em que o Kit das Profissões foi entregue às escolas**, “foi divulgado em período de férias para muitas pessoas, o que não facilitou a divulgação”.
- No entanto, alguns inquiridos consideram que a **divulgação do Kit das Profissões foi conseguida**, “foi feita sensibilização directa em grupo de trabalho e em exposição e ainda a informação para as escolas e para a direcção o que implica mais e consequentemente a escola”.
- Foi positiva a divulgação porque informou acerca dos **pontos positivos do Kit das Profissões**, “as actividades apresentadas sugestões de orientação estão bem concebidas. É importante saber chegar aos alunos este Kit é apenas um recurso um meio, há que saber fazer uso dele”.

2. Considera os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores (na internet no site Mundo das Profissões, brochura e DVD)?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
	- Apresentam linguagem simples	- “Apresentam uma linguagem simples.” - “Numa linguagem directa e de fácil apreensão por parte dos utilizadores” - “Linguagem acessível”	3

Suportes (Internet, brochura e DVD)	- Diversificados atingindo o público – alvo	- “São diversificados, conseguindo chegar a todo o público – alvo”	1
	- Recursos multimédia cativantes	- “Os recursos multimédia são cativantes, atendendo à interactividade que proporcionam.” - “São instrumentos que apelam para a utilização de novas tecnologias e isso motiva os jovens” - “Com recursos a novas tecnologias, grafismo atractivo.” - “É uma forma de cativar os jovens através das novas tecnologias” - “Cada vez mais este público – alvo procura informações via internet	5
	- Dão a conhecer sistemas de profissões e qualificações	- “Dá a conhecer de forma mais ou menos clara um sistema de profissões e qualificações profissionais.”	1
	- Bastante apelativos	- “A apresentação de conteúdos, sua organização, as cores, são bastante apelativas.” - “Porque este tipo de materiais são apelativos para os alunos pela sua interactividade” - “Materiais apelativos” - “Estão organizados de forma apelativa” - “É apelativa, mas devia incentivar mais à descoberta”	5
	- Bem estruturados/ organizados e dinâmicos	- “Bem estruturado e organizado e apresentação dinâmica” - “A informação encontra-se organizada de forma clara e concisa.” - “Pertinência e facilidade de consulta dos conteúdos”	3

	- Ajudam na tomada de decisão	- “Mostra de forma sucinta e elucidativa para os jovens poderem mais facilmente tomarem uma decisão”	1
	- Alguns ainda não tiveram conhecimento/ contacto	- “Ainda não conheço” - “Não conheço a constituição do Kit e como tal não tive acesso aos seus diferentes elementos” - “Não tenho um conhecimento para me poder pronunciar. Neste momento trabalho mais directamente com adultos ao nível do secundário.”	3
	- Facilitam o acesso à informação	- “Pela facilidade do acesso à informação disponível e clareza dos seus conteúdos” - “Facilita de uma forma objectiva e condensada muita da informação que gostaríamos de oferecer aos nossos alunos” - “Meio mais rápido para se obter informação adequada ao que se pretende” - “Informação relevante” - “Constituem suportes de fácil acesso” - “Para os utilizadores estes suportes são documentos para obter informação necessária”	6
	- Ainda não foram utilizados	- “Sim, considero-os adequados apesar de não terem sido, ainda, posto em prática” - “Penso que sim embora ainda não tenha testado com alunos.”	2
DVD	- Bastante interactivo	- “O DVD é bastante interactivo o que motiva o público – alvo”	1
	- Deveria acrescentar informação	- “O DVD parece-me que poderia acrescentar alguma informação aos manuais e isso não acontece”	1

Site “Mundo das Profissões”	- Chega ao público – alvo	- “Porque o público – alvo tem acesso fácil à internet”	1
	- Modo de pesquisa simples	- “A pesquisa é simples” - “Navegação intuitiva”	2
	- Modo diferente de transmitir informação	- “É uma forma diferente de transmitir este tipo de informações, neste caso, o Mundo das Profissões” - “Pela sua diversidade e recurso à internet” - “O recurso a meios multimédia é sempre atractivo para os jovens”	3
	- Contém informações úteis	- “As informações que constam no site são muito úteis” - “É muito interessante, na óptica de alarga-se a outras profissões”	2
	- Incompleto	- “Acho-o incompleto, sendo que trabalho com públicos que pretendem prosseguir o ensino superior, seria necessário alargar este “Mundo das Profissões””~ - “Penso que ainda haverá muito a melhorar tal como foi discutido no grupo sobre o sítio”	2
	- Apelativo	- “O site está muito apelativo”	1
	- Jogo “Roda das Profissões”	- “E o jogo “Roda das Profissões está muito bem conseguido”	1
	- Do agrado dos jovens	- “Muito do agrado dos jovens e de fácil acesso para todos”	1
Brochura	- Fácil utilização	- “Manuais de fácil utilização”	
	- Bem	- “Os Manuais estão bem organizados, de fácil leitura e	3

	organizados	sintéticos para os alunos" - "Nas brochuras a informação está bem organizada e clara"	
Divulgação do Kit das Profissões	- É uma mais valia	- "A divulgação do Kit é uma mais valia e visto que este tipo de sessões também é esclarecedora e divulgadora pelo modo como está organizada"	1

- Os suportes são adequados pois **facilitam o acesso à informação**, "facilita de uma forma objectiva e condensada muita da informação que gostaríamos de oferecer aos nossos alunos".
- Os suportes poderem ser consultados através de **recursos multimédia** é uma mais valia, "são instrumentos que apelam para a utilização de novas tecnologias e isso motiva os jovens".
- O facto dos **suportes serem bastante apelativos**, torna-os adequados para o público – alvo, "porque este tipo de materiais são apelativos para os alunos pela sua interactividade".

3.1 Quais as dificuldades sentidas na utilização do Kit das Profissões?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Utilização do Kit das Profissões	- Sem dificuldades	- "Não senti grandes dificuldades, apenas a necessária adaptação e conhecimentos dos materiais" - "Nenhumas" - "Nenhuma" - "Nenhuma"	4
	- Bom método de exposição das Profissões	- "Método novo de exposição das diferentes profissões, não sendo por ordem alfabética nas áreas profissionais"	1
	- Necessidade de colmatar a informação	- "A maior dificuldade surgiu da necessidade de colmatar esta informação sobre profissões com os planos curriculares dos cursos e dos C.C Humanísticos e não contentar todos os cursos profissionais."	1

Dificuldades de utilização do Kit das Profissões	- Falta de informação sobre as profissões	- “Informações incompletas no que respeita às profissões” - “Os alunos referem a ausência de formações de nível superior e consideram que há muitos domínios que não são abordados”	2
	- Faltam os planos curriculares dos cursos	- “Faltam planos curriculares”	1
	- Não identificam as necessidades de mercado	- “Faltam as necessidades do Mercado”	1

- Analisando o quadro conclui-se claramente que os inquiridos **não sentiram dificuldades na utilização do Kit das Profissões**, “não senti grandes dificuldades, apenas a necessária adaptação e conhecimentos dos materiais”.
- No entanto aqueles que apontaram algumas dificuldades, referiram-se à **falta de informação sobre as profissões**, “informações incompletas no que respeita às profissões”.

3.2 Quais os aspectos mais positivos na utilização do Kit das Profissões?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
	- As actividades	- “As actividades propostas” - “A utilização das metodologias: visitas de estudo, entrevistas e o próprio portfólio”	2
	- Material apelativo	- “O material é apelativo (manual)”	1
	- O DVD é interactivo	- “E o DVD que é bastante interactivo”	1

Aspectos positivos na utilização do Kit das Profissões	- A vasta concentração de informação	- “Em prestar mais informação que é concentrada sobre leque vasto de profissões” - “A facilidade na procura” - “A sistematização da informação e sua apresentação que permite fácil consulta” - “Informação sistematizada” - “As profissões referidas estão bem descritas”	5
	- Componente gráfica apelativa	- “Componente gráfica é apelativa para que os alunos possam completar a pesquisa mais autónoma”	1
	- Linguagem simples e clara	- “Linguagem simples” - “Clareza na apresentação”	2
	- Bem organizado/ estruturado	- “Bem organizado” - “Está bem estruturado” - “Organização, apresentação da informação”	3
	- Permite esclarecer dúvidas aos alunos	- “Objectivo e satisfaz/ esclarece dúvidas que os alunos possam apresentar relativamente aos cursos pretendidos”	1

- Relativamente aos **aspectos positivos** o mais referido pelos inquiridos é o facto do Kit das Profissões ser uma **vasta concentração de informação**, “em prestar mais informação que é concentrada sobre leque vasto de profissões”.
- **Ser bem organizado/ estruturado** é outros dos aspectos positivos evidenciados, “está bem estruturado”.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
- Kit das Profissões -

Tratamento do questionário de avaliação do 2º encontro

Data: 3 de Fevereiro

Escola: Escola Secundária D. Duarte

Coimbra – DREC

Número de questionários recebidos – 62

1. Considera a divulgação do *Kit das Profissões*, por parte da ANQ, satisfatória?

Sim – 45 (73%)

Não – 13 (21%)

Não respondeu – 4 (6%)

2. Considera os suportes adequados ao público-alvo e utilizadores (brochura, DVD e na internet no site Mundo das Profissões)?

Sim – 53 (86%)

Não – 2 (3%)

Não respondeu – 7 (11%)

3. Já utilizou o *Kit das Profissões* (Guia de Profissões e/ou Manual de Exploração Vocacional)?

Sim – 13 (21%)

Não – 44 (71%)

Não respondeu – 5 (8%)

4. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

4.1. Avaliação global do Guia de Profissões	1	2	3	4	Total
4.1.1. Globalmente, o Guia de Profissões agradou-lhe?			5 (38%)	8 (62%)	13

4.1.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário?		1 (8%)	8 (62%)	4 (30%)	13
4.1.3. Considera a apresentação gráfica do Guia de Profissões adequada aos jovens?			6 (46%)	7 (54%)	13

4.2. Avaliação Global do Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4	Total
4.2.1. Globalmente, o Manual de Exploração Vocacional agradou-lhe?		1 (8%)	8 (62%)	4 (30%)	13
4.2.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiem a tomada de decisão dos jovens?		1 (8%)	9 (69%)	3 (23%)	13
4.2.3. Considera que o Manual de Exploração Vocacional apresenta metodologias adequadas aos jovens e ao contexto?		1 (8%)	8 (62%)	4 (30%)	13

- Tendo em conta as respostas dadas pelos 62 inquiridos, presentes na sessão de sensibilização, podemos afirmar que 73% considerou a divulgação do Kit das Profissões por parte da ANQ satisfatória. Desses 62, 21% não ficou satisfeito e 6% não se manifestaram.
- A opinião, dos inquiridos, relativamente aos suportes (brochura, DVD e *na internet no site Mundo das Profissões*), foi que 86% considera os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores, contra 3% que manifestam uma opinião contrária. Já 11% não preferiram não dar o seu parecer.
- Se já utilizaram o Kit das Profissões, podemos perceber que a maioria, 71% ainda não o utilizou, e apenas 21% já o fez. Do total de inquiridos, 8% não respondeu à questão.

Tendo em consideração a última questão, onde os inquiridos tinham de classificar a sua satisfação tendo em conta aquilo que sentiam relativamente aos instrumentos que constituem o Kit das Profissões (Guia de Profissões e Manual de Exploração Vocacional) podemos concluir o seguinte:

- Que das 13 respostas consideradas válidas, 62% dos inquiridos ficou muito satisfeito com o Guia de Profissões e 38% ficou apenas satisfeito.
- Se o instrumento correspondeu às expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário, 62% dos inquiridos mostrou estar satisfeito contra 30% que ficaram muito satisfeitos. De salientar que 8% dos inquiridos ficou insatisfeito.

- Relativamente à apresentação gráfica do Guia de Profissões, se esta é adequada aos jovens, 54% ficou muito satisfeito com aquilo que viu e 46% ficou apenas satisfeito.
- Em relação à avaliação global do Manual de Exploração Vocacional, podemos constatar que em todos os domínios, os inquiridos ficaram mais satisfeitos do que muito satisfeitos ou até insatisfeitos. Pois como se pode ver 62% dos inquiridos ficaram satisfeitos com o Guia de Profissões, contra 30% que ficaram muito satisfeitos. Novamente 8% voltou a ficar insatisfeito.
- No que toca às expectativas em torno do das propostas de actividades de exploração vocacional que apoiam a tomada de decisão dos jovens, 69% dos inquiridos ficou satisfeito, já 23% muito satisfeito e mais uma vez 8% a mostrar a sua insatisfação.
- Por último, se as metodologias apresentadas são adequadas aos jovens, as coisas não mudam muito de figura, voltam a existir mais inquiridos satisfeitos (62%) do que muito satisfeitos (30%) ou até insatisfeitos (8%).

**Análise de conteúdo das questões de resposta aberta questionário de avaliação – 3ª
sessão de sensibilização do Kit das Profissões.**

1. Considera a divulgação do Kit das Profissões, por parte da ANQ, satisfatória?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Acesso ao Kit das Profissões	- Recebi exemplares do Kit das Profissões	- “Tive acesso a 2 exemplares” - “Sim na medida em que os fizeram chegar ao agrupamento” - “Chegou antecipadamente às escolas” - “Abrange todas as escolas” - “Chegou a informação a todos os intervenientes que trabalham com o público – alvo”	5
	- Não receberam na escola	- “Não tendo a minha escola recebido, até ao momento o Kit”	1
	- A primeira vez que tenho acesso ao Kit	- “É a 1º vez que tenho contacto com este instrumento, deverá ser mais divulgado”	1
	- Não conhecia o Kit das Profissões	- “Como não conhecia o Kit”	1
Divulgação do Kit das Profissões	- Foi esclarecedora	- “É esclarecedora”	1
	- Deveria ter sido maior	- “Contudo, uma maior divulgação não seria desconsiderar”	1
	- Deveria ter apostado numa campanha televisiva	- “Propunha uma campanha televisiva, neste contrato”	1
	- Foi muito importante	- “Considerarei importante a sua divulgação”	1

	- Foi satisfatória	- “Tendo em conta as limitações ao nível de inscrição, considero a divulgação satisfatória”	1
	- As sessões de sensibilização deveriam ser feitas com mais regularidade	- “No entanto, este tipo de iniciativas deve ser mais frequente e próximo das escolas.” - “É uma forma de chamar atenção para a sua existência e para a possibilidade de ainda pôr em prática algumas ideias uma vez que nos aproximamos do final do ano lectivo” - “É sempre importante a partilha de conhecimentos e aplicabilidades das ferramentas disponibilizadas”	3
O Kit das Profissões	- Dá a conhecer diversas saídas profissionais	- “Permite ajudar a conhecer melhor as diversas ofertas e as várias saídas profissionais” - “Cada jovem pode optar pela formação de que mais gosta e onde se encontra mais motivado”	2
	- Usado nas actividades de orientação vocacional / profissional	- “Pode ser utilizado no desenvolvimento de actividades no âmbito da orientação vocacional” - “Auxilia a nível da orientação profissional” - “Material de apoio ao desenvolvimento vocacional” - “Mais valia na orientação de profissões e alunos”	4
	- Bastante claro e atractivo	- “Sim é bastante claro e conciso, muito claro com uma visualização muito atractiva”	1
	- Bem organizado	- “Forma organizada e simplificada” - “A forma como está organizado permite-nos o conhecimento do respectivo Kit”	2
	- Fácil de utilizar	- “É de fácil utilização e diversificado”	1

	- Conjunto de materiais imprescindíveis na divulgação de informação	- “É um conjunto de materiais imprescindível quer em termos de divulgação, exploração e conhecimento organizado de informações.” - “Condensa informação importante” - “É uma estratégia importante de promoção profissional, pois contém informações” - “Considero que a informação é concisa e muito completa, ficando os seus utilizadores com uma noção clara do seu conteúdos”	4

- A divulgação foi satisfatória, pois permitiu o **acesso ao Kit das Profissões** por parte dos inquiridos, “tive acesso a 2 exemplares”.
- Foi satisfatória pois deu a conhecer o Kit das Profissões, como **um recurso às actividades de orientação vocacional/ profissional**, “pode ser utilizado no desenvolvimento de actividades no âmbito da orientação vocacional”.
- A divulgação permitiu reconhecer o Kit das Profissões como um **conjunto de materiais imprescindíveis na divulgação de informação**, “é um conjunto de materiais imprescindível quer em termos de divulgação, exploração e conhecimento organizado de informações.”

2. Considera os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores (na internet no site Mundo das Profissões, brochura e DVD)?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Suportes (Brochura, DVD e site “Mundo das Profissões”	- Adequados ao público – alvo	- “Adequado e suficiente!” - “É adequado ao nível da informação que disponibiliza” - “É adequado ao nível da informação” - “Penso que em principio serão adequados”	4
	- Pouco atractivo para os jovens	- “Mas é pouco atractivo para os jovens” - “Mas pouco atractivo para os jovens”	2
	- Transmitem informações aos jovens	- “Claro para passar informação necessária” - “Permite uma divulgação facilitada de qualquer informação” - “Com toda esta informação disponibilizada o público –	4

		alvo pode escolher o curso bem como as saídas profissionais que mais ambicionam” - “Contém toda a informação básica”	
	- Bem organizado	- “Estão bem organizados”	1
	- Motiva os jovens	- “Os jovens ficam muito motivados com a utilização”	1
	- São de fácil acesso	- “É de fácil acesso e consulta por profissionais pais e alunos” - “São de fácil acesso” - “São variados e o facto de existir em 3 suportes diferentes facilita o seu acesso” - “Facilidade no acesso e interacção com serviços especializados”	4
	- Diferentes suportes facilitam a consulta	- “Encontra-se em vários formatos facilitando a consulta para vários públicos – alvo”	1
	- Não tenho opinião formada sobre os suportes	- “Mas não tenho um conhecimento mais profundo que me permita ter uma opinião mais fundamentada.”	1
	- Deverá incluir profissões nível 2	- “No entanto será necessário incluir outras valências, nomeadamente profissões de nível 2 e currículos/ programas de cada curso / disciplina.”	
Distribuição do Kit das Profissões	- O papel da ANQ	- “No entanto a ANQ deveria fazer chegar às escolas brochuras, para distribuição pela comunidade escolar”	1
Guia de	- Permitir conhecer	- “É um guia das profissões e é mais um instrumento para o	

profissões	as profissões	conhecimento das profissões	1
DVD	- Material apelativo	- “Considero o material informático bem apelativo”	1
	- Vai ao encontro do público – alvo	- “De encontro ao público – alvo”	1

- Os suportes foram considerados pelos inquiridos, **adequados ao público – alvo**, “penso que em principio serão adequados”.
- São adequados porque **transmitem informação aos jovens**, “permite uma divulgação facilitada de qualquer informação”.
- A **facilidade no acesso**, é outro ponto que os torna adequados, “é de fácil acesso e consulta por profissionais pais e alunos”.

3.1 Quais as dificuldades sentidas na utilização do Kit das Profissões?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Dificuldades sentidas na utilização do Kit das Profissões	- Sem dificuldades sentidas	- “Nenhumas” - “Praticamente nenhuma.” - “Não senti”	3
	- As actividades não estão adaptadas ao contexto escolar	- “Algumas actividades não estão adaptadas à realidade da nossa escola. Sentimos necessidade de ajustar as actividades (algumas) ao público – alvo”	1
	- Falta de interacção com outros sistemas	- “Fundamentalmente a falta de interacção com outros sistemas.”	1
	- O DVD é demasiado exaustivo	- “O DVD é demasiado exaustivo para os alunos com quem trabalho”	1

- Mais uma vez, os inquiridos afirmaram que **não sentiram dificuldades na utilização** do Kit das Profissões, “não senti”.

3.2 Quais os aspectos mais positivos na utilização do Kit das Profissões?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
O Kit das profissões	- Fácil consulta	- “Facilidade de consulta” - “Informação sintética e de fácil consulta”	2
	- Contêm informação sobre saídas profissionais	- “Informação detalhada sobre as saídas profissionais de modo a esclarecer os alunos.” - “A informação disponível”	2
	- Uniformização da informação	- “Uniformização de conteúdos e de saídas profissionalizantes”	1
Manual de Exploração Vocacional	- Utilidade das dinâmicas sugeridas	- “A utilidade das dinâmicas sugeridas no Manual de Exploração Vocacional”	1

- Quanto aos **aspectos positivos**, os mais evidenciados é o facto do Kit das Profissões ser de **fácil consulta** e ao mesmo tempo **conter informação sobre as saídas profissionais**, “informação detalhada sobre as saídas profissionais de modo a esclarecer os alunos”.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
- Kit das Profissões –

Tratamento do questionário de avaliação do 3º encontro

Data: 8 de Fevereiro de 2010

Escola: Escola Profissional de Chaves

Chaves – DREN

Número de questionários recebidos – 42

1. Considera a divulgação do *Kit das Profissões*, por parte da ANQ, satisfatória?

Sim – 39 (93%)

Não – 2 (5%)

Não respondeu – 1 (2%)

2. Considera os suportes adequados ao público-alvo e utilizadores (brochura, DVD e na internet no site Mundo das Profissões)?

Sim – 39 (93%)

Não – 1 (2%)

Não respondeu – 2 (5%)

3. Já utilizou o *Kit das Profissões* (Guia de Profissões e/ou Manual de Exploração Vocacional)?

Sim – 7 (17%)

Não – 33 (78%)

Não respondeu – 2 (5%)

4. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

4.1. Avaliação global do Guia de Profissões	1	2	3	4	Total
4.1.1. Globalmente, o Guia de Profissões agradou-lhe?			6 (86%)	1 (14%)	7

4.1.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário?			5 (71%)	2 (29%)	7
4.1.3. Considera a apresentação gráfica do Guia de Profissões adequada aos jovens?		3 (43%)	3 (43%)	1 (14%)	7

4.2. Avaliação Global do Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4	Total
4.2.1. Globalmente, o Manual de Exploração Vocacional agradou-lhe?		1 (14%)	5 (72%)	1 (14%)	7
4.2.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiem a tomada de decisão dos jovens?		2 (28%)	5 (72%)		7
4.2.3. Considera que o Manual de Exploração Vocacional apresenta metodologias adequadas aos jovens e ao contexto?		1 (14%)	6 (86%)		7

- Num total de 42 questionários recebidos, e tendo em consideração as opiniões expressas no preenchimento do questionário, podemos afirmar que a maioria dos inquiridos, 93% considerou a divulgação do Kit das Profissões por parte da ANQ satisfatória. Apenas 5% respondeu que não e 2% não responderam.
- Se os suportes são adequados ao público – alvo e utilizadores, 93% dos inquiridos considera que sim, 2% que não e 5% não manifestou opinião.
- Se já utilizaram o Kit das Profissões, 78% afirma que não, contra 17% que já e 5% que preferiu não responder à questão.

Tendo em conta a opinião expressa pelos inquiridos, quando questionados quanto à sua satisfação relativamente aos instrumentos que constituem o Kit das Profissões, podemos tirar as seguintes ilações:

- Que 86% dos inquiridos está satisfeito, de um modo global com o Guia de Profissões, e que 14% está muito satisfeito.
- No que respeita às informações sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário presentes no Guia de Profissões, vemos que 71% dos inquiridos está satisfeito e que 29% está muito satisfeito.
- Relativamente à adequação da apresentação gráfica aos jovens a percentagem de insatisfeitos é a mesma que de inquiridos satisfeitos (43%) e apenas 14% está muito satisfeito.

- No que toca ao Manual de Exploração Vocacional, globalmente 72% dos inquiridos está satisfeito, e a percentagem de insatisfeitos e muito satisfeitos surge equiparada nos 14%
- As propostas de actividades de exploração vocacional que apoiam a tomada de decisão dos jovens deixaram satisfeitos 72% dos inquiridos e 28% insatisfeitos.
- Se as metodologias do Manual de Exploração Vocacional são adequadas aos jovens e ao contexto, 86% mostra-se satisfeito contra 14% de insatisfeitos.

**Análise de conteúdo das questões de resposta aberta questionário de avaliação – 4ª
sessão de sensibilização do Kit das Profissões.**

1. Considera a divulgação do Kit das Profissões, por parte da ANQ, satisfatória?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Sessão de sensibilização	- As informações transmitidas foram muito enriquecedoras	- “As informações prestadas são enriquecedoras à continuação de um bom trabalho” - “A informação está actualizada, apelativa, objectiva”	2
	- Excelente receptividade no esclarecimento de dúvidas	- “Sublinho igualmente a excelente receptividade aquando esclarecimentos e pedidos de sugestões de trabalho” - “Foram esclarecidos alguns aspectos importantes do Kit das Profissões”	2
	- Boa oportunidade de transmitir informações	- “Uma boa oportunidade de fornecer informação profissional aos jovens, sobretudo por estar disponível on-line”	1
	- Deu a conhecer o Kit das Profissões de um modo satisfatório	- “Dar a conhecer uma ferramenta que apresenta de forma integrada as diferentes ofertas é essencial que aconteça” - “Satisfatória porque tem tido a preocupação de informar diverso público – alvo sobre a existência do Kit. Apenas satisfatória porque outros documentos anteriores teriam merecido igual ou maior divulgação” - “Uma forma simples de promover e divulgar o Kit das Profissões” - “Serviu como boa apresentação a quem tinha total desconhecimento, como é o meu caso” - “Deu a conhecer com objectividade os objectivos do Kit	5

		das Profissões e também qual o público – alvo”	
	- Sucinta, directa e esclarecedora	- “Apesar de sucinta foi esclarecedora, dando enfoque aos aspectos essenciais do Kit” - “A apresentação foi clara e sucinta” - “Foi simples, directa”	3
	- Modos diferentes de trabalhar com o Kit das Profissões	- “Foram apresentadas formas / ideias diferentes de como é possível trabalhar o Kit com os jovens”	1
O Kit das Profissões	- Muitas pessoas desconhecem a sua existência	- “A maior parte das pessoas desconhece a sua existência”	1
	- Vai ao encontro do esperado	- “Vai de encontro ao esperado é um apoio aos técnicos de orientação escolar.” - “Compilação de material interessante”	2
	- Instrumento fundamental de pesquisa	- “Por considerar ser um instrumento de pesquisa fundamental na divulgação dos percursos educativos e formativos e do mundo das profissões”	1
	- Permite conhecer as saídas profissionais	- “Conhecimento de um maior número de saídas profissionais” - “Permite uma pesquisa fundamentada das áreas profissionais”	2
	- É de fácil acesso	- “Tem um fácil acesso, leitura explícita, diferentes itens bem estruturados”	1
	- Ajuda no esclarecimento de	- “Facilita a divulgação e ou/ esclarecimento dos profissionais responsáveis pela orientação vocacional, para com os jovens, que tantas dúvidas têm nesta fase	2

	dúvidas por parte dos alunos	de transição.” - “Permite que informemos os nossos alunos/ formandos sobre o seu futuro percurso de uma maneira simples e eficaz”	
Divulgação do Kit das Profissões	- Muito divulgado junto das Escolas e Internet	- “Penso que o Kit tem sido bastante divulgado junto das escolas e também através da internet”	1
	- Já tinha conhecimento do Kit das Profissões	- “Já participei num congresso do Instituto de Orientação Profissional, sendo que já divulgaram o Kit” - “Embora ainda não o tenha ainda explorado” - “Ainda não tive o contacto suficiente”	3
	- Recebi o Kit, mas sem qualquer enquadramento	- “Até ao momento deste encontro o meu contacto com o Kit foi recebe-lo no local de trabalho sem outro enquadramento”	1
	- Não acompanhei a divulgação	- “Não tenho informação acerca desta questão, pois estou na escola desde o início do mês de Fevereiro e não acompanhei o processo de divulgação” - “Não tenho conhecimento da sigla não será fácil responder à vossa pergunta” - “Não conheço a divulgação feita pela ANQ”	3
	- Receberam o Kit e deram uso aos conteúdos	- “Tendo em conta o tempo disponível e o público – alvo que na sua maioria, trabalhou já nos seus conteúdos”	1
	- Permite potenciar o	- “A divulgação permite potenciar todo o conteúdo do “Kit das Profissões”, fazendo a articulação entre o suporte	2

Divulgação do Kit das Profissões	conteúdo do Kit das Profissões	informativo e os manuais"	
	- Importante para promover o trabalho de orientação vocacional	- "Divulgação quanto aos instrumentos utilizados, potencializar o produto"	
	- Apelativa e objectiva	- "É importante a sensibilização e motivação destes instrumentos como uma ferramenta essencial para promover o trabalho de orientação vocacional com os jovens"	1
	- Não conhecia o Kit	- "Divulgação apelativa e objectiva"	1
		- "Não tomei ainda conhecimento"	1

- A principal satisfação relativamente à **divulgação do Kit das Profissões**, foi o facto de ter dado a **conhecer o Kit das Profissões**, "satisfatória porque tem tido a preocupação de informar diverso público – alvo sobre a existência do Kit. Apenas satisfatória porque outros documentos anteriores teriam merecido igual ou maior divulgação".
- **A sessão de sensibilização**, como meio de divulgação do Kit das Profissões, foi satisfatória pois foi clara, directa e esclarecedora.
- Alguns inquiridos consideraram a divulgação satisfatória, mas **já tinham conhecimento do Kit das Profissões**, "já participei num congresso do Instituto de Orientação Profissional, sendo que já divulgaram o Kit".
- Outros preferiram não manifestar opinião pois **não acompanharam a divulgação do Kit das Profissões**, "não tenho informação acerca desta questão, pois estou na escola desde o início do mês de Fevereiro e não acompanhei o processo de divulgação".

2. Considera os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores (na internet no site “Mundo das Profissões”, brochura e DVD)?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Suportes (site, brochura e DVD)	- Contêm informação sucinta e objectiva	- “Informação sucinta e objectiva” - “São objectivos e apelativos a nível do formato, sistematizados”	2
	- Formatos cativantes, interactivos e atractivos	- “Formato cativante” - “Visualmente todos os suportes são atractivos” - “São interactivos e dinâmicos” - “São atractivos” - “Formato apelativo” - “Apelativo o suficiente para captar a atenção”	6
	- Dão informações necessárias	- “Dá informação necessário ou pelo menos suficiente” - “Colocando ao dispor toda a informação actualizada” - “Informação disponível a todos os interessados”	3
Suportes (site, brochura e DVD)	- Adequados ao público – alvo	- “Apesar de nunca ter consultado, considero que os suportes são adequados” - “Sim os materiais são adequados ao público – alvo” - “Se pensarem nos percursos qualificantes é adequado” - “Sem dúvida, pois são muito mais adequados e atractivos para os jovens” - “Adequados às faixas etárias a que se destinam”	5
	- Diferentes formas	- “Possibilitam diferentes formas de trabalho com os jovens” - “Contempla as diferentes formas de consulta da	3

	de consultar a informação	informação necessária" - "Material diversificado"	
	- Linguagem clara e acessível	- "A linguagem é clara e acessível"	1
	- Vão ao encontro dos interesses dos jovens	- "Esta forma de divulgação está de acordo com o interesse dos jovens, dado que os mesmos se relacionam muito bem com as novas tecnologias"	1
	- Acarretam algumas dificuldades para alunos do ensino básico	- "Os suportes podem apresentar algumas dificuldades para alunos do ensino básico"	1
	- De fácil acesso	- "São suportes mais utilizados e de fácil acesso pelos alunos" - "Fácil acesso"	2
	- Bem estruturados	- "Está bem estruturado permitindo uma utilização mais autónoma por parte dos jovens"	1
	- De fácil utilização	- "Parecem-me de fácil utilização"	1
	- Ainda não explorei os suportes	- "Não foi ainda explorado"	1
	- Não tenho	- "Não tomei ainda conhecimento"	1

	conhecimento dos suportes		
Site “Mundo das Profissões”	- Facilidade de acesso e manuseamento	- “Particularmente o site, pela facilidade de acesso” - “Embora os sites pudessem estar logo directamente disponíveis na sua abertura, são de fácil manuseamento”	2
	- Abrange um universo de pessoas mais alargado	- “Sobretudo a internet é um suporte que abrange um universo de pessoas mais alargado”	1
	- É fundamental a divulgação desta informação no site	- “A disponibilização da informação e documentação através do site “Mundo das Profissões” é fundamental a divulgação e utilização por parte dos jovens dado a grande apetência que têm pelas novas tecnologias e a massificação da utilização da internet nos últimos anos. Os jovens acedem com facilidade a informações na net do que na brochura escritas”	1
	- Muito técnico tendo em conta o público – alvo	- “Parece-me que o site é muito técnico para jovens do 8º ano e 9º ano”	1
DVD	- Útil na compreensão das profissões	- “Considero o DVD interessante, visto que os testemunhos dos trabalhadores são muito úteis para a compreensão de cada profissão”	1
Guia de Profissões	- Bem elaborado e de fácil consulta	- “Sobretudo o Guia de Profissões bem elaborado e de fácil consulta”	1

- Os inquiridos consideraram os **suportes adequados** devido ao **formato cativante, interactivo e atractivo** dos mesmos, “visualmente todos os suportes são atractivos”.
- Foram considerados **adequados**, porque “sem dúvida, pois são muito mais adequados e atractivos para os jovens”.

3.1 Quais as dificuldades sentidas na utilização do Kit das Profissões”?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Dificuldades na utilização do Kit das Profissões	- A linguagem não é acessível	- “A linguagem é difícil de descodificar pelos alunos sem apoio”	1
	- Não existe informação das escolas onde os cursos são leccionados	- “Os jovens “queixam-se” sobretudo de não haver uma forma de fazer uma pesquisa directa das escolas onde os cursos são leccionados”	1
	- Faltarem algumas profissões	- “A inexistência de algumas profissões”	1
	- O Guia de Profissões é apenas um guião	- “O Guia de Profissões é apenas um guião, tive de elaborar materiais para trabalhar o guia com os alunos”	1
Interesses dos alunos em relação ao Kit das Profissões	- Em visualizarem mais vezes os vídeos	- “Os alunos revelam maior interesse e solicitam mais a visualização dos vídeos”	1
	- Pesquisa	- “Motivação para interesse na pesquisa”	1
	- Expor as suas duvidas	- “Explicação das fortes dúvidas pessoais”	1
Utilização do Kit das Profissões	- Só utilizei uma vez	- “Apenas utilizei uma vez dado que só tive acesso a ele há pouco tempo”	1

- Quanto às dificuldades sentidas, foram lançadas algumas tal como a **não existência de informação das escolas onde os cursos são leccionados e a linguagem não ser acessível**, “os jovens “queixam-se” sobretudo de não haver uma forma de fazer uma pesquisa directa das escolas onde os cursos são leccionados”.

3.2 Quais os aspectos mais positivos na utilização do Kit das Profissões?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Aspectos positivos na utilização do Kit das Profissões	- De fácil utilização	- “Facilidade de utilização”	1
	- Contém informação detalhada	- “A informação detalhada das profissões entre outros, e as estratégias de exploração vocacional a implementar com os alunos” - “Sistematização da informação”	2
	- Os conteúdos são organizados	- “A organização dos conteúdos” - “A sua organização e linguagem acessível”	2
	- Existir em suporte informático com testemunhos reais	- “Ter suporte informático, testemunhos reais, explicação do tipo de alternativas que poderão optar na finalização do 3º ciclo cursos profissionais, aprendizagem especializada”	1
	- Ser uma lista de profissões	- “Listagem adequada de 100 profissões”	1
	- Sucinto e objectivo	- “Sucinto, objectivo, interessante para os alunos mais motivados”	1
Sugestões de melhoria	- Os vídeos deviam ser mais concretos	- “Vídeos mais concretos”	1

- Os **aspectos positivos** evidenciados pelos inquiridos referem a **informação detalhada** presente no Kit das Profissões, “a informação detalhada das profissões entre outros, e as estratégias de exploração vocacional a implementar com os alunos”.
- **A organização dos conteúdos** é outro aspecto positivo referido.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
- Kit das Profissões -

Tratamento do questionário de avaliação do 4º encontro

Data: 12 de Fevereiro de 2010

Escola: Escola Secundária da Moita

Moita – DRELVT

Número de questionários recebidos – 48

1. Considera a divulgação do *Kit das Profissões*, por parte da ANQ, satisfatória?

Sim – 41 (85%)

Não – 3 (6%)

Não respondeu – 4 (8%)

2. Considera os suportes adequados ao público-alvo e utilizadores (brochura, DVD e na internet no site Mundo das Profissões)?

Sim – 41 (85%)

Não – 2 (4%)

Não respondeu – 5 (10%)

3. Já utilizou o *Kit das Profissões* (Guia de Profissões e/ou Manual de Exploração Vocacional)?

Sim – 13 (27%)

Não – 35 (73%)

Não respondeu – 0

4. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

4.1. Avaliação global do Guia de Profissões	1	2	3	4	Total
4.1.1. Globalmente, o Guia de Profissões agradou-lhe?			11 (92%)	1 (8%)	12

4.1.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário?			10 (83%)	2 (17%)	12
4.1.3. Considera a apresentação gráfica do Guia de Profissões adequada aos jovens?			6 (50%)	6 (50%)	12

4.2. Avaliação Global do Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4	Total
4.2.1. Globalmente, o Manual de Exploração Vocacional agradou-lhe?		1 (8%)	7 (59%)	4 (33%)	12
4.2.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiem a tomada de decisão dos jovens?		1 (9%)	9 (82%)	1 (9%)	11
4.2.3. Considera que o Manual de Exploração Vocacional apresenta metodologias adequadas aos jovens e ao contexto?		2 (18%)	7 (64%)	2 (18%)	11

- Analisando as respostas dadas por 48 inquiridos, podemos concluir que 85% dos mesmos considera a divulgação do Kit das Profissões, por parte da ANQ, satisfatória. Desses 48, 6% considera que não e 8% não respondeu à questão.
- Se a brochura, DVD e na internet o site “Mundo das Profissões”, são adequados para o público – alvo e utilizadores 85% dos inquiridos considera que sim, 4% é da opinião que não e 10% preferiu não manifestar a sua opinião.
- Quanto à utilização do Kit das Profissões, 73% dos inquiridos afirma que ainda não o utilizou e 27% que já.

Tendo em consideração a última questão, onde os inquiridos tinham de classificar a sua satisfação tendo em conta aquilo que sentiam relativamente aos instrumentos que constituem o Kit das Profissões (Guia de Profissões e Manual de Exploração Vocacional) podemos concluir que:

- A maioria dos inquiridos, 92% mostra estar satisfeito globalmente com o Guia de Profissões, sendo que apenas 8% estão muito satisfeitos.
- Se o instrumento correspondeu às expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário, 83% dos inquiridos mostra-se satisfeito e 17% muito satisfeito.
- Em relação à adequação da apresentação gráfica do Guia de Profissões para os jovens, estamos perante um empate entre opiniões, a percentagem de satisfeitos é a mesma que de muito satisfeitos, ou seja 50% para cada lado.
- Quanto à avaliação global do Manual de Exploração Vocacional, 59% dos inquiridos mostra estar satisfeito, 33% muito satisfeito e 8% insatisfeito.

- As expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiam a tomada de decisão dos jovens, foram satisfeitas por parte de 82% dos inquiridos, sendo que insatisfeitos e muito satisfeitos ficaram-se apenas pelos 9%.
- Se as metodologias apresentadas pelo Manual de Exploração Vocacional são adequadas aos jovens e ao contexto, 64% mostra-se satisfeito em relação a isso e voltamos a ter a mesma percentagem de insatisfeitos e muito satisfeitos, 18%.

**Análise de conteúdo das questões de resposta aberta questionário de avaliação – 5ª
sessão de sensibilização do Kit das Profissões.**

1. Considera a divulgação do Kit das Profissões, por parte da ANQ, satisfatória?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Divulgação do Kit das Profissões	- Utilidade da divulgação do Kit para os alunos	- “Existe por parte dos alunos que terminam o 3º ciclo, grande insegurança relativamente ao futuro e, para aqueles que optam pela via profissionalizante, a divulgação deste Kit é bastante útil”	1
	- Entregar nas escolas não é suficiente	- “De facto entregar apenas nas escolas não é suficiente” - “Porém carece de uma maior abrangência ao público – alvo”	2
	- Não tive acesso atempado ao Kit das Profissões	- “Na escola, não tive acesso atempado ao mesmo”	1
Sessão de sensibilização	- Foi clara e objectiva	- “A apresentação foi clara e objectiva” - “Foi feita de forma clara e objectiva” - “Foi clara e sucinta” - “Clara, muito clara” - “Foi clara e motivante” - “Foi uma apresentação muito clara e concisa do manual”	6
	- Foi importante para a divulgação do Kit das Profissões	- “A acção realizada hoje possui um papel importante na divulgação destes materiais.”	1
	- Proveitosa para as temáticas da orientação	- “O esforço na realização da acção de sensibilização tem sido proveitoso para as temáticas de orientação”	1

	- A metodologia utilizada foi uma mais valia	- “A metodologia utilizada (projecção) permite-nos aprender com facilidade os conteúdos”	1
	- Foi esclarecedora	- “A presente divulgação foi esclarecedora”	1
	- Ordem de trabalho	- “Foi dada uma panorâmica do enquadramento deste Kit nos objectivos da ANQ e foi feita uma apresentação geral dos diferentes materiais que compõem o Kit e sugestões para a sua utilização”	1
	- Despertou para outras pesquisas	- “A apresentação contemplou os materiais apresentados e despertou para outras pesquisas”	1
O Kit das Profissões	- Não conhecia o Kit das Profissões	- “Não conhecia o Kit” - “Desconhecia a sua existência, apesar de trabalhar em orientação profissional”	2
	- Tem utilidade prática	- “Utilidade prática para os alunos” - “Aquisição de informações úteis para o desenvolvimento da nossa actividade nas escolas”	2
	- Bem elaborado	- “Penso que está muito bem elaborado”	1
	- Dá a conhecer as profissões e percursos formativos	- “Forma de dar a conhecer de forma simples e directa as profissões c/ saída profissional disponíveis no mercado” - “Melhor informação nas escolhas dos percursos formativos” - “O Kit das Profissões é útil para dar conhecimento a todos os agentes de cursos existentes”	3
	- Instrumento de orientação	- “Considero o Kit de extrema importância para orientação dos alunos a definir a sua “vida” profissional”	1

- A divulgação do Kit das Profissões foi satisfatória para os inquiridos pois apresentou-se de um **modo claro e objectivo**, “a apresentação foi clara e objectiva”.
- A divulgação foi importante na medida em que **apresentou um instrumento** capaz de dar a **conhecer as profissões e os percursos formativos**, “forma de dar a conhecer de forma simples e directa as profissões c/ saída profissional disponíveis no mercado”.

2. Considera os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores (na internet no site Mundo das Profissões, brochura e DVD)?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
O site “Mundo das Profissões”	- Apelativo e acessível	- “O site está apelativo, contendo os materiais de forma acessível” - “O site está apelativo”	2
Os suportes (site, brochura e DVD)	- A informação é clara	- “A informação que permite a busca/ pesquisa está clara”	1
	- São adequados ao público – alvo	- “Sim, são bastante adequados pois os utilizadores são “adeptos” das novas tecnologias e assim interessar-se-ão mais pelas ofertas” - “Numa primeira abordagem parecem-me bastante adequados a todos os potenciais utilizadores”	2
	- A variedade de suportes chega mais próximo do público – alvo	- “A variedade nas formas de apresentação possibilita alcançar o público – alvo” - “De fácil compreensão para o público – alvo” - “Cada um pode optar pelo suporte que mais lhe agrada”	3
	- De fácil utilização	- “Parecem-me agradáveis e de fácil utilização” - “Fácil acesso, fácil leitura”	2
	- São atractivos	- “Os materiais são atractivos” - São ambos apelativos e dinâmicos bem como de	

		utilização/ navegação fácil” - “Atractivos” - “Para os jovens alguma informação deveria ser melhorado em termos de linguagem (mais simples) e de apresentação (mais apelativo)”	4
	- Bastante úteis	- “Útil para esclarecer alunos, pais, professores” - “Penso que é bastante útil”	2
	- Têm utilidade prática	- “Prático para ser aplicado aos nosso formandos”	1
	-São satisfatórios	- “Pelo esclarecimento, informações são satisfatórios”	1
DVD	- Ainda não visionei	- “No entanto, ainda não visionei o DVD”	1
	- É interactivo	- “A informação fornecida no DVD está numa forma interactiva para os alunos e profissionais”	1

- Para os inquiridos os **suportes são** considerados **adequados ao público – alvo** por serem atractivos, “os materiais são atractivos”.
- O facto de ser um instrumento que se apresenta em **vários suportes chega mais próximo do público – alvo**, “a variedade nas formas de apresentação possibilita alcançar o público – alvo”.
- O facto dos instrumentos serem **acessíveis, de fácil utilização e bastante úteis**, fazem com que sejam adequados ao público – alvo.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
- Kit das Profissões –

Tratamento do questionário de avaliação do 5º encontro

Data: 24 de Fevereiro 2010

Escola: Escola Básica Integrada /JI da Malagueira

DRE Alentejo

Número de questionários recebidos – 41

1. Considera a divulgação do *Kit das Profissões*, por parte da ANQ, satisfatória?

Sim – 37 (90%)

Não – 4 (10%)

Não respondeu – 0

2. Considera os suportes adequados ao público-alvo e utilizadores (brochura, DVD e na internet no site Mundo das Profissões)?

Sim – 40 (98%)

Não – 1 (2%)

Não respondeu – 0

3. Já utilizou o *Kit das Profissões* (Guia de Profissões e/ou Manual de Exploração Vocacional)?

Sim – 2 (5%)

Não – 39 (95%)

Não respondeu – 0

4. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

4.1. Avaliação global do Guia de Profissões	1	2	3	4	Total
4.1.1. Globalmente, o Guia de Profissões agradou-lhe?			2 (100%)		2
4.1.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário?			2 (100%)		2

4.1.3. Considera a apresentação gráfica do Guia de Profissões adequada aos jovens?			2 (100%)		2

4.2. Avaliação Global do Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4	Total
4.2.1. Globalmente, o Manual de Exploração Vocacional agradou-lhe?			2 (100%)		2
4.2.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiem a tomada de decisão dos jovens?			2 (100%)		2
4.2.3. Considera que o Manual de Exploração Vocacional apresenta metodologias adequadas aos jovens e ao contexto?			2 (100%)		2

- Tendo em conta as respostas dadas pelos 41 inquiridos, presentes na sessão de sensibilização, podemos afirmar que 90% considerou a divulgação do Kit das Profissões por parte da ANQ satisfatória. Desses 6241, 10% não ficou satisfeito.
- A opinião, dos inquiridos, relativamente aos suportes (brochura, DVD e *na internet no site Mundo das Profissões*), foi que 98% considera os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores, contra 32% que manifestam uma opinião contrária.
- Se já utilizaram o Kit das Profissões, podemos perceber que a maioria, 95% ainda não o utilizou, e apenas 5% já o fez. Do total de inquiridos, 8% não respondeu à questão.

Tendo em consideração a última questão, onde os inquiridos tinham de classificar a sua satisfação tendo em conta aquilo que sentiam relativamente aos instrumentos que constituem o Kit das Profissões (Guia de Profissões e Manual de Exploração Vocacional) podemos concluir o seguinte:

- Visto que apenas duas pessoas, de entre os inquiridos, já tinham utilizado o Kit das Profissões, a conclusão acerca da sua satisfação é muito simples, em todos os parâmetros, as duas pessoas ficaram satisfeitas com os instrumentos.

**Análise de conteúdo das questões de resposta aberta questionário de avaliação – 6ª
sessão de sensibilização do Kit das Profissões.**

1. Considera a divulgação do Kit das Profissões, por parte da ANQ, satisfatória?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
O Kit das Profissões	- Útil na organização da informação	- “Facilita a organização da oferta educativa da Escola e a escolha aos alunos/ E.E em termos de cursos de dupla certificação” - “Apresenta uma vasta oferta de cursos mencionados com detalhe das saídas profissionais referentes a cada um”	2
	- Como ajuda para a tomada de decisão	- “Alerta para a utilização de instrumentos importantes de apoio às tomadas de decisão dos jovens”	1
	- Útil para a orientação escolar/ profissional	- “A informação do Kit das Profissões é relevante para a orientação escolar / profissional dos alunos” - “Permite melhorar a intervenção dos SPO ao nível do documento de intervenção “orientação escolar e profissional” promovendo uma melhor articulação entre estes serviços e os directores de turma e comunidade em geral”	2
Divulgação do Kit das Profissões	- Foi insuficiente	- “Considero ser insuficiente”	1
	- Satisfatória na divulgação da informação	- “É satisfatória porque divulga de uma forma simples e organizada as possíveis profissões para o futuro” - “Permite obter uma informação sustentada”	2

	- Bem feita ao nível das escolas - Foi satisfatória - Foi actual - Feita de modos diferentes	- “Boa distribuição ao nível das escolas” - “Sim foi bastante satisfatória” - “Considero a divulgação do Kit das Profissões por parte da ANQ, satisfatória uma vez que no agrupamento de escolas onde me encontro foi entregue 1 exemplar, dando possibilidade de o explorar e utilizar sempre que necessário” - “Foi satisfatória” - “Pela sua actualidade” - “A divulgação foi efectuada de diversas formas e por diversos meios, o que me parece suficiente e adequado”	1 3 1 1
Entrega do Kit das Profissões à escola	- Deveria ser acompanhada de orientações de encaminhamento - Foram entregues com indicações de utilização	- “Penso que para uma divulgação satisfatória do Kit este deveria ser entregue aos órgãos de gestão do agrupamento/ escola explicitando o seu objectivo e sensibilização para a sua implementação. Muitas escolas e profissionais não o conhecem e por isso não o aplicam” - “Os Kits foram remetidos às escolas com indicações acerca da sua utilização”	1 1
Sessão de sensibilização	- A sala não era adequada - Permitiu o primeiro contacto com o Kit das Profissões	- “Mas o espaço utilizado (a sala) não foi adequada” - “Até este dia ainda não tinha tido contacto com este Kit, talvez por não me ter sido direccionado”	1 1

	- Importante para sensibilizar para a utilização	- “Apesar de ter tomado conhecimento ontem, considero importante” - “É importante para sensibilizar para a sua utilização numa área em que não abundam os recursos de apoio” - “Facilita a utilização futura”	3
	- Deveria se ter realizado antes da distribuição	- “Deveria ter acontecido antes da distribuição ou no início deste ano lectivo” - “Embora considere que esta divulgação já deveria ter sido feita de forma a dar tempo às escolas para a preparação de acções de sensibilização junto dos alunos e dos E.E” - “No entanto poderia ter sido realizada anteriormente, no início do ano lectivo para uma devida preparação e orientação de uma possível equipa de trabalho nas escolas”	3

- Tendo em conta as opiniões dos inquiridos a divulgação do Kit das Profissões foi satisfatória, “Considero a divulgação do Kit das Profissões por parte da ANQ, satisfatória uma vez que no agrupamento de escolas onde me encontro foi entregue 1 exemplar, dando possibilidade de o explorar e utilizar sempre que necessário”
- O outro motivo para ser satisfatória é o facto da divulgação ser importante para sensibilizar para a utilização, “É importante para sensibilizar para a sua utilização numa área em que não abundam os recursos de apoio”.
- Um ponto contra foi o facto da divulgação não ter sido feita antes da distribuição, “Deveria ter acontecido antes da distribuição ou no início deste ano lectivo”

2. Considera os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores (na internet no site Mundo das Profissões, brochura e DVD)?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
O Kit das Profissões	- Permite uma amplitude na procura	- “Dá uma amplitude de procura aos jovens e a todos os que procuram este tipo de informação”	1
	- Bastante práticos,	- “Práticos e bastante intuitivos. Muito	2

Suportes do Kit das Profissões	directos e de fácil utilização	directivos relativamente ao público – alvo” - “Os materiais parece-me de fácil utilização para todos os públicos”	
	- Proporcionam diferentes formas de divulgação	- “Cobre diferentes formas de divulgação”	1
	- Suportes digitais são fundamentais e mais apelativos	- “Os suportes digitais são fundamentais para o público – alvo” - “Porque para além dos recursos informáticos, sem dúvida mais apelativos aos jovens”	2
	- Deveriam alargar-se às redes sociais	- “Mais fáceis de consultar e importante a existência do mesmo em suporte papel”	1
	- Deviam ser mais atractivos e dinâmicos	- “Penso que deveriam ser mais atractivos, deveriam possuir uma melhor dinâmica, mais interactivos, porém assumem um papel importante” - “Na medida em que são bastante atractivos e muito claros”	2
	- Tenta seguir a generalização do uso das novas tecnologias	- “Seguem o esforço de generalização das novas tecnologias” - “A internet constitui-se actualmente como meio de acesso principal dos jovens à informação” - “Porque são os suportes que mais utilizamos actualmente nas escolas e no que diz respeito à Internet, sabemos que os jovens privilegiam o seu uso” - “Sim, porque cada vez mais os jovens estão familiarizados com as novas tecnologias, o que facilita a exploração do site na internet e no DVD”	4

	- Facilitam a consulta - Maior probabilidade de chegar ao público – alvo - Adequados ao público – alvo	- “Facilita a consulta de todos os interessados” - “Os jovens podem consultar sempre que considerarem oportuno as formações, podendo até fazer uma imprecisão (sempre útil para escolherem com mais calma) desses mesmos suportes” - “Há diversidade nos meios de divulgação tendo em conta, também as novas tecnologias, logo há maior probabilidade de chegar ao público – alvo e de suscitar maior interesse” - “Considero que são suportes muito adequados ao público – alvo” - “São adequados, no entanto com alguns reajustes poderia melhorar a sua utilização pelo público – alvo”	2 1 2
Site “Mundo das Profissões”	- Demasiada informação na mesma página	- “O site parece-me conter demasiada informação na mesma página..pode confundir ou dispersar a pesquisa dos alunos”	1
DVD	- Suporte muito utilizado	- “Nomeadamente o DVD, um utensílio muito utilizado pelos nossos alunos”	1

- Os inquiridos quando questionados se consideram os suportes adequados ao público – alvo, estes consideram que sim pois tentam seguir a generalização do uso das novas tecnologias, “Sim, porque cada vez mais os jovens estão familiarizados com as novas tecnologias, o que facilita a exploração do site na internet e no DVD”.
- Outras razões apontadas pelos inquiridos, é o facto de considerarem os suportes bastante práticos directos e de fácil utilização. São suportes fundamentais e apelativos, atractivos e dinâmicos que facilitam a consulta. “Os jovens podem consultar sempre que considerarem oportuno as formações, podendo até fazer uma imprecisão (sempre útil para escolherem com mais calma) desses mesmos suportes”.

3.1 Quais as dificuldades sentidas na utilização do Kit das Profissões?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Dificuldades sentidas na utilização do Kit das Profissões	- Sem dificuldades sentidas	- “Não senti qualquer dificuldade” - “Dado o número pouco significativo de vezes em que o utilizei, não me deparei com nenhuma dificuldade que possa ser realçada, pareceu-me sempre de fácil utilização”	2
	- A linguagem do Guia de Profissões não facilmente processada pelos alunos	- “A linguagem, embora simples, do guia das profissões não é facilmente processada pelos alunos do 9º ano”	1
	- Muita informação	- “Muita informação na mesma página”	1
Sessões de orientação vocacional	- Permitem esclarecer as dificuldades dos alunos	- “Os alunos, aos 14 anos têm dificuldade em compreender a relação entre interesses e as profissões. A o.v permite isso.”	1

- Como se pode concluir, os inquiridos que usaram o Kit das Profissões, fizeram-no sem nenhuma dificuldade, “Dado o número pouco significativo de vezes em que o utilizei, não me deparei com nenhuma dificuldade que possa ser realçada, pareceu-me sempre de fácil utilização”.

3.2 Quais os aspectos mais positivos na utilização do Kit das Profissões?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
	- Fácil de utilizar	- “A facilidade com que se “manobra”” - “A sua organização facilitadora da procura”	2
	- Material apelativo	- “Material apelativo, principalmente os vídeos, que alunos geralmente apreciam” - “Concentração da informação permitindo ter	1

O Kit das Profissões	- Concentração de informação pertinente	uma primeira opinião em termos vocacionais de uma forma rápida” - “Ter a informação concentrada no mesmo espaço é positivo. Penso que tem que ser pensado a organização/apresentação da mesma informação”	2
	- A organização da informação	- “A organização da informação relativa às profissões”	1
Aspectos positivos do Guia das Profissões	- A sua organização	- “A organização do Guia das Profissões”	1

- Os aspectos positivos considerados pelos inquiridos, é o facto de o Kit das Profissões ser fácil de utilizar “A facilidade com que se “manobra””.
- A concentração de informação pertinente é outra mais valia, “Ter a informação concentrada no mesmo espaço é positivo. Penso que tem que ser pensado a organização/apresentação da mesma informação”

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
- Kit das Profissões –

Tratamento do questionário de avaliação do 6º encontro

Data: 16 de Março de 2010

Escola: Escola Secundária Amato Lusitano

Castelo Branco – DREC

Número de questionários recebidos – 38

1. Considera a divulgação do *Kit das Profissões*, por parte da ANQ, satisfatória?

Sim – 31 (82%)

Não – 7 (18%)

Não respondeu – 0 (0%)

2. Considera os suportes adequados ao público-alvo e utilizadores (brochura, DVD e na internet no site Mundo das Profissões)?

Sim – 33 (87%)

Não – 3 (8%)

Não respondeu – 2 (5%)

3. Já utilizou o *Kit das Profissões* (Guia de Profissões e/ou Manual de Exploração Vocacional)?

Sim – 7 (18%)

Não – 30 (79%)

Não respondeu – 1 (3%)

4. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

4.1. Avaliação global do Guia de Profissões	1	2	3	4	Total
4.1.1. Globalmente, o Guia de Profissões agradou-lhe?			7 (100%)		7
4.1.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário?			6 (86%)	1 (14%)	7

4.1.3. Considera a apresentação gráfica do Guia de Profissões adequada aos jovens?		1 (14%)	5 (72%)	1 (14%)	7

4.2. Avaliação Global do Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4	Total
4.2.1. Globalmente, o Manual de Exploração Vocacional agradou-lhe?			4 (80%)	1 (20%)	5
4.2.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiem a tomada de decisão dos jovens?		2 (33%)	4 (67%)		6
4.2.3. Considera que o Manual de Exploração Vocacional apresenta metodologias adequadas aos jovens e ao contexto?		1 (17%)	4 (66%)	1 (17%)	6

- Num total de 38 questionários recebidos, e tendo em consideração as opiniões expressas no preenchimento do questionário, podemos afirmar que a maioria dos inquiridos, 82% considerou a divulgação do Kit das Profissões por parte da ANQ satisfatória. Apenas 18% respondeu que não.
- Se os suportes são adequados ao público – alvo e utilizadores, 87% dos inquiridos considera que sim, 8% que não e 5% não manifestou opinião.
- Se já utilizaram o Kit das Profissões, 79% afirma que não, contra 18% que já e 3% que preferiu não responder à questão.

Tendo em conta a opinião expressa pelos inquiridos, quando questionados quanto à sua satisfação relativamente aos instrumentos que constituem o Kit das Profissões, podemos tirar as seguintes ilações:

- Que 100% dos inquiridos está satisfeito, de um modo global com o Guia de Profissões.
- No que respeita às informações sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário presentes no Guia de Profissões, vemos que 86% dos inquiridos está satisfeito e que 14% está muito satisfeito.
- Relativamente à adequação da apresentação gráfica aos jovens a percentagem de insatisfeitos é a mesma que de inquiridos muito satisfeitos (1%) sendo que 72% estão satisfeito.
- No que toca ao Manual de Exploração Vocacional, globalmente 80% dos inquiridos está satisfeito, e 20% está muito satisfeito.
- As propostas de actividades de exploração vocacional que apoiam a tomada de decisão dos jovens deixaram satisfeitos 67% dos inquiridos e 33% insatisfeitos.

- Se as metodologias do Manual de Exploração Vocacional são adequadas aos jovens e ao contexto, 66% mostra-se satisfeito contra 17% de insatisfeitos e de muito satisfeitos.

**Análise de conteúdo das questões de resposta aberta questionário de avaliação – 7ª
sessão de sensibilização do Kit das Profissões.**

1. Considera a divulgação do Kit das Profissões, por parte da ANQ, satisfatória?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Divulgação do Kit das Profissões	- Permitiu o contacto com o Kit das Profissões	- Não posso responder porque só agora tomei conhecimento. O primeiro contacto com este projecto fi-lo depois de ter sido convidada a participar nesta actividade"	1
	- Clara e elucidativa	- "Foi clara, elucidativa"	1
	- Satisfatória	- "Considero satisfatória"	1
	- Chegou com facilidade aos que necessitam	- "Na medida em que chega com facilidade aos que dele necessitam"	1
	- Os meios utilizados atingiram diversos públicos	- "Os meios usados permitem atingir diversos públicos. A via da internet é a que melhores resultados permite" - "Utilizaram todos os meios disponíveis para a divulgação (net, envio de Kit's para a escola" - "Foram utilizados os meios de divulgação eficazes" - "Através de mail, através da Equipa de Apoio às escolas e através de acções com esta. Também enviaram um para a escola embora tardiamente"	4
O Kit das Profissões	- Instrumento satisfatório	- "A apresentação do Kit das Profissões pela demonstração das suas características e potencialidades é por si só merecedora de uma avaliação satisfatória"	1
	- Tomei conhecimento no final do ano lectivo	- "Tomei conhecimento no final do ano lectivo transacto e durante o presente"	1
	- Chegou às escolas	- "Apesar dos Kits terem chegado às escolas, durante o ano lectivo anterior"	2

	- Permite conhecer diferentes opções profissionais - Importante a sua divulgação - Agrupa informação de forma simples - Útil na orientação dos alunos	- “O facto de terem enviado para as escolas directamente torna mais fácil a sua chegada até nós” - “Permite conhecer as diferentes opções” - “Dá a conhecer muitas saídas profissionais aos jovens em idade de indecisão” - “Conhecimento concreto dos critérios/ perfis necessários para as profissões e conhecimento das saídas profissionais” - “É muito importante divulgar novos percursos de aprendizagem formação” - “Permite o conhecimento dos diferentes cursos profissionais e as principais actividades por elas desenvolvidas” - “Porque com esta divulgação é uma maior informação sobre saídas profissionais e qualificações” - “Permite que professores e alunos conhecem as saídas profissionais e clarificar alguns aspectos” - “É um instrumento recente pelo que considero importante a sua divulgação junto dos vários intervenientes da comunidade educativa” - “Agrupa a informação de forma simples, rapidamente apreensível e atractivo para os alunos” - “Porque reúne informação relevante que ajuda na decisão sobre orientação/ decisão vocacional” - “Parece ser de utilidade prática para a actividade de orientação com os jovens”	7 1 2 1
	- A primeira dirigida aos técnicos	- “Esta é a primeira acção de divulgação e sensibilização para técnicos”	1
Sessão de sensibilização	- Dá a conhecer o Kit das Profissões	- “Permite um melhor conhecimento do Kit” - “Penso que é importante para melhor conhecer o	2

	- Importante para a partilha de ideias e experiências	instrumento" - "São importantes estes encontros para partilha de ideias e experiências"	1
Falha na divulgação do Kit das Profissões	- Deveria ter sido apresentado de forma mais formal	- "Penso que deveria ter sido apresentado de uma forma mais "formal" às escolas, com sessão como a que agora se realiza"	1
Sugestões para a divulgação	- Abordagem via e-mail no início do ano lectivo	- "Poderia ser feita uma outra abordagem no início dos anos lectivos (por ex. via mail) para divulgação."	1

- A divulgação do Kit das Profissões foi considerada satisfatória, pois o instrumento permitiu conhecer as diferentes opções profissionais, "permite o conhecimento dos diferentes cursos profissionais e as principais actividades por elas desenvolvidas".
- Para além disso, o facto dos meios utilizados atingirem diversos públicos, tornou a divulgação satisfatória, "os meios usados permitem atingir diversos públicos. A via da internet é a que melhores resultados permite".
- O facto da divulgação dar a conhecer o Kit das Profissões, como um instrumento que agrupa informação de forma simples, é outro factor de sucesso da divulgação.

2. Considera os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores (na internet no site Mundo das Profissões, brochura e DVD)?

Categoria	Subcategoria	Unidades de registo	Frequência
	- Contém informação sobre profissões	- "Tem muita informação sobre as profissões prováveis" - "Maior informação sobre as saídas profissionais e respectiva planificação" - "Dá uma melhor ideia sobre a variedade de novas profissões que os nosso jovens podem seguir" - "Considero que sim pelo facto de fornecer	3

Os suportes são adequados ao público – alvo	- Fornecem informação diversificada	informação diversificada” - “Considero os suportes adequados aos jovens para os quais se destina, para além de se diversificado”	2
	- Apelativos e interactivos	- “São bastante apelativos e interactivos, suscitando uma procura actual de informação” - “Apelativo à consulta por parte dos jovens”	2
	- Fáceis de consultar	- “Fácil consulta” - “São de fácil utilização e estão ao alcance do público – alvo” - “Contém informação c/ carácter reflectivo e sucinto e de fácil consulta” - “São de fácil consulta e bastante completos”	4
	- Prestam informação em diferentes suportes	- “Porque o facto de haver informação em diferentes suportes permite adequar a sua utilização a diferentes situações” - “A diversidade de formas de apresentar aumenta a probabilidade de acolhimento da informação” - “São suportes acessíveis à generalidade dos destinatários” - “Devido à diversidade de meios utilizados e ao nível de informação que contém” - “Há uma ampla e diversificada gama de suportes, quer informáticos, quer audiovisuais” - “Atende à diversidade de suportes”	6
	- Falta informação	- “No entanto considero que falta determinadas informações”	1
	- Acrescentar testemunhos de alunos	- “Acrescentar apenas testemunhos de alunos a frequentar os respectivos cursos”	1
Internet e DVD	- Os meios mais adequados	- “São actualmente os dois meios mais adequados – net e DVD”	1
	- Estão ao alcance de todos	- “Uma vez que actualmente a internet e o DVD acabam por estar ao alcance de todos”	2

	- São de fácil utilização	- “Estão ao alcance de todos” - “São de mais fácil utilização”	1
Internet	- A sua utilização é muito mais fácil	- “Hoje em dia a utilização da internet, ou seja, dos média é muito mais fácil do que outra forma de informação” - “Considero adequado principalmente a disponibilidade na internet, uma vez que é um meio bastante utilizado pelos jovens”	2

- Os suportes são adequados ao público – alvo porque prestam informação em diferentes suportes “a diversidade de formas de apresentar aumenta a probabilidade de acolhimento da informação”.
- A facilidade com que se podem consultar é outro facto a favor da sua adequação, “são de fácil consulta e bastante completos”.
- “Maior informação sobre as saídas profissionais e respectiva planificação” é o que torna os suportes adequados ao público – alvo.

3.1 Quais as dificuldades sentidas na utilização do Kit das Profissões?

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Frequência
Dificuldades na utilização do Kit das Profissões	-Sem dificuldades sentidas	- “Não foram sentidas dificuldades” - Nenhuma”	2
	- Falhas na utilização do DVD	- “Os DVD’s nem sempre dão (não sei se o problema será dos computadores”	1
	- Falta de meios informáticos	- “Para o grupo – turma é difícil a sua afeição dada a falta de meios informáticos para todos os alunos”	1
	- Visualização dos vídeos	- “Visualização dos vídeos testemunhos dos profissionais”	1
Sugestões para completar o Kit das Profissões	- Deveria conter os planos de estudos	- “Os/ as jovens continuam com dúvidas sobre as actividades profissionais, deveria ter planos de estudos e a oferta nacional.”	1

- A maioria dos inquiridos não sentiu dificuldades na utilização do Kit das Profissões.
- No entanto são apontadas algumas dificuldades, com por exemplo falhas na utilização do DVD e na visualização dos vídeos.
- Para além disso surge uma sugestão de melhoria, completar o Kit das Profissões com os planos de estudos dos cursos.

3.2 Quais os aspectos mais positivos na utilização do Kit das Profissões?

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Frequência
Aspectos positivos do Kit das Profissões	- A estrutura e organização	- "A estrutura; a orientação e as indicações específicas para cada curso de formação" - "Organização" - "A organização/ esquematização da informação facilita a compreensão dos alunos"	3
	- Descrição das actividades	- "As descrições das actividades / profissões com testemunhos" - "Explicação simples e clara das profissões"	2
	- Disponibiliza a informação num suporte atractivo	- "Disponibilizam informação num suporte atractivo informação sobre formação/ profissões de nível intermédio"	1
	- Informação clara e acessível	- "Fácil navegação e informação clara e acessível"	1
	- Ajuda na reflexão dos jovens sobre o mundo das profissões	- "Permite ajudar os jovens a reflectir sobre o mundo das profissões e as suas escolhas"	1
	- Veio responder à lacuna de divulgação nesta área	- "Penso que havia uma lacuna nesta área na divulgação e exploração de cursos profissionais a que este Kit e o site com diversos suportes veio dar resposta"	1

- O aspecto positivo mais evidenciado é a estrutura e organização do Kit das Profissões, "a estrutura; a orientação e as indicações específicas para cada curso de formação".

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
- Kit das Profissões –

Tratamento do questionário de avaliação do 6º encontro

Data: 16 de Março de 2010

Escola: Escola Secundária Amato Lusitano

Castelo Branco – DREC

Número de questionários recebidos – 38

1. Considera a divulgação do *Kit das Profissões*, por parte da ANQ, satisfatória?

Sim – 31 (82%)

Não – 7 (18%)

Não respondeu – 0 (0%)

2. Considera os suportes adequados ao público-alvo e utilizadores (brochura, DVD e na internet no site Mundo das Profissões)?

Sim – 33 (87%)

Não – 3 (8%)

Não respondeu – 2 (5%)

3. Já utilizou o *Kit das Profissões* (Guia de Profissões e/ou Manual de Exploração Vocacional)?

Sim – 7 (18%)

Não – 30 (79%)

Não respondeu – 1 (3%)

4. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

4.1. Avaliação global do Guia de Profissões	1	2	3	4	Total
4.1.1. Globalmente, o Guia de Profissões agradou-lhe?			7 (100%)		7
4.1.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário?			6 (86%)	1 (14%)	7

4.1.3. Considera a apresentação gráfica do Guia de Profissões adequada aos jovens?		1 (14%)	5 (72%)	1 (14%)	7

4.2. Avaliação Global do Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4	Total
4.2.1. Globalmente, o Manual de Exploração Vocacional agradou-lhe?			4 (80%)	1 (20%)	5
4.2.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiem a tomada de decisão dos jovens?		2 (33%)	4 (67%)		6
4.2.3. Considera que o Manual de Exploração Vocacional apresenta metodologias adequadas aos jovens e ao contexto?		1 (17%)	4 (66%)	1 (17%)	6

- Num total de 38 questionários recebidos, e tendo em consideração as opiniões expressas no preenchimento do questionário, podemos afirmar que a maioria dos inquiridos, 82% considerou a divulgação do Kit das Profissões por parte da ANQ satisfatória. Responderam que não 18%.
- Se os suportes são adequados ao público – alvo e utilizadores, 87% dos inquiridos considera que sim, 8% que não e 5% não manifestou opinião.
- Se já utilizaram o Kit das Profissões, 79% afirma que não, contra 18% que já e 3% que preferiu não responder à questão.

Tendo em conta a opinião expressa pelos inquiridos, quando questionados quanto à sua satisfação relativamente aos instrumentos que constituem o Kit das Profissões, podemos tirar as seguintes ilações:

- A totalidade dos inquiridos 100% está satisfeito, de um modo global com o Guia de Profissões.
- No que respeita às informações sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário presentes no Guia de Profissões, vemos que 86% dos inquiridos está satisfeito e que 14% está muito satisfeito.
- Relativamente à adequação da apresentação gráfica aos jovens a percentagem de insatisfeitos é a mesma que de inquiridos muito satisfeitos (14%) sendo que 72% está satisfeito.
- No que toca ao Manual de Exploração Vocacional, globalmente 80% dos inquiridos está satisfeito, e a percentagem de muito satisfeitos é de 20%.

- As propostas de actividades de exploração vocacional que apoiam a tomada de decisão dos jovens deixaram satisfeitos 67% dos inquiridos e 33% insatisfeitos.
- Se as metodologias do Manual de Exploração Vocacional são adequadas aos jovens e ao contexto, 66% mostra-se satisfeito e a percentagem de insatisfeitos e muito satisfeitos fica-se pelos 17%.

**Análise de conteúdo das questões de resposta aberta questionário de avaliação – 8ª
sessão de sensibilização do Kit das Profissões.**

1. Considera a divulgação do Kit das Profissões, por parte da ANQ, satisfatória?

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Frequência
Distribuição do Kit das Profissões	- Não receberam na escola	- “Na minha escola ainda não tínhamos recebido este Kit, por conseguinte conheço o material em casa.”	1
	- Entregue no final do ano lectivo	- “Só foram entregues às escolas no final do ano lectivo passado, não permitindo que fossem utilizados nos programas de orientação vocacional”	1
	- Recebemos o Kit na escola	- “Na escola que trabalho recebemos o Kit, tendo na biblioteca exemplares e com a psicóloga para a sua consulta e divulgação” - “Chegaram às escolas alguns exemplares e lá divulgar o site do Ministério” - “Foi enviado para as escolas, bem como acerca de sensibilização do dia 19 sobre o Kit das Profissões”	3
Divulgação do Kit das Profissões	- Não sensibilizou para a sua utilização	- “Julgo que a Direcção não ficou sensibilizada para o Kit. Tive conhecimento dele por mero acaso”	1
	- Proporcionou encontros de debate com profissionais	- “Proporcionando encontros c/ profissionais para a sua apresentação/ experimentação/ debate será mais adequado do que colocar informação no site” - “Considero numa perspectiva da criação de partilha de rede, de trabalho em equipa e multidisciplinar. A importância da partilha da informação ao nível nacional”	2
	- Forma de obter o Kit	- “Foi a forma de conseguir obter o Kit das Profissões”	1
	- Foram abordados muitos pormenores	- “Porque foram abordados muitos pormenores incluídos e alguns de forma aprofundada”	1
	- Deu a conhecer o Kit das Profissões	- “Fiquei com uma ideia geral do seu conteúdo”	1

	- Oportuna e abrangente	- “Muito oportuna e abrangente”	1
	- Dirigiu-se apenas à Direcção da escola	- “Foi apenas dirigida à Direcção da escola que posteriormente informa os SPO”	1
	- Clara e concisa	- “Foi bastante clara e concisa”	1
	- Seria mais útil se chegasse aos pais	- “Sim, mas seria muito mais útil se o Kit pudesse chegar aos Pais, principalmente aos pais dos alunos do ensino básico”	1
	- Satisfatória	- “Considero satisfatória, na medida em que foi enviada para as escolas bem como a acção de sensibilização sobre o Kit das Profissões realizada no dia 19 de Março”	1
Kit das Profissões	- Dificuldades na sua utilização	- “Porque nem sempre sabemos utilizar estes materiais de orientação vocacional de forma adequada”	1
	- Material útil e prático	- “Material muito prático e útil e com uma linguagem acessível para os jovens e interessados”	1
	- Informação sintetizada e clara	- “A informação é sintetizada e fornecida de forma clara e precisa”	1
	- Informa sobre as profissões	- “Contêm informações claras sobre as profissões, a exploração vocacional, as qualificações e saídas profissionais” - “Considero que a vantagem principal deste Kit consiste na condensação de toda, ou da informação mais relevante acerca dos cursos profissionais e dos perfis profissionais de nível III, adequando-as às saídas profissionais, o que permite uma melhor exploração por parte dos jovens (importante adequar ao catálogo das profissões)”	2

- Tendo em conta as respostas dos inquiridos, estes consideraram a divulgação/ distribuição do Kit das Profissões satisfatória, pois receberam o Kit na escola, - “Na escola que trabalho recebemos o Kit, tendo na biblioteca exemplares e com a psicóloga para a sua consulta e divulgação”

- A divulgação proporcionou encontros de debate com profissionais “Proporcionando encontros c/ profissionais para a sua apresentação/ experimentação/ debate será mais adequado do que colocar informação no site”
- Foi importante para perceber que o Kit das Profissões informa sobre as profissões, “Contêm informações claras sobre as profissões, a exploração vocacional, as qualificações e saídas profissionais”.

2. Considera os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores (na internet no site Mundo das Profissões, brochura e DVD)?

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Frequência
Os suportes são adequados ao público – alvo	- São de fácil utilização	- “São de fácil utilização para qualquer faixa etária” - “Fácil utilização”	2
	- São apelativos	- “São suportes apelativos” - “São apelativos” - “Parece-me apelativo” - “Visualmente apelativos”	4
	- Têm linguagem cuidada e acessível	- “Com uma linguagem, embora cuidada, acessível as jovens” - “Acessíveis” - “Estrutura apelativa visualmente”	3
	- A informação está organizada	- “A informação está organizada de acordo com os interesses e preferências de cada um” - “Tem vários domínios profissionais, bem divididos e estruturados”	2
	- Diversificação de instrumentos	- “Diversificação de instrumentos complementares” - “Pela diversidade de materiais tornando-a mais interessante para os alunos” - “Parece-me os instrumentos essenciais à divulgação no mundo em que vivemos, sobretudo porque os nossos	4

		jovens valorizam muito e usam com regularidade qualquer um desses mesmos” - “Permite uma maior acessibilidade a toda a informação por parte do público”	
Site “Mundo das Profissões”	- Acessível	- “A internet e o vídeo são mesmo francamente acessíveis”	1
	- Conteúdos claros e atractivos	- “O site apresenta conteúdos muito claros e atractivos para os jovens”	1
	- Remete para a associação às novas tecnologias	- “Remete para a associação às novas tecnologias, que cada vez mais fazem parte da actualidade/ futuro” - “Hoje em dia, a internet é a melhor forma para lhes dar a conhecer as várias ofertas”	2
	- O jogo das profissões tem falhas	- “O jogo das profissões é um pouco lento e por vezes tem falhas” - “O jogo das profissões é um pouco lento e por vezes tem falhas (considere as 3 opções erradas)”	2
	- Pode ser explorado pelos interessados	- “Penso que este site pode ser explorado com interesse por parte dos interessados”	1
Kit das Profissões	- Ainda não consultei	- “Ainda não tive oportunidade de consultar” - “Desconheço”	2
	- Aspecto visual e conteúdos adequados ao público – alvo	- “Tendo em conta que o público – alvo é o grupo juvenil, considero que a organização, o aspecto visual e os conteúdos da informação disponibilizada neste Kit das Profissões se encontram adequados ao respectivo público”	1
DVD	- Bem organizado	- “Embora com organização adequada”	1
	- Apresentação em PDF não atrai os jovens	- “Apresentação em PDF não atrai os jovens”	1
	- Os vídeos por vezes não funcionam	- “Apresentação swf não funciona em várias tentativas que efectuei”	1

- Os suportes são adequados ao público – alvo e utilizadores porque são apelativos, “são suportes apelativos”.
- São adequados, pois representam uma diversificação de instrumentos “pela diversidade de materiais tornando-a mais interessante para os alunos”.
- O facto de o instrumento ter uma linguagem acessível e cuidada torna-os mais adequados “com uma linguagem, embora cuidada, acessível as jovens”.

3.1 Quais as dificuldades sentidas na utilização do Kit das Profissões?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Kit das Profissões	- Apenas usei este instrumento	- “Utilizei somente o Kit das Profissões”	1
	- Tem informação muito pormenorizada	- “Tem informações muito pormenorizadas que levam a que seja necessário apoio de um Profissional para exploração do Kit, faltam profissões não intermédias”	1
	- Não contém todas as saídas profissionais	- “Não está todas as saídas profissionais”	1
	- Os alunos não se identificam com este material	- “Os alunos orientados para a persecução nos estudos não se identificam com este material”	1
Sugestões para completar o Kit das Profissões	- Contemplar os planos de estudos	- “O Kit deveria contemplar os planos de estudo (nomeadamente as disciplinas da corrente científica) de modo a facilitar o processo de tomada de decisão vocacional”	1
DVD	- O som não tem boa qualidade	- “O som dos testes dos profissionais, no DVD, não apresenta boa qualidade”	1
	- Os links não facilitam a pesquisa	- “Os sites para que remetem não são fáceis para pesquisar, consultar”	1
Guia das Profissões	- Senti dificuldades na sua utilização	- “Apenas utilizei o Guia das Profissões senti alguma dificuldade em mostrar as profissões (leitura de índice)	1

	- Faltam cursos profissionais	- “Faltava cursos profissionais que já senti necessidade de pesquisar”	1

- Em relação às dificuldades sentidas, não foi evidenciada pelos inquiridos uma grande dificuldade, pois as respostas foram diversificadas. Apontaram como dificuldade por exemplo, não conter todas as saídas profissionais ou o facto de os alunos não se identificarem com este material “Os alunos orientados para a persecução nos estudos não se identificam com este material”.

3.2 Quais os aspectos mais positivos na utilização do Kit das Profissões?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Kit das Profissões	- Apoio na diversificação de actividades	- “Apoio na utilização e diversificação de actividades” - “Sugere actividades bem planeadas”	2
	- Instrumento muito útil	- “Na minha opinião é um instrumento muito útil”	1
	- Esclarece o mundo das profissões para os jovens	- “Veio complementar duma forma muito explícita o essencial para que os jovens/ adultos fiquem a conhecer melhor o mundo das profissões” - “Dá informação sobre os cursos profissionais bem abrangente”	2
	- Permite o contacto com várias profissões	- “Permite o contacto com várias profissões, permitindo que os alunos façam uma exploração mais intensa acerca das profissões” - “Dá conhecimento acerca de várias profissões cujo acesso é possibilitado pela frequência de cursos profissionais”	2
	- Complemento de	- “Sistematizar a informação, permite obter o testemunho	

	informação	de um profissional, é um óptimo complemento, ao nível da informação ao plano do curso"	1
	- Bom instrumento de trabalho	- "É um bom instrumento de trabalho"	1

- Relativamente aos aspectos positivos o Kit das Profissões é um apoio na diversificação de actividades "apoio na utilização e diversificação de actividades".
- O Kit das Profissões esclarece o mundo das profissões para os jovens "veio complementar numa forma muito explícita o essencial para que os jovens/ adultos fiquem a conhecer melhor o mundo das profissões".
- Para além disso o Kit das Profissões permite o contacto com várias profissões "Permite o contacto com várias profissões, permitindo que os alunos façam uma exploração mais intensa acerca das profissões".

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
- Kit das Profissões -

Tratamento do questionário de avaliação do 8º encontro

Data: 19 de Março de 2010

Escola: Escola Profissional de Braga

Braga – DREN

Número de questionários recebidos – 48

1. Considera a divulgação do *Kit das Profissões*, por parte da ANQ, satisfatória?

Sim – 36 (75%)

Não – 10 (21%)

Não respondeu – 2 (4%)

2. Considera os suportes adequados ao público-alvo e utilizadores (brochura, DVD e na internet no site Mundo das Profissões)?

Sim – 41 (85%)

Não – 1 (2%)

Não respondeu – 6 (13%)

3. Já utilizou o *Kit das Profissões* (Guia de Profissões e/ou Manual de Exploração Vocacional)?

Sim – 7 (15%)

Não – 41 (85%)

Não respondeu – 0 (0%)

4. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

4.1. Avaliação global do Guia de Profissões	1	2	3	4	Total
4.1.1. Globalmente, o Guia de Profissões agradou-lhe?			3 (43%)	4 (57%)	7
4.1.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário?			4 (57%)	3 (43%)	7

4.1.3. Considera a apresentação gráfica do Guia de Profissões adequada aos jovens?			3 (43%)	4 (57%)	7

4.2. Avaliação Global do Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4	Total
4.2.1. Globalmente, o Manual de Exploração Vocacional agradou-lhe?		1 (17%)	2 (33%)	3 (50%)	6
4.2.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiem a tomada de decisão dos jovens?		1 (20%)	3 (60%)	1 (20%)	5
4.2.3. Considera que o Manual de Exploração Vocacional apresenta metodologias adequadas aos jovens e ao contexto?		1 (20%)	2 (40%)	2 (40%)	5

- Num total de 48 questionários recebidos, e tendo em consideração as opiniões expressas no preenchimento do questionário, podemos afirmar que a maioria dos inquiridos, 75% considerou a divulgação do Kit das Profissões por parte da ANQ satisfatória. Já 21% consideraram que não e apenas 4% preferiram não responder.
- Se os suportes são adequados ao público – alvo e utilizadores, 85% dos inquiridos considera que sim, 2% que não e 13% não manifestou opinião.
- Se já utilizaram o Kit das Profissões, 85% afirma que não, contra 15% que afirma que já.

Tendo em conta a opinião expressa pelos inquiridos, quando questionados quanto à sua satisfação relativamente aos instrumentos que constituem o Kit das Profissões, podemos tirar as seguintes ilações:

- Que 57% dos inquiridos está muito satisfeito, de um modo global com o Guia de Profissões, e que 43% está muito satisfeito.
- No que respeita às informações sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário presentes no Guia de Profissões, vemos que 57% dos inquiridos está satisfeito e que 43% está muito satisfeito.
- Relativamente à adequação da apresentação gráfica aos jovens a percentagem de muito satisfeitos é superior (57%) sendo que a de satisfeitos fica-se pelos 43%.
- No que toca ao Manual de Exploração Vocacional, globalmente 50% dos inquiridos está muito satisfeito, 33% está apenas satisfeito e 17% insatisfeito.
- As propostas de actividades de exploração vocacional que apoiam a tomada de decisão dos jovens deixaram satisfeitos 60% dos inquiridos. A percentagem de insatisfeitos e de muito satisfeitos é igual (20%)

- Se as metodologias do Manual de Exploração Vocacional são adequadas aos jovens e ao contexto, 40% mostra-se satisfeito e muito satisfeito contra 20% de insatisfeitos.

**Análise de conteúdo das questões de resposta aberta questionário de avaliação – 9ª
sessão de sensibilização do Kit das Profissões.**

1. Considera a divulgação do Kit das Profissões, por parte da ANQ, satisfatória?

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Frequência
Os suportes são adequados ao público – alvo	- Promovem o conhecimento das profissões	- “Porque promove o conhecimento das profissões em concreto, para que os jovens possam fazer escolhas mais acertadas.” - “Considero importante divulgar este tipo de recursos de forma a podermos orientar os alunos” - “Importante para divulgação de informação relativa a profissões “pouco conhecidas”.”	3
	- Interessantes e apelativos	- “Interessante e apelativo”	1
	- Divulgam informação sobre ofertas qualificantes	- “Para divulgar informação” -“ Alarga a possibilidade de conhecermos as ofertas qualificantes e ajuda a que possamos dar uma melhor informação aos nossos alunos” - “Permite um maior conhecimento das ofertas qualificantes” - “Ajuda à definição de estratégias de divulgação junto do público – alvo e permite ainda uma adequada escolha e gestão de opções” - “Fornece uma informação detalhada e organizada, acessível a alunos, professores e técnicos e possibilita a tomada de decisões reais e conscientes” -“Apresenta uma grande diversidade formativa, boa divulgação de oferta educativa do sistema educativo português a nível do ensino profissional”	6
	- Condensam a informação	- “Pelo facto de condensar num só documento informação dispersa sobre profissões e saídas profissionais”	1

	- Auxilia nas escolhas dos jovens	- “Trata-se de um documento auxiliar muito importante para ajudar os jovens nas escolhas a prosseguir”	1
	- Ajuda na definição de estratégias de divulgação junto dos alunos	- “Ajuda a definição de estratégias de divulgação junto do público – alvo e permite ainda uma adequada escolha e gestão de opções”	1
Conhecer os suportes	-Melhora a sua utilização e prática	- “Quanto melhor for o conhecimento destes instrumentos melhor será a sua utilização e prática”	1
Distribuição do Kit das Profissões	- Entregue tardiamente nas escolas	- “Considero que a chegada as escolas foi demasiado tardia, pois foi no final de ano lectivo transacto.” - “Peca por tardiamente a sua entrega nas escolas e esta acção”	2
	- Por várias escolas	- “O Kit das Profissões foi distribuído pelas várias escolas, sendo possível o seu conhecimento pelos docentes” -“Foram enviados para a escola alguns Kit das Profissões que ficaram disponíveis para consulta quer de alunos quer de docentes/ funcionários”	2
	- A escola não acusou a sua recepção	- “Desconheço se foi entregue na minha escola” - “Desconhecemos que tenha sido entregue na nossa escola”	2
Divulgação do Kit das Profissões	- Bastante útil e positiva	- “Atendendo a que desconhecia totalmente esta aplicação pareceu-me bastante útil a sua divulgação” - “Considero a divulgação do Kit das Profissões positiva”	2
	- Satisfatória	- “Considero a divulgação do Kit das Profissões satisfatória uma vez que se verifica a preocupação de realizarem acções de sensibilizadoras e promotoras de informação” - “Satisfatória”	2

	- Abrange um número restrito de pessoas	- “Por enquanto a divulgação do Kit abrange um número restrito da comunidade”	1
	- Permitiu a formação de grupos de profissionais da orientação	- “Acredito que a formação de grupos reduzidos e compostos por profissionais que trabalham directamente com a orientação puderam tornar a divulgação mais abrangente”	1
	- Deveria ser através de sessões com alunos	- “Deveria ser com sessões a nível dos concelhos para alunos dos 7º, 8º e 9º e também de secundário”	1
	- Decorreu tardiamente	- “Como foi aqui referido a sua divulgação ocorreu tardiamente e num momento pouco ajustado ao funcionamento das escolas” - “Com atraso na divulgação visto ser muito próximo do fim do ano lectivo e como instrumento de trabalho deveria ser mais cedo”	2
	- Abrangeu os profissionais “chave”	- “Sim já que foi divulgado e penso que terá abrangido os profissionais “chave”.”	1
	- Deu a conhecer o Kit das Profissões	- “Tomei conhecimento pela 1ª vez, quando fui convocado para esta reunião” - “Até esta acção de sensibilização só soube do Kit através do convite da DRELVT para estar presente na mesma” - “Todas as acções realizadas permitam um conhecimento, na generalidade, suficiente, sobre o Kit”	3
Kit das Profissões	- Não conheço	- “Desconhecimento do Kit das Profissões”	1
	- Versão online uma mais valia	- “O facto de existir em formato online, também é uma mais valia” - “Sim o Kit está disponível na internet é de fácil acesso para os alunos e profissionais” - “Relativamente à divulgação online considero que está a ser feita satisfatoriamente”	3

	- Claro nos seus objectivos	- “Claro nos seus objectivos”	1
	- Bem organizado e fácil de consultar	- “Apresenta boa organização é o essencial” - “Permite uma análise/ consulta rápida” - “Apresentaram este “trabalho” de forma organizada concreta, simples e atractiva”	3
	- As sugestões de actividades são coerentes	- “As sugestões de actividades são coerentes e muito válidas pois são práticas e fácil de trabalhar com os alunos”	1

2. Considera os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores (na internet no site Mundo das Profissões, brochura e DVD)?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Kit das Profissões	- Actual e apelativo	- “Claro porque é mais actual e apelativo”	1
	- Não conheço o conteúdo	- “Não conheço o conteúdo, depois de avaliar posso mudar de opinião, mas acho que toda a informação é importante” - “Desconhecia a existência deste recurso”	2
	- Generalista e abrangente	- “É generalista e abrangente” - “É generalista, abrangente e minuciosa, tem os itens necessários a um esclarecimento adequado”	2

Os suportes são adequados	- Contêm conteúdos necessários	- “Considero adequado pois tem conteúdos necessários para orientar os jovens, para além disto é abrangente”	1
	- Facilita o acesso à informação	- “Com estes meios de divulgação é fácil todos terem acesso à informação”~	1
	- Para pais e técnicos	- “Os suportes utilizados são adequados ao público jovem mas também para os pais, técnicos e professores consultarem”	1
	- Pela diversidade	- “Pela diversidade (Net/ Papel/ DVD)” - “São suportes variados o que amplia a sua utilização”	2
Suporte informático (DVD)	- Não possuo as condições para o utilizar	- “Além disso não há equipamento para trabalhar CD-ROM nas minhas escolas”	1
	- Mais adequado	- “Questões económicas de actualização a internet poderá ter uma adequação maior”	1
	- Mais fácil de mostrar aos jovens	- “Dado existir e suporte digital é mais fácil mostrar aos jovens”	1
	- Denso e apelativo	- “O formato do CD é denso, pouco apelativo e facilmente substituível por materiais escritos”	1
	- Potencialmente mais duradouro	- “De efeito potencialmente, mais duradouro”	1
	- É um backup	- “O DVD é mais para backup”	1
Suportes do Kit das Profissões	- São adequados	- “Os suportes são adequados, contudo os professores terão uma palavra importante a dizer no aconselhamento e acompanhamento dos jovens”	1
	- Apresentam informação adequada	- “Apresentam informação adequada, diversa e de linguagem acessível”	1

	- Devem ser divulgados nas escolas	- “No entanto deve haver divulgação destes sites e materiais em locais chave e visíveis na escola para os alunos” - “Desde que haja divulgação adequada, os materiais são apelativos e de fácil utilização” - “Dar a conhecer à escola/ alunos”	3
	- Complementam-se	- “Todos estes suportes se complementam uns aos outros”	1
	- Possibilita a pesquisa	- “Possibilita a pesquisa/ apresentação também em suporte informático e faculta a aplicação” - “Permite uma pesquisa mais adequada aos interesses dos alunos”	2
	- Apelativos	- “Instrumentos apelativos” - “Parecem ser apelativos, coloridos e actuais” - “Apesar de considerar que podendo ter um ambiente mais apelativo” - “Suportes apelativos do ponto de vista gráfico e informação “simples” e facilmente assimilável”	4
	- Fácil acesso e consulta	- “Todos os suportes são de fácil acesso e consulta. Tem um visual óptimo e facilitador”	1
Site “Mundo das Profissões”	- “Permite aos jovens conhecerem alternativas	- “Pelo que pode verificar no site Mundo das Profissões, este permite aos jovens conhecerem muitas alternativas”	1
	- Mais apelativos	- “Na internet é mais apelativo”	1
	- Torna as decisões mais fáceis	- “Torna as decisões de forma mais informada e esclarecida”	1
	- Formato acessível	- “Torna-se acessível a consulta de dados pelos utilizadores” - “Proporciona um acesso fácil com informação clara a todos os interessados”	2

	- Torna a divulgação mais eficaz	- “O facto de existir o site “Mundo das Profissões” torna a divulgação e consulta muito mais eficaz”	1
Diversidade de suportes	- Permite chegar a um maior número de pessoas	- “A diversificação permite chegar a número elevado de destinatários”	1

- Para os inquiridos o Kit das Profissões é adequado ao público – alvo porque é um instrumento apelativo “suportes apelativos do ponto de vista gráfico e informação “simples” e facilmente assimilável”.
- Devido ao facto de serem adequados, deveriam ser divulgados nas escolas “no entanto deve haver divulgação destes sites e materiais em locais chave e visíveis na escola para os alunos”.
- São adequados porque são generalistas e abrangentes, possibilitam a pesquisa e apresentam um formato acessível.

3.1 Quais as dificuldades sentidas na utilização do Kit das Profissões?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Dificuldades na utilização do site “Mundo das Profissões”	- Demasiada informação	- “A 1ª página tem demasiada informação para os jovens”	1
	- Dificuldade em mudar de profissão no site	- “Explorei o Guia das Profissões, através do site e não era fácil/ rápido ir mudando as profissões para mostrar aos alunos”	1
	- Os links são muito indirectos	- “O facto do link ser muito indirecto ter de passar por diversos passos antes de aceder ao mesmo na internet”	1
	- Impossível ver os vídeos	- “Impossibilidade de ver os vídeos (falha informática dos meus programas)”	1
	- O Guia das	- “O Guia na net está “escondido”	1

	Profissões está escondido - Não é apelativo	- “Não é apelativo. O sistema Educativo Formativo não está minimamente apelativo”	1
Dificuldades na utilização do DVD	- Difícil de utilizar sem formação previa	- “Dificuldade em mostrar os jovens como utilizá-los, pois não tinha informação prévia.”	1
	- Na procura de alguma informação	- “Dificuldade em procurar algumas coisas no DVD”	1
Dificuldades na utilização do Kit	- Sem dificuldades	- “Nenhuma”	1
Sugestões de melhoria	- Deveria incluir os planos curriculares	- “Penso que o mesmo deveria incluir informações quer sobre o plano curricular dos cursos, quer sobre a rede escolar”	1
	- Aceder aos cursos por zona geográfica	- “Muitas das Profissões os jovens não têm acesso aos cursos que lhes permitem aceder (pela zona geográfica da sua residência)” - “Fraco ponto para a realidade/ oferta educativa/ formativa existente ao dispor dos alunos nas escolas próximas da sua área de residência”	2
	- Fazer algo mais apelativo	- “Sugere-se algo mais visual, uma informação mais apelativa e esquematizada”	1
	- Deveria explicitar-se as diferenças entre cada curso	- “Talvez fosse importante, dentro de cada área de educação e formação explicitar as diferenças entre cada curso (de uma forma esquemática, sucinta) Para auxiliar os jovens nas suas escolhas	1
Dificuldade no Guia das Profissões	- Não contem as disciplinas de cada curso	- “No Guia da Profissões não constam as disciplinas de cada curso nem estão indicadas as áreas de educação e formação que agrupam as várias profissões o que dificulta a posterior pesquisa do programa curricular de cada curso” - “No guia não constam as disciplinas de cada curso. Nem especifica a área de educação e formação (não tem informação suficiente”	2

- As dificuldades sentidas pelos inquiridos passam pelo facto de o Kit das Profissões não contem as disciplinas de cada curso “no guia não constam as disciplinas de cada curso. Nem especifica a área de educação e formação (não tem informação suficiente”.
- Para os inquiridos os cursos no Kit das Profissões deveriam ser organizados de acordo com a área geográfica, em que se realizam “muitas das Profissões os jovens não têm acesso aos cursos que lhes permitem aceder (pela zona geográfica da sua residência)”.

3.2 Quais os aspectos mais positivos na utilização do Kit das Profissões?

Categoria	Subcategoria	Unidades de registo	Frequência
Aspectos positivos na utilização do Kit das Profissões	- É um material actualizado	- “A sua existência é positiva porque normalmente existem provas materiais actualizadas”	1
	- Linguagem acessível	- “Linguagem acessível” - “Tem uma linguagem acessível”	2
	- Os vídeos permitem o contacto com a realidade	- “O facto de os jovens poderem perceber através dos vídeos (contacto com a realidade) o que poderão fazer ou ser no futuro” - “O poder mostrá-lo aos alunos através do vídeo – projector”	2
	- Informação objectiva, acessível e concisa	- “Informação objectiva e concisa” - “Linguagem acessível” - “Apresentação da informação d forma clara, organizada e respectiva correspondência com cursos profissionais”	3
	- A disponibilização de actividades	- “O poder inspirar-me nele para utilizar algumas actividades”	1
	- Permite contacto com um conjunto diversificado de	- “Permitir o acesso a um conjunto diversificado de profissões que muitas vezes os alunos não conhecem” - “Acho positivo que os alunos consigam perceber e	2

	profissões	ter acesso ao que é e o que fazem os diferentes profissionais no seu dia a dia profissional”	
	- A organização	- “A organização do Guia de Profissões” - “Simplicidade, organização, diversidade”	2

- O aspecto positivo mais evidenciado pelos inquiridos é o facto do Kit das Profissões ser um instrumento que contém informação objectiva, acessível e concisa, “informação objectiva e concisa”.
- A linguagem é acessível e os vídeos permitem um contacto diferente com a realidade “o facto de os jovens poderem perceber através dos vídeos (contacto com a realidade) o que poderão fazer ou ser no futuro”.
- A organização e o contacto com um conjunto diversificado de profissões são outros factores positivos.

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
- Kit das Profissões –

Tratamento do questionário de avaliação do 9º encontro

Data: 24 de Março de 2010

Escola: Escola Secundária Dr. Ginestal Machado

Santarém – DRELVT

Número de questionários recebidos – 63

1. Considera a divulgação do *Kit das Profissões*, por parte da ANQ, satisfatória?

Sim – 46 (73%)

Não – 17 (27%)

Não respondeu – 0

2. Considera os suportes adequados ao público-alvo e utilizadores (brochura, DVD e na internet no site Mundo das Profissões)?

Sim – 58 (92%)

Não – 1 (2%)

Não respondeu – 4 (6%)

3. Já utilizou o *Kit das Profissões* (Guia de Profissões e/ou Manual de Exploração Vocacional)?

Sim – 15 (24%)

Não – 48 (76%)

Não respondeu – 0

4. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

4.1. Avaliação global do Guia de Profissões	1	2	3	4	Total
4.1.1. Globalmente, o Guia de Profissões agradou-lhe?		1 (7%)	12 (80%)	2 (13%)	15

4.1.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário?		4 (27%)	9 (60%)	2 (13%)	15
4.1.3. Considera a apresentação gráfica do Guia de Profissões adequada aos jovens?	1 (7%)	2 (13%)	5 (33%)	7 (47%)	15

4.2. Avaliação Global do Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4	Total
4.2.1. Globalmente, o Manual de Exploração Vocacional agradou-lhe?		3 (21%)	9 (65%)	2 (14%)	14
4.2.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiem a tomada de decisão dos jovens?	1 (7%)	4 (29%)	6 (43%)	3 (21%)	14
4.2.3. Considera que o Manual de Exploração Vocacional apresenta metodologias adequadas aos jovens e ao contexto?	1 (7%)	5 (36%)	6 (43%)	2 (14%)	14

- Analisando as respostas dadas por 63 inquiridos, podemos concluir que 73% dos mesmos considera a divulgação do Kit das Profissões, por parte da ANQ, satisfatória. Desses 48, 27% considera que não.
- Se a brochura, DVD e na internet o site “Mundo das Profissões”, são adequados para o público – alvo e utilizadores 92% dos inquiridos considera que sim, 2% é da opinião que não e 6% preferiu não manifestar a sua opinião.
- Quanto à utilização do Kit das Profissões, 76% dos inquiridos afirma que ainda não o utilizou e 24% que já.

Tendo em consideração a última questão, onde os inquiridos tinham de classificar a sua satisfação tendo em conta aquilo que sentiam relativamente aos instrumentos que constituem o Kit das Profissões (Guia de Profissões e Manual de Exploração Vocacional) podemos concluir que:

- A maioria dos inquiridos, 80% mostra estar satisfeito globalmente com o Guia de Profissões, sendo que 13% estão muito satisfeitos e apenas 7% mostrou-se insatisfeito.
- Se o instrumento correspondeu às expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário, 60% dos inquiridos mostra-se satisfeito, 13% muito satisfeito e 27% insatisfeitos.
- Em relação à adequação da apresentação gráfica do Guia de Profissões para os jovens, temos uma percentagem de 7% de muito insatisfeitos, 13% de insatisfeitos. Do lado da satisfação, temos 33% de satisfeitos e 47% de muito satisfeitos.

- Quanto à avaliação global do Manual de Exploração Vocacional, 65% dos inquiridos mostra estar satisfeito, 14% muito satisfeito e 21% insatisfeito.
- As expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiam a tomada de decisão dos jovens, foram satisfeitas por parte de 43% dos inquiridos e muito satisfeitas por parte de 21%. Já 29% ficaram insatisfeitos e 7% muito insatisfeitos.
- Se as metodologias apresentadas pelo Manual de Exploração Vocacional são adequadas aos jovens e ao contexto, 43% mostra-se satisfeito e 14% muito satisfeito. De salientar que 36% está insatisfeito e 7% muito insatisfeito.

**Análise de conteúdo das questões de resposta aberta questionário de avaliação – 10ª
sessão de sensibilização do Kit das Profissões.**

1. Considera a divulgação do Kit das Profissões, por parte da ANQ, satisfatória?

Categoria	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Kit das Profissões	- Ferramenta de trabalho	- “Trata-se de mais uma ferramenta de trabalho”	1
	- Material que explora interesses	- “De referir a importância de instrumentos que explorem interesses, competências entre outras variáveis do perfil pessoal com o objectivo de orientar os jovens de um modo mais ajustado possível”	1
	- Forma organizada de disponibilizar informação	- “Uma vez que é sempre mais uma forma organizada de obter informações” - “Proporciona mais informação de pesquisa” - “É uma forma de proporcionar mais informação sobre o mundo das profissões, de uma forma preventiva e não remediaria promover escolhas informadas”	3
	- Importante na orientação dos alunos	- “É um instrumento importante na orientação dos alunos para cursos profissionais como alternativa ao curso secundário de científico – tecnológico” - “Dado haver a partir de agora mais uma ferramenta para se poder orientar os alunos” - “Para utilizarmos da forma mais eficaz e para harmonizar a nível nacional as formas de orientação vocacional”	3
	- Não conhecia o Kit	- “É a primeira vez que contacto com estes materiais pelo que não consigo tecer considerações quanto ao mesmo”	1
	- Foi entregue na escola	- “Penso que sim pois foi entregue um exemplar a cada director de turma das escolas” - “Supomos que sim, porque do ponto de vista da informação em suporte papel, a informação chegou às escolas”	3

Distribuição do Kit das Profissões	- Não funcionou ao nível da estrutura escolar	- “Chegou à escola através de fax e foi encaminhada a informação para os Directores de turma do 9º ano” - “Por ventura a distribuição pelas diferentes estruturas (escolas não terá sido a melhor”	1
	- Só chegou à escola tardiamente	- “O Kit só chegou a escola após o ano lectivo ter terminado” - “O “grande” problema foi o timing em que o Guia chegou às escolas” - “Porque o material chegou à escola no final do ano lectivo anterior sem qualquer informação ou formação que visasse a sua melhor aplicação/ utilização”	3
	- Não foi acompanhada de indicações	- “Efectivamente, na escola surgiu em cima da mesa neste Kit, no entanto, foi arrumado num armário e não me parece que alguém já tenha utilizado, por desconhecimento do que se trata e a quem se dirige, tanto docentes como discentes.”	1
Divulgação do Kit das Profissões	- Não recebi qualquer informação	- “Na medida em que recebi formação quer através da escola quer através da Câmara Municipal”	1
	- Informação disponível na Internet	- “A informação está também presente na net. Os sites encontram-se na página da nossa escola (no separador da orientação escolar)” - “Os utilizadores do site ANQ tiveram conhecimento da existência do Kit”	2
	- Adequada	- “Os métodos de divulgação são adequados”	1
	- Foi enviado para as escolas	- “Para além do envio do Kit para as escolas” - “Pelo facto de toda a escola ter acesso ao Kit e ele ser muito acessível”	2
	- A sessão permitiu conhecer o Kit	- “Trabalho na área da educação e da formação, sou muito atenta a este tipo de informação e só tomei conhecimento do Kit aquando da divulgação, deste encontro”	2

		- “É pela primeira vez que tenho contacto com este kit não tinha conhecimento da sua divulgação e por isso não me posso pronunciar sobre essa divulgação” - “Suponho que sim porque é a 1ª vez que tomo conhecimento”	
	- Deveria ter sido feita com mais antecedência	- “É sempre útil a divulgação de qualquer instrumento no entanto penso que esta secção deveria ter sido divulgada com mais antecedência”	1
	- Importante para dar a conhecer actividades de encaminhamento	- “É importante a divulgação de materiais que ajudem nas actividades de encaminhamento de apoio aos jovens”	1
	- Útil para dar a conhecer o Kit das Profissões	- “Com a divulgação deste Kit fiquei com mais ferramentas para intervir de forma mais eficaz junto dos alunos”	1
	- Junto dos jovens	- “Tomada de consciência da importância desta temática; divulgação promoção junto dos jovens e respectivos familiares de uma vasta oferta de cursos alternativos ao tradicional académico e regular”	1
Sessão de sensibilização	- Foi esclarecedora	- “A sessão foi esclarecedora”	1
	- Deveria ser dirigida a profissionais mais específicos	- “Os encontros deveriam ser destinados a destinatários mais específicos”	1

- A divulgação do Kit das Profissões foi satisfatória pois o Kit das Profissões representa uma forma organizada de disponibilizar informação e é muito importante para os alunos “é um instrumento importante na orientação dos alunos para cursos profissionais como alternativa ao curso secundário de científico – tecnológico”.
- O facto de ter sido entregue à escola, embora tardiamente, tornou a divulgação satisfatória aos olhos dos inquiridos “supomos que sim, porque do ponto de vista da informação em suporte papel, a informação chegou às escolas”.
-

2. Considera os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores (na internet no site Mundo das Profissões, brochura e DVD)?

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Kit das Profissões	- Apelativo	- “Todos os materiais parecem apelativos e a reacção do público – alvo tem sido satisfatória”	1
	- Fácil de utilizar	- “Porque é de fácil manuseio e de linguagem acessível para toda a comunidade envolvida”	1
	- Facilita a procura da informação	- “Pois a facilidade de encontrar informação é adequada” - “Aos candidatos de informação é fácil a consulta”	2
	- Proporciona um leque variado de informação	- “Para além disso, proporciona-lhe um leque de informação mais diversificada” - “Mais uma forma de proporcionar mais informação”	2
	- Uma mais valia	- “Estes instrumentos são mais uma valia quer para o público – alvo quer para os profissionais”	1
	- Abrange um leque elevado de pessoas	- “Pois abrange um público – alvo na globalidade com muita abrangência e um leque elevado de escolhas assim como acesso directo aos sites na internet” - “São abrangentes”	2
Sugestões de melhoria do Kit das Profissões	- Mais direccionado para a orientação do curso científico – humanístico	- “No entanto, poderia também estar direccionado para a orientação vocacional ao nível dos cursos científico – humanísticos”	1
	- Deveriam abranger um público mais amplo	- “Sim, contudo os materiais deveriam abranger um público mais amplo, ou seja, a orientação vocacional	

		deverá começar antes do 8º ou 9º ano. Por vezes ao nível do 5º/6º ano os jovens já deverão estar preparados	1
Suportes do Kit das Profissões adequados	- Não conheço	- “Desconheço qualquer dos materiais” - “Desconheço em pormenor, não posso emitir opinião” - “Nunca tive contacto com este material em qualquer suporte, a razão pela qual não me posso pronunciar sobre a sua adequação”	3
	- Estão acessíveis com linguagem adequada	- “Estão acessíveis ao público – alvo com uma linguagem adequada”	1
	- Na divulgação do instrumento	- “Consideram os suportes adequados quer no âmbito da divulgação do instrumento, quer no que prevê do potencial do instrumento”	1
	- Representam uma síntese de informação	- “É uma boa síntese de informação para DT, professores de cidadania e Mundo actual e Directores de Curso CEF.”	1
	- São adequados aos alunos	- “Considero que o tipo de informação que estes suportes contêm, quer em termos de estrutura, quer em termos de linguagem é de certa forma adequada aos alunos”	1
	- Respondem às necessidades actuais	- “Porque considero os suportes adequados e actuais face as necessidades presentes em termos de pesquisa de informação” - “Considera-se que são os suportes que melhor servem, no momento, os propósitos da informação/ formação”	2
	- Apresentação cuidada	- “Estão adequados e estruturados. Considero que têm uma apresentação cuidada”	1

3.1 Quais as dificuldades sentidas na utilização do Kit das Profissões?

Categoria	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Dificuldades na utilização do Kit das Profissões	- Sem dificuldades sentidas	- “Não foram sentidas quaisquer dificuldades” - “Não tive dificuldades” - “Não encontrei dificuldades”	3
	- Nenhumas	- Nenhumas	1

3.2 Quais os aspectos mais positivos na utilização do Kit das Profissões?

Categoria	Subcategorias	Unidades de registo	Frequência
Aspectos positivos na utilização do Kit das Profissões	- Instrumento útil para os alunos	- “De certa forma é um instrumento útil para se verificar qual o melhor percurso para o aluno”	1
	- Informa sobre vários cursos	- “Sugestões de trabalho, informação sobre vários cursos”	1
	- A diversidade de suportes	- “O facto de ter suportes em brochura, DVD e ainda haver a hipótese de se utilizar a internet”	1
	- Orientam os	- “Orientam os profissionais de educação para divulgar	

	profissionais	junto dos jovens/ alunos possíveis escolhas profissionais tem uma mancha gráfica atraente, é directo na exposição das várias temáticas (cursos/ habilitações/ saídas...)"	1

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
- Kit das Profissões -

Tratamento do questionário de avaliação do 10º encontro

Data: 26 Março de 2010

Escola: Escola Básica 2,3 Dom Afonso III

Faro – DREAlgarve

Número de questionários recebidos – 43

1. Considera a divulgação do *Kit das Profissões*, por parte da ANQ, satisfatória?

Sim – 28 (65%)

Não – 6 (14%)

Não respondeu – 9 (21%)

2. Considera os suportes adequados ao público-alvo e utilizadores (brochura, DVD e na internet no site Mundo das Profissões)?

Sim – 31 (72%)

Não – 0

Não respondeu – 12 (28%)

3. Já utilizou o *Kit das Profissões* (Guia de Profissões e/ou Manual de Exploração Vocacional)?

Sim – 5 (12%)

Não – 38 (88%)

Não respondeu – 0

4. Responda, seleccionando a sua opção, tendo em conta a seguinte escala de graduação:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

4.1. Avaliação global do Guia de Profissões	1	2	3	4	Total
4.1.1. Globalmente, o Guia de Profissões agradou-lhe?	1 (20%)		3 (60%)	1 (20%)	5

4.1.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário?	1 (25%)		1 (25%)	2 (50%)	4
4.1.3. Considera a apresentação gráfica do Guia de Profissões adequada aos jovens?	1 (20%)		2 (40%)	2 (40%)	5

4.2. Avaliação Global do Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4	Total
4.2.1. Globalmente, o Manual de Exploração Vocacional agradou-lhe?	1 (20%)		2 (40%)	2 (40%)	5
4.2.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiem a tomada de decisão dos jovens?	1 (20%)		2 (40%)	2 (40%)	5
4.2.3. Considera que o Manual de Exploração Vocacional apresenta metodologias adequadas aos jovens e ao contexto?	1 (20%)		2 (40%)	2 (40%)	5

Sessão de sensibilização à operacionalização dos instrumentos de desenvolvimento vocacional
- Kit das Profissões -

Tratamento do questionário de avaliação do 11º encontro

Data: 14 de Abril de 2010

Escola:

Local: Aveiro

Número de questionários recebidos – 34

1. Já recebeu o Kit das Profissões na sua escola?

Sim – 19

Não – 15

Não respondeu – 0

2. Considera que foi eficaz a distribuição/ divulgação do Kit das Profissões, por parte da ANQ?

Sim – 7

Não – 16

Não respondeu – 11

2.1 Se não, quais as dificuldades sentidas?

a) Falta de orientações sobre a utilização do Kit das Profissões, no acto de entrega	6
b) Distribuição do Kit das Profissões pelos serviços/ entidades da escola	3
c) Altura do ano em que o Kit das Profissões foi entregue à escola	8
d) Não existiu divulgação/ publicidade prévia ao contacto com o Kit das Profissões	8
e) Não participou em sessões de sensibilização à utilização do Kit das Profissões	10
f) Outra, qual?	0

3. Que instrumentos já utilizou?

a) Guia das Profissões	14
b) Manual de Exploração Vocacional	7
c) O site “Mundo das Profissões”	11

4. Quais os suportes que utiliza com mais frequência?

a) DVD	6
b) Brochura	9
c) Online	12

4.1 Considera os suportes adequados ao público – alvo e utilizadores (na internet no site Mundo das Profissões, brochura e DVD)?

Sim – 19

Não – 0

Não respondeu – 15

4.2 Se sim, porquê?

a) Facilita a pesquisa da informação	17
b) Os conteúdos estão bem estruturados e organizados	11
c) São um conjunto de materiais imprescindíveis na divulgação de informação	16
d) É importante para promover o trabalho da orientação vocacional	2
e) Outra, qual?	0

5. Responda seleccionando a sua opção tendo em conta que:

1 = Muito Insatisfeito; 2 = Insatisfeito; 3 = Satisfeito; 4 = Muito Satisfeito.

4.1. Avaliação Global do Guia de Profissões	1	2	3	4	Total
4.1.1. Globalmente, o Guia de Profissões agradou-lhe?			9	3	12
4.1.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita à informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário?		1	10	1	12
4.1.3. Considera a apresentação gráfica do Guia de Profissões adequada aos jovens?		1	6	5	12

4.2. Avaliação Global do Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4	Total
4.2.1. Globalmente, o Manual de Exploração Vocacional agradou-lhe?			7	4	11
4.2.2. Este instrumento correspondeu às suas expectativas no que respeita às propostas de actividades de exploração vocacional que apoiem a tomada de decisão dos jovens?		1	9	1	11
4.2.3. Considera que o Manual de Exploração Vocacional apresenta metodologias adequadas aos jovens e ao contexto?		1	7	3	11



Educação, Formação, Novas Oportunidades
Aposte no seu futuro!

QUESTIONÁRIO

Este questionário destina-se a obter informação acerca do processo de divulgação e implementação do *Kit das Profissões*, distribuído pela Agência Nacional para a Qualificação, I.P., a todas as escolas e centros de formação.

Por favor, responda. A sua opinião é muito importante, uma vez que pode ajudar-nos a responder melhor às necessidades dos diferentes intervenientes no processo educativo e formativo, no domínio da orientação escolar e profissional.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal. O questionário é *confidencial*. A análise dos dados obtidos é feita de forma agregada e, por isso, as respostas individuais nunca serão divulgadas.

1. Indique a sua situação profissional:

1.1. Psicólogo com funções de conselheiro de orientação ☐

1.2. Professor com funções de tutoria ☐

1.3. Director de Turma ☐

1.4. Director de Curso ☐

1.5. Professor com outras funções de coordenação ☐

Especifique quais:

1.6. Outra: ☐

Especifique qual:

2. Indique de que modo tomou conhecimento da existência do Kit das Profissões:

2.1. Publicidade ☐

- 2.2. Informação dos órgãos da escola ☐
- 2.3. Sessão de divulgação/sensibilização para a utilização do Kit das Profissões ☐
- 2.4. Outro ☐

Especifique qual:

3. Na sua escola entregaram-lhe o Kit das Profissões?

Sim ☐ Não ☐

4. Considera que a distribuição e divulgação do Kit das Profissões junto das escolas foi eficaz?

Sim ☐ Não ☐

5. Se respondeu Não à questão 3, assinale as razões pelas quais pensa que isso terá acontecido:

- 5.1. A escola recebeu uma quantidade insuficiente de Kits ☐
- 5.2. No acto da entrega na escola não foram dadas orientações sobre a utilização do Kit ☐
- 5.3. O Kit não foi distribuído individualmente mas a alguns serviços/entidades da escola ☐
- 5.4. O Kit foi entregue à escola numa altura do ano pouco adequada ☐
- 5.5. Outra ☐

Especifique qual:

Se **ainda não utilizou** o *Kit das Profissões* ou o site "*Mundo das Profissões*", o questionário termina aqui.

Agradecemos a sua colaboração.

Finalizar

Se **já utilizou** o *Kit das Profissões*, por favor, responda às questões que se seguem.

Continuar

6. Utilizando uma escala de 1 a 4 (1= muito raramente; 2 = raramente; 3= frequentemente; 4 = muito frequentemente), indique com que frequência utilizou os diferentes instrumentos que integram o Kit das Profissões em cada um dos suportes em que este foi distribuído:

		1	2	3	4
6.1. Guia de Profissões	6.1.1. DVD	☐	☐	☐	☐
	6.1.2. Brochura	☐	☐	☐	☐
	6.1.3. <i>Online</i>	☐	☐	☐	☐
6.2. Manual de Exploração Vocacional	6.2.1. DVD	☐	☐	☐	☐
	6.2.2. Brochura	☐	☐	☐	☐
	6.2.3. <i>Online</i>	☐	☐	☐	☐
6.3. Site "Mundo das Profissões"		☐	☐	☐	☐

7. Utilizando uma escala de 1 a 4 (1= inadequados; 2= pouco adequados; 3= adequados; 4= muito adequados), indique em que medida considera adequados ao público-alvo, cada um dos suportes do Kit das Profissões:

	1	2	3	4
7.1. <i>Online</i> (site Mundo das Profissões)	☐	☐	☐	☐
7.2. Brochura	☐	☐	☐	☐
7.3. DVD	☐	☐	☐	☐

8. Indique em que contexto utilizou o Kit das Profissões (pode, se for o caso, indicar mais do que um):

8.1. No âmbito de uma disciplina ☐

Especifique qual:

8.2. Em Formação Cívica ☐

8.3. Em Área de Projecto ☒

8.4. Em Estudo Acompanhado ☐

8.5. Em sessões estruturadas de Orientação Escolar e Profissional ☒

8.6. Noutro contexto ☐

Especifique qual:

(O ponto 9. deste questionário foi eliminado propositadamente)

10. Das actividades de informação e orientação propostas no Kit das Profissões que já desenvolveu, utilizando uma escala de 1 a 4 (1= ineficaz; 2= pouco eficaz; 3= eficaz; 4= muito eficaz), indique em que medida as considera eficazes:

	1	2	3	4
10.1. Utilização da apresentação do Sistema Educativo e Formativo, em DVD	☐	☐	☒	☐
10.2. Visita de estudo a empresas e outras instituições, com preparação prévia na escola	☐	☐	☒	☐
10.3. Debate com profissionais	☐	☐	☒	☐
10.4. Exploração dos testemunhos de profissionais, em DVD	☐	☒	☐	☐
10.5. Jornadas de orientação (por exemplo, workshop com profissionais, stands de informação, mostra de trabalhos, seminário temático, concurso sobre profissões	☐	☐	☒	☐
10.6. Ateliers sobre cursos/áreas de educação e formação	☐	☐	☒	☐
10.7. Dia aberto à comunidade	☐	☐	☒	☐
10.8. Elaboração de Portefólio individual do aluno	☐	☐	☒	☐
10.9. Elaboração de um Projecto com Futuro e sua apresentação (por exemplo, organização de um concurso, criação de uma empresa fictícia, criação de um negócio...)	☐	☐	☒	☐
10.10. Reflexão/debate em grupo sobre o tema "Daqui a 15 anos..."	☐	☐	☒	☐
10.11. Sessão sobre Técnicas e Hábitos de Estudo	☒	☐	☒	☐
10.12. Reflexão/debate sobre a Escolha de uma Profissão e de um Estilo de Vida	☐	☐	☒	☐
10.13. Entrevista a um profissional com preparação prévia de um guião	☐	☐	☒	☐
10.14. Divulgação de Histórias de Sucesso de ex-alunos de cursos de dupla certificação e que estão agora inseridos no mundo do trabalho ou que prosseguiram estudos superiores	☐	☐	☒	☐

11. Utilizando uma escala de 1 a 4 (1= nada; 2 = pouco; 3 = suficiente; 4 = muito) indique em que medida considera que o Kit das Profissões contribui para:

	1	2	3	4
11.1. Facilitar a pesquisa da informação sobre a rede de oferta formativa	☐	☐	☒	☐
11.2. Facilitar a pesquisa da informação sobre as características da oferta formativa	☐	☐	☒	☐
11.3. Facilitar a pesquisa da informação sobre as	☐	☐	☒	☐

características das profissões				
11.4. Incentivar à descoberta das oportunidades formativas e profissionais	☐	☐	☒	☐
11.5. Apoiar as escolhas vocacionais	☐	☒	☐	☐
11.6. Promover o trabalho sistémico em orientação vocacional	☐	☒	☐	☐

12. Utilizando uma escala de 1 a 4 (1= discordo totalmente; 2= discordo; 3= concordo; 4= concordo totalmente) indique o seu nível de concordância com cada uma das seguintes afirmações:

12.1. No que se refere aos jovens, o Guia de Profissões	1	2	3	4
12.1.1. É um instrumento útil para desenvolver actividades de informação e exploração vocacional	☐	☐	☒	☐
12.1.2. Responde às necessidades de informação sobre saídas profissionais e qualificações de nível secundário	☐	☐	☐	☒
12.1.3. Tem uma apresentação gráfica adequada e apelativa para os jovens	☐	☐	☒	☐
12.1.4. Tem uma estrutura e organização coerentes	☐	☐	☒	☐

12.2. No que se refere aos intervenientes na orientação dos jovens (psicólogos, conselheiros, professores...), o Manual de Exploração Vocacional	1	2	3	4
12.2.1. É um instrumento útil ao desenvolvimento vocacional dos jovens	☐	☐	☐	☒
12.2.2. Apresenta propostas de actividades de exploração vocacional que apoiam a tomada de decisão dos jovens	☐	☐	☐	☒
12.2.3. Integra metodologias de trabalho de informação e orientação adequadas aos jovens e ao contexto educativo	☐	☐	☐	☒

12.3. O Site Mundo das Profissões	1	2	3	4
12.3.1. Tem informação clara e adequada aos jovens	☐	☐	☒	☐
12.3.2. Tem informação clara e adequada aos pais e encarregados de educação	☐	☐	☒	☐
12.3.3. Tem informação clara e adequada aos intervenientes no processo de orientação dos jovens (psicólogos, conselheiros, professores...)	☐	☐	☐	☒
12.3.4. Está organizado de uma forma que facilita a pesquisa de informação	☐	☐	☐	☒
12.3.5. Tem uma apresentação gráfica adequada e apelativa para os jovens	☐	☐	☐	☒
12.3.6. Tem uma apresentação gráfica adequada e	☐	☐	☒	☐

apelativa para os pais e encarregados de educação				
12.3.7. Tem uma apresentação gráfica adequada e apelativa para os intervenientes no processo de orientação dos jovens (psicólogos, conselheiros, professores...)				
12.3.8. Tem características de acessibilidade que permitem rapidez no acesso à informação				

Agradecemos a sua colaboração.

Anterior

Concluir